

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - PROPUR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**A ESPACIALIZAÇÃO DE TROCAS MULTICULTURAIS
EM CONURBAÇÕES INTERNACIONAIS DA
FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI**

ANDREA DA COSTA BRAGA

TESE DE DOUTORADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Orientador: Prof. Dr. Décio Rigatti

Porto Alegre, 30 de Agosto de 2013.

ANDREA DA COSTA BRAGA

**A ESPACIALIZAÇÃO DE TROCAS MULTICULTURAIS
EM CONURBAÇÕES INTERNACIONAIS DA FRONTEI-
RA BRASIL-URUGUAI**

Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Sul. Orientador: Profº Dr. Décio Rigatti. Porto Alegre, Agosto de 2013.

Errata

Folha Linha

Onde se lê

Leia-se

Autoria: Andrea da Costa Braga

Título: A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai: uma investigação através de padrões espaciais

Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Sul.

Os componentes da banca de avaliação, abaixo listados, consideram este trabalho aprovado.

	Nome	Titulação	Assinatura	Instituição
1	Frederico Rosa Borges de Holanda	Doutor		Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília
2	Tânia Marques Strohaecker	Doutor		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3	Lívia Terezinha Piccinini	Doutor		Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRGS

Data da aprovação: 30 de setembro de 2013.

*“Dedico este trabalho ao meu pai Mário (in
memoriam), à minha filha Nina, ao meu
companheiro Fernando:
um fim, um início, um meio...”*

Agradecimentos

À CAPES, pelo auxílio financeiro, às Coordenação e Secretaria do PROPUR pelo apoio (em especial ao Prof. Tarcísio Reis, Mariluz Grando e Sonia Gehler); a Biblioteca da Arquitetura UFRGS (bibliotecárias Carmen e Margareth); ao DATA, Università La Sapienza di Roma (especialmente aos prof. Elio Trusiani e Lucio Carbonara e a Giovanni Longhi) pela oportunidade e suporte no estágio no exterior ; às Prefeituras Municipais de Santana do Livramento e do Chuí (BR), Intendencias de Rivera (em especial ao arquiteto Leonidas Bayo) e Rocha (UY), Comunicação Social da Polícia Federal e 11ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal (Gilmar Stocher) pelos dados disponibilizados; municipalidade de Nova Gorica (SL), em especial ao Diretor de Planejamento Urbano Nikko Jurca pela pelos dados disponibilizado; Ao Dr. Bruno Monir Suleiman, Presidente da Associação Cultural Palestina de Santana do Livramento e ao Sr. Raiman Baja, Vice Presidente da ACIL (Associação Comercial de Santana do Livramento) pelas entrevistas concedidas e ao amigo Paulo Ilha, que tornou nosso encontro possível. Agradeço especialmente Elio Trusiani, Décio Rigatti, Daniela Reckziegel, Claudio Ugalde e Fábio Zampieri pelo diálogo, amizade, cooperação e ajuda inestimável. Agradeço a minha mãe Lalu, família e amigos queridos, o apoio incondicional às piruetas logísticas e à minha filha Nina o estímulo para concluir este projeto.

“A delícia foi a ideia inicial, as primeiras páginas, as grandes certezas, e a maior dificuldade foi terminar, perder as certezas, tentar resolver os problemas, pelo menos os mais evidentes. (...) enquanto esteve comigo, na minha gaveta, estava seguro. Olho para o objeto e tenho vontade de protegê-lo. (...) Assim que essa sensação infantil passar, voltarei as forças para o próximo desafio.”

DEL FUEGO, Andrea. Entrevista a Alex Senz Fusiy em 06/ 07/2010 in revista BULA
<http://www.revistabula.com.br>

Resumo

A complexidade espacial das cidades contemporâneas se deve a novas formas de segmentação social que reorganizam as expectativas de interação entre categorias sociais e informam a produção e apropriação do espaço urbano. Estes processos são mediados pela mobilidade através de fronteiras nacionais que tem suas funções atualizadas a partir da integração econômica regional. Cidades-gêmeas em zonas de fronteiras internacionais adquirem novas funções como polos de integração transnacionais, chamando atenção os processos de conurbação transnacionais a que estão sujeitas.

A pesquisa geográfica analisa estes processos e tipifica o fenômeno através de classificações baseadas em contiguidade, continuidade e densidade de funções compartilhadas para mensurar integração, subsidiar estratégias de cooperação internacional e estabelecer hierarquias regionais para redes de cidades. Nesta pesquisa buscou-se dialogar com estas noções a partir do campo da Arquitetura, numa abordagem socioespacial dos problemas de Planejamento Urbano de configuração de territórios híbridos que emergem do processo de conurbação entre cidades-gêmeas da fronteira Brasil – Uruguai.

A partir de dois estudos de caso Santana do Livramento (BR) - Rivera (UY) e Chuí (BR) - Chuy (UY) descritos e analisados usando-se ferramentas e métodos da Sintaxe Espacial. Verificam-se categorias de semelhança entre conurbações internacionais ponderando o próprio processo de fusão dos sistemas urbanos como variável implicada na transformação da apropriação social do espaço.

A hipótese é que estas conurbações não podem ser descritas como configurações sociais e espaciais a partir de suas partes, sem que se arrisque minorar a importância que a estrutura do espaço construído e o próprio processo de conurbação têm na organização das interações entre categorias sociais na vida cotidiana de cidades-gêmeas em zonas de fronteira internacional, transformando integração espacial, social e econômica.

O processo de conurbação e a nodificação de redes de comércio popular são analisados a partir de hierarquias de integração-segregação, acessibilidade-conectividade, continuidade - interpenetração e relacionados à produção de categorias sociais morador-estranho e a emergência de centralidades funcionais transfronteiriças enfocando-se a agenda de imigrantes árabe-palestinos sobre a dinâmica urbana.

Palavras-chave: conurbações internacionais; Planejamento Urbano; Sintaxe Espacial; *middlemen minorities*; centralidades funcionais transfronteiriças; fronteira Brasil – Uruguai.

Abstract

Social and spatial complexity is the most outstanding feature of contemporary cities. Spatial complexity is enhanced by new patterns of urban expansion informed by the restructuring of interactions between social categories which consider more often new forms of social and economic segmentation. These processes are mediated by mobility across national borders which have their functions updated by economic integration within geographical regions such as MERCOSUL. In this context, cities located along international borderlines acquire new functions related to their role as transnational integration hubs. It also calls attention to conurbation processes between twin cities. Geographical research has been particularly keen in investigating these processes addressing a wide range of typical cross border conurbations. Classification is based on interaction patterns and fluxes intensity between its parts, usually targeting cooperative strategies, economic and commuting between cities to evaluate their strength and hierarchical position amidst regional urban nets.

These classifications are based on spatial continuity, contiguity and, especially, on shared or complementary functional centralities, since lower level economical activities such as street commerce are forces driving the conurbation process. Here these conurbations are described and analyzed as spatial configurations using Space Syntax theory and methods to verify structural similarities which enable to classify them as a distinguished urban type.

The problem focuses on the urban system relational hierarchy of spatial integration-segregation, accessibility-connectivity allowing the evaluation of these conurbations spatial patterns performance in relation to the emergence of transborder functional centralities, grassroots commercial networks nodes and middlemen minorities agency. Our hypothesis is that those conurbations cannot be described as a social and spatial configuration through its parts without risking obliterating the role material space has on regulating human interactions.

Keywords: international conurbations; Urban Planning; Space Syntax; middlemen minorities; cross border functional centralities; Brazil – Uruguay territorial borders.

Sumário

Errata	3
Agradecimentos	6
Resumo	8
Abstract	9
Sumário	10
1. INTRODUÇÃO: tema e questionamentos iniciais, um eixo e sua transversalidades	13
1.1 <i>Definição do problema de pesquisa</i>	38
1.2 <i>Objetivos da pesquisa</i>	65
1.3 <i>Hipótese de trabalho</i>	67
1.3.1 <i>Evidência empírica</i>	67
1.3.2 <i>As referências científicas para a elaboração da hipótese</i>	70
1.3.3 <i>Premissa: antecedentes ao assunto</i>	72
1.3.4 <i>Hipótese</i>	74
1.4 <i>Relevância e limites da pesquisa</i>	76
1.5 <i>Estrutura do trabalho</i>	81
2. CAPÍTULO II: territórios, territorialidades e integração	83
2.1 <i>Classificações do problema e foco da revisão bibliográfica</i>	94
2.2 <i>Espaço, territórios, territorialização, territorialidades: processos sociais e políticos complexos</i>	100
2.3 <i>Território e nacionalismo como parâmetro de ordem</i>	109
2.3.1 <i>Territorialização ou a urbanização como parâmetro de ordem hermenêutica</i>	113
2.3.2 <i>Globalização e redes como parâmetro de ordem furcative</i>	122
2.4 <i>Síntese dos processos e aplicações no estudo de casos</i>	133
3 CAPÍTULO III: Fronteiras, zonas de fronteira, espaços transfronteiriços, conurbações transfronteiriças	139
3.1 <i>Fronteiras geopolíticas ou internacionais</i>	146
3.1.1 <i>Zonas de fronteira e zonas transfronteiriças</i>	154
3.1.2 <i>Espaços transfronteiriços e conurbações transfronteiriças: territórios híbridos</i>	158
3.1.3 <i>Tipos de cidades transfronteiriças</i>	162
3.1.4 <i>Considerações sobre tipologias urbanas de fronteiras geopolíticas</i>	167
3.2 <i>Fronteiras sociais e de governança: relações topológicas entre grupos</i>	173
3.2.1 <i>Fronteiras de governança e nacionalismo como parâmetro de ordem</i>	184
3.2.1.1 O paradigma: palestinos, uma nação de refugiados	187
3.2.2 <i>Fronteiras de governança: urbanização, globalização e enclaves</i>	194
3.2.2.1 As redes de cidades imperiais e as <i>gated communities</i>	197
3.2.2.2 Territorialização de redes: enclaves socioeconômicos	199

3.2.3	Fronteiras de governança: enclaves étnicos e religiosos.....	205
3.3	<i>Considerações sobre fronteiras polissêmicas.....</i>	209
4	CAPÍTULO IV: A produção espacial da etnicidade ou os sentidos da apropriação social do espaço	216
4.1	<i>A produção de etnicidade: grupos, diferenças e fronteiras</i>	223
4.2	<i>Diásporas, migração, transnacionalismo e etnicidade</i>	230
4.3	<i>Apropriação social do espaço e integração da diversidade.....</i>	236
4.4	<i>Considerações sobre o capítulo: função social do espaço e fronteiras sociais.....</i>	250
5	CAPÍTULO V: Métodos e procedimentos aplicados aos estudos de caso e justificativa operacional	256
5.1	<i>Teoria, métodos e aplicativos da Sintaxe Espacial.....</i>	259
5.2	<i>Etnicidade e Sintaxe Espacial: o estranho e o estrangeiro.....</i>	263
5.3	<i>Classificação sintática das deformações morfológicas</i>	267
5.4	<i>Estrutura de integração espacial, continuidade e linha de fronteira: a fusão entre malhas urbanas.....</i>	274
5.5	<i>Agentes e vida espacial : forma urbana, territorialidade e centralidade</i>	276
5.6	<i>ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS QUANTITATIVOS</i>	278
5.7	<i>Operacionalização dos procedimentos para análise.....</i>	282
5.8	<i>Índice de conurbação: contiguidade, continuidade interpenetração.....</i>	284
5.9	<i>Casos-controle</i>	287
5.10	<i>Etapas analíticas e procedimentos aplicados aos estudos de caso: cumprimento dos objetivos da pesquisa.....</i>	290
6	CAPÍTULO VI: O contexto dos Estudos de Caso	293
6.1	<i>Contexto histórico e cultural: uma região produtora de fronteiras e a linha de fronteira Brasil–Uruguai.....</i>	295
6.1.1	<i>Digressões consequentes sobre o traçado xadrez da malha urbana latino-americana e brasileira</i>	303
6.2	<i>As dimensões da integração na fronteira Brasil - Uruguai.....</i>	313
6.2.1	<i>O contexto territorial: como as zonas de fronteira compõem no imaginário nacional.....</i>	320
6.2.2	<i>A tipologia das interações fronteiriças e as cidades-gêmeas:.....</i>	324
6.2.3	<i>A integração institucional</i>	333
6.2.4	<i>A integração econômica</i>	335
6.2.5	<i>Integração social e padrões espaciais.....</i>	342
6.3	<i>Integração e mobilidade populacional: o estigma dos dados quantitativos.....</i>	345
7	CAPÍTULO VII: ESTUDOS DE CASO.....	355
7.1	<i>Caso 1: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY).....</i>	360
7.1.1	<i>Vidas social e espacial: a ambiguidade das interações sociais</i>	361
7.1.1.1	<i>Duas formas de copresença transfronteiriças: a <i>promenade</i> e o <i>bolicho</i>... 371</i>	
7.2	<i>A descrição dos padrões espaciais das partes da conurbação</i>	374
7.2.1	<i>Os padrões espaciais de Santana do Livramento / BR: o arquipélago e a península.....</i>	375
7.2.1.1	<i>Santana do Livramento, uma cidade brasileira, com certeza!</i>	386

7.2.2	<i>Padrões espaciais de Rivera (UY): a força da malha xadrez.....</i>	390
7.2.3	<i>Rivera, cidade Latino-Americana, por supuesto que sí!.....</i>	403
7.3	<i>Síntese dos casos estudados: a sintaxe espacial dos discursos do planejamento urbano.....</i>	406
7.4	<i>A análise da configuração espacial da conurbação Santana do Livramento (BR) – Rivera (UY).....</i>	413
7.4.1	<i>Padrões espaciais e a simbiose da vida social e espacial.....</i>	419
7.4.2	<i>Vida espacial da middlemen minority e o comércio transfronteiriço.....</i>	430
7.4.3	<i>Ser um estranho na vida cotidiana: a estranheza do cotidiano na fronteira.....</i>	439
7.4.4	<i>A sintaxe do portunhol: síntese das correlações das medidas axiais e índice de conurbação.....</i>	442
7.5	<i>A tipificação da conurbação Santana do Livramento – Rivera.....</i>	451
7.6	<i>Estudo de caso 2 - a conurbação Chuy (UY) e Chuí (BR).....</i>	455
7.6.1	<i>Contexto da vida social e espacial: da pulpería ao bazar.....</i>	456
7.7	<i>Padrões espaciais e comércio: avenida de mão dupla.....</i>	467
7.7.1	<i>Chuí (BR): os sentidos da integração global e local.....</i>	471
7.7.2	<i>Chuy (UY): uma Sintaxe Espacial incoerente, uma territorialidade específica.....</i>	481
7.7.3	<i>A sintaxe do mercado transfronteiriço: síntese das correlações das medidas axiais e índice de conurbação.....</i>	490
7.8	<i>A vida espacial do Chuy–Chuí.....</i>	503
7.9	<i>A tipificação da conurbação Chuy–Chuí.....</i>	508
7.10	<i>Considerações sobre os estudos de caso: uma classificação tentativa das conurbações internacionais.....</i>	513
8	Considerações finais.....	522
	Referências bibliográficas.....	540

1. INTRODUÇÃO: tema e questionamentos iniciais, o eixo transversal

“O tema é um conteúdo e uma tese”

PÉREZ-ORAMAS¹. 2012

O tema explorado neste trabalho é o dos processos² de integração³ espacial, social, e econômica em cidades situadas em zonas de fronteira entre Estados Nacionais, com ênfase na escala local, no lugar. No Planejamento Urbano é tratar das diferenças entre as estruturas espaciais dos sistemas urbanos em função das expectativas de relações e interações sociais; diferenças culturais, étnicas, econômicas e políticas entre sociedades nacionais na produção e apropriação social do espaço construído. Estas resultam em configurações espaciais⁴ ímpares, quando ocorre processo de fusão em conurbação entre cidades-gêmeas.

-
- 1 PEREZ-ORAMAS, Luis. (Curador). A iminência das poéticas. In: Apresentação. São Paulo: Fundação Bienal SP, catálogo da Exposição da 30ª Bienal SP / 2012. Acesso via: <http://www.bienal.org.br/30bienal/pt/sobre/Paginas/curadoria.aspx>
 - 2 PROCESSO (Geogr): movimento, encadeamento de ações para ocorrência de certos fenômenos, em abordagens temporais diacrônicas (antes/depois). Permite a compreensão de lógicas de produção, transformação e reprodução de sistemas ou estruturas espaciais, processos de difusão, diferenciação e polarização espacial. Em análise espacial significa que os princípios que regem uma sequência espaço-temporal foram identificados. PUMAIN, Denise. **Processus**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo encyclopédie électronique Géographie, Fondements épistémologique*. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 in: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article99>
 - 3 INTERAÇÃO ESPACIAL descreve a influencia da distancia (função negativa) em modelos prospectivos de potencial de volume ou intensidade de relações entre lugares; ou exponencialmente negativa entre variáveis (rel. de Pareto= teorias 20-80) e aos fluxos origem/destino como função inversa das distancias que os separam (modelos gravitacionais, anglo-saxões). Em modelos locais (REILLY, 1973) é medida probabilística de acessibilidade como função da posição relativa entre lugares que quantifica o potencial de interação.
 - 4 CONFIGURAÇÃO: “Conceito morfológico para conjunto de objetos cuja organização formal é constante no tempo e as dimensões ou posições relativas dos objetos duradouras. Descrição formal de uma paisagem concreta ou de uma *representação estatística* da mesma. Planos urbanos, espectros de difusão espacial e estrutura de sistemas espaciais são configurações, desde que haja atribuição funcional nas relações entre elementos físicos e fluxos mediados por estes. Detêm as características morfológicas complexas do espaço organizado e são compostas por estruturas espaciais recorrentes, identificadas a partir de relações entre forma e função: estrutura espacial e sistema de interações sociais. Tipos de configuração são produzidos pelo funcionamento reiterado de relações que geram assimetrias nas estruturas de um sistema, considerando-se o seu potencial de produzir restrições nas interações sociais. Estruturas do tipo centro/periferia à escala da cidade ou da região são produzidas pela assimetria qualitativa e quantitativa de trocas entre partes do sistema. Também é forma de hierarquização dos espaços intraurbanos em função de diferenças na qualidade de vida geradas por sistema político desigual. Transformam-se por alterações nas regras de produção e organização do espaço ou por bifurcações no sistema de interações”. PUMAIN, Denise. **Configuration**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo encyclopédie électronique: spatialité des sociétés; Concepts*. Université de Besançon: Laboratoire THEMA / 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article1>

Segundo SANTOS (apud PINTAUDI, 2008, p. 124) o espaço produzido, por sua inércia dinâmica, é condição para a reprodução de relações sociais, portanto não é inerte, interferindo na forma como estas se organizam e se transformam. A contigüidade entre cidades localizadas de ambos os lados de uma linha de fronteira geopolítica pode facilitar interações e intercâmbios transnacionais na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que restrições à integração entre políticas públicas, através da vigência normativa dos Estados nacionais são reproduzidas a partir de ordens sociais e bases culturais que guardam diferenças entre si. Contigüidade espacial e diferenciação territorial – de limites de poder nacional e municipal - produzem singularidades nos processos de integração espacial e social, das quais emergem configurações urbanas onde conflitos e diferenças identitárias, de governança e de expectativas sociais moldam a vida cotidiana e as interações locais em todas as dimensões da vida espacial e social.

A ideia de lugares com identidade única associada a um território delimitado por fronteiras na qual o *Outro* ameaçador está do lado de fora, leva a pensar sobre mobilidade, movimento e fluxos, cujo controle reflete e reforça as formas como o poder é exercido dentro do território geopolítico e pode ser transformado localmente, nas práticas peculiares de zonas de fronteira. Em cidades-gêmeas, a forma de controle mais instrumental do movimento e das interfaces correlaciona-se ao controle sobre o espaço construído, às relações de acessibilidade, conectividade e integração espacial, vinculadas às expectativas de reprodução da estrutura de relações sociais; entre indivíduos, categorias sociais e grupos culturais. Resumidamente, como uma sociedade se identifica e é identificada perante outras e como as categorias sociais se identificam e são identificadas a partir de suas interações. Contradições e conflitos dessa dinâmica se inscrevem na configuração espacial, permeiam os processos decisórios e a solução de problemas de Planejamento Urbano.

Integração espacial, social e econômica em cidades cuja contigüidade se dá a partir da linha de fronteira geopolítica concilia mais de uma forma de expectativa de interação e interfaces com a alteridade. As relações se fundam sobre a identidade nacional, mas podem se transformar em função de dinâmicas próprias do lugar, de interesses e experiências compartilhados pela presença constante do *Outro*. Transforma a interação entre categorias sociais que tem no limite territorial o mediador dos processos de integração social e espacial.

A integração espacial em zonas de fronteiras geopolíticas é pautada pelas noções de *descontinuidade*, limites, difusão espacial⁵ e, simultaneamente, por processos concertados de re-escalamento: institucional e regulatório (política) para o nível supranacional; social e simbólico (cultural) para as configurações urbanas; econômica, laboral e identitária para o nível transnacional da economia (fluxos e redes); processos complexos, auto-organizados e multiescalares de *gloculização*⁶ (SWYNGEDOUW, 2004) que reorganiza relações sociais, políticas, e econômicas e culturais nas cidades de fronteira, impactando as formas de integração local em todos os planos e conferindo complexidade à vida social e espacial destes lugares.

Integração espacial e suas correlações com integração social, econômica e política são abordadas a partir da sistematização e análise de potenciais e tendências apreendidas na transformação das configurações espaciais de cidades-gêmeas em processo de conurbação. Pressupondo-se que a produção do espaço é uma das dimensões da sociedade (HILLIER & HANSON, 1984), da organização social, discute-se as noções de limite e fronteira que compõem como elementos que circunscrevem diferenças da organização espacial, imprimem descontinuidade entre sistemas espaciais e âmbitos de controle territorial (RENARD, 2002). São acionados na descrição dos sistemas espaciais e dos códigos culturais que informam a produção e a apropriação social do espaço definindo diferenças nas expectativas de interação entre

-
- 5 DIFUSÃO ESPACIAL: É ação e, simultaneamente, resultado de ação de distribuição, transmissão ou propagação efetivada de maneira homogênea num sistema, fazendo-o passar de um estado de equilíbrio a outro. É aplicado a processos que envolvem deslocamentos de matérias, produtos, práticas e ideias ou que concorrem para deslocamentos humanos e migrações e os efeitos que provocam no espaço de realocação de grupos. Formas de colonização e implantação de elementos urbanos inovadores são exemplos do processo cuja complexidade é suficiente para que sua força integrativa seja assimilada em diferentes escalas, obedecendo às seguintes regras temporais: 1) diferenciação por contraste entre lugares nos quais se introduz a inovação e sua vizinhança; 2) redução do contraste entre vizinhanças dado pela expansão do processo de difusão; 3) homogeneização da vizinhança dada pela tendência de contemporaneidade na assimilação das inovações ao atingir sua propagação máxima 4) ímpeto de propagação prolongada com tendência à continuidade. É condicionada pela vizinhança (distância), à estrutura hierárquica dos sistemas urbanos e às barreiras espaciais, podendo sofrer mudanças em suas várias escalas. Estudos empíricos sobre regularidades espaciais e temporais na assimilação de inovações (HÄGERSTRAND, 1967) permitiram a modelagem preditiva do processo. Barreiras espaciais têm potencial de frenagem dos processos de difusão em meio urbano, sujeitando-o às regras de interação espacial. As noções de difusão espacial e inovação estão associadas à introdução em meio estável de elemento novo cuja complexidade potencializa os efeitos multiplicadores de transformação, provocando irreversibilidades na evolução local. (SCHUMPETER, 1939). SAINT-JULIEN, Thérèse. Diffusion Spatiale. in: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Spatialité des sociétés, Théories. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article11>
- 6 Gloculização (do japonês dochakuka= localização global) termo que se difunde a partir dos anos 1980 em referência a processos de preservação ambiental que atravessam mais de uma escala espacial. Também se refere às redes de relações sociais que combinam extensivamente interações locais e de longa distância; na economia, refere-se a efeitos da globalização do capital sobre os lugares e destes sobre os processos produtivos e de consumo. A gloculização se refere ao transnacionalismo como a integração significativa entre forças locais e globais (políticas, econômicas e sociais).

grupos nacionais e comportamentos sociais, instrumentais para a reprodução da estrutura social localmente.

Configuração urbana pode ser entendida como o sistema auto-organizado que emerge da integração entre estruturas, sociais, políticas, espaciais, culturais e econômicas que retém peculiaridades das inter-relações entre estas em âmbito local, sujeitas a transformações temporais decorrentes dos processos multiescalares de integração e interação (PUMAIN, 2004). Considerando-se o processo de fusão em conurbação a forma extrema de integração entre sistemas espaciais, se discute paralelamente as formas de integração social, cultural e econômica em função das configurações espaciais que emergem do processo.

Em cidades fronteiriças, a maneira como se articulam descontinuidades e limites que circunscrevem territórios políticos e a expressão do controle territorial de cada Estado, afetam a organização do espaço, definindo a ocorrência de integração ou segregação e representação da alteridade se como ameaça ou complementaridade (RENARD, 2002),.

“É o papel e os efeitos da fronteira que conservamos (...), ela gera fenômenos que escapam ao poder central (...). As bordas territoriais têm uma vida própria que é produzida pela confrontação entre sistemas espaciais, sociais, políticos, administrativos e culturais diferentes. À escala local a ambivalência permanente entre segregação, integração, difusão e descontinuidade espaciais é mais evidente”. (MOULLÉ, François. *Op. cit.*, s/d, p.3) - (tradução do autora).

No Planejamento Urbano, identificar as variáveis implicadas nos processos de integração local a partir do espaço construído socialmente, permite explorar fenômenos já descritos em outros campos das ciências sociais aplicadas como a Geografia, a Antropologia e a Sociologia e inferir se as transformações na estrutura de integração espacial do sistema conurbado impacta a organização das relações sociais e econômicas locais. O tema da integração se desdobra das leis genéricas de produção do espaço e reprodução da ordem social, subjacentes à dimensão social do espaço para analisar diferenças na espacialização de práticas sociais como função da contiguidade⁷ e continuidade espacial. Testa-se a possibilidade de depreender através

7 ESPACIALIDADE: “conjunto de condições e práticas da vida individual e social ligadas à posição dos indivíduos e dos grupos uns em relação aos outros. Posição relativa, postulado básico da Geografia, determina probabilisticamente forma e intensidade das interações sociais. É um dos dois grandes paradigmas explicativos da Geografia. O espaço vivido e representado à escala individual comporta uma organização sistemática na qual familiaridade e proximidade física estão relacionadas e sujeitas à diversificação em função da mobilidade definidora territórios e redes. Dos sistemas de nós e eixos hierarquizados que organizam o movimento entre territórios interconectados desigualmente, emergem estruturas espaciais identificadas com o auxílio de modelos diversos de análise espacial.”. PUMAIN, Denise. *Spatialité des sociétés*. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo encyclopédie électronique: Concepts, Fondements épistémologiques; La dynamique des systèmes, index complémentaire, outils, théories*. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 in: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?rubrique1>

dos padrões espaciais, as diferenças nos códigos culturais que informam o controle nas relações sociais, nas construções simbólicas de poder e nos processos de territorialização.

Integração é confrontada às várias acepções de fronteira encontradas na literatura, à discussão sobre a estruturação e configuração de territórios, espaços, redes e lugares da geografia; representação, governança⁸, agência, poder, cidadania e autonomia dos grupos sociais da sociologia, da geografia política e da história; redes, fluxos e interfaces transnacionais, transculturais e pluriétnicas da Antropologia Cultural, da Etnografia e das geografias cultural e econômica; da morfologia urbana, padrões e configurações espaciais da Arquitetura.

Integração local é abordada a partir da dimensão social do espaço, envolvendo os seguintes aspectos: a produção, reprodução e organização das relações internas da sociedade, entre grupos sociais; a identificação de agentes e as transformações que promovem nas expectativas de integração socioespacial, com ênfase na capacidade de agência de grupos étnicos sobre a dinâmica urbana, as ações de planejamento urbano sobre a organização do espaço; às interações que atribuem sentido às configurações espaciais; aos sistemas de governança local e aos processos de hibridização. Estes aspectos se interpenetram definindo um *cross-cutting theme* que tem na integração transnacional e cooperação política complexidade normativa e formal.

Integração espacial e formas de apropriação social do espaço entre grupos nacionais nos estudos empíricos são abordados a partir do que MASSEY (1991, p.25) chama de *geometrias do poder*, configuradas localmente:

“Isto se refere mais especificamente ao poder, ao controle sobre o movimento. Grupos sociais diferentes têm relações diferentes com mobilidade, movimento, conexões e fluxos: uns os iniciam e controlam; outros sofrem o impacto e estão presos a eles. E isto produz diferenciações sociais complexas”.

O que a autora (*idem*) discute é que há outras formas de estabelecer diferenças além de fronteiras administrativas, políticas e sociais: outras formas de opor dentro e fora, nós e eles, definir lugares e comunidades. Propõe que lugares podem ter múltiplas identidades em função da estrutura que emerge das relações entre movimento e fluxos de grupos e indivíduos, de diferenças nas formas de controle sobre o espaço pelos grupos, sobre a forma como cada grupo se integra e interage com os outros em processos complexos e dinâmicos de interfaces.

⁸ Redes auto-organizadas que transcendem o governo local, pressupondo a interdependência entre diversos níveis de organização política entre agentes sociais (institucionais e não institucionais) na solução de problemas urbanos. Representa uma transformação das fronteiras entre os setores privado, público e associativo nas ações de Planejamento Urbano dado que objetivos comuns são negociados em várias instâncias de poder a partir da interação entre redes de confiança autônomas, frequentemente gerenciadas pelo Estado. (RHODES, 1997, p.53, *apud* ELANDER, 2002)

Para a autora, lugares são processos de integração e interação dados pela copresença, pelo movimento e pelos fluxos diferenciados segundo expectativas de interação entre categorias sociais; de relações espaciais opostas ao que é extern, de como as conexões com o que é exterior se estruturam. As peculiaridades locais são reproduzidas a partir do contexto histórico, das diferenças produzidas pela mistura entre relações sociais construídas localmente e aquelas resultantes das formas e intensidade de conexões e vínculos com outras escalas - regional, nacional, global -, da ligação dos lugares com outros lugares.

SOHN *et. al.* (2009) corroboram esta noção⁹ de lugar quando afirmam que configuração geográfica e territorial sofre os efeitos da proximidade espacial de fronteiras, efeitos de borda. Aglomerados urbanos fronteiriços, em especial conurbações internacionais, estão predispostos, pela contiguidade entre entidades espaciais, a maior integração e conectividade com o exterior. Integração espacial é fundamental para analisar processos de integração econômica, política, social e cultural, em suas múltiplas escalas, nacional, internacional, regional, local, podendo definir, a partir das oportunidades, graus e formas de interação local -endógenas e exógenas - como a cooperação política será delineada.

Integração e interação, numa perspectiva sistêmica, deslocam a análise para *relações* em qualquer dimensão e de qualquer tipo entre elementos ou partes, prevalecendo sobre seus atributos. É possível descrever, mensurar e analisar integração dos e entre sistemas espaciais para analisar formas, potenciais e processos de interação cotidiana entre grupos sociais, integração econômica e cooperação, partindo-se de noções de distancia topológica ou geométrica. Desta forma, identificar e ponderar os efeitos das variáveis fronteiras, limites e discontinuidades espaciais sobre a configuração espacial, no que concorrem para a reorganização da acessibilidade e distância relativas, dos lugares uns em relação a todos os outros (RIGATTI, 2002). Entende-se que formas de sociabilidade, comportamentos sociais, espacialização, códigos culturais e interfaces entre grupos, étnicos e nacionais informam e são informados pela estrutura de integração espacial.

“Nos últimos anos estes processos tem sido abordados nos discursos políticos como diversidade, heterogeneidade social ou multiculturalismo. Lugar é historia autentica da dinâmica das relações sociais, econômicas, políticas e culturais local-global. Comunidade se refere não somente a pessoas que vivem próximas, mas também àquelas que compartilham interesse e experiências translocais: o espaço de lugares relacionado aos espaços de fluxos” (MASSEY, 1991, p.24).

⁹ MAFFESOLI (2011, p.522) diz que conceito vem de concepire (latim) = fechado. Tratando-se da realidade social que é flexível, de suas mudanças, noção é uma palavra mais acurada para captar mudanças nas sociedades: “Segundo a minha hipótese, nós estamos vivendo um momento de mudança de paradigma. Mudança que se chama uma mudança societal”.

Edgar MORIN (2006, vol. IV) sintetiza estas tendências dizendo que fenômenos sociais, ainda que imediatamente referenciados enquanto objetos de estudo a recortes espaciais e escalares específicos, podem vir a ter sua dinâmica explicável mediante outras, que emergem em diferentes escalas espaciais. Em cidades de fronteira, as tensões entre o local, o nacional, o global e as dinâmicas centro-periferia são exacerbadas porque a territorialização catalisa práticas socioculturais no espaço e no tempo que se integram localmente com diferentes intensidades. Destas decalagens, emergem práticas e comunidades transnacionais¹⁰ em função de fluxos e migrações, de formas subjacentes de diferenciação e pertencimento, isto é, da produção de identidades, vinculadas ao tema da integração.

Milton SANTOS partiu de estudos empíricos multidimensionais e multiescalares para entender a totalidade socioespacial. Analisou sistemas espaciais¹¹, relações entre forma, função, processo e estrutura que fundam a reprodução de relações sociais e se transformam a partir de mudanças nas expectativas de convívio entre grupos, em qualquer escala a partir de estudos de caso para identificar relações estruturais entre sistemas das quais extrair as regras que causam a emergência de sistemas complexos: “o espaço é instância da sociedade, inseparável desta, prefigurando uma totalidade baseada nas necessidades de uso e de prerrogativas de socialização e trocas políticas, econômicas e culturais” (SANTOS, 2002, p.33). O espaço é componente fundamental do todo social e suas transformações, sintetizam conteúdo e formas sociais. A

¹⁰ Compostas por indivíduos ou grupos estabelecidos no seio de diferentes sociedades nacionais que agem a partir de interesses e referências em comum (territoriais, religiosas, linguísticas). Apoiadas em redes transnacionais para reforçar sua solidariedade do outro lado de fronteiras nacionais, após a constituição de Estados Nacionais. A comunidade transnacional se estrutura a partir de ação política entre dois países, fazendo do país de origem, um polo de identidade, do país de residência uma fonte de direitos e do espaço transnacional um espaço de ação política que associa os dois países num processo em que imigrantes mantêm relações múltiplas com sua sociedade de origem e de acolhimento dentro de um campo social estabelecido entre as duas (KASTORYANO, 2006, p. 533-553), transfronteiriço. Os transmigrantes não têm situação definida nem no país no qual se instalam, nem no país de origem, mas no campo transnacional formado entre estes dois polos: dispersos no interior de fronteiras de outros Estados, pertencendo social, cultural, política e economicamente aos Estados de origem. “A diferença essencial entre uma diáspora e uma comunidade transnacional é que a primeira existe fora de todo Estado, enraizada em cultura duradoura e forte, desenvolvendo redes comunitárias e associativas. A comunidade transnacional nasce da migração de trabalhadores que mantêm sua base familiar no país de origem e circulam entre esta base e um ou mais Estados onde se instalam.” BRUNEAU, Michel. Communauté transnationale. In: ELISSALDE, Bernard (coord). Hypergeo encyclopedie electronique: regions et territoires, Index Complémentaire. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article143>.

¹¹ Em SANTOS (1994, p.36 e SANTOS, 1992, p.50) ver também CASSAB (2009, p.105), tempo e espaço são pensados como sistema, pois a sociedade se realiza sobre base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas formas e as ações e suas feições. O sistema de técnicas e Política (ação) dão sentido à materialidade.

forma dada ao espaço, sua estrutura morfológica corresponde a um conjunto de valores sempre em mutação que permitem a reprodução das práticas sociais no tempo¹²:

“Forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só é possível compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes”. (SANTOS, 1992, p.52)

Em conurbações de fronteira, estes processos são permeados por conflitos de poder e controle justapostos às discontinuidades¹³ territoriais que afetam as configurações espaciais ao emergir de processos de segregação espacial e exclusão social definidos pelos limites do exercício de poder dos Estados. Nuances que diferenciam os sistemas de organização e representação social (nacional) estruturam o exercício de poder entre grupos sociais, através do controle e de diferenças nas formas de integração espacial que mediam a reprodução do sistema de relações sociais localmente.

Em estudos empíricos, estão presentes como função da justaposição de fronteiras políticas, sociais e de governança, diferenças no acesso à inclusão social e à representação política, e diferenças de integração entre estruturas espaciais urbanas que funcionam como dispositivos de atribuição de alteridade que permeiam as relações entre sistemas socioespaciais contíguos. Os efeitos de fronteiras geopolíticas na integração local escapam, em certa medida, ao poder Estatal centralizado porque são transformados pela coexistência e convivência entre sociedades, a partir das interfaces e intercâmbios locais.

Segundo RAFFESTIN (1992) a marginalidade territorial, a condição periférica destas cidades confere-lhes peculiaridades produzidas pela ambivalência entre limites normativos, administrativos, culturais e de integração espacial e social. Discute a questão em voga à época da maturação da União Europeia: de que a integração regional faria desaparecer as fronteiras nacionais e que estas últimas seriam geratrizes de efeitos negativos que só a integração regional poderia suplantar. Defendeu que fronteiras são indispensáveis à vida em sociedade e que a supressão de fronteiras territoriais desativa fronteiras entre sistemas culturais e normativos, mas formalizam o âmbito de prevalência entre estes últimos. “A fronteira é um objeto cuja emergência se inscreve num processo de territorialização; é um limite político significativo de um território.” (*Op. cit.*, p.7).

¹² Ver CASSAB (2009, p.104).

¹³ Territoriais, espaciais, políticas, de governança, econômicas e culturais.

Diferencia as noções de *limite*, que “circunscreve dois arranjos espaciais dos quais se sublinham as diferenças, nem sempre estruturadoras do espaço” (idem); *descontinuidade* que pressupõe a investigação das estruturas organizadoras do espaço; e *fronteira*, separação estruturadora que exprime ou revela o exercício de poder nos processos de integração multidimensionais e multiescalares inscritas nas configurações espaciais de conurbações internacionais. “A fronteira pressupõe a descontinuidade para a qual ela mesma impõe o limite.” (RENARD, 2002, p.9). A estrutura urbana de uma conurbação internacional pode conter, indiscriminadamente, limites entre zonas morfológicas, descontinuidades espaciais e barreiras físicas que coincidam com a fronteira geopolítica. Ou produzir outras fronteiras, a partir de diferenças nos padrões espaciais - na produção do espaço material - estabelecendo limites aos potenciais e controle sobre o movimento, fluxos e copresença na vida cotidiana destes lugares.

Relações entre estrutura espacial, porosidade e forma materializada da fronteira geopolítica estão implicadas na especificidade e complexidade das configurações espaciais de conurbações internacionais. São variáveis livres e auto-organizadoras quando associadas aos limites normativos, de governança, de regulação econômica e de organização das relações sociais com implicações diretas sobre a forma de integração local e comportamentos sociais. As noções de MASSEY (1991, 1993) de que lugar é processo construído a partir de relações sociais; gloculização (SWINGEDOUW, 2004) de que o transnacionalismo é o processo de integração significativa entre forças globais e locais estruturadas em redes de relações sociais, políticas e econômicas através de interações transescalares; e de território e territorialidade (HAESBAERT, 2005 e SOUZA, 1995; 1997) embasam a descrição dos processos complexos de integração socioespacial em conurbações internacionais.

HAESBAERT (2004, 2005) define território como âmbito de exercício de poder concreto, de domínio (possessão, valor de uso) e simbólico, de apropriação (valor de troca). SOUZA (1995) trata dos territórios multiformes e multidimensionais a partir do exercício de poder, do mais instrumental, controle efetivado através da copresença exclusiva de grupos sobre determinados lugares e porções do espaço, até o poder político exercido por entidades nacionais e supranacionais, ambos tratando do espaço socialmente construído como definido por Henri Lefebvre. A diferença é que o espaço socialmente construído “aparece de maneira difusa por toda a sociedade, enquanto o território e os processos de territorialização se distinguem através dos sujeitos que efetivamente exercem poder (agentes), controlam o espaço e os processos sociais que o configuram” (HAESBAERT, 2005, p.6775).

Relacionando território ao tema da integração socioespacial local se deduz, a partir de SACK (1986) e RAFFESTIN (1986) que controle e poder, dominação e apropriação social do espaço estão implicados na forma como a integração social é organizada espacialmente. O objetivo de delimitar, influenciar, controlar indivíduos e relações sociais, através do controle de uma área, se traduz na noção de *territorialidade*; donde fronteiras são estratégias espaciais de controle de movimento e fluxos, de formas de espacialização ativadas e desativadas.

Produção e apropriação do espaço são processos investidos de valores materiais, éticos e simbólicos que permitem a reprodução de uma organização social, de um sistema de relações sociais, de comportamentos segundo códigos culturais. Territorialidade denota organização espacial das relações de poder de ordem política, econômica, social ou cultural. Ambas relacionadas à diferenciação e pertencimento a categorias e grupos sociais que informam integração espacial através de regras de proximidade e distância, acessibilidade e controle.

Mediadores como fronteiras acionam dispositivos sociais, simbólicos, normativos ou espaciais que, através do controle de acessibilidade modifica os parâmetros de contiguidade espacial. Interditam o movimento natural; delimitam áreas de apropriação específica, controladas simbólica ou instrumentalmente, cujo acesso pressupõe identificação. A diferença que a fronteira imprime no controle da integração espacial é a comunicação do limite de exercício de um poder espacializado, identifica agentes territorializantes que determinam a forma como a integração socioespacial é produzida e reproduzida, diferenciando territórios.

ARBARET-SCHULTZ *et. al.* (2002) dizem que fronteiras engendram conseqüências duráveis sobre a organização do espaço em função das maneiras como exercem a função de filtro: mediam as trocas entre territórios, entre âmbitos de poder. Afetam integração espacial, contribuindo para a emergência de formas urbanas ímpares em função dos dispositivos de segregação, distanciamento ou integração implícitos no processo de povoamento do seu corolário. Seus efeitos sobre a organização do espaço têm força estruturadora, que sobrevive no tempo através das práticas e representações sociais. Rupturas e descontinuidades na organização espacial podem deslocar fronteiras e transformar integração espacial, sistemas de interação e interfaces sociais, políticas e econômicas.

Há diversas classificações para as transformações da estrutura espacial que emergem em função das descontinuidades instauradas por fronteiras. Destas, destacam-se quatro funções características: a) contrapor distância topológica à proximidade ou contigüidade espacial (distância métrica) entre lugares, através de dispositivos materiais ou imateriais de controle do movimento, barreiras espaciais, leis, normas, supervisão, fiscalização; b) selecionar fluxos e

movimento, o que, quem e quanto atravessa a fronteira, graduando o controle entre interdição, mediação, estímulo e filtro que informa como operam integração, segregação, inclusão e exclusão espacial na manutenção do poder sobre o território; c) fixar os limites estruturantes dentro do qual um poder é imposto¹⁴; d) diferenciar pertencimento material, social ou simbólico, designar alteridade a uma entidade territorial: morador / estranho, dentro / fora, nacional / estrangeiro, rural / urbano, constituindo-se num vetor de identidade territorial.

As diferenças entre sistemas territoriais em cidades de fronteira podem ser quantitativas (sistema econômico) ou qualitativas (sistema cultural) e conferem especificidade as formas de integração, interações, interfaces e fluxos entre territórios, transformando as funções originais da fronteira territorial segundo a lógica oportunística local: segregação pode se tornar integração transfronteiriça, configurando formas inovadoras de integração socioespacial dos quais emergem espaços híbridos e práticas cotidianas peculiares (*idem*).

Fluxos, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas da Antropologia em função do transnacionalismo e da globalização, que modificaram a transmissão e a transferência¹⁵ de códigos culturais. Interessa-se por lugares onde estes fenômenos ocorrem, culturas se encontram e se hibridizam, fluxos convergem, novos sentidos são conferidos a comportamentos sociais através da transformação de práticas cotidianas e mudanças na apropriação social do espaço. Sobretudo quando envolvem a difusão espacial e apontam para a revisão da noção de homogeneidade cultural das unidades espaciais:

“Nós hoje buscamos lugares nos quais os habitantes são parcialmente locais, cosmopolitas e imigrantes. Aonde existem comunidades formadas por diásporas e aonde a fronteira não contém, mas é transposta freqüentemente. Zonas de fronteira são locais onde geralmente há ação. Nestes, hibridismo e pluralidade são as palavras que melhor caracterizam as qualidades das pessoas, dos processos de interação e da produção e difusão da cultura.” HANNERZ, Ulf, 1997, p.7 (tradução livre da autora).

¹⁴ Duas variáveis contribuem para a emergência de novas formas de fronteira a transformação das já existentes: mudanças na produção do espaço e suas estruturas estáticas – o espaço construído – e novas formas de poder e representação social notadamente nos espaços urbanos, lugar onde as fronteiras contemporâneas adquirem novos sentidos, mudam, deslocam-se em função das mudanças nos processos que lhes dão emergência. Ainda assim, apesar de suas transformações morfológicas, toda fronteira se define por uma combinação de suas funções e propriedades básicas, distanciamento, filtragem, afirmação política, diferenciação cujos efeitos espaciais de diferenciação morfológica, descontinuidade, intersticialidade, segregação e mediação das conexões têm efeitos notáveis sobre a estrutura de integração das configurações espaciais, sobre a apropriação social do espaço, o uso, o movimento, a copresença nos lugares.

¹⁵ No original em francês: alienação, cessão, translação; transferência de capital, populações, deslocamento em massa forçados, migrações e diásporas; deslocamento de informação entre entidades espaciais; extensão de afetividade de um objeto a outro nos processos de identificação; correspondência entre sinal de saída e entrada em sistemas matemáticos que definem a operação que o sistema efetua. REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). In: Le Petit Robert 1 - Dictionnaire de La Langue Française. Paris: Le Robert, 1992, p.2002.

Remete aos processos de migração laboral e globalização que amplificam os fluxos culturais, definem transições de sentido das práticas sociais, transformando expectativas de reprodução das relações entre categorias sociais, e correlaciona mudanças na produção e apropriação do espaço a segmentação social. Fronteiras culturais se processam nos interstícios entre grupos sociais produzindo diferenciação. Nestes processos, a síntese entre mais de uma cultura engloba o hibridismo¹⁶, sinergia¹⁷ e transculturação¹⁸, originários de fluxos populacionais e da difusão cultural com dimensão espacial. Pode ser explorada a partir da conectividade, da liminaridade, da espacialização de práticas compartilhadas, da organização das relações sociais, dos padrões espaciais e formas de controle social espacializadas. A partir das formas como se constrói a integração espacial entre culturas.

Dotado de complexidade sistêmica o conceito de fronteira é reformulado segundo as transformações que impõem na reconfiguração de territórios: transformações espaciais, através da introdução de objetos físicos e tecnológicos que os definem e limitam e mediação das conexões entre territórios operadas por agentes territorializantes locais ou não.

“Por sua eficácia, estas novas formas de fronteira permitem às sociedades jogar sobre todos os registros de distancia, que podem ser instalados ou apagados à vontade, em função de circunstâncias variáveis. Os processos de fronteirização contemporâneos demonstram que o dentro e o fora estão imbricados, superpostos segundo lógica auto-organizada.¹⁹” ARBARET-SCHULTZ *et. al.*, 2004, p. 12 (tradução da autora).

Ao tratar de integração local em zonas de fronteira geopolítica, se relaciona configurações urbanas às práticas socioculturais a partir das quais os padrões espaciais são produzidos e os lugares apropriados por categorias sociais. Fronteiras são deslocadas em função de usos e significados atribuídos localmente a partir de práticas cotidianas e do convívio com a diversidade

¹⁶ HANNERZ (1997): antropólogos tendem a favorecer o uso das noções de fluxo e hibridismo em detrimento de outras, o que contribui para a ambiguidade do termo.

¹⁷ Na antropologia se refere a processos internos a grupos onde uma ação ou uma habilidade confere vantagens ao indivíduo e ao grupo simultaneamente Ruth Benedict (1941).

¹⁸ Processo a partir do qual emerge uma nova realidade, transformada e complexa, que não é aglomeração mecânica de traços culturais, nem mosaico cultural, mas um novo fenômeno, original e independente do pós-colonialismo (ORTIZ, *Op. cit.*, 1947:1995). Também se refere aos contra fluxos culturais da periferia para o centro – das ex-colônias para as metrópoles – como explorado por Stuart HALL. Miscigenação (HANNERZ, *op. cit.*) se refere ao caso particular de confluência cultural num continuo aberto de diversidade que se estende através da estrutura de relações centro-periferia, podendo ser transnacional. Caracteriza-se pelas desigualdades de poder e controle sobre recursos materiais, integrando análise social e cultural e “sugere uma paisagem social mais estruturada que uma fronteira ou uma margem”. O espaço de fluxos (CASTELLS, 1989) é a transmissão de informação e inovação entre organizações dispersas espacialmente.

¹⁹ A fronteira reticular se materializa localmente, em pontos nodais, como aqueles representados por aeroportos, portos, estações ferroviárias e centros logísticos (*hubs*), por vezes situados em metrópoles, distantes da fronteira geopolítica.

e a alteridade alterando a função social das fronteiras²⁰ geopolíticas a partir da integração espacial que emerge dos processos de expansão urbana, difusão espacial e fusão dos sistemas espaciais em conurbação.

Nas transversalidades sugeridas pelo tema, estão os entrelaçamentos entre ordem, organização, e relações espaciais, sociais, econômicas, culturais e políticas complexas que permeiam discussões multidisciplinares sobre processos de produção de territórios e nacionalidades, etnicidade e diferenciação sociocultural, das quais emergem configurações urbanas singulares. Isto requer atenção às discussões iniciadas na geografia crítica e retomadas no *spatial turn*²¹ (SOJA, 2008) e à estruturação de redes transnacionais: diásporas, comércio e migrações.

BOTTAZZI (1995) diz que, paralelamente ao processo de reestruturação que emerge com a globalização, a variável local é a que desperta maior interesse ao sugerir, através da redefinição de comunidades e grupos étnicos, religiões e fluxos econômicos, a emergência de formas de sociabilidade e socialização impactadas por esta dinâmica complexa. O economista destaca que a complexidade das comunidades locais se relaciona às mudanças nos paradigmas teóricos para a análise de processos de desenvolvimento econômico. Defende que desenvolvimento local não está sujeito a lógicas econômicas exclusivas: estruturas socioculturais e identificação de agentes são pré-requisitos para a análise desta dimensão.

Seu pressuposto é que comunidades locais resistem à penetração de mecanismos de integração como os representados pelos Estados Nacionais, donde regulação equivale à integração e produz tipos de espaços locais ímpares em função dos vínculos que mantém grupos²² sociais locais coesos e definem integração social e econômica na produção e reprodução da vida social e espacial local. A resistência não preserva a comunidade das mudanças e transformações,

²⁰ Trocadilho com: RAFFESTIN, Claude. *Autour de la fonction sociale de la frontière*. (Op. cit., 1992).

²¹ Retomada dos geógrafos as relações entre economia, sociedade, cultura relacionados à sua dimensão espacial propostas pela geografia crítica dos anos 1960-70 na forma como o espaço é produzido e apropriado socialmente. Avanços na representação de dados espacializados, sobretudo nas estatísticas censitárias e tecnologias de produção cartográfica possibilitaram a síntese entre dinâmicas socioespaciais e políticas através da ponderação entre as variáveis qualitativas e quantitativas (medidas estatisticamente) (quantitativas). DIDELON (2008) analisa limites e fronteiras da Europa que parte da percepção local e global da região para redefinir fronteiras de pertencimento segundo variáveis culturais, econômicas, sociais e políticas. Henri LEFEBVRE, Milton SANTOS, Doreen MASSEY, David HARVEY, Saskia SASSEN e o próprio Edward SOJA entre outros enfatizam o caráter relacional multiescalar dos processos socioespaciais e econômicos globais que emergem localmente, sujeitos à indeterminação característica de sistemas complexos e auto-organizados.

²² Sistema de relações sociais e interações recorrentes entre pessoas que compartilham afiliação identitária. Se constituem a partir de diferenças relacionais estabelecidas no âmbito do grupo e com os outros grupos e entre este e a sociedade. Aspectos essenciais ao grupo como localização espacial, cultura autossuficiente e mecanismos de reprodução de relações e renovação dos membros que compartilham valores, interesses políticos, raízes étnicas, linguísticas, etc. sem que estes produzam algum sistema de representação ou de ordem social hierarquizada é o que difere grupo de sociedade.

mas embasa as variáveis que mediarão os processos de integração local e nacional à economia de mercado, à forma como inovações são incorporadas na configuração do sistema socioeconômico local. O autor confere importância à integração na emergência de estruturas socioespaciais ímpares em regiões de fronteira.

“Processos concretos de transnacionalização podem ser fundados na vida cotidiana e na difusão de elementos culturais populares” (MELLO CORRÊA, 2008, p. 339), corroboram a hipótese de que difusão espacial, hibridização ou transformação nos padrões de interação social impactam as atividades produtivas locais e a organização - integração - do sistema espacial, alterando os parâmetros para a sua expansão e transformando-o: a forma como ocorrerá a integração econômica de imigrantes pode inovar a economia local e transformar expectativas de apropriação social do espaço e a dinâmica econômica e espacial locais, conferindo-lhe diferenças que os integrem à economia de mercado globalizada.

O Planejamento Urbano tem como foco a escala local, as investigações que assumem o espaço urbano produzido socialmente como uma das dimensões de estruturação das relações sociais, políticas e econômicas. Transformações sociais e econômicas (BOTTAZZI, *Op. cit.*) a partir das quais se discute processos de globalização, localismos e comunidades, podem ser investigadas partindo-se da integração e da interação entre os agentes²³ locais (moradores, municipalidades, empreendedores locais) e novos agentes (migrantes, imigrantes, entidades supranacionais e organizações transnacionais), a partir das mudanças no sistema de representação nacional e de relações globais incorporadas ao cotidiano das fronteiras entre Estados Nacionais como redes de comércio especial (*duty free* shops, logística, cooperação, transporte, tráfico, comércio popular, abastecimento, importação / exportação) que se desenvolvem a partir de oportunidades geradas pela contiguidade com outro território nacional.

Integração é correlata à identificação de agentes que operam local, global e transnacionalmente transformações no sistema socioeconômico e espacial dos lugares. Partindo-se da dimensão espacial para a análise do sistema urbano, é possível identificar agentes a partir de mudanças que imprimem na estrutura espacial e na dinâmica urbana, nas configurações espa-

23 São descritos na literatura como indivíduos ou grupos com capacidade de influenciar ou induzir transformações sociais e, portanto, capacidade de articulação política. Para o autor estes novos agentes não tem vinculação local e, por isso, não estão habilitados à ação política direta, mas influenciam políticas públicas locais ao mobilizar os interesses econômicos da comunidade na realização do potencial econômico representado pelos usuários. Seriam agentes indiretos, coagentes, ou ainda agentes sintagmáticos (RAFFESTIN, 1992) e promovem mudanças políticas que acomodam seus interesses de consumidores com impacto socioespacial local. Alterações de posturas construtivas e de uso do solo, processos de gentrificação são exemplos locais que visam suprir os fluxos turísticos, zonas francas em cidades fronteiriças brasileiras são supra-locais.

ciais e no sistema de relações sociais, culturais, políticas e econômicas, no movimento, na presença e no uso do solo. A partir da diversidade de oportunidades de negócios, seu desenvolvimento e sua associação a grupos nacionais, étnicos e culturais se produzem correlações entre práticas socioeconômicas e grupos sociais, sejam classes sociais, sejam imigrantes, migrantes e usuários e vida espacial em cidades de fronteira. Identificá-los é identificar variáveis atuantes nos processos de transformação da integração socioespacial (FARRET, 1997).

MARTINOTTI (1994: MOST- *Meeting* / UNESCO, Viena, 1993) destaca dentre os agentes os usuários de cidades. Critica a aplicabilidade da ecologia social²⁴. na contemporaneidade devido a dificuldade para se definir pertencimento e delimitar tipos de interfaces entre habitantes, imigrantes e usuários eventuais, em função da complexidade de suas interações e seus impactos sobre comunidades locais. Clivagens e solidariedades de classe tradicionais e entre classes de habitantes são rearranjadas em função de certos grupos que influenciam de maneira contundente as dinâmicas urbanas, a morfologia das cidades e a morfologia social, segundo a forma como se integram à vida urbana (espacial). Aponta dificuldades metodológicas para identificar e quantificar agentes²⁵ não locais que alteram formas de integração e uso do espaço. Refere-se a novas categorias sociais relacionadas à globalização que tem impacto sobre a governança urbana: os usuários de cidades, integrados aos fluxos turísticos de massa, de compras e laborais que podem ser cotidianos, sazonais, eventuais ou permanentes, legais e ilegais,

24 “*I am talking here of social ecology in the broad sense, which encompasses a family of explanations including the studies of the social ecological school in the proper sense and all urban analyses that in Durkheim's terminology would be classified as part of the morphologie sociale.*” (MARTINOTTI, 1994, *Op. cit.*, p. 20).

25 Segundo LACLAU (1985) “sociedade refere-se a um grupo de pessoas vivendo em comunidade organizada e em contato cotidiano, base da vida social. Interação pressupõe mudança no comportamento dos indivíduos como resultado dos dois tipos de solidariedade – orgânica e mecânica – e as expectativas sobre as ações dos outros: processos sociais são diferentes tipos de interação entre indivíduos e grupos que agem e reagem entre si. A análise científica da sociedade requer a classificação das suas partes (grupos, categorias, camadas, classes), para compreender o funcionamento do todo, e a classificação dos processos relacionais ou a posição que cada um ocupa numa determinada estrutura social, num dado momento. Agente social não é entidade unificada e homogênea, é plural, depende das suas posições relacionais frente aos outros e do contexto em que se insere e age. Esta é a chave teórica para entender as peculiaridades dos novos movimentos sociais cuja característica é de um conjunto de posições mutáveis ao nível do local, dos aparatos institucionais, das formas de subordinação cultural, étnica e sexual que podem ser acionadas politicamente e resultam da crescente autonomia entre as esferas da sociedade, cujas implicações têm que partir da noção de agente descentralizado. (...) a ideia de que certa ordem social só pode ser constituída com base numa fronteira externa que a separe do que seja radicalmente Outro, oposto a esta ordem, é reforçada pela noção do Estado do Bem Estar Social, cujo imaginário social e político é o potencial de integração ilimitada no interior a sociedade (igualdade): toda diferença é considerada legítima no interior do sistema e marca as lutas sociais contemporâneas, a autonomia crescente de representação e reivindicação de grupos sociais. Isto confere complexidade a estrutura de classes nas sociedades industriais avançadas, do qual emergem outros princípios constitutivos de fronteiras sociais internas que politizam áreas específicas das relações sociais gerando reivindicações específicas sem contestar o estado nacional ou forma de representação política (revolução), o que causa visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade: auto-organizada e complexa”.

gerando demandas e conflitos de interesses específicos. Não listados como população efetiva em nenhum censo²⁶, são difíceis de quantificar e qualificar dadas as limitações para a coleta de dados sobre seus hábitos. Porém suas demandas impactam as configurações espaciais e a estrutura sociodemográfica local, estabelecendo-se competição por funções urbanas, especialização de comércio e serviços, mudanças nos usos, valor e potencial econômico do solo urbano. Podem desencadear processos de transformação das interações como a gentrificação, deslocar e reestruturar centralidades, alterar movimento natural, copresença e intensidade de fluxos nos lugares, transformando a vida espacial e social. Constitui-se num problema complexo, multiescalar, multivariável e multiagenciado de Planejamento Urbano impactando dinâmica, desenvolvimento e expansão urbana.

Segundo HARVEY (1991) “o processo de reconstrução social local é solidário à globalização do capital”. Comunidades locais se entregam à capitalização dos seus recursos culturais, a partir da oferta de particularidades em termos de identidade simbólica, produtos ou consumo que funcionam como atratores para a atividade turística e para atividades econômicas específicas. A intensidade dos fluxos de usuários age sobre o sistema de integração socioespacial e econômica dos lugares eleitos como destinos turísticos ou como centros de negócios internacionais, introduzindo inovações locais através da difusão espacial de práticas culturais. Em cidades fronteiriças, os atrativos são a possibilidade de contato com o estrangeiro, o acesso a produtos livres de taxas de importação (*duty frees*), as diferenças de licitude e legalidade de práticas entre territórios nacionais, a situação difusa de cidadania e nacionalidade e as oscilações de câmbio que podem transformar usuários²⁷ em agentes.

Estes autores dizem que se uma comunidade passa a depender, para sua própria sobrevivência, de populações flutuantes vinculadas de forma intermitente a lugares, o tema da integração é ampliado e transformado, tornando-se imperativo depreender as tendências (conflito, segregação ou integração) ensejadas pela hibridização. Seu impacto nas cidades fronteiriças é

²⁶ Refere-se a cidades como Londres, Roma e Veneza que recebiam quantidade de turistas pelo menos 10 vezes maior que suas populações urbanas. Dados corroborados ao longo desta pesquisa em relação às cidades da fronteira Brasil / Uruguai: no feriado de 20/09/2010, 70.000 veículos particulares entraram em Santana do Livramento/RS; a média estimada de 210.000 turistas duplicou a da população do município (dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal), publicados em BRAGA & RIGATTI, 2012. As limitações decorrentes da metodologia de coleta de dados sobre fluxos turísticos foram corroboradas nesta pesquisa: faltam dados que contemplem as transformações relacionadas ao turismo de compras.

²⁷ BRASIL; Ministério do Turismo. FRONTUR – Turismo de Fronteiras 2004-2010. Acesso via: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/41frontur.html e os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 e 2007-2010, que não contemplam o turismo de consumo popular: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/03planos_nacionais.html.

variável e pode modificar sistemas de representação política e governança²⁸, urbana cruciais na solução de conflitos, inclusão social, integração espacial e desenvolvimento local.

O interesse no transnacionalismo e na globalização, cresce a partir do redesenho das relações entre entidades territoriais, os estados nacionais, e dos processos de integração regional, que pressupõe a supressão de fronteiras geopolíticas para o fluxo de mercadorias e de trabalho. Integração socioespacial, econômica e política são transformadas, potencializadas pela segmentação social entre grupos étnicos, culturais e minorias produzidas a partir da intensificação de fluxos de migração laborais transnacionais, da economia capitalista globalizada, de diásporas frequentes, pobreza extrema e mudanças no trabalho e pertencimento.

HARVEY, MARTINOTTI, BOTTAZZI, FARRET e HAESBAERT (*Op. cit.*) dizem que os cidadãos de um país, que trabalham em outro país, ou usam os serviços de outro país, no contexto transfronteiriço são agentes importantes nos processos de transformação da estrutura e dinâmicas urbanas em função de suas expectativas de integração espacial e econômica peculiares. Podem estabelecer demandas políticas como grupo organizado, reivindicando residência ou legalização laboral que modificam os parâmetros de inclusão social, dando emergência ao pluralismo preconizado por LACLAU (*Op. cit.*, 1985, n. r. 25). O transnacionalismo das metas de integração em blocos regionais (MERCOSUL) atribui direito de cidadania a imigrantes e refugiados através da regulamentação de nacionalidade e cidadania excepcionais em zonas de fronteira, que pressupõe cooperação política.

Sua contrapartida é a redefinição do papel das cidades de fronteira frente às dinâmicas políticas e econômicas entre Estados Nacionais e entre grupos pluriculturais que reorganizam, localmente, expectativas de interação social, com impactos espaciais inegáveis. Fluxos migratórios, laborais, diaspóricos e turísticos tem potencial para transformar territórios geopolíticos,

²⁸ Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções sociais”. Agentes que participam da governança urbana: poder local, sociedade civil e mercado. A integração entre estes agentes é medida pela ONU como meta para a realização satisfatória dos Objetivos do Milênio (PNUD, 2005): inclusão de gêneros, minorias étnicas e na eficiência e qualidade das redes estabelecidas através do diálogo paritário entre agentes no âmbito local e nacional. Isto é, na capacidade de conciliar os interesses dos agentes e das parcelas representativas da sociedade na administração pública. Tratando-se da escala local, é a questão da inclusão e da participação autônoma de redes de agentes sociais nas decisões de Planejamento Urbano. Os foros locais de decisão devem dar condições para fortalecer a participação e autonomia representativa de grupos nos processos decisórios e mudar o paradigma de prevalência étnica, econômica ou cultural nas decisões políticas: dar poder e autonomia representativa como forma de inclusão social e política de agentes antes desconectados dos processos decisórios. In: PONT VIDAL (coord.). Governança urbana, Objetivos do Milênio e pacto global na Região Metropolitana de Belém (RMB) – Relat. Pesquisa. Belém: NAEA / UFPA, 2007, 44 p.

porque o contato entre culturas diversificadas se amplia²⁹ e imprime complexidade imprevista às estruturas socioespaciais dos quais emergem processos de territorialidade e fronteirização.

Ancorada na integração reticular, a transnacionalização ou deslocamento e realocização de grupos étnicos, culturais e nacionais conduzem à formação de “comunidades que nascem do movimento de pessoas através de fronteiras” (MELLO CORRÊA, 2008, p 340) ou de situações nas quais “imigrantes mantêm múltiplas relações, familiares, sociais, econômicas, políticas e religiosas que transcendem fronteiras, unindo seu país de origem ao país para o qual migraram. Implica em relações socioculturais que agregam, por circularidade, novas compreensões do mundo.” (*idem*). Estas convergências transformam as relações sociais locais, através de, como diria Frederico Holanda (2010), encontros e esquivanças³⁰, dos grupos em relação a si mesmos e entre si (*bottom up*³¹). A conciliação entre espacialidade e apropriação social do espaço são implicadas na difusão espacial de inovações transformadoras:

“(...) é assim que se constrói uma comunidade ou um campo social transnacional em que indivíduos de distintos países e procedências étnicas estabelecem relações que transcendem fronteiras nacionais, com base no interesse comum por determinada prática cultural que tenha se expandido além de suas fronteiras originais.” (FRIGERIO, Alejandro, 1997, p. 138)

As formas de espacialização que emergem do movimento, circulação e fluxos globalizados indicam duas tendências importantes: a da emergência de um cidadão “transnacional” com mais de uma cidadania – a do seu país de nascimento e a do seu país de adoção, e a da copresença urbana de grupos com identidades culturais, étnicas e religiosas diferentes daquelas que designavam uma afiliação ou cidadania correspondente a uma entidade territorial, a um estado nacional, ou seja, da crescente segmentação social. Limitações para a representação do conjunto de relações socioespaciais globais, latentes na própria idéia de comunidade nacional assimiladora - étnica e culturalmente majoritária - aumentam a importância dos víncu-

²⁹ Faz-se referências a autores, que analisam no contexto europeu formas de exercício de cidadania vinculadas ao pluriculturalismo e aos desafios que este impõe à governança urbana, às relações e práticas sociais, à produção do espaço e à vida urbana, vinculados aos mecanismos de produção de identidades nacionais e étnicas, ao pertencimento e ao planejamento urbano, na solução de problemas de exclusão social e segregação espacial e na conciliação de demandas derivadas das gestões participativas.

³⁰ HOLANDA, Frederico R. B. de (Professor Titular, Faculdade de Arquitetura, UnB). Banca de qualificação do projeto de tese de Andrea da Costa Braga. Porto Alegre: PROPUR, 21 de maio 2010 - sugeriu o uso do termo composto encontros-esquivanças em substituição a copresença, mais difundido na literatura.

³¹ JOHNSON (2003, p.15): Em sistemas complexos adaptativos, o movimento de regras de um nível baixo para um nível mais alto: agentes dessemelhantes interagindo de forma dinâmica seguem regras locais, sem instrução de nível mais alto, que resultam em padrões de recorrência que criam ordem (macro comportamento) inadvertida observáveis no nível mais alto.

los locais, onde identidades singulares, étnicas, religiosas ou culturais impactam a estrutura das relações sociais e a percepção externa das mesmas.

O tema da integração envolve os porquês dos fluxos migratórios, na medida em que impactam e produzem transformações nas comunidades locais, através do papel que desempenham na diversificação das instituições e transformação das práticas culturais, religiosas e econômicas, que se reproduzem através da espacialização de suas práticas socioculturais (CASTLES & MILLER, 2009). Implica em transformações simbólicas dos espaços cotidianos através do uso, da hibridização de expectativas distintas de apropriação social do espaço, função da difusão cultural, de outras expectativas e comportamentos sociais, que permite a sobrevivência da identidade de grupos num novo lugar transformando interações. Estes processos correspondem aos sentidos atribuídos às fronteiras geopolíticas, à preponderância de zonas de contato, à mediação entre dois sistemas culturais frente aos processos de integração regional, funcionando como elemento de comparação com a alteridade, através da descontinuidade territorial:

“A preponderância das relações analisadas não releva as abordagens estruturais da integração espacial, em especial aquelas que consideram os aspectos morfológicos do desenho do território, da organização espacial do território, especialmente a rede de infraestrutura e de conexões entre elementos do sistema espacial, as densidades das conexões e populacional que indicam dinâmicas do espaço transfronteiriço.” (SOHN, Christophe; REITEL, Bernard; WALTHER, Olivier, *Op. cit.*, 2009, p. 12) - (tradução da autora)

A difusão espacial enseja o que APPADURAI (2001) e LINS RIBEIRO (2009) chamam de transnacionalização hegemônica, que se fixa sobre o controle de finanças, comunicações e fluxos *top down*³², controlados por estados nacionais e suas instituições em zonas de fronteira que, através da cooperação internacional produzem outros tipos de territorialidade com consequências diretas nas formas de integração social, espacial, e econômica locais. Incluem regimes de cooperação urbana, multidadania, comércio internacional e regulação de atividades produtivas que delimitam espaços transfronteiriços³³, com governança excepcional e consequências no Planejamento Urbano e Regional. Processos que, além de multiescalares e multi-

³² Que seguem objetivos específicos e regras de interface controladas através da representação social e política institucionalizada e identificadas por entidades espaciais (Estados, Municípios, Blocos econômicos, Organizações supranacionais, etc.); organizações com estruturas hierárquicas definidas e regras preestabelecidas.

³³ Funde dois conceitos de economia política marxista: sistema econômico mundial e hegemonia (exercício naturalizado e silencioso do poder) pelos diferentes grupos e classes sociais que somam uma sociedade, das formas socialmente apropriadas de reprodução da vida social (GRAMSCI). Poderia se referir também aos processos descritos por Henri LEFEBVRE (2002, 2004) e Cornelius CASTORIADES (2004).

dimensionais, são multimodais, alguns *bottom up*, outros *top down*, que moldam as configurações espaciais de conurbações internacionais (BYRNE, 1999).

LOBATO CORRÊA³⁴(2008, p.303) diz que “a cultura é um conjunto de significados que um grupo social elabora e reelabora com base em sua experiência, visando fornecer integridade aos diferentes aspectos da vida” e que diversidade cultural é fruto de processos de diferenciação espacial complexos, qualitativos e quantitativos, na medida em que a espacialidade é uma das dimensões de produção e reprodução do sistema social. Formas de sociabilidade podem incorporar “a adoção desigual de inovações produzidas externamente ou transformações na lógica interna dos grupos sociais e do contato entre esses.”, a partir das interações, das relações que se realizam localmente (*idem*, p.302).

Nos espaços fronteiriços, “a linha de fronteira comparece como um aparato taxonômico complexo e flexível” (LINS RIBEIRO, 2009) que permeia as relações sociais, culturais políticas, identitárias e espaciais pois submete as pessoas a uma dinâmica de pertencimento seletivo em função das oportunidades que emergem das diferenças produzidas pelos sistemas políticos, benefícios institucionais e econômicos e no cotidiano de trocas e aquisições comerciais. Segundo o autor, esta condição promove a base de um comércio popular globalizado. A Etnografia denomina identidades híbridas (SMITH & BURCH, 2011) às formas alternativas de pertencimento e nacionalidade que emergem destes processos.

Em função destas considerações, toma-se a noção de gloculização tal como empregada por APPADURAI (2001), CASTLES & MILLER (2009), LINS RIBEIRO (2009, 2010) e MATHEWS (2011): processos locais que emergem em consonância ao processo de globalização e difusão cultural que diversificam relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Tem na migração laboral e nas redes de comércio internacionais, na multidadania e na cidadania diferencial a base da segmentação social. Redes transnacionais não hegemônicas comerciais de amplo alcance se estruturam a partir de fluxos *bottom up* de imigração, migração e diásporas que podem ser contínuos, segmentados, pendulares, sazonais ou ocasionais. Acionados por solidariedade orgânica e difusão de informação, se nodificam (emergem) em zonas de fronteiras geopolíticas, regiões metropolitanas e cidades globais, interligados a outras redes de comércio informal (camelôs, sacoleiros, contrabando).

³⁴ A partir de GEERTZ (1978): ressaltou a importância da dimensão simbólica da ação e da cultura, dizendo que a interpretação de evidências materiais ou comportamentais deve passar pelo entendimento das evidências simbólicas na realização do trabalho etnográfico: manifestações materiais dentro do contexto da cultura local, que confere significados diferentes aos dados pelo pesquisador podendo estabelecer e delimitar territórios de grupos sociais e definir outras formas de territorialidade.

LINS RIBEIRO (2009) analisa as cidades de Foz do Iguaçu / BR, *Puerto Iguazú* / AR e *Ciudad del Este* / PA, um espaço transfronteiriço dinâmico e complexo no qual emergem nós de várias redes da globalização popular (de comércio formal e informal, atacadista, varejista, formiga, de contrabando, de tráfico – de drogas, humano, de operações financeiras, de distribuição de mercadorias, etc.). Este espaço transfronteiriço é produzido por agentes que não se encontram sob controle estatal, não é regulamentado por instituições formais e tem limites ambíguos. Por isso, “os maiores espaços transfronteiriços são transnacionais, com propensão a serem espaços globais fragmentados, conectados a redes e circuitos também globais de pessoas, bens e informações” (*idem*, p.26) que imprimem características particulares à dinâmica urbana e à integração socioespacial na vida cotidiana.

A informação empírica obtida em estudos monoescalares é insuficiente para analisar os processos relacionados à globalização popular (*low end globalization, grassroots globalization*: APPADURAI, 2001) e à *gloculização* sendo necessário identificar a origem de fluxos que alimentam as redes para captar sua organização e estrutura local e analisar as interações entre grupos culturais, nacionais e étnicos integrados através da atividade econômica e financeira.

De nós de redes de comércio popular globalizado emergem novas formas de espacialização e controle do espaço que transformam e são transformadas a partir de relações locais. Estas redes são estruturadas a partir da origem comum dos membros de um grupo (étnico, cultural, nacional) e podem realizar o potencial transfronteiriço de *gloculização* (LINS RIBEIRO, 2009; 2010), reorganizando-se em função das potencialidades de integração social e econômicas locais. Por sua vez, reestruturam a vida espacial e social dos lugares com impactos sobre a configuração urbana, muitas vezes tirando partido da porosidade das fronteiras nacionais³⁵.

Há razões espaciais nas escolhas locacionais das redes da globalização popular relacionadas aos potenciais de controle espacial, de exercício de poder que realizem as expectativas dos agentes transfronteiriços quanto à apropriação e uso do espaço. Correlaciona-se à integração econômica e social destes agentes e à conectividade e integração potencial destes lugares com outros que possibilitem a continuidade e estabilidade dos fluxos entre os nós da rede. Estas

³⁵ Comentário da autora: os fluxos transnacionais localizados em fronteiras se valem de duas formas extremas de integração espacial: a disseminação equitativa do potencial de integração da estrutura espacial, que fragiliza o controle local, permitindo a disseminação de fluxos, isto é, aumentando as possibilidades de rotas, o que dificulta a sua fiscalização. Ou, ao contrário, a canalização de fluxos sobre um número reduzido de rotas, o que potencializa o volume do fluxo e, conseqüentemente, diminui a probabilidade estatística de fiscalização de todos os elementos em trânsito. Em Foz do Iguaçu / BR e Uruguaiana / BR, o segundo sistema favorece os sacoleiros, o pequeno e grande contrabando de cargas, de pessoas, etc. Uma última observação: a globalização popular também se vale dos processos de integração internacional *top down*, buscando lugares onde o controle fronteiriço do trânsito de pessoas não é exacerbado para se instalar.

interpolações podem indicar variáveis importantes na estrutura de integração espacial, social e econômica, codependentes de poder de agencia conferido pelas redes e associados aos fluxos de turismo de compras de massa, populares.

CLAVAL (1997) vê segmentação social como transformação positiva em relação à alternativa de assimilação de minorias, que oblitera identidades culturais. Daí emergem o pluriculturalismo e o multiculturalismo como estrutura da coexistência local de grupos cujos vínculos nacionais e culturais são frágeis entre si, sugerindo que as interfaces podem produzir identidades híbridas. Integração da diversidade, social, política e econômica espacial são correlatas. Da forma como as relações nestas dimensões se estrutura podem emergir configurações socioespaciais que vão da segregação espacial e exclusão social, como nos casos de guetos, à assimilação plena.

Transculturalização/ transnacionalismo (ORTIZ, 1947:1995) se contrapõe à noção de assimilação, de sujeição à cultura majoritária, ressaltando que são processos em que culturas se moldam mutuamente, através dos contatos e das relações locais. Esta abordagem inovou as formas de interpretação na Antropologia, partindo da análise artefatos (commodities) para entender as sociedades que a produzem e os processos de hibridização cultural. Destacou que relações sociais (de dominação e exclusão) podem ser mal interpretadas, quando são codificadas como atributos de pessoas e não de objetos / artefatos. Donde fronteiras culturais são artifícios de poder precários, função do contexto e das relações entre grupos sociais como forma de reter a fluidez das formas culturais e atribuir sentidos ao exercício de poder.

Segmentação social é condição histórica da organização política e a forma de integração de conflitos contemporânea é administrada a partir de mudanças na construção da soberania nacional (BLAY, 2000 e AL SAYYAD & ROY, 2005). Da homogeneidade administrativa e integração linear à administração pulverizada, a função integradora do Estado é dada pelo controle das diferenças e descentralização na escala local (municípios, regiões metropolitanas, etc.), provocando diferenças de territorialização segundo o ordenamento territorial e as formas de representação exercidas. Ao contrário, ORTIZ (*Op. cit.*) preconizava o transculturalismo, a integração cultural como solução de conflitos sociais, nos quais fatores étnicos e raciais perderiam seu poder dissociativo em função da emergência de nova ordem social assertiva.

Considerando-se segmentação social e segregação espacial vértices do escopo de possibilidades de configuração socioespacial que decorrem de heterotopias ³⁶. AL SAYYAD e ROY (2005) dizem que estas resultam processos decisórios atípicos no Planejamento Urbano e Territorial pautados por mudanças no imaginário social que incorpora reivindicações de minorias e grupos excepcionais como estratégia para minorar os efeitos negativos da segmentação social. Nas zonas de fronteira, especialmente em conurbações internacionais, é a experiência cotidiana que molda as trocas e interfaces sociais em função da contiguidade espacial entre dois sistemas sociopolíticos. Políticas públicas para a solução de problemas comuns são pautadas pela forma como integração social e espacial estão sujeitas a formas ímpares de segmentação social que podem produzir suas próprias heterotopias.

ORTIZ (*Op. cit.*, p. xvi) diz ser “possível abordar as sociedades locais e regionais a partir do poder fetichista das *commodities* que produzem”, procurando nas transformações de suas bases produtivas a identidade de lugares, formas de organização social, a maneira como grupos sociais constroem seu sistema de relações, como categorias sociais são redefinidas a partir dessas mudanças. Por exemplo, do beneficiamento de produtos agrícolas a pólos comerciais e de serviços, destinos de turismo de consumo, centros de distribuição de produtos da globalização popular. Essas mudanças provocam reorganização das relações de poder entre grupos sociais, redefinindo suas identidades, hibridizando-as e produzindo outros sentidos e códigos culturais que informam as expectativas de interação entre grupos, portanto a produção e apropriação social do espaço.

Diásporas³⁷ e migrações adquirem significado espacial através da difusão cultural e da configuração de identidades culturais e étnicas que são construídas a partir dos deslocamentos.

³⁶ A geografia humana se vale do termo cunhado por FOUCAULT (1984), para interpretar diferenças de identidade de lugares em cidades multiculturais, de sentidos atribuídos às formas espaciais e instituições que emergem da segmentação social e cultural. A noção de lugar heterotópico, está relacionada às formas de produção de heteronímia social (etnicidade, gênero). “Pode-se imaginar um tipo de descrição sistemática que, numa dada sociedade, tomasse como objeto de estudo, descrição e análise estes espaços diferentes, espaços outros, como tipos simultaneamente míticos e reais de contestação dos espaços nos quais vivemos, chamando-a de heterotopologia: 1) todas as culturas constituem heterotopias, que assumem formas variadas: lugares segregados e proibidos reservados a indivíduos em transição ou para indivíduos com comportamento desviante em relação à norma, instituições; 2) suas funções são mudadas pelas sociedades na história. 3) justapõem, num mesmo lugar, diversos espaços, recriando realidades 4) temporalidades diversas 5) pressupõe filtros, fronteiras que o isolam e integram segundo códigos de acesso. 6) são espaços de alteridade. 7) tem função de concretizar ilusões ou serem compensatórios.” (tradução livre da autora). Daí os guetos, os *compounds*, os resorts, as prisões, os bairros étnicos.

³⁷ Diásporas são migrações forçadas por guerras, catástrofes ou pobreza que motivam grandes parcelas da população de um país, região ou lugar a transferirem-se para outras. Os autores franceses usam bastante o termo diásporas como forma de enfatizar as condições que levam à imigração / emigração das regiões mais pobres do mundo para as mais ricas. Contraposta ao imigrante “tradicional” que deixa o seu território para não mais

Os mecanismos de produção de um grupo podem estar baseados em solidariedade étnica, nacionais e religiosas partilhadas em outros contextos geográficos, com implicações diretas sobre as relações socioespaciais locais. A construção da dimensão simbólica da vida coletiva pode ser apreendida a partir da vida cotidiana, de formas de solidariedade mecânica e orgânica, codependentes de círculos de interação e trocas. Edifícios simbólicos, formas de habitar peculiares, diferenças no uso e apropriação do espaço público, códigos de vestuário, transformam e são transformados a partir das relações com a alteridade nos lugares onde se inscrevem (CLAVAL, 1997, p.108 e p.90). A atribuição de novos sentidos a lugares modificam as expectativas de interação entre categorias sociais em sociedades plurais, os códigos culturais que informam a produção e apropriação do espaço e a vida em público, podendo transformar indelévelmente as formas de integração social e espacial local e produzir novas territorialidades “o que se transformou num dos componentes mais importantes das novas orientações do mundo social e político” (CLAVAL, 1997, p.108).

Velocidade de disseminação de inovações, densidade e amplitude das redes transnacionais, dinamização de economias locais e mudanças das relações socioespaciais são variáveis nos processos de diferenciação e transformação das interfaces entre grupos culturais e étnicos. A partir destes parâmetros de integração, que tendem a preservar diferenças, as categorias sociais moradores / estranhos são reelaboradas. Estas mudanças impactam integração social e econômica com conseqüências sobre as formas de produção e apropriação do espaço urbano, valor do solo e imagem dos lugares. Incluem novos agentes no desenvolvimento urbano.

Os critérios que separam o grupo social do qual fazemos parte daqueles que nos são estrangeiros, isto é, como a alteridade comparece como variável importante na questão da integração socioespacial é o que define o interesse de CLAVAL (1997, p.106): “Os homens não param de imaginar novos valores, de construir novas classificações e de traçar novas fronteiras”. No mundo globalizado, a ideia de pertencimento / identidade, é multifacetada e multiescalar, obedece a hierarquias ora globalizantes, na forma de identidades coletivas, quando valores políticos e nacionais são compartilhados (princípios constitucionais, naturalidade e naturalização); ora localistas, dependentes dos contextos em que se inserem os grupos étnicos e religiosos (regionalismos e militâncias políticas).

Na geografia política é a imagem da fronteira e daqueles para além dela que são vistos como diferentes que mobiliza a alteridade (PAASI, 1996). A integração local pode ser ferra-

voltar e dele se desvincula, os movimentos de diáspora mantêm uma ligação forte com o local de origem e a expectativa de retorno permeia a vida das pessoas por gerações.

menta de conhecimento e combate às formas de opressão e segregação calcadas nesta prerrogativa: “É necessário [...] desconstruir a imagem do outro que o Mundo Ocidental tem como óbvia dado que se concebe como superior”, como preconizado por Edward SAID (1978: 2001). A pluralidade incorporada como dado não erode o poder dos Estados Nacionais como atores hegemônicos nas relações econômicas internacionais nem ameaça sua legitimidade territorial: se a globalização é fator de enfraquecimento das fronteiras nacionais na esfera econômica, é também o propulsor da demarcação do âmbito político-administrativo da instituição (a fronteira em si) e indutora de segmentação socioespacial, portanto transformadora dos tipos de integração local e regional podendo ser consideradas espaços excepcionais. Tidas como marginais ou periféricas aos centros de poder estatais, as zonas de fronteira tornam-se estratégicas como “membranas assimétricas” (FOUCHER, 2009, p.19). Foco de projetos de cooperação e integração regional (em blocos econômicos) pressupondo-se o controle de interações indesejáveis (*bottom up*) e o estímulo à integração (*top down*) internacional.

Se a produção do espaço é uma dimensão da reprodução da sociedade, é possível investigar o problema da integração espacial em conurbações internacionais a partir das transformações nos padrões espaciais e nas propriedades morfológicas da estrutura espacial e correlacioná-las a potenciais e controle sobre movimento, copresença e probabilidade de fluxos quanto a acessibilidade relativa dos lugares no sistema conurbado. Isto possibilita correlacionar integração espacial a integração econômica e social de grupos com identidade étnica, nacional e cultural diferente e depreender sentidos para as transformações na produção e apropriação social do espaço. As variáveis espaciais moldam integração social e econômica na vida cotidiana de moradores e estranhos, podendo também auxiliar a identificação de agentes e suas estratégias de integração econômica, social e política a partir da forma como se apropriam de lugares do espaço conurbado em zonas fronteiriças contribuindo para a hibridização e transculturação à escala local.

Ainda que a globalização se estruture a partir de Estados Nacionais, tendo como referência soberania e instituições para as quais a fronteira geopolítica delimita cidadania e legalidade (política), não propõe respostas aos aspectos simbólicos e identitários da vida cotidiana nos lugares de fronteira, onde todos, imigrantes e nativos tem que dominar a “cultura legal” de mais de uma sociedade, para interagirem entre si LINS RIBEIRO (2009, 2010)³⁸. “O mundo

³⁸ LINS RIBEIRO, Gustavo. Depoimento Painel “Nações, Fronteiras, cidadanias e Identidades”. In: VII RAM - Reunião de Antropologia do MERCOSUL, Porto Alegre: Salão de Ato, Reitoria, UFRGS, julho de 2007. Participação de Alejandro GRIMSON (IAE- Buenos Aires).

não está mais dividido entre culturas anfitriãs e imigrantes, mas numa superposição e entrelaçamento” (HAESBAERT e SANTA BÄRBARA, 2001, p.3). Os autores reafirmam que estas tendências são incorporadas de forma pragmática às estratégias de grupos culturais e étnicos, tirando partido do hibridismo e ambiguidade do transculturalismo praticado localmente, ou reafirmando suas identidades nacionais ou étnicas como estratégias para integração na economia globalizada. No espaço produzido dentro dos limites do território nacional, se inscrevem as diferenciações políticas, sociais, arquitetônicas e culturais³⁹, podendo-se analisar diferenças na produção de etnicidade, nas expectativas sociais de interação com a alteridade. O que os autores propõem é que a temática da integração em cidades de fronteira está relacionada ao hibridismo que permeia as práticas cotidianas definidas a partir de categorias de identidade local, nacional, regional, supranacional ou transnacional.

Remete à definição do problema da pesquisa, que aborda integração em conurbações de fronteiras internacionais a partir da constatação da multiplicidade de fluxos, de agentes, de dinâmicas econômicas e processos de territorialização sob o viés da diversidade cultural, identitária e étnica. É a partir da análise de sistemas urbanos contíguos, de configurações espaciais que se pretende analisar difusão espacial, transformações em estruturas espaciais que emergem da reestruturação social e econômica local, face aos processos de integração de novos grupos sociais, imigrantes em diáspora global e das reestruturações dos Estados Nacionais.

1.1 Definição do problema de pesquisa

A formulação do problema da pesquisa está imbricada à noção de fronteiras como dispositivos de mediação entre entidades espaciais diferentes nas várias das dimensões da vida social e nas suas espacializações⁴⁰, nas discontinuidades e transformações que impõem à inte-

³⁹ Cultura aqui entendida como afirmação de identidade em relação à alteridade que BARTH (1968) diz ser relacional, só é construída a partir de relações com outros grupos e a definição de fronteiras entre estes. Condição implícita ao imigrante e grupos sociais em fronteiras territoriais. Ainda que haja integração econômica, social e até mesmo política, fronteiras culturais são resilientes.

⁴⁰ HAESBAERT (2004, p. 25-6) analisa criticamente os desdobramentos do conceito de território abordando-o da geografia clássica ao pós-estruturalismo. Diz que a noção de “território é fundida à de espaço ou de espacialidade como sendo a dimensão material da realidade”. Questiona os autores que supervalorizam a estrutura reticular em detrimento do espaço material, dando a entender que ambas transformam os processos de espacialização e territorialização e adquirem importância renovada na Geografia em função de como ambas as formas são variáveis acionadas na auto-organização dos processos de integração transescalares. Esta nova dinâmica provoca a revisão e o redesenho das funções de filtro de fronteiras internacionais visando o controle sobre fluxos (populacionais) e o redesenho de fronteiras internacionais em função da emergência de novos nacionalismos territoriais. Indicam a multidimensionalidade e a complexidade dos processos contemporâneos de territorialização, a partir das mudanças na amplitude e densidade de redes de alcance mundial, dos processos de emergência de fronteiras regionais, da globalização econômica e seus efeitos na reorganização no sistema de integração internacional e transnacional.

gração espacial, formas de produção e apropriação social do espaço e nas inter-relações entre espaço construído e território. Em referência à integração local, o problema abarca mecanismos de produção da etnicidade, da nacionalidade e da identidade cultural que atribuem sentido às formas de espacialização de grupos sociais em cidades de fronteira geopolítica. Formas e gradação de integração em várias dimensões analíticas sofrem efeito de fronteiras geopolíticas que é potencializado em assentamentos que a Geografia denomina cidades-gêmeas devido à intensidade e diversidade de interfaces associadas à vida urbana.

FOUCHER (2009, p.21) diz que “fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de demarcação política e que não há identidade nacional sem fronteiras”; delimitam um âmbito de exercício de poder e põe em contato sociedades com diferentes noções de ordem e desordem, estrutura social e códigos culturais que incluem a produção e apropriação do espaço material. O problema da pesquisa é investigar as maneiras como se estrutura a integração socioespacial nos processos de conurbação entre cidades situadas em territórios nacionais limítrofes, em oposição direta a partir da linha de fronteira, através de fusão⁴¹ de suas malhas urbanas para discutir processos de integração local, a produção de etnicidade e a identificação de agentes relacionados ao desenvolvimento urbano.

A Geografia denomina o fenômeno como cidades-gêmeas em função das diferenças administrativas, normativas, institucionais e de governança alocadas na dimensão política do processo de territorialização dos Estados Nacionais; na organização das formas de representação das sociedades a partir de certa ordem fundada no nacionalismo como ideologia e imaginário social que detém o controle sobre os meios de produção de territórios. A integração espacial entre cidades-gêmeas constitui problema complexo vinculado ao tema da integração local, de controle sobre a produção e apropriação social do espaço, sujeitas aos efeitos de descontinuidades territoriais e da continuidade espacial entre sistemas urbanos. Localmente emergem dois parâmetros de ordem que informam os processos de expansão e desenvolvimento urbano: o nacionalismo e a urbanização que contribuem para a configuração de sistemas urbanos auto-organizados e complexos com peculiaridades sobre a estrutura de integração espacial, social, econômica na vida cotidiana (*bottom up*) e política (*top down*).

Cidades-gêmeas são cidades “espelhadas pela linha de fronteira”, estruturadas a partir de como a função de filtro da fronteira geopolítica é desempenhada (MACHADO *et. al.*, 2005). Segundo BRUNNEL & PANNETIER (2006), a relação entre contiguidade espacial e descon-

⁴¹ No caso, o tema da integração é abordado a partir da emergência de outra estrutura espacial, outra configuração espacial a partir do processo de fusão em conurbação.

tinuidade territorial dá origem a formas urbanas que incorporam na sua estrutura dispositivos de distanciamento representativos das descontinuidades impostas pela linha de fronteira, podendo ser espaciais, normativos, culturais e de governança, provocando efeitos do que as fronteiras geopolíticas produzem em termos de urbanismo e de desordem funcional para certos grupos de interesse⁴².

“Toda a complexidade reside no paradoxo de que mais de um imaginário social e político estão subscritos na produção do espaço. É isto que torna a noção de cidades-gêmeas tão fascinante para o arquiteto, na medida em que o obriga a cruzar os diferentes parâmetros que definem fronteiras para analisar o espaço urbano: posição geográfica, materialização, contexto socioeconômico, histórico e relações políticas para aferir seu valor simbólico na organização do espaço”. (BRUNEL & PANNETIER - Atelier Limo, *Op. cit.*, 2006) - (trad. autora).

Cidades-gêmeas se originam de dois processos de delimitação territorial, com implicações na organização dos sistemas urbanos: a delimitação de uma linha de fronteira entre territórios nacionais que, através do princípio de paridade e espelhamento, relacionados à supervisão e controle por ambas as entidades espaciais (Estado Nacional) pauta a localização dos assentamentos com função militar, fiscal, comercial, etc.; ou a translação de uma linha de fronteira que pode dividir um assentamento existente em dois, ou englobá-lo integralmente, o que causa a emergência de outro, no lado oposto⁴³.

FOUCHER (2009, p. 12) diz que cidades-gêmeas são estratégicas para os Estados Nacionais em relação direta com a globalização, para a inserção dos Estados Nacionais no jogo econômico mundial e demarcam a influencia dos Estados sobre suas zonas periféricas. Simultaneamente funcionam como canais privilegiados de fluxos internacionais. Na noção está implícita a separação entre endógeno e exógeno, o limite territorial dos estados nacionais. Desconsidera a continuidade espacial entre sistemas urbanos, a formação de uma área construída contínua e única e demonstra que a noção de cidades-gêmeas se baseia na dimensão política do território vinculado a uma entidade espacial geográfica: o Estado Nacional e suas formas institucionalizadas de poder e controle sobre o espaço.

O problema se desdobra a partir da sistematização da análise das tendências descritas a partir dos processos de transformação socioespacial, expansão e dinâmica urbana correlacionada à fusão entre sistemas urbanos situados do qual emerge um terceiro. Pressupondo-se que

⁴² A desordem referida é aquela que contrapõe limites de territorialidade e continuidade espacial, dando emergência às relações oportunistas que caracterizam a vida social e espacial deste tipo de assentamento.

⁴³ São consideradas cidades-gêmeas aquelas situadas entre limites administrativos de Estados Nacionais, entre um e outro estado federativo, cantão, região, município ou qualquer outro tipo de entidade espacial que tenha autonomia administrativa, institucional, regulatória e fiscal com diferenciações na governança urbana (BRUNNEL & PANNETIER, 2006).

o espaço é uma das dimensões para a reprodução da sociedade (HILLIER & HANSON, 1984) é possível investigar as diferenças nos códigos culturais acionados na produção do espaço urbano nas cidades-gêmeas e as implicações que estas tem na vida cotidiana dos moradores. A noção de limite geopolítico comparece como o elemento que circunscreve os espaços organizados diferenciadamente, imprime descontinuidade entre sistemas espaciais e estabelece fronteiras de controle territorial (RENARD, 2002). E isto se opõe à continuidade do espaço construído dando emergência a problemas de Planejamento Urbano dotados de grande complexidade.

A linha de fronteira, que define os limites territoriais e as funções desempenhadas por esta tornam-se variáveis importantes na identificação de problemas relacionados ao desenvolvimento e expansão urbanas, sobretudo no que se refere à configuração de novas centralidades (REITEL, WALTHER, 2007), às formas e intensidade das interações locais, regionais e transnacionais. Estes aspectos estão correlacionados a integração espacial e aos potenciais de cooperação, integração econômica e controle de fluxos extraterritoriais. O processo de conurbação entre cidades-gêmeas sugere que a abordagem sistêmica entre os elementos da configuração socioespacial prevaleça sobre seus atributos individuais. Isto é, das variáveis fronteiras, limites e descontinuidades espaciais ponderam-se os efeitos nas formas de socialização, espacialização e trocas entre grupos culturais em relação à produção do espaço, reprodução das relações sociais, formação de centralidades e expansão urbana.

O problema é formulado a partir da assunção de que cidades-gêmeas podem configurar um tipo de conurbação, definida como “um conjunto de cidades conectadas entre si e que formam uma única área construída”⁴⁴. O termo sintetiza o caráter geral da análise, porque propõe a discussão dos sistemas urbanos como processos complexos de configuração socioespacial, donde dinâmicas de expansão urbana e consolidação de centralidades extrapolam limitações político-administrativas na fusão entre estruturas de integração espacial, sujeitando-o à sua própria dinâmica, de continuidade e interpenetração.

“A conurbação é um fenômeno urbano que ocorre quando duas ou mais cidades se desenvolvem uma ao lado da outra, de tal forma que acabam se unindo como se fossem apenas uma”. (MARSHALL & BARTHEL, *Op. cit.*, 1994: "Conurbation.") - (tradução da autora).

A Geografia parte das interfaces (relações) entre sociedades autônomas e territórios contíguos para discutir os problemas decorrentes da interação e integração, enfocando primeiramente os fluxos, os agentes, cooperação e integração social e econômica entre cidades-

⁴⁴ Acesso via: <http://geographyfieldwork.com/GeographyVocabulary7.htm>

gêmeas. Aqui, parte-se do processo eminentemente espacial de fusão entre os sistemas urbanos, da Arquitetura, do espaço construído para discutir as transformações que opera na dimensão social e econômica do espaço. Boa parte da literatura, inclusive o Plano de Regulamentação da Zona de Fronteira Brasileira (PDFF, 2004) emprega o termo cidades-gêmeas. Aqui o fenômeno é tratado como conurbação para reforçar sua especificidade como um processo eminentemente espacial de fusão entre malhas urbanas, do qual emerge sistema espacial único que obedece a um conjunto de lógicas imbricadas, complexo e auto-organizado.

O que é percebido como desordem à escala nacional, do descontrole ou controle parcial sobre a alocação de funções urbanas, da disposição de centralidades e, de localização, de tipos, intensidade e especialização de usos do solo no sistema conurbado, obedece a outro parâmetro de ordem, o da urbanização, baseado na reorganização do potencial de integração espacial do sistema conurbado. Permite verificar a emergência de outra ordem socioespacial, que captura tendências de transformação das expectativas sociais e códigos culturais locais.

Segundo BRUNNEL & PANNETIER (2006) a fusão em conurbação de cidades-gêmeas está vinculada aos limites impostos pela linha de fronteira: sua forma, porosidade, a descontinuidade espacial entre os assentamentos e ao processo de expansão e integração entre as malhas urbanas, restrita pela linha de fronteira a um arco de 180°. Na literatura, encontram-se inúmeros exemplos de tipologias, das formas espaciais e das morfologias de cidades-gêmeas.

O problema da integração socioespacial local será abordado qualitativamente e relacionado a mecanismos de produção de identidade de grupos sociais, nacionais, étnicos e culturais, a partir da dimensão social do espaço. E é descrito e analisado partir de estudos de caso empíricos, ambos selecionados dentre casos classificados como cidades-gêmeas no Relatório para a Revisão da Faixa de Fronteira Brasileira (2003⁴⁵) no Arco Sul da Zona de Fronteira Brasileira (RETIS, 2005; PDDF), ao longo da linha de fronteira entre Brasil e Uruguai. Das cidades-gêmeas listadas foram selecionados os casos de Santana do Livramento / BR & Rivera / UY e Chuí / BR & Chuy / UY. Ambas as conurbações se encontram em situação de fronteira seca,

45 Revisão da Lei Federal / BR 6634/79 propõe mudanças sugerindo maior integração com os países vizinhos, o controle de fluxos e o povoamento intensivo como forma de garantir a soberania nacional. Em proposta do grupo RETIS / UFRJ, na qual se baseia o trabalho da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira Brasileira, instalada em 26/04/2011, há uma divisão da Faixa de Fronteira Brasileira em Arcos, segundo as características de porosidade e interfaces locais. O objetivo da divisão é estabelecer políticas mais eficientes para a solução de problemas em conjunto com os países vizinhos. A faixa de fronteira brasileira engloba 588 municípios e concentração de cidades-gêmeas no Arco Sul. Ao longo da fronteira Brasil-Uruguai há seis cidades-gêmeas, sendo as duas eleitas para o estudo, de fronteira seca e sem descontinuidade espacial entre ambas. Fonte: www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/18.html

isto é, com potencial de fusão irrestrito das malhas urbanas, devido à inexistência de barreiras geográficas, sem restrições à expansão e a fusão dos sistemas urbanos.

Parte-se do conjunto de variáveis não hierárquicas que pautam os processos complexos de configuração socioespacial. Descontinuidades espaciais, propriedades morfológicas da estrutura espacial que funcionam como indicadores de limites entre modos de produção e apropriação social do espaço, simbólicas e instrumentais, suficientes para distingui-las entre duas culturas e identificar a prevalência de mais de um código cultural ou a sua hibridização, que informam processos desenvolvimento urbano.

A ideia de uma identidade nacional vinculada a práticas socioculturais introjetadas, inclui a produção do espaço urbano segundo padrões de expectativas de socialização que podem não ser antagônicas, similares ou radicalmente diferentes, mas suficientes para estabelecer distinções importantes na configuração urbana de conurbações (BRAGA & RIGATTI, 2009) que são produto de uma fusão transfronteiriça entre territórios nacionais autônomos. É importante destacar que o processo de integração local detém dinâmica própria que permite avaliar o problema em função das fronteiras entre territórios nacionais, das fronteiras entre grupos sociais e as formas como a integração é operada neste contexto em diversas dimensões.

A questão biunívoca de integração e segregação política, com correspondência direta à definição de fronteiras territoriais; econômica, em correspondência aos intercâmbios e fluxos entre nações vizinhas; identitária ou étnica, interação entre grupos sociais e culturais, o problema é verificar em que medida a estrutura urbana, como variável independente, comparece na determinação das maneiras como as questões supracitadas são processadas socialmente pelos agentes envolvidos na dinâmica urbana.

Adota-se a definição de que cidades são artefatos complexos (HILLIER, 1996) e configurações no sentido de que à sua estrutura emergente corresponde uma idéia abstrata de expectativas de interação social (encontros, movimento). Neste sentido, assentamentos humanos não são artefatos usados pela sociedade para interações sociais, mas uma dimensão físico-temporal da sociedade em si, um comportamento cultural (HILLIER, 1996) de grande inércia, já que estruturas espaciais tendem a ser duráveis.

Partindo-se deste pressuposto o problema da pesquisa é formulado a partir da dimensão social do espaço, do entendimento de que cidades são artefatos produzidos socialmente, implicados na reprodução e organização das relações sociais. DURKHEIM (1970) diz que a ordem na sociedade emerge de processos anômicos (caóticos). E controle e representatividade no exercício do poder são indícios de ordem social. Vincula ordem a controle e, consequen-

temente, exercício de poder e estrutura hierárquica, que se transforma em função das alterações de domínio entre grupos sociais.

Marcelo Lopes de Souza (1997) diz que ordem e desordem são produzidas a partir das relações multiescalares sujeito-objeto e que a percepção destas noções está vinculada a experiências socioespaciais. Significa que, o que às vezes é percebido como desordem pode corresponder a uma estrutura altamente hierarquizada de interfaces, que se organizam a partir de relações com forte sinergia local (HAKEN, 2006), de processos *bottom up*. Noções de ordem e desordem social são codependentes da organização espacial e apropriação social do espaço.

Assumindo-se que o sistema espacial destas conurbações são estruturas estáveis de um sistema de fluxos, pode-se dizer que conurbações de fronteira e sua dinâmica espacial e social constituem casos em que “o desequilíbrio pode constituir e produzir suas próprias escalas de ordem e de correlações, criando coerências que comportam múltiplos níveis de organização socioespacial.” (MACHADO, 1993, p.2). Baseia-se na tese de que as cidades são uma dimensão físico-temporal da sociedade em si (HILLIER & HANSON, 1984) artefatos, donde o problema estudado – conurbações de fronteira – pode ensejar a emergência de estruturas espaciais esdrúxulas ou assimétricas⁴⁶ que impliquem em peculiaridades capazes de configurar um tipo específico de assentamento humano. De uma estruturação estável de um fenômeno social – a produção do espaço – assimetrias relacionais que emergem da fusão de sistemas urbanos produzidos segundo expectativas sociais diferentes são adaptadas, modificadas e transformadas donde emerge uma nova configuração socioespacial e novo sistema de relações sociais que acionam mecanismos de produção de identidades locais e diferenças na espacialização entre grupos nacionais, culturais e étnicos.

Conurbações internacionais são plurais na composição de suas partes, englobam dois territórios nacionais donde a produção social do espaço baseia-se em diferenças entre os aspectos simbólicos da organização do poder nas relações sociais. A fusão entre malhas urbanas coloca em oposição diferenças entre padrões espaciais, expectativas de encontros entre categorias sociais no espaço urbano e formas de apropriação social do espaço, de ordenação dos territórios de sociabilidade, processados em conjunto na fusão das cidades, causando transformações na configuração espacial que emerge deste processo. Potenciais de controle de movimento e

⁴⁶ O adjetivo aqui tem uma função perversa: de chamar a atenção para os aspectos de excentricidade (algo que não é usual, segundo o Aurélio), mas que também é excêntrico, no sentido de efeito de borda (estar à margem), ou sobre a margem. A assimetria decorre das distinções socioculturais e expectativas de cada uma das identidades nacionais imbricadas na estrutura urbana, mas também do fato de que, sendo uma conurbação, princípios de complementaridade funcional poderiam ser verificados.

fluxos, portanto de exercício de poder, que impactam a forma como o espaço é apropriado pelos diversos grupos são reescalados, produzindo diferenças nos potenciais de movimento natural, na probabilidade de fluxos entre territórios nacionais e na intensidade da copresença nos diversos lugares do sistema.

Segundo PORTUGALI (2006, p.651) sistemas complexos são aqueles compreendidos por diversas partes interativas, com habilidades para gerar novas qualidades de comportamento coletivo através da auto-organização, isto é, da formação espontânea de estruturas temporais, funcionais ou espaciais. “Complexidade é uma propriedade do sistema global, mas não de suas partes: poucas leis governam a interação entre as partes elementares do sistema, que dão ensejo a uma enorme complexidade”. O reconhecimento de que o comportamento coletivo do sistema não pode ser inferido a partir do comportamento de suas partes, se aplica ao problema das conurbações internacionais, conferindo-lhe outra ordem de complexidade. A estrutura espacial das cidades analisadas isoladamente, não corresponde à estrutura que emerge de sua fusão e, muito menos, à dinâmica social e econômica que a nova estrutura enseja, condicionada pelos parâmetros que ordenam a integração socioespacial e configuração espacial, sobretudo na formação de centralidades (BRAGA & RIGATTI, 2009).

Atratores estranhos ou caóticos provocam alterações estruturais e mudanças qualitativas no sistema urbano (bifurcações) e estão implicados na dinâmica de reconfiguração do espacial. Uma das conclusões mais importantes resultantes da modelagem de sistemas de René THOM (1972) é de que “singularidades estáveis tem importância extrema nas descontinuidades físicas e geométricas do mundo real” (AUBIN, 2004, p.117), configurando catástrofes⁴⁷. No problema estudado será investigado se a fronteira internacional funciona como tal e se o processo de fusão pode configurar uma catástrofe. Se, a partir da fusão de dois sistemas estáveis, de cada sistema urbano analisado individualmente, o atrator estranho é o próprio processo de conurbação, do qual emerge uma estrutura espacial diferente, transformada, outro tipo de organização espacial, outra ordem que designa nova hierarquia de acessibilidade, controle e conectividade entre as partes do sistema, com implicações sobre a apropriação social do espaço. Em contrapartida, as partes conservam a informação vinculada ao território nacional, suas peculiaridades administrativas, normativas, legislativas, políticas e culturais, sua ordem. Decalagens entre o processo de fusão das estruturas espaciais e de integração territoriais não rea-

⁴⁷ Catástrofes são bifurcações entre diferentes estados de equilíbrio do sistema ou atratores pontuais fixos. Sua natureza restrita permite classificá-los segundo número de parâmetros de controle do sistema que operam simultaneamente, identificando-os (IN: <http://www.exploratorium.edu/complexity/CompLexicon/catastrophe.html>).

lizados provocam a reconfiguração socioespacial do sistema conurbado, donde o equilíbrio baseia-se na desigualdade e tende à complementaridade funcional.

Pode-se especular que a fusão das estruturas espaciais obedece a uma lógica *fuzzy*⁴⁸, o que diminui o potencial de fazer previsões consistentes sobre o comportamento do sistema conurbado, isto é, sobre os atributos morfológicos que emergirão da fusão, em função da dinâmica de integração modificada. Ou seja, a fusão transforma as relações dentro e entre sistemas, à mercê de crises que resultam do conflito entre as lógicas estruturantes dos subsistemas, provocam instabilidades das quais emerge nova morfologia espacial, nova estrutura. Do desequilíbrio fusível, emerge novo equilíbrio. E deste, outra hierarquia de integração, outra lógica de organização do sistema espacial que não é a soma das lógicas individualizadas, produzindo novas qualidades (significâncias, sentidos) relacionados à integração espacial.

O desenvolvimento das conurbações é aberto e dissipativo (PRIGOGINE, 1996), na qual estruturas estáveis, entre flutuações expressivas anteriores à fusão, guardam contradições internas, em expansão, tornam o sistema instável. Elementos obsoletos, herdados de fases anteriores e transformados a partir do sistema de relações que emergem da fusão, prolongam o estado estável do sistema, assinalando o ordenamento atual. Frente à expansão urbana pós-fusão, por exemplo, o sistema é reorganizado em função de transformações na estrutura de integração espacial, de suas relações topológicas do qual emerge nova estrutura, transformada. Isto pode causar a prevalência de certos padrões espaciais sobre outros, de transformação de propriedades morfológicas, com implicações diretas sobre a expansão do sistema conurbado que impactam diretamente movimento, copresença, fluxos e usos do solo.

Segundo SOUZA (1997, p.58-60) a sociedade não pode ser considerada um sistema, pois contém contradições que a desvinculam da noção de equilíbrio. Oposição e conflitos de poder entre grupos sociais, considerados como subsistemas (classes, sociais, grupo étnico, cultural, etc.) são imprevisíveis quanto à estabilidade e destruição. Por outro lado, as relações sociais incorporam atributos como identidades em função das desigualdades entre grupos, permitindo sua análise como processos que conjugam as dimensões tempo-espaço, a partir de regras simples de solidariedade consolidadas em função de proximidade física ou afiliação.

⁴⁸ LOTFI, Zadeh. *Fuzzy sets and systems*. In: Fox, J (Ed.). *System theory*. Nova York; Politechnic Press, 1965. pp29-39. Lotfi Zadeh foi o pai da *fuzzy logic*, que se refere ao domínio dos valores possíveis, às generalizações da lógica booleana que se refere a medições de potenciais relacionados à manipulação de percepções, de transformações, atribuindo valores a tendências de comportamento de sistemas auto-organizados. Ver SOUZA, Marcelo Lopes. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento socioespacial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p, PP. 43- 87.

Estas regras mediam a reprodução do sistema de relações sociais na vida cotidiana e são depreendidas a partir da organização espacial das relações de proximidade e distancia entre grupos e categorias sociais e nas diferenças nas formas de apropriação do espaço. Consequentemente, a maneira como ocorre a integração entre grupos sociais é construída a partir do sistema de relações de proximidade e distancia topológica que emergem na estrutura espacial, dos hábitos e movimento cotidianos, dos usos e das formas de copresença. Das mudanças na organização do sistema espacial e da estrutura que emerge dos padrões de integração espacial, é possível depreender como desequilíbrios de controle, poder e hierarquia do sistema social são espacializados.

SOHN *et. al.* (2009) se referem às diferenças entre formas de integração propostas simultaneamente por Émile DURKHEIM (2005) e Friedrich RATZEL (1998) em 1897⁴⁹ respectivamente na Sociologia e na Geografia, a duas categorias de solidariedade: orgânica e mecânica. A primeira, orgânica é baseada na estrutura de um sistema e a extensão de sua homogeneidade, refere-se às solidariedades decorrentes das interações espaciais, onde as relações de proximidade e vizinhança são fundamentais, denominada por HILLIER & HANSON (1984) solidariedade espacial. A segunda, mecânica, refere-se aos fluxos entre membros de um sistema social ou espacial, à intensidade das suas relações no sistema, o que a Sintaxe Espacial denomina de solidariedades transpaciais (*idem*), vinculadas às afiliações a grupos sociais como família, classe, associações, etnicidade. O que permite investigar, a partir da dimensão social do espaço, o espectro de integração que realiza os dois tipos de solidariedade social no espaço.

O problema consiste em identificar formas de integração e interação em configurações espaciais e territoriais e confrontá-las às limitações de representação do conjunto de relações socioespaciais, latentes na ideia de comunidade nacional majoritária e assimiladora. E, ainda, relacionar, à escala local, a realização de expectativas de integração social, econômica e social de grupos transnacionais e imigrantes nos contextos locais.

O investimento maior ou menor no sistema de solidariedades espaciais e transpaciais dão emergência a morfologias ou tipos urbanos que organizam o sistema de relações sociais, que definem os parâmetros para reprodução de expectativas de ordem social, classificados por HOLANDA (2002) em urbanidade e formalidade. Partindo-se deste princípio é possível identificar como os processos de difusão espacial são operados na transformação das estruturas espaciais das cidades e das conurbações.

⁴⁹ *Le suicide e Politische Geographie*, respectivamente. RATZEL se torna o “pai” da Geopolítica. Sua obra foi referência para o projeto nacionalista alemão nas 1ª e 2ª Guerra Mundial.

O comportamento dos sistemas urbanos é analisado a partir de suas estruturas como sistemas fechados; de cada cidade até o limite do território nacional e como subsistema do sistema aberto da conurbação internacional. Discute-se então como o próprio processo de conurbação traz inerente o problema da redefinição de periferias, de centralidades compartilhadas ou complementares e a relação entre estas e as expectativas de interação de sociedades nacionais em seus aspectos simbólicos e instrumentais. Do processo emerge nova organização espacial, social e econômica de ordem transnacional. A variável linha de fronteira é a entidade que estabelece continuidades ou limites morfológicos entre as partes, influenciando o processo de fusão das malhas urbanas e transformações na configuração espacial.

O problema pode ser descrito e analisado sob cinco aspectos: a) tipologia da malha urbana quanto a sua deformação e continuidade entre as partes do sistema; b) transformações nos padrões espaciais e nas propriedades morfológicas do sistema conurbado; c) estrutura de integração e suas correlações com a difusão espacial de códigos culturais e formação de novas centralidades; d) estrutura de integração ao território nacional e a região e suas correlações com probabilidade de fluxos através e entre as partes do sistema. As descrições permitem classificar tipos de cidade, prevalências de padrões espaciais e suas correlações com movimento, copresença e formas ímpares de apropriação social do espaço e depreender tendências de transformação nas expansões urbanas, identificando reconfiguração de atributos morfológicos e simbólicos no processo de conurbação e suas correlações com comportamentos sociais e a agência de grupos culturais, étnicos e nacionais.

Possibilita a análise de potenciais de movimento e copresença em função de integração, de formas de solidariedade – espacial e transpacial – prevalentes e suas correlações com expectativas de apropriação social do espaço, usos do solo, investimentos sociais em códigos espaciais de maior urbanidade ou formalidade na produção do espaço, relações com a alteridade, com estranho e o estrangeiro. E correlacioná-los à dispersão de funções urbanas (habitação, comércio, simbólicas, etc.) relacionada à estrutura de integração.

A identificação de agentes e de processos multidimensionais que impactam a configuração socioespacial, o funcionamento da conurbação, a ação de certos grupos sobre a dinâmica socioespacial permite discutir integração social, econômica e espacial de grupos de imigrantes nestes lugares. E discutir os efeitos da descontinuidade territorial e diferenças de governança sobre a expansão da estrutura espacial e a configuração de espaços transfronteiriços. Neste aspecto, o problema de integração multidimensional – espacial, econômica, política e cultural – é discutido a partir da associação entre agência e processos *bottom up* e *top down* dos quais

emergem sistemas complexos e auto-organizados. Indicam a prevalência ou não da lógica *fuzzy* na emergência da estrutura de relações multidimensionais. Estão relacionados a poder e controle sobre as relações, intencionalidade e aderência a atitudes, práticas, hábitos implicados nas formas de reprodução e representação social e política, na difusão e inovação cultural e na organização do espaço construído.

JOHNSON (2003) e HILLIER & HANSON (1984) consideram processos *bottom up* como aqueles que se atêm a leis básicas de vizinhança e proximidade, a regras simples de similaridade e reprodução de relações espaciais e de comportamentos não intencionais, nos quais mudanças locais transformam estrutura global sem que haja prefiguração das consequências das decisões tomadas individualmente, a partir de práticas culturais consolidadas. Processos *top down* prefiguram uma organização determinada do espaço e estão associados ao exercício de controle e poder sobre a produção do espaço, o devir do espaço construído e de funções urbanas. Pressupõe a mediação de agentes que representam uma forma de organização social, política ou econômica institucionalizada, representação institucionalizada e legislação de Planejamento Urbano, nos quais pré-figuração da estrutura global condiciona mudanças locais.

No caso das conurbações internacionais, o problema dos processos *top down* e *bottom up* é biunívoco. Simultaneamente, a estrutura urbana das cidades isoladas conjugam processos *bottom up* e *top down* na produção do espaço; o processo de fusão pode ser considerado *bottom up* na medida em que de mudanças e diferenças nas partes da conurbação, mudanças locais, impactam ou transformam a estrutura global. Em contrapartida, a produção do espaço transfronteiriço, na sua dimensão política, de uma área designada através de processos de integração transnacional demanda a existência de normas, instituições e projetos de cooperação e governança integrados, o que os define como *top down*. O Planejamento Urbano (*top down*) conduz processos de reestruturação territorial e translação de fronteiras que tornam mais complexos os processos *bottom up*, a fusão das estruturas urbanas.

A fragmentação política imposta pela descontinuidade territorial⁵⁰, o domínio de Estados Nacionais sobre a “sua” parte - subsistema- do sistema da conurbação é apreendido a partir de governança que reproduz localmente, ordem e organização da sociedade nacional. Os problemas que decorrem da divisão administrativa de sistema espacial contínuo, como em regiões metropolitanas e conurbações localizadas no limite entre unidades federativas do mesmo estado nacional “causam a emergência de novos arranjos institucionais e articulações entre

50 Aqui entendido no sentido consagrado de território nacional.

Estado e sociedade civil, que transcendem os limites colocados às cidades de fronteira e suas administrações estanques” (SANCHEZ, PEREIRA & KLEINKE, 1997, p.132).

No processo de fusão em conurbação, as mudanças locais, das partes do subsistema conurbado, são variáveis operantes da organização espacial subsequente, o espaço conurbado, as transformações promovidas e estruturadas no sistema global, interferem diretamente no reordenamento local do espaço, influenciando preferências locais, dinâmica centro-periferia e a dispersão ou concentração de usos do solo. “Em outras palavras, pode haver um padrão de segregação socioespacial que ignora as linhas de fronteira, com bairros de classes mais altas em uma cidade e de outros segmentos em outra e um nem sempre explícito processo de mobilidade residencial entre elas”. (FARRET, 1997, p.111).

Área urbana contínua e descontinuidade de padrões espaciais, fragmentação espacial e segmentação social emergem de disparidades administrativas, institucionais e de governança (SANCHEZ, PEREIRA & KLEINKE, 1997, p.133). Isto confere complexidade aos problemas de Planejamento Urbano, pois se trata de discutir a dimensão espacial de formas de integração multidimensionais em processos *top down* que reorganizam espacialmente relações sociais e socioeconômicas. Envolvem a qualificação dos espaços públicos e transnacionais, incentivos à dinamização da economia local e princípios de especialização – imparidade funcional – que regem a diversificação comercial, elitização de setores residenciais e serviços diferenciados. Casos onde a concorrência, entre uma e outra cidade da conurbação são indicadores de identidade local e nacional. Ricardo FARRET (1997) aponta como um dos problemas do Planejamento Urbano o uso do solo que, em cidades gêmeas, é central para a organização do espaço devido a relações oportunistas decorrentes da contiguidade territorial. Esta produz hierarquias próprias na dinâmica locacional: “a única maneira de se delinear ações de planejamento urbano eficientes para o tratamento dos problemas que emergem do processo de conurbação, seria considerar todo o sistema urbano como ponto de partida para regular e mediar dinâmicas de localização residencial, comercial e de valor da terra urbana” (*idem*, p.111).

A complexidade dos processos de integração política e econômica entre entidades espaciais supranacionais e nacionais podem dar emergência a espaços de projeto que fundem nacionalismo e urbanização na mesma ordem. São delimitados a partir de projetos concertados que designam áreas onde a cooperação supranacional é operada: espaços transnacionais e transfronteiriços, cuja gestão, administração e governança pressupõem zonas de exceção, transformação da territorialização, limites à soberania nacional e autonomia das instâncias de poder

local. Há transformação e translação de fronteiras geopolíticas que implica a emergência de novos tipos de fronteira de governança supranacional.

Administrações locais são agentes de projetos cooperativos que podem esbarrar em dificuldades operacionais (figuras jurídicas que possibilitem o intercâmbio internacional, modelos de gestão locais e limitações culturais na abordagem de problemas de Planejamento Urbano). FARRET (1997) propõe transformar conurbações internacionais em transfronteiriças. Para que isto ocorra é necessário que haja cooperação política, conciliação na abordagem de problemas de Planejamento Urbano, renúncia à autonomia territorial e à lógica oportunística dos habitantes locais. Todas variáveis dependentes de integração e regulação supranacional.

O espaço transfronteiriço emerge de relações sociais e culturais *bottom up*, das interações entre indivíduos e grupos sociais relacionados por parentesco, afinidades e identificações, de relações locais, flexíveis e dinâmicas da vida cotidiana que obliteram a dimensão de integração da sociedade nacional. Estas relações se constroem a partir de processos locais, à contiguidade com outro território, à alteridade, em função da afiliação a grupos frente a processos de transculturação – moradores e estranhos (HILLIER & HANSON, 1984), estrangeiros (SIMMEL, 1964) e usuários (MARTINOTTI, 1994).

Diferenças configuracionais entre sistemas espaciais em fusão podem dar emergência a centralidades indistintas entre um e outro assentamento (BRAGA & RIGATTI, 2009) ou à prevalência de um código cultural na produção do espaço urbano sobre outro, causando transformações na apropriação social do espaço, podendo deslocar e realocar fronteiras no sistema conurbado. O problema passa então pela identificação de novas fronteiras produzidas localmente, a partir da cooperação e da integração transnacional, podendo dar emergência a espaços transfronteiriços, de governança supranacional cooperativa, nas quais equilíbrio, desigualdades e complementaridade dos processos de integração social.

Nesta dimensão o problema é abordado em dois tópicos. A maneira que a estrutura espacial conurbada desencadeia processos de territorialização capazes de constituir fronteiras diferentes daquelas impostas entre territórios nacionais, que funcionam como vetores para redefinição de áreas consideradas transnacionais ou transfronteiriças no âmbito da conurbação. E a integração entre os diversos agentes / grupos e as transformações de suas pautas de espacialização, das fronteiras estabelecidas por diferenças de copresença, movimento e circulação, de centralidades compartilhadas, que podem elucidar o reordenamento socioespacial promovido pelo processo de conurbação e delimitar, de maneira mais eficaz, as áreas onde governança internacional deveria ser aplicada de forma incontestada.

Esta premissa obriga a analisar os processos de constituição dos territórios nacionais, delinear a maneira como as sociedades nacionais se estruturam e estabelecem distinções entre público e privado. E ainda investigar os processos migratórios que impactam as comunidades locais em áreas de fronteira, tanto para identificar as contingências locais das solidariedades essenciais⁵¹ (DURKHEIM, 2010) que podem produzir “de maneira imprevisível e por amplificação, alterações macroscópicas e mudanças qualitativas (bifurcações) devido à natureza intrínseca dos atratores estranhos em sistemas dinâmicos” (PRIGOGINE, 1996). Entende-se o desenvolvimento de estruturas socioespaciais como abertos, estruturados a partir de desdobramentos do contexto histórico e social local que, através de ações banais levadas a cabo por grupos ou indivíduos, operam-se transformações significativas nas estruturas socioespaciais.

BHABHA (1994, p. 21) diz que diferenças são produzidas a partir das relações com a alteridade, em lugares específicos, em função da estrutura dos sistemas de relações sociais e espaciais através dos quais estas são negociadas integração social, espacial, política, econômica e cultural. Enseja mecanismos de produção de minorias, autonomia dos grupos sociais, representação política e cidadania. Estão relacionados à reorganização das relações sociais frente a processos complexos de difusão espacial de inovações e realocização de grupos culturais e étnicos, noção também defendida por (KASTORYANOS, 2000; 2006). Na sociologia, à noção de alteridade (SIMMEL, 1965), pertencimento e integração social (ORTIZ, 1946:1995) e SANCHEZ (1999), dão emergência ao pluralismo cultural entendido como “as inter-relações entre grupos que guardam diferenças culturais, combinados num sistema societário; à integração em sistemas sociais de diferenças individuais e de grupos” (HAUG, 1967, p. 294).

A interseção entre múltiplas autoridades competindo em zonas de fronteira coloca em cheque os limites do poder dos Estados, interpretando diferencialmente lei e licitude e daí emergem relações oportunísticas transnacionais e transfronteiriças (LINS RIBEIRO, 2009). Processos *bottom up* de duplicidade de afiliações que vão da dupla cidadania ao trabalho ocasional em ambos os lados da fronteira, onde segmentação social se relaciona a oposições identitárias e de pertencimento: cidadão / não cidadão, legal / ilegal, estrangeiro / nacional.

Conurbações internacionais, nós de integração transnacionais confrontam os efeitos de borda em relação aos centros decisórios, implicados na forma como estas as sociedades transfronteiriças se integram nacionalmente, regionalmente e localmente porque são estratégicas

⁵¹ Aqui se refere às solidariedades mecânica (integração através de similaridades; religião, estrutura do grupo) e orgânicas (interdependência através de diferenças; de classe, status legal), como princípio de ordem das relações sociais locais, fundamento a partir do qual se desdobra a teoria da Sintaxe Espacial.

nas: funcionam como zonas de fricção de identidades e dominação - econômica, demográfica, laboral ou étnica (FARRET, 1997). A reconfiguração de normas e leis específicas para moradores de zonas de fronteira (*top down*) são previstos, mediados e fiscalizados por agentes de ambos os estados cooperativamente, definindo limites comuns à licitude e favorecendo a inclusão social. Em relação à concentração de imigrantes, estrangeiros em zonas de fronteira, o atrator geralmente está relacionado à facilidade de evasão para outro país, o que pode ser oportuno quando a cidadania plena a um dos estados nacionais não é adquirida. A não cidadania requer cruzamentos constantes das fronteiras para estender permanências irregulares em territórios nacionais, sendo uma das causas da nodificação de redes transnacionais.

A emergência de novas formas de ordem e organização do sistema espacial conurbado está relacionada à reorganização das expectativas das relações entre grupos sociais que se identificam multiplamente (nacionalidade, vizinhança, locais, estranhos, usuários, etc.). Conformam realidades *sui generis* que permitem a investigação dos processos de integração entre grupos culturais diversificados, a emergência de dinâmicas econômicas particulares a estes, em função da pluriculturalidade e pluriethnicidade da vida cotidiana em zonas fronteiriças. Controle da governança fragmentada e criação de zonas especiais e de livre comércio desempenham papel importante na dinâmica e nos fluxos internos e externos à conurbação, são ações *top down* que ajudam a moldar atratores e diversificar agentes.

O agenciamento *bottom up* marca a liberdade de fluxos que partem de decisões, escolhas e preferências individuais: eleição de percursos e rotas, lugares de consumo e lazer. Estes se baseiam na possibilidade de comparação entre as ofertas, percepção positiva das qualidades dos lugares e são limitadas pelas oscilações cambiais e pelo potencial de acessibilidade e co-presença no sistema conurbado. Relacionadas a atributos morfológicos como continuidade da malha urbana, que permite discutir como expectativas sociais distintas são processadas em correlação umas com outras, ordenando movimento, conectividade e fluxos através de fronteiras geopolíticas.

As zonas de fronteira internacionais, sobretudo as cidades-gêmeas tem na difusão espacial de inovações a forma naturalizada de intercambio devido ao potencial de conectividade entre duas formas de territorialidade e densidade de trocas e interfaces na vida cotidiana. Trânsito e transferência cotidiana de informações e pessoas entre territórios nacionais são função da estrutura de integração do sistema espacial. Indicam alternâncias de identidade e diferenças na co-presença de lugares da conurbação como função da acessibilidade, conectividade e continuidade de percursos que determinam potencial de movimento, fluxos. A capacidade de operar

ambos os códigos nos deslocamentos define a probabilidade de usos do sistema de espaços abertos e de realização das expectativas de interação na vida cotidiana que ponderam valores e hábitos dos vizinhos.

Remetem à redefinição da produção de culturas nacionais e do espaço nacionalizado, no que a morfologia urbana pode revelar sobre coerências entre tipos de malha urbana e funções econômicas do solo ou de parâmetros de deformação das malhas urbanas associados à vocação funcional de cidades. Características morfológicas das malhas urbanas diferenciam tipos de cidades, o que torna possível discutir, a exemplo de STANISLAWSKY (1947)⁵², difusão espacial das cidades em malha xadrez, associando-as à sua fundação e evolução como mercados, colônias e núcleos militares. Como tipos urbanos que se difundem em função de estratégias de constituição, delimitação e ocupação de territórios geopolíticos, da presença militar em fronteiras não consolidadas e da delimitação de territórios de Estados Nacionais pós-coloniais na América do Sul em regiões antes culturalmente hibridizadas. E verificar a resiliência de tipos urbanos, relacionando-as às expectativas de interação entre grupos sociais no contexto local, às prerrogativas de expansão e controle do território que a malha xadrez preconiza e às estratégias socioeconômicas e socioespaciais típicas de conurbações de fronteira. E comparar o desempenho fusível das malhas urbanas no sistema espacial conurbado a outras tipificações correntes na literatura, como a proposta por MEDEIROS (2006) e MEDEIROS & HOLANDA (2007).

A partir disso, estabelecer correlações entre medidas de integração espacial do sistema conurbado, tendências de transformação da malha e seus efeitos sobre o desempenho das configurações espaciais e produção de espaços transfronteiriços. Esta discussão também se refere às expectativas de apropriação social do espaço, às formas como as interfaces entre grupos sociais se estruturam, podendo ser tomada como variável nos processos de interação e integração de diferenças culturais não hierárquicas, que resultam no hibridismo cultural.

O problema se configura em torno da emergência de novas formas de ordem e organização do sistema espacial conurbado, função da reorganização das expectativas das relações en-

⁵² Dan STANISLAWSKY (1947) analisa a difusão das cidades em tabuleiro de xadrez desde a antiguidade no subcontinente indiano, onde as cidades-mercado adotam esta forma de desenho urbano, passando pela expansão grega no Mediterrâneo e suas cidades coloniais e acampamentos militares até chegar (no séc. XVII) às colônias espanholas na América. Segundo o autor, a Espanha adota este modelo de urbanização através da influência francesa (napoleônica) que a resgata na Europa renascentista através das *communes* e *mairies*. Sua tese é de que esta forma não é culturalmente difundida no território da Metrópole, mas adotada com fins estratégicos somente nas colônias. O desenho urbano em malha xadrez é adotado como um dos preceitos da colonização espanhola.

tre grupos sociais, da hibridização de práticas cotidianas e potenciais e tendências de apropriação social do espaço como função da ordem espacial cuja estrutura emerge do processo de conurbação. Permite a investigação da integração entre grupos com diferenças culturais e a emergência de dinâmicas econômicas particulares a estes.

Os processos de reorganização urbana *bottom up* são favorecidos, na medida em que orquestrados pelos próprios usuários ou empresários locais na captura e exploração das oportunidades dadas por discrepâncias normativas e de governança entre as cidades. Incluem fluxos pendulares entre as cidades (residência / trabalho / lazer), especialização de ramos comerciais, exploração por complementaridade de serviços, oscilações na remuneração laboral e cambial. A identificação das possibilidades de complementaridade via fluxos de pessoas, bens e serviços em zonas transfronteiriças são formas de aproveitar vantagens econômicas e diluir sua localização marginal nos territórios nacionais. Políticas de integração interna, internacionalização da economia e cooperação internacional, dão origem à formação de blocos econômicos, cujos centros operacionais são cidades fronteiriças, estratégicas na intermediação de fluxos entre centros nacionais, ainda que a globalização implique em captura desigual de vantagens entre vizinhos e conflitos no tratamento de problemas socioambientais, infraestruturais e socioespaciais e, portanto, “(...) a cooperação é permeada por dilemas.” (FARRET, 1997).

Por estas razões, “é imprescindível identificar os agentes dos processos e fluxos transfronteiriços e o seu desempenho ao moldar estruturas de comportamentos urbanos na fronteira” (FARRET⁵³, 1997, p.118). Práticas, comportamentos, afiliações, identidades, integração econômica, social e licitude das ações desempenham papel importante na dinâmica urbana e delimitam alguns dos problemas de Planejamento Urbano e Territorial nestas zonas.

Segundo FOUCHER (2008, p. 21), as peculiaridades da dinâmica comercial em zonas de fronteiras “(...) permanecem um enigma para os economistas”, fenômeno complexo em que cidades de fronteira funcionam como nós de redes de comércio ativas com especificidades quanto aos ramos que se desenvolvem. FARRET (1997) associa estas especificidades ao princípio da “compra comparada”, às decalagens de preços e câmbio que influenciam as escolhas de consumo da população de ambos os países e a especialização de ramos de comércio segundo suas demandas. O comércio, atividade econômica integradora, pode ser variável consonante à integração espacial em cidades e conurbações de fronteira, atribuindo-lhe especificidade, relacionadas a grupos culturais e étnicos que se dedicam a ramos específicos da atividade.

53 O autor identifica que na fronteira brasileira correspondente à Amazônia, “estes atores são os militares, os mineiros, garimpeiros e comerciantes”

Nestes casos, a associação com a atividade econômica pode ser variável implicada nas relações sociais entre grupos, na interação entre estes e, afetar as configurações espaciais ⁵⁴.

SOUZA (1997, p. 62-63) diz que a sociedade não pode ser um sistema simples, dado que se estrutura em função dos conflitos de interesses entre os grupos que a compõem. A estabilidade do sistema social dependeria da administração das crises provocadas pela sua própria lógica estruturadora, pelo potencial agenciador dos grupos e os tipos de interação / integração decorrentes da acomodação de seus interesses, e da significância disto no processo de configuração urbana. Pode-se pensar que a percepção de desordem que se tem em conurbações de fronteira pode, a partir de certo limite, se tornar disfuncional para os estados nacionais, para as administrações públicas, mas não necessariamente para todos os grupos de interesse.

Localmente, o desenvolvimento de certos ramos comerciais está associado às flutuações do capitalismo periférico, à entropia social e à auto-segregação das elites, que favorecem a emergência de atividades como o comércio popular gerido por imigrantes. Este pode ser entendido pela comunidade local como fator de desordem, assim como o contrabando e o tráfico internacional (de drogas, armas, humano, de biodiversidade). Para os grupos com poder e gerência sobre estas atividades, é outro tipo de ordem, com regras, normas de conduta, hierarquia e garantias que caracterizam a estrutura negocial fundada sobre afinidades étnicas e culturais, confiança e estrutura reticular translocal e transnacional.

Segundo ASH & TRIFT (2007, p. 146) “é típico do pensamento econômico aberto à análise cultural reconhecer que impulsos culturais moldam a microeconomia de empresas e mercados e a mesoeconomia de instituições e organizações, sendo tributárias da força da etnografia ou culturas materiais cotidianas nestas esferas”. Para os autores a cultura opera como metacódigo de legitimação simbólico na macroeconomia, sendo que cidades não são entidades econômicas fronteirizadas, mas lugares onde várias formas econômicas se justapõem obedecendo a regras de dispersão e localização relacionadas à estrutura espacial..

Estrutura e forma urbana são um conjunto de restrições que dirigem e moldam a economia através da organização dos lugares de encontro e circulação, de movimento e fluxos e suas relações com infraestrutura, densidades e regras do planejamento urbano. Este último processa mudanças no mercado de trabalho, habitação, usos do solo, preservação e desenvolvimento e produz diferenciações que caracterizam o sistema urbano como esfera econômica autônoma e limitadora de outras atividades. “Por isso, cidades podem ser consideradas entidades

⁵⁴ Ver LACLAU, N. R. 29 p.18 deste documento.

econômicas, espaço composto e com capacidade compositiva, possibilitando a interpretação instrumental da economia cultural” (ASH & TRIFT, 2007, p. 148), como faz SASSEN (2001) para quem o poder econômico está integrado a formas de sociabilidade e a práticas culturais.

A organização da economia local se apoia nas diferenças de capital cultural de grupos, relacionadas ao controle de lugares da cidade e aos padrões espaciais. Estes últimos condicionam práticas cotidianas e estabelecem diferenças entre lugares correlacionados ao movimento natural, códigos culturais de proximidade e afastamento, solidariedade orgânica e mecânica. A localização ou o controle de certos lugares pode vir a se constituir em capital simbólico e instrumental de um grupo e media as formas como consumo e lazer são construídos social e espacialmente, inextricáveis ao planejamento urbano.

ASH & TRIFT (2007, p.154) associam capital cultural, organização espacial e o que denominam de julgamento moral (*moral judgement*) como variáveis entrelaçadas que orientam a organização das relações econômicas o que, no caso de grupos étnicos que controlam uma atividade econômica se correlaciona à forma como alteridade, segurança e licitude são elaboradas socialmente e difundidas publicamente. Envolvem a avaliação do desempenho de traços culturais, comportamentos sociais e a vida espacial de grupos específicos considerados pelo grupo majoritário, mídia e Estados nacionais como suspeitos⁵⁵. O julgamento moral pode definir valor econômico dos lugares; a associação negativa entre lugares e grupos sociais pode deslocar investimentos financeiros e econômicos entre partes do sistema urbano, alterando a valorização do solo, centralidades, configurando enclaves de pobreza e étnicos, hierarquizando lugares e impactam copresença, movimento de pessoas, roteiros turísticos⁵⁶: “O comentário moral é central à história da segregação social urbana, ao desenvolvimento desigual e à segmentação urbana” (*idem*, p.155). Julgamento moral, afeto e valor são parte da vida econômica das cidades, sustentam o marketing que media a saciedade destas emoções através do consumo (*idem*). Morfologia e estrutura do espaço urbano contribuem para o apelo estético e social dos lugares, e os efeitos sobre concentração e exclusividade de usos, sobre formas de apropriação social do espaço, afetando as possibilidades de escolha do consumidor (*idem*).

⁵⁵ ASH & TRIFT (2007, p 154) identificam “sintomas de recrudescimento do julgamento moral após ataques terroristas de 11 de setembro”, com impacto sobre atividades econômicas cotidianas em cidades, sobretudo sobre o comércio étnico, que se manifestam através da desaprovação de reivindicações de minorias, recusa de habilidades e potencial de dinamização econômica de imigrantes, xenofobia e marginalização. Dos grupos étnicos associados à suspeição e ao julgamento moral, destacam “asiáticos e barbudos, exilados asilados, reuniões masculinas em espaços públicos, nomes que soam muçulmanos, códigos de vestuário distintos”.

⁵⁶ Roteiros turísticos podem contemplar desigualdades produzidas pelo julgamento moral, p. ex: *red light zones*.

Na economia urbana, relações entre morfologia urbana, acessibilidade, circulação, densidade e concentração ou segregação espacial estão vinculadas a agenda de consumidores na satisfação de suas expectativas. Mudanças no imaginário social, nos aspectos que definem qualidades dos lugares e qualidade de vida explicam a vitalidade ou mudanças de alguns setores da economia, associados à reprodução de expectativas sociais nas práticas cotidianas como o comércio e o mercado imobiliário que são sensíveis à recursividade dos lugares, à estrutura de integração espacial que potencializa tipos de movimento e fluxos, por sua vez associados à maior ou menor fragmentação malha urbana e segmentação funcional.

O comércio e seus mercados se moldam em função da diversidade de agentes e demandas - de vizinhança, de rua, bazares, centros de compras, comércio informal - e às redes de suprimento, intermediação e consumo. Tipos de redes – étnicas, locais, transnacionais – estruturam mercados específicos a partir de cadeias de provisão e consumo, impactando os lugares onde se localizam, identificando-os, atribuindo-lhes valor positivo ou não. Segundo PINTAUDI (2008, p. 125), “o comércio associado à expectativa de consumo e não só de abastecimento, amplifica seu potencial transformador das relações sociais”. Objetos técnicos inovadores como *shopping centres* (centros de compras) fluidificam a organização do espaço e potencializam a fragmentação urbana porque produzem diferenças na emergência de centralidades e na hierarquia dos lugares urbanos. Estes processos estão relacionados em igual medida à segmentação social e à transformação das expectativas de interação entre grupos e categorias sociais; aos processos de expansão urbana em função da possibilidade destes objetos técnicos funcionarem como atratores monopolistas (CUTTINI, 2001). Tradicionalmente novas centralidades acompanhavam a ocupação de áreas periféricas, centros de compras, hipermercados, aeroportos criam centralidades que antecedem a expansão urbana, determinam a ocupação de seu entorno e conferem novas formas e sentidos à função habitacional (RIGATTI, 2003).

PINTAUDI (2008, p.123) diz que “cada forma de comércio permite a reprodução de relações multidimensionais que correspondem a momentos históricos que o capital coloniza ao se atualizar”. Trata especificamente da difusão espacial de tipos e formas comerciais voltadas ao consumo, presentes em quase todos os lugares do mundo – heterotopia?! A durabilidade de formas de comércio se relaciona ao potencial que tem de dialogar com estas novas formas, derivadas de transformações nas expectativas sociais.

Pode-se considerar a atividade comercial em cidades de fronteira como variável implicada na difusão espacial de novos tipos de comércio, na reciclagem de formas de comércio local que consideram mercados mais amplos e, simultaneamente, difundem novas formas de con-

sumo⁵⁷. Se “consumir é uma forma de cidadania e esta prática social pode resumir um esforço de territorialização” (*idem*) pode-se pensar que ações *top down* como a instalação de zonas francas (LOPEZ, 1995 e CARDOZO & FERNANDEZ, 1997) que beneficiam muitas cidades-gêmeas mundo afora, possibilitam que lugares onde se localizam passem a ser consumidos enquanto signos de diferenciação e identificação destas cidades. E como atratores de usuários.

Pode-se então discutir o consumo internacional praticado à escala local como elemento diferenciador das comunidades aí instaladas, que tem impacto e são impactadas pelas maneiras como se dá a integração espacial nesta escala, como as variáveis elencadas por AMIN & TRIFT (2007) produzem valor e transformam a vocação econômica das cidades. Os vários ramos e tipos de comércio de fronteiras geopolíticas estão sujeitos às decalagens econômicas, financeiras e cambiais dos países contíguos, sendo importantes na captação das oportunidades pela população local e para o turismo de consumo. Estratégias políticas visando o desenvolvimento econômico regional ou local como a criação de zonas francas agem diretamente sobre os hábitos de consumo locais e regionais, funcionando como atratores também para fluxos turísticos, para empreendedores e redes de comércio transnacional.

Estes grupos têm potencial de agência sobre as configurações espaciais em função de suas demandas ou de sua associação à atividade comercial contribuindo para inovar e transformar integração econômica e cultural de cidades-gêmeas conurbadas. Porque os lugares por onde circulam os turistas são transformados em produto de consumo, associados à experiência de “estar no exterior” ao cruzar a rua, a valores e julgamentos morais.

A identificação dos agentes transformadores da dinâmica urbana, integrados economicamente à vida espacial das conurbações de fronteira é uma das premissas para a formulação do problema da pesquisa. Segundo LINS RIBEIRO (2009), os imigrantes constituem grupos sociais significativos das mudanças promovidas pelos processos de deslocamentos globais e transnacionalização. Sua inserção na vida social dos lugares pressupõe afiliações pragmáticas para obtenção de uma nova cidadania, que não anula afiliações anteriores, ampliando o leque de identificações e inclusão social que vão além da divisão entre cultura anfitriã e imigrantes e dos processos de assimilação à cultura dominante.

⁵⁷ PINTAUDI (2008) diz que forma do comércio está associada à morfologia espacial e funcional, o comércio pode indicar novas formas de espacialidade urbana e pode demonstrar novos conteúdos na urbanização da sociedade.

Segundo HESS (2004) *spatial embeddedness*⁵⁸ estabelece integração entre o modelo de um negócio (empresa, rede de empresas ou rede comercial) e o lugar e/ ou grupo sociocultural no qual floresce, guardando na sua estrutura operacional as relações territoriais, socioculturais e espaciais nas quais emergem. Relaciona contexto social e emergência de atividades econômicas ímpares, aplicado ao agenciamento econômico à escala local em função dos processos de globalização (*Global Production Networks* - GTN). Refere-se às redes de negócios construídas a partir de redes de relações de confiança, afiliação étnica e cultural, local e nacional que se estendem por vários lugares escala geográficas. O conceito ganha importância em função do que SANCHEZ (1999) denomina de mudanças necessárias na abordagem do “problema dos imigrantes”. Muda o foco dos processos de assimilação à sociedade anfitriã para os de etnicidade e cidadanias múltiplas nas quais vínculos transnacionais suportam e alimentam redes de negócios translocais, étnicos e culturais (HESS, 2004) como as chinesas e taiwanesas.

Integração se refere às redes translocais de confiança e solidariedade étnicas e nacionais, e à expansão de negócios internacionais através de vínculos identitários entre os agentes, que preservam aspectos dos arranjos socioespaciais nos quais se fundam e pautam as estratégias de gestão dos negócios⁵⁹ (HESS, *Op. cit.*, p.20). Integração transnacional está associada à difusão espacial de determinadas formas de organização e apropriação do espaço. A abordagem proposta na difusão espacial⁶⁰ das culturas, uma das dimensões mais importantes na caracterização de tipos morfológicos urbanos, permite que se avalie como a integração espacial ocorre em conurbações fronteiriças e se verifique as transformações urbanas que emergem dos processos de migração ou contatos entre grupos culturais que aí se localizam.

É possível associar o que disse BARTH (1968, p.15): “grupos étnicos e culturais se configuram a partir do contato com os outros, isto é, a partir da convivência por oposição e alteridade entre identidades” às configurações espaciais locais e às peculiaridades que imprimem ao

58 O termo *embeddedness* tem sido traduzido para o português como integração, apesar de seu significado em inglês ser mais bem traduzido como embricamento entre o modelo de um negócio (empresa, rede de empresas ou rede comercial) e seu lugar de origem.

59 “Here, a relational concept of place and space is applied (cf. DICKEN & MALMBERG, 2001), in which GPNs come to be seen as dynamic topologies of practice that link different places and territories (cf. AMIN, 2002). This approach takes into account the multi-scalarity of embeddedness, as well as its development over time (cf. JESSOP, 2001), creating an archipelago economy” that consists of a number of places and localities, linked across space relations of embedded agents and changing shape and scope over time.” HESS, 2004, p.20.

60 Difusão espacial é o processo pelo qual objetos, pessoas e ideias são transferidas de um ponto original para outros (CORRÊA, 2008, p.304). O foco em STANISLAWSKY (1947) se deu em função do trabalho que fez sobre a malha xadrez, que é assumida na literatura como paradigma morfológico da urbanização latino-americana, assunto que será discutido com mais ênfase no capítulo do estudo de caso.

tema da integração transfronteiriça: Os próprios grupos atuam como construtores de fronteiras ao delimitar territórios espacialmente ambíguos ou descontínuos, se apropriarem com expectativas diferentes de interação (contato, copresença, encontros e esquivanças) de lugares da conurbação dando sentido ao sistema de relações socioespaciais que estabelecem entre si próprios e os diferentes de si – os Outros –.

BARTH (1968), pioneiro na Antropologia é corroborado pela associação que SOUZA (1997, p.47) faz entre noções da Física e das Ciências Sociais aplicadas: “a contingência (casualidade) e não só a necessidade, é definidora da dinâmica do mundo real”. Generalizações e análises, só podem partir de estudos de casos empíricos, pois formas de integração entre grupos sociais é resultado de como diferenças e identidade são construídas por oposição, localmente, a partir das interações cotidianas, das formas como se dão a integração de imigrantes às sociedades anfitriãs ou, como ocorrem processos de transculturação.

“O transnacionalismo emerge como perspectiva necessária para entender as novas e dinâmicas realidades da imigração. Noções de assimilação e cidadania devem ser revistas em função de mudanças na integração econômica destes grupos nas sociedades anfitriãs, baseado em redes transnacionais de negócios que transformam as relações com seu país de origem e com o que escolhem viver.” SANCHEZ (1999 *Op. cit.*, p.2-3), tradução da autora.

Agência econômica de imigrantes e densidade de suas redes sociais locais e translocais detêm potencial para transformar configurações socioespaciais em função de expectativas sociais de produção ou reprodução do espaço alternativas⁶¹. Implica, biunivocamente, na diversificação de maneiras de apropriação social do espaço, na captação de vantagens apresentadas pela integração espacial local ou ainda na difusão e incorporação de seus códigos culturais. A noção⁶² de que culturas são produzidas e reproduzidas através de práticas e relações sociais cujo contexto histórico, espacial, geográfico e econômico é específico, possibilita centrar a análise sobre as estruturas estáveis do espaço construído, tais como localização e função simbólica de edifícios, concentração de usos étnicos e dispersão residencial e correlacioná-las aos padrões espaciais e as propriedades morfológicas do sistema urbano para descrever transformações na configuração espacial agenciadas por grupos de imigrantes.

⁶¹ Alternativa se refere à alteridade, à possibilidades de apropriação diferente daquelas do grupo social que produziu o espaço.

⁶² MAFFESOLI diz que conceito vem de *concepire* = fechado e que, tratando-se da realidade social que é flexível e de suas mudanças, noção é uma palavra mais acurada para captar as mudanças das sociedades.

A Geografia Cultural e a Economia, a partir de outros pressupostos, atribui à agência de grupos étnicos e de imigrantes a noção de *middlemen minorities*⁶³ (KAPLAN & LI, 2006 e LIGHT, BHACHU, KARAGEORGIS, 2009). Identificados como minorias étnicas, culturais e religiosas que desempenham funções específicas comerciais e financeiras sem se integrarem plenamente às sociedades anfitriãs, grupos de exceção por seu empreendedorismo endógeno. Integrados economicamente, mantém alteridade cultural, social ou étnica reproduzida através de afiliação exclusiva. Por vezes marginalizados, integram-se de forma ambígua aos lugares. As principais *middlemen minorities* identificadas no contexto europeu foram os judeus e os ciganos, duas nações sem território ou grupos transnacionais. Há similares na África subsaariana, onde atuam como intermediários em zonas de fronteira em conflito, agentes econômicos, financeiros e comerciais neutros. A globalização popular trouxe a diversificação de *middlemen minorities* através do controle segmentado de ramos comerciais e de negócios transnacionais. O conceito se difunde na literatura com referência às redes transnacionais de comércio geridas por grupos de forte identidade étnico-cultural à escala global. No Brasil, sem esta denominação, há referências às redes de comércio geridas por grupos étnicos (sírio-libaneses, judeus, coreanos e chineses) em São Paulo, Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu, dentre outras.

O problema da pesquisa incorpora a análise de redes étnicas e culturais, vinculadas à globalização e ao comércio popular. Aborda-se a relação entre a transnacionalização de negócios de comunidades de árabes-palestinos, com enfoque no papel que o comércio tem na integração econômica destes grupos em contextos locais, o impacto que promovem na dinâmica espacial e a importância de suas atividades na construção da alteridade e identidade dos grupos e dos lugares onde se estabelecem, contribuindo com o desenvolvimento comercial de cidades de borda, em fronteiras geopolíticas e regiões metropolitanas.

A meta é abordar o espaço construído como sistema relacional e tentar identificar congruências entre potenciais de acessibilidade, conectividade, controle e integração espacial e formas peculiares de produção e apropriação social do espaço, de reprodução de relações sociais entre grupos. Como tipos morfológicos e estrutura espacial estão implicada nos processos de produção de etnicidade, de identificação e identidade de grupos culturais, sociais e étnicos que obtém vantagens para a perenidade de suas práticas a partir das configurações espaciais. Se a dimensão social do espaço contribui para a delimitação de outros tipos de fronteiras, atribuindo sentidos à copresença, uso e controle de partes ou lugares das cidades e das conurbações.

⁶³ A tradução literal seria minoria de intermediários, mas não foram identificadas correspondências na literatura em português.

Como o poder mais instrumental, de controle do espaço é exercido pelos grupos plurina-cionais, e pluriculturais em conurbações internacionais, e estão implicados na emergência de territorialidades ímpares? Quais propriedades morfológicas são efetivamente parâmetro de ordem⁶⁴ na emergência de zonas transfronteiriças na conurbação?

Verificar se é possível relacionar transformações na configuração espacial e agentes sociais, grupos nacionais e de imigrantes que interagem segundo suas afiliações. E discutir como o topomorfismo⁶⁵, as diferenças morfológicas do sistema conurbado e das partes da conurbação estão implicadas nos mecanismos de produção e reprodução de identidade dos grupos (etnicidade), na identificação de lugares da conurbação e na transformação destas cidades em centros de turismo de consumo regionais.

Isto constitui o que ASHBY (2004)⁶⁶ denomina auto-organização, agenciamentos coletivos sem princípio de ordem hierárquica ou liderança, cujos objetivos se realizam em relação ao grupo agenciador com potencial transformador das estruturas que emergem das suas interações múltiplas. O mecanismo da auto-organização é a interação entre elementos (grupos soci-

⁶⁴ Émile DURKHEIM já indicava que haveria um surgimento espontâneo de normas em meio a processos sociais anômicos, entendendo desordem social como um fator de desestabilização da organização das relações sociais. Estabeleceu que a percepção que temos de ordem e desordem é construída a partir de experiências socioespaciais. As prerrogativas de ordem (controle social) são multiescalares, perpassam instâncias de poder autônomas. Desordem social local pode ser percebida como produto das flutuações de controle do sistema capitalista como força geratriz de entropia social à escala do governo central. Por exemplo, a territorialização da rede do narcotráfico descrita por Marcelo Lopes de Souza (1995) tem como realização espacial a formação de enclaves territoriais a partir dos quais dissemina sua distribuição em rede. A territorialização do narcotráfico é entendida pelo Estado e suas instituições como princípio de desordem: controle territorial, imposição de leis alheias ao consenso social, sistema paralelo de organização e representação que desconsidera o adotado pela sociedade ampla. Analisadas a partir dos seus próprios agentes – os narcotraficantes – é princípio de ordem, pois se territorializam em zonas urbanas onde o topomorfismo: acessibilidade controlada em função das demandas dos líderes, o exercício de poder se funda e se reproduz sobre uma estrutura espacial, específica que privilegia o controle do morador, local, em zonas espacialmente segregadas. O código de conduta prevê hierarquias rígidas e punições severas às ameaças à organização do negócio do tráfico, denotando sentido de ordem social, ainda que perversa. A configuração espacial dos lugares onde o tráfico se territorializa permite a reprodução desta ordem, a partir do controle da vizinhança, segregação espacial, formando enclaves, o que associa à engenharia social de E. DURKHEIM a noção de estranho e estrangeiro de Georg Simmel e seus fundamentos sobre segmentação social que embasam muitos estudos culturais contemporâneos.

⁶⁵ Neologismo proposto para descrever as diferenças morfológicas apreendidas da decomposição topológica unidimensional dos sistemas de espaços abertos urbanos. Referem-se às diferenças na forma resultante da estrutura de linhas axiais do sistema urbano, suas diferenças formais, suas deformações que caracterizam zonas morfológicas ou bairros morfológicos à maneira de Kevin LYNCH partindo-se dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sintaxe Espacial. O topomorfismo se refere à deformação da rede de linhas axiais que oscila da malha xadrez ortogonal à espinha de peixe ou árvore, denotando diferenças significativas nos potenciais de integração Global e Local e, formas como se dão as relações entre moradores e estranhos, grau de controle sobre o sistema de espaços abertos, implicados nos potenciais de movimento e de copresença. Uma primeira abordagem desta classificação foi feita para o centro do Rio de Janeiro, na dissertação de mestrado (BRAGA, 2003).

⁶⁶ Publicação original: Ashby, W. R. *Principles of the self-organizing system*. in: Von FOESTER, H; ZOPF, G. W (ed.). *Principles of Self-Organization: Transactions of the University of Illinois*. London: Pergamon Press, 1962. p. 255-278.

ais, entidades espaciais – estados nacionais, prefeituras, regiões) e as restrições a partir das quais se constroem códigos sociais: moradores e estranhos; legais e ilegais; cidadão e estrangeiro; imigrante e refugiado, residente e turista. E identidade dos grupos: classe social, urbano / rural, regional, nacional, religiosa, geracional, etc. processados a partir da acumulação e de síntese entre diferenças nas relações. Processo donde formas de ordem global emergem de interações locais entre componentes de um sistema inicialmente desordenado que não é controlado por nenhum agente ou subsistema externo, mas causado pela difusão de regras locais de interação entre partes do sistema (vizinhança, proximidade topológica), com a alteridade.

As leis que pautam a emergência de sistemas auto-organizados partem da interação entre agentes ou partes do sistema e de suas flutuações amplificadas por *feedback* positivo, resultando em organizações descentralizadas e distribuídas entre os componentes do sistema. Os sistemas auto-organizados são tipicamente robustos e sobrevivem a partir das transformações permanentes que consertam danos e perturbações organizacionais, a partir dos quais novas estruturas emergem. Os objetivos da pesquisa e a hipótese de trabalho se baseiam nestas dimensões da complexidade do problema postulado, de conurbações internacionais, com o intuito de responder às seguintes perguntas:

- a) É possível depreender tendências na transformação de estruturas espaciais de cidades fronteiriças em função dos processos de conurbação e relacioná-las a diferenças na organização de sociedades nacionais, a diferenças nas expectativas de reprodução das relações sociais locais?
- b) É possível identificar, na estrutura espacial conurbada, elementos derivados dos processos de difusão cultural e incluir conurbações internacionais numa categoria de semelhança e estabelecer uma tipologia?
- c) Como a linha de fronteira geopolítica inscrita na conurbação internacional opera como variável na delimitação e diferenciação espacial dos subsistemas da conurbação, as cidades-gêmeas?
- d) Qual a relação entre limites entre zonas morfológicas da estrutura urbana e linha de fronteira? Das discontinuidades e limites entre zonas morfológicas, na estrutura espacial emergem novas formas de fronteira?
- e) Do processo de fusão entre sistemas urbanos decorre a translação da fronteira geopolítica em função da forma como o espaço urbano conurbado é apropriado, possibilitando a emergência de uma zona transfronteiriça e o reordenamento das relações entre centralidades e periferias?

- f) Qual a relação entre os processos de fusão dos sistemas espaciais, escravização entre os parâmetros de ordem que regem os aspectos simbólicos (culturais) presentes na produção do espaço e reprodução das relações sociais de sociedades nacionais?
- g) Quais as relações entre estrutura espacial conurbada e dinâmica espacial, dispersão de uso do solo que emergem do processo de conurbação e redefinem centralidades compartilhadas?
- h) Grupos de imigrantes e usuários em conurbações de fronteira são efetivamente agentes de transformação da configuração espacial em função da reorganização do sistema de interfaces e interações que promovem localmente, da difusão espacial de diferenças culturais nas formas de apropriação e uso do espaço, impactando movimento, copresença e usos do espaço?
- i) A partir da verificação da intensidade dos fluxos, da estruturação das redes de relações sociais, das atividades econômicas que desempenham e da forma como se integram nos lugares, os árabes-palestinos instalados em conurbações internacionais da fronteira Brasil /Uruguai podem se chamados de *middlemen minorities*? Constituem uma minoria étnica? Um grupo social transnacional?
- j) Em função do desempenho frente à integração espacial, social, econômica, política, cultural e de governanças, conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai podem ser consideradas espaços transfronteiriços e transnacionais?
- k) É possível associar a agência de imigrantes às formas de comércio e consumo que contribuem para transformar a identidade de cidades fronteiriças e sua dinâmica econômica?
- l) Como inovações nas formas e equipamentos vinculados ao consumo transformam os parâmetros de expansão urbana, fragmentação espacial e hierarquia de lugares nas conurbações de fronteira? Estão relacionados à segmentação social e à diversidade étnica e cultural dos grupos sociais em interação?

1.2 Objetivos da pesquisa

O objetivo central desta pesquisa é investigar, a partir da dimensão social do espaço, os processos de interação social, integração e difusão cultural que emergem da contiguidade espacial e da vida cotidiana local de grupos com identidades étnicas, nacionais e culturais diferentes em zonas de fronteira. A partir disso, analisar transformações na configuração espacial, associando-as aos vários agentes e formas de exercício de poder implicados na emergência de

estruturas espaciais que são produto da fusão de sistemas urbanos desiguais. E discutir o impacto das transformações de integração social, espacial, econômica e política decorrentes dos processos de fusão em conurbação entre sistemas espaciais que conciliam mais de uma forma de territorialização e de territorialidade geopolítica na identidade destes lugares.

O objetivo de depreender tendências na maneira como conurbações se formam e expandem e discutir produção e apropriação do espaço segundo expectativas socioculturais diferentes. Investigar, através da análise dos potenciais de integração, controle (poder) e conectividade da estrutura espacial como são apropriados por grupos e agentes, restringe movimento e formas de copresença no sistema conurbado, formas como as solidariedades sociais são espacializadas.

Os objetivos secundários são:

- a) Descrever a estrutura espacial e analisar os padrões espaciais de cidades-gêmeas e de conurbações internacionais a partir da sua decomposição num sistema unidimensional (axial) medindo-se potenciais de acessibilidade, conectividade e probabilidade de movimento, fluxos e copresença;
- b) Analisar, a partir do potencial de integração espacial e da probabilidade de intensidade de fluxos, o processo de conurbação entre as cidades-gêmeas e avaliar as transformações que imprime na estrutura espacial que emerge do processo de fusão para discutir, a partir da análise das configurações espaciais de conurbações internacionais, as noções geográficas de fronteiras, territórios, territorialidades e redes;
- c) Classificar, segundo forma e intensidade de integração espacial, social, econômica, cultural, política e de governança o desempenho das configurações espaciais estudadas empiricamente, os processos de hibridização cultural e a emergência de espaços transfronteiriços;
- d) Relacionar à descrição configuracional das conurbações internacionais os tipos de interfaces que ensejam quanto à integração / segregação entre grupos sociais para verificar diferenças delineadas culturalmente nas expectativas de produção e reprodução dos sistemas de relações sociais locais;
- e) Relacionar estrutura espacial e morfologia da malha urbana a diferenças na copresença, uso, movimento e controle na apropriação social do espaço para analisar as interfaces entre grupos sociais de moradores e estrangeiros e estratégias de integração socioeconômica de grupos de origem imigrante;

- f) Apontar tendências na formação de centralidades relacionadas à fusão de estruturas espaciais independentes num único sistema conurbado e suas implicações na dinâmica urbana;
- g) Analisar o desempenho dos padrões de integração/segregação espacial do sistema urbano conurbado e as relações de reprodução das práticas sociais e da identidade cultural de grupos étnicos, a partir de suas escolhas locacionais para discutir suas estratégias de integração socioeconômica;
- h) Analisar a agência de grupos com identidade étnica diferenciada e a forma como se integram espacial, econômica e socialmente na vida cotidiana para verificar se os palestinos da fronteira Brasil-Uruguai podem ser classificados como uma *middlemen minority*.

1.3 Hipótese de trabalho

Segundo Julienne HANSON (2007) um estudo de Doutorado deve responder ao desafio de duas ou três ideias que se colocam a priori e que indicam o interesse do pesquisador em abordar mais de um campo analítico disciplinar⁶⁷, com o intuito de estabelecer costuras entre enfoques teórico-metodológicos e, de alguma maneira, contribuir para a exploração do tema da pesquisa.

Porque se trata de tema convergente (*cross-cutting theme*), quando abordado no âmbito restrito aos recortes disciplinares acadêmicos corre-se o risco de resvalar no que MORIN (2005, 2007, 2009) trata como paradigma da simplificação. Nestes casos, há necessidade de romper com raciocínios lineares e buscar na multidimensionalidade sugerida pelo tema da integração, as variáveis e as relações implicadas na emergência dos fenômenos socioespaciais espacial e as propriedades morfológicas que as ordenam.

Com estas preocupações em mente, partiu-se de uma constatação empírica, possibilitada por vínculos afetivos com a cidade de Santana do Livramento / RS, de uma intuição corroborada pela leitura de trabalhos científicos para a construção de uma premissa científica e formulação da hipótese de trabalho.

1.3.1 Evidência empírica

Talvez sem significância quantitativa, mas qualitativa, as comunidades de árabes-palestinos das cidades de fronteira entre Brasil e Uruguai integram-se à vida econômica, soci-

⁶⁷ Depoimento oral da Dr. Prof. Julienne HANSON / Bartlett / UCL dado no *Workshop "Space Syntax in my PHD Studies"*, do qual a autora participou durante o *6th Space Syntax Symposium* realizado em Istambul / Turquia e promovido por ITU Faculty of Architecture em junho de 2007.

al e espacial por meio do comércio. Esta constatação foi registrada a partir do ano 2000, quando a pesquisadora passa a visitar assiduamente a cidade de Santana do Livramento / RS. Era então comum ver mulheres portando lenços sobre o cabelo e roupas modestas, homens usando *keffiyeh* ⁶⁸ no pescoço, trabalhando em lojas do comércio local, sobretudo nas ruas dos Andradas e Rivadávia Correa (Centro), a ponto de a pesquisadora apelidar esta última de Faixa de Gaza.

A imagem da fronteira era de um mundo agroindustrial em declínio. No entanto, enquanto as lojas *duty free* na cidade de Rivera aguardavam a estabilização da inflação brasileira e atraíam um volume de negócios pequenos, as lojas populares do centro de Santana do Livramento estavam cheias de compradores, muitos deles, uruguaios. O comércio varejista sempre foi uma das vocações das cidades fronteiriças, pela captura de vantagens nas oscilações de cambio e nichos de mercado específicos.

Para os santanenses, o comércio sofisticado de produtos importados pelo Uruguai sempre foi atraente e os turcos empreendedores, uma classe à parte, estrangeiros. Ao ouvir comentários pejorativos sobre suas lojas de artigos populares me vinha à lembrança os dias que passei em Gaza, na casa de amigos e via em retrospecto o *souk* (bazar) e suas lojas minúsculas que de tudo vendiam.

O contraste entre a efervescência do comércio popular e o declínio econômico que a cidade experimentava na época, devido à crise na sua base produtiva e a falta de oportunidades para o desenvolvimento local, suscitaram duas idéias: a primeira de que o potencial de comércio formal de produtos populares, sobretudo vestuário e artigos para a casa era um ramo dinâmico e rentável, ainda que não despertasse o interesse comercial de empresários locais que viam a atividade como “coisa de turcos⁶⁹”, contribuindo desta maneira para estabelecer um nicho de mercado associado ao empreendedorismo do grupo étnico - cultural palestino; a segunda é que esta atividade comercial poderia servir como base para o desenvolvimento do setor terciário, uma vocação de cidades fronteiriças em áreas pacíficas.

Turco é referencia ao imigrante sírio-libanês, cristão maronita, cuja região, início do séc. XX estava sob o domínio do Império Otomano, que lhe atribuía cidadania e à vinculação do

⁶⁸ *Keffiyeh* (كوفية): lenço quadrado de algodão usado por homens árabes na Palestina, Jordânia e Iraque para proteção do rosto e da cabeça. É usado há mais de 100 anos na Palestina, em padronagem xadrez preto e branco. Seu uso se difunde nos anos 1960, quando Yasser Arafat o adota como símbolo da luta palestina por um país independente. O último fabricante do item da indumentária tradicional é a *Herbawi Textile Factory* em Hebron (Cisjordânia). In: <http://palestineonlinestore.com/>

⁶⁹ O adjetivo / substantivo é transcrito tal como a comunidade local o aplica, não sendo compartilhada qualquer referencia pejorativa por parte da pesquisadora.

grupo ao comércio de vestuário e artigos domésticos, principalmente o itinerante. A transformação da designação em estereótipo, extensiva aos palestinos, tem duas explicações plausíveis: a origem geográfica do grupo (Oriente Médio) e a atividade econômica a partir da qual se integram localmente: o comércio varejista de artigos de vestuário e utilidades domésticas.

Pode-se dizer que a construção do estereótipo se baseia principalmente na atividade econômica do grupo, o que lhe dá visibilidade e na sua origem geográfica difusa, o Oriente Médio, que indica diferenças de práticas socioculturais frente à sociedade local. Religião ou etnicidade ficam em segundo plano nessa construção, os dois atributos mencionados como razões suficientes para distingui-los dos habitantes, portanto vindo a compor uma nova classe social, de pequenos comerciantes estrangeiros. É a associação com a atividade econômica integradora à sociedade local que lhes confere visibilidade e identidade. Sua forma de espacialização, de morar e trabalhar, que lhes confere identidade local e media as interfaces com os outros grupos.

Ao ouvir depoimentos veiculados pela mídia de que os palestinos se sentiam melhor em Santana do Livramento do que em Porto Alegre, associei estes testemunhos a análise de autores como HILLIER & HANSON (1984), ANTONIADOU & PERISTIANIS (1999) e outros que associam o controle distributivo entre moradores e estranhos à malha ortogonal pouco deformada, como sendo uma das razões que poderiam explicar a integração de palestinos no centro da cidade. A intuição de que deveria haver razões espaciais para as escolhas locais de estrangeiros / estranhos nesta parte da cidade, razões reforçadas pela forma como a expansão da cidade acontecia, com a suburbanização progressiva tanto pelas classes de renda mais altas, como mais baixas, que provocou o “ abandono” de imóveis residenciais nas áreas de maior centralidade e sua progressiva reocupação por este grupo, transformando casas de famílias nucleares em moradia de famílias extensas ou transformando-as em uso misto – comercial / habitacional, contrastando com práticas locais, sugerem outras formas de apropriação do espaço. Este dado associado à intuição de que o centro da vida social e espacial da cidade de Santana do Livramento está localizada em Rivera, na rua Sarandí, contribuíram para a transformação da vida espacial e dinâmica da cidade.

O segundo ponto se refere ao processo de conurbação entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera e ao processo de fusão das malhas ortogonais, que confere continuidade espacial entre os dois centros a ponto de confundir os brasileiros em relação ao centro de sua cidade, referindo-se ao centro de Rivera como seu próprio. Mais uma vez, os padrões espaciais e a morfologia da malha xadrez, potencialmente expansível e controlada em igual medida

por estranhos e moradores facilita a apropriação social do espaço por outro grupo nacional, tornado-se referência simbólica para este, o que despertou o interesse em investigar o processo de conurbação a partir do ângulo da integração espacial. Como a estrutura espacial resultante do processo de conurbação daria sentido a forma como o centro de Rivera é apropriado por brasileiros, em detrimento do seu próprio centro simbólico, transformando-se numa centralidade única, referente às duas comunidades nacionais, denota que a lógica espacial pode transcender fronteiras territoriais.

1.3.2 As referências científicas para a elaboração da hipótese

As redes de comércio itinerante capitaneadas por sírio-libaneses a partir do séc. XIX, cujo centro de distribuição e logística era a rua 25 de março /SP (ARRUDA, 2007 e CUNHA & MELLO, 2005), baseavam-se em relações de parentesco, origem comum ou afinidades religiosas e políticas, características dos processos de diáspora da comunidade sírio-libanesa. Esta rede foi importante na disseminação de práticas comerciais internacionais e transnacionais e na interiorização de bens de consumo populares. A partir de 1950, descendentes dos “mascates turcos” se fixam em zonas urbanas transfronteiriças como *Ciudad del Este* (PA)/ Foz do Iguaçu (BR) e *San Andrecitos* (Colômbia) consolidando novos nós de distribuição da rede de comércio étnico em cidades e regiões de fronteiras internacionais.

Associada à noção de *middlemen minorities*, ainda que plenamente integrados e assimilados à sociedade nacional, a designação *turco* se estende a outros grupos de origem semita atuantes no comércio popular. Por exemplo, os grupos palestinos analisados por JARDIM (2003, 2007, 2008) no Chuí /RS, MULLER (2003) em Santana do Livramento/RS e Uruguaiiana /RS, PETERS (2006) na Região Metropolitana de Porto Alegre /RS e ainda por SILVA (2008) e LINS RIBEIRO (*Op. cit.*) em Foz do Iguaçu /PR. Estes autores trabalharam sobre os mecanismos de produção de etnicidade e identidade de grupos a partir de suas relações com os grupos locais, portanto, a partir da forma como as relações entre grupos são construídas localmente, analisando, principalmente, as relações familiares e práticas cotidianas que permitiram a construção da identidade do grupo em diáspora⁷⁰.

⁷⁰ “O Projeto prevê que o dia 29 de novembro seja considerado o Dia Municipal de Solidariedade ao Povo Palestino. A Comunidade Árabe do Chui se fez presente à sessão da Câmara. Estiveram presentes o Presidente da Comunidade Árabe-Palestina Brasileira Beneficente, Rateb Muhamad Abdalla e o Secretário da entidade, Fadel Ali, entre outros integrantes da comunidade árabe do Chui.” CHUÍ – RS Câmara de Vereadores aprova projeto que cria Dia de Solidariedade ao Povo Palestino 05/12/2011 <http://sanaud-voltaremos.blogspot.com.br/2012/01/brasil-celebra-solidariedade-ao-povo.html> ; “ O presidente da Sociedade Beneficente Árabe-Palestina em Uruguaiiana (Sobapap) Read Barakat Mahamad Jaber ocupou na manhã de ontem a Tribuna Livre da Câmara Municipal, oportunidade em que fez explanação sobre o Dia de Solidarie-

Pode-se incluir a comunidade palestina como protagonista neste processo de renovação e transformação da base econômica local de cidades de fronteira, devido à sua atuação constante na consolidação de uma rede comercial translocal, transfronteiriça e transnacional de negócios diversificados ancorados na globalização popular, responsável pela introdução de inovações e dinamização do setor terciário.

“(…) Este fato se concretizou com a construção da BR 471 e a vinda de imigrantes palestinos e libaneses na década de 70, passando o comércio do lado brasileiro a se desenvolver intensamente, sendo até hoje a base da economia do município. (...) Somente em 1995, depois de nova entrada com o processo é que o Chui consegue (sem a Barra do Chui) emancipar-se. Participaram da comissão os Srs Mohamad Kassem Jomaa e Hamilton Silvério Lima, que posteriormente foram eleitos prefeito e vice-prefeito respectivamente no dia 3 de outubro de 1996, assumindo o primeiro mandato no dia 1º de janeiro de 1997” . In: Página oficial da Prefeitura do município do CHUI / RS, Município- Histórico <http://www.chui.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143098>

ARRUDA (2007) analisa problemas semelhantes a partir do comércio etnicamente segmentado de Foz do Iguaçu / BR e *Ciudad Del Este* / PA. Enfocando o grupo de imigrantes libaneses, aborda os estereótipos construídos em torno da diferença e da identidade do comerciante de origem árabe e religião muçulmana e a constituição de uma comunidade local. Destaca que as percepções de brasileiros sobre a colônia libanesa e conflitos que ocorrem no Oriente Médio são fatores externos ao grupo que ajudam a delinear sua identidade e contribuir para a segmentação étnica.

Abbas: “Um bom palestino é um bom brasileiro. Se eles são bons para a sua antiga pátria, devem ser bons para a sua nova Pátria. Eles devem ser leais ao Brasil, como são à Palestina. Mas ao mesmo tempo, eu peço: Não se esqueçam da Palestina.”
Fonte: Zero Hora "Não vou concorrer" por Tulio Milman - 23.11.2009 - Entrevista concedida por Mahmoud Abbas presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) ao chegar para a sua única entrevista exclusiva no RS / POA71.

Segundo STEINMAN (2002) um fluxo importante na faixa de fronteira brasileira em seus setores Norte e Sul é a imigração internacional. Imigrantes se concentram nos pontos de comunicação entre países vizinhos ao Brasil, destacando-se numericamente nas cidades-gêmeas. “Enquanto no país os imigrantes internacionais atingem a média de 0,6% sobre a população total, na faixa de fronteira eles representam em média 2,5% da população”. No Arco Sul da

dade ao Povo Palestino, transcrito em 29 de novembro. Ao citar o ex-líder Palestino Yasser Arafat, o qual apregoava que “para ser um bom palestino, tem de ser um bom patriota no país que o acolheu”, Jaber agradeceu a oportunidade e fez um breve relato das ações sociais da comunidade árabe em benefício da população uruguaiana. Read Jaber também lembrou da árdua e interminável luta do povo palestino pelo direito de um Estado independente”. URUGUAIANA - RS Líder árabe palestino ocupa Tribuna Livre na Câmara de Vereadores 9/12/2011.

Fronteira Brasileira, ao longo da fronteira Brasil–Uruguai, imigrantes de origem externa à América do Sul se estabelecem, se adaptam e se integram em cidades-gêmeas através da atividade comercial. Na qualidade de agentes com identidade étnica compartilhada reconhecida pela comunidade e por seus membros, contribuem para transformações da dinâmica espacial e socioeconômica, que a geografia econômica denomina *spatial embeddedness*. Entende-se que o setor terciário é um dos parâmetros de ordem da dinâmica urbana, e o grupo em questão tem ou em algum momento teve, forte vinculação com a atividade.

“De acordo com o embaixador da Palestina em Brasília, Ibrahim Alzeben, que acompanhou o presidente da ANP (Autoridade Nacional Palestina), os líderes gaúchos ressaltaram a Abbas a importância da comunidade palestina no estado e na capital. De acordo com informações do governo gaúcho, vivem no estado cerca de 20 mil pessoas que têm como origem o país árabe. Na visita ao Rio Grande do Sul, Abbas também teve encontros com os integrantes desta comunidade.” Fonte: ANBA - Agencia de Noticias Brasil Árabe – diplomacia 22/11/2009 http://www.anba.com.br/noticia_diplomacia.kmf?cod=9195040

1.3.3 Premissa: antecedentes ao assunto

As premissas a partir das quais a hipótese do trabalho é formulada são:

O espaço é um produto social substantivo, portanto espaço e sociedade não podem ser estudados separadamente. Este é variável determinante na forma como se dá a integração social, cultural, econômica e política em zonas de fronteira. Este pressuposto permite adotar a noção de fronteiras sociais e de governança como dispositivos relacionais que mediam intensidade e formas de interação entre grupos sociais e culturais localmente.

Assim como HILLIER & HANSON (1984) tratam as diferenças entre padrões espaciais e “tipos” de assentamentos humanos como produto direto dos padrões de afastamento, interação e proximidade requeridas pelas sociedades no trato entre moradores e estranhos; BARTH (1969/1998) diz que a identidade étnica é uma questão de se considerar (pertencimento) ou ser considerado por outros através da interação.

Considerando-se cidades como artefatos técnicos que possibilitam a reprodução de práticas compartilhadas socialmente, o tema da integração espacial e o problema de conurbações de fronteira surgem como possibilidade de investigar aspectos simbólicos que dão sentido à produção do espaço e às relações sociais da vida cotidiana, a diferenças na apropriação social do espaço. E ainda analisar como os padrões espaciais podem determinar a ocorrência e grau de hibridização cultural em função dos processos de conurbação, transformando potenciais de interação entre grupos nacionais, induzindo à cooperação e à emergência de zonas transfronteiriças, ainda que não sancionadas politicamente.

BARTH (1998:6) diz que os artefatos culturais de maior significado remetam a fronteiras ou limites, enquanto HILLIER & HANSON (1984) dizem que a organização social do espaço se dá através da construção de barreiras e permeabilidades ao deslocamento e estas são dispostas em função dos padrões de proximidade / afastamento, que as sociedades imprimem a suas trocas sociais. Portanto a continuidade espacial e a contiguidade seriam duas variáveis pertinentes no processo de conurbação entre cidades-gêmeas e na emergência de espaços transfronteiriços onde, através da apropriação social do espaço, códigos culturais são hibridizados.

BARTH (1998, p.12) argumenta que uma identidade étnica não é estabelecida por um território físico ou por um conjunto de artefatos culturais. Persiste à transformação, mantém-se emergente em novas estruturas. Sua complexidade é baseada na complementaridade das diferenças culturais entre grupos, pressupondo-se a standardização do comportamento de indivíduos que permitem aos demais criarem um estereótipo, donde a interação intergrupos baseie-se na sua identidade étnica (*idem*, p.19).

Assume-se que fronteiras identitárias se inscrevem no cotidiano ou na vida espacial porque o simbólico precisa de formas de materialização reconhecidas tanto pelo grupo, quanto pela sociedade onde se inscreve. Potenciais de controle sobre o espaço podem indicar ou explicar decisões locacionais de grupos étnicos como função de suas estratégias de integração social e econômica. A análise da estrutura espacial pode elucidar processos complexos de interfaces entre grupos nacionais ou étnicos nos quais categorias sociais morador e estrangeiro estão sujeitas a desdobramentos sutis e flutuantes em zonas de fronteira internacional.

Sendo a Arquitetura o interesse principal da pesquisadora, a hipótese parte da intuição de que a maneira como grupos étnicos e culturais interagem entre si, como se integram econômica e socialmente está relacionado diretamente à morfologia urbana das cidades-gêmeas e aos potenciais de interação como função da organização espacial, além dos estereótipos do gueto, do enclave e da assimilação incontestada. O desafio é formular uma hipótese onde o pensar dialógico não privilegie os processos econômicos e políticos, nem as flutuações que modelam de modo imprevisível o devir latente nas “histórias de vida” e testemunhos etnográficos, cujos registros espaciais são estanques, não relacionais.

A partir disso, pode-se entender também o impacto dos fluxos transnacionais na composição socioeconômica da população de fronteiras e seu papel na articulação entre segmentos de redes transnacionais de produção e comercialização de mercadorias. Neste caso, imigrantes, entre eles, árabes palestinos são identificados como agentes expressivos na estruturação de redes de comércio popular em cidades de fronteira do MERCOSUL produzindo formas

peculiares de integração econômica entre territórios nacionais, à economia globalizada, integrando cidades-gêmeas a circuitos de turismo de consumo⁷² e provocando mudanças em sua base produtiva e econômica.

Segundo NOUR & FATH (2005, p.3), sobre a contribuição de HABERMAS:

“A cultura fornece o conhecimento necessário para que as pessoas se entendam sobre algo no mundo. A sociedade possibilita que as pessoas regulem legitimamente seu pertencimento a grupos sociais, o que assegura a solidariedade. A integração social permite a regulação de relações interpessoais e consolidação das identidades de grupo e da socialização, o que, na dimensão do tempo histórico, é a transmissão de capacidades de ação intergeracionais e integração entre formas de vida coletivas.”

Mas e o espaço? E a base material e instrumental para a reprodução da cultura, da sociedade, das relações sociais, da espacialização, da integração no tempo? Entende-se que nenhuma destas premissas possa funcionar sem que se produza uma base espacial na qual os símbolos culturais possam ser compartilhados no tempo, que as diversas formas de solidariedade entre indivíduos e grupos possam ser exercidas em função da proximidade ou distância entre as pessoas, do encontro e copresença, do potencial de integração e segregação que regem as interfaces da vida coletiva. Não precisamos de lugares que denotem o nosso pertencimento à vida coletiva, que regulem relações de proximidade e afastamento social, que transmitam pela sua mera existência a gerações futuras as formas como as relações sociais são espacializadas? Nestes casos, a configuração espacial de conurbações internacionais não seria o elemento a partir dos quais analisar as transformações das relações sociais, das formas de solidariedade, da integração social e econômica, segundo estratégias espaciais dos grupos em interface como variáveis solidárias às transformações espaciais?

Segundo ORTIZ (1947: 1995) num processo de fusão cultural, como o que geralmente ocorre em zonas fronteiriças, o conflito entre grupos nacionais tende à diminuição ao surgir uma terceira entidade híbrida, que integre culturalmente os grupos, como uma identidade local ou regional que prepondera sobre fatores étnicos e raciais que perdem seu poder dissociador. Neste caso, uma conurbação internacional, sendo uma entidade híbrida poderia ser considerada uma forma espacial de integração cultural?

1.3.4 Hipótese

As transformações na configuração espacial de cidades-gêmeas sujeitas a processo de conurbação em zonas de fronteira internacional são dependentes de variáveis mais complexas do que a potencial similaridade ou diferença entre os padrões geométricos de malhas urbanas

⁷² Ver BRAGA & RIGATTI (jan 2012), IFoU-TourUrbanism, Politécnico de Barcelona, Espanha.

contíguas. A fusão de dois sistemas socioespaciais auto-organizados emerge um terceiro, no qual da dualidade entre forças generativas (da microeconomia) e conservativas (culturais) decorre uma nova estrutura espacial que, alterando padrões de acessibilidade, conectividade e integração, portanto reestruturando potenciais de movimento entre partes do sistema, redirecionam os processos de formação de centralidades e expansão urbana. Da hibridização dos padrões espaciais, função da estrutura de integração espacial, a interação entre categorias e grupos sociais pode ser modificada, sugerindo sua reclassificação como função do controle que passam a exercer sobre o espaço entre moradores, estranhos, usuários e estrangeiros. A estrutura que emerge da reorganização das interfaces cotidianas entre diferentes grupos culturais no processo de conurbação está correlacionada aos mecanismos de produção de etnicidade e à integração social e econômica local, global e transnacional.

Em conurbações de fronteira, indivíduos de grupos nacionais podem desempenhar cotidianamente o papel de estranhos / estrangeiros, segundo a forma como a integração espacial é processada na fusão entre malhas urbanas. Os potenciais de interação entre grupos sociais relacionados à integração espacial instrumentalizam os processos de diferenciação entre grupos e podem estar relacionados à produção de identidades culturais híbridas e / ou etnicidade, conferindo-lhes sentido e redefinindo fronteiras sociais e territorialidades.

Integração espacial é prerrogativa para integração econômica e social para grupos de imigrantes. Suas estratégias locacionais são calcadas na ambiguidade dos sistemas espacial e social híbridos de conurbações de fronteiras, nos atributos da estrutura espacial correlacionados à integração espacial, local e global, acessibilidade, continuidade e conectividade que determinam potenciais de movimento entre e através das partes do sistema conurbado e distribuem de forma equitativa entre moradores e estranhos o controle sobre o espaço.

No processo de integração social e econômica de imigrantes cuja atividade principal é o comércio, suas estratégias locacionais também são informadas por transformações na vida espacial produzidas localmente pelos moradores como, por exemplo, a desocupação ou baixo valor de imóveis em determinadas áreas. Estas se constituem em lugares preferenciais para estabelecer as bases de territorialização de suas redes de comércio transnacionais baseadas solidariedade étnicas. Ao ocuparem estes lugares, intervém dialeticamente na dinâmica urbana e nos processos de configuração de centralidades, operando transformações de significância qualitativa, podendo vir a ser a configuração espacial destas conurbações uma das variáveis implicadas na produção de etnicidade do grupo e na sua identificação como uma *middlemen minority*.

1.4 Relevância e limites da pesquisa

Para o Planejamento Urbano, o estudo de conurbações de fronteira ou cidades-gêmeas é fundamental para a construção de instrumental analítico que subsidie a elaboração de estratégias de desenvolvimento local ou regional e a solução de problemas governança cooperativa em zonas transfronteiriças.

Na Geografia, o desenvolvimento de ferramentas para a abordagem deste tema é amplo, centrado principalmente em fluxos e agentes. No campo da Arquitetura, os estudos de caso insistem na geometria da malha urbana, na contiguidade, na intensidade de funções compartilhadas e nos instrumentos de cooperação entre cidades-gêmeas como variáveis implicadas diretamente na delimitação de áreas transfronteiriças urbanas e metropolitanas.

No entanto, pouco se tem explorado a relevância a variável “padrões espaciais” tem nestes processos, principalmente na emergência de centralidades compartilhadas. Comprovar que a estrutura espacial que emerge do fenômeno de duas cidades conurbadas não pode ser descrita como resultante da adição de duas partes (de ambas as cidades somadas), mas como nova estrutura que emerge do processo de fusão das malhas urbanas e cujos padrões espaciais diferem significativamente dos padrões espaciais das cidades isoladas, pode contribuir com um enfoque ainda pouco explorado sobre o tema, e para o aprofundamento de estudos da geografia cultural e estudos sobre fronteiras justamente quando estes enfocam a escala local e o desenvolvimento urbano.

Neste âmbito, o trabalho aqui apresentado é original, no sentido em que parte justamente das transformações observadas entre a configuração espacial da conurbação e das cidades-gêmeas analisadas separadamente. Das metodologias aplicadas para a descrição e análise dos processos de conurbação nos estudos de caso, é possível identificar tendências e transformações no processo de conurbação que instrumentalizem a solução de problemas de desenvolvimento urbano futuros. Desta forma, os estudos propostos confirmaram a utilidade de ferramentas técnicas analíticas e preditivas que podem ser adotadas no delineamento de políticas públicas nacionais e transnacionais no monitoramento, controle ou incentivo a transformações da dinâmica urbana. Em suma, podem instruir decisões políticas de cooperação local ou nacional.

Cidades situadas na fronteira entre o Brasil e países vizinhos tem sido objeto de pesquisas acadêmicas diversificadas de geógrafos, antropólogos e arquitetos. A principal lacuna identificada no campo dos estudos urbanos foi a descrição e análise da configuração espacial de cidades-gêmeas enquanto conurbações, isto é, um sistema espacial único.

A pesquisa buscou razões e respostas espaciais para os redirecionamentos da dinâmica urbana e reorganização dos sistemas urbanos como produtos do processo de conurbação, produtos da reconfiguração da estrutura espacial que modifica formas de interação e interface socioeconômicas locais. O aspecto mais relevante da pesquisa foi tratar do tema da integração a partir da dimensão espacial. Em geral, as abordagens partem da integração política, econômica ou social nas quais o espaço, sobretudo o espaço urbano, é focado a partir do recorte do território nacional, o que dificulta a elucidação dos aspectos do processo de fusão das estruturas urbanas e a emergência da estrutura espacial conurbada.

A noção de cidade-gêmea trata das partes da conurbação a partir da contiguidade, muitas vezes relevando o efeito da difusão espacial nas áreas periféricas e de expansão urbana cujos padrões espaciais incorporam mudanças nas expectativas de interação entre grupos e classes sociais, antes que ocorra o mesmo processo em áreas já consolidadas.

Aqui, a pesquisa contribui para agregar às classificações existentes calcadas na densidade de interfaces e interação entre cidades-gêmeas, uma tipificação estabelecida a partir da hierarquização dos potenciais de movimento entre partes do sistema conurbado e probabilidade de intensidade de fluxos através do sistema conurbado decomposto como uma rede. Este método pode subsidiar o maior ou menor investimento de ações públicas ou cooperativas na qualificação das rotas e espaços que sejam prioritários para o desenvolvimento local.

O foco das pesquisas sobre conurbações internacionais é dirigido aos interesses binacionais em perpetrar políticas conjuntas para a administração e supervisão da realidade local – das cidades existentes ao longo de linhas de fronteira e de suas regiões de abrangência com intuito de controlar os fluxos (de mercadorias, de trabalho, etc.) e garantir a aplicação de medidas tarifárias em ambos os lados (territoriais) das áreas urbanas⁷³. E depreender dinâmicas de interação excepcionais, como migrações pendulares e contrabando, enfatizando o tema da integração política e econômica e do controle normativo sobre fluxos.

Os elementos envolvidos na estruturação e configuração da vida urbana em cidades de fronteira só são inteligíveis e dimensionáveis quando analisados de forma relacional, porque a apreensão dos significados das relações de macroescala (entre Estados Nacionais, entre grupos culturalmente distintos) depende de como estas informam, são informadas e reelaboradas na

⁷³ Existem inúmeros acordos binacionais neste sentido. Alguns, inclusive locais, que tem como figuras jurídicas as Prefeituras de ambas as cidades que compõem a conurbação. Estes acordos não são recentes. Para ilustrá-los, no início do séc. XX (circa 1930) a *Intendencia de Rivera* e a Prefeitura de Santana do Livramento construíram, em conjunto, um Parque Internacional na área limdeira aos dois centros urbanos, conectando-os através da linha de fronteira, onde antes havia um descampado que servia de “zona tampão” entre os dois assentamentos.

vida cotidiana; isto é, como se estruturam dentro de um quadro espacial específico e, a partir dele, são difundidas e reinterpretadas pela comunidade ampliada, para o qual os estudos de caso contribuem para a reformulação de conceitos.

A contribuição que a pesquisa pode oferecer aos estudos antropológicos e econômicos é qualitativa e crítico ao discutir estratégias espaciais dos grupos nas conurbações e como destas estratégias diferentes, emerge uma estrutura de interfaces na qual a organização espacial é uma das variáveis mais importantes implicadas nos processos de integração social e cultural local, base para projetos de cooperação.

A ênfase nos agentes, nos processos políticos e econômicos de cooperação internacional, as diferenças metodológicas e diversidade de instrumentos de cooperação internacional dispõem limites às abordagens quantitativas dos problemas de cidades-gêmeas, sobretudo de conurbações internacionais pelas seguintes razões: acesso à informação, diferenças metodológicas e culturais na abordagem de problemas de planejamento urbano, carência de análises sistemáticas da estrutura espacial e as relações entre estas e mudanças observáveis na dinâmica espacial; diferenças metodológicas na coleta, delimitação e disponibilização de dados socio-demográficos quantitativos (populacionais e econômicos) entre Brasil e Uruguai; o status diferenciado das cidades de fronteira frente à administração nacional que condiciona a disponibilidade de dados agregados dos censos.

Por exemplo, a cidade do Chuy /UY é um distrito do departamento de Rocha, sua autonomia condicionada à divisão territorial uruguaia, o que limita acesso aos dados censitários locais desagregados (não existem). Outra dificuldade, a delimitação de amostras às quais são aplicados os questionários completos (com atributos de raça e religião, no caso do Brasil), o caráter subjetivo das respostas (como o entrevistado se identifica) e os propósitos de controle dos estados nacionais subjacentes na própria formulação dos atributos. Os questionários do CENSO Brasil 2010 se interessam pelas diferenças religiosas e raciais, pouco pela imigração (outros); o INE (censo uruguaio) não se interessa por religião ou raça, mas por migrações internas e nacionalidade, demonstradas na formulação do questionário (por departamento e não por cidades). Não há como se realizar uma análise quantitativa que corresponda minimamente a uma abordagem científica. A dificuldade para apreensão de dados quantitativos, patentes na formulação e inclusão de atributos diferentes entre os censos, além de sua decalagem temporal, impuseram limites a esta dimensão da análise nos estudos de caso.

Existe um amplo escopo de trabalhos etnográficos interessados em desvelar o universo simbólico de grupos peculiares, sejam eles comunidade de fronteiras, diásporas, imigrantes ou

grupos religiosos inscritos na sociedade maior, que usam estes atributos identitários como instrumentos de agência política e representação. Eminentemente empíricos, partem da inserção do pesquisador na comunidade ou grupo que está sendo estudado. Descrevem detalhadamente lugares e edifícios e fornecem mapas onde estão localizados os lugares de convivência de grupos, edifícios simbólicos e funcionais, percursos, rotas e fronteiras de territorialidade vinculadas à ação e práticas cotidianas. Nestes registros o espaço é tomado como um objeto estante, sobre o qual os “atores” e suas ações construtoras de identidade se desenrolam como num filme.

Discussões pertinentes aos aspectos simbólicos da territorialidade de grupos e seus lugares e edifícios simbólicos em cidades e bairros têm sido abordadas por antropólogos de maneira criativa, como no exemplo de MATTHEWS (*Op. cit.*) e do pioneiro GILBERTO VELHO (1973). Pouco exploradas na identificação de problemas do Planejamento Urbano, partem de pressupostos teóricos que enfatizam a descrição e características funcionais ou estéticas associadas aos aspectos simbólicos que reafirmam suas identidades. Proveem subsídios para a análise crítica das estratégias de reprodução social e mecanismos que produzem identidade de grupos (GILBERTO VELHO, 1973 74). Destaca a importância da organização do espaço urbano e das edificações nas formas como se constroem as interações entre indivíduos e grupos, no compartilhamento de símbolos com potencial transformador da identidade de lugares atribuindo sentidos às interações sociais e a formas especiais de territorialidade.

Sua abordagem não implica na exploração da dimensão espacial dos conflitos e solidariedades que emergem da maneira como encontros e esquivanças são organizados espacialmente. Há constatação da dimensão espacial dos fenômenos antropológicos, mas não há uma exploração das relações instrumentais entre padrões espaciais e processos de significação, importantes para a identidade fronteiriça.

Esta pesquisa contribui para corroborar / aprofundar as descrições antropológicas e sociológicas do processo de inserção de imigrantes em sociedades culturalmente diferentes, ao focar a sua espacialização e suas relações oportunistas com a configuração espacial como variável implicada na forma como se integram econômica e socialmente nos lugares. A análise e descrição da dimensão espacial deste processo elucidam as decisões locais destes grupos, porque parte da dimensão social do espaço para discutir os mecanismos de produção de etnicidade e / ou nacionalismo operados nas interfaces entre grupos em zonas de fronteira.

74 O nome do edifício analisado – Estrela- foi atribuído ficticiamente pelo pesquisador, à época residente no imóvel.

Neste aspecto, o trabalho parte das transformações das relações espaciais para discutir questões como as peculiaridades das pautas sociais nacionais na produção do espaço e seus entrelaçamentos com o processo de fusão das estruturas urbanas. Não se trata de uma abordagem da evolução da malha urbana ou de comparações morfológicas entre as cidades, mas de investigar as transformações estruturais do espaço que permitem discutir interação e integração entre os grupos étnicos localmente, sem explorar suas histórias de vida, mas suas estratégias espaciais e agência sobre a dinâmica urbana.

Em relação ao tópico da pesquisa que aborda um grupo étnico ativo na qualificação do desenvolvimento e dinâmica econômica das cidades da fronteira Brasil-Uruguai, contribuindo para sua consolidação como polos comerciais regionais, entende-se que o comércio é um dos parâmetros de ordem da dinâmica urbana, e o grupo em questão têm, ou em algum momento teve, forte vinculação com a atividade. O sistema de negócios baseado no empreendedorismo étnico e comunitário impacta a forma como o modelo se difunde através das redes de globalização popular e afetam a dinâmica urbana destas cidades, tornando-as atrativas para outros grupos, como chineses. Capacidade de agência, tipo de atividade comercial exercida e a captura de oportunidades oferecidas por estratégias governamentais de incentivo ao desenvolvimento local de zonas de fronteira, como é o caso das zonas de livre comércio (*duty free zones*) impactam de maneira inegável a forma como as solidariedades sociais são construídas localmente e contribuem para a difusão da imagem destes lugares como cidades *palestinas*.

A pesquisa se detém sobre estratégias espaciais e relações oportunísticas com a dinâmica urbana como variáveis implicadas na transformação socioeconômica destas cidades e das zonas de fronteira. O objetivo não é esgotar os temas abordados, sobretudo porque limita ao máximo a interpretação dos aspectos que contribuem para a identidade destes lugares. Justifica-se a estratégia de abordagem dos temas e os riscos corridos na sugestão da abordagem e formulação da hipótese de trabalho com as palavras de Michel MAFFESOLI (2011, p. 523; 527; 532):

“A especificidade mesmo da pesquisa é uma tentativa-erro. A verdadeira pesquisa, que não é dogmática, faz tentativa, mesmo se, às vezes, existam erros. No fundo, se analisa o que é, e não o que deveria ser. (...) Para mim, é essa a base mesmo da pesquisa: ela não é moral. Ela não é ética. Ela é neutra. Ela faz uma constatação das coisas. (...) Claro que nunca se consegue. Sempre há uma parte de nossa subjetividade que nos conduz a escolher certos temas de estudos específicos. (...) Em segundo lugar, vem o fato de que não era mais uma concepção voltada para o futuro, mas para o presente. (...) De uma maneira sociológica, se fala em termos de forma – é um grande sociólogo alemão, Georg SIMMEL, que foi meu inspirador, que fala em termos de formas sociais – (...) Mas uma forma social não é eterna...”.

Padrões espaciais tampouco o são. Transformam-se em função de mudanças nas relações sociais, nas atribuições identitárias. O dialeto portunhol, o cidadão *doble-chapa* são produto da integração entre cidades da fronteira do Brasil com seus vizinhos Uruguai, Paraguai e Argentina que precede estratégias políticas de cooperação transnacional. Há muito a ser investigado sobre o desempenho das configurações espaciais das cidades-gêmeas, hoje conurbadas, na difusão de inovações, no hibridismo cultural e no desenvolvimento econômico centrado comércio e turismo. Além da contiguidade, outras variáveis espaciais contribuem para estas mudanças. Neste trabalho, alguns destes aspectos são explorados, não esgotados.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em nove tópicos. O tópico 1 corresponde à **Apresentação** do tema, enunciado do problema da pesquisa, dispõe os objetivos, a formulação da hipótese e justifica o mérito da temática e da abordagem do problema para o Planejamento Urbano. Os Capítulos **II**, **III** e **IV** são dedicados à revisão da bibliografia, explicitando a discussão do problema proposto e os desdobramentos do tema da integração. No **Capítulo II**, apresenta-se as noções de território e territorialidade adotadas no estudo, correlacionadas aos parâmetros de ordem que informam sua emergência, a saber o nacionalismo, a urbanização e a globalização. Propõe-se o diálogo entre noções formuladas na Geografia, Antropologia, Sociologia e Estudos Culturais com a Teoria e os métodos da Sintaxe Espacial, explicando-se como as ferramentas serão aplicadas para descrever estas relações. No **Capítulo III** elenca-se alguns tipos de fronteira correlacionando-os às funções que desempenham na configuração de territórios e na produção de territorialidades, qualificando e alterando relações espaciais. O capítulo se desdobra em dois focos. No primeiro, trata-se de fronteira internacionais e das metodologias de classificação de cidades-gêmeas e conurbações transfronteiriças desenvolvida pela Geografia. O segundo foco é nas transformações que fronteiras sociais e de governança provocam sobre sistemas urbanos, produzindo alterações morfológicas, simbólicas e identitárias que se correlacionam à produção e apropriação do espaço. São dados exemplos arquitetônicos de como estes tipos de fronteira se correlacionam aos atributos morfológicos dos sistemas urbanos para alterar comportamentos sociais. No **Capítulo IV** abordam-se as questões de transnacionalidade, migrações internacionais, diásporas e dos mecanismos espaciais de produção de etnicidade, discutindo-se como estes comparecem nas pautas políticas do Planejamento Urbano e situando o grupo *palestinos* neste contexto.

No **Capítulo V** a metodologia da Sintaxe Espacial é contextualizada no escopo de Teorias Espaciais voltadas para a descrição e análise de sistemas urbanos. As ferramentas e métodos aplicados aos estudos de caso são elencados e a operacionalização da pesquisa é descrita. Define-se a modelagem conjunta de dados espaciais e sociais e as ferramentas de classificação dos processos de conurbação transfronteiriça.

No **Capítulo VI** apresenta-se o contexto histórico regional dos estudos de caso, provendo-se uma descrição multivariável da integração nas dimensões social, econômica, política e institucional da zona de fronteira Brasil – Uruguai. No **Capítulo VII** explora-se a descrição configuracional das cidades-gêmeas Rivera / UY e Santana do Livramento / BR e Chuy / UY e Chui / BR e das quais se analisa vida espacial, social e o desempenho de seus atributos morfológicos correlacionando-os a comportamentos e organização das relações sociais. Os casos são então descritos como sistemas conurbados, donde se depreendem medidas e tendências ao processo de conurbação com vistas a estabelecer uma classificação.

O **Capítulo VIII** é dedicado às considerações finais do trabalho, à corroboração da hipótese, à constatação das limitações da pesquisa e às possibilidades de desenvolvimento futuro. O **tópico 9** elenca a bibliografia citada e consultada.

2. CAPITULO II: territórios, territorialidades e integração

*"La frontière est une construction territoriale qui instaure de la distance dans la proximité"*⁷⁵

(ARBARET-SCHULZ, *Christiane Op.cit.*, 2002)

A epígrafe desta parte do trabalho define a função genérica de uma fronteira, de separar dois territórios. Mas não diz a que noção de território se refere, nem revela as formas e as dimensões em que as fronteiras se inscrevem ou são estabelecidas. Como, o quê, quanto, em relação a quê e através de que dispositivos separa? E o que seriam território e configuração territorial? Fronteiras e territórios são entidades vinculadas?

Discorre-se sobre as noções de território e fronteira encontradas na literatura para tentar responder às perguntas inscritas no problema de pesquisa, subsidiar sua discussão dentro da temática da integração espacial e elencar os parâmetros de análise multidimensional para os estudos de caso. As noções de espaço e território são polissêmicas, porque relacionadas a teorias e métodos múltiplos, cada qual enfatizando uma dimensão específica dos problemas estudados e centrais às discussões teóricas e metodológicas da Geografia, da Sociologia e da Antropologia durante o século XX.

Seria possível fazer um recorte adotando território como dado naturalizado, território nacional, e fazer uma revisão mais ou menos cronológica do conceito começando por RATZEL (1897)⁷⁶. No entanto, exercício de poder ocorre em diversas dimensões da vida social, além ou aquém da representação política e das interfaces entre Estados Nacionais relacionado-se à apropriação social do espaço e a vida cotidiana em cidades e zonas de fronteira.

75 "A fronteira é uma construção territorial que instaure a distancia dentro da proximidade" – tradução livre da autora.

76 SOHN; REITEL; WAGNER (2009) encontram afinidades entre o conceito de integração dos contemporâneos Friedrich RATZEL (RATZEL, Friedrich. *The history of mankind*. London : Macmillan, 1896-1898. 3 v.) e de solidariedade social de DURKHEIM (1897 DURKHEIM, Émile. O suicídio : texto integral. São Paulo : Martin CLARET, c2005. 445 p.). RATZEL distingue duas classes de integração baseada em solidariedade social: a primeira se baseia na extensão da homogeneidade do sistema (morfológica, de práticas sociais e normativa) e a segunda baseada na intensidade das relações dentro do sistema (densidade de interfaces), aproximando-se do conceito de *distance decay para estabelecer* fronteiras ou limites territoriais; ferramentas para avaliar pertencimento etnonacionalista em zonas de disputa ou conflito internacional. Como DURKHEIM, distingue solidariedade orgânica e mecânica, baseando-se na estrutura do sistema de interfaces entre membros do mesmo grupo e entre estes e os Outros para as quais as restrições estão vinculadas à dificuldade de encontro entre indivíduos e grupos. A associação que propõe entre o conceito de integração e solidariedade é interessante, sobretudo porque a Sintaxe Espacial se baseia nas solidariedades de DURKHEIM para classificar moradores e estranhos segundo a forma como a interação entre os membros do grupo é dependente de proximidade métrica. A diferença é que a Sintaxe Espacial trabalha com proximidade topológica.

Fronteiras estabelecem relações que implicam no distanciamento entre sistemas espaciais contíguos ou circunscreve sistemas socioespaciais. Para separar quem, o que, como? Subentende-se que distancia métrica não pode ser considerada como parâmetro porque a fronteira implica na transformação das relações entre partes de um sistema espacial supostamente contínuo, imprimindo-lhe atributo relacional de diferenciação, que se interpreta como atributo topológico porque transforma relações espaciais de distância métrica em relações de controle e conectividade implicadas na realização do potencial de movimento, circulação de fluxos, integração e segregação, atribuindo-lhes um sentido. Altera as restrições materiais e a articulação entre objetos dispostos no espaço, sua distancia relativa, as formas de conexão entre estes ou a intensidade de conexão. E altera a percepção das pessoas em relação ao que é potencialmente próximo e acessível do que é interdito ou impossibilitado. Trata de relações espaciais e sociais que designam algum tipo de controle, simbólico (de identidade), instrumental (espacial) ou normatizado (leis) sobre pertencimento nacional, inclusão social e livre trânsito através do espaço. Em função deste tipo de complexidade é que se delimitou o problema da pesquisa à escala local, buscando não respostas, mas caminhos para analisar tipos peculiares de configurações socioespaciais, o que permite abordar além dos conceitos de territórios e fronteiras, espaço, rede e configuração.

O primeiro aspecto que contribuiu para complicar a revisão bibliográfica dos conceitos é a tradição interpretativa da Geografia Humana e da Sociologia que permeia a epistemologia destas disciplinas⁷⁷; o segundo, as transformações das relações sociais, econômicas, e políticas entre países, regiões e administrações urbanas que dificultam sua síntese e a apreensão dos

⁷⁷ LOBATO CORRÊA (op.cit., 1995, p.17): “5 conceitos fundamentais na Geografia: paisagem, região, lugar e território, todos polissêmicos e reconceitualizados segundo as correntes de pensamento vigentes. A geografia tradicional enfatiza os conceitos de paisagem e região (positivista); no conceito de *território* (RATZEL, 1934) *espaço* é conceito-chave, entendido como espaço absoluto donde a teoria de unicidade (lei geral da geografia): não admite generalizações, cada lugar é único (idiografia). A revolução teórico-quantitativa (anos 1950) constrói epistemologia própria, baseada em modelos matemáticos quantitativos, nos quais o *espaço* é homogêneo a priori e *diferenciado* a partir da ação antrópica, em função da hierarquização de distâncias (*distance decay*) e densidade funcional. Região uma das classificações de unidades espaciais agrupadas segundo técnicas estatísticas. A noção embasa os modelos centro-periferia (VON THUNEN), locais (WEBER), hierarquia de lugares centrais (CRISTALLER), o que leva HARVEY (1969) a estabelecer a noção de *espaço relativo*: relações entre objetos nos quais os custos estão implicados na superação de fricções impostas pelas distâncias; espaço geográfico é matriz, distancia sua variável independente, e *grafo* sua expressão topológica. LEFEBVRE (1970), baseado no materialismo histórico e na dialética rompe com a geografia tradicional e a teórica-quantitativa e polariza o debate entre teóricos marxistas e neomarxistas propondo que espaço não é suporte para sistema econômico, e sim um dos seus elementos estruturantes, correlacionado às práticas sociais (espaço vivido) e instância (lôcus) de reprodução das relações sociais, de produção econômica e reprodução da sociedade (*idem*, pp.24-7). SANTOS (1977, 1978,) contribui com o conceito de formação socioespacial: sociedade se concretiza através do espaço que produz e o espaço só pode ser entendido através da sociedade: espaço é fator social, cujo significado é dado pelas formas de interação -fixos e fluxos- e organização do espaço é materialidade social.

sentidos em que são mobilizados nas interpretações geográficas; o terceiro, as afiliações teóricas com as correntes filosóficas (estruturalismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo, etc.) que dão emergência às cismas da Geografia em função dos sistemas de referencia em que se baseiam (ver KWAN, *Op.cit.*, 2004); o quarto, os parâmetros para a análise de relações que se confundem com a própria noção de território, como Estados Nacionais ou, que negam sua existência, como redes.

Outros complicadores foram a multiescalaridade implicada na análise dos casos; divergências conceituais sobre o espaço na Geografia e no Planejamento Urbano, ambas interessadas na organização espacial das sociedades e a discussão sobre os métodos de representação gráfica (plantas e grafos) que são a base para as análises qualitativas num caso e produto da análise de dados, quantitativos e qualitativos localizados, de outro⁷⁸.

A noção de espaço na Geografia se apoia em três grandes sistemas de referencia: o espaço de localização, dado por sistema de coordenadas - latitude, longitude, altitude-, representado à escala mundial; o espaço vivido, percebido e representado à escala do indivíduo, sujeito a variações subjetivas e culturais, cujo atributo de organização é a distancia; e o espaço relacional, organizado em função de densidade, tipo, frequência e velocidade de interações que ponderam as localizações e mediam distancias. Que podem ser assumidos como distâncias cartesianas (métricas) e geométricas (áreas) ou topológicas.

Com o desenvolvimento dos mapas interativos, o debate atual da Geografia se centra sobre o que é o espaço e as formas de representar interação, o que traz o foco do debate para as discussões de rotas, linhas de movimento, barreiras e obstáculos, próximo à topologia, aos sistemas reticulares e aos contextos locais (NOVEMBER et. al.,2009), explorados em ferramentas de análise da Sintaxe Espacial (HILLIER & IIDA, 2005; JIANG & HILLIER, 2007).

Denise PUMAIN⁷⁹ diz que o uso do termo espaço na Geografia está vinculado aos modelos de análise espacial. Neste tipo de abordagem, o espaço se define a partir de relações hori-

⁷⁸ Como definido por HILLIER & HANSON (1984), não vincula modo de produção à organização socioespacial, afim ao conceito de território da Geografia Humana e Cultural (LOBATO CORRÊA, *Op. cit.*, p.32-35) que se estrutura a partir da experiência, do espaço vivido, na qual os aspectos simbólicos (identitários) compartilhados pelo grupo introduzem as noções de distancia relacional (topológica), capaz de ampliar ou reduzir as relações entre lugares, diferente da distancia objetiva (métrica, linear).

⁷⁹ PUMAIN, Denise. *Analyse Spatiale*. IN: ELISSALDE, Bernard (org.). HyperGeo, Spatialités des Sociétés, Index Complémentaire, Fondements Épistémologiques. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article58>

zontais⁸⁰ entre lugares detendo-se nas interações como função de localizações. Não pode ser confundido com conceitos mais abrangentes como o de território e região. Nestes casos, a espacialidade comparece como subsistema, no qual o espaço é tratado com certa autonomia e um dos componentes de organização da vida social, sujeito a regras e leis genéricas. A análise espacial se dedica a estudar as espacializações a partir das estruturas de configurações estáveis dos sistemas geográficos (modelos estáticos) ou dos processos evolutivos destes sistemas (modelos dinâmicos) que permitem identificar classes e tipos de estruturas relacionais a partir de situações reais⁸¹. Este parece ser o elo com a abordagem proposta.

A análise à escala local de configurações socioespaciais, a partir de estudos de caso de conurbações internacionais parte de uma descrição aplicando-se a teoria e ferramentas metodológicas da Sintaxe Espacial, baseada em relações topológicas e na auto-organização⁸² de da estrutura de integração de sistemas urbanos. Sua inscrição no contexto de fronteiras entre territórios de Estados Nacionais supõe a abordagem dos sistemas de relações sociais e políticas estruturadas a partir de outras escalas geográficas que emergem neste contexto, prefigurando especificidades na revisão das noções de espaço e território adotadas na Geografia.

A sintaxe espacial (HILLIER & HANSON, 1984) entende cidades como artefatos que cumprem uma função: a de organizar relações sociais e permitir sua reprodução, partindo de leis simples, de continuidade direta e indireta no sistema de espaços abertos, delimitado por dispositivos materiais (edificações, barreiras, descontinuidade de padrões espaciais). Independentemente da complexidade dos arranjos espaciais que possam emergir, é possível depreender, através da decomposição dos sistemas de espaços abertos e fechados, famílias de organização espacial que correspondem a formas de organização social. Portanto parte das relações

80 Relações horizontais:àquelas entre entidades similares; relações verticais: prevalece o principio de hierarquia – entre entidades antrópicas e naturais.

81 Sistemas espaciais, relações x paisagens, descrições de áreas.

82 Cornelius CASTORIADIS desenvolve teoria sobre a auto-organização da sociedade em que “criação é organização, sociedade é fusão (e movimento), efetuação é efeito e condições são condicionais.”. Sua conceituação propõe que sentido é circular, e aí reside – e resiste - a possibilidade de autonomia (social e política). Se pensarmos na organização das relações espaciais como potencial de integração e mobilidade e de reprodução de relações sociais realizadas através de sentido dado pela apropriação social, copresença e movimento às formas urbanas entende-se configuração socioespacial como o potencial transformado em sentido, função da história e da reorganização das relações sociais. Nos estudos culturais o conceito de auto-organização se refere a uma autocriação fragmentária, o que possibilita entender o sentido (identitário) dos indivíduos e grupos na vida política e social contemporâneas, sobretudo na vida espacial, como função do controle do potencial de mobilidade (MICHELSEN & MURPHY, 2007). Seu trabalho se relaciona à teoria de sistemas em que formas sociais e históricas são auto-organizadas, possibilitando assim, um vínculo mais obvio com a Sintaxe Espacial que justamente relaciona forma (espacial) a poucas leis (de relações espaciais) da qual emergem formas (estruturas) históricas de auto-organização espacial (HILLIER, 1999:2012).

de vizinhança para descrever o todo, próximo das proposições de Edgar MORIN (2004, vol. 4) para sistemas complexos, inclusive valendo-se das mesmas metáforas biológicas como genótipos e fenótipos / fenotípicos e genotípicos, para classificar fenômenos sociais e políticos.

Segundo LATOUR (2007, p.4) “o design é uma atividade modesta, atenta ao detalhe, associada à arte e ao artesanato (*craft*), cujas características eram impossíveis de conciliar no passado recente modernizador e revolucionário, parecendo reacionária” (LATOUR, 2007, p.4). Diz que consolidado o sistema capitalista como ordem econômica mundial⁸³, os artefatos, no caso, as cidades, vêm sendo redesenhados preventivamente o que descarta a ideia de estabilidade e permanência das formas. Sugere analisá-los⁸⁴ ou concebê-los como “arranjos complexos de temas contraditórios”, passíveis de crítica e reformulação segundo a interpretação de seus sentidos social, simbólico, econômico ou político. O que enfatiza o sistema de relações espaciais que dão sentido a práticas sociais, culturais e políticas.

“Tem sempre algo anterior que existe como dado, como questão, como problema, dependendo das restrições com as quais lida: mais amigável, mais sustentável, mais integrador. A ideia de design é um substituto claro de revolução / modernização e progresso / desenvolvimento devido à latência de algo explicitamente transitório, de mudança e forma relativa. Desenhar é o antídoto de fundar, colonizar, estabelecer ou romper com o passado, com a busca de começos absolutos e partidas radicais.” LATOUR, Bruno. *A Cautious Prometheus? Op. cit.*, 2008, p.4.

O redesenho das relações socioespaciais e políticas envolvem dimensão ética e crítica que, segundo o autor, permite julgá-lo normativamente e interpretá-lo como bom ou ruim (*idem*, p.7), expondo-os à crítica e reestruturação. A noção de configuração espacial como artefato social, como HILLIER & HANSON (1984) tinham intuído nas discussões sobre as cidades, permeia também o campo dos estudos sociais, antropológicos e políticos num contexto em que as diferenças passam a ser relativas e negociadas com vistas à integração. Dados⁸⁵ se tornam pautas (*political issues*), discutidas pela sociedade como arranjo conjuntural e as soluções pensadas como arranjos colaborativos, próximo de um desenho social e político. Remete às conurbações internacionais como espaços de projeto (SALAMBO, 2009) transformados segundo momentos históricos específicos das relações internacionais, o que enfatiza os sentidos dados às práticas e relações sociais locais, que inclui o imaginário do mundo globalizado

83 O que se entende aqui é que não existe hoje a preocupação em correlacionar ideologia e forma urbana. Projetos urbanos se voltam para a eficiência na solução de problemas que desconsideram os aspectos ideológicos e simbólicos das soluções, privilegiando as soluções técnicas e pontuais.

84 No sentido de objeto não discriminado ou nomeado que é como a Sintaxe interpreta as configurações urbanas: para a teoria, não são objetos (edifícios), mas os espaços abertos e as barreiras.

85 No original, *matter of Fact / matter of Concern*.

pela economia e a expansão de um tipo específico de espaço urbano, fragmentado, hierarquizado e tecnocrático como ordem do mundo LEFEBVRE (1973).

Como JONES (2012) e a Sintaxe Espacial (HILLIER, 1996; 1999; 2012) já intuía, existe a possibilidade de trabalhar os efeitos do Estado sobre a vida cotidiana dos seus cidadãos, na medida em que normas e tecnologias de projeto e controle sobre o urbano pelas instancias administrativas do Estado implicam em estruturas urbanas que determinam o potencial de integração e segregação espacial a partir do qual a vida cotidiana é operada.

Da mesma forma, a sociedade civil participa ativamente na apropriação dos lugares urbanos através do seu controle que pode ou não estar instrumentalizado pelas restrições materiais, à maneira dos obstáculos descritos por NOVEMBER et. Al. (*Op. cit.*), numa dinâmica contínua de emergência de espacializações, *bottom up* e *top down* que se aproxima muito mais de políticas articulatórias do que de políticas de representação. Isto é, a Sintaxe Espacial possibilita interpretar os sentidos políticos construídos a partir do controle do espaço, de como o potencial de conexão e difusão de informação das estruturas espaciais podem ser acionados em função de algum tipo de demarcação de poder, portanto na produção de territorialidades. E isto ocorre numa dimensão instrumental, que pode se transformada a despeito de quem ou o que detém o controle sobre a produção do espaço (MITCHELL & ELWOOD, 2012), mas justamente sobre quem detém o controle sobre a apropriação social do espaço.

“Vamos começar com uma assertiva: qualquer instância de ação coletiva é inextricavelmente espacial, sempre ocorrendo num lugar específico, finito identificável, e potencialmente redefinido a partir do curso da ação. Portanto toda forma de ação coletiva tem espacialidade inerente, inclusive a ação política que é a quintessência de ação coletiva. Do protesto na rua à ocupação, de movimento com foco específico aos processos revolucionários, toda ação política é espacial por princípio já que se define pelas características do lugar onde ocorre e suas fronteiras, contestadas pela ação”
VRADIS, Antonis. Breaching the spatial contract. 2011.
In:http://www.academia.edu/2052897/Breaching_the_spatial_contract

Segundo LATOUR (1991), não é mais uma questão de quem produz, constrói ou domina, mas da recriação permanente de sentidos dados ao que está à nossa volta, das relações que possibilitam ou constroem a vida cotidiana, de como se aciona o construído para estabelecer controle sobre os lugares e disputar o poder. Por mais que negue sua influencia, resgata LEFEBVRE (1970, p.57-60) e sua discussão sobre uma possível decomposição sintática das configurações espaciais que permitiria resgatar, a partir descrição ou transcrição no espaço das práticas sociais, o discurso político que as exprimem, reagrupando elementos já significantes em novas oposições; como SOUZA (1995) descreve a territorialização das redes do narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro, que se valem dos padrões espaciais destes assentamentos

que privilegiam o controle local para estabelecer suas bases (ou nós). “Sem dúvida é preciso recuperar e aperfeiçoar a noção de diferença, tal como os lingüistas e a lingüística elaboraram para compreender o urbano como campo diferencial tempo-espaço” (LEFEBVRE, 1970, p.57). Sugere que a noção de diferença⁸⁶, mobilizada pela Sintaxe Espacial através de diferenças nos padrões espaciais esclarecem que significado e sentido dependem de relações entre elementos (unidades discretas) e a forma como estes se combinam, do seu agrupamento (HILLIER & HANSON, 1984; HILLIER, 1999).

É a partir desta premissa que se constrói a teoria da Sintaxe Espacial, o foco nas relações topológicas entre todas as partes do sistema construído, sua estrutura correlacionada aos potenciais de apropriação social e de movimento. A hipótese é de que há uma adequação entre os esquemas sintáticos espaciais e as interpretações semânticas que possam vir a ser estabelecidas (HILLIER, 1999). Padrões espaciais veiculam informação que produzem sentido, através da forma como são ordenados os eventos segundo sua probabilidade ou potencial de realização. No caso, de movimento e copresença, denotando que as estruturas espaciais, são portadoras de informação. “Existe uma correlação entre estrutura e significação. É a correlação entre sintaxe e informação que legitima as transformações que consistem em relacionar estruturas sintáticas diferentes, mas de invariante semântica” (HARRIS, 1971, p.230, *apud* FRANÇOIS, p.21).

86 DUBOIS, Jean et. al. Dicionário de Linguística. São Paulo: Cultrix, 1973, 627p. - Adequação entre sintaxe e interpretação semântica: enunciado é grandeza discreta porque constituído de unidades distintas do sistema cujos elementos são de número limitado: toda substituição do primeiro leva a variação significativa do segundo: bar x par; traços distintivos: elementos fônicos mínimos que opõem dois signos diversos, ex: bolo / tolo; distribuição (ling. estrut.): nos enunciados significativos de uma língua (sentença) a distribuição de um elemento é a soma de todos os ambientes desse elemento = contexto: posição em relação a outros elementos determinado de forma não arbitrária (p.222); estrutura: sistema que funciona conforme leis no qual os elementos possuem propriedades que se conservam ou se enriquecem pelo jogo das leis, sem a contribuição de elementos exteriores. Caracterizam-se por noções de totalidade, transformação e autorregulação (p247); o projeto da gramática formal baseado no postulado da centralidade da sintaxe explica por descrição estrutural os constituintes de toda mensagem linguística fora de qualquer consideração de interpretação; a palavra pode ser explicada por suas relações formais, não quanto ao seu sentido, não é uma descrição semântica (p.289 e 559); a sintaxe é o centro da gramática, seu papel a descrição formal (CHOMSKY). Morfologia é o oposto de sintaxe que é o estudo da função das palavras na frase (*idem*, p 421): “A descrição semântica consiste em decompor frases complexas em frases simples de base, portanto não se diferencia da descrição sintática. A classificação semântica se articula ao inventário preambular de todos os empregos, munidos de suas propriedades sintáticas distributivas e morfológicas” (p.21). François, Jacques. *Présentation de la classification des Verbes Français* de Jean Dubois et Françoise DUBOIS-CHARLIER. In: COLIN, Armande (Ed.). *Langue française* 2007/1 n° 153, 130 p. pp20-23, DOI10.3917/lf.153.0003 Acesso via: http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=LF_153_0003

Se for possível restringir a discussão partindo-se da ideia de lugar de MASSEY (1993) e HARVEY (1993, 2010), também é possível incorporar as teorias ANT⁸⁷ como as propostas por Bruno LATOUR (1991, p.118) baseada nas redes de relações que se fazem e se desfazem e ativam fluxos de inovação e difusão cultural. As ferramentas propostas pela Sintaxe Espacial para analisar os sistemas de interfaces como redes (HILLIER & IIDA, 2005) a partir da decomposição axial do sistema urbano e medir, por correlação entre conectividade, continuidade e segmentação, os potenciais de fluxos e suas implicações na navegação urbana, agregando a noção de probabilidade de fluxos, possibilitam estes paralelos.

Da mesma forma, potenciais de copresença e movimento natural, podem ser associados a comportamentos sociais o que permite, teoricamente, a análise da estrutura espacial, a medição de potencial de conectividade dos quais se depreendem potenciais de fluxos em rotas, o que confere sentido às correlações entre potenciais e dados levantados empiricamente, associando-os aos parâmetros de configuração espacial descritos pela Geografia. Isto é, correlacionar configuração espacial (sintática) com locacional (geográfica), depreendendo sentidos das relações topológicas entre as duas ferramentas analíticas (HILLIER, 1999a), por exemplo, com relação à emergência de centralidades e sua forma de expansão.

O espaço é então substantivo, e as relações de poder podem ser analisadas independentemente das formas de representação social (*top down* e *bottom up*). São instrumentais e relacionadas ao potencial de controle sobre o movimento e circulação providos pela forma como o espaço é organizado (HILLIER, 1999). Segundo LATOUR (*idem*) “o global faz parte das histórias locais” ou ainda “sempre que descobrimos um sistema de relações sociais estáveis é sempre um artefato que contribui para a durabilidade destas relações”. Portanto, as lógicas espaciais de grupos sociais podem ser depreendidas através da modelagem das redes axiais obtidas a partir da decomposição do sistema de espaços abertos de uma cidade, mais uma vez atestando a eficiência das descrições e análises que a Sintaxe Espacial possibilita.

Em ambos os casos, as ferramentas metodológicas propostas pela Sintaxe Espacial podem ser aplicadas para discutir e analisar os problemas instrumentais das relações sociais e de representação das sociedades, propondo sentidos – integração / segregação - aos potenciais de controle latentes na configuração espacial. A partir disso, pode-se verificar como controle e conectividade são instrumentalizados nas territorialidades, nos sentidos dados ao exercício de

⁸⁷ ANT = Actor - Network – Theories em português TAR= Teorias Ator-Rede LATOUR, Bruno: *On Actor Network Theory: A few clarifications*. Centre for Social Theory and Technology (CSTT), Keele University, UK. 11 Jan 1998, 11p. <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-1-9801/msg00019.html>

poder, sobretudo em situações em que fronteiras internacionais podem alterar a sintaxe do espaço através dos sentidos que atribui à estrutura emergente⁸⁸ da configuração espacial.

Há outra convergência entre a Sintaxe Espacial e as abordagens de LEFEBVRE, HARVEY e MASSEY e a filosofia de LATOUR que é a ênfase no contexto local e a possibilidade de, partindo da microestrutura das relações sociais oferecer uma visão da macroestrutura da sociedade, muitas vezes criticada pelos geógrafos. No entanto, lendo a citação abaixo e analisando os estudos de caso, verifica-se a possibilidade de diferenciar as práticas espaciais que caracterizam sociedades nacionais no processo de fusão das cidades em conurbação.

“Nada se torna real a ponto de prescindir de uma rede de relações na qual basear sua existência. Deslocamentos e traduções devem ser respeitados assim como mudanças de escala podem preservar a mesma rede de relações. Associações técnico-sociais como cidades não precisam de explicação causal. Sua permanência no tempo é transformada e a descrição saturada das relações socioespaciais que a compõem é a explicação do processo. É possível tomar outras redes para descrevê-la e explicá-la, mas cada qual se mantém explicada totalmente em sua dimensão. Redes não são amorfas, são altamente diferenciadas, suas diferenças são sutis, circunstanciais e pequenas.”
LATOUR, Bruno. *technology is society made durable* (*Op. cit.*, 1991, p.117).

O foco nas relações locais que permite abordar a globalização. Quando LATOUR (2009, p.142) diz que “o grande paradoxo das redes é de poder localizar o global (...); global se torna uma forma de circulação no interior de lugares que não contém integralmente certos fluxos”, reforça as interpretações de LEFEBVRE (1974) e HARVEY (2010) sobre o impacto local dos fluxos de capital e de pessoas (migrações), nas configurações socioespaciais.

Segundo MASSEY (2004, p.95), “o espaço aberto, múltiplo e relacional isto é, aberto ao acaso, à incerteza e à indeterminação é pré-requisito para a política”. Conclui que espaço e política estão relacionados entre si, dado que o espaço é instância de interação: “espaço é dimensão social, envolvimento dentro da multiplicidade” (*idem*, p.98). A estrutura espacial que emerge de padrões de relações sociais “é a esfera de produção e reconfiguração contínua da heterogeneidade, sob a forma de diversidade, subordinação e interesses políticos conflitantes” (*ibidem*, p.98). Sugere que a integração socioespacial é um sistema auto-organizado no qual as variáveis dadas pelo contexto histórico, sociocultural e econômico são acionadas na emergência das estruturas espaciais que realizam as expectativas de interação social e política⁸⁹ entre

⁸⁸ Aqui pode-se pensar na forma como a fronteira, se entendida como recursos de pontuação (ponto, vírgula) pode dar novo sentido à frase (estrutura espacial) em função de sua disposição; não altera os substantivos, mas altera sentidos em função de sua posição.

⁸⁹ Interação espacial (geo): relações de reciprocidade entre lugares ou agentes; trocas de qualquer tipo que provocam mudanças interdependentes nas estruturas ou comportamentos dos sistemas. Introduzido pela Teoria do Movimento (ULLMAN) que prevê complementaridade e mobilidade (econômica e geográfica), mediadas pela distância. Estima a importância de trocas entre lugares - que vão dos modelos gravitacionais aos de cau-

agentes, as maneiras como ocorre a integração entre grupos sociais. Partindo-se desta noção, fronteiras, em suas múltiplas acepções, comparecem como sinalizadores ou promotores de diferenciação entre sistemas socioespaciais (e políticos), imputadas e implicadas na regulação e transformação das relações de integração em suas múltiplas dimensões, em função dos tipos, potenciais e probabilidade de interfaces que podem vir a restringir.

Destes dois parágrafos surgem algumas dúvidas: a abordagem proposta parte da análise do espaço urbano para depreender tendências e probabilidades de formas de interação entre as pessoas, podendo ser enquadrado na análise de um modelo de configuração estável, proposto pela Sintaxe Espacial. Este modelo é auto-organizado, pois alterações no sistema implicam em reorganização das relações topológicas entre as partes, transformando a configuração espacial. Levanta a questão da coerência entre atributos espaciais como barreiras, discontinuidades e segregação e institutos políticos tais como normas de governança, classificação de pertencimento (cidadania) e de ordem social, desigualdade, exclusão, marginalização e suas implicações nos processos de fronteirização e regulação de interfaces sociais, políticas, econômicas e simbólicas.

Ainda existem diferenças fundamentais na abordagem dos sistemas. Destaco que a Sintaxe Espacial reúne ferramentas de análise de relações topológicas (qualitativas) e parte da investigação de padrões espaciais (morfológicos) em contextos locais. A Geografia, por outro lado, se concentra na discussão do espaço a partir das práticas e representações sociais (políticas), com ênfase na localização e na dinâmica quantitativa de funções, nas relações topológicas entre agentes que configuram sistemas socioespaciais em escalas mais abrangentes, justamente vinculando a forma como estruturas de relações articuladas à escala nacional e global emergem no local e vice-versa. O assunto será retomado num esforço para condensar as classificações encontradas com aplicação direta nos casos estudados. Explica-se o porquê.

O que motivou esta pesquisa foi o processo⁹⁰ de fusão - em conurbação - entre dois sistemas urbanos produzidos a partir de mais de uma base cultural, entendidos como sociedades

salidade interpolada (STOUFFER). PUMAIN, Denise. Interaction. In ELISSADE, Bernard (org.). *Spatialité des sociétés, Index complémentaire, HyperGeo. Université de Besançon: Laboratoire THEMA*, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article58>

90 Segundo Milton SANTOS (1985), processo é ação realizada de modo contínuo (implica em tempo e mudança) que ocorrem numa estrutura social e econômica e resultam em contradições internas às mesmas. Isto é “processo é uma estrutura em transformação” (LOBATO CORRÊA, 1995, p.15). Tomando-se a ideia de função que, segundo o autor é indissociável de sua forma (SANTOS, *Op. cit.*) e assumindo-se há uma “função social do espaço” (HILLIER & HANSON, 1984), pode-se dizer que o processo de fusão de dois sistemas espaciais é um processo de transformação que tem implicações e é implicado numa reorganização da localiza-

nacionais diferentes, o que aciona aspectos simbólicos e identitários que partem de uma referência ideológica, do imaginário do Estado Nacional. O foco, discutir configurações espaciais, parâmetros de integração socioespacial, a partir da análise de relações topológicas de controle, acessibilidade e conectividade depreendidos da estrutura espacial urbana.

A abordagem do problema parte da noção de espaço relacional, isto é, da emergência de estruturas espaciais ordenadas e reordenadas a partir de diferenças nos seus modos de produção, apropriação social e nas formas como a integração em e entre sistemas socioespaciais se materializam no espaço como uma configuração espacial. A análise sintática parte da decomposição de uma área num sistema de espaços abertos e fechados, que depois é decomposto numa rede, num grafo – o mapa axial - do qual se pode apreender uma estrutura de relações de conectividade e continuidade das linhas do sistema donde se medem potenciais de controle a partir dos nós (cruzamento dos eixos); potencial de circulação a partir dos segmentos dos eixos e da continuidade destes e potencial de integração e segregação a partir da forma gerada pela rede e o grau de profundidade relativa dos nós e eixos do sistema ou rede, este último função da deformação da malha urbana. A modelagem é feita a partir da execução de rotinas que permitem medir potenciais e probabilidade de integração de uma rede ou de segmentos desta (HILLIER, 1999; HILLIER & IIDA, 2005).

Partindo-se deste enfoque, a oposição entre redes e áreas adotadas pelos geógrafos em muitas interpretações de território perdem o sentido. Se a delimitação de uma área e o controle desta a partir de um tipo de fronteira se opõe à noção de rede como estabelecimento de conexões e fluxos que delimitam escalas de decomposição do sistema, os nós de uma rede nada mais são do que áreas interpostas entre eixos de circulação, portanto lugares encadeados numa rede de relações topológicas. No entanto, um território é mais do que uma delimitação de uma área no espaço, é área delimitada a partir não de atributos espaciais, mas de atributos políticos ou comportamentais.

É possível verificar coerências entre atributos socioespaciais e políticos e normativos, inscrevendo fronteiras semânticas sobre a rede sintática? Ou, ao contrário, as fronteiras semânticas são subjacentes a sintaxe dos lugares? Estas considerações em vez de contribuir para minorar os efeitos da complicação e complexidade do problema da pesquisa e limitar a revisão bibliográfica, ao contrário, ampliou-a. Por isso, o problema foi decomposto num último esforço para reduzir, ou pelo menos tornar sua discussão mais objetiva, tal como abaixo.

ção de funções econômicas (uso do solo, densidades) causada pela emergência de uma estrutura urbana conurbada, dissimilar às que lhe dão origem, pois implicam na reorganização das relações de interação.

2.1 Classificações do problema e foco da revisão bibliográfica

A primeira classificação do problema estabeleceu que os processos de fusão fossem analisados a partir de casos de cidades situadas às margens de linhas de fronteiras internacionais - conurbações internacionais-. Foi necessário entender o que são territórios nacionais⁹¹ e fronteiras internacionais para identificar os aspectos de organização socioespacial dos Estados Nacionais contíguos e suas implicações no contexto local, na produção do espaço urbano. Estado Nacional comparece como uma instancia de organização das sociedades, o que indica a prevalência de certos tipos de organização espacial para a reprodução de um tipo de ordem social, permeado pelas relações de poder internas e externas, que leva à associar tipos de estruturas espaciais a expectativas de organização e interação social, analisados no estudo de caso. As relações de poder referentes à construção de identidades nacionais e como estas impactam a apropriação social do sistema urbano conurbado serão discutidas neste capítulo, relacionadas aos conceitos de território e territorialidade como processos sociais, culturais e políticos.

A segunda classificação se refere às formas geométricas e materiais dos limites entre territórios nacionais - das conurbações internacionais mediadas por uma linha de fronteira entre Estados Nacionais. Portanto se refere a um tipo abstrato de demarcador de fronteira, entre territórios nacionais contíguos, uma linha de fronteira internacional - dáde segundo FOUCHER (2009, p.10). Na literatura, os tipos de demarcador de fronteira ou limites entre territórios nacionais são elencados segundo sua forma geométrica de representação espacial (linhas, pontos, polígonos isolados - arquipélagos, polígonos entre territórios- *no men's land* - nós de uma rede, etc.), que estabelecem padrões de continuidade ou descontinuidade espacial. Sua materialidade, obstáculos naturais (acidentes geográficos como rios, montanhas, etc.), artificiais (muros, cercas, barreiras, bloqueios, postos de controle, marcos); ou imaterialidade, condicionam o potencial de segregação e integração entre territórios e sistemas espaciais.

Forma e materialidade dos dispositivos de controle em fronteiras entre territórios nacionais estão relacionadas ao desempenho de suas funções básicas: separação entre territórios e controle de movimento, que estabelecem os parâmetros para o desempenho de sua função característica, de filtragem de fluxos. Indicam, através do grau de controle, o potencial de sepa-

⁹¹ “Geopolítica: termo difundido por RATZEL (1897) vinculado a estratégias militares de delimitação de fronteiras entre Estados cai em desuso por embasar o nacionalismo alemão. Resgatado por LACOSTE(1983) para designar disputas entre unidades políticas. Ressurge no séc. XXI em debates sobre crescimento populacional, urbanização, desenvolvimento sustentável, recursos naturais não renováveis, expressões culturais e religiosas, fundamentalismo...” BADARIOTTI, Dominique. Geopolitique. In: ELISSALDE, Bernard. *Hypergeo, territoires, concepts*. Université de Besançon: Laboratoire THEMA <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article402>

ração e integração entre territórios e estabelecem parâmetros para, ainda que preliminarmente, limitar ou potencializar o processo de conurbação e a expansão dos sistemas urbanos. O potencial de controle pode ser espacializado, compreendido a partir das relações de continuidade, descontinuidade, barreiras físicas e materiais ou vinculados a uma rede de controle elaborada a partir de agentes institucionalizados que fiscalizam o movimento e os fluxos.

O tipo de demarcador de fronteira internacional também pode dar origem a formas espaciais específicas e, simultaneamente, determinar os tipos de interface entre duas formas de espacialidade⁹² contíguas. Pressupõe, à escala local, uma multiplicidade de formas de apropriação social do espaço inscritas nos sistemas urbanos, condicionadas em função do limite geopolítico, mas identificadas a partir de outros conjuntos de relações, eminentemente espaciais: de descontinuidade ou continuidade das estruturas espaciais e da forma como se articulam morfologicamente e definem potenciais de movimento e copresença, de controle e conectividade limitando espacialmente como as interfaces entre os grupos ocorrem em função de duas categorias básicas de usuários: moradores e estranhos, como prevê a Sintaxe Espacial.

Esta classificação⁹³ simples se desdobra numa conurbação transfronteiriça pautada em duas classes de sujeitos (grupos) em função de uma delimitação de ordem política (Estados nacionais, municípios e regiões), dando a ideia de que estas são superpostas e móveis: dos na-

92 Espacialidade reúne o conjunto de condições e práticas da vida individual e social vinculadas à posição dos indivíduos e grupos em relação uns aos outros, medidas topograficamente. Um dos postulados fundamentais da Geografia, é que estas posições relativas determinam, probabilisticamente ou parcialmente, a forma e intensidade das interações sociais. Contribui para explicar as diferenças na ocupação da superfície terrestre pelas sociedades humanas, a partir de relações horizontais (não hierárquicas e não causais). Cada sociedade organiza o território de forma particular, em função de seus valores, normas e domínio técnico. Estas dimensões são analisadas a partir de elementos que compõem o território: apropriação, habitat, circulação, produção e administração (gestão). Dimensionamento, espaçamento, densidades e formas (configurações) variam de uma sociedade a outra, mas a geografia identifica o efeito de invariantes antropológicas nas estruturas espaciais vinculadas às distâncias e superfícies; e restrições geométricas (perímetros que estabelecem centralidades, linearidade dos eixos de transporte) ou de interação (tirania da distância) da qual emergem estruturas espaciais identificáveis através de modelos de análise espacial (como a teoria de lugares centrais de Cristaller). ELISSALDE, Bernard. *Spatialité des sociétés, Fondaments Epistemologiques, Spatialité*. In: ELISSALDE, Bernard (coord). *HyperGeo. Université de Besançon: Laboratoire THEMA*, <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article6>

93 Classe aqui é tomada no sentido lógico estrito de entidade abstrata composta por “série, grupo, coleção ou conjunto de entidades (membros), que podem ser entidades concretas e que possuem pelo menos uma característica comum”. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. 456p, p.62. Estranho e morador são classificações propostas pela Sintaxe Espacial construída a partir da noção de solidariedade social – orgânica e mecânica de DURKHEIM (1983). Próximo ao conceito de estrangeiro proposto por Georg SIMMEL como ensaio de apoio à discussão de sociologia do espaço no livro: *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908 / ed. consultada: Simmel, Georg. 1971. “*The Stranger*.” In Georg Simmel: *On Individuality and Social Forms*, edited by Donald N. Levine, 143-50. Chicago: Univ. of Chicago Press. SIMMEL foi um dos primeiros sociólogos a teorizar sobre as redes sociais, as relações entre indivíduo e sociedade a partir de um aporte estrutural, portanto, a abordar o problema da identidade que DURKHEIM, MARX & WEBER propõe como *macroabrodagens*: “*The Stranger is defined by being both close and far. Physically close but socially distant*.” (op.cit., p.143).

cionais locais & dos estrangeiros locais, dos nacionais não locais & estrangeiros não locais. Se acrescentarmos a função temporal na classificação, tem-se: nacionais locais permanentes (moradores) e temporários (trabalhadores), estrangeiros locais (moradores e trabalhadores); nacionais não locais (turistas, migrantes, trabalhadores nacionais) e estrangeiros não locais (turistas, imigrantes, trabalhadores sazonais). Cada grupo se inscreve e reinscreve no espaço em relações cambiantes de movimento e copresença cotidiana, permanente ou eventual que relacionam diferenças na apropriação social do espaço a graus de apreensão e potencial de controle do sistema espacial inscritos na configuração urbana.

Por outro lado, podem vir a fragilizar o controle dos Estados, a partir da articulação em redes que propõem outras formas de integração local, e institui sistema próprio moral, econômico e legal local, deslocando fronteiras em função dos fluxos ilegais de mercadorias e pessoas, sobre os quais detém o controle. Estes fluxos dão emergência a sistemas socioespaciais que reproduzem mimeticamente as relações entre território, poder e identidade ao mesmo tempo em que negociam seus sentidos e contestam soberanias nacionais, configurando territórios transnacionais a partir do controle instrumental de práticas clandestinas, como o contrabando descrito por GALEMBA (2012), DORFFMAN (2009), STEINMAN (2002; 2010) e MACHADO *et. al.* (2009). O foco da análise continua sobre o contexto local e o delimitador de fronteira comparece como estruturador de mais de uma forma de organização socioespacial e de exercício de poder através da conectividade. Esta discussão será retomada nos capítulos.

Dependente de sua forma e materialidade o demarcador de fronteira pode ser obliterado, ou ter funções e efeitos alterados no processo de conurbação internacional, podendo inclusive se transformar em função das relações políticas entre os países e entre os grupos no contexto local. Ou se impor como um obstáculo ao processo de conurbação, condicionando-o à sua morfologia intrínseca, como é o caso de cidades-gêmeas situadas em margens opostas de um rio. A análise pretende verificar se o processo de conurbação implica em deslocamento, realocação ou substituição de formas ou materialidade de fronteiras e verificar seu impacto nos processos de conurbação estudados.

A terceira classificação contém duas subclasses de tipificação, com referência à integração. As leituras sobre fronteiras indicam que existem especificidades relacionadas aos tipos de fluxos nas várias dimensões (econômica, política, social, cultural, infraestrutural, informacional, etc.) e na forma como estes se estruturam e se articulam no mundo físico (em redes, nós – hubs-, etc.). Fronteiras internacionais, especificamente conurbações internacionais tendem a se especializar como pontos de articulação destes sistemas de fluxos. Esta circunstância ex-

cepcional, de interface e canalização, que privilegia o controle, antes que a separação dá origem a um conjunto de métodos, conceitos e ferramentas próprios e, ao que poderia ser rotulado de geografia de fronteiras. Claude RAFFESTIN (2007) reúne os efeitos dos demarcadores de fronteira sob o rótulo de *limitografia*, no artigo de mesmo nome. A concentração de funções de transito⁹⁴ - canalizadoras -entre sistemas de fluxo permite que se considerem estes assentamentos como um tipo⁹⁵ ímpar de urbanização. O fio condutor da revisão da literatura sobre territórios e fronteiras é discutir o desempenho das configurações urbanas, da sua morfologia como variável estruturante na mediação de fluxos inscritos nas fronteiras e o impacto destas na organização socioespacial.

O conjunto de métodos de análise e avaliação se organiza e desenvolve em torno das discussões provocadas pelos processos de integração interestatal, da globalização e do transnacionalismo, dinâmicas que impactam a forma como os territórios são conceituados e novos tipos de fronteira são estabelecidos, com repercussões no Planeamento Territorial e Urbano. Do processo emergem formas de integração próprias às zonas de fronteira entre países e entre regiões; e novos tipos de fronteiras pontuais em cidades, o que leva os geógrafos a repensarem hierarquias de centralidade territoriais e discutir os parâmetros de ordem em vigência à escala global, como fazem os autores citados oportunamente. Estas discussões devem ser incorporadas ao problema da pesquisa, pois dão origem a classificações específicas como a de zonas transfronteiriças, conurbações transfronteiriças (*cross-border conurbations*) das quais se deve verificar a aplicabilidade nos casos estudados.

Algumas classificações se superpõem a outras, como a de cidades-gêmeas, genérica, que não considera o potencial de fusão delineado pela forma ou materialidade da fronteira, mas da localização da fronteira territorial entre núcleos urbanos. Esta classificação, bastante difundida, considera em primeira instância o atributo de poder político, a soberania, como latente na divisão do mundo em estados Nacionais. Pensando a partir de territórios nacionais, estas distinções de forma e materialidade não são irrelevantes, pois as cidades são tomadas como entidades isoladas pelas atribuições normativas, sociais e culturais na configuração de territórios

94 Estas observações são da autora. Na bibliografia, Doreen MASSEY é a única autora que usa este termo no artigo *Geometry of Powers* (*Op.cit.*, 1983). A aceção inglesa do termo *transit* “passar através; passar entre um observador e um objeto, o que dá a impressão que está passando sobre uma superfície; movimento de transporte de um ponto a outro; transposição”. In: COWIE, A. P (Ed.) *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1989(4a Ed.), p.1362.

95 Alude-se às cidades globais (*global cities*) tipificadas por Saskia SASSEN (*Op.cit.*). Os geógrafos europeus, em especial os francófonos são dos que mais refletem e trabalham sobre a questão da urbanização em fronteiras.

políticos. Assumindo-se o sistema espacial sem considerar as implicações de configuração territorial, apenas o potencial de fusão das malhas urbanas, estes dados passam a ser importantes para o processo de conurbação e a estrutura espacial que dele resulta, portanto implicados na realização plena do potencial de integração espacial.

Paralelamente, a geografia enfatiza os tipos de fluxos potenciais entre territórios nacionais como função do tipo de ocupação humana próximas às fronteiras e enfatiza o tipo de relação (política) existente entre os estados nacionais, o que implica numa classificação de fronteiras internacionais extensa, multidimensional e multifuncional. Ainda que o foco seja nos tipos de fluxos potenciais relacionados às áreas urbanas ou às cidades-gêmeas, como usualmente tratadas na literatura, a contextualização dos casos requer um relatório sumário das classificações para áreas de fronteira dos Estados Nacionais nos quais estão localizados os estudos de caso: Brasil e Uruguai e do Bloco Regional no qual se inscrevem, o MERCOSUL.

A quarta classificação está vinculada à dimensão cultural da produção e apropriação social do espaço. Enfoca as implicações que as peculiaridades da organização social local e diferenças de espacialização⁹⁶ têm na configuração espacial da conurbação. Envolve a identificação de grupos sociais e instituições com potencial de agencia (ação transformadora política) sobre os sistemas urbanos, como as instancias supranacionais de planejamento urbano e territorial. Aqui se incluem metafronteiras (FOUCHET, *Op. cit.*, p.14), sociais e de governança, estabelecidas a partir de processos de territorialização de outras entidades que não os Estados Nacionais e suas instituições ou unidades administrativas como, por exemplo, os projetos binacionais com autonomia institucional.

Outro tipo de metafronteira, social, é abordado a partir da identificação de processos de territorialização acionados por grupos sociais e culturais específicos. O problema, além de entender o que é territorialização, é identificar, quais grupos, como estes se organizam, como interagem com outros grupos à escala local e se suas práticas sociais, econômicas, culturais ou simbólicas permitem classificá-los como agentes na transformação da configuração urbana e na forma de apropriação do sistema espacial.

⁹⁶ HAESBAERT (2004, p. 25-6) analisa noções de território da geografia clássica ao pós-estruturalismo. A noção de território “é fundida à de espaço e de espacialidade como a dimensão material da realidade social”. Questiona autores que interpretam a expansão global de redes de sociabilidade transpaciais, por exemplo, as digitais, como dado para o “enfraquecimento da mediação espacial e material nas relações sociais” porque, paralelamente, questões ecológicas, de acesso a recursos naturais e demográficos reforçam os processos espaciais e territoriais que não deixam de existir ou perdem sua importância, mas são transformados frente a novas estruturas relacionais (de poder e ação política). No caso das fronteiras e limites entre territórios geopolíticos, o controle de acessibilidade (fluxos migratórios) e lutas de cunho nacionalista denotam a complexidade dos processos contemporâneos de territorialização e de espacialização multiescalares.

Esta quarta classificação é produzida e opera em mais de uma escala, envolvendo relações locais e translocais e mais de uma forma de organização social, ordenamento espacial e exercício de poder. Pressupõe a identificação de agentes e tipos de interface que estabelecem, entre si e com os outros. Estas classificações funcionam a partir de parâmetros de integração nas suas dimensões instrumentais de acessibilidade (potencial de movimento), funcional (centralidade), demográfica e econômica (intensidade de uso do solo) e política e cultural (interação, cooperação). Estes outros processos de constituição de fronteiras mediam relações entre zonas de uso compartilhado e exclusivo, entre os vários grupos e agentes, em diversos graus de integração espacial no âmbito da conurbação e estão presentes na configuração de territórios.

A ênfase na complicação para apropriar estes conceitos, se deve à diversidade de atributos tipológicos das classificações. Por isso, optou-se por discutir a quarta classificação, os aspectos simbólicos e imaginários de fronteiras e seu papel na estruturação de identidades culturais e étnicas, bem como as noções de territorialidades (APPADURAI, 2001) e de redes (LATOUR, *Op. cit.*). Os aspectos históricos que prefiguram fronteiras entre formas de organizações sociais e delimitam a maneira como as interfaces e os domínios do público e do privado são configurados, implicados nas relações internas e externas das sociedades nacionais é explorado, enfatizando suas associações a determinadas maneiras de ordenamento espacial que funcionam como marcadores de identidade.

Portanto o contexto no qual se inscreve o problema da pesquisa, conurbações internacionais, pode ser considerado híbrido porque, segundo KWAN (2004, p.757) se caracteriza por conectar divisões existentes, entre dois territórios nacionais, integrar elementos incompatíveis ou conflitantes, as representações políticas e sociais: “híbridos transgridem e deslocam fronteiras entre divisões binárias corrompendo-as e, através disso, produzem algo ontologicamente novo”. É híbrido porque busca a conexão entre o sociocultural- processos sociais, culturais e políticos e o espacial analítico – padrões espaciais e relações, como propõe a Sintaxe Espacial. Estes campos na Geografia pareciam ser irreconciliáveis até recentemente, com fronteiras bem demarcadas entre os pós-modernistas e teóricos do social de um lado (Geografia Humana) e analistas espaciais, quantificadores e *GISers* do outro (positivistas ?!), segundo depoimentos de KWAN (*Op. cit.*) e MASSEY(2003), sendo as questões metodológicas responsáveis pela separação entre os campos. Segundo PORTUGALI (2007, p. 655) há um abismo metodológico entre as culturas que se fundam nas teorias de sistemas complexos e nas teorias sociais; as primeiras, reducionistas, usam do formalismo matemático, da análise estatística e da explicação; as segundas exaustivas, partem da descrição e da hermenêutica (interpretação). Pesquisas

sobre artefatos (cidades), influenciados por normas sociais, políticas, cultura e estrutura social estão na fronteira entre estes dois campos, trazendo o tema da auto-organização e da complexidade nas análises das estruturas e padrões espaciais e de processos sociais, culturais, políticos do qual emergem. Se valem de mais de um sistema de referências geográficas para analisar relações e representá-las conjuntamente: localização, intensidade (quantitativa) e qualidade (topológica) e suas correlações na configuração de territórios e redefinição de fronteiras. Pode-se falar em complexidade:

Segundo LURY et. al. (2012, p. 3), “a topologia pode ser identificada com uma nova ordem de continuidade espaço-temporal para modos de vida econômica, política e cultural na contemporaneidade”. Auxilia a estabelecer equivalências, similaridades e descontinuidades por contraste ou “identificar continuidades num mundo descontínuo e fragmentado, através da capacidade de transformação das estruturas relacionais (fluxos, redes, modelos) que possibilitem comparações qualitativas” (*idem*, p.5):

“O tópico de fronteiras e limites é crucial nestas investigações, ainda que esta questão não seja explicitamente teorizada pelos proponentes da abordagem topológica. Não importa o quanto a topologia dirija nossa atenção para formas inesperadas de conectividade e continuidade, ela também desvela processos de partição, filtragem e hierarquização. A imagem do espaço topológico é muito útil na apreensão de algumas características dos chamados espaços de fluxos associados à globalização. Nossa análise demonstra a utilidade da topologia para a compreensão da mobilidade e ambivalência de estruturas espaciais inscritas nas geografias de globalização, que são pautadas, simultaneamente, pela diferenciação e conectividade.” MEZZADRA & NEILSON (2012, *Op. cit.*, p.31).

2.2 Espaço, territórios, territorialização, territorialidades: processos sociais e políticos complexos

A literatura sobre o conceito de território é ampla e aqui não existe a intenção de esgotá-la, mas esclarecer como este é operacionalizado nas discussões dos geógrafos sobre fronteiras. Dentre abordagens abrangentes e revisões críticas produzidas por geógrafos brasileiros, destacam-se os trabalhos de Lia Osório MACHADO, Marcelo Lopes de Souza⁹⁷ e Rogério HAESBAERT⁹⁸. CASTRO, GOMES & CORRÊA (org., 1995) apresentaram, de forma sistemati-

⁹⁷ SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. ; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. 352p, p 77-116.

⁹⁸ HAESBAERT, Rogério da C. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (2.ed. rev.). 395 p: Analisa o conceito e as transformações que sofre em função da reestruturação teórica e metodológica dos campos da Geografia. Ainda: HAESBAERT, Rogério da Costa. Territórios alternativos. Niterói: EdUFF / Contexto, 2002. 186 p.; e HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os territórios de exclusão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa;

zada, vários conceitos da geografia como espaço, território e redes, o que esclareceu o uso dos termos e compensaram deformações profissionais da autora⁹⁹. HAESBAERT (2004) propõe que territórios podem ser classificados em função da prevalência de um de seus atributos (ou função social) no processo de sua configuração em políticos, econômicos e culturais e também propôs a discussão de processos de territorialização sob o ponto de vista da estruturação de redes como componente da territorialidade. Marcelo Lopes de Souza (1995) contribuiu para o entendimento do exercício de poder como função intrínseca no processo de territorialização e de como este é instrumentalizado no cotidiano ou acionado como representação política. Sua discussão sobre territórios e poder trouxe o interesse nas discussões sobre autonomia social propostas por CASTORIADES (2004) como forma de organização das relações sociais contemporâneas.

Henri LEFEBVRE (1976: 2009)¹⁰⁰ é referencia nas discussões dos geógrafos, de David HARVEY, que nele se apóia até Manuel CASTELLS, que o refuta. Continua a embasar interpretações e epistemologias como demonstram os trabalhos mais recentes de HOUTUM et. al. (2005), RENARD (2007), MICHELSEN (2007), MICHELSEN & MURPHY (2007), SAUNIER (2006), PAINTER (2006, 2006a), STUART (2010), MEZZADRA & NEILSON (2012) em torno da produção e apropriação social do espaço.

Segundo Bernard ELISSALDE (2002, p.4) território é uma noção autônoma que não é sinônimo de espaço. Refere-se a uma porção do espaço delimitada a partir das relações com os grupos humanos que o ocupam e organizam. “O espaço não funciona como suporte neutro e sim, através das dimensões ambiental, social, econômica, institucional, cultural e política dá especificidade e identidade a uma configuração¹⁰¹ e ao funcionamento do conjunto que defi-

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 352p, p. 77-116.

⁹⁹ As leituras sugeridas pela Prof. Tânia STROHAECKER (GEO/UFRGS) na banca de Qualificação do Projeto foram inestimáveis.

¹⁰⁰ O livro de Henri LEFEBVRE *De L'État* (1976) foi republicado em inglês, reunindo escritos produzidos pelo autor entre 1964 e 1986 em BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart. *State, Space World: selected essays by Henri LEFEBVRE*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. 330p.

¹⁰¹ (ver n.r.6, p.2, Capítulo I) PUMAIN, Denise. Configuration. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo encyclopédie électronique: spatialité des sociétés; Concepts. Université de Besançon: Laboratoire THEMA / 2004*. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article1>: “Forma de organização legível no espaço geográfico. Conceito morfológico para conjunto de objetos cuja organização formal é constante no tempo e as dimensões ou posições relativas dos objetos são duradouras. Tipos de configuração são produzidos pelo funcionamento reiterado de relações e interações que geram assimetrias nas estruturas de um sistema, considerando-se o seu potencial de produzir restrições nas interações sociais. Uma configuração é também uma forma de hierarquização dos espaços intraurbanos em função de diferenças na qualidade de vida geradas por sistema político desigual. Configurações são transformadas por alterações nas regras de produção e organização do espaço ou por bifurcações no sistema de interações”. A Sintaxe Espacial entende as configurações como sistemas relacio-

ne”. Diferenças no uso dos termos territorialidade, territorialização e território já são indícios da divergência entre abordagens¹⁰². Entendida como processo relacional, a noção de territorialização incorpora conteúdos e relações (sociais, culturais, políticas e identitárias) diversificadas ao seu significado.

O conceito de território se funda na apropriação social do espaço, identidade e poder. Por isso incita classificações como sistemas de relações sociais, econômicas, políticas, funcionais e simbólicas espacializadas e interdependentes, segundo as formas de ordenação da sociedade e de como o poder¹⁰³ é exercido e em que escalas: das práticas cotidianas através do controle, em função de solidariedades sociais básicas, isto é, em função de uma determinada organização das relações sociais e seus conflitos internos e externos que envolvem o movimento e a copresença, às representações e interfaces entre sociedades e na política internacional. É aplicado aos estudos de caso na contextualização do problema da pesquisa, como prefiguração de território nacional à escala local.

Conurbação internacional já classifica a subdivisão do sistema urbano em mais de um território nacional, centrando a primeira abordagem nas diferenças entre configuração espacial, lugar e território, territorialização, nacionalismo, urbanização e globalização para discutir processos locais de fusão entre sistemas espaciais urbanos, integração socioespacial e exercício de poder. Recorre-se a Juval PORTUGALI (1995, 2002, 2007) e Lia Osório MACHADO (1993) para delimitar os parâmetros de uma abordagem complexa sobre os conceitos e identificar as contribuições dos autores em que se baseou a abordagem.

“O território, antes de tudo, define-se com referencia às relações sociais e ao contexto histórico na qual se insere. E pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas e políticas ao mais simbólico das relações de ordem cultural.” HAESBAERT (*Op. cit.*, 2004, p.79).

Tratando-se do problema de pesquisa, a dimensão política, de representação das sociedades nacionais, é atributo de diferenciação da produção e apropriação social do espaço e na configuração de territórios no sistema da conurbação internacional. As lógicas de controle da territorialização e identitária da territorialidade interessam porque enfocam os códigos cultu-

nais de acessibilidade e controle (topológicos) que realizam a reprodução da sociedade a partir de uma organização morfológica (espacial) específica.

¹⁰² Muitos geógrafos, inclusive HAESBAERT (2004) revisando o conceito de território incorporam o conceito filosófico de rizoma, usado por Gilles DELUEZE e Felix GUATTARI para definir o pensamento não linear existente em níveis múltiplos, sem começo ou fim. As discussões sobre o conceito de território, como bem constata HAESBAERT (2004) ao final de seu livro, é rizomático.

¹⁰³ Poder entendido como a realização da ideologia de um grupo ou classe social que seria a negociação entre um conjunto de ideias e valores relativos que justificam uma forma de usar ou se apropriar do espaço.

rais que ordenam as relações sociais e as interfaces entre sociedades nacionais a partir de uma identificação abrangente presente na produção do espaço e nas expectativas de reprodução da ordem social, nas formas como as instancias de poder são acionadas na produção, na apropriação e no uso do espaço urbano, a partir de relações cotidianas. Neste contexto, mais de um código cultural é operado simultaneamente, o que pressupõe que controle, conectividade, integração, segregação e fronteiras são processos em que prevalências de formas de exercício de poder que englobam territórios, estratégias de territorialização e territorialidades estão em constante rearranjo, sujeitos às incertezas latentes na interação entre agentes sociais, às relações de poder entre grupos sociais, caracterizando-o como um sistema auto-organizado¹⁰⁴.

“A territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle. (...) Por isso toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E, todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.” HAESBAERT (2004, p.60)

Territorialidade (SOUZA, 1995, p.86) envolve diversas organizações espaço-temporais e redes de relações sociais que conferem limites e alteridade produzindo diferenças entre sociedades e entre grupos sociais materializadas nas formas como o espaço é produzido, apropriado e acionado como estratégia de exercício de poder. Sujeito à ponderação desigual de poder nas relações sociais, sua produção não é a síntese das interações entre grupos que formam a sociedade, mas das disputas e da prevalência de certas formas de controle e interação social sobre outras. Correlacionam-se a diferenciação morfológica das configurações espaciais¹⁰⁵, a códigos culturais que informam padrões espaciais segundo as expectativas de interação entre categorias sociais e o potencial latente de apropriação social do espaço que pauta os processos de territorialização. Pode ser entendido como processo relacional, complexo e multidimensional e discutido a partir da proposição de SOUZA (1995, p.78): “território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

As categorias de semelhança baseiam-se nos aspectos instrumentais das relações de poder (controle), como base para a reprodução de relações entre grupos sociais, das representações

¹⁰⁴ Agencia / agenciamento pressupõe que um grupo indivíduos aja de forma organizada – formal ou informalmente – o que confere caráter político às suas ações.

¹⁰⁵ Nesta questão se destaca o ímpeto transformador da dinâmica urbana. Talvez mais que a estrutura morfológica, as estruturas de uso, ocupação do solo realizem o potencial transformador de agentes num recorte temporal mais curto. As disputas e prevalências aqui não são as sugeridas por DE CERTEAU (2011, 17ª Ed.), que distingue hierarquia de apropriações, mas equitativas, entre poderes estatais e sociais em interação, afim ao conceito de difusão espacial.

coletivas (políticas) e das relações internas e externas dos grupos e das sociedades (informação e difusão). As noções de território, territorialização e territorialidade englobam três processos simultâneos: diferenciação / controle, representação / integração, interface / conectividade, condicionados aos parâmetros de ordem que emergem nas configurações socioespaciais. ELISSALDE (2004, p.7) diz que território pode ser considerado sistema complexo:

“O território pode ser considerado um sistema complexo. O território se inscreve num sistema espacial, dentro do qual funciona como elo de retroação com a sociedade, que gera, organiza e ordena o território e, ao mesmo tempo espacializa restrições às interações dos indivíduos e grupos sociais, o que relativiza a ideia de apropriação social como precursora dos processos de territorialização, dado que de processos semelhantes não emergem configurações territoriais idênticas. A incerteza latente nos resultados das interações entre agentes e entre estes e a organização do espaço nos autoriza a considerar o território como um sistema auto-organizado, no qual as lógicas diferentes dos principais agentes não produzem uma organização espacial resultante da síntese de seus projetos individuais.” ELISSALDE (2004, *Op. cit.*, p.7).

A noção de sistema complexo, “de partes interativas com habilidade para gerar nova qualidade de comportamento coletivo através da auto-organização, isto é, a formação espontânea de estruturas temporais, funcionais ou espaciais” (PORTUGALI, 2003, p.13) se aplica à noção de territorialização, pois não se pode falar de um tipo específico de território, mas de famílias espaços-temporais de território através de categorias de semelhança. Territórios são sistemas auto-organizados, uma propriedade de sistemas complexos e abertos, em constante interação com seu ambiente e com número tão grande de partes que torna impossível identificar relações causais entre estas (PORTUGALI, 1995, p.58).

As teorias do caos - comportamento de elementos do sistema em condições específicas - estocástico e determinístico - e da catástrofe (René THOM, 1975) impactaram de forma análoga a análise espacial e a geografia (PORTUGALI, 2006a). Planejadores urbanos foram atraídos pelas teorias de sistemas complexos, com ênfase no interesse pela teoria de estruturas dissipativas de PRIGOGINE (1984) e NICOLIS (1989), no que se refere à análise espacial interessada em processos com limites difusos (*bordering problems*) comuns aos métodos estatísticos para coleta e interpretação de dados quantitativos e as teorias de lugares centrais que se detém nas flutuações e perdas nas transferências de matéria, energia e informação através das fronteiras ou limites entre sistemas, caracterizando as abordagens geográficas socioeconômicas, que buscam identificar as variáveis que modificam intensidades de fluxos.

A teoria sinérgica de HAKEN¹⁰⁶ (1983; 2006) possibilitou a análise de redes retroalimentadas cujo rastreamento de origem dos efeitos emergentes do sistema é impossível. Analisa a sinergia local entre partes do sistema e a forma como a estrutura global escraviza suas partes, com enfoque nos processos que envolvem agentes e nas teorias de redes (qualitativo).

Na teoria social, e na Geografia Humana, a noção de parâmetro de ordem de Hermann Haken pode corresponder à época, contexto ou modo de produção. Causalidade circular e escravização equivalem à de reprodução social, sobretudo, às noções de reprodução socioespacial de LEFEBVRE (1995) latente na conceituação de configuração espacial; reprodução de padrões espaciais como meio de reprodução de relações sociais, adotada pela Sintaxe Espacial. Nestas, o espaço é lugar pleno de forças e parâmetro de ordem das interações entre partes como função das relações entre vizinhos.

Espaço é artefato, variável coletiva que emerge das interações e, simultaneamente as prescrevem (HAKEN, 2006), o que PORTUGALI (2006a, p.650) chama de compressão de informação e CASTELLS (1996) e MASSEY (1993, 2003) espaço de fluxos, de dinâmicas físico-sociais, denotando a percepção de espaço como lugar, como função das interações que congregam os habitantes em redes globais e locais. Ou como HARVEY (2002) em relação à economia, na qual espaço e lugar estão inter-relacionados, o primeiro, abstração da experiência real da vida. De forma similar, espaço e lugar são artefatos que se materializam no processo de auto-organização, da compressão de informação, no qual grande número de partes, cada qual com mensagem específica, entram em interação e das quais emergem parâmetros de ordem, escravizando as partes do sistema e suas mensagens específicas, dependentes da dinâmica do sistema.

“Conjunto de mensagens externas interpretáveis que afeta o sistema de várias maneiras, sendo eventualmente comprimido numa só. Flutuações são importantes na auto-organização porque empurram o sistema de um atrator a outro e responde diferentemente a um dado sinal” (PORTUGALI, 2006a, p. 655).

Ainda que não sistematizadas desta forma, as contribuições da geografia crítica já interpretam as configurações socioespaciais a partir das relações de poder que possibilitam identificar parâmetros de ordem. Esta parece ser a melhor aproximação aos tipos de organização de relações socioespaciais imbricadas aos aspectos culturais e identitários na configuração de ter-

106 *“In order to find unifying principles we shall focus our attention on those situations where a complex system changes its macroscopic behavior qualitatively, or in other words, where it changes its macroscopic spatial, temporal or functional structure. But with the aid of the results of synergetics we can solve this problem for a large class of phenomena, namely, for self-organizing systems which form a new structure via a “non equilibrium phase transition”.* (HAKEN, *Op. cit.*, 2006, p.7)

ritórios, sejam estes contínuos, fragmentados ou em rede. Condensam as classificações associadas aos conceitos de nacionalismo, globalização, localismo, redes, e transnacionalismo.

A tese de PORTUGALI (2006, p.645) é de que espaço e lugar são duas formas diferentes e complementares de compressão de informação num mesmo processo, de urbanização. A primeira diz respeito ao agrupamento de atividades, emoções e interações humanas em entidades espaciais únicas, em lugares. A segunda, a correlação entre variáveis (dimensões) implicadas na reprodução socioespacial, na produção e apropriação social do espaço.

MACHADO (1993, p.4), diz que a prerrogativa da auto-organização deve ser considerada nos processos de territorialização porque “produzem sistemas abertos, em interação com o ambiente circundante e constante adaptação à indeterminação (relacional) que possibilita novas ordenações”. Diz que regularidades não intencionais encontradas nas sociedades humanas (por exemplo, aquelas que partem de decisão individual, livre e autônoma) contribuem para a ideia de que o consenso (político) e ação cooperativa não são as únicas variáveis que contribuem para a emergência de uma ordem relacional entre territórios. Contingências espaço-temporais (movimento, redes) constroem significados socioculturais territorializantes, a partir de outros parâmetros de ordem que modificam os intercâmbios e interações locais.

Ainda MACHADO (*Op. cit.*, p.5) diz que nas redes “a informação, o movimento e os fluxos são as variáveis mais importantes e que estas operam em função da conectividade, da integração e de distúrbio e descontrolo no que se refere à organização espacial”. Esclarece que não existe nenhum tipo de controle possível sobre a totalidade da rede, mas de seus nós ou de segmentos, o que incita novos tipos de territorialização. Conclui que movimento e permanência (fluxos e fixos) caracterizam a territorialidade; a variabilidade dos padrões de integração local. A dialética entre as duas formas produz diferenciação tornando-as atributos da territorialidade. Partindo-se do princípio que território é uma área delimitada por fronteiras que corresponde a certo tipo de organização social e exercício de poder, observa-se que as redes são uma dimensão intrínseca da territorialização. Sem circulação ou movimento também de informação, como integrar e distinguir (no sentido social, político, simbólico, etc.) uma área? Como fazê-lo sem as redes, sejam estas virtuais ou materiais, sociais ou técnicas? Integração, diferenciação e manutenção da organização social fundamentam as noções de territorialidade, de territorialização e de territórios.

O conceito está vinculado a tipos de organização social e as formas como o poder é exercido neste âmbito. Ou seja, que ideologias, símbolos e imagens são acionados na organização das relações sociais com o intuito de manter sua coesão interna, mediar relações externas, su-

prir as expectativas de interfaces entre grupos sociais e garantir a sobrevivência da organização socioespacial no tempo. Noções como ordem social generativa, parâmetro de ordem, forma furcative de mudança parecem explicar os processos, as relações, as dimensões e as formas a partir das quais as territorialidades se estruturam, em áreas ou redes e como estão implicadas nas configurações socioespaciais.

HARVEY (1993, p.2) diz que diferenciação e alteridade estão presentes em qualquer organização social e espacial e nas mudanças da ordem social. Espaço e tempo partes integrantes da geografia da ação social, criando territórios reais e metafóricos de poder que localizam a diferenciação sob uma determinada lógica, para ele do capitalismo, na qual movimento gera identidade territorial vinculado ao espaço e conexão e informação gera identidade social, o que revela a quantidade de *layers* nas inter-relações de praticas socioespaciais e políticas.

RAFFESTIN (1979) diz que território não é dado fixo, transformando-se em função do tempo, das mudanças na organização da sociedade e na evolução e transformação dos meios de que dispõe para integrar e manter práticas espacializadas. Portanto uma configuração? Propõe que o poder seja tomado como relacional: “o poder não é exterior a quem o exerce ou a ele é submetido, mas está presente em qualquer tipo de interação e cabe à geografia política identificá-los”. Tomando-se a assimetria e a desigualdade como indicadores de relações de poder, território é apreendido como dimensão espacial do poder e lugar de todas as relações espaciais e transpaciais: territorialidade é a estrutura relacional latente da cotidianidade (RAFFESTIN & BRESSO, 1982, p.186): “territorialidade é o sistema de relações que grupos sociais mantém entre si e com a exterioridade e a alteridade, para satisfazer suas necessidades e manter a maior autonomia possível, em função dos recursos que podem acionar dentro do próprio sistema” (RAFFESTIN, 1997, p. 165).

Os sentidos metafóricos de território e lugar são construções sociais não generalizantes e permitem entender como escolhas locais importam em função da resiliência das configurações espaciais, em outra palavra, como escolhas permanecem no tempo e, por isso diz que:

“A ênfase renovada nos sentidos e metáforas e psicológicas que por sua vez dão novas definições materiais de lugar, na forma de comportamento territorial exclusivista, coloca em pauta as questões de alteridade e diferença, porque identidade territorial localizada, sobretudo se confrontada com etnicidade, raça, gênero, religião e classe social é, simultaneamente, a mais persuasiva forma de mobilização política progres-

107 RAFFESTIN usa o termo *mediateurs* (mediadores) que seriam o conjunto de técnicas, os transportes, a língua, etc. que caracterizam um sistema logístico na manutenção do controle e poder sobre uma determinada área. Por exemplo, o domínio sobre gírias ou dialeto disseminado por um bairro ou uma região identifica uma territorialização – o portunhol poderia ser acionado como um mediador no caso do arco sul da fronteira brasileira.

sista ou de políticas reacionárias e excludentes”. HARVEY, David (*Op. cit.*, 1993, p.3).

E ainda que “Lefebvre estava certo quando dizia que a luta de classes se inscreve no espaço através do desenvolvimento desigual das qualidades dos lugares” (*idem*, p.8), chamando atenção para a discussão levantada por aquele autor de que o capital influencia a dispersão da propriedade e torna a especulação viável, causando a expansão dos limites urbanos e do crescimento benéfico, o que questiona a autenticidade dos lugares em função da forma de produção da habitação e da transformação espacial pelo capital. Diz que a releitura dos conceitos de território e territorialidade, do ponto de vista comportamental desenvolve uma linha de pensamento sobre os temas de território e espaço na Geografia baseada na ação / agência e organização socioespacial. Agentes estão implicados de organização social, mas o produto de processos de transformação da organização social frente a mais de uma forma de exercício de poder, envolvendo simultaneamente controle e mobilidade, autoridade e autonomia depende de ambas as instâncias para realizar o seu projeto, segundo a auto-organização de sistemas complexos. O que pode explicar porque vários parâmetros de ordem emergem simultaneamente, escravizando uns aos outros nas inúmeras dimensões do espaço e em função de contingências espaço-temporais, como sugere Lia Osório MACHADO (1993).

Por estas razões optou-se por discutir as implicações da escravização dos parâmetros de ordem nacionalismo, urbanização e globalização como forma de esclarecer a abordagem sobre o contexto local das conurbações transfronteiriças para estabelecer uma discussão sobre os agentes, implicados diretamente na produção ou transformação das configurações urbanas. Agentes estes que englobam desde o Estado Nacional, passando pelas Administrações Urbanas até grupos organizados mobilizados em função de alguma atividade transformadora da dinâmica urbana e isto nos traz à discussão das configurações espaciais e do local e das relações socioespaciais que definem como a vida cotidiana é instrumentalizada e politizada.

Agência seria função dos recursos sociais, materiais, ideológicos, identitários, econômicos, naturais, mobilizados pelos grupos nas interações de poder. Também estabelece uma classificação operacional quanto à forma como os processos de territorialização ocorrem em função dos tipos de agentes envolvidos: agentes sintagmáticos têm objetivos claros e estratégias para programar seu poder politicamente; paradigmáticos constroem suas estratégias em função do contexto de interação em que se encontram e dos recursos disponíveis para sua manutenção e reprodução enquanto grupo (RAFFESTIN, 1986), o que possibilita a pré-identificação de processos *top down* e *bottom up*.

Estes processos devem ser analisados em dois níveis: do suporte material, as configurações espaciais e dos sistemas de representação social, dado que o território é o resultado de um processo de “tradução” do espaço, apoiado em bases materiais e ideais (RAFFESTIN, 1986). O mesmo propõe BALIBAR (1991, p.89; 2012) sobre formas de construção de entidades espaciais alternativas aos estados nacionais que emergem e competem com estes, da política como hoje a entendemos. Por exemplo, os impérios, o austro-húngaro e o otomano e os complexos político-comerciais transnacionais como a Liga Hanseática e o mundo islâmico medieval, centrados em redes de cidades, que se aproximam das territorializações regionais contemporâneas (União Européia e MERCOSUL, por exemplo) e as redes de comércio globais, como as chinesas.

A partir destas discussões preliminares, faz-se uma identificação tentativa dos parâmetros de ordem das configurações territoriais ou socioespaciais, a partir das teorias de sistemas complexos, como propõe PORTUGALI (1995, 2006, 2006a). O objetivo, vincular estes parâmetros de ordem a tipos de movimento que podem ser apreendidos a partir da decomposição axial das estruturas urbanas e discutir, nos estudo de casos, como estes emergem em conurbações internacionais, à escala local.

2.3 Território e nacionalismo como parâmetro de ordem

PORTUGALI (1995, p.58), baseia-se em BOHM¹⁰⁸ para propor o conceito de ordem social generativa como “um código gerador a partir do qual as pessoas ordenam sua vida socioespacialmente”. Tomando-se conteúdo material e informacional como dois aspectos da ordem social, pode-se dizer que o primeiro aspecto é externo, explicativo, espacial e econômico e o segundo aspecto é interno, cognitivo, cultural e ideológico. Provêm fundamento para interpretação e, quando em simetria, alcançam estado de equilíbrio estrutural. O nacionalismo é a ordem generativa da sociedade moderna, na qual o estado nacional é conteúdo material, a ideologia nacionalista o conteúdo informacional e território nacional a estrutura estável.

A partir dos conceitos de auto-organização e sinérgica PORTUGALI (1995, pp38-42) propõe a noção de ordens implicadas (*implicate orders*) para discutir a emergência de Estados

¹⁰⁸ *Implicate order and explicate order*: processo através do qual uma ordem se desdobra e dá origem a outra ordem, se originado da agregação de formas simples e regras simples e recursivas que produzem diversidade estrutural e formal. Sua ideia era de que toda ordem (implicativa ou explicativa) é generativa no sentido de gerar outras estruturas e ordens expressas em termos de eventos e processos dinâmicos dado que se aproximam mais da descrição de padrão e movimento do que como objeto sólido e individualizado, contradiz a visão mecanicista do mundo. BOHM, David. *Wholeness and the implicate order*. London: Routledge, 1980, pp.128-139, *apud* PORTUGALI, Juval. *Implicate relations*. Kluwer Academic Publishers, *the geojournal library*, 1995. 252p, pp56-67. Físico, discute campo comum para as teorias da relatividade e quântica.

Nacionais como propriedades de certas expectativas de ordem social. A sociedade define-se como um todo indivisível e em mutação permanente, nas quais entidades sociais como classes, nações, etc., são inseparáveis de seu contexto histórico, envolvendo-se mutuamente a ponto de que uma não se define sem a outra. Deste ponto de vista, a instabilidade é condição da sociedade: mudanças provocam reestruturação e novos equilíbrios internos preservando a ordem vigente nas relações externas. O nacionalismo escraviza o capitalismo e o socialismo, pois estes se organizam a partir de seus princípios de ordem, porque nas teorias sociais, no marxismo e liberalismo, não existe uma proposta alternativa ao Estado Nacional como ordem social e espacial (HAKEN & PORTUGALI, 2007).

Caos é ordem generativa complexa que gera mudanças furcativas: de estados estáveis do sistema emerge ordem generativa hermenêutica, o que na teoria social é chamada de **reprodução**. A partir disso, PORTUGALI (1995 p.62) propõe a noção de Forma de Mudança Furcativa quando não existe substituição e sim incorporação e difusão de outros parâmetros de ordem que adicionam complexidade ao sistema das quais emergem outras configurações socioespaciais.¹⁰⁹; e Forma de Mudança Hermenêutica referindo-se a processos de reprodução socioespacial. Novas versões de ordens sociais generativas resultam em mudança hermenêutica e outras entidades sociais podem desenvolver nova ordem social generativa, da qual o resultado é mudança furcativa como transformações nos processos de reprodução socioespacial decorrentes da globalização. A urbanização é forma de mudança hermenêutica, implicada na reprodução estrutural das relações socioespaciais. Ambas variáveis implicadas nos processos de territorialização dos Estados Nacionais e promotoras de novas sinergias.

A difusão espaço temporal do Estado Nacional como forma naturalizada de ordem social se dá em função de que o nacionalismo sintetiza um processo do qual emerge uma configuração socioespacial integradora da sua resiliência e seu potencial de escravizar outras ordens num dado momento histórico: nação / território / estado sintetizam este parâmetro (HARVEY, 1982). O nacionalismo como ordem generativa e ideologia política responde a ordem socio-cultural, política e espacial de autogestão que ignora como entidades sociais do passado se inscrevem na realidade presente. “Ainda assim, o nacionalismo não fornece uma teoria de ação política completa e diz muito pouco sobre a estrutura interna das sociedades” PORTU-

¹⁰⁹ Após a furcação de 1917 (União Soviética), o comunismo escraviza aspirações étnicas, nacionalistas e religiosas que não desaparecem, mas sim ficam envoltas pela ordem implicada, à memória coletiva dos vários grupos socioespaciais. Com a mudança furcativa provocada pelo colapso da USSR, os vários grupos étnicos e nacionais, com suas especificidades mais uma vez se desenvolvem até se tornarem entidades no domínio explicativo do nacionalismo: Estados Nacionais.

GALI (1995, p.46), assunto que é explorado por BALIBAR & WALLERSTEIN (1991), o que permite discutir sociedade, autoridade, e soberania sob outros vieses que não o do Estado Nacional soberano.

CLAVAL (1978, p.31) baseando-se em Michel Foucault analisa o poder como atividade do simbólico vinculado às formas de espacialização das sociedades e ao exercício da autoridade institucionalizada e influente dos estados nacionais e do seu potencial de difundir e circular informação com o objetivo de integrar e homogeneizar as práticas sociais num certo âmbito espacial. Vincula os sistemas socioespaciais e políticos ao princípio de território, próximo ao conceito de cultura de DURKHEIM (1983) como uma dimensão do social simbólico, um elemento estabilizador da reprodução das relações sociais, da integração social e nas relações entre sociedades. Tomando-se a idéia de representação coletiva produzida pelo consenso social, como causa e forma de ordem social (DURKHEIM, 1983), a organização da sociedade é representada através de instituições que produzem normas, ordens e legitimações. Território é forma e conteúdo social atribuído a uma entidade espacial e uma dimensão da organização espacial e política da sociedade, que incorpora as disputas e as formas de exercício de poder inscritas nos códigos de convivência internos e externos.

Na representação da autoridade, o parâmetro de ordem hermenêutico é o do nacionalismo (PORTUGALI, 2002), ideologia territorial que visa criar e manter a territorialidade e as fronteiras geopolíticas. Entende-se desta forma, o conceito de território como fundamento das relações internacionais e organização e representação preferencial e resiliente, consoante a outras formas de territorialidade, porque representa estados estáveis do sistema mundial de relações geográficas.

GOTTMAN¹¹⁰ (1973) relativizou os princípios organizadores do território ao abordá-lo como processo histórico incorporando à sua discussão outros parâmetros de ordem nos processos de territorialização como o imperialismo clássico (romano, otomano) cujo princípio de ordem é o pluralismo cultural e étnico. Segundo ele, a forma como o espaço geográfico é separado ou dividido (*cloisonnement*)¹¹¹ retém sua organização através das relações entre as fun-

¹¹⁰ Georges Prévélakis (*Op. cit.*, 1995) numa revisão da contribuição de Jean GOTTMAN para a discussão de territórios, cita textos anteriores (1952, 1961, 1965) aos quais não se teve acesso. O advogado e geógrafo francês é autor de *Megalópolis* (New York: *Twentieth Century Fund*, 1961. 810 p.), seu trabalho mais difundido.

¹¹¹ *Cloisonnement* (francês, deriva de *cloison*): maneira de separar, dividir em compartimentos. Um *cloison* é um cômodo cujo elemento divisor é mais precário que uma parede; as divisões de uma cavidade (de navio) que não sem nem completamente estanques, nem removíveis. No sentido figurativo é usado como separação

ções de circulação¹¹² e iconografia (resistência, resiliência)¹¹³ produzindo territórios. O conceito de iconografia estabelece a noção de fronteira social, ao mesmo tempo em que discute homogeneidade cultural e social como fundamento da nação e dos Estados Nacionais territoriais. Incorporam à questão da autoridade, da representação e do exercício de poder outras dimensões de produção e ordenação das configurações socioespaciais, outros parâmetros de ordem. A submissão voluntária a uma autoridade única num espaço delimitado se faz em função de vínculos específicos de identificação (cultural) entre os habitantes e os signos de diferenciação a ele atribuídos. Com isto enfatiza que os processos de integração socioespacial dão origem à divisão do espaço geográfico em unidades políticas, integradas através de redes de infraestrutura. Para PRÉVÉLAKIS (1995), iconografia e circulação são dimensões dialéticas da produção de territórios em GOTTMAN (1973):

“Basta pensar que as iconografias se desenvolvem a partir de entroncamentos que existem em função da circulação e que, inversamente, a unificação espacial produzida pela iconografia facilita a circulação. A iconografia romana, soviética ou europeia potencializou a circulação no interior de vastos espaços. A iconografia de uma diáspora cria redes de circulação de ideias, produtos, capital”. PRÉVÉLAKIS, Georges (*Op. cit.*, 1995, p.3), trad. livre autora.

Segundo ele, os Estados Nacionais¹¹⁴ retém “função social internacional” ainda que na perspectiva de integração globalizada, por isto sua resiliência.

“O mundo continuará a ser dividido, mas a unidade de compartimentação, o território (nacional), não desempenhará mais o mesmo papel, nem poderá assegurar a sobera-

ou barreira impermanente. In: REY, A.; REY-DEBOVE, Le Petit Robert- Dictionaire de La Langue Française 1, Paris: Le Robert, 2.200p, p.327. Não confundir com cluster.

- 112** Circulação é fluxo de qualquer tipo que economiza energia (espaço físico, redes, tecnologia) e promove mudanças na ordem espacial, de tendências integradoras que propiciem deslocamentos: políticos (exércitos), econômicos (mercadorias, mercados), culturais (ideias, populações). Iconografia é matéria do cultural cuja função é estabelecer ou reforçar vínculos entre membros de uma comunidade ou entre estas e seus territórios. O conteúdo (religioso, histórico, de classe, de gênero, etc.) é secundário à função que desempenha na organização social e política.
- 113** O conceito de iconografia se refere à “expressão dos recursos culturais das sociedades que permite que esta se defenda dos efeitos desestabilizantes do excesso de circulação” (GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973. 169 p.). Baseia-se na função ordenadora que símbolos culturais como “nação” desempenham na produção de territórios: “Il faut en effet qu'un ciment solide lie les membres de la communauté qui acceptent la cohabitation sous la même autorité politique. Il n'est pas, nous l'avons vu, de frontière inscrite dans la nature des choses qui sépare deux peuples de façon tout à fait efficace. Il y a en revanche toute la vie de circulation qui unit les différentes régions du monde entre elles. Comment faire que dans ce cas la cohabitation ne comporte pas les mêmes conséquences d'unification pour tous les hommes dans tout l'espace qui leur est accessible ? Il faut leur inculquer les principes abstraits, des symboles en quoi ils auront foi, et qui seront ignorés ou niés par les hommes d'autres communautés. C'est ainsi que les cloisons les plus importantes sont dans les esprits.” (GOTTMANN, 1952, p. 220, apud PRÉVÉLAKIS, 1995, p.6).
- 114** Bertrand BADIE (1995), partindo de uma abordagem das relações internacionais, preconiza que a fragmentação e plurifiliação cultural não serão suficientes para a sobrevivência dos estados territoriais em função das disputas de soberania. (BADIE, Bertrand. *O Fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995).

nia absoluta em vista da urbanização, dos avanços tecnológicos e dos movimentos migratórios. A segurança se torna imperativo das relações internacionais e o território se mantém como unificador destas relações em função da persistência das iconografias.” Jean GOTTMANN, 1973, p. 157-8.

As noções propostas por GOTTMAN (1973) para o espaço geográfico são (PRÉVELAKIS, 1995, p.4) “proféticas, pois consistem em adições preciosas para a compreensão das mudanças contemporâneas”. Indicam a convergência entre as dimensões política e cultural de território e outros processos de territorialização, função de mudanças furcativas nos parâmetros de ordem das configurações socioespaciais, imbricadas nas relações econômicas – a globalização - e numa renovação dos princípios de estruturação das sociedades urbanas, que parte não mais da heteronímia, nem da autonomia, mas da coexistência na diversidade.

O Estado Nacional como forma de representação do mundo (BALIBAR & WALLERSTEIN, 1991) está relacionado à comunidade imaginada, ao controle sobre a vida privada dos indivíduos e a ideia de *povo* como base da forma dominante de pertencimento nacional associado à identidade, que segundo ele é histórica, construída a partir de valores sociais, normas, comportamentos e símbolos coletivos (*idem*, p.94). O Estado Nacional subordina a si as diferenças entre grupos sociais tornando-as irreduzíveis às experiências simbólicas entre o nós e os estrangeiros. Fronteiras nacionais tem que ser imaginadas como projeção e proteção das fronteiras internas – entre indivíduos e grupos – para que se possa habitar o espaço do Estado Nacional como lugar no qual sempre estivemos e sempre estaremos em casa (*idem*, p.95).

O parâmetro de ordem do nacionalismo é o atributo que estrutura relações de identidade e integração política e econômica e base a partir da qual transformações ocorrem, cuja organização social tem na cidadania ideal político e ideológico. Estas duas dimensões são irreduzíveis e instáveis, parte essencial da vida cotidiana, presente na estrutura das relações sociais. O nacionalismo é, portanto um parâmetro de ordem estrutural, que permeia todas as instâncias da vida cotidiana e da identidade do indivíduo. A partir da nacionalidade como atributo, se organiza o sistema de relações sociais e culturais do indivíduo.

2.3.1 Territorialização ou a urbanização como parâmetro de ordem hermenêutica

Recordando PORTUGALI (1995, p.46), o nacionalismo “não fornece uma teoria de ação política completa e diz muito pouco sobre a estrutura interna das sociedades”. Preocupações levantadas pela Geografia Crítica e por Henri LEFEBVRE nos anos 1970, que discutiram o impacto do capitalismo de acumulação nas configurações socioespaciais, este entendido como uma força com potencial transformador nos processos de territorialização em qualquer escala,

do território nacional às cidades. Recorreram à topologia e à teoria da catástrofe para interpretar estas transformações configuracionais e identificar outras formas de ordenação das relações sociais que impactam os processos de produção do espaço, porque decorrem de outros tipos de interação independentes da contigüidade, as redes. Com isso, agentes passam a ser a grande questão a ser respondida a partir do conceito de autonomia.

“A filosofia política fala hoje sobre o pressuposto de que os indivíduos são naturalmente livres e a única questão que se coloca é como organizar suas relações” (CASTORIADES¹¹⁵, 2004, p.182-3), referindo-se aos sentidos de ordem e de representação através dos quais uma sociedade desenvolve formas simbólicas e estruturas institucionais que expressam uma identidade que o capitalismo globalizado não produz. Segundo SOUZA (2006) autonomia coletiva ou autogestão consciente é alternativa às democracias representativas e liberais, através de garantias concretas institucionais e materiais de participação em processos decisórios. Não questiona a organização socioespacial em estados territoriais, mas a forma como se constroem as interações políticas entre os grupos que compõem a sociedade, dos quais derivam a noção de processos *top down* e *bottom up* (LEFEBVRE, 1979).

SIMMEL (1964, 1973, 1986, 2006) preconizava a forma de integração social da maioria das sociedades ocidentais complexas e heterogêneas: o sistema político, antes conformado pela sujeição a fins comuns, se caracteriza pela autonomia progressiva da representação de grupos sociais como estratégia para minorar os efeitos negativos da sujeição às normas e às autoridades vigentes produzindo segmentação das demandas que partem de afiliações múltiplas e não excludentes, de fronteiras sociais estabelecidas por diferenciação ou discriminação¹¹⁶: integração fragmentária da sociedade que transforma a organização social e a representação política através do empoderamento via representação e não à instituição do Estado.

René THOM, em correspondência à CASTORIADES (2004, p. 256-8) diz:

“Toda qualidade deve ser vista, em certa medida, como uma forma espacial, uma forma estendida num espaço abstrato. É verdade que no domínio espacial matematizável, que é multidimensional, o vínculo entre qualidade e topologia é obvio e primordial. Topologia e teorias da catástrofe trabalham sobre noções relativamente

¹¹⁵ Cornelius CASTORIADIS (1922–1997). SOUZA, Marcelo Lopes de. *Social movements, socio-spatial practices and the autonomy project in contemporary Latin America. At: Discussions on the philosophy and political thought of Cornelius CASTORIADIS, hosted by Study group 8, Nordic Summer University, 30/12/2006* <http://castoriadis.blogspot.com.br/2006/12/social-movements-socio-spatial.html>

¹¹⁶ É o que se entende dos movimentos contemporâneos por inclusão social e representação política, organizados em função de fronteiras sociais identificadas no processo de estruturação dos Estados: de raça, de gênero, de diferenciação física, étnica, religiosa ou econômica. Outras decorrem da organização do sistema de relações internacionais: multicitadania, direito laboral (imigrantes, refugiados) e são mediadas por instâncias supraestatais: Anistia Internacional, ACNUR-ONU, Parlamento Europeu.

rígidas: conjuntos fechados, limites. É absurdo dizer que a teoria da catástrofe não é explanatória já que se preocupa em descrever o que ocorre na transição de um estado a outro sem estabelecer a dinâmica do processo: esta dinâmica depende da evolução temporal de fatores quantitativos e resta explicar porque estes fatores variam e quais as leis para sua variabilidade, mas para se descrever uma nova forma, nós deveríamos poder descrevê-la rigorosamente e é aqui que a topologia entra: o poder de um conjunto não é a mesma coisa que a medição de um conjunto...”

Questiona a representação política, as ações *top down* e o consenso como únicas vias de exercício de poder, aventando a possibilidade do poder imbricado ao social e ao material, centrado no controle espacial local, dado que a topologia das relações de poder pressupõe que estas são componentes dos arranjos socioespaciais nos quais emergem (LANG, 2012), dependentes das interações com arranjos espaciais vizinhos¹¹⁷. Não trata do sistema de localização geográfica, mas das estruturas que emergem das relações no espaço materializado.

CASTORIADES, SIMMEL, CLAVAL, LEFEBVRE e SANTOS (*Op.cit.*) vêem na heteronomia a estrutura intrínseca do nacionalismo como ideologia e imagem da alteridade. Aparentam para bifurcação hermenêutica que permite interpretar de novas maneiras o nacionalismo e as sociedades nacionais em função de outro parâmetro de ordem - a urbanização -, na recriação de significados sociais. Isto possibilitou discutir inclusão social, organização política e representação em função de que a qualidade da vida urbana torna-se mercadoria (HARVEY, 2010, p. 143) e, portanto, o espaço é disputado como lugares de cuja apropriação e controle depende a sobrevivência dos grupos. Neste processo, segregação espacial e residencial tende a reproduzir segmentação social. Lugar identifica pertencimento a classes e grupos sociais - diga-me onde moras e te direi quem és - que transforma instituições, representação política e as relações sociais, sem substituição da forma, num processo eminentemente catastrófico.

Para LEFEBVRE (1978) a organização do social é dimensão do imaginário (ideológico), implicada no processo de fusão multidimensional no que seria o espaço vivido: as relações sociais não são reproduzidas, mas transformadas segundo lógicas diferentes de apropriação social do espaço. Não existiriam duas ordens, uma econômica global e outra social política nacional, mas o potencial de fusão entre ambas, que num processo de deformação mútuo, reorganizam o espaço social e político, as estruturas socioespaciais emergentes. Representação / participação / instituição não se transformam plenamente em substituição- transferência - deslocamento ou autonomia total, mas do processo emerge um espaço de diferenciação, ambiva-

¹¹⁷ ELISSALDE, Bernard (coord.). *Historique du territoire. Hypergeo encyclopédie électronique: Regions et territoires*; Concepts. Université de Besançon: Laboratoire THEMA / 2004.
<http://www.hypergeo.eu/spip.php?rubrique91>

lente, no qual a autogestão territorial é deformada e recomposta com o mesmo ímpeto em escalas locais: adquirem dinâmicas diferenciadas nas cidades e com a urbanização.

LEFEBVRE (1964, 1966, 1970, 1973, 1975, 1978, 1979: 2009)¹¹⁸ relaciona a organização dos sistemas espaciais geográficos e exercício de poder nas dimensões política e econômica e suas articulações com a dimensão social de produção, organização e apropriação do espaço material nas formas de controle exercidas por dois sistemas de força que seriam contraditórias: a dos Estados Nacionais, política e do capitalismo mundial, econômica. Influencia David Harvey, Doreen Massey, Edward Soja, Claude Raffestin e Juval Portugali, entre outros. Renova a epistemologia, ao ponderar o papel da ideologia, da economia e da política na organização do espaço socialmente construído, discutindo as forças (de controle, de conectividade, movimento, integração) multidimensionais, multiescalares e multiestruturadas das relações de produção e apropriação social do espaço.

Propõe que o espaço vivido é território porque produzido e transformado a partir das tensões e contradições inscritas nas sociedades teoricamente homogêneas, onde os Estados Nacionais teriam o monopólio do exercício de poder. Segundo ele, a homogeneidade do território nacional é teórica, formada a partir da fragmentação e do ímpeto descentralizador no contexto local, das contradições que emergem da “acumulação quantitativa da produção e da estagnação qualitativa das práticas e das relações sociais” (LEFEBVRE, 1966: 2009 p.149). A noção de espaço vivido, de espacialidade socialmente construída, das práticas sociais que possibilitam o inter-relacionamento entre espacialidade, ordenamento social (sociabilidade) e agenda política, desencadeia processos dos quais emergem novas configurações socioespaciais, novos territórios que se sobrepõem num mesmo território nacional.

LEFEBVRE (1978:2009, pp.245-251) estabelece as bases de uma abordagem complexa e auto-organizada da produção do espaço, partindo de configurações espaciais diferentes que emergem de organizações sociais e políticas semelhantes¹¹⁹. Define o Modo de Produção Estatal do espaço como força reguladora (função política) de forças de fragmentação social e espacial impostas pelo sistema econômico que é integrador das diferenças sociais produzidas historicamente. E o sistema econômico (capitalista global), como força fragmentadora da or-

¹¹⁸ A coleção de estudos de Henri LEFEBVRE De L 'État (1976) foi republicada em inglês, reunindo escritos produzidos pelo autor entre 1964 e 1986 e editado por BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart. *State, Space World: selected essays* by Henri LEFEBVRE. Minneapolis: University of Minesota Press, 2009. 330p.

¹¹⁹ René THOM, autor da teoria da catástrofe (matemática topológica) cuja obra impacta a discussão (filosófica) dos princípios de ordenação social de Cornelius CASTORIADIS. “O ponto dos argumentos de THOM é mostrar como e porque o caráter lógico das morfologias inscritas no espaço, as implicações morfológicas, gera rupturas mais que estabilidade” (LEFEBVRE, *Op. cit.*, p.246).

ganização socioespacial que gera diferenciação e hierarquização à escala local¹²⁰, provocando desigualdades: “A hierarquia social se apresenta de forma mais evidente hoje como hierarquia espacial” (*idem*, p.245). Território é produto do processo de interação entre diversos agentes sociais que, através de intenções, estratégias e projetos que definem os arranjos espaciais necessários para efetivar seus sistemas de convívio social através da representação política (LEFEBVRE¹²¹, 1975):

“A intencionalidade na apropriação do espaço permite entender a maneira como são estruturadas as relações entre sociedades e entre grupos e indivíduos numa mesma sociedade, traduzidos na produção de territórios que articulam projetos e intenções diferenciados. Por englobar estratégias de conciliação entre projetos e intencionalidades de agentes¹²², território e processo de territorialização se situam na dimensão política do espaço geográfico e no processo de formação de Estados Nacionais”. Bernard ELISSALDE (2002, p.6).

A burocratização dos Estados Nacionais e a heteronomia social produzida pelos sistemas econômicos e políticos - de autoridade e dominação – fortalece a autonomia de grupos sociais como garantia para sua reprodução e reversão das relações de poder no combate aos efeitos disruptivos do capitalismo mundial incorporado a política dos estados nacionais: “a autogestão pode ser estudada de duas maneiras diferentes: como conflito ou como meio de reorganização da sociedade, que a transforma de baixo para cima (*bottom up*), da vida cotidiana (espaço vivido) ao Estado político (*top down*)” (LEFEBVRE, 1978: 2009, p. 251). Disso depreende uma “nova textura do espaço” (nodosidades) decorrente da reorganização do espaço social. Nestas, o Estado Nacional mantém certas funções de representação internacional e controle de fluxos econômicos frente à globalização do capital, deixando o controle da democracia e a reelaboração das diferenças produzidas na autogestão local (cidades, municípios, etc.).

LEFEBVRE e Milton SANTOS¹²³ dialogam em vários planos: do entendimento que espaço é instância do social, cuja estruturação corresponde a expectativas de organização da sociedade, resultando de relações de poder complexas e da interação entre múltiplos agentes que

¹²⁰ O cotidiano (tempo medido a partir do espaço e no espaço:distancias); espacialidades (medidas como localização: relações centro-periferia); o repetitivo (abolição de diferenças e particularidades que conferem identidade ao espaço).

¹²¹ A questão da representação política e do Estado é discutida por LEFEBVRE (1975: 2009) como processo histórico, mais do que como sistema social.

¹²² A não intencionalidade dos agentes caracteriza a auto-organização, o que será discutido mais adiante.

¹²³ Milton SANTOS foi um dos geógrafos brasileiros que mais contribuiu para o debate internacional sobre a questão do reordenamento dos territórios em função do modo de produção capitalista, fazendo uma abordagem realmente inovadora e criativa de como a função econômica opera em duas formas de organização territorial – no Estado nacional e no Mundo – num processo retroalimentado de produção e reprodução dos territórios e das sociedades. Os livros consultados comparecem na bibliografia do capítulo. Sua obra dialoga com a de Henri LEFEBVRE diretamente e, indiretamente com a de David HARVEY.

se territorializam, de maneira imprecisa e cambiante historicamente. As interdependências entre função (ação) e interação (agentes: movimento e contradições) reconstituem o processo de organização social e espacial em estados nacionais com suas peculiaridades. Território é fração do espaço (local) articulada ao global (mundial) e produto da interação e das funções mobilizadas politicamente pelos grupos sociais (agentes e redes) dos quais emergem configurações territoriais (nodosidades para LEFEBVRE, rugosidades para SANTOS, 1996, p.271) no processo histórico da organização entre sistemas espaciais associados aos usos (agentes heterogêneos), funções (relações, interações), restrições (normas: técnicas e políticas) que lhes são socialmente ou institucionalmente designados (transformações sociais): as cidades são territórios locais normativos onde os conflitos promovidos pela estruturação do sistema econômico em rede emergem. Ambos destacam a tensão entre processos estabilizadores - ordem, consenso e hegemonia – das instituições do estado e a pluralidade de grupos que compõem as sociedades nacionais. “A força de Lefebvre está na dedução de que produção, representação e imaginação não são mundos separados; estão presentes simultaneamente nas praticas cotidianas a partir das quais se registra o significado das formas materiais” (HARVEY, 1993, p.23).

Disto depende-se a bifurcação nos processos de integração social: os constituídos a partir do controle, que pressupõem a territorialização e os constituídos a partir da conectividade, as redes. Segundo Claude RAFFESTIN (1982) o resultado dos processos descritos por Lefebvre não é o espaço e sim o território. Diz ainda que se o espaço se caracteriza por descontinuidades, o território se caracteriza por limites funcionalizados (fronteiras), cuja origem deve ser buscada na relação sociedade / espaço.

“Se o espaço é analisável em termos de pontos, linhas, superfícies, volumes, distâncias e isto significa que se constitui na matéria primeira do processo de apropriação social com vistas a manutenção e reprodução de uma organização social, então este se constitui num recurso, a saber, o território. O espaço é analisável em termos geométricos e topológicos, em termos de continuidades e descontinuidades, em termos de atributos. Como LEFEBVRE mesmo diz, o território não é um objeto, mas um processo que engloba o espaço e as redes, processo em movimento e transformação permanente.” RAFFESTIN, Claude. *Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité*. In: *Espaces et sociétés*, 1982, no. 41, p. 167-171 (p.168) available at: <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4324>

O que ambos explicitam é que inovação cultural transforma o meio social incorporando a dimensão econômica, política e simbólica na produção do espaço material que, por sua vez, se relacionam à exterioridade (ao mundo circundante). Por concentrarem as potencialidades de difusão de inovações, a urbanização pode ser identificada como parâmetro de ordem hermenêutico das configurações socioespaciais: não nega ou oblitera o nacionalismo, mas representa outra forma de organização social solidária a este que produz seus próprios territórios.

A dimensão da organização socioespacial segundo CLAVAL (1978, 1999) pode ser descrita como princípio de ordenação social, na qual proximidade social (comunidade), espacial (vizinhança) e controle (DURKHEIM, *Op. cit.*) desempenham papel decisivo nas relações de poder que embasam a noção de territorialidade. A forma como o espaço é organizado está intrinsecamente relacionada à forma como a sociedade se organiza (classes, grupos, etc.) e suas interações, dos tipos de controle previstos nas interfaces e nas solidariedades sociais no qual reside a diferenciação (identitária e cultural) interna das sociedades. Estas associações interessam à terceira classificação inscrita no problema da pesquisa; o enfoque sobre as relações de poder e da territorialidade como experiência vinculada às especificidades do grupo na hierarquia social – idosos, mulheres, crianças, pobres, ricos, etc. –. E produzem alteridade e diferenciação entre categorias sociais, moradores e estranhos, como propõem a Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984), e também aquelas acionadas a partir de da apropriação social do espaço. Estas constatações definem o foco sobre os agentes implicados na produção e na apropriação do espaço, e propõe análises interessantes à escala local, das contradições que emergem dos conflitos entre as lógicas econômicas, identitária e política.

CLAVAL (1978, p.17) acrescenta que a institucionalização da autoridade erode a diferenciação simbólica entre os grupos que compõe o nacional e o controle se transfere para a limitação dos efeitos decorrentes das diferenças na apropriação social do espaço. Por exemplo, o zoneamento funcional e o controle de uso do solo, “se transformaram numa das manifestações de influencia e do poder social e político, mais difíceis de controlar”, e prossegue: “Já não há um método direto para se prevenir dos inconvenientes da coabitação; resta apenas uma estratégia aberta: a segregação espacial” e residencial como instrumentos para a reprodução da segmentação social (CLAVAL, 1978, p.165). Ações *top down* de instituições que regulam a produção do espaço, quando sujeitas ao poder econômico tornam-se fonte de poder político. Esta dinâmica também é explorada por HARVEY (2010) em relação à urbanização como parâmetro de ordem globalizado. A urbanização absorve capital e reproduz padrões espaciais homogêneos, representando o próprio poder econômico, difundindo heterotopias.

Os lugares passam a ser disputados não em função de sua produção, mas transformados através de diferenças no controle e na apropriação social do espaço cotidiana, enfatizando a importância da topologia como ferramenta de análise dos processos de constituição de fronteiras sociais: “mudanças topológicas dependem da forma anterior - de organização social- da qual deriva uma nova forma, é uma forma de continuidade da heteronomia transformada e multifacetada” (CASTORIADES, 2004, p. 389).

“A topologia, primado ao ontológico contínuo, ao espaço – nos seus sentidos figurados e no próprio - pode fornecer metáforas impressionantes ou modelos menos rígidos para analisar processos sociais: nossa noção de continuidade é a noção de continuidade de uma reta, dada pelo movimento (*kinesis*). Sob este aspecto, sem dúvida, o movimento local é privilegiado, pois a continuidade do movimento é, ao mesmo tempo, a continuidade do espaço e tempo: na vida real não posso ir de A até B sem cobrir todos os pontos de um caminho, da mesma maneira que não posso saltar de agora para depois no tempo. Se o espaço cotidiano se presta ao exercício da identidade - necessidade e uso - é localmente topológico. A partir das relações diretas ou indiretas entre pontos A e B, se inscrevem as formas esperadas de contato”. (CASTORIADES, 2004, p.389)

Há aqui uma referência direta à dimensão social do espaço - apropriação social e poder obtidos através do controle de lugares e organização das formas de convívio cotidiano entre os indivíduos e os grupos. CLAVAL parte da ênfase na negativa, CASTORIADES da positiva, ambos sumarizam a abordagem do tema da integração e segregação socioespacial e inclusão e exclusão social (política) nas sociedades urbanas, relacionado-as ao controle sobre o movimento e a copresença e nas relações de vizinhança, portanto do espaço construído como dimensão instrumental do exercício de poder nos processos de territorialização. A Teoria da Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984) mostra coesão com a filosofia de CASTORIADES e com processos de configuração socioespacial propostos por LEFEBVRE (1974) ao abordar territorialização e fronteiras sociais a partir das configurações espaciais. Demonstrando que existem razões instrumentais no potencial de controle sobre o movimento dado pelo desenho urbano que justifica a mobilização de sentidos socioespaciais para grupos em coexistência que informam a apropriação do espaço.

Não é à toa que a rede do narcotráfico no Rio de Janeiro se territorializa (SOUZA, 1995) em favelas, onde o controle local é facilitado pela própria deformação e profundidade do sistema de espaços abertos. Não é à toa que em metrópoles grandes e complexas como Roma, o Bairro *Esquilino*, cuja malha urbana é regular tendente ao xadrez seja apropriada por grupos de imigrantes chineses, indianos, africanos, etc. que estabelecem territórios contíguos num lugar onde o controle do espaço pelo estranho é facilitado. Por isso a Sintaxe Espacial tem muito a contribuir com os estudos culturais, de gênero, sobre a etnicidade.

Ao decompor numa rede axial relações topológicas espaciais instrumentais nas relações de controle sobre os lugares, dialoga com a noção de configuração territorial proposta por DI MEO (1998) de disputa de poder pelo espaço vivenciado no cotidiano, da dimensão social do espaço dada por valores culturais simbólicos que indicam pertencimento através das práticas de uso, movimento e copresença. Este é o que se entende como o aspecto instrumental de reprodução e transformação no espaço de uma determinada ordem social na qual o exercício de

poder através do controle sobre o espaço são medidas relacionais, atribuem sentido a forma como a configuração espacial é apropriada.

“A construção de uma identidade de grupo passa pelas formas visíveis do espaço acionado como meio de mobilização social em função dos efeitos de solidariedade que engendra”. HALBWACHS (1938, *apud* Di MEO, *Op. cit.*, 2004)

Apropriação social do espaço pressupõe que território é produto da interação entre diversos agentes sociais que, através de intenções, estratégias, projetos diferenciados e capacidade de efetivá-los, definem os arranjos espaciais necessários para efetivar seus sistemas de convívio social em várias dimensões, nos quais as relações de poder preservam as contradições e conflitos das ações dos agentes e de suas interações (LEFEBVRE, *Op. cit.*).

Edward SOJA (1971:1996, p.34-7) incorpora às proposições de LEFEBVRE (1970) o conceito de alteridade (*otherness*) como uma das funções de diferenciação espacial da agencia em processos históricos, políticos, econômicos: uma dimensão cultural implicada nos processos de produção de territórios ou de territorialização (RAFFESTIN, 1988), conferindo-lhe uma estrutura identitária como função de usos excludentes atribuídos a uma estrutura espacial preexistente. Subverte a lógica de abordagem do território atribuindo-lhe relacionalidade. Diz ainda que a territorialidade social emerge da fronteirização (*bordering*) dos espaços cotidianos, com propósito de assegurar, defender, controlar, identificar, privatizar, separar, conectar, regular. Funções que podem ser agrupadas sob a noção genérica de governança espacial (*spatial governance*) – prática de impor e manter fronteiras intencionais circunscrevendo a vida social, o que produz a reorganização política do espaço. A partir desta ótica, fronteiras de classe, étnicas, culturais, de gênero, proliferam como canais de ação política, dando emergência a uma nova consciência espacial que denota, “a expressão física de conflitos que claramente demarca o espaço, funcionando também como discurso identitário a partir do controle de determinado grupo sobre o espaço” (COAFFEE, 2003).

A descrição destes processos e comportamentos sociais descrito a partir de relações topológicas são a base da Sintaxe Espacial. A organização do espaço como materialização de uma ordenação de relações sociais que tem significado cultural. Este pode se transformar no tempo, alterando as maneiras como é apropriado o espaço. O potencial de integração presente nas relações topológicas entre lugares pode ser acionado de maneira desigual pelos grupos que aí se instalam. Por isso centralidades mudam, periferias se expandem e grupos se territorializam. O que remete às noções de fronteiras sociais e de governança, à discussão da configuração do poder como processo relacional, sujeito a transformações e a agencia de grupos e indivíduos: no espaço vivido cotidianamente de Gui DI MEO. A especificidade da territorialidade é que

este processo se baseia em relações de poder não sancionado, autônomas, predominantemente *bottom-up*, sem que a representação (política) seja indispensável.

LE BERRE (1994: 2005, p.144) diz que de qualquer exercício de poder, dominação e controle emergem fronteiras, cujo objetivo é assegurar a reprodução de um grupo social e definir territórios¹²⁴. Aproxima-se das solidariedades sociais básicas, nas quais a produção do espaço se torna secundária: o que interessa é como este é apropriado através de usos específicos e copresença exclusiva. Parte do pressuposto de que qualquer prática social que pode ser localizada está imbricada a relações de poder e se refere a comportamentos, limites ação dos indivíduos, quem pode fazer o que e onde. Está correlacionado aos padrões espaciais e a estrutura de integração dos espaços urbanos, como comprovam inúmeros estudos de caso que tem na Sintaxe Espacial sua base teórico-metodológica.

Para RAFFESTIN (1982), a territorialidade é o sistema de relações que uma coletividade mantém com a exterioridade ou alteridade com a ajuda de mediadores: limites (materiais) e fronteiras. O espaço vivido de LEFEBVRE se torna o espaço do cotidiano de RAFFESTIN (1982). Os processos de interação reticulares implicam reorganização social e das configurações socioespaciais, a partir da atribuição de novos significados e usos aos lugares. Explicando melhor, como de uma estrutura espacial pré-existente pode emergir uma nova configuração socioespacial (novas territorialidades) em função das transformações das praticas sociais, dos usos e dos padrões de copresença. Para LEFEBVRE e RAFFESTIN (*Op.cit.*), configuração espacial é território. Para MASSEY (1993) e HARVEY (1993), que adotam a noção de sistema espacial, configuração espacial é lugar. Para a Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984) configuração é a dimensão espacial da sociedade.

2.3.2 Globalização e redes como parâmetro de ordem furcativa

BALIBAR e WALLERSTEIN (*Op. cit.*) chamam atenção para a segmentação de classes sociais, como a dos trabalhadores que não é secundária ou residual ao modo de produção capitalista globalizado, mas o que o estrutura vinculado à exploração que tem nas diásporas e migrações laborais sua base. Para ele o capitalismo não tomou a forma de um Império mundial,

¹²⁴Esta também é a abordagem da maioria dos Antropólogos e dos que se dedicam aos Estudos Culturais e de Gênero, dentre eles BHABHA (*Op. cit.*, 1998), APPADURAI (2000) e HALL (*Op. cit.*, 1997, 2003, 2003a, 2003b).

mas se institucionalizou a partir da emergência de um sistema internacional, cuja base da transformação social é a transformação da divisão social do trabalho¹²⁵.

É dessa noção do estar em casa e da identidade compartilhada relativizada por outras dinâmicas de relações sociais das quais emergem o multiculturalismo, o pluralismo e o transnacionalismo, dando a entender que a comunidade imaginária global é transformada a partir de relações entre Estados, o transnacionalismo traz os conflitos para as práticas cotidianas, etniciza relações entre grupos sociais que produzem diferenças sociais.

Identidade é processo relacional no qual diferenças são estabelecidas por uma marcação simbólica em relação a outras identidades (HALL & WOODWARD, 2000, p.14-15). É intrínseca ao social porque envolve sistemas classificatórios calcados na alteridade e nos sentidos atribuídos às práticas sociais que definem as diferenças vividas nas relações cotidianas subjacentes tanto às noções de controle na apropriação social do espaço, como de integração na construção de redes de solidariedade social, podendo adquirir sentido político. Na Sintaxe Espacial são relações transpaciais.

Os estudos culturais se voltam para o local, para os lugares, enfatizando esta dimensão contemporânea dos conflitos e da emergência de outras formas de identidade híbridas e representações fragmentadas, onde já não é mais possível se sentir em casa em lugar algum ou, ao contrário se sentir em casa em qualquer lugar. Redes sociais se formam e se mantêm estáveis nas margens dos estados nacionais, criam fronteiras onde diferenças culturais se tecem de forma contingente e conflituosa (WHATMORE, 2002 e BHABHA, 1994) e para as quais a topologia das agências sobre o espaço e sobre os lugares passam a ser o foco do interesse, como no caso das redes de comércio popular globalizado.

As discussões se ampliam das cidadanias diferenciais à noção de LATOUR (2007, p.16) de que o social não é um domínio especial da realidade, para quem “identidade é um mínimo e, conseqüentemente, um tipo de diferença muito raro, assim como repouso é um tipo de movimento”. Vínculos sociais são princípios de conexão, relações topológicas, que possibilitam

125 *“For Balibar the formation of the European Union is a moment laden with such possibilities and dangers. It is a historical moment situated between two tendencies: on the one is what Balibar calls a new form of “apartheid,” a massive division between the rights granted to nationals of member countries and those of non-member countries, the ethnic minorities, immigrants, extracommunitari, and Ausländer, who are included economically, but are excluded politically, and, on the other, the possibility of a reinvention the very idea of sovereignty, citizenship, and political belonging. As Balibar argues, Europe must either become “more democratic” by confronting and resolving such issues as the question of borders, which remains a “non-democratic condition” of democracy, or risk losing its legitimacy and its ability to address social conflict”. In: READ, Jason. Writing in the conjuncture: on Étienne Balibar, We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship (Princeton University Press, 2004). Available at: Borderlands e-Journal, volume 3, number 1, 2004. http://www.borderlands.net.au/vol3no1_2004/read_balibar.htm*

tratar de formas de associação, independentemente da escala em que se desenvolvem. Para ele só a comparação entre vínculos na formação de grupos é que pode enfatizar quais os implicados na emergência de configurações socioespaciais. Dá como exemplo a seguinte pergunta: “Como alguém se declara alta classe média sem as estatísticas sociais?”, enfatizando que estas construções imaginárias de si e da identidade, se fazem em função de algum tipo de classificação que ordena as relações sociais e nas quais se baseiam as representações sociais.

LEFEBVRE (1978:2009), SANTOS (1996) e HARVEY (1993) constataram como SOJA (2004, p.35), que a globalização do capital, da economia, da cultura e do trabalho afeta não só a territorialidade dos estados nacionais, mas ensejam a emergência de uma reconfiguração seletiva das fronteiras sociais e de governança localmente. Simultaneamente, deslocam a discussão para agentes e usuários: que tipo de poder está implicado nas interações? O que garante a reprodução da sociedade? Qual o papel da integração e da conectividade sobre a apropriação social do espaço? Esta integração é simbólica ou instrumental? Que tipo de organização espacial emerge deste processo em sociedades nas quais a autonomia cresce também em função da diversificação da população e da diferenciação entre grupos sociais? Não seria em torno destas mesmas questões que Edward SOJA (1971) e Robert SACK deslocam a discussão sobre os territórios para as discussões sobre territorialidade?

A identidade se inscreve no espaço vivido de GUY DI MÉO (1998)¹²⁶ ou no espaço cotidiano de RAFFESTIN (1993) como um dos fatores determinantes da territorialização, o que pode ser discutido não só pelo aporte dado pelas teorias de auto-organização como também pelas condicionantes históricas de mobilidade e deslocamentos globais, tais como migrações e diásporas, que acionam identidades territoriais em novos contextos de interação.

Segundo CLAVAL (1999, p.5) a topologia permite transferir o interesse da Geografia Cultural e Humana de áreas (paisagens) para relações: “A geografia cultural¹²⁷ passa a analisar interações e integração a redes, enfocando indivíduos e grupos, como constroem contatos e relações como forma de explorar o meio em que vivem (o espaço) e interiorizar regras de convivência através das quais constroem identidade e diferenciação” (CLAVAL, 1999, p.5).

A distributividade de aspectos culturais e simbólicos compartilhados é função integradora da iconografia e promotora de heterogeneidade à escala local. “A heterogeneidade cultural se

¹²⁶ Segundo Bernard ELISSALDE (2004, *Op. cit.*) DI MÉO adota noção sincrética de território associando-o a relações objetivas – espaço social – e subjetivas – espaço vivido -. Diria-se o instrumental, espaço produzido segundo expectativas genéricas e consensuais da sociedade organizada e operacional, como é reconfigurado através de usos e significados a ele atribuídos.

¹²⁷ Os etnógrafos diriam os mecanismos de produção de identidade.

manifesta nas paixões nacionalistas, na multiplicação e diversidade das contestações identitárias, observadas nas práticas cotidianas ou afiliações políticas” (CLAVAL, 1999, p.7).

“A Geografia Cultural do mundo se reestrutura marcada por duas outras relações fundamentais: mobiliza sistemas de valor renovados e incorporação de ideologias de progresso: o sucesso de movimentos localistas e regionalistas na Europa Ocidental, as paixões nacionalistas no Leste Europeu, o crescente fundamentalismo no mundo islâmico, em Israel, na Índia (...) a transformação da ecologia em ideologia da natureza, tudo isso confirma a amplitude das mutações em curso e das renovações que promovem. (...) e explicam a preponderância das distribuições por conjuntos homogêneos, ainda que deixe espaço para a emergência de estruturas em rede, que se desenvolvem, sobretudo em cidades multiculturais, e permite relacioná-las às formas de organização insipiente dos grandes impérios históricos”. (CLAVAL, Paul. *Op. cit.*, 1999, p. 10)

Território e redes coexistem como sistemas interdependentes e constituem duas dimensões da emergência de estruturas socioespaciais, identificadas a partir das unidades espaciais áreas ou linhas (MACHADO, 1993, p.3). No espaço urbano estas duas dimensões organizam as interações sociais e conjugam a escala local à global “entrelaçadas por conexões que perpassam o sistema sociopolítico do Estado nacional e a ordem cultural da nação” (*idem*, p.5).

Sobre o impacto da globalização na formação de territórios e redes PORTUGALI (2007, p.10) diz que “a globalização subverte o nacionalismo como ordem generativa da produção de territórios, na medida em que o sistema de interações local passa a ser ordenado também em função da complexidade presente nas relações globais, conferindo ênfase e pregnância a elementos semelhantes articulados em rede”. Estas formas do social se valem de estratégias, (de mobilidade física, cívica e civil) a partir das quais os excluídos adquirem empoderamento capaz de transformar estruturas socioespaciais, dentre elas a “globalização popular” propondo não a idéia de lugares, mas de territorialidades (APPADURAI, 2001).

GUERMOND (2005) diz que identidade territorial emerge da vinculação entrecoletivamente entre indivíduos e grupos e um determinado espaço em diferentes graus de adesão. É construção social ou política influenciada pelo contexto histórico e mistificada a ponto ser reconhecida fora do grupo de referencia. Ao comparar a noção de identidade territorial à de etnia, diz que ambas as afiliações são acionadas em função de ameaças e conflitos enfrentados por uma população e fortalecida por contraste ou oposição: linguística, cultural, religiosa ou econômica. Diz que a identidade territorial pode derivar em reivindicação política de fronteiras simbólicas entre grupos minoritários em contextos multiculturais¹²⁸. O autor observa que

¹²⁸ A construção de identidade territorial em bairros de maioria de imigrantes como o *East End* londrino citado por VAUGHAN (2007, 2007a) ou cidade do Chui / Brasil, considerada “palestina”: <http://www.etnicidade.net/chui-identidade-etnica-e-a-recriacao-das-tradicoes-palestinas/>; <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1477195> e ainda, com referencia aos palestinos, o reco-

em cidades multiculturais (Londres, Paris, Roma), populações em diáspora (indianos, paquistaneses, curdos e palestinos¹²⁹) se apropriam socialmente de áreas urbanas e estabelecem territórios étnicos. Outros casos são regiões autônomas inscritas em Estados Nacionais (País Basco, Catalunha, Ningxia¹³⁰). Territorialidades acionadas pelas dinâmicas globalizantes permanecem como garantia de pertencimento no imaginário das populações deslocadas e define a heterogeneidade das instancias de representação política destes sistemas socioespaciais¹³¹.

O impacto deste tipo de territorialização em cidades varia em intensidade. Pode dar emergência à *clusters* e enclaves, apreendidos através de medidas quantitativas de densidade (demográfica, confessional ou religiosa, étnica) com localização precisa e circunscrita, como os estudados por PEACH (1996, 2006, 2009), OMER & BENENSON (2002) e VAUGHAN (2007, 2007a); ou à copresença diversificada e transitória em lugares públicos que se estrutura a partir das redes de rotas prováveis no sistema urbano ou a partir da integração espacial. Pode dar sentido às formas de copresença e encontros entre grupos com afinidades étnicas, religiosas, etc. semelhantes às tribos descritas por MAFFESOLI (2006).

O ordenamento do sistema de relações entre territórios emerge das formas a partir das solidariedades entre grupos se constroem - étnicas, nacionais, políticas, religiosas, econômicas - e do tipo de interfaces entre grupos (DURAND, LÉVY e RETAILLÉ, 1992, p.334), portanto a partir das fronteiras sociais que delimitam o processo de interação e de apropriação do espaço, sugerindo que integração, segregação e controle espacial configuram os potenciais a partir dos quais estas relações se estruturam, organizando sua coexistência nos lugares. O espaço, a dimensão social da coexistência contemporânea (MASSEY, 1993).

A posição relativa de indivíduos, grupos e lugares em relação aos fluxos e ao movimento, diferenças na acessibilidade e controle sobre a mobilidade, movimento e informação, estão implicados na probabilidade de uso de rotas, e potenciais de fluxos, isto é, na distribuição desigual do controle espacial, podendo se transformar em desvantagens para alguns, decorrendo

nhcimento de sua identidade territorial, ainda que tenha sido “apátrida” – grupo étnico sem estado nacional até recentemente.

129 O autor cita estes grupos como detentores de sentimento de identidade territorial materializado num espaço delimitado com o qual mantêm vinculação e para a preservação do qual se mobilizam politicamente.

130 Província chinesa cuja população muçulmana (etnia Hua, 34% total) adquiriu autonomia agenciando politicamente seu patrimônio cultural e arquitetônico.

131 APPADURAI (1996) diz que a contemporaneidade é fundada sobre um sistema de relações entre unidades heterogêneas, o que dificulta o acordo sobre valores e normas e a flexibilidade nas atribuições de pertencimento sujeitam o jogo político. Os Estados Nacionais, marcados pela multiculturalidade, multietnicidade e pela imigração – a Índia entre eles – tendem a identidades territoriais mistas – por parte dos que chegam (palestino brasileiro, por exemplo, ou paquistanês londrino) ou excludentes (ingleses e os “outros”) como potencial de integração ou conflito.

na emergência de fronteiras sociais (*idem*). Segundo MASSEY, lugares retêm muito mais sobre como experimentamos o espaço do que o capital pode nos informar, indicando que o espaço é substantivo, diferenciador social como função da acessibilidade.

Os processos de hibridização cultural são subjacentes à noção de territorialização (BHA-BHA, 1998). Do momento em que significados de certa organização espacial são reelaborados em função da apropriação e uso do espaço por grupos sociais, cuja história de vida é alheia àqueles que o produziram, emergem estruturas diferentes de autoridade e iniciativas políticas, irreconhecíveis se tomadas a partir do contexto em que foram produzidos, mas identificáveis no contexto em que foram apropriados. A territorialidade dá sentido à noção de identidade espacial, às formas de apropriação social do espaço complexas que a heteronomia social impõe na vida urbana.

Incluir ou excluir, integrar e segregar, produzir desvantagens são fundamentalmente sociais e espaciais: dentro e fora, fronteira. Faz refletir sobre quem controla os fluxos e quem está preso nos processo de movimento como refugiados, trabalhadores migrantes sujeitos à diferenciação social complexa, portanto sobre conectividade e circulação, redes, espaços de trânsito. E também sobre o que HARVEY (1993) diz sobre solidariedades sociais construídas em diferentes escalas geográficas e que se opõe à noção de comunidade, que é confrontada pela pluralidade de formas de espacialização que se configuram nos mesmos lugares.

Analises como as de DURAND, LÉVY & RETAILLÉ em “Território do Islã Árabe” (1992, cap.9, p. 333-361) partem da noção da religião muçulmana como “sistema de organização social” cujos marcadores identitários estabelecem solidariedades econômicas, familiares, nacionais e sociopolíticas que vinculam as pessoas entre si e estas a signos e lugares sagrados. Sua estrutura “não se funda sobre território exclusivo, mas numa rede de agenciamento político que forja alianças entre comunidades étnicas e países e as integra através da mobilização política”. Conectividade estrutura a organização espaço-temporal, que transcende as discontinuidades espaciais e territórios nacionais (*Op. cit.*, p.335) temporariamente, acionada em momentos de crise. Destes argumentos se conclui que o debate sobre a territorialidade se desloca do nacionalismo para a reconfiguração seletiva das dinâmicas socioespaciais como função da integração espacial ou transpacial (SOJA, 1993; SASSEN, 2000; APPADURAI, KASTORYANO, 2000; COAFFE, 2003), dentre elas a territorialização nos contextos pluri-culturais que emergem da globalização da economia e da autonomia de grupos culturais no contexto local como novas formas de estabelecer fronteiras.

MASSEY (1994) e LATOUR (2007) descartam a ideia de fronteiras identitárias e poder exercido pelo controle. Para ambos, os segmentos das redes são fronteiras em si, dadas pela possibilidade de deslocamento, por rotas para as quais se transfere o controle dos agentes, para o potencial linear e conectivo de prolongamento de estruturas espaciais. São rígidas, porque canalizam potencial de movimento que não as extrapolam, restritas a rotas:

“Mais precisamente, é uma mudança na topologia. Em vez de pensar em termos de superfícies bidimensionais ou esferas tridimensionais, somos instigados a pensar em termos de nós que tem tantas dimensões quanto conexões. Numa primeira aproximação, as teorias agente-rede (ANT) partem do princípio que as sociedades atuais não podem ser descritas sem que se reconheçam suas características de conectividade, enovelamento, capilaridade que não são capturadas pelas noções de níveis, *layers*, territórios, esferas, categorias, estrutura, sistema. Usam-se estas palavras sem vinculá-las à sua ontologia, topologia e política. Força não advém de concentração, pureza e unidade mas de disseminação, heterogeneidade e da articulação cautelosa entre vínculos frágeis, que emerge da resistência e resiliência adquiridas através da reticularidade, conectividade, tessitura e deformação de segmentos que não são fortes em si mesmos, mas adquirem força a partir da forma como se entrelaçam.” (LATOUR, Bruno. *Op. cit.*, 1998, p.4)

Estas considerações convergem com as da Sintaxe Espacial (HILLIER & IIDA, 2005) se pensarmos a decomposição dos sistemas urbanos numa rede axial que capta, de forma unidimensional, as relações de acessibilidade, continuidade e conectividade e permite analisar as probabilidades de fluxos articulação entre eixos (conexões, nós) e continuidade entre segmentos (acessibilidade e integração). Como a ANT, a Sintaxe Espacial decompõe sistemas bi e tridimensionais transformando-os em unidimensionais para depreender potenciais (quantitativos) e probabilidades (qualitativas) de movimento através do sistema (*through movement*) e entre partes do sistema (*to movement*):

“A base filosófica menos intuitiva da ANT é a reversão de planos: ao invés de partir de leis universais, sociais e naturais e assumir contingências locais como particularidades que devem ser eliminadas ou preservadas parte de lugares irredutivelmente e incomensuravelmente desconectados dos quais emergem conexões importantes, próximo do que se entende por ordem a partir da desordem como proposto por Prigogine e Stengers (*Op.cit.*). De forma menos metafórica, enquanto universalistas tem que preencher toda a superfície com ordem ou contingências, a ANT não se interessa por preencher os filamentos entre nichos locais, relacionando contingências” (LATOUR, Bruno. *Op. cit.*, 1998, p.11)

O que o autor sugere é que tentar reduzir todas as formas de organização sociopolítica ao Estado Nacional é impossível porque nem todas as formas de organização social dependem de integração e representação. Constata que fluxos são variáveis que determinam os nós das redes, como as de comércio popular, ou pontos de concentração de imigração. Por exemplo, o fenômeno da emigração Governador Valadares / BR – Boston /EUA que não pode ser explicado pelo contexto econômico, político ou social específico, nenhuma ordem preestabelecida: não há nenhum acordo internacional entre EUA / Brasil, não há nenhum incentivo dado pela

cidade de Boston para que imigrantes tenham preferência para localizar-se aí, o mercado de trabalho não é melhor ou pior que outros da Costa Leste americana. O que determinou o fluxo de imigrantes (legais e ilegais) entre as duas cidades, entre os dois lugares, foi a rede informal entre indivíduos e a solidariedade construída localmente, a partir de atributos mais sutis.

Com outro foco, outros objetivos e partindo de outra dimensão – a dimensão social do espaço, a Sintaxe Espacial se interessa pelas articulações entre lugares, a forma como as relações entre partes do sistema espacial se configura. Para isso, não é necessário saber quem fez e quando fez, mas captar as propriedades morfológicas correlatas a movimento e fluxos. A Sintaxe se interessa por leis genéricas que dão emergência às configurações, não por como foi produzido, sob que sistema econômico ou político. Pode sim, a partir das descrições e análise das configurações depreender sentidos para determinadas formas de ordem espacial e correlacioná-los a comportamentos sociais.

LATOUR (op. cit.) se aproxima destas prefigurações ao incluir o potencial de conectividade topológica como variável válida para medir distancia, rompendo com a *distance decay* da geografia moderna, coerente com a Sintaxe Espacial e a noção de profundidade relativa no sistema espacial: “devemos suspender a tirania dos geógrafos sobre as definições do espaço e oferecer uma visão que não é nem social, nem real, mas de associações” (LATOUR, 1998, p.7). Tanto LATOUR como HILLIER (1996) entendem os sistemas espaciais e reticulares como substantivos: o primeiro como potencial de difusão de informação, o segundo como estruturas de potencial de movimento que prefiguram formas de intercambio e interface. Descrevem espaço construído e difusão espacial a partir da proposição de uma decomposição em eixos (axial) que prescinde de interpretações prévias dos fenômenos sociais e parte, como propõe LATOUR, da descrição de uma rede axial donde potenciais de conexão e continuidade de linhas a partir da qual a rede é hierarquizada como função de conectividade; segmentos indicando fluxos bidirecionais de informação ou deslocamentos; e nós os pontos nos quais os fluxos se conectam e são redistribuídos. Estes fluxos podem ser transnacionais, ignoram limites e filtros de fronteiras territoriais em função do grau de controle exercido sobre a rota. Portanto, estão sujeitas a barreiras, ao controle que impede a continuidade de fluxos. Estes podem ser espaciais ou a-espaciais.

E rotas podem ser efêmeras porque quando identificadas¹³², imediatamente se reestruturaram com o intuito de driblar o controle sobre a rede e manter a operação. Segmentos e nós (pontos de apoio) são acionados oportunisticamente, em função da origem / destino. A distância topológica permite entender que a melhor rota não é a mais curta e sim aquela através da qual há menor probabilidade de controle externo sobre a rota, pontos de conexão e fluxos. Para a probabilidade de fluxos conectividade e permeabilidade (porosidade) através dos dispositivos de controle (fronteiras nacionais) importam muito.

As leis que mediam a sintaxe espacial são simples e podem ser usadas para descrever artefatos de alta complexidade como cidades. As leis da ANT são simples e podem ser usadas para descrever fenômenos complexos como fluxos migratórios, redes do narcotráfico e comércio transfronteiriço. A ordem axiológica *bottom up / top down*, ou entidade / redes dos geógrafos não precisa ser acionada: se detém sobre as transformações de um elemento parcialmente conectado a altamente conectado, deixando a escalaridade a cargo dos próprios agentes, dos percursos que determinam o alcance de suas relações, o que provou ser método mais eficaz de abordar fluxos transnacionais (WHATMORE, 2002).

Esta abordagem dos fluxos migratórios e diásporas consideram as categorias como os indivíduos são identificados: morador, estranho, estrangeiro, mais próxima à classificação proposta pela Sintaxe Espacial (morador, estranho) e, ainda mais às noções de estranho, estrangeiro e habitante de SIMMEL (*Op. cit.*), o que sugere que estas identidades são construídas a partir de relações locais, através do deslocamento corroborando Balibar e Claval.

A noção de organização social e identidade tomada a partir da organização dos fluxos é eminentemente espacial. O poder é acionado a partir da mobilidade e das articulações entre segmentos sequenciais que integram sistemas espaciais contínuos, em linhas para HILLIER e IIDA (2005). Esta organização está implicada nos parâmetros de força das conurbações internacionais, porque se centram no potencial de mobilidade e circulação que integra dois sistemas espaciais, com consequências diretas sobre o índice de conurbação (RIGATTI, 2009), sobre o desempenho do sistema espacial segundo forma e intensidade de conexão.

SASSEN (2000) diz que a globalização opera a partir da potencialização da fragmentação, heterogeneidade e multiescalaridade internas ao nível do local, para produzir diferencia-

¹³² Contemporaneamente, a ênfase no estudo de rotas e redes de comércio se voltam para as atividades ilegais e ilícitas como os tráficos humano, de drogas e biodiversidade. Para entender a estrutura reticular de intercâmbios ver: SHERRAT, Andrew. *Routes: Growth of Global trade*. Inglaterra: University of Sheffield, Depto f Archeology, 2004. <http://www.archatlas.org/Trade/Trade.php> ou ainda SASSEN, Saskia. 1999. "The De Facto Transnationalization of Immigration Policy," *In Globalization and Its Discontents: Essays on the New Mobility of People and Money*. New York: New Press., p. 5-30

ções e acionar modos de integração translocais, com ênfase nos territórios estruturados em redes: aqueles das diásporas, das migrações laborais, da globalização popular, entre outros.

A globalização não exclui outros processos de produção de território, mas se inter-relaciona a eles e os distingue; transforma integração espacial e interação social a partir da circulação, da acessibilidade, da continuidade dos fluxos através da maximização da conectividade. É assim que a Sintaxe Espacial possibilita a decomposição de territórios em redes, destacando os potenciais de conectividade e circulação no espaço e permite analisar a coerência entre intensidade de fluxos medidos e configuração da rede (espacial).

MASSEY (1993, 1994) se detém nos nós das redes, nos lugares configurados a partir de interações específicas e articulações de relações sociais, processos sociais e experiências individuais em situação de copresença. Recordando que boa parte destas relações são construídas alhures, um lugar pode ser uma rua, um bairro, uma região ou mesmo um continente. Deve-se pensar em momentos articulados em redes de relações sociais e sentidos construídos sobre vínculos através do movimento e da copresença, que integram de forma positiva o global e o local (MASSEY, 1994, p.67). As linhas das redes, entendidas como fronteiras, acionadas ou desligadas segundo a realização do potencial de fluxos que caracterizam o movimento através da rede. Ou, ainda, do potencial de acessibilidade dos lugares, que caracteriza o movimento entre pontos da rede, operando de forma solidária.

A partir destas abordagens é possível entender porque discussões sobre o “mundo islâmico”, a rede do narcotráfico, as rotas de contrabando humano mobilizam as especulações teóricas dos geógrafos. Estas representam mudanças hermenêuticas nas ordens generativas como alternativas ao nacionalismo e à urbanização, coimplicadas nas estruturas relacionais dos deslocamentos, na construção de identidades transescalares dadas pelo movimento (RAFFESTIN, 2007) das quais emergem configurações socioespaciais temporárias, identidades híbridas e novas formas de territorialidades. Incluem variáveis livres¹³³ cujo potencial estratégico está na auto-organização das redes.

Espacialidade versus temporalidade¹³⁴: “Sempre me surpreendeu a incapacidade que alguns têm de não verem que uma fronteira não é a superposição de duas ou

¹³³ Aquelas que não emergem de relações causa-efeito e sim do processo de estruturação do sistema socioespacial.

¹³⁴ “*Sempre m’ha sorprès la incapacitat en la qual ens trobem de no veure que una frontera no juxtaposa no-més dues espacialitats o més, sinó també, i sobretot, dues temporalitats o més. Per espacialitat, entenc totes les relacions que els éssers humans, individualment o col·lectivament, poden establir amb l’espai. Tota espacialitat es refereix a una territorialitat que es tradueix en un tipus d’organització, modalitats de projecció de les tècniques en l’espai, tant si són tècniques materials com immaterials. Vull dir amb això que no només hi*

mais espacialidades, mas também e, sobretudo, é dupla temporalidade. Por espacialidade, se entende todas as relações que os seres humanos, individual ou coletivamente podem estabelecer no espaço. Toda espacialidade é referente a uma territorialidade que se traduz num tipo de organização, modos de projeção da técnica no espaço, tanto materiais como imateriais.” (RAFFESTIN, C. *A propòsit d’algunes paradoxes limitològiques*. Barcelona:Doc. Anàl. Geogr.50, 06-2007, p.121-133, p.131)

YUVAL-DAVIES (1997) entende que territórios não são entidades estáveis, mas processos socioespaciais nos quais fronteiras e limites, identidade e diferença determinam em grande medida o espaço da agencia, remetendo aos princípios de Integração Espacial como forma de integração social, tal qual a sintaxe espacial em relação profundidade relativa dos espaços (HILLIER & HANSON, 1984). A discussão sobre cidadania e pertencimento se desdobra na questão das fronteiras sociais e de governança que emergem das relações entre integração e exclusão social, pertencimento, produção e apropriação social do espaço porque indicam como ocorrem os processos de integração social nas práticas cotidianas, no planejamento territorial, nos movimentos populares e nas reivindicações políticas de minorias. Questões debatidas à exaustão a partir das contribuições de BALIBAR como demonstra número recente (STEPHENS & SQUIRE, Ed., 2012, vol. 30) da publicação *Environment and Planning D: society and space*. PAINTER (2012, *Op. cit.*) propõe que para vencer as contradições dos conceitos de cidadania, comunidade e estado nacional, baseados em pertencimento, afiliação e identidade adote-se subjetividade política que relaciona exposição à alteridade à materialidade do espaço urbano, processos complexos: nas funções vinculadas ao habitar; vizinhança é a forma sugestiva de um tipo de estar juntos sem fronteiras ou compartilhamento de afinidades, definida por encontros cotidianos, pela copresença, o que mais uma vez aponta para a coerência teórica e metodológica da Sintaxe Espacial, às leis genéricas de apropriação social do espaço, a categorias morador-estranho e à solidariedade espacial presente nestes vínculos. Instrumentaliza a análise das relações sociais, a partir de leis mínimas de vizinhança e proximidade topológica, das formas como controle e acessibilidade relativa estão implicados no potencial de movimento e circulação, de integração e segregação espacial, na instrumentalização de relações, sem que para isso seja necessário identificar agentes, refazer seus caminhos, discutir raça e etnicidade.

“Cada lugar como o nó ou interseção de articulação de milhares de redes de relações sociais causando a emergência de uma estrutura ou de várias estruturas em interação. Lugar não é estático, assim como as relações não o são. São processos, porque as formas são intrinsecamente dinâmicas e por isso fronteiras não são necessárias para conceitualizar lugares que não precisam ser contrapostos a nenhum exterior, que se conectam a este, constituindo-o.” (MASSEY, 1993, p.67).

2.4 Síntese dos processos e aplicações no estudo de casos

A partir do diálogo entre LEFEBVRE e Rene THOM, as interpretações geográficas sobre o processo de produção de territórios e de territorialização se voltam para o entendimento da estrutura subjacente às formas de interação entre sociedades, entre grupos sociais, entre indivíduos. Sobre as leis que regem os sistemas de representação e interação entre sociedades e grupos sociais descritos topologicamente em função das transformações que imprimem na estrutura emergente das relações. A identificação de parâmetros de ordem como propostos por PORTUGALI (1998, 2006), depreende leis que estruturam as interfaces entre sociedades contemporâneas, processos complexos, auto-organizados e multiescalares. Esclarece porque da globalização não emergem processos concorrentes ao nacionalismo e sim solidários; e, como a urbanização pode reestruturar localmente a interação entre grupos sociais, dando emergência a processos de diferenciação social tais como etnicidade, transnacionalismo, cidadanias diferenciais que atribuem sentido a práticas espaciais e formas de apropriação do espaço que podem ser definidas como processos de territorialização.

Demonstra que configurações socioespaciais complexas podem ser descritas e interpretadas como processos ou analisadas a partir de suas estruturas emergentes, decompostas em leis simples, nas quais a prevalência de uma medida sintática (sinergia) entre padrões de interação e espacialização representam o potencial de estruturação de formas de exercício de poder e organização espaço-temporal das sociedades.

Processos correlatos à produção e apropriação social do espaço, às formas instrumentais de exercício de poder através do controle sobre o espaço, às formas de representação social que tendem à autonomia dos grupos, às solidariedades construídas a partir do deslocamento, dos quais emergem novos padrões de interação social e, sobretudo, às formas como conflitos em qualquer destas instâncias são instrumentalizados pela estrutura do espaço urbano..

HILLIER (1999) e LATOUR se debruçam sobre a estrutura dos sistemas de interação e, por métodos diferentes, depreendem das flutuações entre modelos de organização social, as características estruturais que se conservam em interação com outras estruturas; o que resume de certa forma, os sistemas complexos de relações entre sociedades e entre grupos sociais no mundo urbano e globalizado contemporâneo.

“A cada nova interação, algumas características genéricas da estrutura anterior é preservada, apesar de flutuações, assim como nos casos de padrões de mudança mais lentos que se observou para assentamentos humanos. Parece que descrevemos uma estrutura com propriedades conceituais e numéricas. (...) Pode-se sugerir que as propriedades estatísticas da distribuição de integração são o que denominamos em qualquer estágio, a sociedade, e é essa estrutura emergente, que muda gradativamente e

se perpetua através do tempo através das práticas sociais dos membros dessa sociedade”. (HILLIER, Bill. 1999, p. 56)

LEFEBVRE já havia identificado a urbanização como um destes parâmetros de ordem e, a Sintaxe Espacial (HILLIER, 1999) se detém especificamente sobre este parâmetro, provendo o enfoque mais adequado para se tratar do tema da integração a partir do problema de conurbações de fronteira:

“Dois pontos importantes nessa caracterização. Primeiro não estamos dizendo que toda interação é sociedade, mas a estrutura depreendida destas interações. A sociedade não é feita de interação espaço-temporal. Ao contrário, interação espaço-temporal é o meio através do qual a estrutura é gerada e perpetuada no tempo. A sociedade é abstrata, existe através de sua realização espaço-temporal. Segundo, práticas sociais não são a sociedade em si mesma, mas os meios através dos quais a estrutura é criada e recriada. Encurtando, a função da sociedade é existir preservando sua forma.” (HILLIER, Bill. 1999, p.56.15)

A forma como o imaginário social se constrói é revelada nos ambientes construídos, nas cidades, nas formas que a urbanização opera potenciais latentes de movimento e controle do movimento e atribuiu sentido, isto é, identifica os campos de forças – de exercício de poder – que estruturam o cotidiano, apropriação social do espaço, usos e comportamentos sociais.

Movimento e interação são potencializados ou limitados pelo espaço construído, pelo que a configuração espacial possibilita, entendendo-se aqui o espaço como substantivo e a rede decorrente da sua decomposição como a representação de potenciais de movimento e conexão. A captura estratégica dos potenciais de integração, conectividade e acessibilidade por grupos sociais pode atribuir sentido às interfaces no lugar, através da forma como movimento e copresença podem vir a ser controlados por moradores ou estranhos. Estes sentidos são culturais, interpretados por geógrafos como territorialidades. Emerge de práticas sociais cotidianas ou excepcionais, com implicações diretas sobre a identificação de lugares e seus sentidos culturais: lugares aonde vamos e nos quais estamos desinteressados de ir, como diria Carlos Nelson dos SANTOS.

De forma inversa, como diferenciação e alteridade são estabelecidas a partir das relações entre grupos, entre suas práticas espaciais, entre formas como o espaço é produzido também determina o que as cidades são para nós. Podemos sabê-lo analisando seus padrões espaciais ou interpretando seus sentidos. Segundo HILLIER (1999) “Padrões espaciais são, em si mesmos a fonte de tudo que podemos denominar sentido em sistemas urbanos. Pode ser a forma através da qual criamos e entendemos nosso mundo social e estético”.

A partir da estrutura de integração, é possível depreender sentidos sociais de padrões espaciais (HILLIER, 1999). E entender como uma conurbação formada entre e através de dois

territórios nacionais preserva e reproduz em suas partes constituintes, cada uma das cidades-gêmeas, aspectos da cultura nacional, demarcando fronteiras entre territórios (áreas) correspondentes às diferenças que impõem à apropriação social do espaço, a formas potenciais de copresença conferidas pelo uso cotidiano e / ou excepcional de grupos moradores e estranhos, informados pelas assimetrias ou simetrias nos potenciais de controle de ambos os grupos. O que permite especular sobre a localização real das fronteiras entre territórios nacionais no ambiente conurbado, que podem não ser coincidentes.

Talvez a globalização como parâmetro de ordem nada mais seja que a interação pensada não como integração emergente nas estruturas espaciais e sociais, mas como estrutura de fluxos, de conectividade e deslocamentos. Somos todos vizinhos e estranhos em lugares. Em movimento, podemos ser os dois, em função da inteligibilidade da estrutura espacial, da forma como, conhecido ou novo, podemos experimentar os lugares e controlá-los, estabelecer rotas e roteiros de e para lugares, através do espaço, tecendo redes de deslocamento.

Falar em redes é falar em interação transitória, copresença num mesmo lugar ou ao longo de rotas preferenciais de movimento entre pontos ou através de lugares. A cidade do imaginário dos indivíduos é feita dos caminhos que usamos para chegar aonde nos interessa, em função de interesses fugidios nem sempre compartilhados, como intuiu LATOUR.



Figura 1: PARAMETROS DE ORDEM DE CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS: Matriz de ciclo relacional i-identificando as formas de poder exercido e o tipo de territorialidades que ensejam para prover delimitação da abordagem nos para os estudos de caso. Parte-se das relações implicadas entre nacionalismo e globalização descritas por LEFEBVRE, CLAVAL, RAFFESTIN e SANTOS para incluir as questões relativas às redes de LATOUR e Osório nos processos de urbanização e na configuração de lugares (MASSEY). Não há hierarquia específica: nacionalismo e globalização se autoalimentam e estão implicados na produção e apropriação social do espaço.

Ao estudar fronteiras é importante diferenciar as abordagens aos problemas locais. Sendo assim, foi importante perceber como, ao partir de atributos e do objeto de seus campos disciplinares, as diferentes teorias e metodologias da Ciência Política, Estudos Culturais e da Sociologia depreendem e classificam atributos espaciais segundo sua ordem de interesses, conferindo sentido espacial às ações políticas, sociais e individuais; ou como geógrafos, arquitetos e antropólogos conferem ao espaço, sentido social.

O exemplo de MBEMBE (1999 – 2001, p.24)¹³⁵ para a configuração socioespacial do continente africano, baseado em GODELIER (1984) e BALIBAR (1991), demonstra que territórios, territorialização e territorialidade são processos que, emergindo de outros parâmetros de ordem além do nacionalismo, impactam a geopolítica, porque reconfiguram as estruturas de poder e transformam a integração do sistema espacial. Para o autor, os conflitos territoriais na África incorporam o processo de fracionamento do continente em estados nacionais do sistema colonial, mas não se resumem a este. Define território como “o conjunto de possibilidades e restrições ao movimento, cujos limites são reinscritos em função de processos históricos”, aproximando-se da Sintaxe Espacial: maior ou menor acessibilidade e potencial de movimento entre e através do espaço como realização das expectativas sociais de contato e interação¹³⁶ das quais emerge conflito político; da interdição do acesso e controle sobre a mobilidade de grupos entre e através de lugares conferida pela compartimentação do espaço geográfico em países. O conflito não se resume à delimitação de territórios, mas como esta impõe restrições ao movimento de outros grupos, a outras formas de territorialidade como a de nômades:

“Nos últimos duzentos anos, fronteiras, materiais e simbólicas da África se transformaram ininterruptamente. O caráter estruturante das instabilidades reordenou as espacialidades no continente, e fez emergir novas formas de territorialidade e localismos não coincidentes com os nacionais, nem sujeitos às suas normas. Agentes internos e externos, organizados em redes e nós, reivindicam direitos sobre territórios e imputam fronteiras intraestaduais de diferenciação, a partir da formação de enclaves étnicos, religiosos e tribais autóctones.” (MBEMBE, *Op. cit.*, p.26-27)

¹³⁵ MBEMBE, Achille. *Les frontières mouvantes du continent africain*. In: *Le Monde Diplomatique, Archives: Mouvement des populations, éclatement des Etats, recompositions géopolitiques* Paris: 11/1999. <http://www.monde-diplomatique.fr/1999/11/MBEMBE/12706> e REKACEWICZ, Philippe. Vers une nouvelle géopolitique africaine. In: *Le Monde Diplomatique, Archives: Atlas*, Paris 1/5/ 2000 <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afrique/bembemdv51>. Artigo e cartografia republicados em MBEMBE, Achille. *At the edge of the world: Boundaries, Territoriality and Sovereignty in Africa*. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *Globalization*. Durham: Duke University Press, 2001. 344p, pp. 22-51 / REKACEWICZ, Philippe. Mapping Concepts. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *Globalization*. Durham: Duke University Press, 2001. 344p, pp. 52-56

¹³⁶ Ver HILLIER & HANSON. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. E HOLANDA, Frederico, R. B. *Espaços de Exceção*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

Dado que “fronteira e controle de acesso são atributos fundamentais na noção de territorialidade e, simultaneamente, estratégias socioespaciais ativadas ou desativadas frente à alteridade” (SACKS, 1988, p.86-7), o enfoque das discussões sobre território se transfere para dispositivos e processos de delimitação: as fronteiras. A abordagem do problema da pesquisa parte da classificação e tipificação de fronteiras para verificar precedências na produção do espaço urbano e na tipificação de conurbações internacionais, enfocando as relações entre poder, integração, controle, conectividade, produção e apropriação social do espaço.

A noção de rede nos permite descartar as dimensões longe-perto, grande-pequeno, global-local, dentro-fora (área-fronteira): “uma rede é toda fronteira, sem dentro e sem fora” (LATOUR, 1998, p.4). A única questão que se deve colocar é se existe conexão entre dois elementos e entre estes e um terceiro. A superfície entre representar a expansão da rede ou a inexistência dela. “Literalmente, uma rede não tem exterior, é noção positiva, sem sombra na sua forma topológica mais desnuda: a linha” (*idem*), o que corrobora a noção de HILLIER (2012) de que espaço é substantivo.

Não se trata de discutir ordem social, nem relações sociais, e sim a organização espaço-temporal de relações efêmeras, de relações conjunturais ou contextuais. Por isso a topologia se difunde rapidamente nos estudos culturais, voltando-se para um paradigma matemático. Interessa saber a intensidade dos fluxos para controlá-los ou descrevê-los, não mais interpretá-los, já que tratam do imaginário sociotécnico que consiste não só de informação, mas de imagens (LASH, 2012). O imaginário de Henri LEFEBVRE, Bill HILLIER e Julienne HANSON é socioespacial, o de CASTORIADES produtivo e social, o de LATOUR sociotécnico.

As abordagens convergem ao atribuir à forma como o espaço é decomposto em linhas ou áreas e, portanto, às relações que oportunizam, a forma como as interações se organizam em qualquer escala ou dimensão analítica - aspectos instrumentais da territorialidade - correlacionam instancias e formas de exercício de poder segundo os parâmetros de ordem propostos por HAKEN e PORTUGALI (2001). Concretamente, é a forma como os processos de conurbação transformam a integração entre sistemas urbanos e, com isso, a apropriação social do espaço. Como a rede de relações topológicas entre as partes se transforma local e globalmente em função de mudanças na conectividade e acessibilidade entre sistemas espaciais condicionando a nodificação de redes transnacionais. Possibilita analisar como certos lugares se tornam estratégicos em função do número de conexões que comanda ou perde importância na rede ao perder conexões. Fronteiras impactam justamente acessibilidade e conectividade, transformando a integração entre partes do sistema, mediando estes potenciais.

Quadro 1: Convergências e diferenças nas noções de espaço e configuração:

SINTAXE ESPACIAL	LATOUR, MASSEY APPADURAI, CASTELLS	RAFFESTIN, GOTHMAN ELISSALDE, REITEL	LEFEBVRE, SANTOS HARVEY, PORTUGALI
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL Relações topológicas Espaço: substantivo Espaço é organização social	REDES Relações topológicas Espaço: fluxo Deslocamento produz o espaço	CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL Relações topográficas e geométricas Espaço: objetivo Espaço é organizado pela sociedade	CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL Relações topológicas, topográficas e geométricas. Espaço: relacional Espaço: produto da agência
Decomposição sistema espacial em linhas e áreas: Relações sociais se organizam através do espaço	Recomposição do sistema de relações sociais em linhas e nós: conexões e fluxos produzem espaço	Decomposição do espaço geográfico em áreas e redes de infraestrutura: Fronteiras delimitam porções do espaço e mediam circulação	Decomposição do sistema socioeconômico em entidades e redes: áreas e redes produzem o espaço
Espaço construído Estrutura espacial Organiza interação social	Espaço nodal Lógica do deslocamento: Organiza fluxos	Espaço geográfico Processo de representação social: Organiza interfaces	Espaço social Sistema ideológico econômico: Organização espacial da sociedade
Sistemas urbanos Medida: acessibilidade Poder: controle	Sistemas de fluxos Medida: intensidade Poder: conectividade	Sistemas territoriais Medida: perímetro Poder: filtragem	Sistemas socioespaciais Medida: prevalência Poder: estruturação
Cidade: artefato Espaço: construído Limites: barreiras, descontinuidades.	Lugares: artefatos Espaço: segmento Limites pontuais	Territórios: processos Espaço: político Limites normativos	Urbanização: processo Espaço: vivido, econômico. Limites normativos
Imaginário: espacial Produção e apropriação do espaço é organização das relações sociais	Imaginário: sociotécnico Produção da rede é o social	Imaginário: territorial Representação espacial da sociedade, das relações entre sociedades.	Imaginário: espacial Produção do espaço é social

A sintaxe espacial se concentra em medir potenciais e determinar probabilidades de intensidade de fluxos em rotas segundo grau de integração espacial que relacionam todas as partes do sistema com todas as outras, sequenciando-as e hierarquizando-as. O sentido de grupo não é estabelecido através de uma classificação prévia, mas dado pela relações instrumentais nos lugares, é atributo espacial. Interessa aos que trabalham com fluxos migratórios, com difusão de inovações, com redes de comércio popular. Como apropriação do espaço pode produzir etnicidade e novas territorialidades. Como fronteiras internacionais podem ser simultaneamente periferias de territórios nacionais e centros de fluxos globais; como estas podem alterar de forma incontestemente atribuições identitárias.

3 CAPÍTULO III: Fronteiras, zonas de fronteira, espaços transfronteiriços, conurbações transfronteiriças

“A fronteira não é nem positiva nem negativa, é um elemento que contribui para definir e expressar territorialidade. Limites se constituem de elementos sintáticos, que fazem parte de todo arranjo espacial e são encontrados em qualquer domínio ou dimensão, mas que até agora não foram percebidos como tais. Todo ato fundador é portador de uma teoria de limite ou de fronteira tanto da ordem material, como da ordem do imaginário. Todo exercício de poder, ou seja, todo exercício de poder que tende a transformar o mundo material e imaginário está intrinsecamente relacionado a um sistema de limites ou de fronteiras”

RAFFESTIN, Op. cit., 2007, p.123 (trad. livre da autora).

Neste capítulo condensam-se os subsídios para a análise dos estudos de caso, conurbações internacionais. Aborda-se a escala local e as dinâmicas dos processos de urbanização a partir de três eixos temáticos estabelecidos em função da complexidade e diversidade das noções de fronteiras na Geografia e nos Estudos Culturais e dos objetivos da pesquisa centrados na função social do espaço, portanto às noções de fronteira social e de governança.

Analisa-se fronteiras geopolíticas, sociais e de governança como variáveis que podem alterar a estrutura de integração espacial de cidades-gêmeas e de conurbações internacionais porque influem nos mecanismos de construção de solidariedades espaciais e transpaciais (HILLIER & HANSON, 1984), na estrutura reticular de movimento entre as partes do sistema conurbado (HILLIER & IIDA, 2005; HILLIER & JIANG, 2007), nas dinâmicas de uso do solo (HILLIER, 1999a), na formação de centralidades e na diferenciação de padrões espaciais cujos sentidos culturais estão correlacionados à diferenças na produção social do espaço e nas formas como este é apropriado.

A revisão baseou-se em classificações propostas para cidades de fronteiras que partem da dimensão espacial e material das fronteiras geopolíticas, zonas de fronteira e espaços transfronteiriços. O objetivo é correlacionar nos estudos de caso, as classificações funcionais de fronteiras geopolíticas à análise de padrões espaciais segundo ferramentas e métodos da Teoria da Sintaxe Espacial, e ponderar a função das fronteiras geopolíticas quanto ao controle de movimento para se depreender como esta entidade produz descontinuidades espaciais ou cataliza outros tipos de fronteira no âmbito de uma conurbação internacional.

Mais do retrospecto histórico sobre as mudanças no conceito de fronteiras geopolíticas concentra-se o foco nos impactos que fronteiras geopolíticas, sociais e de governança tem na

organização espacial e nas mudanças que podem vir a imprimir na estrutura de interações locais como função da reorganização das interfaces internacionais.

O capítulo segue, em linhas gerais, os parâmetros de ordem propostos por PORTUGALI para os territórios. Fronteiras geopolíticas, cuja emergência está vinculada ao nacionalismo como parâmetro de ordem e as transformações de suas funções a partir das mudanças furcativas operadas pela globalização são abordadas dando-se ênfase aos tipos urbanos que vem a produzir localmente. O tópico é concluído com a abordagem da classificação e tipificação de conurbações transfronteiriças, estabelecendo as bases da verificação empírica destes conceitos a partir dos métodos adotados.

Fronteiras sociais são abordadas a partir da apropriação social do espaço e do seu aspecto instrumental quando implicadas em segregação espacial ou residencial tendo na urbanização seu parâmetro de ordem. Fronteiras de governança são abordadas a partir do seu processo de difusão, nos quais bifurcação entre urbanização e globalização não é robusta o suficiente para distingui-los. Neste ponto abordam-se as mudanças no imaginário social sobre pertencimento e interetnicidade.

Fronteiras são dispositivos que mediam relações, sua função correlata aos parâmetros de ordem que lhes dão emergência. Os processos de consolidação de fronteiras geopolíticas estão relacionados ao contexto histórico nas quais se inscrevem e aos parâmetros de ordem subjacentes às noções de território, territorialidade e redes. Ainda que os processos de instituição de fronteiras internacionais sejam subjacentes ao nacionalismo como parâmetro de ordem, na organização de territórios nacionais e de interfaces entre nações, à escala local, a dinâmica de interações e práticas cotidianas está sujeita a outros parâmetros de ordem que alteram as funções da fronteira em suas várias dimensões analíticas.

As funções genéricas de uma fronteira propostas por RAFFESTIN (*Op. cit.*) são tradução de normas para interação, relação entre indivíduos e grupos sociais, diferenciação de relações sociais e regulação do movimento, circulação ou transito; denotam ordem e organização das relações sociais que emergem de estruturas espaciais, na forma como o espaço é organizado e fracionado o que implica nos potenciais de controle, circulação, integração ou segregação que informam as relações entre grupos sociais e de como o poder é exercido a partir da apropriação social do espaço.

Discute-se a função social destes dispositivos, as fronteiras, e a forma como são acionados a partir da prevalência de cada um dos atributos propostos por RAFFESTIN (*Op. cit.*), pelas funções que desempenha na regulação de interação social e nas diferenças morfológicas

da organização socioespacial, nas formas de espacialidade que incitam, mensuráveis através de ferramentas metodológicas da Sintaxe Espacial, partindo-se da função social do espaço proposta pela Teoria (HILLIER & HANSON, 1984).

Discorre-se sobre as noções de fronteira geopolítica, zonas de fronteira e zonas transfronteiriças, caracterizando-as e apresentando tipificações para cidades-gêmeas. Aborda-se fronteiras sociais e de governança, mais uma vez, buscando-se como estas se relacionam à produção e apropriação social do espaço. A última parte do capítulo examina como estes conceitos e os exemplos elencados comparecem na modelagem dos estudos de caso, relacionados aos conceitos e métodos da Sintaxe Espacial.

Fronteiras são dispositivos de demarcação e controle territorial que pressupõem simetria na sua instituição: são estabelecidas relacionalmente entre grupos com o propósito de diferenciar práticas sociais e mediar relações entre formas de territorialidade, entre formas de produzir e se apropriar do espaço, mediar interfaces nas suas dimensões política, social e cultural.

O espaço geográfico é, historicamente, um campo de forças atravessado por processos de fronteirização que se baseiam em quatro funções: tradução, relação, diferenciação e regulação (RAFFESTIN, 2007, p.124). Deste enunciado pode-se deduzir que limite é uma entidade espacial, de expressão morfológica variada e integrada a uma estrutura espacial. Isto é, qualquer descontinuidade espacial pode ser mobilizada como fronteira, qualquer barreira ou objeto que interage no espaço material, tomando parte em configurações espaciais, alterando as relações de profundidade topológica no sistema de espaços abertos, portanto transformando medidas de integração. Deduz-se que fronteiras são entidades sintáticas, implicadas na modificação da posição relativa de um espaço e todos os demais, transformando as relações topológicas a partir das quais se descreve integração espacial.

Segundo RAFFESTIN (1986) e NEWMAN & PAASI (1999) o interesse por fronteiras geopolíticas foi reavivado nos anos 1990 a partir da reorganização do espaço geográfico promovida pelo ocaso de um bloco regional, a União Soviética (12/1991) e a emergência de outro na sua forma atual, a União Europeia (1993). Estes fenômenos provocam o interesse sobre a reconfiguração territorial e a emergência de fronteiras que, além de sujeitas ao nacionalismo como parâmetro de ordem, também estão relacionadas a outros processos de organização socioespacial como a globalização e a urbanização. Neste momento muito se falou do ocaso das fronteiras dado que as metas de integração regional apenas deslocaram as fronteiras para a periferia dos blocos.

Na geografia, os processos de reconfiguração regional contrapõe ao nacionalismo e à globalização outro parâmetro de ordem ideológico, implicado também na formação de redes ou blocos regionais. A União Soviética e os países da Cortina de Ferro, por exemplo, constituíram fronteiras dentro do continente Europeu através do limite à difusão dos conteúdos ideológicos do capitalismo ocidental e, em igual medida o mundo ocidental validou esta fronteira.

A noção de fronteira como invariante estrutural e morfológica está correlacionada à forma como as interfaces são construídas a partir de relações de poder. Por isso os sentidos simbólicos das fronteiras como demarcadores do âmbito de exercício de poder são esmiuçados em contextos onde as mudanças são mais facilmente apreendidas: nas zonas de fronteira, nos sentidos culturais e sociais de fronteiras internacionais como manifestações de territorialidades (NEWMAN; PAASI, 1999) múltiplas das quais emergem estruturas relacionais complexas e auto-organizadas que diferenciam organização social, identidade cultural, ideologia e formas de representação política. E, muitas vezes, formas de produção e apropriação do espaço.

O interesse despertado por fronteiras se difunde também por outros campos disciplinares além da geopolítica. O conceito é adotado metaforicamente nos estudos culturais como instrumentos a partir dos quais diferenciação social é construída. A função social primordial da fronteira é traduzir o limite de determinada forma de organização espacial de um poder “tornado-se um elemento de taxonomia territorial” (RAFFESTIN, 1986, p.20). Fronteiras seriam invariantes estruturais que emergem das relações de delimitação de âmbitos de exercício de poder na vida social, portanto de espacialidades. Notar que o autor destaca que é uma invariante estrutural, no entanto, sua relação com outros elementos do sistema pode ser modificada, reconfigurada. Sua interpretação de invariante é que, independentemente dos parâmetros de ordem a partir dos quais os sistemas de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais são estruturados, as funções das fronteiras são preservadas.

Sua morfologia pode se transformar ao longo do processo, mas as funções de tradução, regulação e diferenciação de relações sociais se mantêm estáveis através de limites impostos à integração espacial e à vigência de normas ou regras de conduta informadas culturalmente. “Mediador territorial no seu sentido mais amplo, a fronteira condiciona os sistemas de relações e, conseqüentemente as territorialidades humanas, um mecanismo que é recuperado em qualquer tipo de interação e interface” (RAFFESTIN, 1992).

Nacionalismo, urbanização e globalização / localismos são parâmetros de ordem latentes na estruturação das relações políticas entre sociedades e grupos sociais. As fronteiras, os dispositivos que informam os limites da estrutura de organização social, política e espacial tra-

zem em sua morfologia a informação sobre a função que desempenhará nas interfaces com outros elementos do sistema, qualificando as relações entre sistemas socioespaciais, entre grupos sociais.

Fronteiras estruturam as interfaces e limitam os âmbitos de ação normativa¹³⁷ entre partes de um sistema de organização social. Aos processos de configuração de territórios, territorialização e territorialidades correspondem estruturas espaciais que vão do território nacional a redes globais através de dispositivos que delimitam espacialmente uma forma de organização social e política (áreas); de instituto de diferenciação sociopolítico (classes sociais, cidadania diferencial); ou eixos que representam ação social e política (eixos e nós de redes sociotécnicas). São dispositivos a partir dos quais se estrutura interação social como função de integração espacial.

Os geógrafos do *Groupe Frontières* (ARBARET-SCHULZ *et al.*, 2004) definem política como “tudo que concorre na estruturação da sociedade”. Enfocam os mecanismos acionados para delimitar âmbitos de ação política que geram descontinuidades espaciais e sociais, isto é, provocam emergência de fronteiras. A pesquisa geográfica sobre fronteiras, sobretudo a partir dos anos 1990 revisa a noção de fronteira geopolítica, adotando a complexidade como princípio teórico-metodológico para a investigação dos processos de fronteirização e das tipologias do dispositivo a partir da reestruturação do sistema de interfaces globais, regionais e locais.

As dimensões delineadas por REITEL (2002) são exploradas nas atualizações de outros sistemas territoriais emergentes, causados pelas crises de Estados Nacionais e novas formas de poder econômico, social ou institucional, como os blocos econômicos. Neste trabalho exploram-se as dimensões do conceito de fronteira no âmbito de conurbações que tem como diferencial um marcador físico, simbólico e político presente na produção do espaço urbano e representado pela articulação permitida pela linha de fronteira / limite entre territórios nacionais.

Destas articulações e transversalidades em torno das fronteiras como um tipo especial de interface, ARBARET-SCHULZ *et al.* (2004, p.8) distinguem-nas, para efeito de tipificação, entre geopolíticas, sociais e de governança, com o intuito de melhor esclarecer os fenômenos de diferenciação e o âmbito em que ocorrem, a partir da interface, limites e descontinuidades entre os sistemas socioespaciais urbanos.

Esta reorganização se justifica porque o estudo de fronteiras geopolíticas é multidimensional, incorpora as noções de fronteiras sociais para estabelecer classificações e comparações

¹³⁷ Normativa aqui entendido como conjunto de regras – leis, códigos de conduta, acordos, etc. – que traduzem os limites de um tipo de ordem ou organização social e política.

entre casos empíricos, principalmente naqueles em que se superpõem as dimensões territoriais (nacionais) e espaciais (urbanas) como o de conurbações internacionais. Isso multiplica não só as classificações como as tipificações. O que se quer discutir são os impactos sobre os padrões espaciais no processo de constituição de fronteiras em cidades. Por estas razões, parte-se das noções de fronteira que podem ser *a-espaciais*, como as fronteiras sociais, para discutir se o seu estabelecimento está relacionado a formas específicas de organização espacial.

Em resumo, a pesquisa se volta para a identificação dos parâmetros de ordem – leis básicas – que dirigem os processos dos quais emergem estruturas de interfaces e interação entre formas de organização social e espacial diversificadas. E a forma como dispositivos de diferenciação entre sociedades são acionados na produção e apropriação do espaço, estruturando suas interfaces endógenas e exógenas e os sistemas de distribuição de poder.

O caráter multidimensional e relacional das fronteiras está associado às maneiras como delimitam a interação entre sociedades e grupos sociais e estabelecem parâmetros de gradação de integração em função do tipo de controle permitido pelos dispositivos, normas ou códigos de conduta vinculados ao seu estabelecimento. A própria geopolítica está pautada por outras ordenações que não a do território físico, também das redes, denotando correlações entre parâmetros de controle, circulação e conectividade nos processos de fronteirização como bem indicou GOTHMAN (*Op. cit.*).

Segundo VELASCO-GRACIET (*Op. cit.*, p.3) a dimensão política da fronteira é aquela “que toca à estruturação da sociedade; a simbólica, quando reconhecida por um conjunto de agentes que dela se servem como um marcador espacial”; instrumentalizam práticas, interações e relações sociais. São expressas através dos potenciais de controle sobre uma área, território ou sobre movimento e circulação, fluxos, inscritos nos arranjos espaciais, portanto diferenciam formas de integração social, espacial e política.

Por isso, falar do Mundo Ocidental, do Mundo Árabe, da Geografia do Tráfico de Drogas, da assimetria das relações Norte – Sul ou da globalização popular é falar de fronteiras que estabelecem diferenciação na circulação e no movimento – de pessoas, de mercadorias, na difusão cultural e espacial – que tem implicações na forma como fluxos são controlados, interrompidos ou facilitados, com consequências geopolíticas. E de formas de integração positiva, negativa ou seletiva em lugares.

Ainda que o sistema de organização das relações mundiais baseie-se no parâmetro de ordem do nacionalismo, a correlação deste com a globalização e a urbanização, dá emergência a sistemas de interfaces híbridos, nos quais a escravização de um parâmetro sobre o outro loca-

almente, provoca reconfigurações seletivas multidimensionais e multiescalares: mudanças na configuração socioespacial. Nas formas como integração social, política, econômica e cultural são espacializadas e as funções das fronteiras são acionadas em suas múltiplas dimensões.

SASSEN (2000) já destacava que as correlações entre global e nacional sugerem a existência de zonas de fronteira em todas as escalas geográficas que emergem de mais de um parâmetro de ordem. Explica que o nacionalismo como identificação prioritária do indivíduo leva à diferenciação entre nacionais e estrangeiros, sobretudo nos ambientes urbanos, impactando a estrutura de relações sociais (interações) de poder (controle e dominação) que são mediadas por esta classificação. Dentre os processos mais impressionantes desencadeados pela contraposição entre estas duas classes de indivíduos estão redes transnacionais de migração, a interetnicidade e pluriculturalismo que reestruturam localmente, o sistema de interfaces entre grupos sociais e as formas como ocorre interação entre grupos.

Cabe um lembrete antes de discutir os conceitos propostos pelos autores: a fronteira geopolítica contém fronteiras sociais e de governança. Num esforço metodológico para discutir integração e padrões de interface inscritos além ou aquém do limite geopolítico imposto pela linha de fronteira, como é o caso de conurbações internacionais, estabeleceu-se subdivisão para facilitar a análise dos processos e efeitos de instituição de fronteiras, que não estes. Sobretudo porque a discussão de fronteiras neste trabalho está vinculada a outros parâmetros de ordem, como a urbanização na produção de territórios à escala local.

A partir dessas noções, é possível verificar as classificações de fronteiras segundo suas formas espaciais e como estas interferem ou mediam o processo de formação de uma conurbação internacional. Ainda verificar suas formas espaciais, podem ser transformadas a partir de processos de territorialização complexos a ponto de provocar alterações na dinâmica local de integração e segregação social.

Estas questões são dotadas de complexidade sistêmica e a reformulação do conceito de fronteira parte, nos campos científicos, de dois pressupostos agrupados segundo o tipo de transformações provocadas na reconfiguração de territórios. Transformações espaciais, seja pela introdução de objetos físicos e tecnológicos que definem e limitam territórios específicos ou pela maneira como a conexão entre territórios é mediada pela fronteira. Transformações decorrentes dos processos de integração e cooperação política entre estados nacionais, dos quais se destaca a configuração de blocos regionais, que impactam a dimensão econômica, produção social do espaço e apropriação social do espaço.

Ao explorar as maneiras como fronteiras são estabelecidas, seus impactos nas relações locais e na redefinição de territórios e arranjos espaciais¹³⁸ ARBARET-SCHULTZ *et. al.* (2004) e HAESBAERT (2004) ponderam sobre as alterações significativas nas relações global / local na organização dos sistemas espaciais, sobretudo os urbanos, que ensejam novas acepções ao conceito de fronteira. Assumindo-se que a topologia identifica similaridades entre as condições que instauram fronteiras, estas, quando tratadas como objetos discretos¹³⁹, são denominadas fronteiras reticulares e se referem à maximização da integração, acessibilidade e circulação. Dissociadas das fronteiras lineares com funções polivalentes, estão “estritamente ligadas às redes técnicas de logística e transportes com formas complexas de controle estatal sobre a circulação de mercadorias, bens, pessoas e informação”. (ARBARET-SCHULTZ *et. al.*, *Op. cit.*, p. 12). ¹⁴⁰

“Toda a complexidade reside neste paradoxo; uma ideia geradora, imaterial influi sobre o espaço. É isto que torna esta noção tão fascinante para o arquiteto já que obriga a correlacionar diferentes parâmetros de análise que a define: sua posição geográfica relativa, sua materialidade, o contexto histórico, social e econômico no qual emerge, consequentemente seu valor simbólico.” (BRUNEL, Simon; PANNETIER, Nicolas (Atelier Limo). Berlim: Atelier Limo etKNet <http://www.atelier-limo.eu/> , 2006. In: <http://www.atelier-limo.eu/keywords.php?id=1&poste=>)

Ainda que integração econômica pondere as transformações da configuração de um bloco regional, as noções de autonomia política, cultural e social ainda permanecem como variáveis preservadas a nível local através das fronteiras do Estado territorial.

3.1 Fronteiras geopolíticas ou internacionais

“A fronteira é um objeto cuja emergência se inscreve num processo de territorialização; é um limite político significativo de um território.”

(ARBARET-SCHULZ et al., Op. cit., p.7)

O Estado Nacional como forma de representação do mundo está relacionado à comunidade imaginada, ao controle sobre a vida privada dos indivíduos e a ideia de povo como base da forma dominante de pertencimento nacional associado à identidade que é histórica, construída a partir de valores sociais, normas, comportamentos e símbolos coletivos (BALIBAR &

¹³⁸ Crise é noção referente a tempo, portanto processo (histórico).

¹³⁹ GINS, Madeleine & Arakawa. Reversible Destiny Foundation. <http://www.reversibledestiny.org/procedural-architecture-%E2%96%91%E2%96%91-bioscleaveconfiguration/>

¹⁴⁰ Fronteira reticular é materializado em pontos nodais, como os representados por aeroportos, estações ferroviárias e centros logísticos (portos secos), muitas vezes situados na periferia de grandes cidades e não nas fronteiras geopolíticas.

WALLERSTEIN, 1991, p.94). O Estado Nacional subordina a si as diferenças entre grupos sociais tornando-as irredutíveis às experiências simbólicas entre o nós e os estrangeiros.

Segundo a geógrafa VELASCO-GRACIET (2007), o interesse inicial que fronteiras despertam é o geopolítico e geoestratégico, utilitário. Na Geopolítica RATZEL¹⁴¹, ao relacionar Estado (político) e espaço (território) como sendo a dimensão física e fonte para a reprodução da sociedade, atribui às fronteiras a constituição dos processos de territorialização e organização política da sociedade. Defesa, controle e trocas, são as funções características de fronteira internacional. REITEL (2011) afirma que a materialidade da fronteira é uma das suas dimensões – a espacial -, sujeita às oscilações nas funções que desempenha (de filtro, de barreira, de controle, etc.), assim como à evolução dos sistemas políticos estatais e à renovação das identidades nacionais.

Na proposição do problema de pesquisa, a primeira referencia feita às fronteiras parte do seu significado geopolítico, tal como demonstrado pela etimologia¹⁴² da palavra na Geografia Clássica: “expressão eminentemente espacial de estabelecimento de limites territoriais entre países ou regiões” (FOUCHER, 2009, p.6). Demarcadores territoriais instituídos¹⁴³ pelos Estados como limite de soberania, fronteiras são elementos fundamentais da Geografia. Ainda que se discuta a efetividade do modelo de Estado Nacional na contemporaneidade, este ainda se constitui como elemento-chave para a modelagem do sistema de relações globais, ainda que pela via da negação (transnacionalismo, integração regional, estatuto de grupos de exceção como as populações autóctones – ciganos, indígenas, etc.). O nacionalismo permanece como parâmetro de ordem do sistema geográfico global e a fronteira sua a medida de sinergia.

¹⁴¹ Geógrafo positivista alemão considerado o fundador da Geopolítica ou da Geografia determinística que, segundo a literatura subsidiou a voracidade expansionista alemã nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1983.

¹⁴² Existem menções diversas à etimologia da palavra fronteira. Dentre as mais consagradas, citada por ARBARET-SCHULTZ et. al. (2004) e FOUCHER (1991): na antiguidade clássica a noção de fronteira (*finis* = confins para os romanos) deriva de práticas sociais rurais, na delimitação do espaço entre mundos conhecido e desconhecido. Sua etimologia atual é posterior, originária de *front*, que designa o limite temporário e flutuante entre dois exércitos em conflito (séc. XIII - FEBVRE, 1962, apud ARBARET-SCHULTZ et all, 2004). Na reorganização geopolítica na Europa (tratados de Westfalia, 1648) e a progressão do pensamento Moderno sobre o espaço, fronteira passa a designar limites de soberania Estatal por princípio de continuidade e coesão territorial, marcando descontinuidades políticas, económicas e socioculturais que são difundidas através do sistema colonial (FOUCHER, 1991 apud ARBARET-SCHULTZ et all, p.5) e determina o modelo atual de partilha territorial no mundo. A legitimação das fronteiras geopolíticas impregnam os discursos de construção ideológica dos territórios em função de conflitos (1ª e 2ª Guerra).

¹⁴³ FOUCHER (*Op. cit.*) diz que uma fronteira é uma das instituições do Estado porque participam da configuração legal de cada país, assim como o sistema normativo e legal são outras.

Segundo FOUCHER (2009, p.10) “(...) o mundo contemporâneo é estruturado por 248 mil quilômetros de fronteiras políticas terrestres e 332 fronteiras entre Estados Nacionais.” Os limites comuns entre Estados contíguos baseiam-se em territorialidade e soberania e estabelecem o princípio de autodeterminação dos Estados Nacionais Modernos. A construção do território pressupõe a definição de fronteiras, estabelecidas por um poder para afirmar e diferenciar uma entidade¹⁴⁴ com projeto político próprio, de outras entidades territoriais.

O modelo de partilha de soberania territorial através da formação de Estados Nacionais autônomos permanece, nos séc. XX e XXI como instancia máxima de reivindicação política das sociedades. O que se observa é que a fragmentação política no mundo se dá através da constituição de novos Estados Nacionais, como ocorreu após o ocaso da União Soviética e da Iugoslávia (relatados por FOUCHER, *Op. cit.*) e o que ocorre ainda na África e Oriente Médio. Na integração em Blocos Regionais, como a União Europeia e o MERCOSUL, o nacionalismo continua a funcionar como parâmetro de ordem na estruturação sociocultural dos sistemas econômicos ao qual se soma o regionalismo como dispositivo demarcador de identidade produzindo fronteiras na periferia do Bloco e explica como fronteira geopolítica estrutura as relações de pertencimento. Sua resiliência permite que seja reproduzida a partir de novas identidades etnoterritoriais como nos blocos regionais ou nas zonas transfronteiriças.

“A fronteira, antes que por sua materialidade, é um processo caracterizável através de suas dimensões funcional, política, social, cultural e institucional; pela articulação entre Estados e seus territórios, mais que pela separação” (REITEL, 2011, p. 5). Emergem dos processos de territorialização nos quais a homogeneização é fruto de integração e a delimitação é fruto da diferenciação. Entende-se que a dimensão espacial das fronteiras, a sua materialidade dada pela forma como o espaço é compartimentado através de objetos físicos é um dos recursos fundamentais que pautam integração e a segregação social. Recorrer a processos de fronteirização através de dispositivos virtuais de controle ou através de muros denota que as diferenciações não estavam incorporadas na produção do espaço, pressupondo-se que a função de controle da fronteira seja traduzida por outros dispositivos (normativos) ou ainda espacializadas através da barreira ou da segregação espacial.

Ainda segundo REITEL (2002), a prerrogativa das fronteiras geopolíticas é de estabelecer um sistema de filtro instável para os sistemas de circulação de pessoas e mercadorias, alguns

¹⁴⁴LÉVY & LUSSAUT (2003) aos quais o artigo de ARBARET-SCHULTZ et. al. responde, definem poder como toda e qualquer entidade que tem capacidade de agir para modificar seu conteúdo ou seu desenvolvimento futuro.

destes gerados pela própria linha de fronteira. A ambivalência entre separação e troca é uma característica da fronteira e o que define o grau de porosidade (intensidade de integração) entre dois sistemas políticos, econômicos e sociais. O autor emprega o termo fronteira para exprimir uma separação entre grupos sociais, a exemplo de BARTH (1968) na Antropologia, refere-se às mudanças nas relações entre entidades territoriais¹⁴⁵: “fronteira pode ser um objeto geográfico separando dois sistemas territoriais contíguos que incide sobre a organização do espaço” (*Op. cit.*, p. 12), gerando o que chama de efeito-fronteira: mensuração dos impactos e tipificação das interfaces¹⁴⁶ causados pela fricção entre sistemas socioespaciais diferentes.

No contexto de reconfiguração econômica e política, as zonas de fronteira delineiam novas abordagens de fenômenos socioespaciais periféricos e sujeitos a políticas estatais específicas de controle, sobretudo aquelas vinculadas ao ordenamento e planejamento territorial¹⁴⁷, pois permitem, a partir do contraste e da contiguidade, estabelecer diferenças e similaridades nas relações socioespaciais estruturadoras de territórios nacionais (VELASCO-GRACIET, 2008, p. 2). Por isso a disseminação de estudos empíricos que enfocm mudanças nas formas de interação intergrupala¹⁴⁸ e interterritorial.

Na geografia, são as fronteiras entre estados nacionais, os processos multiescalares e multidimensionais de territorialização que reconfiguram os sistemas de interações e interfaces localmente que são o objeto de interesse. Jean-Paul LACASSE & Henri DORION¹⁴⁹ foram precursores em apontar incoerências entre limites políticos, econômicos, socioculturais e históricos em zonas fronteiriças, o que possibilitou a mensuração dos efeitos de fronteiras geopolíticas sobre populações locais e economias regionais, estabelecendo as bases para a sistematiza-

¹⁴⁵ O autor chama atenção para a diferenciação na língua inglesa entre *frontier* que identifica a dimensão cultural da separação entre sistemas e *border* ou *boundary* como a tradução da dimensão política do termo.

¹⁴⁶ Interface: espaço de contato que relaciona dois sistemas geográficos distintos (terra / mar, cidade-campo). Da diferença entre sistemas em contato e da exploração de suas diferenças, emergem fenômenos originais como a interpenetração e a clivagem, incitando trocas, modificação num dos arranjos espaciais, promovido pelo outro arranjo, ou ruptura e fechamento entre os arranjos. Uma interface é uma forma de descontinuidade espacial. Fronteiras podem ser consideradas como interfaces (BRUNET, Roger. *Les mots de La Géographie*. Paris: La Documentation Française, Collection dynamiques du territoire, 2005 (3ª ed), 518p).

¹⁴⁷ Até então as zonas fronteiriças eram tratadas como zonas de exceção, com forte presença militar e passíveis de legislação própria visando a proteção dos territórios. No âmbito da integração europeia estas políticas são revistas e abre-se a possibilidade de estudá-las como potenciais vetores de integração regional.

¹⁴⁸ Ver http://www.espaces-transfrontaliers.org/en/themes/theme_territories.html como forma de verificar estas dificuldades conceituais em relação às fronteiras na delimitação de conurbações transfronteiriças. O documento MOT/ UN recomenda a análise caso a caso das situações para estabelecer as funções que a definem.

¹⁴⁹ DORION, Henri. *La frontière Québec-Terre-Neuve. Contribution à l'étude systématique des frontières*, Québec, Presses de l'Université Laval, coll. Travaux et documents du Centre d'études nordiques, 1963, 316p. DORION, Henri & LACASSE, Jean Paul. *Le Québec, territoire incertain*. Québec: Septentrion, 2011. 328p. http://www.septentrion.qc.ca/septentrion/2011/04/causerie_avec_henri_dorion_et.php

ção na classificação de seus efeitos como função do impacto da dimensão política na vida local: “fenômenos de apropriação e representação de uma norma espacial imposta – a fronteira – pelas populações que vivem à sua margem.” (VELASCO-GRACIET, 2008, p. 2).

Anssi PAASI¹⁵⁰ é dos que primeiro utiliza perspectiva transversal relacionando fronteira tal como descontinuidade política entre Estados Nacionais e as formas como é apropriada pelas populações fronteiriças experimentam, reproduzem e transformam a fronteira geopolítica a elas imposta nas suas práticas espaciais e sociais cotidianas e nos mecanismos de produção de etnicidade e identidade, nas interações com o estrangeiro.

Propõe que na estruturação simbólica do espaço, a fronteira emerge da dialética entre diferença e integração; integração pressupondo homogeneidade social e diferença como o sentido atribuído às práticas sociais através de códigos culturais, o que inclui dimensão espacial à alteridade (PAASI, 1996, p.13). O que ele entende como dimensão espacial da alteridade é o que está além de uma fronteira espacializada, vivendo do outro lado, em outro território (geopolítico, supraestatal, regional, urbano, etc.), ainda que exista cooperação efetiva entre as comunidades. Discute o impacto da estruturação de uma comunidade simbólica – e organização social - supranacional (a ex-URSS¹⁵¹) e territorial e seu fracionamento em territórios nacionais autônomos, nas práticas cotidianas de comunidades locais. As conclusões do seu estudo destacam a importância das análises multiescalares e multidimensionais para desvendar os sistemas de integração nas práticas socioespaciais cotidianas em conurbações de fronteira.

Seguindo a mesma lógica, mas adotando parâmetro de ordem distinto, em vez de nacionalismo, urbanização, SOHN, REITEL & WALTHER (2007) se valem da multiescalaridade e da multidimensionalidade para analisar integração em áreas metropolitanas transfronteiriças, com ênfase na consolidação de centralidades compartilhadas. As classificações e tipificações de fronteiras se baseiam na observação de casos concretos que incitam a sua constante reformulação no campo da geopolítica, noções extrapoladas para situações análogas em outros campos das ciências sociais aplicadas.

RENARD (2007, p.7) diz que o território nacional é concebido como porção de espaço construído historicamente pelas sociedades, frequentemente modificado e recomposto, um sistema socioespacial que tem nas fronteiras materiais seus elementos constituintes. “As fron-

¹⁵⁰ PAASI, Anssi. *Territories, boundaries, and consciousness: The changing geographies of the Finnish-Russian boundary*. Chichester: J Wiley & Sons, 1996. 353 p. Orientalismo SAID – ele estabelece o conceito de alteridade que se difunde. Diz que o conceito se funda no nós e nossa visão doutro, mais do que uma consciência do outro em si mesmo o oriente como imagem arquetípica de alteridade.

¹⁵¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

teiras são marcadores identitários de uma sociedade, limite de território gerado por uma autoridade, mas também espelho de um poder, de uma ideologia, de parâmetros de interação com o Outro” cuja função é separar, diferenciar e proteger.

Sobre a proliferação de muros entre Estados Nacionais ZARKA (2007) diz que a fronteira não é somente o que separa ou demarca, mas também o que permite o reconhecimento e o encontro com o Outro – com a alteridade -. Sua característica é delimitar o âmbito e a forma como as interfaces entre populações se estabelecem. Muros e barreiras são o oposto, sua função é impedir a passagem de pessoas – o infame, o miserável, o traficante, o terrorista, etc.¹⁵², portanto coibir a interação. Critica as práticas de isolamento e segregação que subvertem a noção relacional da fronteira, que passa de filtro a barreira no imaginário geopolítico atual. Pode-se dizer que fronteiras mediam interfaces e interação, atribuem sentido a formas de integração e segregação espacial – das mais flexíveis às mais drásticas.

Materialidade e imobilidade de fronteiras sinalizam a gradação mínima de integração interterritorial, entre sistemas socioespaciais, isto é, segregação socioespacial. Barreiras como muros e cercas de segurança são emblemáticos. REITEL (2011), ao propor a ideia de fronteira como processo, sugere a indexação dos parâmetros de integração entre territórios mediados por fronteira internacional que podem emergir de mais de um parâmetro de ordem. Se existe comprovação empírica de maximização da integração econômica via globalização, por outro lado, diferenças étnicas e culturais, acionam alteridade e potencial de conflito ou ainda a emergência de identidades regionais hibridizadas e periféricas.

WEIZMAN (2006, p.85) vai além e diz que “fronteiras são a antítese das linhas fortificadas. Contra a geografia estável, de territórios estáticos e equilíbrio através de limites de soberania, a fronteira é um espaço de fluxos”, zona de contato, portanto, reafirma seu caráter relacional. Diz ainda que o espaço geopolítico contemporâneo detém inúmeras características de fronteira, ainda que da prática de erigir barreiras exacerbe o controle espacial dos fluxos.

ARBARET SCHULZ *et. al.*, 2004 depreendem quatro funções de fronteiras internacionais que permitem reconhecer o dispositivo, mesmo que este não esteja materializado:

¹⁵²Fronteiras podem estar materializadas como muros, cercas ou barreiras. O manifesto faz referência à subversão do conceito de fronteira: seu caráter relacional é anulado pela ideia de barreira na medida em que a barreira estabelece apenas uma possibilidade de relacionamento centrado no isolamento peremptório, como nos casos do muro de Berlim, da fronteira EUA / México e Israel e territórios sob governo da Autoridade Nacional Palestina (ANP). A discussão mais recente sobre fronteiras se instalam entre dois polos: a queda do Muro de Berlim (1989), e o muro erguido por Israel (2003).

- a) Imputar distancia topológica a lugares contíguos: impor limites à integração social e espacial através da segregação espacial ou da exclusão social (cidadania) a partir da separação material (muros, barreiras) e simbólica (leis, normas) entre entidades territoriais;
- b) Controlar fluxos através de filtros moduláveis, cujos efeitos vão da ruptura (fronteiras-barreiras), mediação (fronteira-zona); estímulo (fronteira-aceleradora) à filtragem (fronteira-filtro).
- c) Afirmar ou impor limites e descontinuidades a poderes políticos;
- d) Diferenciar pertencimento material e simbólico a uma entidade política da qual é expressão.

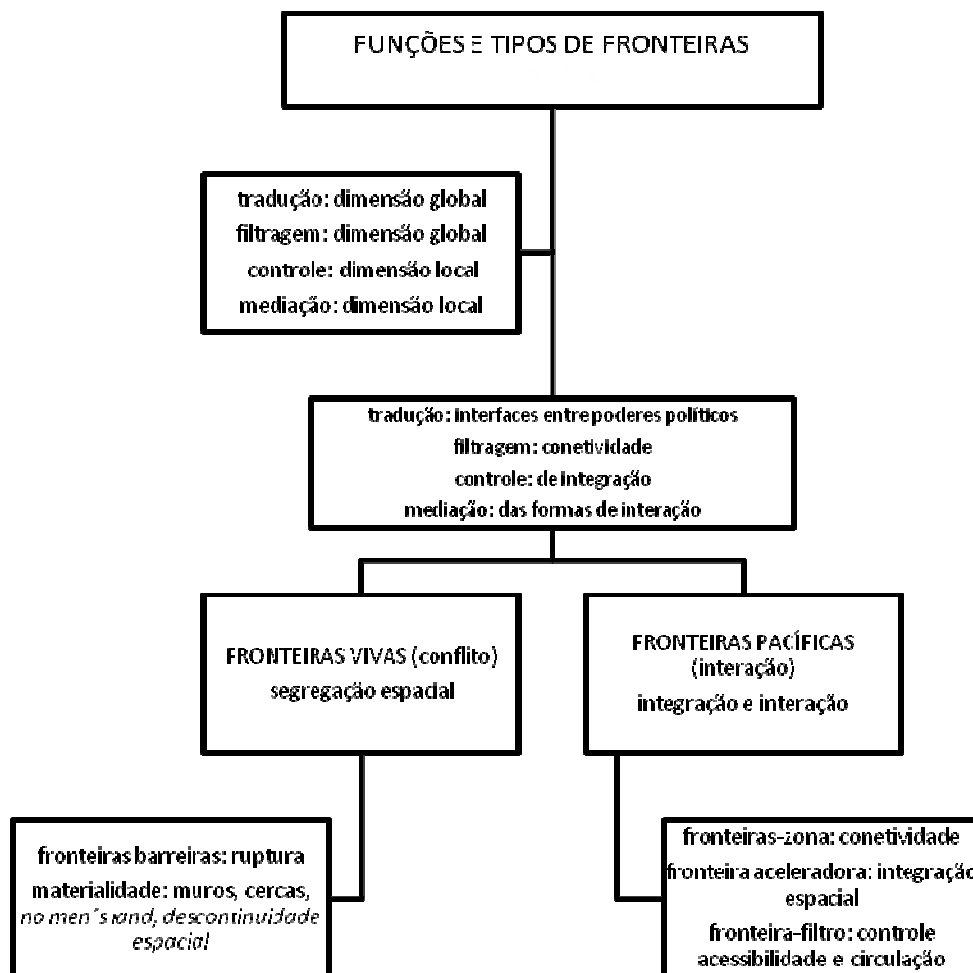


Figura 2: fluxograma de funções e tipos de fronteira segundo a literatura consultada (a autora).

ARBARET_SCHULZ *et al.* (*Op. cit.*) agrupam as cidades fronteiriças em função dos tipos de relações gerados pelo papel que os Estados atribuem a fronteiras: as *fronteiras vivas* como produto de relações violentas ou de conflito e as *fronteiras pacíficas*, onde as relações transfronteiriças vem de um período longo e estável de tempo. A alocação a um ou outro grupo pode gerar um subsistema fronteiriço com dimensão internacional.

Além de designar uma zona vulnerável, a fronteira localiza diferenças entre sistemas territoriais que podem ser materiais e quantificáveis (custos, impostos, descarte de lixo), qualitativos (culturais, sociais, normativos) cuja exploração gera fluxos específicos - lícitos ou ilícitos - pautados pela lógica da oportunidade¹⁵³ e da difusão cultural. As possibilidades de intercâmbio produzidas por fronteiras sobrepõem a contiguidade. Ao confrontar sistemas sociais, políticos e culturais diferentes, a fronteira favorece a emergência da hibridização de práticas sociais e, conseqüentemente, de culturas locais específicas associadas diretamente às funções que a fronteira desempenha quanto à forma como está materializada. Portanto, as práticas sociais locais são pautadas pela lógica das interfaces internacionais (*idem*).

Os mesmos autores dizem que fronteiras, segundo as maneiras como exercem função de filtro, contribuem para a emergência de formas urbanas específicas em função dos dispositivos de segregação, distanciamento ou integração implícitos no processo de povoamento do seu corolário, ao que se somam os interesses plurinacionais em perpetrar políticas de administração e supervisão conjuntas da realidade local. Controlar fluxos, aplicar medidas tarifárias em ambos os lados (territoriais) das áreas urbanas e mediar os desequilíbrios que emergem das diferenças no tratamento dispensado aos cidadãos, reformular noções de legalidade, licitude e organização das instituições públicas de uso compartilhado por mais de uma população, de cooperação política e revisão das estratégias de poder (controle) sobre o território.

ANDERSON e O'DOWD (1999) já destacavam que fronteiras internacionais, sendo instrumentos relacionais mudam de significado ao longo dos processos históricos, podendo adquirir sentidos contraditórios tanto na sua materialização quanto simbolicamente em função da escala em que é analisada. Corroboram RAFFESTIN (1974) ao dizer que a significância de fronteiras internacionais “derivam da territorialidade como principio genérico de organização da vida política e social” (*idem*, p. 2). À escala local podem dar emergência a formas de interação e interfaces que compensem seu contexto periférico em relação aos centros de poder nacionais. A integração local na vida cotidiana está sujeita a outros parâmetros de ordem como a globalização e a urbanização que podem escravizar o nacionalismo, cujos efeitos são genericamente descritos como efeitos-fronteira, dentre os quais a baixa correlação entre fronteiras sociais e fronteiras territoriais (geopolíticas), isto é, os limites à integração espacial, social e econômica entre comunidades nacionais, nem sempre correspondem aos limites de soberania nacional inscritos nas linhas de fronteira.

¹⁵³ Alguns destes fluxos são específicos a fronteiras como transbordos e transferências.

Esta escravização além de evidente nas práticas cotidianas locais e na emergência de identidades regionais pode transformar interfaces nacionais na medida em que a cooperação política é o reconhecimento das peculiaridades locais de zonas de fronteira em várias dimensões. Por sua vez, as estratégias de cooperação política, que são estratégias de integração multiescalares e multidimensionais, podem transformar a vida cotidiana local.

3.1.1 Zonas de fronteira e zonas transfronteiriças

“A ideia que surge na contemporaneidade é de que as populações transfronteiriças, através de suas práticas cotidianas, jogam com e estabelecem fronteiras que reinventam e das quais adaptam funções – de separação ou contato – que lhes são atribuídas. Através destes processos, nota-se que o estudo de uma fronteira não pode prescindir de uma análise das territorialidades das populações que a estabelecem e que a margeiam.”

(VELASCO-GRACIET Op. cit., p.3)

A importância estratégica das zonas de fronteira para os Estados Nacionais está relacionada à instabilidade política e econômica contemporâneas. No final dos anos 1980 trombeteava-se que as fronteiras territoriais seriam obliteradas pelo processo de formação de blocos regionais e pela emergência de regiões econômicas globais. Constatou-se que as fronteiras territoriais assumiram a importância reversa de demarcar a influência dos Estados sobre suas zonas periféricas, dado que estas funcionam como dispositivos estratégicos na salvaguarda do território, na mediação de circulação de bens e fluxos, “na garantia de inserção nacional no jogo econômico mundial, através da integração política e econômica da periferia interna” (FOUCHER, 2009, p.12), e na preservação de valores culturais e identidade territorial¹⁵⁴.

Tendo a globalização como parâmetro de ordem, espaços transfronteiriços resultam dos processos complexos de reorganização de estados nacionais em Blocos Regionais. Estes emergem da necessidade premente de integração socioeconômica para fazer frente às pressões políticas que dominam a economia. HAESBAERT (2004), MACHADO (2003) e SASSEN (2001) concluem que a emergência de blocos regionais desencadeia uma revisão do conceito e do papel das fronteiras – das cidades de fronteira e das fronteiras inscritas nas cidades como pontos a partir dos quais se controlam e direcionam fluxos, intercâmbios econômicos e intera-

¹⁵⁴ Aqui penso nas campanhas das regiões (*pays*) franceses na preservação do consumo de produtos locais dos anos 1990 e das ações locais de produtores rurais que fizeram um verdadeiro “terrorismo branco” contra as regras de fiscalização sanitária expedidas pela União Europeia (sobretudo na fabricação doméstica de queijos e patês). O processo foi entendido como preservação da herança cultural que estaria ameaçada com as leis homogeneizantes expedidas pelas autoridades de Bruxelas.

ções sociais; de equipamentos que resumem a um ponto¹⁵⁵ as possibilidades de intercâmbio interterritoriais (aeroportos, portos, etc.), cuja gestão compartilhada aumenta sua eficiência quanto ao controle. A emergência de blocos Regionais configura a escravização do parâmetro de ordem do nacionalismo pela globalização.

Blocos Regionais reorganizam e multiplicam fronteiras, criam novas periferias e alteram as relações destas com o bloco e dos países membros dentro do bloco. Neste processo a integração interna é priorizada, por isso fronteiras nacionais têm suas funções de filtro relaxadas, tendendo à porosidade e fronteiras externas ao bloco imputam maior segregação à periferia, maior controle. A regulação de blocos regionais delimita um sistema complexo de recursos e fluxos endógenos e exógenos. Os endógenos mantêm autonomia relativa entre os estados membros e funciona como comutador que media a entropia de cada estado com fins de manutenção do sistema (GUICHONAR & RAFFESTIN, 1974). Nestes processos, as fronteiras nacionais e intrarregionais dos blocos são instrumentos de taxonomia territorial. Quanto às mudanças sociais que provoca, fronteiras internas e externas a blocos imputam os mesmos efeitos. Endogenamente, blocos regionais tendem a produzir identidades cumulativas (italiano e cidadão europeu, por exemplo), não elimina identidades nacionais, soma identidade regional.

Zonas de fronteira, antes espaços de separação e controle entre países membros são reconfiguradas a partir do pressuposto de melhorar a eficiência da integração interna, sobretudo no que toca a logística. Destes processos de integração das periferias internas dos países membros de um bloco, estratégias políticas e de governança para transformar zonas fronteiriças em espaços transfronteiriços apontam para a reversão dos efeitos negativos da integração espacial e a busca do equilíbrio e complementaridade, funcional, de serviços públicos que afetam a economia de territórios nacionais.

Zonas transfronteiriças, espaços transfronteiriços e, sobretudo conurbações transfronteiriças constituem-se em desafios à cooperação internacional no estabelecimento de metas e estratégias de desenvolvimento equitativo. Configuradas a partir das vantagens oportunísticas que decorrem da diferenciação entre territórios nacionais, a fronteira funciona para separar, preservar ou regular as interfaces entre culturas nacionais. A reversão destas funções para a de integração e interação atribui sentido a culturas fronteiriças e regionalismos transnacionais.

¹⁵⁵ O controle fronteiriço ao longo de linhas sobre o território físico passa a ser feito pontualmente, em função da canalização de fluxos extraterritoriais. Portanto aeroportos se tornam fronteiras nodais, cuja localização pode ser alterada ao longo do tempo, sem que o território geopolítico sofra redesenho.

Se por um lado cooperação é sentido político atribuído a práticas sociais de zonas de fronteira reconhecidas historicamente, por outro pode indicar o esforço político para integrar populações de zonas de fronteira antes segregadas entre si. A cooperação transfronteiriça objetiva o desenvolvimento econômico e social em ambos os lados da fronteira, compartilhando soluções para problemas comuns como gestão ambiental (resíduos, água, recursos ecológicos), saúde pública (epidemias), prevenção ao crime organizado (contrabando e tráfico), segurança pública, cidadania e direito ao trabalho, integração dos sistemas de saúde pública e rede escolar através de estratégias que fortaleçam a integração econômica, social e administrativa local. Quanto aos aspectos socioculturais a ênfase dada à educação multilíngue e a promoção da cultura local (IEVP, 2005)¹⁵⁶.

Quadro 2: Tipologias de relações espaciais em fronteiras geopolíticas: nacionalismo x globalização x urbanização

Fronteiras	Dimensão	Dinâmica	Classificação de tipos de interface	Processo	Elementos de demarcação	Tipos urbanos associados
Estados nacionais	Integração funcional	Autonomia política; Interação socioeconômica	Locais x nacionais Integração x controle	Consolidação da periferia interna conectividade	Linha de fronteira	Cidades espelhadas Cidades - gêmeas
Blocos regionais	Integração institucional	Cooperação política; integração socioeconômica.	Endógenas x Exógenas Integração x controle	Integração interna Controle da periferia	Zonas de fronteira Zonas transfronteiriças	Conurbações internacionais Conurbações transfronteiriças

Dentre as estratégias de planejamento local integrado destacam-se desenvolvimento do turismo, investimento em infraestrutura, energia, transportes e comunicação, revitalização urbana, organização de centralidades e equipamentos de uso coletivo, sistema de transportes e logístico (*idem*). Os objetivos são o desenvolvimento do capital social de zonas de fronteira, a distribuição equitativa de investimentos para o fortalecimento de redes sociotécnicas, negociais e institucionais simultaneamente ao acolhimento de valores e normas compartilhados. Estas normas pretendem minorar ou distribuir equanimemente os benefícios individuais de práticas transfronteiriças entre coletividades nacionais, ou seja, regular e equilibrar as vantagens econômicas da vida em zonas de fronteira promovendo a distribuição de benefícios aos coletivos nacionais e promover a integração social local através da integração institucional, econômica e da infraestrutura implantada, resguardando a autonomia das culturas nacionais.

¹⁵⁶ COMMISSION EUROPÉENNE - EUROPEAID. *Instrument Européen de Voisinage et Partenariat (IEVP)*, 2005. Acesso via: http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/overview/index_fr.htm

No entanto, a forma como noções de espaço ou zona transfronteiriça são operadas ainda é bastante difusa, principalmente centrada em funções típicas de zonas de fronteira que caracterizam interfaces e interação positiva, medidas quanto à intensidade com que tendem a ocorrer: a partir de intensidade e frequência de fluxos e relações que se estabelecem nas dimensões econômica e social da vida cotidiana, deslocamentos através da linha de fronteira são tomadas como parâmetros para assinalar zonas transfronteiriças: casa-trabalho, compras, educação, lazer, etc., (MOT¹⁵⁷, 2008) e cooperação entre agentes públicos e privados locais.

O relatório destaca que sem cooperação política e aceitação pública, zonas transfronteiriças não se tornam territórios transfronteiriços. Para isso é necessário que, a partir da constatação empírica de funções transfronteiriças e do desejo manifesto da população local seja possível o projeto de território transfronteiriço, cuja estruturação depende de cooperação política, governança, normatização e monitoramento compartilhados para melhor atender às expectativas de integração social, espacial, econômica e cultural diferenciada localmente.

Pressupõe o reconhecimento de territórios de exceção nos quais atributos como cidadania, legislação trabalhista, direito de residência e propriedade, taxaço e impostos sejam coerentes com as práticas sociais locais. Sem um projeto de integração global, que é um projeto de transformação socioespacial, não há território transfronteiriço, tampouco conurbações transfronteiriças (*idem*), ou seja, aqueles em que o interesse em somar potenciais em cada um dos lados da linha de fronteira seja efetivo. Nestes casos, ainda que o território transfronteiriço seja uma entidade única, a linha de fronteira entre estados nacionais permanece inalterada porque o transformado é a governança, não governos. O que provoca é a emergência de outra fronteira (de governança) limitando o escopo de ação do projeto de cooperação local. Não há intenção de administrar o território, mas de implementar programas de ação que vão ao encontro das necessidades dos habitantes locais: **“um território transfronteiriço é um espaço de projeto”** (MOT, 2008, grifo da autora).

¹⁵⁷ MOT. *Mission Operationnelle Transfrontalière*. Rede interministerial e associativa europeia cujo objetivo é facilitar a ação de projetos transfronteiriços (1997). Acesso via: <http://www.espaces-transfrontaliers.org/en/mainmotenglish.html>

3.1.2 Espaços transfronteiriços e conurbações transfronteiriças: territórios híbridos

Segundo REITEL & ZANDER (2004) espaço transfronteiriço pressupõe a existência prévia de espaços fronteiriços, aqueles designados como parte de um território nacional limitado por uma fronteira de Estado. O espaço fronteiriço situa a periferia e os limites de um estado nacional, sendo geralmente objeto de gestão específica em função da linha de limites territoriais, variando em função de sua distancia geográfica e topológica ao centro de poder, dos interesses estratégicos e políticos e do seu grau de abertura e controle (porosidade).

Dos processos de integração regional ou internacional, configuram-se os territórios transfronteiriços (*cross-border territories*), cujo conceito, difuso, transcende o de áreas de livre comércio¹⁵⁸. Nas recomendações do EUROMOT¹⁵⁹, o que comparece como prioritário na sua caracterização é que estes sejam espaços de projetos de cooperação, de governança cooperativa e ações que melhorem a vida cotidiana dos moradores, sem pretensões administrativas sobre territórios nacionais. São voltados para a integração local e periférica que potencializem a integração intrarregional¹⁶⁰ e contribuam para melhorar a eficiência econômica, logística, socioespacial e normativa nas interações locais justificando os termos a partir dos quais são institucionalizadas em ações concertadas¹⁶¹.

O adjetivo transfronteiriço é associado à contiguidade e se aplica às relações de movimento e fluxos, circulação e conectividade. Permeabilidade ou porosidade das fronteiras internacionais prevalece sobre controle - que se estabelece entre “unidades espaciais que pertencem a áreas contíguas separadas por um limite entre Estados e que sofrem efeitos da distancia

¹⁵⁸ Movimento livre de pessoas, bens, serviços e capital.

¹⁵⁹ *Mission Opérationnelle Transfrontalière - MOT* estabelecida em 1997 pelo Governo da França, com foco nas dinâmicas de cooperação transfronteiriça e concebida para mensurar as necessidades e prover operacionalidade a projetos transfronteiriços a partir da captação de fundos do INTERREG (*Innovation and Environment Regions of Europe Sharing Solutions*). EUROMOT (*European network of cross-border local authorities*) órgão especializado no apoio e montagem de projetos transfronteiriços (2007), fundado a partir da ETC (*European Territorial Cooperation*). http://www.espaces-transfrontaliers.org/en/themes/theme_territories.html#2nat3cul & Recommendations of EUROMOT www.espon.eu

¹⁶⁰ Ênfase nos grupos de geógrafos de Strasbourg (fronteira franco-alemã), Lille (fronteira franco-belga) e Besançon (fronteira franco-suíça) no processo, regiões transfronteiriças entre a França e a Alemanha.

¹⁶¹ O Espaço Schengen criado a partir de acordo de mesmo nome assinado em 1985 permite a livre circulação de pessoas dentro dos países signatários da União Europeia e outros, mas não prevê a livre circulação de mercadorias que é mediada pela União Europeia. Em abril de 2012 foi votada a suspensão temporária do acordo. <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/content/20120420STO43663/html>. Ver BRUNEL, Simon; PANNETIER, Nicolas (Atelier Limo). Berlim: <http://www.atelier-limo.eu/>, 2006.

e interação de diferentes intensidades” (*idem*). Para que isto ocorra, limites estáveis e formais são indispensáveis – **fronteiras pacíficas** - o intercâmbio entre as partes estruturado e duradouro, efetuado à pequena distancia e sujeitos à influencia das desigualdades estruturais e institucionais entre Estados (de custos, oferta, etc.), à complementaridade e compartilhamento de recursos locais e reciprocidade normativa quanto aos direitos de ir e vir e do trabalho.

Ao aumento da porosidade das fronteiras, intensificação da conectividade e acessibilidade entre territórios nacionais correspondem o aumento do potencial de difusão espacial e intercâmbios transfronteiriços. Nestes os atores econômicos são privilegiados porque dominam melhor a leitura das vantagens locais ¹⁶². O que pode explicar algumas das variáveis identificadas empiricamente em relação à exploração do potencial de oportunidades do comercio varejista e zonas francas. E a presença de grupos de minorias de intermediários – *middlemen minorities* ¹⁶³– muitas vezes associados a estes contextos.

Desigualdades entre gradientes populacionais, econômicos, judiciais, etc. de dois ou mais estados nacionais permitem que o espaço transfronteiriço se estruture em função da exploração máxima das oportunidades, o que causa a prevalência de controle de uma das partes sobre o sistema de interfaces locais. Estes gradientes variam em função inversa da intensidade das relações transnacionais (entre dois centros de poder).

PEYRONY (2002) distingue duas formas de intercambio: a interfronteiriça e a transfronteiriça. No primeiro tipo, a fronteira é reconhecida e valorizada também como limite identitário, portanto cooperação ou dominação são limitadas pela autonomia guardada entre as partes. No segundo, continuidade espacial, movimento, fluxos e interfaces intensos entre os dois lados da linha de fronteira transformam suas funções e a difusão cultural entre sistemas socio-espaciais é mais enfática. A segunda está relacionada à integração, principalmente à integração espacial. Sua emergência está vinculada a ações expressas de governos centrais, na exploração de potencialidades construídas localmente no processo histórico.

¹⁶² A posição dos autores é que, nas regiões transfronteiriças estas vantagens vão sendo transformadas no contexto de intensificação de integração ao longo do tempo. A ideia é que, em função da integração, a tutela dos Estados e as discrepâncias administrativas e institucionais que permitem a identificação de vantagens num primeiro momento tendem a se transformar e se difundir, conferindo, além de uma homogeneidade administrativa com relativa autonomia, uma incorporação paulatina na complementariedade das instituições e da governança urbana. Isto é, a tendência a se incorporar medidas de exceção, por exemplo, as zonas francas, existentes em um dos lados da fronteira a ambos os lados. Isto é um processo que pode ser verificado hoje, com o movimento político organizado de cidades da fronteira brasileira com o Uruguai que demandam do poder Central a criação de zonas francas também do lado brasileiro.

¹⁶³ A noção de *middlemen minorities* será explorada no próximo capítulo e é tratada neste trabalho como uma variável importante no processo de integração de grupos étnicos diferenciados em áreas transfronteiriças.

O processo de integração econômica em zonas transfronteiriças é estruturado a partir de agentes privados e práticas cotidianas dos indivíduos (*idem*) mobilizando as noções de dependência, controle, conquista de mercados e concorrência, o que pode causar conflitos de interesse e identitários. A integração social se faz a partir de decisões individuais de oportunidades de trabalho, de condições e custo de moradia, de escolhas para compras e lazer. Ambas tem correlação com a estrutura de integração espacial: acessibilidade relativa, profundidade média, conectividade e controle sobre partes do sistema urbano, parâmetros a partir dos quais os potenciais de movimento, localização de usos e interação informam decisões individuais a partir dos quais medir e analisar integração social e econômica.

Segundo o autor, os processos de integração social e econômica são impactados pela forma como a organização social é representada politicamente. A forma como a estrutura organizacional da sociedade, o estado nacional se territorializa, ou seja, produzem e reproduzem as bases espaciais e institucionais que melhor realizam as expectativas da sociedade quanto à interação endógena, entre grupos da sociedade e exógena, entre esta sociedade e os outros que, informadas pela cultura, determinam as interfaces entre territórios nacionais. A cooperação política incorpora limites à interação e interfaces de cada sociedade nacional, notadamente nas estratégias de desenvolvimento, no planejamento urbano e regional, nos quais diferenças de expectativas sociais quanto à produção e apropriação do espaço são mais evidentes.

Homogeneização, integração e conexão de elementos antes separados pela fronteira internacional são mediadas pelos processos históricos que deram emergência ao nacionalismo como parâmetro de ordem, portanto ao conceito de soberania territorial. Sua resiliência se traduz em duas vertentes: integração econômica, capitalização da homogeneização de taxas, livre circulação de mercadorias e pessoas pertencentes ao bloco. A ameaça a identidades nacionais suscita o debate sobre as estratégias de governança e desenvolvimento característicos de situações de crise. O risco de se perder território e o mais premente de se perder o controle sobre seus recursos econômicos provoca crises que podem ser atestadas a partir de seus aspectos normativos minuciosos. Mais do que o debate político, estas suscitam o debate jurídico.

A delimitação de áreas de projeto de cooperação política internacional provoca a transfiguração de territórios que não são nacionais, tampouco são regionais, são locais. Se a forma como a integração ocorre é função da linha de fronteira, os espaços transfronteiriços se constituem em entidades geográficas novas, que emergem em condições determinadas de contiguidade entre territórios nacionais nas quais vários parâmetros de ordem se fundem para dar emergência a configurações espaciais cuja governança e planejamento depende de estrutura

normativa própria, configurando um território híbrido a partir do consenso e cooperação política entre mais de um estado nacional.

Por estas razões não se fala em territórios transfronteiriços e sim em **espaços transfronteiriços**, zonas de fronteira ou transfronteiriças. Sua emergência é pautada pelo ímpeto de integração política entre Estados Nacionais e pela densidade de interações locais. Nestes processos, mudanças no exercício de poder entre estados nacionais, sobretudo os que revisam direitos e soberania sobre determinada área requerem a transformação de instituições e normas para que se estruturam, dando emergência a fronteiras de governança.

Mudanças na microeconomia e nas práticas cotidianas locais, dependentes de integração espacial, tendem a ser mais dinâmicas que integração normativa e administrativa, do que se deduz que transformações identitárias são mais facilmente assimiladas a partir das dimensões nas quais a organização do espaço é instrumental para a integração, na escala local.

Na transformação das interfaces internacionais através da criação de blocos econômicos, as funções de descontinuidade e controle de fronteiras entre territórios nacionais são escravizadas pelas de contato e intercâmbio, denotando a prevalência da mediação como forma de controle entre sistemas culturais, elemento de comparação com a alteridade (DEAR; BURRIDGE, 2005, p3) e marcador de descontinuidades normativas e políticas. Por estas razões, a análise das estruturas de integração espacial, morfologia do território e morfologia urbana, conectividade, continuidade do sistema espacial e dinâmicas demográficas são parâmetros para analisar integração transfronteiriça (SOHN *et al.*, 2009, p.5-6).

A descontinuidade geográfica que, segundo FRANÇOIS (2004), considera a aplicação no espaço da noção de crise, passa a ser empregada para identificar os pontos de fragilidade de sistemas espaciais quando sujeitos a um efeito catalisador, geralmente endógeno. A descontinuidade é, de forma genérica, a separação entre dois arranjos espaciais vizinhos. A descontinuidade estrutural, dada “pela sobreposição de várias descontinuidades elementares medidas a partir de um conjunto coerente de indicadores,” (*Op. cit.*) denotam “a forma espacial de transição entre dois sistemas vizinhos” (*idem*). Ainda:

“É impossível contrapor a análise de um sistema à análise de suas descontinuidades porque a emergência de descontinuidades internas, isto é, de novas formas de organização das heterogeneidades locais dentro de um sistema, contribui para desestabilizá-lo e, como consequência, tem-se o seu fracionamento em novos sistemas autônomos. Por esta razão, as descontinuidades são fundamentais para identificar e circunscrever sistemas espaciais na geografia”. (FRANÇOIS, *Op. cit.*)

A descontinuidade é a ideia que permeia a classificação e tipificação de territórios e fronteiras na Geografia. É, também, a base a partir da qual se estabelecem as classificações dos

tipos de cidades em zonas de fronteira, reconhecida através de um limite formal ou morfológico, entre padrões espaciais. Em fronteiras com barreiras, a descontinuidade é marcada por interferências espaciais nos fluxos, através de dispositivos físicos como muros, cercas, fossos, etc. Não importa a forma como o limite é imposto, a descontinuidade espacial é sempre significativa na dimensão política e na dimensão social do espaço que instrumentaliza a vida cotidiana.

3.1.3 Tipos de cidades transfronteiriças

As cidades fronteiriças (REITEL & ZANDER, 2004) são aglomerações urbanas situadas nas proximidades de uma fronteira de Estado o que, à primeira vista, é uma antinomia: cidades designam centralidade e fronteiras, separação. Os fatores que contribuem para a emergência de cidades em fronteiras são o controle e a proteção do território e a instrumentalização da fronteira em si, da circulação entre territórios e das trocas comerciais (GOTHMAN, *Op. cit.*), localizando-se nos pontos de maior eficiência de retenção e controle de fluxos. A dimensão econômica da vida destas cidades correlaciona-se ao grau de controle e tipo de interfaces que a fronteira apresenta localmente. Atividades de entreposto relacionadas à conectividade regional e internacional adquirem significado político segundo a forma de integração transnacional definida pelos centros de poder (global) e práticas da população local (contrabando, comércio, etc.); complementaridade e intermediação caracterizam as relações entre cidades-gêmeas, sujeitas à dialética de abertura e fechamento da fronteira e às oportunidades decorrentes.

ARBARET-SCHULTZ *et al.* (2002) afirmam que a presença de uma fronteira produz consequências duráveis na organização dos espaços (efeito-fronteira) introduzindo rupturas de intensidade variável segundo o grau de separação espacial que impõe, subsistindo nas representações e práticas sociais ainda que, teoricamente, não interfiram na vida cotidiana. As formas de articulação entre cidades fronteiriças é, ao mesmo tempo, função da fronteira e produtoras de novas fronteiras; funcionamento, organização, recomposição e expansão urbanas estão diretamente relacionados à porosidade entre os dois contextos territoriais e ao seu papel de filtro. Os mecanismos de gestão e governança transfronteiriços se difundem com a reorganização dos territórios em blocos regionais, provocando uma revisão política das instancias locais de poder, cujas dinâmicas econômicas, sociais e urbanas estão sujeitas aos efeitos e potencialidades vinculadas aos processos que engendra (REITEL, 2002; BUXEDA, 2003).

A tipificação de cidades fronteiriças foca nas relações entre núcleos urbanos, pautadas pelos processos que lhes dão emergência e à contiguidade entre núcleos urbanos a partir da linha

de limites. Descontinuidade, distanciamento e filtro são acionados como indutores de formas urbanas (BRUNEL & PANNETIER, 2006). Segundo POUSCHET EL MOUDEEN (2006), nem todas as cidades fronteiriças apresentam similaridades nos processos de configuração urbana e desenvolvimento que possibilite sua tipificação.

Quadro 3: Classificação de cidades fronteiriças em função do processo de demarcação da linha de fronteira¹⁶⁴

TIPO	CIDADES ESPELHADAS	DIVIDIDAS / SUPERFÍCIES URBANAS	CONECTADAS	CIDADES-GÊMEAS
CARACTERÍSTICA DO PROCESSO	A existência de uma cidade de um lado da fronteira provoca a fundação de outra, do outro lado	Cidade existente é dividida pela linha de fronteira como função do seu traslado.	Afastadas mas conectadas por infraestrutura viária, hidroviária ou rodoviária	Cidades contíguas separadas por linha de fronteira que tendem a se fundir
RELAÇÃO C/ LINHA DE FRONTEIRA	simetria de controle e supervisão movimento	Barreira e controle movimento e circulação	Conectividade continuidade eixos rede ; controle fluxos	Contiguidade supervisão movimento e circulação
ATRIBUTOS da malha urbana	Descontinuidade	Segregação	Acessibilidade	Conectividade

A síntese desta tipificação é o conceito de cidades-gêmeas, o tipo urbano de zonas de fronteira exemplar que consiste de duas cidades contíguas, separadas por uma linha de fronteira internacional, configurando, no processo de fusão, quando este ocorre, uma conurbação internacional e a emergência de espaços transfronteiriços.¹⁶⁵

REITEL (2002) resiste ao uso do termo cidades-gêmeas argumentando que estas classificações e tipificações generalistas descrevem conectividade e não integração espacial. Não há comprovação empírica através de nenhum tipo de ferramenta de análise espacial que mensure integração espacial entre cidades-gêmeas. Que os tipos são identificados a partir de homogeneidade da malha. Destaca que dissimilaridades morfológicas no desenvolvimento e expansão destas cidades podem sabotar as expectativas de integração espacial, social, econômica e complementaridade funcional que caracterizam o processo de conurbação. Que a análise deveria partir da configuração espacial antes do que da morfologia.

Corroborando Bernard REITEL, BRUNEL e PANNETIER (2006) diz que se o desenvolvimento (leia-se centralidades) das cidades-gêmeas for endógeno, a tendência é que os núcleos urbanos permaneçam segregados pela linha de fronteira, ainda que ocorra o processo de conurbação. Desigualdade na acessibilidade e conexões entre as cidades podem reforçar os

¹⁶⁴ Baseado na classificação proposta por POUSCHET EL MOUDEEN, 2006 e BRUNEL & PANNETIER, 2006

¹⁶⁵ O conceito de cidades-gêmeas é adotado no documento de Revisão da Faixa de Fronteira do Brasil (MI / RETIS, 2004).

efeitos de descontinuidade estabelecida pela linha de fronteira e enfraquecer a integração, não só espacial, também social, cultural e econômica. Em lugar de cidades-gêmeas, tem-se espaços-plataforma produzidos por seletividade, unidirecionalidade e diferenças na intensidade de fluxos.

Conurbações internacionais, ou seja, formadas por cidades situadas em territórios nacionais distintos, embora contíguos, estão sujeitas a uma duplicidade de gestão: existe uma descontinuidade territorial, identitária e de governança, mas continuidade espacial que não implica em continuidade morfológica das malhas urbanas, pois sua expansão está restrita a um arco de 180º estabelecido pela linha de fronteira. Consequentemente, processos de integração econômica regional, como a União Europeia, podem reconfigurar as maneiras como fronteiras nacionais atuam na delimitação e materialidade da integração local, comparecendo nas dimensões econômica, funcional, cultural e simbólica (identitária, étnica, religiosa) da estrutura dos territórios nacionais e dos espaços de contato representados pelas zonas de fronteira.

SOHN, REITEL & WALTHER (2009) medem integração entre sistemas urbanos em áreas transfronteiriças europeias para investigar se podem ser classificadas como espaços conurbados. Seus objetivos são modelar atributos correlatos nas dimensões: funcional (intensidade de fluxos e comutação entre territórios nacionais); institucional (intensidade e diversidade de interfaces e cooperação); e espacial (localização dos centros urbanos em relação à linha de fronteira, complementaridade das funções centrais, intensidade de fluxos entre centros). Usam de dados quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho local de agentes públicos e privados na realização de potenciais de integração medidos, portanto se a agência local é decisiva ou não no processo de conurbação e propõe tipificação e classificação morfológica e funcional, segundo a intensidade e contiguidade na emergência de centralidades compartilhadas, emergência de espaços conurbados ou de conurbações transfronteiriças. O que impulsiona o esforço de tipificação é o contexto ímpar de integração supranacional que ocorre na União Europeia.

Segundo POGAKÄR & SITAR (2009, 2010) transformações significativas na integração e cooperação distinguem os espaços transfronteiriços, sua dinâmica de desenvolvimento opõe-se à territorialização dos estados nacionais (centrípetos), transforma as funções de fronteiras (de controle para contato), o que resulta em sistemas urbanos atípicos (Figura 3). O Relatório ESPON 1.4.3 (março / outubro 2006: IGEAT, março 2006, p.7-8) identifica e delimita *Áreas Funcionais Urbanas* (FUAs) com os objetivos de planejar o desenvolvimento local e regional a partir de ações cooperativas que aumentem sua competitividade global, classificando-as hie-



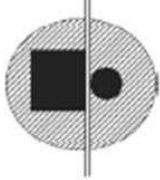
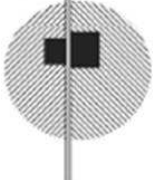
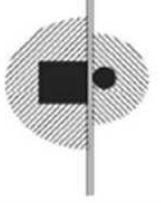
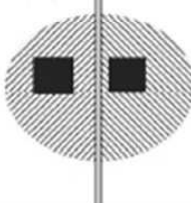
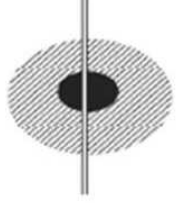
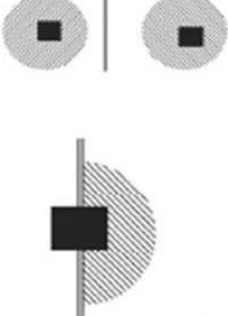
rarquicamente segundo tipologias que tem na emergência de policentralidades, especialização funcional e densidade de interfaces suas medidas síntese para avaliar seu desempenho como polos de emprego e trabalho. O relatório (*idem*) se interessa especialmente pelas conurbações transfronteiriças porque estas podem vir a se configurar em vetores de desenvolvimento local e regional ativos na integração entre países membro, contribuindo para minorar a deseconomia da duplicação de equipamentos e infraestrutura condensados em fronteiras nodais¹⁶⁶. A análise do desempenho das *FUAs* correlaciona atributos morfológicos robustos ao aumento do potencial como polos geradores de emprego:

“A *MUA* (*Morphological Urban Area*) como um todo morfológico denso permanece um conceito essencial. Comparando-se *FUAs* com populações idênticas (dados quantitativos) as que apresentam maior probabilidade de se tornarem polos de emprego são aquelas que têm em suas centralidades localizadas em áreas de *MUA* forte, especialmente em sua dimensão simbólica (patrimônio cultural). Este é um elemento importante nas novas formas de competição entre cidades” (*idem*, p. 8)

O estudo considerou cidades com mais de 20.000 habitantes desde que o núcleo urbano fosse denso e consolidado o suficiente para justificar sua inclusão. A partir da definição morfológica dos núcleos urbanos, investigaram funções administrativas nacionais e internacionais, decisórias (localização de empresas), transporte (conectividade com outros centros), educação (universidades) e turismo (leitos disponíveis).

O estudo se debruça particularmente sobre as relações entre sistemas urbanos internacionais, ponderando densidade funcional (*FUAs*) e estrutura urbana na emergência de territórios transfronteiriços efetivos, que sobrepassem o projeto político. E depreender potenciais morfológicos e funcionais para a emergência de centralidades compartilhadas entre dois territórios nacionais, entre duas cidades. Analisa o desempenho da morfologia urbana na realização de potenciais de integração e na emergência de centralidades compartilhadas: as tendências de integração ou descontinuidade espacial implicados nos problemas de acessibilidade, mobilidade e expansão urbanas.

¹⁶⁶ Por exemplo, no Nordeste da Itália há um corolário de cidades-gêmeas que tem potencial de polos logísticos, compartilhando aeroportos e docas de cargas que aumentam a competitividade dos países-membro e reduzem custos operacionais de controle e fiscalização de fronteiras na periferia do bloco.

	<p>Cidades-gêmeas: Geralmente pequenas, cada qual com sua própria FUA mesmo que a comutação esteja presente.</p>		<p>Metrópole cuja FUA se estende no país vizinho, com rede de centros secundários.</p>
	<p>Metrópole :MUA se estende através da fronteira c/ subúrbios / núcleos dependentes FUA.</p>		<p>Duas metrópoles uma em cada lado da fronteira com MUAs tangenciais.</p>
	<p>Metrópole contigua a cidade menor que tem sua própria FUA. Baixa comutação.</p>		<p>Duas metrópoles uma em cada lado da fronteira com FUAs tangenciais.</p>
	<p>Área transfronteiriça pequena (FUA) em base bem integrada de comutação (MUA).</p>		<p>FUAs transfronteiriças não contiguas, mas com cooperação ; cidade dividida por fronteira c/ baixa conectividade entre as partes, sem funcionalidade transfronteiriças</p>

Source : ESPON, 2007, Project 1.4.3.pp.129-133

Figura 3: Classificação de FUAs, Áreas Urbanas Funcionais e MUAs, Áreas Urbanas Morfológicas para espaços transfronteiriços tal como propostas no documento (IGEAT. 2007, *Op. cit.*, Project 1.4.3: *Study on Urban Functions Final Report*). O estudo contrapõe duas classificações correntes nas tipologias de cidades de fronteira: FUAs se baseia nos diagramas de CRISTALLER e se referem a classificação baseada em dados quantitativos de alocação e intensidade de funções, densidade populacionais e fluxos entre cidades de fronteira (redes), portanto de funções compartilhadas, interação, intercambio e comutação que gera hierarquia de centralidades no espaço conurbado. MUA se refere a uma classificação morfológica segundo contiguidade, continuidade, compacidade entre malhas urbanas que pode dar emergência a hierarquias de centralidade no âmbito da conurbação. A classificação em função do tamanho das cidades se faz de pequenas (até 20.000 habitantes) a metrópoles (acima de 500.000 habitantes).

3.1.4 Considerações sobre tipologias urbanas de fronteiras geopolíticas

Na literatura consultada sobre fronteiras internacionais ficam evidentes dois focos de interesse das pesquisas: o primeiro está relacionado à integração regional, no desempenho da rede urbana, no desenvolvimento regional em relação à questão das policentralidades e da hierarquia entre centros urbanos. O esforço metodológico para analisar e classificar tipos de conurbação interfronteiriços tem como objetivo a construção de ferramentas que permitam avaliar os potenciais instrumentais morfológicos, espaciais e funcionais de sucesso de projetos de cooperação política como os que preveem a criação de zonas, áreas e espaços transfronteiriços.

Estes projetos tem como meta a construção de estratégias conjuntas para combater a deseconomia da duplicação da infraestrutura e de serviços públicos implantados em cidades-gêmeas, o gerenciamento conjunto de problemas ambientais, logísticos e de expansão urbana, a integração efetiva e eficiente dos sistemas urbanos conurbados que venham a caracterizar um território transfronteiriço e justificar a cooperação política ao nível local, nacional e regional, minorando os impactos das práticas locais construídas a partir das vantagens oportunistas e na diferenciação na administração das áreas urbanas.

Por isso a discussão sobre as policentralidades é intensa e o foco na dimensão econômica do planejamento urbano valorizada. Cidades-gêmeas que se configuram como conurbações interfronteiriças provocam deseconomia local e regional na medida em que uma hierarquia de centralidades se produz entre elas. Desta forma, os aspectos morfológicos, sobretudo da estrutura espacial despertam profundo interesse: é a partir de hierarquias de acessibilidade, conectividade e potenciais de movimento neles implicados que centralidades emergem, se consolidam e se expandem. A questão da continuidade espacial também é considerada devido ao fato de corresponder a uma estrutura de integração espacial correspondente aos potenciais de circulação entre partes da conurbação

No entanto todos os autores consultados, inclusive o relatório da ESPON 1.4.3 (2007) chamam atenção para as dificuldades da análise decorrentes da forma como as bases de dados (censitárias, econômicas, funcionais, demográficas, imobiliárias e negociais) são construídas à escala local, indissociáveis das formas de ordenamento territorial de cada Estado, muitas vezes sem correspondência direta entre um país e outro, o que pode limitar a qualidade e a a-

brangência de análises quantitativas, constituindo-se num problema estatístico que reduz o conjunto de variáveis que podem ser comparadas entre si¹⁶⁷ ou validadas.

É o caso dos atributos morfológicos que se baseiam em dados sociodemográficos locais e na medição de fluxos, antes que na análise da estrutura urbana, da qual potenciais e probabilidades podem ser medidos.

Na pesquisa realizada, os trabalhos de SOHN *et. al.* (*Op. cit.*) se destacam por estabelecerem parâmetros espaciais para medir centralidade. No entanto, a aplicação de modelos locais indicam que a estrutura de integração modelada se baseia na geometria do sistema urbano (*distance decay*) do que de efetivos potenciais de integração topológica da estrutura espacial. Quanto aos aspectos da expansão urbana, se detém nos fluxos e tempo de viagem casa trabalho não correlacionados aos padrões espaciais a partir dos quais a diferenciação cultural é mais óbvia. Exceção é o trabalho de CHIARADIA (2007) para a conurbação de Nantes; seu foco na escolha de rotas através da conurbação para o transporte de cargas.

HILLIER (1999) e JIANG & HILLIER (2007) propõe metodologia para, através da configuração espacial, estabelecer tendências aos processos de formação de centralidades e sua expansão, e também para delimitar zonas morfológicas urbanas. Como será discutido no capítulo metodológico a modelagem da integração espacial utilizando-se ferramentas da Sintaxe Espacial aplicadas nos estudos de caso, podem prover uma melhor delimitação das MUAs (zonas morfológicas urbanas) que as adotadas pelos autores citados e prover evidências espaciais para o desenvolvimento e consolidação de FUAs ao correlacionar potenciais de movimento e probabilidade de fluxos a continuidade e deformação da estrutura de integração do sistema espacial e da rede axial.

As ferramentas da Sintaxe Espacial, principalmente a medida de integração pode contribuir para a análise e avaliação dos processos de conurbação entre cidades fronteiriças, porque

167 O Relatório ESPON 1.4.3 (2007) chama atenção para os limites impostos pelas metodologias e produção de metadados entre países da Comunidade Europeia á escala local (cidades, municípios, etc.). Profundamente imbricados à dimensão cultural de cada sociedade nacional e ás divisões territoriais intranacionais, os Censos são elaborados a partir de variáveis que melhor representem as dinâmicas socioeconômicas e socioculturais de cada país. Na forma como é estruturado, nas variáveis escolhidas, por exemplo, na atribuição de raça, religião ou grupo e seu étnico cruzamento a dados socioeconômicos podem vir a desvendar fronteiras sociais e embasar estratégias para inclusão social. Portanto dados censitários são produzidos a partir de relações entre variáveis que configurem um problema para o Estado, que impliquem em heteronomia social. O projeto da Comissão Europeia – EUROSTAT (Luxemburgo, 1958-)tem como missão disponibilizar base de dados estatística que permita comparar países e regiões da União Europeia-
a.<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>; suas metas mudam ao longo do tempo e hoje os esforços se concentram em implantar base de dados estatísticos integrada nos países candidatos a membro da União Europeia. Quanto às políticas internas da comunidade, o interesse maior é aumentar a oferta de postos de trabalho, por isso o interesse nas FUAs.

depreendem tendências e potenciais topológicos dos padrões espaciais quanto ao controle, profundidade média, conectividade e acessibilidade a partir da geometria das malhas urbanas. Desta forma, as dúvidas levantadas por Bernard REITEL quanto aos tipos de *ciudades de fronteira* e seu potencial de integração espacial podem ser descritos e, a partir disso, demonstradas as coerências entre a dimensão social do espaço e a dimensão econômica dos processos de conurbação. Também possibilita o exame da estrutura de centralidades e as tendências de expansão dos sistemas urbanos, continuidade topológica ou transformação nos parâmetros de fusão entre malhas urbanas.

Ainda, a partir da análise configuracional das conurbações de fronteira é possível interpretar os sentidos sociais e políticos da linha de fronteira, as transformações de suas funções de controle e segregação ao relativizar seu papel como elemento integrante da estrutura de integração espacial local. Analisar seu desempenho quanto à integração / segregação na rede de espaços abertos da conurbação. A partir da análise configuracional, é possível classificar a conurbação como interfronteiriça ou transfronteiriça e ainda verificar quais de suas partes detém maior potencial de integração espacial entre territórios nacionais, portanto quais destas podem ser consideradas efetivos espaços transfronteiriços.

Propõe-se, igualmente, a investigação da existência de um sistema urbano integrado que é mais do que simplesmente conectado a partir da sua decomposição numa rede de espaços abertos. Da deformação desta rede, emerge a estrutura de relações de conectividade / acessibilidade que pode ser mensurada, complementando ou dando sentido às análises dos sistemas funcionais e institucionais do campo da geografia.

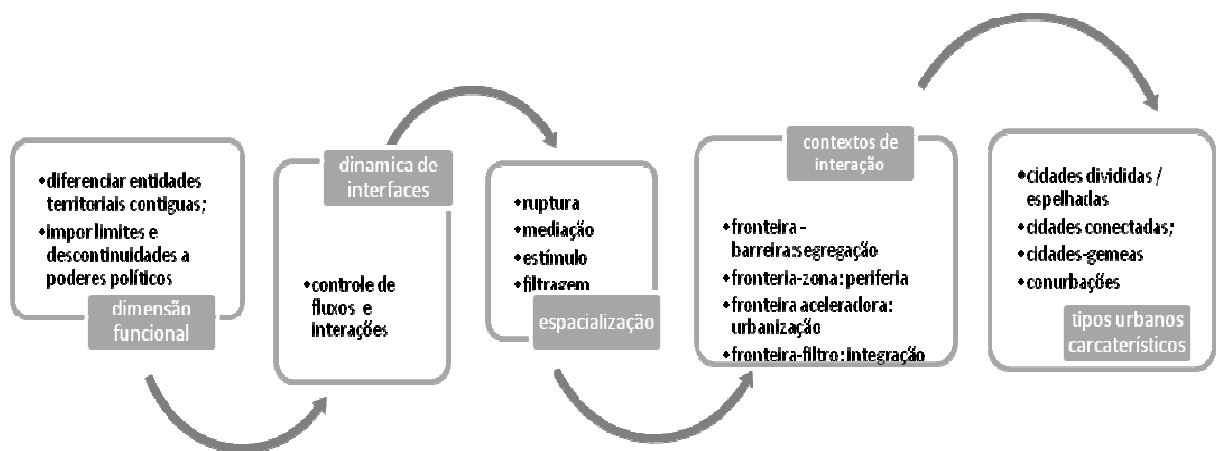


Figura 4: fluxograma baseado em ARBARET-SCHULZ *et al.* (2004) para funções características de fronteiras geopolíticas que tem no nacionalismo seu parâmetro de ordem.

Segundo SOHN, REITEL e WAGNER (*Op. cit.*) o território transfronteiriço é um sistema complexo e evolutivo composto pela correlação de três dimensões: espacial, institucional e econômica aos quais correspondem três elementos de análise: morfologia urbana, governança e agencia. Nos espaços transfronteiriços, estes elementos estão correlacionados através da interação social e da espacialização das práticas sociais. Aos geógrafos interessa pelos aspectos distributivos de infraestrutura, equipamentos e funções na sua dimensão espacial para analisar como estas mediam a interação social e podem dar emergência a formas de governança específicas. Segundo os autores, as relações transfronteiriças são analisadas a partir da distribuição dos elementos em função de demandas e expectativas sociais locais, mediadas por práticas culturais, oportunidades de mercado e potenciais de conexão com a região. Nesta abordagem, o planejamento transfronteiriço é produto da combinatória entre espaço, agentes, representação política e projeto cooperativo. Estes elementos se inter-relacionam e o desafio é compreender como a materialidade da fronteira interfere na organização do espaço transfronteiriço.

O que os autores propõem e pretende-se analisar a partir da dimensão social do espaço, das configurações espaciais é o desempenho da linha de fronteira como variável implicada na integração espacial. Como esta se correlaciona à rede axial de espaços abertos em relação à acessibilidade entre as partes do sistema conurbado: se é uma barreira, se estabelece descontinuidade entre padrões espaciais se, ao contrário contribui para melhorar a integração entre as partes do sistema conurbado em função da sua posição relativa e seu potencial de garantir continuidade entre as partes do sistema conurbado. Como comparece na configuração espacial, como está implicada na organização de distancia topológica entre lugares como função da sua posição relativa entre todos os eixos do sistema. Não só entre partes destes, mas como uma de suas partes. A formação de centralidades e a relação entre configuração espacial e estratégias espaciais dos agentes locais.

O último tópico destacado pelos autores são as redes urbanas estruturadas a partir da conexão entre cidades de ambos os lados da fronteira. Medir conectividade entre os dois lados da fronteira para determinar tendências na expansão urbana, na hierarquização local e regional dos polos conurbados como função da estrutura reticular de conectividade da malha urbana e dos eixos de maior probabilidade de escolha para deslocamentos, tanto intraurbanos como regionais. Mais uma vez a Sintaxe Espacial propõe ferramentas metodológicas para medir conectividade através da Análise Segmentada.

Finalmente, o relatório da ESPON 1.4.3 (2007) conclui que espaços transfronteiriços carecem de melhor definição porque as ferramentas disponíveis são insuficientes para estabele-

cer uma análise espacial eficiente, sobretudo no que concernem as áreas morfológicas urbanas na qual o planejamento urbano e a governança compartilhada possam se basear para estabelecer metas de desenvolvimento, destacando que há pouca pesquisa no campo da dinâmica habitacional e comercial:

“As tentativas iniciais para definir territórios transfronteiriços é uma boa ilustração dos problemas com os quais tais espaços são confrontados. Como devem ser definidos, como se prova que existem e como sua singularidade pode ser divulgada nos sistemas nacionais e no europeu? A dimensão territorial – distritos, parques, conurbações, áreas metropolitanas transfronteiriças são analisados até certo ponto e a emergência de sua importância nos contextos nacionais ainda é muito tímida. Ao nível da Europa a dimensão transfronteiriça de territórios é negligenciada, analisada do ponto de vista de redes mais do que de espaços físicos. A visão que se tem dos fenômenos urbanos transfronteiriços é fragmentaria. Ao nível local há pouco trabalho sobre os diferenciais entre partes dos sistemas conurbados. Conexões e fluxos parecem pouco adequados para descrever sua dinâmica espacial e demonstrar a efetiva existência destes territórios o que, impacta a coerência de políticas públicas e o monitoramento da efetividade das ações de planejamento baseada que não se baseiam em indicadores confiáveis”. (ESPON, 1.4.3, 2007, p. 230)

Outro problema enfrentado pela pesquisa aplicada¹⁶⁸ é a inexistência de um modelo de monitoramento estatístico para territórios transfronteiriços em suas diferentes escalas, o que impede a comparação entre conurbações transfronteiriças e entre territórios nacionais, donde se conclui que estes territórios transfronteiriços são considerados ainda como periféricos, sujeitos a consequências negativas da inadequação regulatória legislativa do planejamento urbano integrado. Os autores lamentam a inadequação da agregação de dados do sistema EUROSTAT para fazer frente às especificidades das conurbações transfronteiriças.

A institucionalização de zonas e espaços transfronteiriços, impõe fronteiras de governança seletiva aos sistemas espaciais, geralmente delimitando áreas centrais e *hubs* logísticos em conurbações onde a probabilidade de fluxos de cargas e pessoas entre territórios nacionais é maior que em áreas preponderantemente residenciais. Estas fronteiras demarcam o âmbito normativo diferenciado de outras partes dos assentamentos, podendo contribuir para o desequilíbrio no desenvolvimento das cidades conurbadas, reforçar diferenças culturais e aumentar assimetrias existentes. Por isso a delimitação de zonas transfronteiriças em conurbações de fronteira internacional dá sentido político aos aspectos instrumentais da integração espacial na produção e apropriação do espaço. Podem minorar os efeitos negativos da segregação espacial

¹⁶⁸ EUROSTAT *European Commission on European Observation Network for Territorial Development and Cohesion*. 7 November 2007. “Support policy development in relation to the aim of territorial cohesion and a harmonious development of the European territory by (1) providing comparable information, evidence, analyses and scenarios on territorial dynamics and (2) revealing territorial capital and potentials for development of regions and larger territories contributing to European competitiveness, territorial cooperation and a sustainable and balanced development”. http://www.espon.eu/main/Menu_Programme/

al, quando esta existe ou, ao contrario, ampliar os efeitos positivos da integração espacial, ao capturar vantagens econômicas.

Como diz HILLIER (2012), o uso residencial é aquele no qual padrões espaciais retêm mais claramente os aspectos culturais (simbólicos) na produção do espaço, talvez por isso, as zonas transfronteiriças urbanas raramente incluem as áreas onde o predomínio deste uso é preponderante sobre outros. Nestes casos, problemas como segregação residencial constituem-se em desafios ao planejamento urbano integrado, na medida em que a fronteira de governança reforça diferenças que são capturadas localmente pela população, justamente no âmbito em que o controle local tende a ser maior. E ainda, constituem maior ímpeto à expansão territorial na medida em que padrões espaciais para uso habitacional podem ser atualizados a partir de mudanças nas expectativas sociais quanto à integração ou segregação entre classes sociais. Em conurbações internacionais soma-se às distinções na segmentação social em sociedades nacionais a outras formas de segmentação social que consideram a estrutura das relações sociais locais, transformando as práticas cotidianas. No sistema urbano conurbado, a estrutura de integração espacial tem sua hierarquia de segregação alterada pela fusão entre as malhas urbanas, podendo haver uma redefinição de usos e parâmetros de proximidade – afastamento entre vizinhos que seja atraente a determinadas grupos sociais para os quais afiliação nacional passa a ser secundária, podendo influenciar suas escolhas locais.

Concorda-se com HILLIER (op. cit.) quando diz que os padrões espaciais em áreas habitacionais retêm de maneira mais clara os códigos culturais. Isto permite analisar outras formas de segmentação social local (como a econômica) os processos de hibridização cultural em curso e a escravização entre parâmetros de produção do espaço entre duas sociedades nacionais. Analisar como isto ocorre e impacta o uso do solo entre as partes do sistema provê evidências para analisar as dinâmicas imobiliárias que contribuem para dar robustez ou enfraquecer o processo de fusão entre os sistemas urbanos. A descrição e análise da configuração espacial, a modelagem da rede de espaços abertos deve ser incorporada como variável válida na determinação de **MUAs** (*Morphological Urban Areas*), estruturadora do devir de conurbações transfronteiriças.

É possível verificar a congruência entre fronteiras geopolíticas, sociais e de governança a partir dos processos de conurbação, que modifica a estrutura espacial, os limites entre zonas morfológicas e a descontinuidade entre sistemas espaciais coincidentes ou não com a fronteira geopolítica; e produz diferenças na apropriação cotidiana do espaço e nas vidas social e espacial, transformando interfaces entre sistemas socioespaciais e comportamentos sociais.

RENARD (*Op. cit.*) diz que a fronteira deve tomada como variável espacial na emergência da estrutura urbana específica de conurbações internacionais porque possibilita investigar o peso que os limites e as descontinuidades morfológicas que estabelecem no sistema conurbado têm para a estruturação da sociedade local, da integração entre grupos com identidades culturais diferentes, para mudanças nos potenciais de copresença e movimento. Assumindo-se que a urbanização é um parâmetro de ordem concorrente ao nacionalismo na organização destes sistemas socioespaciais (PORTUGALI, 2006) ímpares, é possível inferir que fronteiras territoriais alteram relações espaciais topologicamente demandando a revisão das ferramentas metodológicas aplicadas na análise de espaços transfronteiriços. Fluxos importam, mas há que se entender que se correlacionam a atributos morfológicos. Sobre os quais o silêncio paira.

3.2 Fronteiras sociais e de governança: relações topológicas entre grupos

PAASI (1996), ARBARET SCHULTZ *et al.* (2002, p.1-2)¹⁶⁹ chamam atenção para as contradições presentes na noção de fronteira e propõem sua revisão em função dos “processos de relativização multiforme dos Estados Nacionais, da interdependência do sistema mundial, da amplitude das trocas globalizadas e da configuração de blocos regionais” que indicam tendências de ativação de fronteiras de forma desigual nos processos de integração local, nas cidades

A noção de fronteira social adotada é de “conjunto de práticas usadas para estabelecer distanciamentos e diferenciações entre grupos” (ARBARET-SCHULZ *et. al.*, 2004, p.8) ou “limites impostos ao exercício pleno de direitos”, ambos baseados nos estudos sobre conflitos entre classes sociais de SIMMEL¹⁷⁰(1964, 1973, 1986, 2006) que concluiu que em Estados teoricamente igualitários e homogêneos, diferenças entre classes sociais e gêneros implicavam em diferenciações no acesso ao exercício de poder e à representação política, estabelecendo que a diferenciação de acesso aos recursos normativos da sociedade implica em fronteira soci-

¹⁶⁹ O artigo referido “*La Frontière, une construction historique évolutive*”, foi escrito como resposta a l’article «Frontière» de Jacques Lévy, In LEVY, Jacques; LUSSAUT, Michel. **Dictionnaire de la géographie et de l’espace des sociétés**. O geógrafo LEVY foi um dos responsáveis por trabalho que embasou a construção da União Européia.

¹⁷⁰ Georg SIMMEL, sociólogo alemão (1858-1918), Friedrich RATZEL (1844-1904) e Émile DURKHEIM(1858-1917) discutiram a organização da sociedade em função das instituições dos Estados Nacionais em suas organizações social, legislativa, política e territorial, temas que mobilizaram o pensamento europeu do final do séc. XIX frente ao processo de modernização. Discutiu tipos de solidariedade na organização social entre Estado e Religião; SIMMEL, as desigualdades entre classes sociais e seu impacto na legislação dos Estados; RATZEL, pai da Geografia Política, estratégias de organização social e política territorializadas.

al. E ainda que status legal e jurídico diferenciados no aparato estatal e acesso desigual a benefícios sociais são motores da heteronomia¹⁷¹, a partir do que a organização das relações sociais é pautada pela desigualdade, discriminação e marginalidade.

Fronteiras são tomadas como elementos de estruturação de territórios e variável implicada na produção de territorialidades e processos de territorialização, dado que são acionadas como elemento de diferenciação e de descontinuidade socioespacial; de formas de apropriação social do espaço, de controle sobre o espaço, sobre lugares, de exercício de poder REITEL (2011, p. 5). Mudanças nas relações sociais informam a produção e apropriação de sistemas espaciais que, por sua vez, transformam acionamento ou reacionamento de fronteiras de interação social. Pela transformação das relações topológicas das quais emergem novas estruturas espaciais ou pela forma como uma estrutura espacial é apropriada, a partir de copresença seletiva, produzindo outras configurações socioespaciais.

A noção de fronteira como processo de interface ou sinergia atribui multidimensionalidade e multiescalaridade às configurações socioespaciais complexas, relacionadas aos processos de integração e segregação espacial, a interfaces entre grupos sociais, trocas e fluxos, potencializados nos contextos urbanos. Nestes, a diferenciação entre sistemas socioespaciais impostas por um marcador como a fronteira, pode vir a ser a única pista de identidade cultural, de especificidades dos processos de territorialização.

APPADURAI (2001), BALIBAR (1991) e BHABHA (1991; 1998) veem estes processos coimplicados, globalizados ou difundidos mundialmente como parâmetro de ordem, com impacto profundo sobre a configuração socioespacial de lugares, de lugares na cidade e da própria urbanização, o que dá origem ao termo *gloculização*, “a cidade em todo lugar e todo o mundo nas cidades” (SOJA, 2007, p.41). As diferenças provocadas por esse processo nas interfaces urbanas faz com que as fronteira sociais se multipliquem e as fronteira geopolíticas se fechem. O monoculturalismo vai para as margens do processo político enquanto que exclusão social e segregação espacial se instalam no centro dos debates, reforçando a noção de controle, de filtro de fluxos em todas as escalas, em todos os lugares. O que, segundo NEWMAN & PAASI (1999, p.16), incorpora os problemas da migração, de imigrantes e de cidadania dife-

171 Sujeição de indivíduo à vontade da coletividade. “a heteronomia produz divisões, dualidades, concentração – na produção, no poder, na renda, na sociedade que, tornadas fatos, contribuem para manter e ampliar a própria heteronomia: a vontade dos homens, enquanto vontade coletiva, fruto de acordo entre finalidades, se depara com uma realidade hostil à realização das transformações que essa vontade pretende”. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estud. av.*, São Paulo, v. 10, n. 26, Apr. 1996. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100014

rencial porque “lugares onde fronteiras sociais e espaciais já estão estabelecidas, os que aí chegam se conformam aos padrões existentes de identidade socioespacial, mais do que preservam sua identidade cultural num ambiente espacial diferente.” Os autores dizem que o conceito de fronteira social associado a outras formas de territorialização que não o estado nacional traz as análises sobre fronteiras e o estudo de identidades socioespaciais, da construção social de diferenças ao plano multiescalar.

A globalização escraviza a urbanização tendo no nacionalismo, nos Estados Nacionais e suas instituições, os agentes preferenciais para a reestruturação de desigualdades que se exacerbam com a globalização do capital, por sua capacidade de normatizar, amplificar e programar diferenciação dentro da esfera de exercício de poder na ordem internacional. Problemas como o crescimento e a difusão da pobreza, do número de refugiados e migrantes, da perseguição de minorias nos países ricos, da segregação socioespacial crescente em cidades de qualquer tamanho, dos excedentes populacionais marginalizados em favelas e guetos, da perda da qualidade de vida e de limitações ao acesso a benefícios sociais são dependentes do contexto local, configurando formas de expulsão entendidas como interdição à participação da vida pública, como fragmentação do que se entende como o espaço vivido, do cotidiano que transforma radicalmente as expectativas sociais e, impactam de forma irreversível o imaginário sobre a urbanidade, sobre as cidades como lugar da vida pública e da copresença diversificada, de negociação com a alteridade, de inovação social construtiva.

HARVEY (2003, p.145) aprofunda esta discussão dizendo que o processo de expulsão e desvalorização da urbanidade está relacionado às formas mais primitivas de acumulação capitalista que se baseiam na despossessão, que denomina *acumulação por despossessão ou primitiva*. Este processo, difundido globalmente através da ênfase no consumo e na incorporação de todas as formas de economia nas relações de produção capitalistas - do capital financeiro global à globalização popular e ao comércio informal. Lista como estruturas mais perversas desta forma de acumulação o comércio de escravos, vinculado à indústria do sexo e ao trabalho desqualificado, que movimenta fluxos de imigrantes por todo o mundo; a usura no sistema financeiro, sobretudo o sistema de crédito habitacional, as dívidas nacionais e a apropriação dos recursos naturais alheios. Os Estados Nacionais, através do monopólio da violência legitimada e definidor dos sistemas normativos, portanto da legalidade dentro de um território, tem papel fundamental na promoção destes processos através da exacerbação dos controles fronteiriços através da ilegalidade das redes de imigração e a inclusão no mercado de trabalho.

Destas considerações SASSEN (2008) diz que uma cidadania do tipo feudal reemerge, aquela baseada nos vínculos do tipo hierárquico-autoritário (CLAVAL, 1978). Segundo GOREZEVSKI & MARTIN (2011, p.26) “a relação é simples: quem está na base da pirâmide serve a quem está acima, em troca, este lhe oferece proteção”. Não é desta forma que se estruturam as máfias, as redes de tráfico humano e de drogas? À margem dos Estados Nacionais, ainda que fundadas em relações que se originam justamente das restrições impostas à circulação e pertencimento? Ou seja, ocupam um espaço de poder negligenciado pelos Estados e usam os limites impostos à cidadania e à economia para vender seu produto? Produto que consiste em ultrapassar fronteiras, deslocar fluxos, transitar através destas?

RAFFESTIN (1997) fez uma alusão correta aos *hobos*¹⁷² da depressão americana e interpretou o processo como conflito entre nomadismo e sedentarismo. Pensando-se nos eixos que compõem as redes, as linhas que identificam fluxos e movimento entre e através de lugares, pode-se pensar na oposição entre nômades e sedentários. Num nomadismo generalizado que se superpõe ao movimento e deslocamento nos lugares, também causados pelos processos que SASSEN denomina desurbanização ou fragmentação da cidade.

Como os *hobos* fizeram parte de fenômeno social vinculado à zona rural, pode-se falar que processos de imigração em massa, pobreza generalizada, depressão econômica, acumulação primitiva do capital que emergem da urbanização como parâmetro de ordem, guardam similaridades contextuais com aquelas que lhes deram origem e aludir aos *HOTOS - Home Owner Thrown Out* - aos expulsos, de suas casas, seus países, do campo, dos centros das cidades, do mercado de trabalho formal, de comunidades, da sociedade.

SASSEN (*idem*) conceitua estes processos como diversificação de lógicas espaciais de dispersão e aglomeração, relacionadas a novos tipos de redes sociais, como os fluxos de turis-

¹⁷² *Hobo* (final Séc. XIX, W EUA), acrônimo para *Home Owner Bought Out*, é trabalhador migrante, sem-teto que perde sua casa para os bancos na Depressão e passa a se deslocar pela zona rural em busca de trabalho informal eventual e sazonal. ANDERSON, Neil (RAUTY, Ed.). *On Hobos and Homelessness*. Chicago: University of Chicago Press, 1998. Neil Anderson, sociólogo da Escola de Chicago que nos anos 1920 estabeleceu o método de observação participante na pesquisa sociológica. Criticado pelo pragmatismo do método, essencialmente descritivo e não interpretativo, mas depois muito difundido. Influenciado pela teoria ecológica, pela noção de desorganização social e pelo zoneamento dos fluxos de trabalho nômade. O *Hobo* é trabalhador desqualificado, autônomo e marginal, que vendia diariamente seu trabalho em função das oportunidades. Segundo ANDERSON (1923), o submundo do *hobo* é uma variação do mundo da pobreza, essencial ao desenvolvimento do capitalismo e da estrutura da força de trabalho americanos, um subproduto da imigração internacional, do desemprego e do mercado informal, sem lugar nas comunidades urbanas. O autor, ele mesmo um migrante que viveu longos anos nesta condição. Sugere-se a adoção do termo *HOTO - Home Owner Thrown Out* - pela similaridade dos processos contemporâneos de nomadismo e diásporas, da desorganização social provocada pelos conflitos e crises econômicas globalizadas que expulsa grupos e pessoas de seus países e regiões em busca de oportunidades melhores e os lança na condição de sem-teto, sem cidadania, sem “lar”. O neologismo foi cunhado pela própria autora.

tas, migrantes, imigrantes, trabalhadores e classes para e dentro das cidades. Isso, por sua vez relaciona-se aos processos de diferenciação e hierarquização entre cidades, já descritos por LEFEBVRE (1978), SANTOS (1981), MASSEY (1994), HARVEY (2010) e McMILLAN (2002) no que toca aos efeitos destas nos circuitos e rotas de imigração laboral, dos nós de distribuição das redes do comércio popular globalizado e do comércio informal, das bases de operação e distribuição dos escravos e drogas, dos nós do circuito das finanças, serviços e indústria internacionais que impactam profundamente a forma como o espaço das cidades é produzido a partir do planejamento urbano; e apropriado, a partir da difusão de certas formas de organização socioespacial como os enclaves: o espaço material das cidades usado como capital em processos como os de gentrificação e guetificação.

Os *HOTOS* incorporam todas as classes sociais – do executivo *expat* à classe média despossuída, cada vez mais periferizada e alheia à urbanidade, aos moradores de rua e aos marginalizados que ocupam os espaços públicos. Enfim, aos efeitos que circulação e movimento incessantes deslocam e reinscrevem fronteiras no espaço urbano. Isso nos traz de volta às considerações de SASSEN (2008) sobre a desurbanização. Sua crítica ao Estado se concentra sobre o papel que este representa como estimulador dos fluxos migratórios, através de sua participação na economia globalizada e de controlador obsessivo sobre os efeitos destes fluxos que ajuda a potencializar. Sobretudo a exclusão de imigrantes da vida pública através do instituto de cidadania diferencial¹⁷³ ou da ilegalidade, aproveitando sua força de trabalho sem se preocupar com integração social no quadro da diversidade, mas da assimilação. Destes processos emerge a discussão sobre a integração plena à vida política, ao exercício da cidadania e as formas como estes são instrumentalizados.

E também na emergência de fronteiras sociais vinculadas às questões de pertencimento, inclusão e integração social, causadas pelas migrações laborais, os efeitos do pós-colonialismo que remetem ao problema da extensão da cidadania em comunidades políticas democráticas, autoproclamadas inclusivas. A pressão por integração social torna indefensável manter políticas de naturalização baseadas fundamentalmente em critérios nacionalistas e econômicos, forçando a redefinição das condições para o pertencimento à comunidade política (*idem*, p.62).

¹⁷³ Para resolver os impasses de integração e pertencimento surgem fórmulas como a cidadania diferencial (YOUNG) critica o liberalismo em relação à cidadania integrada, isto é, a respeito da integração forçada das minorias, o que nega a neutralidade do Estado e a igualdade, pois nega direitos às minorias sociais, culturais e étnicas, forçadas à homogeneização. Para ressarcir as minorias da opressão sofrida e permiti-las sair da marginalização através de um estatuto de direitos diferenciados (*idem*, p.72).

O que diferencia as abordagens de LEFEBVRE (1978) e SANTOS (1981) da abordagem de HARVEY (2003, 2009) é que os primeiros viam o Estado Nacional como responsável pela manutenção da integração social frente aos efeitos desorganizadores, fragmentadores e hierarquizantes do modo de produção capitalista. O estado territorial permanece a força coesiva e mediadora dos conflitos sociais que emergem de outras dimensões do exercício de poder, ainda que incorporem as dinâmicas do capitalismo globalizado aos sistemas de governo e governança, principalmente na forma como se dá a urbanização que denotam a diversificação de processos de nacionalização e de captura de cidadania, imbricados também ao sistema econômico e social, além do político. No imaginário de Milton SANTOS, a mobilização da identidade é feita a partir de classes, processo complexo devido à pluralidade dos atributos que a definem. Cidadania não se resume à nacionalidade e fronteiras sociais superam as de classe.

Fronteiras sociais podem ser cambiantes, por exemplo, as relações de trabalho (formal x informal / emprego x desemprego), que condicionam o acesso temporário aos benefícios sociais e impactam a forma como se dá a integração dos indivíduos na sociedade; ou fixas, que implicam em diferenciações permanentes no exercício da cidadania¹⁷⁴. Podem ser estabelecidas, segundo Marilena CHAUI¹⁷⁵, quando “as elites socioeconômicas transformam diferenças em desigualdades que são naturalizadas como estratégia de preservação de uma determinada estrutura social” e que estabelecem desigualdade na ação e representação política limitada pela segregação e baixa mobilidade entre classes sociais, com ênfase na discriminação.

A noção de fronteira social é complexa e ambivalente porque se inscrevem no espaço físico através do seu viés quantitativo e não qualitativo: quando é possível estabelecer correlações entre concentração locacional de características socioeconômicas¹⁷⁶ que remetem ao campo da política e da estruturação da sociedade, configurando ou não territórios segregados, aqueles dentro dos quais práticas cotidianas ficam restritas e que condicionam a mobilidade

¹⁷⁴ Penso na legislação relativa aos imigrantes. Por exemplo, na Alemanha que aplica o *jus sanguinis* (o Estado só reconhece como cidadãos plenos a descendência de cidadãos plenos, isto é, não imigrantes = nascidos de pais alemães). Para o alto percentual de trabalhadores de origem turca, mesmo que na terceira ou quarta geração residente, existem restrições ao exercício da cidadania em função da inexistência de processos de naturalização. Ou no caso de Israel, em que só tem acesso à cidadania plena os indivíduos que professam a religião judaica.

¹⁷⁵ Transcrição do depoimento de Marilena Chauí à TV BONDUKI, Nabil BONDUKI 13633 | Marilena CHAUI e a Classe Média Paulistana. Publicado em 19/7/2012 at <http://www.youtube.com/watch?v=ofTcY6dDIRE>. Naturalizado se refere à forma como as desigualdades são assumidas como condição a priori da estruturação da sociedade.

¹⁷⁶ Dados censitários são usados para estabelecer a correlação de determinadas características socioeconômicas e locais e daí analisar, pelo princípio de concentração ou dispersão se existem fronteiras físicas correspondentes às sociais na apropriação do espaço e avaliar situações de segregação/integração ou enclaves e guetos.

social, gerando efeitos de discriminação socioespacial¹⁷⁷. São abordadas a partir da segregação residencial. Ou daquelas em que o controle instrumental sobre partes do sistema espacial designam sentido à copresença como o proposto por HOLANDA (2010) e explorado na Etnografia e Geografia Urbana como *governança espacial*.

Segundo RAFFESTIN (1986) uma fronteira é um fundamento social de ordem moral que produz limites a partir de rituais indispensáveis à passagem e à transgressão, podendo se tornar uma afirmação, uma ação afirmativa sobre o que se está transgredindo. Não se trata de formas materiais, mas das estratégias de controle sobre o espaço, sobre lugares, sobre encontros e esquivações. Podem ser instrumentalizadas pela estrutura de acessibilidade relativa dos lugares, pelas medidas de integração e conectividade apreendidas pelas relações topológicas e decompostas em linhas axiais e suas correlações com movimento, copresença e dados socioeconômicos. No entanto há outras formas de fronteira social e outros processos a-espaciais que levam a diferenças na apropriação social do espaço.

Edward SOJA (1971:1996, p.34-7) identifica alteridade (*otherness*) como uma das funções de diferenciação espacial, adicionando aos processos históricos, políticos, econômicos uma dimensão cultural que estaria implicada nos processos de produção de territórios ou de territorialização (RAFFESTIN, 1988). A dimensão cultural da produção do espaço implica na reorganização do espaço a partir de sua apropriação, conferindo-lhe uma estrutura identitária como função de usos excludentes atribuídos a uma estrutura espacial preexistente. Subverte a lógica de abordagem do território, centrando-o nos agenciamentos e práticas cotidianas, atribuindo-lhe relacionalidade.

Territorialidade social emerge da fronteirização (*bordering*) dos espaços cotidianos, com propósito de assegurar, defender, controlar, identificar, privatizar, comunicar, separar, conectar, regular. Funções que podem ser agrupadas sob a noção genérica de governança espacial (*spatial governance*) – prática de impor e manter fronteiras intencionais circunscrevendo a vida social, o que produz a reorganização política do espaço. A partir desta ótica, fronteiras de classe, étnicas, culturais, de gênero, proliferam como canais de ação política, dando emergência a uma nova consciência espacial que denota, “a expressão física de conflitos que claramen-

¹⁷⁷ Discriminação: indivíduo é impedido de exercer algum direito em função de uma característica atribuída: gênero, cor, raça, escolaridade, local de domicílio (ROCHA et. al., 2011, p.12); discriminação espacial: quando a referencia regional, territorial ou locacional é acionada como fator de diferenciação em função de sua atribuição a um grupo étnico, religioso, classe social ou raça que pauta a maneira como os indivíduos se inserem na sociedade, no mercado de trabalho, na política. (*idem*, p.15).

te demarca o espaço, funcionando também como discurso identitário a partir do controle de determinado grupo sobre o espaço” (COAFFEE, 2003).

MASSEY (1994, p.129) entende que “a economia é geral, porque se configura num fenômeno em larga escala ao qual se interpõe variações internas. Sua dinâmica tem concretude inegável, produto específico de inúmeras determinações”. Alerta para não se confundir escala geográfica com abstração, dizendo que “mobilidade e controle sobre a mobilidade reflete e reforça o poder” (*idem*, p.4) e a possibilidade de maior mobilidade de certos grupos pode efetivamente enfraquecer outros, o que ela chama de *mobilidade diferencial* e que levanta a questão da política, das políticas públicas relativas à localização de funções aos processos de periferização da pobreza. Entende-se que o controle sobre a mobilidade ou os recursos para a efetiva mobilidade que asseguram o exercício de poder está relacionado à desurbanização de SASSEN (2008): o espaço urbanizado pode se expandir indefinidamente desde que certos grupos assegurem que sua mobilidade será resguardada. Soma-se à acumulação primitiva de HARVEY e a outras formas de controle sobre a mobilidade à escala global.

Relações entre mudanças econômicas, políticas e culturais podem definir a importância de operações locais, portanto alguns destes processos de transformação das relações locais operam em outros níveis além do estado nacional. Diferenças morfológicas e configuracionais significam que o potencial, os problemas e o tipo de resposta política que demandam variam de lugar para lugar dentro de um mesmo país (MASSEY, 1994, p.123).

Mais uma vez Milton SANTOS e Henri LEFEBVRE estavam certos ao concluir que as implicações políticas da economia globalizada e capitalista nos lugares, à escala local são imperativas na reorganização do sistema espacial dos Estados Nacionais, na rede de cidades e nas hierarquizações que pautam o desenvolvimento regional, mudando relações espaciais das quais emergem novas configurações. Também impactam a hierarquia entre lugares de uma cidade, nas transformações de suas bases produtivas, suas relações regionais, nacionais e globais e das fronteiras que emergem das diferenças entre interfaces mobilizadas politicamente.

Enquanto as fronteiras sociais impactam, além da produção de desigualdades sociais, inclusão e exclusão a maneira como se dá a copresença nos espaços públicos, as formas de controle e ocupação dos espaços de convívio, cada vez mais pautadas por encontros e esquivanças, sobre a apropriação social do espaço, as fronteiras de governança impactam também a forma como o espaço é produzido, denotando o reordenamento das relações sociais num determinado lugar, novas formas de organização das interfaces urbanas, de radicalização da pluralidade autogestionada, autocontrolada e autorregulada.

Das considerações de Doreen Massey sobre a convivência nos lugares, lugares assumidos como nós de redes cujos segmentos eliminam distancias hemisféricas como propõe Latour, é possível discutir como se estruturam processos de diferenciação e expulsão social, como propõe Saskia Sassen ou a incorporação de grupos aos lugares através das redes que se estruturam a partir de processos de acumulação por despossessão de David Harvey. Estes podem ser analisados à escala da cidade, de ruas, bairros ou de espaços públicos ocupados por grupos diversificados. Às questões da produção do espaço, se somam as de apropriação social do espaço, de ocupação e uso do espaço, da copresença. Podem e devem ser discutidas a partir da dimensão social do espaço, das estruturas espaciais que emergem da diferenciação entre potencial de controle e movimento no sistema de espaços abertos, da mensuração de integração e segregação espacial, da Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984, HILLIER, 1996).

Assim como processos de gentrificação, outros que implicam na valorização do solo urbano também dão origem a *HOTOS*: nômades em busca de melhor localização para absorver oportunidades de trabalho, onde quer que elas estejam, em qualquer lugar, que se inscrevem marginalmente na organização social, que circulam pelo mundo globalizado através de fronteiras e provocam, com seus percursos, a sofisticação de mecanismos para controlar seus deslocamentos. Sofisticação? Muros são sofisticados ou complexos?!

SASSEN (2008) baseia-se na ideia de desurbanização como forma de crítica ao abandono do imaginário da cidade como lugar preferencial de integração da sociedade, do convívio (copresença) com a diversidade nos espaços públicos que se transforma em segregação espacial (sintática), dando origem a “arquipélagos” de lugares contíguos e conectados, mas extremamente controlados, dando à copresença, definida como estar na presença de outros no mesmo espaço, o sentido de encontros e esquivanças (HOLANDA, 2010).

A observação de Frederico Holanda ao uso do termo copresença na qualificação deste trabalho, indicando que fosse substituído por encontros e esquivanças pressupõe que o espaço está permeado por fronteiras, por desígnios de quem pode ou não estar em copresença. Com isso, um grande defensor da urbanidade (HOLANDA, 2002) está descrevendo criticamente processos de estabelecimento de fronteiras sociais constatados empiricamente nos espaços públicos das cidades. Está propondo a discussão de um sentido a partir de uma análise sintática do espaço. Encontros e esquivanças pressupõem apropriação e territorialização. Seriam fronteiras sociais mecanismos de privatização de espaços antes públicos?

Um exemplo de fronteira social¹⁷⁸ é a pesquisa¹⁷⁹ (CEDE, 2011) realizada no Rio de Janeiro / BR sobre discriminação no mercado de trabalho, baseada no endereço residencial dos aplicantes. Comprovou, a partir de dados quantitativos, que moradores de favelas recebem salários mais baixos em relação aos de áreas regularizadas ou foram eliminados da competição por postos de trabalho em função do local de residência¹⁸⁰. A desigualdade se baseia em dado espacial como gerador de discriminação e corrobora a definição de fronteira social como aquela em que “a experiência da territorialidade aumenta o peso da desqualificação social que suporta” (ARBARET SCHULZ *et al.*, *Op. cit.*, 2004, p.6) e se constitui num dos problemas mais significativos de integração socioespacial nas cidades contemporâneas – a segregação residencial.

Outro caso de fronteira social que mobilizou a mídia internacional foi o levante dos *banlieues* (subúrbios) de Paris em novembro de 2005. A imprensa interpretou o movimento como baseado em diferenças étnicas, culturais e religiosas, resultado de imigrações sucessivas. As comunidades de imigrantes e seus descendentes estariam cada vez mais segregados espacialmente e excluídos socialmente. O rótulo que o movimento recebeu dá a ideia de fronteira social espacializada, determinada pela análise quantitativa, pela densidade populacional de um grupo com características socioculturais e econômicas homogêneas localizadas na periferia que é identificada como território de imigrantes, graças ao sistema de habitação social do Estado (HLM). A exclusão de jovens de nichos do mercado de trabalho, a precariedade e instabilidade dos vínculos socioeconômicos decorrentes de segregação espacial e exclusão social, levaram DUCLOS (*Le Monde*, 8/2006)¹⁸¹ a dizer que a revolta foi ilegítima, um motim contra o Estado, pelo uso de violência.

178 Emblemático no sentido em que o sistema socioespacial do Rio de Janeiro é permeado por fronteiras sociais reforçadas pelas divisões territoriais discriminatórias que pressupõe desigualdades. A “cidade partida” (VENTURA, Zuenir. SP: Cia das Letras, 1995 -Premio Jabuti, melhor reportagem) produtora de fronteiras: Zona Norte x Zona Sul; Morro x Asfalto, etc.

179 ROCHA (IPP), PESSOA (IBGE) e MACHADO (UFF). Discriminação Espacial no mercado de trabalho: o caso das favelas do Rio de Janeiro. Rio: CEDE/ UFF, texto para discussão no 61, março 2011, 32p. <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD61.pdf>

180 É bom lembrar que as favelas do Rio de Janeiro só comparecem na cartografia oficial da cidade a partir dos anos 2000. Antes, os parcelamentos “informais”, populosos ou minúsculos eram simplesmente pontos vazios nas plantas cadastrais da cidade. Não se tratava nem de estabelecer fronteiras entre cidade formal e informal, mas de negar ou ignorar pelo menos 30% da população que vivia na cidade e, pelo menos 15% da área urbanizada.

181 KADDOURI, Rabah. *La révolte des banlieues populaires françaises: illégitime ou légitime... défense? Publié le 27 novembre 2005 / Maj le 29 novembre 2005 En réponse à Alain Finkielkraut (Le Figaro, L'illégitimité de la haine, 15 novembre 2005).* In: <http://rebellyon.info/La-revolte-des-banlieues.html> (anexo integral do artigo ao final do capítulo). DUCLOS, Denis. *Une crise d'intégration des jeunes de milieux po-*

KADDOURI (27 Nov 2005) analisa o mesmo movimento a partir das fronteiras sociais sancionadas pelo Estado francês, que contrariam o princípio da isonomia legal e normativa, responsável pela segregação espacial¹⁸² e interventor negativo sobre a integração social e política de seus cidadãos, atribuindo desigualdade no acesso a benefícios às comunidades suburbanas:

“O cerne desta revolta não é dismantelar a República para instaurar um Estado regido por uma espécie de lei dos subúrbios, mas ao contrário, de sinalizar ao Estado e, em particular ao Ministro do Interior, sua obrigação de aplicar os princípios da República também aos habitantes dos bairros populares: aplicar sem discriminação, os princípios republicanos de liberdade, igualdade, fraternidade e também solidariedade a todos os cidadãos, independentemente de suas origens: do topo ou da base da pirâmide social”.¹⁸³KADDOURI (*Op. cit.*, 27/11/2005, p.3)

Como o Rio de Janeiro, Paris está permeada por fronteiras sociais e discriminação socio-espacial: “As mídias internacionais, BBC e CNN, apresentam Paris como uma cidade dividida em dois: a Cidade Museu, ornada pela Torre Eiffel e a Cidade Gueto, onde se aglutinam milhões de pessoas em conjuntos habitacionais” (KADDOURI, *Op. cit.*, p.11). No caso da França, fronteiras sociais são questionadas pelos grupos marginalizados que reclamam maior integração espacial, social e econômica. O Estado se encarrega de aumentar o efeito das fronteiras sociais através de governança discriminatória que impõe à parte de sua população:

“O porquê das revoltas é dado por três palavras: desemprego, desigualdade e discriminação. Estão ancoradas em dados estatísticos espacializados que identificam desigualdades localizadas (nos subúrbios) que abarcam do número de causas levadas a julgamento às taxas de desemprego da população residente, que chega a 40%, das mais altas da EU, e a restrições à livre circulação impostas por controle nos meios de transporte, sobretudo trens e metrô. No caso, os aparelhos de Estado (polícia, justiça) reforçam o efeito das fronteiras sociais, na medida em que o próprio Estado é agente do estabelecimento destas fronteiras”.

A fronteira social naturalizada por estratégias políticas e espacializada através do controle sobre a mobilidade e segregação espacial assumem relevância a partir do momento em que é acionada por grupos excluídos. KASTORYANOS (2002) analisa a situação a partir das ações do próprio Estado para excluir social e economicamente e segregar espacialmente descendentes de imigrantes, dando emergência a uma forma de solidariedade espacial na qual a violên-

pulaires: retour sur la grande révolte des banlieues françaises. Le Monde Diplomatique, Archives, 08/2006<http://www.monde-diplomatique.fr/2006/08/DUCLOS/13741>.

¹⁸² Através de programas habitacionais para fixação da população imigrante (de origem norte-africana) na França, os HLM.

¹⁸³ “O cerne desta revolta não é dismantelar a República para instaurar um Estado regido por uma espécie de lei dos subúrbios, mas ao contrário, de sinalizar ao Estado e, em particular ao Ministro do Interior, sua obrigação de aplicar os princípios da República também aos habitantes dos bairros populares. Em suma, aplicar sem discriminação, os princípios republicanos de liberdade, igualdade, fraternidade e também solidariedade a todos os cidadãos, independentemente de suas origens: do topo ou da base da pirâmide social.” Tradução livre da autora.

cia torna-se estrutural e a territorialização baseada na extrema heteronomia destes grupos cuja identidade é produzida a partir da assimetria das relações. Destes processos emergem territorialidades que revertem, em benefício próprio, os efeitos da segregação espacial e controle sobre a mobilidade para estabelecer outro tipo de fronteira descrito por ARBARET-SCHULZ *et al.* (2002, *Op. cit.*) como fronteira de governança.

3.2.1 Fronteiras de governança e nacionalismo como parâmetro de ordem

As fronteiras de governança são fronteiras sociais vinculadas a processos de territorialização, que conferem materialidade (ou espacialidade) à desigualdade positiva ou negativa¹⁸⁴. Estabelecidas a partir de sistemas de governança com potencial político que vincula estruturas normativas e socioespaciais, delimitando unidades espaciais correlacionadas a certas formas de organização social com certa autonomia em relação às instâncias de poder estatais em suas várias escalas. São processos de diferenciação, excepcionais, nos quais a fronteira é sinalizadora de formas de integração alternativas e não hegemônicas.

Podem delimitar territórios com autonomia reconhecida dentro de territórios geopolíticos, legitimadas pelo Estado para marcar a área de abrangência de um sistema legal e normativo excepcional e estatuto político especial (ex: zonas francas, de fronteiras e transfronteiriças e regiões metropolitanas). O objetivo de sua instituição é melhorar a integração local, regional ou a centro-periferia e promover o desenvolvimento econômico e social.

Também são usadas para delimitar territórios de minorias étnicas ou culturais sobre os quais incide legislação específica, que reconhece a autonomia e alteridade de práticas socio-culturais de grupos minoritários, outras formas de territorialidade (Terras Indígenas Brasileiras, o *Aboriginal Land Rights* australiano) ou estratégia de paridade com Estados vizinhos como os cantões em Estados confederados como a Suíça e a Bélgica.

Exemplos de fronteiras transnacionais de governança são as redes de cidades, com políticas voltadas para o desenvolvimento concertado e cooperação das afiliadas. Promovem integração a partir de instâncias de poder local, tendo na urbanização seu parâmetro de ordem. O sistema mundial de cidades-gêmeas¹⁸⁵ ou cidades-irmãs é um exemplo de cooperação socio-cultural descentralizado (independente dos Estados Nacionais) que surge no Pós-guerra Euro-

¹⁸⁴ Positiva: proteção do patrimônio cultural, preservação do meio ambiente, etc.; negativa: discriminação e marginalidade.

¹⁸⁵ Ver: http://www.issy.com/index.php/fr/international/jumelages_et_partenariats/les_villes_jumelles e também *Fédération Mondiale des Cités Unies* (1957 em Aix-le-Bains/FR).

peu (1951) com o objetivo de reconstruir o sistema de relações internacionais de forma que o nacionalismo ficasse em segundo plano, tendo como estratégia de (re) integração continental o acionamento das instancias locais (comunidades urbanas). A FMCU (*Federation Mondiale des Cités Unies*) é agente de fronteiras de governança transpaciais à escala global que configura um sistema autônomo formado por instancias de poder local.

Blocos regionais como a CEE, MERCOSUL e a ALCA delimitam fronteiras de governança territorial (regiões e continentes) baseadas na cooperação política e econômica e na integração regional. Outras formas de integração supraestatais configuram fronteiras de governança reticulares, de amplitude global (ONU -Organização das Nações Unidas e afiliadas).

O que caracteriza a fronteira de governança é que esta traduz um sistema normativo, legal, ou econômico para o exercício de poder que tem dimensão política, podendo ser acionada sob a forma de reivindicações e representação, apropriada por poderes paralelos ao do Estado, forma de acumulação primitiva econômica ou de controle bélico sobre território geopolítico. A estratégia consiste em reforçar a integração local – controle dos moradores ou vizinhos – de partes segregadas do sistema espacial e concentrar a integração global, controle do estrangeiro, em poucas linhas ou rotas, mais fáceis de ser interrompidas ou controladas. Demonstra que as diferenças nas configurações espaciais podem ser mobilizadas em processos de fronteirização social e de governança.

Segundo WEIZMAN (2006, p.84) “se fronteiras são linhas abstratas que designam os limites de uma jurisdição, barreiras tornam estes limites físicos.” Barreiras definem espacialmente enclaves e prefiguram o reordenamento territorial que sua difusão impõe ao espaço através da fragmentação, da descontinuidade e da ambivalência na aplicação de normas relativas à soberania estatal e à administração urbana.

Os enclaves são os tipos espaciais mais destacados que emergem do estabelecimento de fronteiras de governança. Nacionalismo, globalização e urbanização são parâmetros de ordem que mediam os processos sociais dos quais emergem. Há exemplos de enclaves em quase todas as escalas geográficas, produto de conflitos (internacionais), insegurança social (*gated communities*), migrações populacionais (cidades interétnicas). O enclave é uma forma de segregação espacial que emerge de processos de diferenciação social, cultural, econômica, política e identitária em que a alteridade produz territorialidades específicas. Um tipo de estratégia instrumental de controle territorial e exercício de poder no qual integração endógena e exclusão exógena mediam interação. Controle da conectividade e acessibilidade seus atributos espaciais mais importantes.

Segundo WEIZMAN (2006, p.84) “se fronteiras são linhas abstratas que designam os limites de uma jurisdição, barreiras tornam estes limites físicos.” Barreiras definem espacialmente enclaves e prefiguram o reordenamento territorial que sua difusão impõe ao espaço através da fragmentação, da descontinuidade e da ambivalência na aplicação de normas relativas à soberania estatal e à administração urbana.

A partir do parâmetro de ordem do nacionalismo, enclaves são territórios delimitados sob jurisdição de outra entidade que não o estado nacional onde se inscrevem e geralmente ocorrem em situações de conflito e disputa territorial. Por exemplo, zonas de intervenção humanitária, acampamentos militares, campos de refugiados e polos logísticos ou enclaves étnicos e culturais em situações de dominação e disputa territorial. Algumas formas de conflito e disputa territorial produzem um tipo especial de territorialidade nacional no qual enclaves dispersos e bem conectados através de redes de transportes, infraestrutura e comunicação estruturam a forma de dominação e controle do território, denominados por WEIZMAN (2006, p.84) de arquipélagos.

O enclave é um tipo de territorialização descontínuo e fragmentário que impõe descontinuidade às configurações espaciais. Fronteiras de governança estruturadas como satélites (enclaves) com poucos acessos controlados tratam de um tipo de organização espacial, com limites definidos, baseados na segregação espacial local e na conectividade global através de redes de infraestrutura. Forma de territorialização e controle do espaço que WEIZMAN (2006) nomeia de arquipélago por potencializar integração e controle local e segregação espacial e conectividade global. Sua expansão é reticular se dá através do processo de irradiação ou intensificação dos fluxos, da integração seletiva, concentrada sobre poucas linhas.

Dentre as fronteiras de governança supranacionais mais notórias estão os campos de refugiados, porque além de pressupor uma fronteira de governança gerenciada por organismos afiliados às Nações Unidas, sua territorialização pressupõe populações que estão temporariamente apátridas ou deslocadas de seus países em função de conflitos¹⁸⁶. Refugiados vivem em

186 A assembleia das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1950 (resolução no 458) cria a UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees / Un Refugee Agency) /ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) cujo mandato se estabelece como forma de proteção e assistência às populações deslocadas na 2ª Guerra Mundial à espera de retorno e em busca soluções duráveis para os problemas decorrentes da consolidação de fronteiras geopolíticas. A Convenção do organismo define refugiado como “alguém com temor fundado de perseguição por razões de raça, nacionalidade, religião, afiliação a um grupo social ou opinião política que se encontra fora do seu país de nacionalidade por impedimento ou temor tal que justifique sua indisposição a estar sob a proteção de seu estado”. UNHCR. *Flowing across borders*. Fonte: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home> . A criação da agência está relacionada à consolidação do nacionalismo como parâmetro de ordem nas relações políticas mundiais e à Declaração Universal de Direitos Hu-

situação de crise, marginalizados por fronteira social. Indivíduos sem nacionalidade têm seus direitos civis e humanos restringidos, uma situação crítica dado que a estrutura das interfaces mundiais e locais é pautada pelo nacionalismo e a atribuição de cidadania. Refugiados têm, na maioria das vezes cidadania diferencial nos lugares para onde são deslocados, forçados a ir. Por isso dependem de ação internacional de proteção e salvaguarda dos seus direitos (humanos), como a busca por asilo e refúgio seguro tendo a opção de retorno voluntário à sua terra natal, integração local ou reassentamento em outro país (UNCHR¹⁸⁷).

O conceito de apátrida é mais difuso e complexo porque implica em precariedade e marginalização social, portanto na configuração de fronteiras sociais através da negação de direitos mínimos como uma identidade e sujeitos à discriminação decorrente da indeterminação da nacionalidade para a vida civil dos indivíduos. Este é o status mais complexo com o qual a UNCHR trabalha porque muitas vezes não há dados estatísticos sobre estas populações porque estes registros são efetuados por estados nacionais (*idem*).

3.2.1.1 O paradigma: palestinos, uma nação de refugiados

Palestinos são a maior e mais antiga concentração de pessoas sem nacionalidade definida. De mais de seis milhões de pessoas, quatro milhões são refugiados. A causa palestina hoje gira em torno do direito de retorno aos refugiados da Guerra de 1949 ao território de Israel, à integração de descendentes nos países que os acolheram propondo a dupla afiliação como forma de melhorar as condições de vida na diáspora, e minorar os efeitos negativos da falta de nacionalidade nas sociedades anfitriãs, permitindo que estes possam ser considerados cidadãos nos lugares onde nasceram e cresceram, mas não abram mão de sua identidade.

O conflito árabe-israelense foi o que produziu as fronteiras de governança supranacionais mais resilientes. O caso dos refugiados palestinos é atípico por sua duração – está na quarta geração de refugiados – por desdobramentos do conflito e por determinações políticas que

manos(1948). Dentre os acordos e tratados internacionais que versam sobre o assunto ver: Constitution of the International Refugee Organization, Preamble (15 Dec. 1946); UN General Assembly Resolution 194 III, 11 Dec. 1948; 4a Convenção de Genebra (12 Aug 1949); European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, Protocol 4(16 Sept. 1963); International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, Art. 5 d (7 March 1966); Convention Concerning Indigenous and Tribal Peoples in Independent Countries Art. 16 (7 June 1989), dentre outros. Fonte: The UN Refugee Agency homepage <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home> e <http://www.passia.org/publications/bulletins/Refugees/Pal-Refugees.pdf> . dos dados disponibilizados pela ACNUR tem-se que 50% dos refugiados com que se ocupam estão na Ásia e 28% na Africa. Deste total, 50% vivem em áreas urbanas, em cidades não em campos. As soluções para resolver os problemas de refugiados envolvem a repatriação, a integração local ou o reassentamento. Segundo a ACNUR há hoje no mundo dez milhões e meio de refugiados, 1/3 dos quais vivem em campos. Fonte: UNHCR. Flowing across borders. In: <http://www.unhcr.org>

¹⁸⁷ *Refugees and Stateless people definition*. In: <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c26.html>

contribuíram para prolongar sua situação de marginalidade nos países vizinhos, dado que permanecem ainda sem nacionalidade definida até o reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina em 1994 (Acordo de Oslo) e a implantação de um governo provisório na Cisjordânia (2006)¹⁸⁸.

O problema dos campos de refugiados que proliferaram no Oriente Médio em função do conflito demandaram a criação de Agência específica - UNRWA (*United Nations Relief and Works Agency*, Resolução IV da Assembleia das Nações Unidas de 8/12/1949¹⁸⁹) - para administrar os problemas da população árabe-palestina deslocada pela constituição do Estado de Israel (1949) para fora das fronteiras geopolíticas, tornando 80% da sua população refugiada. Provê suporte e proteção aos refugiados palestinos na Síria, Líbano, Jordânia, Faixa de Gaza e Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental), soluciona problemas logísticos, de infraestrutura e de serviços sociais que a situação de cidadania diferencial causa e negocia a localização de campos para abrigar a população, agindo como intermediário no aluguel de terras em outros Estados. Nestas áreas, a presença de refugiados palestinos expulsos em 1949 chega a quatro milhões e oitocentos mil indivíduos, boa parte deles vivendo em 59 campos de refugiados.

A ACNUR / UNHCR se ocupa dos refugiados palestinos em outras regiões do mundo, assistindo-os na emissão e renovação de documentos de viagem e atuando como facilitador entre as administrações dos estados nacionais para aqueles foram apátridas (sem estado nacional) até recentemente. Dentre os que têm cidadania diferencial em outros países do mundo, destacam-se os oitocentos mil árabes-israelenses, vivendo no território de Israel, os quatrocentos e quarenta e seis mil refugiados palestinos vivendo em outros países do Oriente Médio e Golfo Pérsico (com residência e alguns direitos civis e sociais) e quatrocentos e cinquenta e

¹⁸⁸ Unidade Política com autonomia limitada. De direito sobre a Cisjordânia e Gaza, de fato sobre a Cisjordânia, renegociada em DOHA, 2011. No entanto, seu controle total sobre o território é restrito às áreas urbanas (Área A), limita-se ao controle civil nas áreas rurais (Área B), enquanto que a Área C (vale do Jordão, estradas ligando as comunidades e assentamentos judaicos). Em 2012 a Assembleia da ONU (Resolução 67/19) reconhece soberania como estado não membro, o que permite a denominação Estado palestino. Jerusalém e o direito de retorno não estão solucionados, o que faz com que a situação de refugiados perdure, ainda que a situação de apátridas tenha sido resolvida para os que estão em territórios nacionais palestinos. Refugiados não registrados não tem direito de retorno nem passaporte palestino, ainda que a comunidade palestina em diáspora assim se autodenomine.

¹⁸⁹ Um terço dos refugiados palestinos registrados (um milhão e quatrocentas mil pessoas) vivem em cinquenta e oito campos de refugiados (dados UNRWA). 80% dos palestinos residentes no que se tornou o Estado de Israel foram deslocados para a Cisjordânia (1/3), para Gaza (1/3) e Jordânia, Líbano, Síria e outros lugares (1/3), segundo a proximidade das fronteiras internacionais dos seus lugares de vida. Fonte: *Palestinian Refugees, an Overview*. Acesso via: <http://prn.mcgill.ca/background/index.htm> Como a situação se mantém desde então, os mandatos da UNRWA são constantemente renovados, a última renovação até maio de 2014.

dois mil refugiados palestinos vivendo em outras regiões do mundo, muitos não sob o status de refugiados e sim de residentes, residentes temporários ou nacionalizados.

A situação mais complexa dos refugiados palestinos no Oriente Médio remete à Liga Árabe, empenhada na criação de um estado nacional palestino. Através do Protocolo de Casablanca (1965) assinado pela maioria dos países árabes, estabeleceu-se que os membros da Liga deveriam garantir aos refugiados palestinos o direito ao emprego, à residência, a liberdade de ir e vir e, simultaneamente, preservar sua identidade (étnica) não lhes atribuindo cidadania. Essa estratégia foi usada para pressionar a comunidade internacional a obter uma solução para o conflito. No entanto, conflitos subsequentes (1967) e mudanças nos interesses de cada país em relação à causa palestina alteraram as relações destes com os refugiados, provocando a redução de as liberdades civis e fragilizando suas reivindicações nacionalistas; tornaram os refugiados vulneráveis às estratégias políticas de cada estado nacional e prolongaram a situação de povo sem estado (*stateless people*, apátridas):

“Os maiores problemas enfrentados por refugiados palestinos é não obterem status de residente e direitos civis. (...). Deve-se dizer que os governos árabes usam as reivindicações palestinas em causa própria, para atingir seus objetivos políticos e forjar alianças regionais. Porque seu status quanto à cidadania é problemático, palestinos são extremamente vulneráveis à expulsão. entre.” PASSIA. *Palestinian Refugees. Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs, JerusalemSpecial Bulletin, March2004*.16p, p5.<http://www.passia.org/publications/bulletins/Refugees/Page05.pdf>

O tipo espacial mais relevante que emerge desta situação relaciona fronteiras de governança, fronteiras sociais e geopolíticas são os campos de refugiados. São áreas delimitadas nas quais uma população sem nacionalidade ou cujos direitos civis nacionais estão suspensos é alojada de forma provisória sob a forma de um enclave em território estrangeiro. Seu status quanto à cidadania é ambíguo, tendo documentos expedidos por agências de auxílio internacional que também proveem serviços básicos (de saúde, educação, registro, etc.) fundados sobre os Direitos Humanos e em cooperação com os estados nacionais em cujo território se situam os campos de refugiados.

Algumas fronteiras de governança podem ter sido desativadas com o reconhecimento do Direito à Autonomia Palestina (ONU, 1986) mas fronteiras sociais permanecem e as novas fronteiras geopolíticas entre Israel e a Autoridade Palestina não resolvem os conflitos e os problemas da população refugiada, sem direito de retorno. A UNRWA implantou e gerenciou os campos de refugiados de 1949. A Guerra de 1967 provocou outros deslocamentos (de Gaza) para a Cisjordânia. Como a Jordânia perde a Cisjordânia para Israel (Territórios Ocupados) estes refugiados tem status diferenciado dos refugiados de 1949. O direito de retorno não

foi negociado nos tratados de paz, portanto hoje muitos são refugiados em seu próprio país, o que demonstra que a crise é também uma crise urbana.

A liberdade de ir e vir da população refugiada em campos, assim como sua integração econômica e social depende da legislação de cada Estado nacional, assim como a expedição de documentos e limitações ao trabalho (Quadro 1). O refugiado é marginalizado quanto à integração política. A segregação espacial é um atributo incontestável de exclusão social, de diferenciação. Mesmo sem cercas e muros, existe o controle e a restrição à circulação, além da desigualdade social e a limitação de direitos, produzindo cidadania diferencial. Dentro destas fronteiras a precariedade e provisoriedade, inclusive da arquitetura, marcam a forma como o espaço é produzido.

A partir do acordo de Oslo (1993), campos de refugiados na Cisjordânia foram integrados às áreas urbanas controladas pela Autoridade Palestina (13 na Área A). Os quatro campos de refugiados situados na Zona B, são co-controlados pela Autoridade Palestina e Israel. Dois campos são controlados por Israel exclusivamente (Área C). Segundo a UNRWA¹⁹⁰ (s/d), há hoje 700.000 refugiados registrados na Cisjordânia das quais 192.750 vivem em campos. A UNRWA se limita à administração de seus equipamentos, projetos de integração social, econômica e comunitários. Registro civil, documentos de viagem e infraestrutura estão sob a responsabilidade da ANP.. Como o direito de retorno não é negociado, a condição de refugiados permanece, ainda que com direito à identidade palestina.

O caso dos Territórios Ocupados por Israel na Cisjordânia é o mais emblemático. (Figura 8). É feita através de enclaves étnicos e religiosos, de comunidades fechadas predominantemente habitacionais, conectados por rede de infraestrutura exclusiva que produz integração diferencial em relação ao sistema de ocupação espacial preexistente. Este processo de ocupação fragmentada impõe descontinuidade espacial ao território hoje controlado pela ANP (Autoridade Nacional Palestina) e um emaranhado de fronteiras de governança descontinuo e ambivalente¹⁹¹ nas áreas circundantes aos enclaves israelenses o que se constitui num dos maio-

¹⁹⁰ Dados obtidos através da página oficial da *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*, <http://www.unrwa.org/etemplate.php?id=85>.

¹⁹¹ Segundo WEIZMAN (2006, p.85) diz que a ambivalência das fronteiras de governança nas situações de enclave é dada pela flexibilidade territorial das ações de guerra e de guerrilha que não podem ser contidas por barreiras físicas. Por exemplo: o impacto de bombas no exterior de um muro pode atingir o que está dentro. O mesmo ocorre com bombas de gás, por isso, as barreiras que circundam enclaves são expandidas para áreas maiores e não delimitadas através do controle e supervisão de um perímetro mais amplo. O autor diz que uma fronteira é uma “zona de contato” irrepresentável através de linhas, que muda constantemente em função da percepção de ameaças.

res problemas enfrentados para o estabelecimento de fronteiras geopolíticas eficientes e na gestão de infraestrutura própria e integradora pela ANP.

Descontinuidade e segregação espacial são os atributos que determinam transformações na configuração espacial das cidades palestinas provocadas pela territorialização em arquipélago. Interrompe conexões entre cidades, o controle sobre fluxos é rígido, segrega áreas urbanas do seu entorno, impedindo sua expansão e altera as relações rural urbano através de barreiras de controle sufocando a economia local (12% do território da ANP tem controle de acesso exercido pelo Estado de Israel)..

A construção do Muro da Cisjordânia piora estes efeitos e provoca deslocamentos internos da população que, na iminência de ser privada de acesso a centros de serviço, comércio e empregos, se transfere de local. O impacto da segregação espacial é também político na medida em que as pessoas são impedidas de votar fora de suas zonas eleitorais, onde estão registradas (ANP). Os efeitos negativos são reforçados pela estrutura de vida comunitária das vilas palestinas (clônicas) e de sua base econômica (agrícola) que a construção do Muro¹⁹² sobre a linha de fronteira entre Israel e a Cisjordânia que impõe porque 12% do território tem acesso controlado através de postos de controle em alguns casos dividindo cidades palestinas de seu entorno ou de polos de emprego e trabalho. A barreira impõe segregação espacial, não coincide com a linha de fronteira internacional e impõe fronteiras de governança que se estendem além de seu território geopolítico – são transnacionais.

O Estado Palestino nasce como um arquipélago. Sua autonomia nacional sujeita aos interesses políticos de outros. É um país formado através de enclaves, produzidos a partir de outros enclaves, descontinuo espacialmente, seu território recortado pela infraestrutura de outro estado nacional (Israel), suas cidades cercadas por assentamentos judaicos. E é também uma nação cuja identidade é construída a partir de uma rede de solidariedade transpacial, da reiteiração dos vínculos dos que estão em diáspora, dos sujeitos a fronteiras sociais, de governança e geopolíticas, a barreiras espaciais, a desigualdades provocadas por cidadania diferencial. Neste sentido, a Palestina é uma nação hipermoderna.

¹⁹² A construção do Muro da Cisjordânia ou Cerca de Segurança foi considerada ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia em 2004 porque corta território sob a Autoridade Nacional Palestina (12% da Cisjordânia) e impede o livre transito de 450.000 pessoas, afetadas pela barreira, o que vai contra os direitos humanos.

Quadro 4: Distribuição de refugiados palestinos do Oriente Médio

Refugiados palestinos	Libano	Síria	Jordânia	Cisjordânia ANP (FATAH)	Faixa de Gaza ANP (HAMAS)	JERUSALÉM Oriental
Palestinos (hab.)	455.000	496.000	3.096.000	2.350.833	1.416.593	22.416
Palestinos refugiados registrados	422.225	243.189 (10%) 123.000 (1967) GAPAR	1.642.399	581.230	951.709 67,1% pop.	114.815 Decresceu 30%
Refugiados em campos (UNRWA)	225.112	119.776 Extraoficiais 123.413 Yarmuk 112.550	341.944	126.835 Jenin 10.371	799.435	24.000 Shufat (1965).
Densidade pop	392 (hab./km2)*	103(hab./km2) *	62(hab./km2)*	415(hab./km2)*	3.880(hab./km 2)*	s/ dados
Direitos civis	Sem direitos sociais e civis. Acesso limitado a serviços, restrição a empregos e propriedade.	Mesmas obrigações e direitos dos nacionais exceto cidadania e direitos políticos; doc. viagem vale 6 anos, direito de retorno, liberdade dir e vir residência	60% cidadania plena à exceção dos oriundos de Gaza (1967, 140.000), outros têm direito de residência ou permanência. A maioria dos campos tornaram-se bairros.	Serviços UNRWA e ANP e administração civil-militar de Israel cumprim. parcial acordos de paz: acesso à cidadania palestina (passaporte, identidade, nacionalidade). Sem direito de retorno.	Controle local ANP. Evac. de Israel (2005) Controle sobre fronteiras, espaço aéreo e costa: UNRWA canaliza ajuda humanitária Campos incorporados a bairros.	População sob ocupação, status indefinido. Construção do muro divide mais uma vez a cidade, formando outro enclave.
No de campos	12	10	13	19	8	1

Fonte dados: UNRWA: *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Middle East*, dados 2003 e 2010. Acesso via: <http://www.unrwa.org/>; AJLUNI, Salem. *West Bank and Gaza Strip Population census of 2007: Briefing paper*. Genebra: UNRWA, January 2010, acesso via: <http://www.unrwa.org/userfiles/2010012035949.pdf>. *Dados sobre densidades por país: *The Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. World Population Prospects: The 2008 Revision*. Acesso via: <http://esa.un.org/unpp/>; Fonte dados Jordânia: AL ABED, Ourod. *Palestinian refugees in Jordan*. Dados GAPAR Acesso via: <http://www.forcedmigration.org/research-resources/expert-guides/palestinian-refugees-in-jordan/fmo025.pdf>. GAPAR (*General Administration for Palestine Arab Refugees*) administra outros campos de refugiados no Oriente Médio para os deslocados na Guerra de 1967 (como os campos da UNRWA).

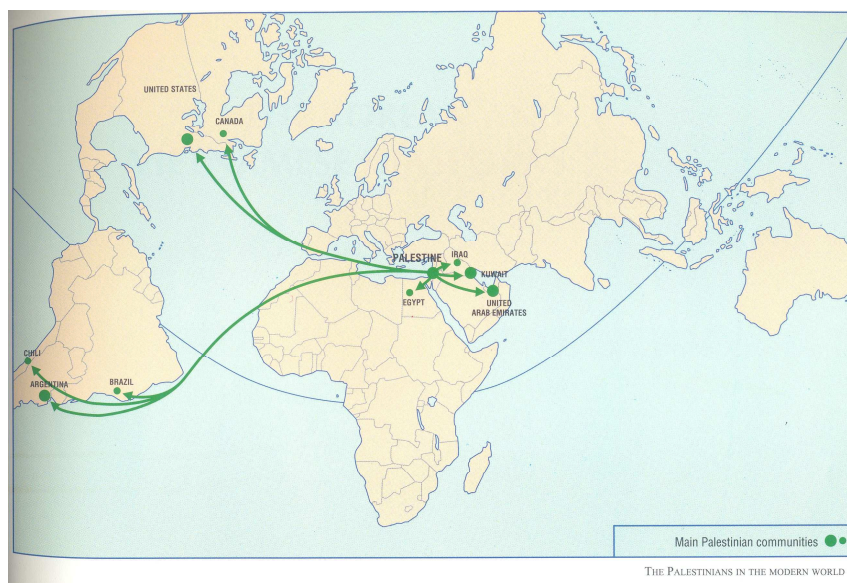


Figura 5: Ilustração das principais comunidades palestinas no mundo, onde se vê o Brasil como destino desses fluxos. Extraído de CHALIAND, Gérard e RAGEAU, Jean Pierre. *The Penguin Atlas of Diasporas*. New York: Penguin Books, 1997.183p, p.177

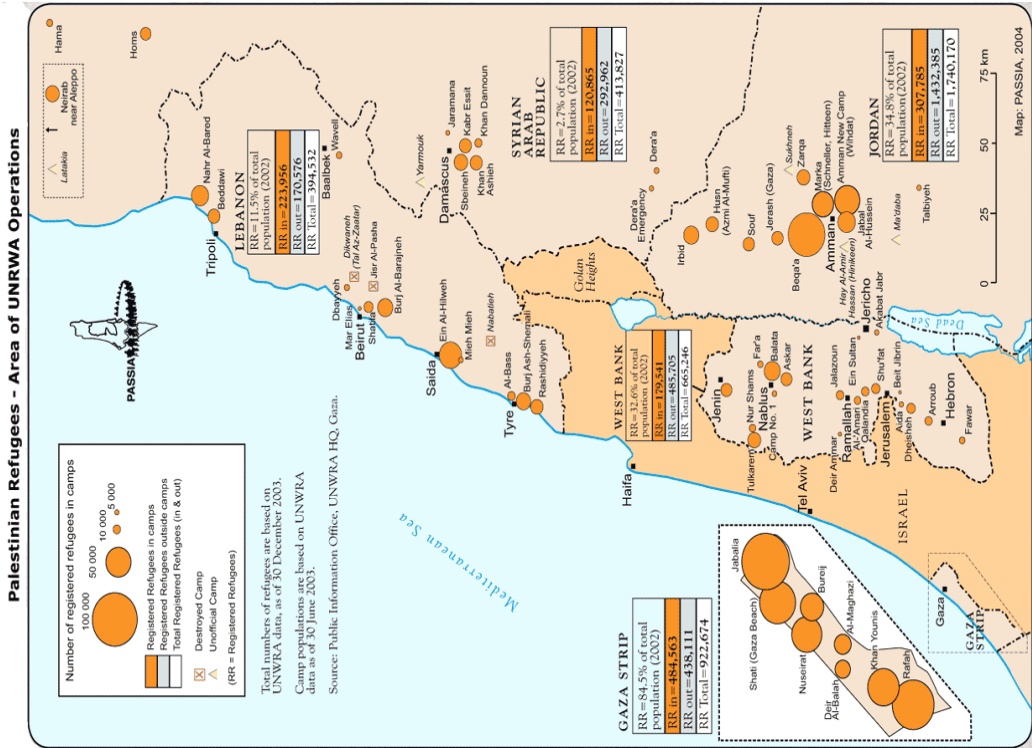


Figura 6: Campos de refugiados palestinos sob a administração da UNRWA na Cisjordânia, Gaza, Jordânia, Líbano e Síria. Fonte: PASSIA - *The Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs, Special Bulletin on Refugees, Jerusalem, June 2003.*

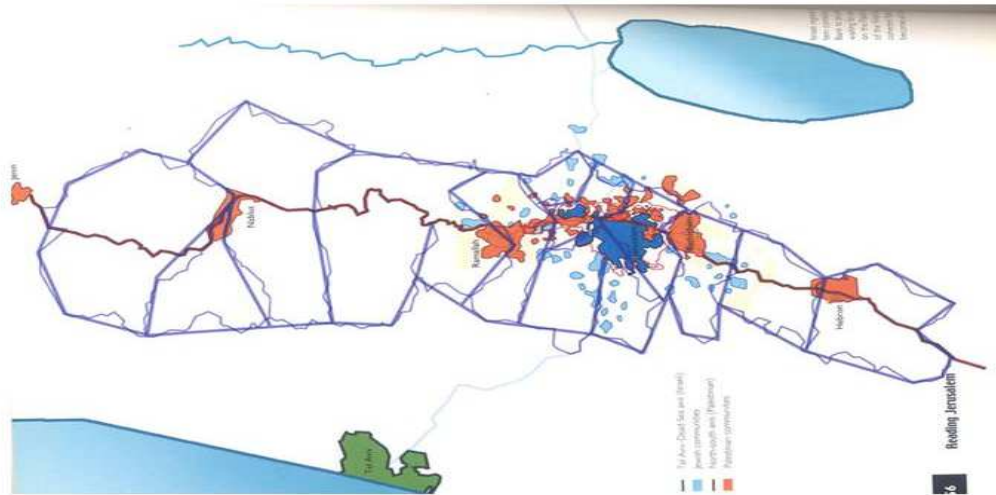


Figura 7: Acima, ocupação de território geopolítico através da fragmentação do sistema espacial por enclaves e fronteiras de governança. Abaixo: Fragmentação espacial imposta à Cisjordânia através de enclaves israelenses articulados por rede de infraestrutura viária controlada. Fonte: TVILDE, Dag & ZIADA, *Alii. Reading Jerusalem*. In: SORKIN, Michael (Ed.). *The Next Jerusalem*. New York: The Monacelli Press, 2002, 431p, pp50-61 (p.56).

3.2.2 Fronteiras de governança: urbanização, globalização e enclaves

«Por sua eficiência, as novas formas de fronteira permitem às sociedades jogar sobre todos os registros de distancia, segundo os recursos que mobilizam: instalá-las, desmobilizá-las em função de circunstâncias e contextos variáveis. As fronteiras sociais e de governança revelam que hoje em dia, o dentro e o fora territoriais se interrelacionam e se sobrepõem.»¹⁹³

(ARBARET-SCHULTZ *et. al.*, *Op.cit.*, p. 12), trad. livre autora.

De acordo com GRANT (2003) as *gated communities* contemporâneas, que se difundem a partir dos anos 1990, desafiam a ordem e a lógica espacial, organizacional e institucional que forjaram a cidade moderna industrial. Segundo definição da autora, “*gated communities* são parcelamentos residenciais, circundados por barreiras, muros e cercas, nos quais os acessos são controlados por portões e a vigilância e a infraestrutura viária construídas sobre solo privado” (*Op.cit.*, p.913). A autora discute a ideia de comunidade subjacente ao termo tal como empregado na contemporaneidade, mas frisa que as condições de enclave residencial ou “comunidades residenciais espacialmente definidas e segregadas do entorno, de tamanhos variáveis, cujos moradores compartilham amenidades - áreas de lazer, clubes, etc. - detêm potencial para o desenvolvimento de redes sociais locais que a caracterizam” (*idem*, p.914). Desafiam a lógica espacial ou espacializam outra ordem social?

Gated communities, condomínios fechados, enclaves residenciais, *expat compounds*, interessam porque efetivam fronteiras de governança e promovem a fragmentação dos sistemas espaciais, indicam uma nova ordenação das relações sociais que configuram o que SASSEN (2008) chama de desurbanização, fenômeno que ocorre nos quatro cantos do mundo globalizado, contribuindo para reduzir o espaço público a uma rede de circulação e conexão entre enclaves, em situação extrema.

Exemplos emblemáticos de *gated communities* são aquelas instaladas para dominar territórios em disputa, criando enclaves que garantam a ocupação e legitimem a incorporação de território geopolítico que passa a ser reclamado pela parte interessada. *gated communities* e enclaves¹⁹⁴ são produtores de fronteiras de governança na medida em que o controle de acesso, a ocupação do solo, infraestrutura, segurança e níveis de tolerância frente aos hábitos lo-

¹⁹³ A fronteira reticular se materializa localmente, em pontos nodais, como aqueles representados por aeroportos, portos, estações ferroviárias e centros logísticos como os chamados portos secos, muitas vezes situados na periferia de grandes cidades e afastados da fronteira geopolítica. (Tradução livre do francês pela autora).

¹⁹⁴ Porção de território inscrito em outro estado ou país, geralmente referente a territórios étnicos. <http://geography.geography-dictionary.org/Geography-Dictionary/Enclave>.

cais são submetidos a regras especiais e situam-se no âmbito do espaço privado, através dos quais a circulação não é livre.

Constituem-se em entidades estruturadoras de fronteiras sociais, quando a autosegregação da comunidade moradora torna-se a forma preferencial de relacionamento com a alteridade em ambientes que consideram hostis, preservando através da segregação espacial aspectos necessários para a reprodução social do grupo e, desta forma, sua sobrevivência como tal. A proliferação recente das *gated communities* está relacionada às “inúmeras características de fronteira atribuídas ao espaço geopolítico.” (WEIZMAN, 2006, p.86). O ordenamento espacial dos enclaves “isolados das condições externas do entorno, enclaves extraterritoriais homogeneizados estão à margem da jurisdição que os circunda fisicamente”. Operam em função não da integração espacial, mas da integração segmentada (HILLIER & IIDA, 2005) a mobilidade dada pela conectividade entre rotas e da circulação entre pontos, indo contra os princípios do movimento natural, a conexão entre enclaves espacialmente segregados, onde os limites são reforçados pela descontinuidade e fragmentação do tecido urbano.

A globalização e a urbanização são os parâmetros de ordem que difundem este modelo de reorganização dos sistemas urbanos que é, em grande parte, responsável pela expansão do perímetro das cidades e pela transformação dos espaços para a vida pública em espaços de circulação, de fluxos. A globalização do mercado de trabalho, as formas de acumulação primitiva de capital e a migração laboral integram dois polos extremos da pirâmide: daqueles superqualificados e dos desqualificados prestadores de serviços que podem ser mal remunerados, prescindir de benefícios sociais e até forçados ou induzidos à servidão.

COAFFE (2003, p.30) diz que ainda que a territorialização possa ser expressa através de estratégias de organização e apropriação social e cultural transitória, a territorialidade se articula na cidade contemporânea em termos de enclaves. SOUZA (1995), já fazia uma leitura muito correta de um processo de territorialização (em rede) do qual emergiram fronteiras de governança mais difíceis de ultrapassar que muros de concreto: a territorialização do narcotráfico nas favelas cariocas, no que se aproxima da leitura de autogestão proposta por Lefebvre e de autonomia proposta por Castoriades para dar a entender que no processo de territorialização, por mais tênues que sejam seus traços espaciais e das inúmeras formas que podem vir a assumir podem, por efeito cumulativo complexo, instaurar sinergia transformadora da organização socioespacial. Enclaves são tipo bem definido de territorialidade e de fronteiras de governança, talvez o mais óbvio, e por isso suscita prontamente a atenção.

Por estas razões condomínios fechados, cidades divididas, *gated communities* e guetos mobilizam os debates sobre o urbano, sobre transformações nos processos de urbanização. Fala-se das cidades globais, cujos limites extrapolam qualquer região geográfica, de áreas metropolitanas, responsáveis pela periferização estruturada em redes policêntricas hierarquizadas, da similaridade entre estruturas espaciais que emergem na dimensão funcional do espaço urbanizado e da tendência à fragmentação e diferenciação na integração espacial. Estes processos, ao invés homogeneizarem padrões espaciais, ao contrário, reforçam suas diferenças a partir da forma como se conectam com o espaço já construído dando emergência a novas configurações espaciais. São espaços de integração local endógena que dependem de conectividade e não de integração espacial.

Leva à reflexão sobre a incompletude mencionada por SASSEN (2008, p.5) que afeta o plano do imaginário, do que é a cidade, do que é o Estado Nacional e do que são os lugares, podendo debilitar e até destruir os códigos culturais e restrições espaciais que guiam as práticas cotidianas das pessoas. Por isso, frustram expectativas de diversificação de formas de apropriação social do espaço, e reforçam a experiência de estarmos sempre em trânsito entre espaços de exceção (HOLANDA, 2002), entre o encarceramento ou a indistinção, presos na formalidade. Partindo-se da noção de *desurbanidade* entende-se melhor a alusão de Raffestin aos *hobos* e a processos socioespaciais nos quais a categoria *HOTOS* é produzida.

Grupos com poder econômico e político (acesso à propriedade da terra) se autosegregam em condomínios fechados, transformando a maneira como o espaço urbano é produzido, amplificando os efeitos de descontinuidade e fragmentação espacial através da privatização de grandes áreas com controle de acesso, o que por sua vez altera padrões de integração espacial, acessibilidade e movimento (UGALDE *et. al.*, 2008; CALDEIRA, 2000). O autoprovimento da infraestrutura com ênfase na segurança e a flexibilidade de normas e leis exercidas em espaço privado, caracterizam o enclausuramento de grupos socioeconomicamente homogêneos.

Na dimensão social do espaço, exclusão e expulsão social são fortalecidos através da segregação espacial, do isolamento voluntário das classes dominantes e da clusterização peremptória dos despossuídos, portanto pela recorrência do enclave como morfologia preferencial para interação entre grupos sociais, que impactam profundamente a forma como as cidades são produzidas e seus lugares apropriados. Como as práticas espaciais adquirem sentido político tanto através da subtração de significado da vida pública quanto como a tendência a ser tratado só como recurso econômico nos processos de multidimensionais de fronteirização social e de governança do espaço urbano.

São destas fronteiras que tratam as interpretações da desurbanização propostas por SASSEN (2008). Da redução permanente das atribuições do Estado sobre os processos de parcelamento, uso e gestão do solo urbanizado, sobre os enclaves e bairros fechados, sobre a privatização do espaço público, reduzindo-o a meros espaços de conexão, a uma rede de circulação que conecta partes fechadas em si mesmas e questiona se podemos chamar estes *arquipélagos* ainda de cidades? Há uma relação direta entre a forma como o espaço é produzido e a proliferação de fronteiras sociais e de governança nas cidades que emergem da fragilização da urbanidade. Cidades pressupõe integração espacial, urbanidade e convívio com a diversidade, além da contiguidade e da conectividade.

3.2.2.1 As redes de cidades imperiais e as *gated communities*

Historicamente, impérios territoriais estruturam seu regime de dominação a partir de redes de cidades pluriétnicas nas quais as várias comunidades sujeitas a um poder único convivem em regime de cooperação econômica e segregação residencial. Sistemas de dominação, como o Império otomano, sujeita comunidades urbanas a um poder único político e econômico que pouco interfere nas práticas socioculturais cotidianas e organização espacial em bairros exclusivos. À administração urbana interessam os produtos das atividades econômicas e a reprodução da representação simbólica e política sobre o qual o poder centralizado detém autoridade e controle.

Duas instancias de controle sobre a vida social e espacial se interpõe: na vida cotidiana e na organização socioespacial: o poder central interfere pouco nas interações intracomunitárias, delegando o controle a seus líderes, controlando as interações entre comunidades e reiterando a dominação através de ações que tem na arquitetura seu ponto forte: edifícios simbólicos (mesquitas e escolas religiosas), infraestrutura (pontes, bazar, hospitais, etc.) são símbolos da comunidade virtual compartilhado por toda a rede de cidades do Império. Essa organização social e política empurra a vida comunal para a esfera do privado cujo tipo espacial é o de *gated communities* ou enclaves espaciais conectados ao sistema de espaços da vida pública que sobrepõe fronteiras de governanças materializadas por barreiras físicas: muros e portões. A organização territorial do espaço urbano alude mais uma vez ao arquipélago.

Bairros exclusivos a cada minoria étnica e religiosa são segregados entre si, e detêm autonomia normativa de conduta e convívio intracomunitário. Muros e portões construídos e controlados por cada comunidade (étnica ou religiosa) protegem o espaço circunscrito da vida

privada de cada comunidade e demarcam o âmbito de atuação jurídica e normativa da administração imperial, uma fronteira de governança.

Ao nível local (das cidades) a administração otomana funcionava como articuladora das diversidades e das interações intercomunitárias, baseado no parâmetro de ordem da urbanidade imperialista ou do controle exercido através da cidadania diferencial e sujeição ao representante designado. A rede de cidades, um dos aspectos mais importantes para a reprodução da organização do Império, de disposição dos seus símbolos e de integração econômica e produtiva regulava os fluxos comerciais e tributários e difundiam ordem política, normativa e social a partir da autonomia social dos grupos étnicos.

A Jerusalém murada é exemplo de articulação entre diferentes *gated communities* (Figura 9), da contiguidade neutralizada através de barreiras e acesso mediado, desconectadas entre si, mas conectadas diretamente aos espaços controlados globalmente pelo poder imperial de controle do estranho / estrangeiro. Duas estruturas espaciais se superpõem: a primeira está baseada no sistema romano de *cardo* e *decumanus*, divide a cidade em setores, integra global e localmente as partes do sistema espacial ao seu entorno; ao longo destes eixos as diversas comunidades interagem e funções econômicas, institucionais e simbólicas (mesquita, administração, etc.) se desenvolvem. Comunidades confessionais se desenvolveram em Jerusalém ao redor de seus edifícios simbólicos e de culto, não havendo evidências de divisões por classe / renda nos bairros. Os níveis socioeconômicos determinados pela localização relativa a edifícios religiosos: maior riqueza, maior proximidade ao edifício simbólico. REITEL (2002) comentando sobre as cidades imperiais multiétnicas, diz que os signos de identificação de pertencimento a certo grupo são levados à vida pública através do corpo, do vestuário e de códigos de conduta: saindo do espaço “privado” dos bairros étnicos e religiosos, porta-se símbolos identitários que permitem informar os códigos culturais aos Outros a estranhos e observar as regras de proximidade, controle sobre a poluição, sobre o contato regulado entre moradores e estranhos. Nos espaços neutros da representação otomana de controle do estranho, as fronteiras sociais são transpostas ao movimento das pessoas, através de signos que portam no vestuário.

Segundo FAROQHI (2005) o bazar (*suq*) tem status normativo e administrativo diferenciado, é o espaço de interfaces externas, com o estranho e os estrangeiros, produzindo também uma fronteira de governança. Este era supervisionado pelos otomanos, com especificidades no seu zoneamento: estrutura hierarquizada onde toda a comunidade urbana tem seu lugar e seus papéis estabelecidos e funcionava como conexão entre cidade e entorno, uma centralidade.

Lugar no qual a integração global é forte, correlacionada a potenciais de movimento fortes. Por suas características de localização, configurava a possibilidade de ascensão social e a convivência entre as comunidades religiosas dado que enriquecer através do comércio ou da manufatura era pré-requisito para mobilidade social (*idem*, p.27).

O uso residencial é setorizado a partir destes eixos e dividido por comunidades étnicas e religiosas segregadas espacialmente entre si. O controle local em cada uma das *gated communities* é forte, tanto espacial como normativo: organização espacial e parcelamento do solo seguem leis básicas de vizinhança das quais emergem padrões espaciais pautados pela contiguidade, exiguidade de espaços abertos e densificação: espaços profundos, sobre os quais estranhos tem pouco ou nenhum controle. As ruas são espaços privatizáveis a qualquer momento, partes incorporadas ao uso doméstico. O controle sobre a densificação e a ocupação do solo é feita por lideranças da comunidade que se reportam à administração imperial.

É sob o controle dos europeus que cidades como a Jerusalém otomana tem seus muros internos e portões retirados e fronteiras de governança inter-religiosas desativadas. O poder colonial europeu controla todas as instâncias de reprodução da vida socioespacial, política e econômica ao contrário do Império Otomano (ABU-LUGHOD, 1987). Impõem uma nova ordem espacial que fragiliza o controle local através da expansão urbana extramuros. O controle se baseia no reforço da integração espacial global através da abertura de ruas e controle sobre os espaços abertos nos bairros que se transformam em espaços públicos, sujeitos ao controle da administração colonial. Como colonos, privilegiam o controle do estranho, atuando diretamente sobre as interfaces com os indivíduos e não via interlocutores.

3.2.2.2 Territorialização de redes: enclaves socioeconômicos

Segundo Marcelo Lopes de SOUZA (1995), numa frase bastante difundida na literatura sobre territórios, não há diferença entre a OTAN e as gangues que aterrorizam um quarteirão: ambas exercem poder, apropriando-se de espaços, antes públicos, de negociação das diferenças, impondo restrições ao movimento ou à expressão de outros grupos sociais. Determinam quem deve se esquivar ou quem pode ser encontrado nos lugares, quem controla. E, consequentemente, quem se beneficia da integração espacial, dos parâmetros que definem maior ou menor urbanidade dos lugares, das cidades, das regiões do mundo. Esse argumento reforça a constatação de que passamos da lógica de integração para a da expulsão (SASSEN, 2008).

Fronteiras de governança que emergem de processos diversificados de territorialização, da espacialização de fronteiras sociais em áreas urbanas podem delimitar o âmbito de atuação

de poderes paralelos aos sancionados pelo estado e operados por suas instituições. Estas emergem do processo de empoderamento de grupos autônomos como consequência da fragilização dos governos locais e sua ineficiência em responder a problemas sociais crônicos. Deste processo surgem sistemas de governança *bottom up*, paralelos e substitutivos. Não se trata mais de discutir apenas fragmentação espacial e sim a incompletude dos processos que dão origem também à fragmentação social quando estes grupos ocupam o espaço de poder esvaziado das instituições de estado, induzindo à difusão de formas de territorialização excludentes.

No Brasil, a proliferação de fronteiras de governança em áreas urbanas tem duas formas espaciais paradigmáticas: favelas e condomínios fechados (*gated communities*). Ambos decorrentes de territorializações excludentes e segregadoras nos dois extremos da pirâmide socioeconômica: excluídos e elites. Resultam da heteronomia profunda da estrutura social que diferencia práticas cotidianas, acesso e captura de benefícios sociais e da produção segmentada e autônoma do espaço que visa, não integração social, mas se vale do tipo de conectividade descrita por WEISSMANN (*Op. cit.*) para territórios-arquipélagos. Diferenças radicais de padrões espaciais são coerentes com dados socioeconômicos, semelhante ao caso francês descrito por KASTORYANOS (2006) com outras consequências políticas: não se trata de clamar por integração econômica e social, mas operar segregação e exclusão em proveito próprio, tendo na violência a linguagem comum.

A Sintaxe Espacial (HILLIER, 1999) depreende sentido para relações sociais conflitantes na forma como controle sobre partes da estrutura espacial é distribuído entre moradores e estranhos. Assimetrias de controle extremas depreendidas de padrões espaciais, da forma como o espaço é produzido e reproduz a heteronomia da organização social, indicam fronteiras sociais. O processo de produção do espaço de favelas e condomínios fechados é capitaneado pelos próprios grupos de interesse, são processos pautados por formas extremas de segregação social imposta pelo descaso aos excluídos ou marginais, as favelas, ou autoimpostas pela interação endógena e exclusiva das elites, os condomínios fechados.

Ambas concretizam expectativas sociais de controle do morador sobre o espaço: enclaves configurados a partir de espaços profundos e de baixa inteligibilidade que denotam comportamentos defensivos na apropriação social do espaço. E podem dar origem a uma reconfiguração seletiva de usos e copresença exclusiva nas quais a autonomia local de grupos favorece práticas de fronteirização e dá emergência a territorializações ímpares (APPADURAI, 2000).

Segundo HILLIER & HANSON (1984), quanto maior a anelaridade da estrutura espacial, maior a integração global e menor a sinergia global / local que possibilita diferenças na forma

como o espaço é apropriado: diversidade de tipos de copresença e potencial de movimento; em áreas mais profundas relacionadas às funções habitacionais, controle do morador e mais rasas relacionadas às funções de centralidade, controle do estranho. Denotam tipos específicos territorialização e fronteiras sociais: do domínio do estranho, da copresença diversificada, das solidariedades transpaciais, dos sentidos simbólicos da comunidade urbana. Os espaços mais controlados, das relações de vizinhança, de solidariedade dada por vínculos espaciais, do controle do morador, produzindo enclaves.

Deste processo se depreende a noção de copresença significativa (*meaningful copresence*, HILLIER, 1993) que é a copresença que visa o controle e fronteirização de áreas urbanas, ou seja, a ideia de encontros e esquivanças subjacente à noção mais universal de copresença como “a presença de moradores e estranhos no mesmo espaço convexo” (HILLIER & HANSON, 1984) implicada na noção de controle e apropriação do espaço por grupos excepcionais.

A geografia e a antropologia urbana estudam a espacialização destes grupos, depreendendo evidências de que a configuração espacial é instrumental para o surgimento de territorialidades excepcionais. O caso das favelas é emblemático de como formas ímpares de territorialização produzem fronteiras de governança a partir do desinteresse das instituições do Estado na solução de problemas de discriminação socioeconômica e controle sobre a produção do espaço, na naturalização da segregação espacial e exclusão social que dão início a processos de formação de enclaves em lugares de boa acessibilidade e boa conectividade em relação a polos de emprego informal, nos interstícios relegados da cidade (morros, beira de rios, alagados, etc.).

A integração social, espacial e econômica reivindicada pelas comunidades faveladas é substituída por integração em todas as dimensões propostas por um poder paralelo ao do Estado: lideranças criminosas / mafiosas como, por exemplo, o narcotráfico. Estes grupos detém poder sobre outros através de mecanismos de substituição que delimitam territórios simbólicos e operacionais, sujeitos a normas de conduta, punição ou recompensa que conflitam com as instituições do estado e delimitam fronteiras de governança transformando a interface entre as comunidades e, entre estas e o todo urbano. “A favela no Rio de Janeiro é produto de desigualdade social, onde riqueza e pobreza são ambivalentes: proximidade espacial e distanciamento social” (VALLADARES, 2005, p.20). Estes atributos são explorados nas estratégias de dominação do negócio do narcotráfico cujas características se assemelham ao que HARVEY (*Op. cit.*) denomina capitalismo primitivo e cujo exercício de poder se baseia na autoridade

imposta pela violência, integração social e econômica endógena dada pela submissão e, pelo controle de áreas cujos padrões espaciais caracterizam o controle local, do morador.

SOUZA (1995) foi um dos primeiros a analisar como a rede do narcotráfico se estrutura a partir da sua nodificação nos espaços com maior profundidade relativa no sistema urbano, onde vive grande parte da população discriminada socialmente e excluída economicamente no Rio de Janeiro. A rede do narcotráfico se territorializa a partir de mecanismos de controle local, a partir da imposição de fronteiras de governança em enclaves preexistentes, altamente conectados ao seu entorno, as favelas.

O autor analisa a territorialização destes grupos fundado sobre a ocupação e controle de lugares estratégicos e demonstra evidências originais para a expansão de suas redes nesta cidade, na forma como esta se estrutura a partir de uma territorialização pontual e seletiva, em arquipélago. Sua hipótese é que este tipo de rede emerge a partir de relações espaciais muito específicas entre partes da malha urbana. Os enclaves, favelas (onde o controle do espaço é local, do morador) são eficientes para estocar e distribuir a mercadoria (acessibilidade e conectividade) e pouco vulneráveis ao controle de estranhos, facilmente defensáveis, coerente com a forma como exercem poder e controlam o negócio, operando estrategicamente os atributos espaciais de controle local e segregação espacial para estabelecer os pontos de armazenagem e distribuição de drogas. E de sua acessibilidade e conectividade relativa (localização estratégica) para distribuição nos bairros da cidade. Ou seja, se valem das diferenças presentes na configuração espacial à escala local e global para consolidar e expandir seu poder e controle sobre as áreas circundantes.

Sua territorialização remete às transformações identificadas na evolução urbana da cidade (ver BRAGA, 2003) e sua resiliência advém justamente da coerência entre a estrutura do negócio e a configuração espacial. Sua forma de expansão por enclaves é semelhante à de Israel (1967-?) sobre os territórios ocupados na Cisjordânia Palestina.

A rede territorializada do narcotráfico se estabiliza após mais de dez anos de conflitos e disputas pelos diversos grupos no controle de favelas como base de operações. Desde meados dos anos 1990, o governo municipal toma iniciativas de reintegração social das comunidades com o intuito de fragilizar os enclaves territoriais do narcotráfico, justamente aumentando a porosidade das fronteiras de governança em torno das comunidades faveladas através da alocação de infraestrutura básica (Favela - Bairro, 1994), inclusão social e isonomia cidadã (Regularização Fundiária de Interesse Social, Lei Federal nº 11.977/2009) e, mais recentemente através da ocupação militar pelas Unidades de Polícia de Pacificadora – UPP - (17/12/2008).

Estas iniciativas denotam a mudança estratégica nas relações entre os poderes públicos e a população urbana excluída¹⁹⁵, o esforço para transformar fronteiras sociais e de governança institucionalizadas ao longo de séculos. Em entrevista, a Presidente do IPP - Instituto Pereira Passos de Planejamento Urbano /Prefeitura do Rio diz: “As favelas agora estão no mapa” (LA ROQUE, Eduarda, 2012¹⁹⁶) referindo-se ao fato de que estes enclaves não eram considerados parte da cidade.

Esforços para transformar fronteiras sociais e de governança na cidade dividida também usam da violência (restrição às liberdades civis) como exercício de poder. Exclusão social, segregação espacial e violência como linguagem comum aos que disputam o poder somam nacionalismo e capitalismo primitivo na produção de territorialidades que tem nas fronteiras sociais e de governança seus signos compartilhados.

¹⁹⁵ Segundo ZALUAR (2012, p.29), em 2008 havia 965 favelas no Rio de Janeiro: 41,5% (área territorial de 36,5%) estavam sob o controle da milícia (organização criminosa). A maior abrangência territorial é do Comando Vermelho (38,8%) e das 165 favelas consideradas territórios neutros em 2005, restavam apenas 27 em 2008. Até 1990 as favelas eram consideradas parcelamentos irregulares pela Prefeitura do Rio e não compariam nas plantas cadastrais. Estar no mapa é mais que simbólico, concretiza o acesso a endereço reconhecido, à infraestrutura e às ações de planejamento, à legitimação desta forma de territorialidade e de produção do espaço: integração social, espacial, política à cidade.

¹⁹⁶ IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Favela como oportunidade. Rio de Janeiro: notícia - Evento do Instituto Nacional de Altos Estudos deu destaque às favelas cariocas. 25/09/2012. <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?article-id=3217973>.

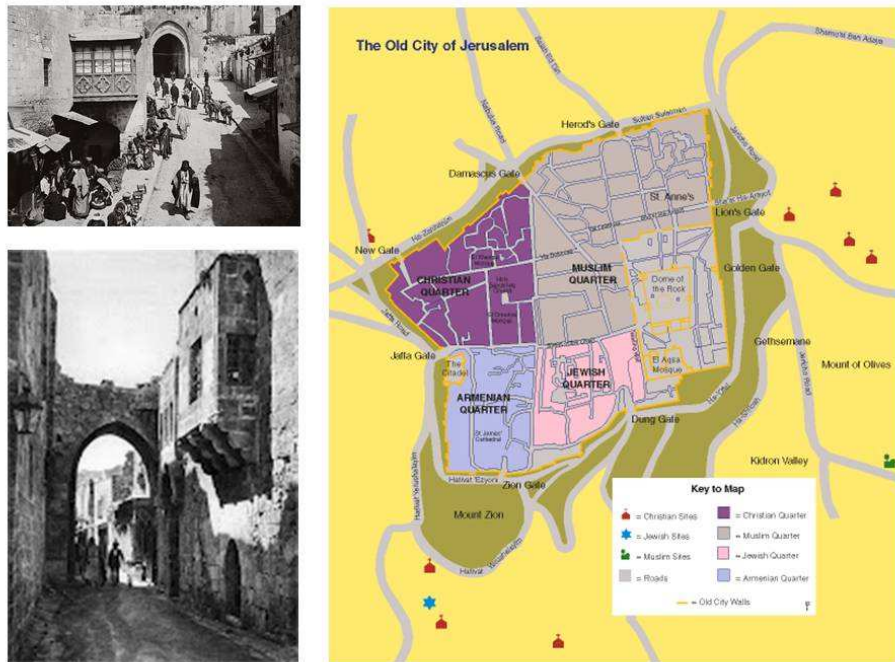
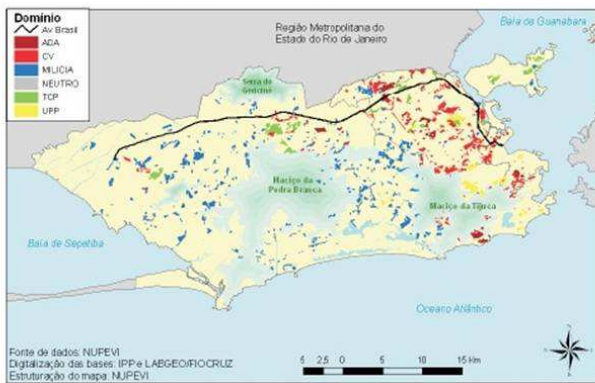


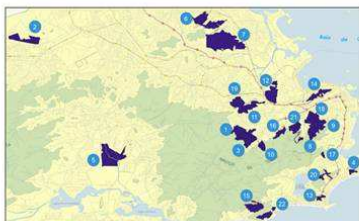
Figura 8: Fronteiras de governança / gated communities, JERUSALÉM, cidade murada. Dir.: Jerusalém histórica: mapa da divisão em bairros por religião <http://mapsof.net/map/jerusalem-old-city-map> Esq.sup.: recinto interno da Porta de Damasco, Jerusalém 1900-20, Matson Collection at: Photographium High Resolution Historic Photo Archive <http://www.photographium.com/street-scene-inside-damascus-gate-jerusalem-palestine-1900-1920>; Esq.inf.: porta desativada interbairros, Jerusalém s/r. In: SMITH, Michael E. <http://wideurbanworld.blogspot.com.br/2011/04/ancient-history-of-gated-communities.html> /extraído de Abu-Lughod, Janet L. *The Islamic City: Historic Myth, Islamic Essence, and Contemporary Relevance. International Journal of Middle Eastern Studies*, n.o 19, pp. 155-176, 1987.

Mapa 2
Favelas Dominadas por Facções do Tráfico, Milícias e UPPs em Dezembro de 2010



Fonte:
ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Jeunesse violente: processus, régression et nouveaux parcours. Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012, p. 29, 39pp. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200003&lng=en&nrm=50>. access on 16 Oct. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200003>.

Fonte: Levantamento domínios em favelas do Rio de Janeiro 2005-2011 – Nupevi/Uerj.



UPP (Unidades de Pacificação da Polícia) – Rio de Janeiro
101 comunidades / 265.000 habitantes
1 Andaraí 2. Batan 3. Borel 4. Chapéu Mangueira / Babilônia
5. Cidade de Deus 6. Complexo da Penha 7. Complexo do Alemão
8. Escondidinho / Prazeres 9. Fallet / Foqueteiro / Coroa 10. Formiga
11. Macacos 12. Mangueira –Tuiuti 13. Pavão-Pavãozinho / Cantagalo
14. Providência 15. Rocinha 16. Salgueiro 17. Santa Marta
18. São Carlos 19. São João 20. Tabajaras / Cabrito 21. Turano
22. Vidigal
FONTE: Instituto Pereira Passos – Prefeitura do Rio

<http://www.uppsocial.org/territorios/>

Figura 9: Fronteiras de governança em área urbana: base territorial de grupos do narcotráfico e UPPs: enclaves e transformação de fronteiras de governança. Acima: Mapa dos territórios controlados pelas facções do narcotráfico dentre as favelas do Rio de Janeiro (dados 2010); Abaixo: Mapa das comunidades pacificadas (UPPs) no programa de reintegração das comunidades faveladas à cidade (dados 2012). Fontes citadas na imagem.

3.2.3 Fronteiras de governança: enclaves étnicos e religiosos

Enclaves étnicos, culturais e religiosos são formas difundidas de reprodução social de grupos minoritários quando se inscrevem em sociedades em que a tolerância à diversidade é baixa e as condições para a assimilação ou integração sociopolítica *idem*. Quando se tem grupos não de imigrantes, mas de residentes temporários, sem expectativa de cidadania ou sujeitos à cidadania diferencial de fronteiras sociais emergem fronteiras de governança. Guetos a forma mais difundida deste tipo de segregação até a segunda guerra na Europa. A marginalidade socioespacial de grupos, pode se estabelecer pela impossibilidade de integração na sociedade anfitriã, devido à intensidade da heteronomia que experimentam. Da mesma maneira que cidades coloniais europeias se espalharam pela África e Ásia nos séc. XIX e *Chinatowns* proliferaram nas cidades americanas no início do séc. XX e na Europa do sec. XXI, os *expat compounds* de trabalhadores ocidentais e suas famílias, se espalham hoje por cidades asiáticas e países do Golfo, mercados de trabalho atraentes.

Solidariedade espacial e transpacial se somam na produção de fronteiras sociais e de governança deste tipo de enclave; a alteridade e a identidade ocidental fundada sobre a solidariedade transpacial conforma uma comunidade virtual. A disseminação deste tipo de territorialidade em arquipélagos demonstra que a solidariedade espacial é o recurso mais instrumental para a reprodução social do grupo e para suprir suas expectativas sociais de integração seletiva – com outros estrangeiros.

O exemplo é a Arábia Saudita, um reinado de origem tribal e Estado religioso, de maioria muçulmana (97% da população) da qual 31% do total¹⁹⁷ é composta por estrangeiros residen-

¹⁹⁷ A população total da Arábia Saudita é estimada em 25.732.000, dos quais 5,5 milhões é de trabalhadores estrangeiros (21,37%). Trabalhadores estrangeiros muçulmanos (há mais de 10 anos seguidos no país) puderam se candidatar à cidadania a partir de 2004, com o objetivo de reduzir a mão de obra estrangeira de 32% então para 20% do total da população atual. Dentre os maiores grupos de trabalhadores estrangeiros estão os indianos (1,3 milhões), paquistaneses e egípcios (900.000 cada grupo), iemenitas (800.000), filipinos e bengalis (500.000 cada) e ainda palestinos e jordanianos (260.000). Os palestinos não estão habilitados a se candidatar à cidadania de acordo com determinação da Liga Árabe, que impede que países árabes lhes concedam cidadania como forma de pressão para o reconhecimento de um Estado Nacional Palestino (fonte: *Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: 2010 Revision*, available at: <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>). Segundo a mesma fonte há 100.000 estrangeiros ocidentais não muçulmanos (0,5% da população) vivendo na Arabia Saudita em *compounds* ou *gated communities*. Segundo o relatório do *Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor. 2010 Human Rights Report: countries Reports on Human Rights Practises, US Department of State*, 8/4/2011 “o código de conduta é baseado em normas culturais rígidas, desiguais e discriminatórias em relação às mulheres, à liberdade de culto e às liberdades individuais.” Dentro dos enclaves de estrangeiros, existe a possibilidade de desfrutar de menor policiamento de comportamentos não tolerados em espaços públicos. Available at: <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/2010/nea/154472.htm>.

tes. A Constituição do país é extraída de uma interpretação conservadora (*wahabita*, Séc. XIX) do Alcorão, que não admite liberdade religiosa, incita à discriminação contra minorias de outras religiões e condiciona as liberdades civis a um dos gêneros (masculino), exemplos da rigidez da estrutura social que a enseja e que delinea as regras da vida social. Este é reforçado por um sistema de controle policial e punitivo, do qual a sociedade civil participa ativamente através da denúncia e do monitoramento público e privado de comportamentos - polícia religiosa -, o que para ocidentais é percebido como hostil às suas práticas, dentre estes, mais de cem mil norte-americanos que residem no país.

As fronteiras sociais resultantes de normas estritas de conduta (código cultural), estende os mecanismos de controle para além da vida pública, também na vida privada. A estrutura social se baseia numa multiplicidade de fronteiras sociais cumulativas, pautadas na discriminação por gênero (sexo feminino), religião (não muçulmanos), sectárias (muçulmanos não sunitas), étnicas (muçulmanos não árabes) e clânicas (não-beduínos). Isto reforça a heteronomia¹⁹⁸ experimentada pelas minorias, cuja marginalidade é espacializada em enclaves residenciais, social e espacialmente segregados. Os *compounds* exclusivos para estrangeiros são apresentados pelo Governo do país como alternativa de moradia, já que as possibilidades de integração à sociedade local são reduzidas.

A vida nos *compounds* permite que os estrangeiros integrados economicamente estabeleçam fronteiras de governança circunscrevendo os enclaves, tolerados pelo governo local. Os códigos de conduta adotados em espaços fechados são mais flexíveis que os tolerados pela sociedade local. Neste caso, segregação espacial e exclusão social a que se submetem são tidas como vantagens:

“Procurando lugar para morar? a melhor opção é um condomínio residencial fechado! Um condomínio é um conjunto de casas ou apartamentos totalmente privado e cercado por muros altos, arame farpado e guardas armados. A vida dentro destes lugares é livre tornando a experiência de estrangeiros na Arábia Saudita mais agradável. A maioria de ocidentais vive em grandes condomínios fechados nos quais é possível usar bermudas e trajes de banho. Estes são os únicos lugares onde a *mutawwa*, a polícia religiosa não pode perturbar os moradores por seu comportamento imodesto. Fora do enclave, os estrangeiros devem se submeter às regras locais de modéstia. Os benefícios da vida numa comunidade fechada para as mulheres incluem transporte escolar (mulheres são proibidas de dirigir), a dispensa de uso da *abaya* (túnica e

¹⁹⁸ Heteronomia: “condição de pessoa ou grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho a (sua) razão, a lei a que deve se submeter.” In: BUARQUE de HOLANDA, Aurélio F. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986(2a Ed.), p. 891.

véu) e a obrigatoriedade da companhia masculina fora de casa” (tradução livre da autora)¹⁹⁹.

À produção do espaço nem sempre corresponde a forma como este é apropriado, porque não há correspondência entre os grupos que o produzem e os que vêm a ocupá-lo. Esta dinâmica se aproxima do que NEWMAN & PAASI (1999) denominam de *antecedências espaciais*: uma configuração espacial preexistente que pode, segundo a forma de apropriação social que potencializam, funcionar como catalisadora de fronteiras de governança. Isto é, como diferenças nos padrões espaciais podem ensejar a clusterização de grupos cuja identidade é construída a partir da etnicidade, coerentes com suas práticas sociais e seus objetivos de integração social e econômica.

Ou, ao contrário, conferem limites simbólicos que instaurem novo sentido à configuração espacial em função de suas práticas cotidianas, que permitam movimento e copresença específicos segundo seus códigos culturais num âmbito delimitado. São fronteiras de governança que informam aos que detém a chave para certos códigos culturais, o âmbito espacial nos quais estes são aplicados. São virtuais, ainda que os limites possam estar materializados através de signos e objetos alocados no espaço. Para o grupo cultural, estas fronteiras transformam comportamentos, copresença e interação entre membros do grupo e entre estes e os Outros; designam alteridade, identificam lugares, dando-lhes um sentido excepcional.

Deslocamentos, migrações e diásporas são os processos que dão emergência a maioria destas formas de fronteirização que tem como objetivo preservar e reproduzir práticas sociais e identidade cultural de grupos minoritários em contextos socioespaciais ao qual se adaptam através de estratégias que preservam seus códigos e identidade cultural num ambiente em que estas não são instrumentalizadas pelos padrões espaciais, valendo-se de recursos sutis que transformam, ao nível do significado, a estrutura espacial.

Códigos religiosos e culturais transformam as correlações entre potencial de movimento, copresença e controle apreendidos da estrutura espacial dando emergência a fronteiras de governança, impondo restrições a interações e à circulação que subvertem os potenciais laten-

¹⁹⁹ Anúncio de *gated community* para estrangeiros na Arábia Saudita. Fonte: *The Survival Guide!* Acesso via: <http://www.get2knowsaudiArabia.com/2010/10/compounds-in-riyadh-saudi-arabia.html#GCC>: “*Searching for a place to stay? When it comes to accommodation, residential compounds are the best option! A compound is an entirely private set of villas/apartments that’s surrounded by high walls, barbed wires and armed guards. Life inside the compound means total freedom, making the Saudi expat experience a lot more fun. Most westerners live on large resort-like compounds where you can wear shorts or swim suits. This is one place where the mutawwa’s (religious policemen) cannot come into and bother the residents, but outside the compound you are expected to abide by the rules. Benefits of living in a compound: transportation for dropping children to major schools; Women need not wear their abaya within the compound or be escorted around by a male chaperone*”.

tes na configuração espacial. Minorias religiosas como judeus, estabelecem fronteiras de governança para que, nas suas praticas cotidianas, a solidariedade espacial e controle local nas quais se fundam, possam ser adaptadas a padrões espaciais nos quais integração (controle do estranho) e não segregação seja o atributo espacial prevalente. A subversão destes parâmetros é dada através de signos e artifícios como o *eruv* que delimitam um perímetro, definem um território e um tipo de fronteira de governança simbólica que reproduz virtualmente os muros dos guetos de outrora **200**. No ambito deste território demarcado através do *eruv* relações espaciais e sociais são subvertidas a partir de um código cultural e religioso que transforma as interações entre membros do grupo e com os estranhos. Delimitam enclave simbólico dentro do qual as práticas sociais do grupo são sancionadas e resignificam a configuração espacial: interpretam integração espacial para seus fins de integração comunitária.

Demarcado por líderes religiosos (rabinos) após aprovação da administração urbana local, o *eruv* ressignifica o âmbito dos espaços privado e público, alterando relações espaciais e práticas cotidianas, o que permite que a comunidade respeite as restrições impostas pela lei mosaica e os rituais que marcam a vida religiosa e social como a proibição de circular fora do espaço doméstico aos sábados e os ritos realizados em comunidade no mesmo dia, impossíveis de cumprir se a rua não fosse assumida como extensão do espaço doméstico.

Claude RAFFESTIN estava certo ao dizer que mesmo sem limites materializados ou barreiras espaciais, fronteiras podem ser identificadas a partir da forma como o espaço é resignificado nas práticas cotidianas *traduzindo* identidade.

200 Cardoso (1998) relata que uma comunidade judaica ortodoxa foi citada judicialmente pelo Estado do Canadá por ter delimitado simbolicamente as ruas de um bairro através do processo de *Eruv* (integração comunitária) que provocou reação de moradores não judeus, oprimidos pela ressignificação não consensual do espaço público. “O Eruv é o fechamento simbólico reconhecido pela lei mosaica do espaço público, que possibilita que se carreguem coisas de um espaço domestico a outro durante o *shabbat*. É construído um muro simbólico com postes e linhas demarcando um perímetro territorial contínuo que resignifica o público como domestico.” <http://www.mkhc.org/Eruv/>. A fronteira de governança simbólica possibilita à comunidade judaica ortodoxa transitar pela área delimitada como se estivesse num espaço privado. Exemplo de como regras de convivência e poluição são reproduzidas em contextos espaciais diferentes dos que lhe deram origem. Fonte: BECHHOFER, Yosef. *The Contemporary Eruv: Eruvin in Modern Metropolitan Areas*. USA: BookSurge, 2006, 152p Acesso via: http://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/257752/jewish/Eruv.htm. Em Jerusalém, bairros como Abu Tur que abriga mais de uma comunidade religiosa (muçulmanos e judeus) o conflito se estende à instalação de perímetro de Eruv. <http://www.vosizneias.com/61900/2010/08/10/jerusalem-jews-and-arabs-argue-over-shabbat-%E2%80%98eruv%E2%80%99/>. Ver também CALLE, Sophie. *L’ Erouv de Jerusalem*. Paris: Actes Sud, 1996.



Figura 10: Fronteira social baseada na diferença religiosa em Meca, cidade sagrada para o islamismo, na qual não muçulmanos tem circulação restrita. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Saudi_Arabia.

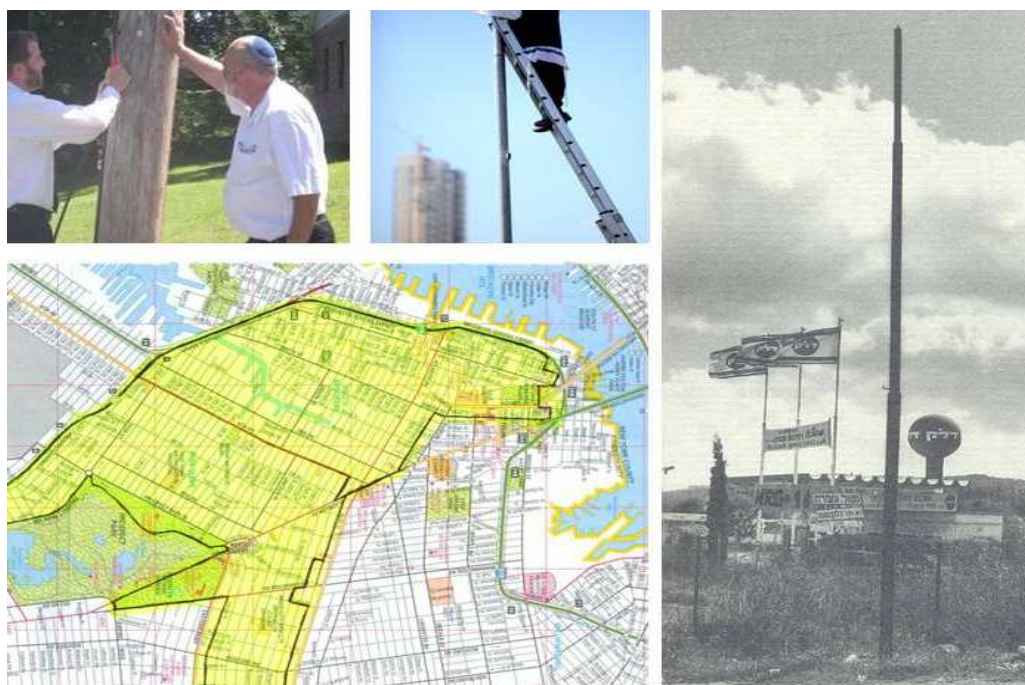


Figura 11: Eruv, fronteira de governança simbólica. Esq.sup: montagem de eruv. Fonte: <http://www.mkhc.org/Eruv/>; Dir. sup.: marcador de eruv em Abu Tur, Jerusalém. Fonte: <http://www.vosizneias.com/61900/2010/08/10/jerusalem-jews-and-arabs-argue-over-shabbat-%E2%80%98eruv%E2%80%99/>; Esq. Inf: area do eruv /Brooklyn, Nova York/USA. Fonte: http://www.chabad.org/library/article_cdo/aid/257752/jewish/Eruv.htm; Dir: CALLE, Sophie. L'EROUV de Jérusalem. Paris: Actes Sud, 1996-2002, 70p. (p17).

3.3 Considerações sobre fronteiras polissêmicas

A noção de fronteiras polissêmicas²⁰¹ (DURING, 2003, p.6) permite entender que sentidos sociais para espaço e lugares não são uniformes para toda a sociedade, estão sujeitos à heteronomia social (KASTORYANO, 2006) nas quais diferenças entre grupos e categorias soci-

²⁰¹ Polisssemia (semiótica): um significante tem mais de um sentido, sentido é efeito das diferenças dentro de um sistema mais amplo; um mesmo símbolo contém vários símbolos em si mesmo ou ainda mais de um significado, dependendo do contexto em que é aplicado (DURING, 2003, p.6).

ais são reforçadas por diferenças de identidade cultural, atribuição de cidadania, etnicidade, identidade cultural, pelas formas como interação entre grupos sociais tem na diferença e alteridade seus sentidos fundamentais.

Os processos de fronteirização são informados por atributos alternativos ao nacionalismo tais como religião, etnicidade e classe social. Estes podem preponderar sobre o nacionalismo como parâmetro de ordem na construção de diferenças sociais, na qualificação de desvantagens que não arriscam ordem social e organização das relações sociais, justificando segregação e exclusão, fragmentação social e espacial.

Migração, diásporas, pós-colonialismo e globalização enfim, o movimento e o deslocamento são variáveis implicadas na prevalência entre parâmetros de ordem que organizam as relações entre sociedades, entre grupos sociais nas cidades e causam a emergência de outros tipos de fronteiras sociais e de governança que não estão diretamente relacionadas ao nacionalismo. Nestes processos furcativos, transformadores, as funções das fronteiras são recodificadas culturalmente com novos sentidos mais abrangentes e, simultaneamente mais específicos.

Cultura, hegemonia, difusão cultural e relações sociais são discutidas a partir da complexidade e da relacionalidade. Antropólogos, geógrafos, cientistas políticos procuram incorporar a sociologia do movimento às discussões sobre o exercício de poder, dado que, em qualquer plano, social, político, cultural e econômico fronteiras se relacionam a tipos de controle sobre o movimento e os fluxos. Diferenças na gradação e forma deste controle impactam integração social e econômica, difusão cultural e espacial, inclusão social, direitos humanos e civis, cidadania e a forma como o espaço urbano é produzido e apropriado.

Conurbações de fronteiras internacionais são, como diria Pierre Bourdieu campos de interfaces cujas formas materiais dependem do contexto, das transformações sociais que se inscrevem na configuração do espaço localmente. Na forma como este é produzido e apropriado em função das mudanças de expectativas de interação social informadas pelo contexto local. As dimensões implicadas na auto-organização sociocultural, política e econômica do sistema de interfaces e interações são materializadas nas restrições que definem a estrutura do sistema espacial. O interesse recai sobre a escala geográfica na qual estas dimensões são estruturadas. E também sobre como fronteiras sociais e de governança são constituídas a partir das mudanças e transformações na estrutura de integração espacial do sistema conurbado, nas alterações que provoca na acessibilidade relativa entre suas partes e o impacto que provocam sobre os potenciais de movimento e copresença.

Não é de estranhar que neste mundo do movimento, as classificações tipológicas para cidades de fronteiras se concentrem na conectividade, no movimento entre territórios nacionais, nos fluxos regionais e internacionais. Estes parecem ser os atributos mais importantes na definição das funções de fronteiras geopolíticas na dimensão política e normativa, de controle de migrações, de cidadania, de direitos individuais, na dimensão econômica, de controle sobre fluxos humanos e de mercadorias, quanto na dimensão sociocultural de reafirmação de identidade nacional. No entanto, estas abordagens relevam a iconografia de GOTTMANN, a materialização de restrições e controle ao movimento e práticas cotidianas que distinguem, localmente, formas de solidariedade e complementaridade excepcionais que também impactam as relações entre estas dimensões em outras escalas.

A Geografia propõe diversas ferramentas para a análise destas dimensões e suas correlações à escala regional, nacional, internacional e global. No entanto, à escala local, o movimento parece ser explicado somente através de atributos referentes à dimensão econômica e política do processo de urbanização. Analisar as evidências sistêmicas da estrutura de integração espacial, da estruturação do movimento local tem como propósito suprir descrições espaciais para o processo de conurbação, complementando as descrições socioeconômicas já correntes. Explicar por que e em que medida estas conurbações são internacionais, interfronteiriças ou transfronteiriças. Há variáveis espaciais informando processos socioculturais que podem subsidiar uma análise qualitativa dos atributos e propriedades morfológicas das MUAs (*Morphological Urban Areas*) não só relativos à percepção é à imagem dos lugares, tampouco a densidades, mas que se refira diretamente à estrutura do sistema espacial, a forma como esta pode potencializar interfaces, interação e movimento a partir da integração espacial.

No que concerne aos tipos de fronteiras, geopolíticas, sociais e de governança, entende-se que os processos de fronteirização estão relacionados ao controle sobre o movimento e à co-presença. A função de filtro das fronteiras são espacializadas através de restrições de acesso e movimento por barreiras, descontinuidades espaciais, por interdições normativas que produzem diferenças na forma como os indivíduos podem se movimentar de um lugar a outro, através de lugares ou de estar nos lugares. Isto é, fronteiras estão correlacionadas aos códigos culturais que informa padrões espaciais. À escala local, entende-se que estas fronteiras são espacializadas de duas maneiras: através da produção do espaço, dos padrões espaciais ou da morfologia urbana, da diferenciação entre partes do sistema urbano que propõe potenciais maiores ou menores de controle sobre o sistema por parte do morador ou do estranho.

A descrição e análise topológica da estrutura de espaços abertos do sistema conurbado pode contribuir para aprofundar as descrições morfológicas (MUAs), superficiais, porque não correlacionam continuidade e contiguidade a atributos morfológicos como acessibilidade relativa e conectividade, importantes na consolidação de (FUAs), de centralidades funcionais compartilhadas em conurbações internacionais e forma de medir potenciais de hibridização, complementaridade e integração socioespacial que distinguem os tipos conurbados.

Prover evidência para mensurar a eficiência da integração espacial e social na emergência de conurbações transnacionais, de como a estrutura espacial pode informar a distribuição de usos do solo e explicar os processos de formação de centralidades complementares, dominantes ou especiais que ajudem a corroborar o desempenho do espaço construído de cada uma das partes da conurbação na sua dimensão econômica. Isto é, ponderar os aspectos instrumentais da estrutura espacial na emergência de centralidades, lembrando que estas são produzidas em função do potencial de movimento de e para e da probabilidade de maiores fluxos através. Entende-se que estes aspectos da produção de centralidades ainda não estão contemplados pelas ferramentas da Geografia.

Outro aspecto da investigação proposta relacionada às fronteiras geopolíticas é sua função informacional, de tradução. Configuração espacial é informada e transformada por alterações topológicas entre partes da estrutura espacial; como a distância relativa entre partes do sistema está correlacionada à forma como o espaço é apropriado. A linha de fronteira é analisada como variável que informa um limite à expansão urbana e está correlacionada ao grau de integração entre partes do sistema.

Como a produção do espaço está condicionada a fronteiras sociais introjetadas, presentes na ordem e na organização social, informadas culturalmente é possível se verificar, a partir da configuração espacial, da articulação entre as partes do sistema conurbado como integração social é espacializada em cada sociedade nacional; se é hibridizada, se informa o crescimento da conurbação na medida em que expansão urbana e periferização podem representar diferenças entre classes sociais entendidas como dado cultural de uma região e dar emergência a fronteiras sociais. Por exemplo, a distinção rural x urbano, que pode denotar convergências que justifiquem a classificação das conurbações como transfronteiriças. Ou a tendência à hibridização e à incorporação de fronteiras de governança a partir da forma como segmentação social pode corresponder a tipos de segregação habitacional que, por sua vez, produzam enclaves.

Finalmente, as fronteiras de governança que, nos casos de fronteiras geopolíticas indicam primeiramente áreas designadas para projetos de cooperação entre países, podem estar relacionadas a outros tipos de fronteira de governança decididas no plano nacional, como é o caso das *duty free zones*, que impactam o desenvolvimento local de maneira a transformar ou consolidar espaços transfronteiriços dentro das conurbações, na medida em que podem estar relacionadas à intensificação de fluxos regionais, como o turismo, à transformação da dinâmica de uso do solo no seu entorno, contribuindo para a expansão de centralidades complementares que se estendam de um a outro território nacional.

Também estão relacionadas aos fluxos globais de imigração internacional que tornem estas conurbações atrativas à nodificação e territorialização de redes de comércio globalizado, sobretudo da globalização popular, das quais podem emergir fronteiras de governança a partir da agencia de grupos étnicos vinculados a esta atividade. Segundo FOUCHER (2001) a emergência de centros de comércio em cidades e zonas de fronteira ainda são processos pouco explorados além da dimensão econômica das relações oportunistas locais e das relações das cidades com regiões e países, analisadas a partir de redes de infraestrutura, da sua conectividade com outros centros, com a região e com o território nacional. Cidades de fronteira, periféricas em relação ao território nacional, aos centros decisórios e polos econômicos podem, à escala regional e mesmo global, vir a ser nós importantes de redes de negócios, tornando-se centros importantes de distribuição de fluxos de mercadorias e pessoas.

Segundo LATOUR (*Op. cit.*), numa rede o que importa é a conexão, se a conexão é desligada, a rede é reestruturada, provendo uma nova configuração do sistema de fluxos humanos, econômicos, sociotécnicos desde que os nós permaneçam estáveis. Por isso, ainda que mudem as atividades econômicas e as redes que as capitaneiam certas cidades de fronteira retêm sua posição hierárquica relativa como nós de redes logísticas, de infraestrutura e de comércio, são resilientes. Outras têm sua importância reduzida em função da reestruturação das redes de infraestrutura e das rotas privilegiadas no comércio internacional e regional. Estes aspectos das redes estão correlacionados à função de controle das fronteiras geopolíticas e tem sua dinâmica condicionada ao o potencial de conexão / desconexão de eixos da rede. Redes são continuamente reestruturadas em função do controle local em zonas de fronteira, por isso a classificação de fronteiras pacíficas pode ser um dado importante na configuração das redes de comércio global à escala local. Na sua nodificação estão correlacionadas à emergência de outros tipos de fronteira, por exemplo, as de governança, na forma como redes de comércio se espacializam localmente, se territorializam e em função do controle sobre certas atividades econômi-

cas comercial que impactam usos do solo, provocando transformações na dinâmica e desenvolvimento urbano.

Ou através de mudanças significativas na organização das relações sociais a partir da concentração de estranhos / estrangeiros ou imigrantes. Ao fato de que a estrutura destas redes de comércio pode estar baseada em solidariedade étnica e a presença de um grupo com identidade étnico-cultural compartilhada e sua associação a uma atividade comercial dominante que não interesse às elites locais possa estabelecer uma identidade do grupo em relação aos locais / aos moradores dando emergência a outra categoria social além do estranho - morador, a do estrangeiro, prerrogativa para a classificação deste como *middlemen minority*.

A presença de minorias de intermediários em cidades impacta as interações e interfaces locais a partir de suas estratégias espaciais. A nodificação das redes de comércio global captura vantagens locais e configuracionais à escala local. A espacialização do comércio se beneficia principalmente de potenciais de movimento, portanto dependem de centralidade topológica, global, de lugares nos quais a integração espacial seja robusta. Se estes atributos espaciais estiverem correlacionados a aspectos da dinâmica urbana como estoque de imóveis sem uso, subutilizados e/ou desvalorizados, estas ponderarão as escolhas locais.

Esta dinâmica de lugares centrais esvaziados é uma tendência verificada na maioria das cidades contemporâneas, as expectativas sociais quanto à moradia na preferência por áreas mais segregadas e imóveis novos, presentes na forma como as cidades se expandem. Uma das características do comércio popular, sobretudo o globalizado é a operação por grupos étnicos, os chineses os mais ativos no ramo de artigos populares e de baixo custo. Adquirem (compram) imóveis e sublocam dentro da própria comunidade, o que pode vir a produzir um enclave étnico à escala local – *Chinatowns* -. Estes grupos podem ser classificados como agentes, cujas estratégias de integração econômica transformam a vida espacial de dos centros urbanos e podem vir a produzir fronteiras de governança na medida em que as interfaces nas dimensões econômica e social com outros grupos locais se baseiam numa forma de territorialização que tem no controle dos recursos econômicos do solo urbano um ponto de conflito com instituições administrativas e de governança locais. Destas podem emergir fronteiras sociais, na qual o estrangeiro / estranho é tanto excluído como se exclui da sociedade local provocando mudanças na estrutura das relações sociais.

Integração econômica nem sempre corresponde às expectativas de integração social. Estratégias de integração espacial realizam o potencial de integração econômica esperado em redes de comércio globalizado. O mesmo potencial de integração espacial que informa inte-

gração social é limitado por fronteiras sociais que tem consequências diretas sobre inclusão social devido à identidade forte do grupo e à transitoriedade de seus membros. A atividade, o nó da rede permanece, os indivíduos estão em trânsito que operam os negócios estão em trânsito constante, processo análogo ao que ocorre em equipamentos militares.

A a descrição da configuração espacial de conurbações de fronteira pode auxiliar a analisar os processos de integração econômica e política à escala local e identificar como expectativas e significados culturais são espacializados, dando sentido às configurações espaciais, às estratégias negociais de agentes privados e às interações entre grupos sociais e territorialidades ímpares. A correlação entre localização relativa, conectividade, continuidade e integração topológicas; esclarece como, porque e aonde fronteiras são acionadas ou desligadas dando emergência a espaços de *trans-ito*, *trans-ferencia*, *trans-formação*: *espaços trans-fronteiriços*, *trans-nacionais*, *trans-culturais*, *trans-globais* que impactam a vida social e espacial dos lugares, a organização das interações entre categorias sociais, configurando processos efetivos de conurbação que pressupõe integração espacial, social e econômica. A integração política entre grupos, entre estados nacionais, entre poderes econômicos está correlacionada ao controle sobre o processo de produção e apropriação do espaço: a quem o detém e como o exerce.

Os exemplos de fronteiras de governança relacionaram as dinâmicas contemporâneas de processos de fronteirização a dois aspectos que estão no cerne deste trabalho exploratório: a emergência de palestinos como *middlemen minorities* em diversas cidades da fronteira brasileira, a ambiguidade do seu status jurídico, a robustez da rede que aciona sua identidade como nação em diáspora e a difusão cultural de suas práticas socioespaciais. Ao tratar de integração de grupos ou comunidades de palestinos e descendentes de palestinos em cidades da fronteira Brasil–Uruguai foi importante resgatar os aspectos mais distintivos de sua diáspora no mundo. Os exemplos demonstraram que segregação espacial, guetificação, cidadania diferencial e transitoriedade são aspectos de suas histórias de vida que sublimam através da integração espacial, social e política à vida na América do Sul e dê respostas à forma como a heterogeneidade é construída dentro do grupo, aspectos que continuarão a ser explorados no próximo capítulo e na contextualização do estudo de caso.

4 CAPÍTULO IV: A produção espacial da etnicidade ou os sentidos da apropriação social do espaço

“A topografia das diásporas do final do séc. XX marca a tensão entre legitimação e contestação das fronteiras de estados nacionais. Através de sua dispersão comunidades diaspóricas comparecem no âmago de debates sobre identidade nacional, podendo ser demonizadas como ameaças à integridade nacional. Alternativamente, a diáspora pode ser celebrada de outra forma, como a base da identidade de sociedades plurais ou sinal de interdependência da “aldeia global”. Este é especialmente o caso, dado que a relação de comunidades transnacionais com o estado nacional é circunscrita por sua posição socioeconômica e política. Formas contemporâneas de migração transnacional de capital, bens, povos e culturas é a condição mesma da persistência e erosão do estado nacional”

(BRAH, Avtar. Cartographies of Diaspora: contesting identities. London: Routledge, 1996, p.243 trad. livre da autora)

O processo de reorganização da vida social e espacial das cidades contemporâneas é informado pelos três parâmetros de ordem: nacionalismo, urbanização e globalização que modulam expectativas sociais e estruturam o sistema de relações sociais. ARBARET-SCHULZ (2004) diz que nas cidades pluriculturais, o processo de segregação espacial e social é crescente. Fronteiras sociais são materializadas em espaços que detém o potencial de limiar simbólico ou instrumental: “avenidas, ruas, parques ou edifícios ímpares podem servir como postos de controle e signos de diferenciação - fronteiras - entre áreas da cidade”. Alude a signos, próximos de uma análise fenomenológica da paisagem urbana, sem que estes correspondam a alterações estruturais na configuração urbana.

Os parâmetros de ordem da globalização e do nacionalismo informam a reorganização da vida social nas cidades a partir da correlação entre forças centrífugas e centrípetas que impactam a forma como a integração social e espacial é organizada a partir dos movimentos transnacionais, diásporas, imigração laboral e a migração campo-cidade.

Temas como pertencimento, identidade, etnicidade, afiliação, adquirem importância nas ciências sociais aplicadas e nos estudos culturais em função das correlações entre movimento e deslocamentos – dos fluxos e suas intensidades, das redes, das relações de poder – e seu impacto sobre a organização social, representação política, economia, demografia e apropriação social do espaço, consequentemente no sistema de interfaces e interações multiescalares.

O parâmetro de ordem do nacionalismo está subjacente a quase todos os conceitos relacionados à migração porque correlacionado à forma de representação dominante na atribuição de identidade e pertencimento que define o status dos que chegam, dos que migram e a forma como estes são incluídos, se integram à sociedade que os acolhe, trazendo o debate para o plano das diferenças culturais e das formas de classificar grupos sociais, na qual o migrante é categoria social implicada na forma como integração social, econômica e política dos indivíduos é transformada na vida cotidiana.

Dominação, racismo, hegemonia e heteronomia polarizam o debate e a discussão sobre integração as formas de integração, inclusão e exclusão social. Aculturação e assimilação estão vinculadas ao processo de inserção de grupos estrangeiros numa sociedade anfitriã (imigrantes, refugiados, trabalhadores sazonais, minorias étnicas e religiosas). Sintetiza a modificação da cultura de um grupo ou indivíduo como resultado do contato com cultura diferente, implica influência mútua, na qual elementos de duas culturas se misturam e se fundem, são hibridizados a partir de relações simétricas. Assimilação é o processo de absorção de um grupo minoritário ao anfitrião, processo marcado por assimetria.

Identidade étnica²⁰² baseia-se em como grupos culturais, minorias ou imigrantes se relacionam com a sociedade anfitriã. É um aspecto da aculturação com foco no indivíduo e seu relacionamento com o próprio grupo, da identificação de práticas compartilhadas. A Medicina Social desenvolveu modelos para explicitar algumas estruturações sociais deste fenômeno segundo o tipo de relação entre grupos minoritários e sociedades anfitriãs baseada na produção de identidades étnicas, como o modelo bidimensional (BERRY, 1997) que pressupõe que o processo de aculturação é mediado igualmente pelas relações entre o grupo e a sociedade anfitriã e o grupo e sua base étnica cultural. Deste processo derivam quatro possibilidades de socialização: *assimilação* - movimento em direção à cultura dominante; *integração* - síntese das duas culturas; *rejeição*- reafirmação da cultura tradicional minoritária; *marginalização* - alienação de ambas as culturas²⁰³. SODOWSKY & PLAKE (1996) destacam três dimensões do processo de aculturação: assimilação – incorporação do grupo à sociedade anfitriã; multiculturalismo – conservação dos dois sistemas de construção sociocultural, sem negar nenhum dos dois; observância ou tradicionalismo - rejeição à cultura dominante. Subjacente a ambos os

²⁰² *Columbia Encyclopedia. The Columbia Electronic Encyclopedia, Sixth Edition .Copyright © 2003, Columbia University Press*

²⁰³ *Encyclopedia of Public Health. Encyclopedia of Public Health. © 2002*

modelos está o pressuposto que aculturação é um processo assimétrico de integração à sociedade anfitriã e não sistema auto-organizado em função do contexto e da forma das interações.

Pluralismo cultural (HAUG, 1967) parte da análise do sistema de inter-relações entre grupos a partir de suas trocas, de suas práticas cotidianas, na forma como diferenças são construídas a partir do contexto no qual as interações e interfaces se combinam para formar um novo sistema social. Esta formulação (FURNIVAL, 1948 *apud* HAUG, *Op. cit.*) busca explicitar a integração de indivíduos e grupos diversificados num sistema social e como este último é produto da medida destas interações. Uma sociedade plural²⁰⁴ consiste de vários grupos com diferenças culturais arraigadas, reunidas por vínculo econômico, o mercado. O termo, cunhado em referência ao sistema colonial, em particular ao escravagista, foi se transformando, e hoje é aplicado a nações em que minorias étnicas e culturais são abundantes, países de imigração, integradas economicamente, apesar de diferenças em relação a sociedades anfitriãs, caso de inúmeros países europeus e China, Rússia, África do Sul e países do Golfo Pérsico.

Transculturalismo²⁰⁵ foi o neologismo criado pelo antropólogo cubano ORTIZ (1963, *apud* RAMA, 1987)²⁰⁶ para substituir o termo aculturação no contexto do pluralismo cultural. Parte do pressuposto que aculturação implica na perda da cultura anterior, sem dar a ideia das fases do processo transitivo entre um e outro meio cultural e suas transformações, de transição na dimensão cultural, revitalizando a ambas como forma de amenizar o trauma da conquista / imigração / diáspora ²⁰⁷. Destes processos emerge identidade cultural hibridizada.

Diáspora é situação em que um grupo ou comunidade são forçados a articular seus discursos políticos e sociais através de suas diferenças em relação a outros. SIDERI (2008) diz que a emergência da estrutura que pode ser chamada de diáspora se dá através do discurso de grupos cujo elemento constitutivo é a representação de suas diferenças, portanto depende do contexto e das circunstâncias em que se apresenta²⁰⁸.

²⁰⁴ Multicultural é termo de institucionalização política de minorias reconhecidas, que visam melhorar integração social

²⁰⁵ *The American Heritage® Dictionary of the English Language, Fourth Edition copyright ©2000 by Houghton Mifflin Company*

²⁰⁶ ORTIZ, F. In: RAMA, A. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1987.

²⁰⁷ A tendência hoje, é que os países formados por imigrantes destaquem os grupos que o conformaram e suas influências na cultura nacional. No caso dos árabes (não necessariamente muçulmanos), as influências são inúmeras e pode-se apreciar uma amostra destas no catálogo da exposição AMRICK – Presença Árabe na América do Sul. Brasília: MRE - CCBB, 2005.

²⁰⁸ Brent Hayes Edwards, “*The uses of Diaspora*”, *Social Text*, 19: 1, 2001, pp. 45-74, and Brent Hayes Edwards, *The Practice of Diaspora: Literature, Transition and the Rise of Black Internationalism*, Cambridge Massachusetts, Harvard University Press, 2003, p. 13. In Eleni Sideri, “*The Diaspora of the Term Diaspora*:

“A topografia das diásporas do final do séc. XX marca a tensão entre legitimação e contestação das fronteiras de estados nacionais, trazendo à pauta política o debate sobre identidade e integração nacional”, configurando duas tendências principais: sociedades plurais, interdependentes e integradoras ou minorias, excluídas social e politicamente. Formas contemporâneas de migração transnacional de capital, bens, povos e culturas é a condição mesma da persistência e erosão do estado nação, dado que as diásporas tomam parte ativa nos regimes de acumulação de capital e estruturação geopolítica contemporânea”. (HALL, Stephen. *Op. cit.*, 2003, p.263)

A UNHCR²⁰⁹ diz que mudanças nas diásporas e nas populações deslocadas têm transformado as metas do Alto Comissariado quanto aos refugiados. Se a figura do refugiado vivendo em campos caracterizou a metade final do século XX, no século XXI o maior volume de pessoas deslocadas se dá em direção às áreas urbanas²¹⁰, os objetivos quanto aos refugiados hoje são prover integração social e econômica nas cidades e minorar ao máximo sua situação de exclusão social e econômica e segregação espacial. Uma abordagem ao problema mais próxima do transculturalismo (ORTIZ, 1987) e do pluralismo cultural do que da excepcionalidade da vida nos campos, coerente com o exercício dos direitos básicos do ser humano.

Os objetivos destes novos programas buscam adequação do status jurídico à situação do refugiado (residência permanente, cidadania, etc.), integração social da diversidade, respeito aos seus direitos incluindo nas suas ações os grupos (nacionais) marginalizados ou em situação de desigualdade, com uma abordagem clara em prol do desenvolvimento social e econômico e participação nas políticas de redução da pobreza e planejamento urbano.

A complexidade do fenômeno das migrações globais contemporâneas correlacionam a problemas políticos, de desigualdade social, de fronteiras sociais e econômicas. Refugiados e imigrantes laborais se deslocam através de mesmas rotas que imigrantes ilegais, usam as redes de contrabando humano para fugir de situações limite e são tratados com rigor nas fronteiras geopolíticas dos países a que se dirigem: “se outros países não permitem a entrada de refugia-

A Working-Paper of a Definition”, Transtext(e)s Transcultures [En ligne], 4 | 2008, mis en ligne le 14 octobre 2009, Consulté le 30 avril 2010. URL : <http://transtexts.revues.org/index247.html> “A topografia das diásporas do final do séc. XX marca a tensão entre legitimação e contestação das fronteiras de estados nacionais, trazendo à pauta política o debate sobre identidade e integração nacional” e configurando duas tendências principais: sociedades plurais, interdependentes e integradoras ou minorias, excluídas social e politicamente. Formas contemporâneas de migração transnacional de capital, bens, povos e culturas é a condição mesma da persistência e erosão do estado nação, dado que as diásporas tomam parte ativa nos regimes de acumulação de capital e estruturação geopolítica contemporânea” HALL (2003, p.263).

209 UNHCR *chief opens international meeting in Geneva on urban refugees* *News Stories*, 9 December 2009, report <http://www.unhcr.org/4a69ad639.html>; *refugees in urban areas* *Surviving in the city* *A review of UNHCR's operation for Iraqi refugees in urban areas of Jordan, Lebanon and Syria* PDES/2009/03 July 2009 Genebra: *Policy Development and Evaluation Service United Nations High Commissioner for Refugees*, 62p. acesso via: <http://www.unhcr.org/4a69ad639.html>

210 Segundo os dados disponíveis, depreendidos do discurso de GUTERRES (Alto Comissário da UNHCR) 50% dos refugiados no mundo vivem hoje em áreas urbanas.

dos e não os auxiliam quando lá vivem, então poderão estar condenando estas pessoas à morte ou à vida nas sombras, sem sustento ou direitos” (ACNUR, 9/12/2009, n.r.136). Consequências como a exploração da sua condição ilegal ou detenção desrespeitam os direitos de refugiados, hoje são na sua maioria mulheres, crianças e idosos, grupos mais vulneráveis.

O aumento das migrações globais²¹¹ a partir do final da década de 1980 associados à mobilidade do capital, desigualdades econômicas, guerras, pobreza e fome estão correlacionados à instabilidade política e a reconfiguração geopolítica de vastas partes do mundo. Palavras como diáspora, fronteira, deslocamentos e apátrida adquirem novas conotações porque estão associadas a movimentos transnacionais em massa, configurando espaços de diáspora que supõe a inter-relação entre os que se deslocaram para um novo lugar e os que têm sua identidade reformada pela inclusão de “outros” em seu espaço de vida, os habitantes (HALL, p.181), transformando interações e interfaces localmente e contribuindo para a difusão de tipos espaciais baseados em fronteiras de governança, como os campos de refugiados e os enclaves e fronteiras sociais que produzem desigualdade social, econômica e política implicando na classificação de indivíduos (migrante legal, ilegal, refugiado, apátrida).

Correlacionar espacialização, padrões espaciais, integração espacial e econômica às categorias morador / estrangeiro em conurbações de fronteira classificando-as em função dos vínculos locais e qualificando-as em função de suas práticas cotidianas pressupõe que fronteira começa pelas definições de grupo, etnicidade e identidade produzidas a partir de categorias e classificações. Termos como transnacionalismo, diásporas, minorias étnicas, imigrantes encerram processos complexos, multidimensionais, transescalares e, por isto são considerados *cross-cutting themes*, podendo ser abordados a partir da inclusão social e da representação política como o fazem HALL (2003), DURING (2003) e BYRNE (1999) que abordam etnicidade como mecanismo de construção identitária que leva à ação e representação política de minorias e analisando-os como comparecem nos discursos que tem como objetivo deslocar fronteiras sociais. A partir de fluxos, percursos, redes e difusão espacial que dão emergência a processos de territorialização, identidades locais e regionais dando emergência a fronteiras e

²¹¹ Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), há hoje no mundo 45 milhões de pessoas deslocadas, o maior número nos últimos 14 anos. Destas, 1 milhão com status de exilados, 28,8 milhões de desalojados em seu próprio país e 14 milhões sem nacionalidade. Fonte: Number of refugees worldwide at a 14-year high – UN <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c4d6.html>, in: euronews, 19/6/2012 (dia dos refugiados) <http://www.euronews.com/2013/06/19/world-refugee-day/>

formas originais de exercício de poder e organização espacial de grupos (HAESBAERT, LINS RIBEIRO, MACHADO, MASSEY, WHATMORE, HARVEY, SOJA, etc.).

Ou ainda quais os mecanismos que são acionados na construção da etnicidade como recurso frente à alteridade, como fundamento da identificação em relação ao Outro, o estranho nas relações sociais, na afiliação a grupos excepcionais e na emergência de redes de solidariedade étnica (BARTH, BRUBAKER, etc.). E ainda à economia, às redes de negócios globalizadas e sua nodificação e, neste ponto, se aproxima sobremaneira à geografia, principalmente nos estudos de grupos vinculados à globalização popular, à economia informal e ao comércio étnico (LIGHT e BASCHU, etc.)

Neste capítulo, que tem como objetivo relacionar agencia de imigrantes e transformações na dinâmica espacial (vida espacial) de cidades de fronteira correlaciona-se agencia de grupos étnicos à produção e apropriação do espaço e transformações na dinâmica espacial. Relaciona-se à estrutura do espaço social, como se produzem diferenças na ordem social a partir das relações locais a partir das interações entre grupos étnicos, culturais e nacionais. O que já impõe a primeira dificuldade: qual a definição de grupo? Como analisar a posição deste grupo na estrutura da sociedade local? Quais os mecanismos que diferenciam um grupo e lhe conferem identidade étnica? Qual a relação entre etnicidade e imigração? O que isso importa para integração espacial, econômica e social? Quais os problemas ou conflitos que podem emergir destas diferenciações que informam transformações urbanas?

BORDIEU (1996, p.29) diz que o espaço social é o espaço de diferenças, é a estrutura de posições diferenciadas definidas em cada caso pela posição que indivíduos e grupos ocupam na distribuição de um tipo específico de capital, donde campos estão relacionados a práticas sociais. Diz é que para se classificar e analisar grupos sociais é necessário analisar como se apropriam socialmente de signos e artefatos nas suas práticas cotidianas, como passam a ter controle sobre dimensões da vida social, econômica e espacial de lugares e como isto pode ser acionado como discurso político. São as relações entre poder de controle sobre processos e produtos, dentre eles a produção e apropriação do espaço físico (capital) cujo parâmetro são suas práticas sociais (que se tornam hegemônicas) que os identifica como agentes. A topologia das relações sociais, a estrutura que emerge da distribuição desigual das propriedades, práticas e comportamentos no espaço social, os campos, é o que produz diferenciação entre grupos.

É possível descrever estes processos como formas de solidariedade entre indivíduos que instauram proximidade topológica, o reconhecimento mútuo e o reconhecimento de um projeto comum. Uma das estruturas emergentes destes processos é o estado nacional, aqui entendi-

do como a forma mais resiliente de diferenciação social, entre sociedades. Interessado em analisar como diferenças adquirem significado social a partir do contexto em que se inscrevem e como estas são operadas politicamente no controle de recursos, de integração, de mobilidade e movimento. Como diferenças podem resultar em desigualdade social.

Esta parece ser a grande questão que se coloca para as sociedades plurais e alimentado o debate acadêmico. Discussões epistemológicas sobre o conceito de diferença como variável implicada na organização das relações sociais e na representação do racismo baseado em religião e etnicidade são noções que derivam de atributos de diferenciação e são mobilizadas por quase todas as ideologias políticas, sobretudo as que têm no nacionalismo seu parâmetro de ordem.

Os processos de diferenciação que resultam da imigração / emigração podem ser analisados a partir da experiência, das relações sociais, da subjetividade e da identidade. BRAH (1996) propõe o termo diáspora como categoria descritiva e analítica das dimensões política, econômica, social e cultural das transformações promovidas por certas formas de migração. Sua noção de espaço diaspórico dispõe duas categorias sociais em interação: o nativo e o estrangeiro / imigrante. Esta dualidade remete ao morador / estranho da sintaxe espacial (HILLIER & HANSON, 1984) porque em ambas está subjacente a ideia de controle sobre mobilidade e movimento. E também à noção de fronteira como construção política que dota de sentido estratégias espaciais e denota a oposição entre os que estão em trânsito, movendo-se através, e os que estão parados, vinculados a algum lugar, remetendo ao conceito de circulação e iconografia de GOTTMAN (*Op. cit.*), na forma como controle sobre movimento e tipos de movimento produzem diferenças que podem ser usadas para o exercício de poder, podem ser politizadas. “Diferenças culturais raramente são o resultado de um simples processo de diferenciação. Esta diferença é construída nos interstícios das relações sociopolíticas e econômicas e, por isso identidade e etnicidade devem ser analisadas a partir do contexto de relações de poder entre grupos” (BRAH, 1996, p.19).

Segundo BOURDIEU (1996, p.49), “o problema da classificação é dramático nas ciências sociais porque se torna um problema político”, por isso propõe repensar grupos de forma não substancialista, de grupos fronteirizados, mas como “uma linguagem relacional, processual e dinâmica” (*idem*), dominação e hegemonia são variáveis implicadas na construção de solidariedades transformadas e reestruturadas em função de conflitos e disputas econômicas.

Nestes casos, diferenças acionadas para reorganizar as relações sociais e as práticas cotidianas podem transformar a estrutura social e a representação política, produção do espaço e

apropriação social do espaço. Campos pressupõem fronteiras – filtro e, portanto, um espaço de negociação que pode ser modificado e transformar a dinâmica das relações sociais. A problemática se aproxima de BARTH (1968) na antropologia e da Sintaxe Espacial na medida em que abordam a produção de diferenciação a partir da estrutura que emerge de relações topológicas de afinidade / integração e diferenciação / segregação.

O foco deste capítulo é prover uma moldura a partir da qual discutir correlações entre empreendedorismo imigrante e estrutura espacial, tendo como eixo o tema da integração. Na apresentação do trabalho já foram elencados alguns estudos empíricos e o escopo dos problemas a que se somam conceitos, práticas e discursos informam as estratégias e ações de Planejamento Urbano, aqui também entendido como um discurso, na medida em que incorpora conflitos de interesses, estabelece regras e instrumentos de controle para a produção do espaço e a vida espacial e, principalmente, sob a égide do desenvolvimento urbano ou da preservação cultural pode ser usado para produzir desvantagens para uma categoria social, classe ou grupo, portanto contribuir para ativar fronteiras sociais e de governança. Ou torná-las mais porosas.

4.1 A produção de etnicidade: grupos, diferenças e fronteiras

Há uma discussão em curso nos estudos culturais, na sociologia e na antropologia acerca do conceito de grupo. Tradicionalmente “grupos delimitados são unidades fundamentais de análise e constituintes básicos do mundo social em função de algum tipo de solidariedade” (BRUBAKER, 2004, p.2). São formas específicas de organização social, a partir da qual a etnicidade é produzida como através de categorias e redes, contextos donde se conclui que a produção da etnicidade não dá origem a um grupo étnico necessariamente. Seu argumento critica a naturalização do conceito como unidade discreta e fundamento da análise social com “a tendência de tratar grupos étnicos, nações e raças como entidades substantivas aos quais interesses e agencia podem ser atribuídos, homogêneos internamente e delimitados externamente, com propósitos comuns” (BRUBAKER, *Op. cit.*, p.8).

Diz ainda o autor que a teoria social desenvolveu outras ferramentas de análise como a modelagem agente-base (*agent-base modelling*) e a teoria de redes que tendem a desconstruir formas fixas e fronteiras definidas entre grupos, considerando as relações que configuram os processos de identificação e alteridade e o contexto em que emergem, donde conclui que este processo é auto-organizado, sendo impossível explicar estes fenômenos linearmente senão a partir de certas práticas etnopolíticas adotadas como categorias analíticas dado que a reifica-

ção é um processo social do qual emerge o sentido de grupo. Portanto propõe que em referência à etnicidade e ao nacionalismo grupamento traduz melhor a noção de variável contingente.

O autor ainda chama atenção para a diferença entre grupos e categorias, grupo pressupondo interação, reconhecimento mútuo, comunicação efetiva e coletividade delimitada com senso de solidariedade, identidade corporativa e capacidade de agencia concertada; categoria a base potencial para a formação de um grupo. Esta diferenciação permite problematizar mais que presumir correlações entre processos sociais, culturais, políticos e econômicos nos quais de categorias sociais podem configurar grupos a partir de processos de diferenciação (designar o estranho) a partir de processos *top down* ou *bottom up*, a partir de diferenças nas formas de governança internas a categorias ou a elas impostas.

Segundo HALL (*idem*, p.110) como correlações entre categorias e práticas sociais podem conformar a identidade de um grupo, produzir etnicidade, por exemplo a categoria estrangeiro e comércio popular num complexo relacional que emerge das relações entre entidades discretas e um terceiro elemento, o contexto, o que produz uma configuração:

“Articulação é mais um movimento transformador de relações configuracionais. Não dá para assumir sua permanência ou estabilidade no tempo e no espaço – são circunstanciais / campos de relações emergentes numa determinada configuração espaço-temporal sujeita a transformações permanentes. Diferença é a articulação entre práticas e discursos que se inscrevem nas relações sociais e está sujeita ao posicionamento relativo, à subjetividade. A diferença configura o Outro, a alteridade e esta é sempre relativa a algum atributo, portanto é uma variável” (*idem*).

HALL (*ibidem*, p. 115) diz também que o importante é analisar quem estabelece diferenças, através de que normas o faz e se esta é produzida hierarquicamente, caracterizando-a como uma construção cultural, um processo de significação, de atribuição de sentidos a práticas sociais cotidianas, de experiências num espaço físico, portanto do contexto em que se os processos de diferenciação são acionados.

Sua abordagem vai contra a naturalização das diferenças que legitimam dominação e desigualdade, mas que podem legitimar o controle espacial do movimento e de fluxos de uma categoria (habitantes) frente a outra (estranhos). Ou pode tornar-se variável implicada em conflitos pelo controle do espaço físico. Para HALL (*idem*) multilocalização é a forma como indivíduos se inscrevem em relação ao controle do espaço, como habitantes ou estranhos, nas suas práticas cotidianas. E isto muda em função do lugar onde o indivíduo se encontra, referindo-se justamente aos migrantes, deslocados e populações em diáspora.

HILLIER (1999) diz que padrões espaciais realizam expectativas sociais de interação entre habitante e estranho, informadas pela cultura. HALL (*Op. cit.*, p.118) diz que as formas

como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais pode ser entendida através de atributos materiais, espaciais e de práticas culturais que produzem as condições para a construção de identidades de grupos. Diz ainda que a cultura é fragmentada em mensagens discretas isto é, práticas significativas e discursos, nos quais se ancora a etnografia / antropologia. A cultura é um fenômeno complexo e sua análise é feita a partir de estruturas que emergem do contexto: discursos e a atribuição de significados especiais a práticas cotidianas; seu significante produzido através de imagens de si ou do “outro” ou a articulação entre usos e significados (*idem*, p.5), entre sentidos atribuídos à apropriação social do espaço.

HILLIER & HANSON (1984) também dizem que solidariedade social pode ser espacial ou transpacial, ambas as dimensões comparecendo com maior ou menor intensidade nos investimentos feitos pelas sociedades ou grupos sociais na organização das interações. O que Stephen Hall diz é que os processos de diferenciação podem produzir solidariedade social a partir da mobilização coletiva do qual emerge um grupo, que pode ser transpacial, no caso da mobilização de minorias ou espacial, fundada sobre relações de vizinhança associada à identificação de um grupo com um determinado lugar.

A partir da convergência entre Bourdieu (sociologia), Brubaker e Barth (antropologia), Hall (estudos culturais) e a Sintaxe Espacial é possível considerar integração espacial como variável que comparece nos mecanismos de produção de diferenças, na delimitação de categorias sociais – morador e estrangeiro - e na configuração de grupos a partir dos tipos de solidariedade que podem ser produzidas e suas correlações com o controle do espaço de controle entre as categorias morador / estrangeiro.

HALL (*Op. cit.*, p. 126) e BARTH (1968: 1999) entendem etnicidade como uma modalidade de diferença – marcando a especificidade da experiência coletiva histórica, política e cultural que poderia interrogar e desafiar construções essencialistas de fronteiras entre grupos. Neste sentido, diversidade cultural é a rejeição a um significado fixo, tendo-se em mente que a noção de diferença cultural é passível de apropriação política para marcar fronteiras muito pouco porosas entre grupos sociais. O racismo cultural contemporâneo se caracteriza pela apropriação da diferença cultural. E as estratégias de Planejamento Urbano podem justificá-lo e tornar-se instrumento de institucionalização da diferença, um recurso negativo a partir da segregação espacial ou residencial de grupos culturais, étnicos ou socioeconômicos, da implementação de estratégias de desenvolvimento urbano que produzam desigualdade de acesso às vantagens econômicas (locais e de mobilidade) do solo urbano que sabotem as

expectativas de integração socioespacial de grupos contribuindo para transformar diferenças culturais em desvantagens sociais.

Neste ponto há que se recorrer à etnografia (BARTH, 1969: 1998) para tratar da organização social da diferença cultural e correlacionar seus conceitos com os da Sintaxe Espacial, que permite discutir os problemas formulados acima a partir de uma configuração espacial. BARTH (*Op. cit.*) entende organização social como uma emergência, portanto, uma estrutura ou padrão identificável de um fenômeno complexo. Esta noção é particularmente importante quando se trata de investigar como se dão interações em lugares nos quais o contato com a diferença de nacionalidade e etnicidade é a base a partir da qual as relações sociais se estruturam; pode-se dizer que estas variáveis ordenam as interações, tendo-se como referência o parâmetro de ordem do nacionalismo que pode ensejar formas específicas de fronteiras sociais e de governança que emergem das relações locais, a partir da construção de diferenças culturais que identifiquem grupos nacionais num mesmo sistema espacial.

Tanto BARTH (*Op. cit.*) quanto a Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984; HILLIER, 1993, 1996; 1999; 2007; 2012) tratam comportamentos sociais como elementos discretos, nas suas dimensões espacial e cultural respectivamente: não são produtos de intenções formalizadas dos indivíduos mas de expectativas sociais que informam práticas culturais, consequentemente, espaciais. Emergem das relações discretas de proximidade e vizinhança e dos potenciais de movimento e controle sobre o movimento que estes informam na dimensão espacial e econômica; de afinidades e compartilhamentos que produzem dialeticamente diferenciação e identificação, na dimensão cultural.

Ambos são entendidos como processos dos quais emerge uma estrutura de relações em face de um terceiro elemento (no caso espacial, barreiras, descontinuidades, diferenças nos padrões espaciais) e de um grupo étnico (outro grupo, contexto). Portanto, ambas assumem que os fenômenos estudados são complexos e auto-organizados, pois dependem da posição relativa, de lugares e indivíduos num determinado contexto e produzidos em função de expectativas e práticas sociais e cotidianas que, variáveis no tempo, se transformam.

HILLIER & HANSON (1984) e HILLIER (1996; 1999; 2012) afirmam que uma configuração espacial é um comportamento social em si, pois é construído em função das expectativas de encontro, mobilidade, segregação e copresença de uma sociedade; BARTH (1969/1998, p.6) trata etnicidade como matéria da organização social, afirmando que esta é “a organização social da diferença cultural”. Desta correlação se deduz que diferenças produzem etnicidade, podem ser identificadas a partir da correlação entre padrões espaciais e comporta-

mentos sociais e analisadas a partir de da forma como o espaço é produzido e apropriado e dos investimentos feitos na integração e solidariedade espacial.

HILLIER & HANSON (1984) tratam as diferenças entre padrões espaciais e "tipos" de assentamentos humanos como produto direto dos padrões de afastamento, interação e proximidade requeridas pelas sociedades entre categorias sociais moradores e estranhos. BARTH (1969/1998) diz que a identidade étnica é pertencimento - se considerar ou ser considerado por outros membro de um grupo - através da interação. Corrobora a assertiva anterior e estabelece as distinções entre parâmetros de expectativas de encontro e copresença, contrapondo-os aos padrões espaciais produzidos pelo grupo social majoritário.

BARTH (1998:6) diz ainda que artefatos culturais de maior significado remetem a fronteiras ou limites, enquanto HILLIER & HANSON (1984) dizem que a organização social do espaço se dá através da construção de barreiras e permeabilidades ao deslocamento e estas são dispostas em função dos padrões de proximidade / afastamento, que as sociedades imprimem a suas trocas sociais. Ambos enfocam limites impostos à interação na dimensão espacial e na dimensão cultural; dos sentidos que podem ser depreendidos na forma como os grupos se espacializam, a partir de suas práticas cotidianas e da forma como o espaço é organizado

BARTH (1998, p.12) argumenta que uma identidade étnica não é estabelecida por um território físico ou por um conjunto de artefatos culturais. Ela persiste à transformação, isto é, mantém-se emergente em novas estruturas. Sua complexidade é baseada na existência de complementaridade das diferenças culturais entre grupos, pressupondo-se uma forte estandarização do comportamento de indivíduos que permitem aos demais criarem um estereótipo, donde a interação se baseie na sua identidade étnica (BARTH, 1998, p.19). Ou seja, como suas práticas cotidianas, sua associação a um tipo de atividade econômica, sua integração a redes sociotécnicas, similaridade de origem ou condição de inclusão social correlacionadas a suas escolhas locacionais podem produzir identidade.

A Sintaxe Espacial diz que a comunidade virtual integra dois níveis, um espacial e outro transpacial, e há variâncias significativas no investimento feito pelas sociedades num ou outro tipo de solidariedade. Isto permite analisar como códigos culturais se correlacionam ao investimento das categorias moradores / habitantes e estranhos / estrangeiros quanto à integração espacial e suas correlações com produção de etnicidade .

O estereótipo, segundo BARTH (1998, p.21) é uma emergência estável em sistemas poli-étnicos complexos, não há estabilidade e/ou rigidez nas fronteiras de interação, o que pressupõe flexibilidade nos padrões de inclusão em grupos, tanto endogenamente quanto exogena-

mente. Estes casos são classificados como uma situação de minoria frente à sociedade anfitriã, na qual não há uma correlação de acessibilidade social entre os grupos majoritário e minoritário, há disparidade de inclusão: enquanto o acesso a classes do grupo majoritário incluem todos os indivíduos, inclusive os da minoria, o contrário não é verdadeiro. Por exemplo, ascensão de nível socioeconômico, a passagem da cidadania diferencial para a cidadania plena pode ser reivindicada por minorias, mas grupos da sociedade anfitriã não podem reivindicar inclusão num grupo minoritário. Nem sempre diferenciação é assimétrica ou produz desvantagem.

Entendida como especificidade, a diferença cultural pode prefigurar narrativas e discursos de pertencimento. Pode tornar possível uma política de solidariedade e hibridização, pluricultural, que não subentenda dominação mas interação a partir de diferenças. Especificidades culturais não se constituem como divisões sociais, é o sentido a elas atribuído que o faz.

Não há como fazer generalizações sobre a produção de diferenças acionadas a partir da etnicidade. Estas podem ser construídas a partir do nacionalismo ou da globalização, mas sobretudo a partir da urbanização. O que nos interessa investigar é a correlação entre padrões espaciais e atividade comercial e a emergência de diferenças que podem ser acionadas como etnicidade e identificar um grupo. Principalmente como vantagens locais podem ser operadas para integração social e econômica e insuflar discursos sobre a alteridade, de cunho mais ou menos racista na medida em que este grupo, estereotipado, pode ser entendido como um agente de transformação da dinâmica urbana e seu sucesso neste plano derivar em conflito.

Quadro 5: Resumo comparativo entre as abordagens da Sintaxe Espacial e a Etnografia

Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984)	Etnografia (BARTH, 1968)
Configuração espacial é um comportamento social em si: à sua estrutura emergente corresponde uma ideia abstrata de expectativas de interação social um comportamento cultural (HILLIER, 1996).	Etnicidade é a organização social da diferença cultural
Padrões espaciais são produto dos pré-requisitos de interação, das expectativas de organização das relações sociais	Identidade étnica é uma questão de se considerar (pertencer) ou ser considerado por outros através de interações e práticas cotidianas
A organização social do espaço se dá através da disposição de barreiras e permeabilidades, função dos padrões de proximidade / afastamento, urbanidade / formalidade que as sociedades imprimem a suas trocas sociais.	Artefatos culturais de maior significado remetem a fronteiras, limites, ou barreiras entre membros e não membros de um grupo (a língua, religião), práticas cotidianas, formas de espacialização, padrões para interação e interfaces.
A organização do espaço não é produto de uma intenção formalizada dos indivíduos, mas emerge das relações discretas de proximidade e vizinhança de dois objetos em relação a um terceiro.	A cultura não é produto de uma intenção formalizada dos indivíduos, mas emerge das relações discretas de afinidades e compartilhamentos em face de outros grupos, pressupondo diferenciação a partir de interfaces e interação.
A comunidade virtual opera em dois níveis: um espacial baseado em relações de vizinhança e outro transpatial baseado em relações de afinidade entre grupos (classe social, etc.), e há variâncias significativas no investimento feito pelos grupos em um ou outro parâmetro, que implicam na assimetria das estruturas espaciais, na forma como as interações tendem a ocorrer localmente e globalmente.	Identidade étnica persiste à transformação, isto é, mantém-se emergente em novas estruturas, ainda que modificada. Sua complexidade é baseada na existência de complementaridade das diferenças culturais entre grupos: forte estandardização do comportamento, que permite aos demais criarem um estereótipo que pautas suas interações.
Diferenças entre padrões espaciais é produto dos padrões de afastamento, proximidade topológicos requeridos pelas sociedades na interação entre as categorias de moradores e estranhos.	Identidade étnica é uma questão de se considerar (pertencimento) ou ser considerado por outros membro de um grupo através da interação e das interfaces. Identidade étnica emerge como variável em função de categorias como membros e não membros (estranhos)
O estranho na sintaxe espacial está associado ao conceito de distancia de SIMMEL (1971), indivíduos distantes socialmente, mas próximos espacialmente; alguém que está no ambiente próximo, mas com quem não se interage e tampouco tem vínculo espacial estável, estão de passagem, em movimento.	A posição do estranho é estar fora do grupo e confrontá-lo, associado ao conceito de estrangeiro de SIMMEL (idem), do não compartilhamento dos sentidos básicos que garantem como a interação é culturalmente sancionada, portanto pressupõe práticas cotidianas diferenciadas.

Na produção de etnicidade, atributos espaciais correlacionados a comportamentos sociais contribuem para dar emergência a estereótipos e designar entre categorias sociais afiliações a grupos, dando emergência a outras formas de fronteirização no contexto de conurbações internacionais. Esta tem potencial para resignificar pertencimento e configurar novos grupos sociais cuja identidade não se baseia em atributos nacionais, mas em outras formas de classificação produzidas localmente.

Estudos culturais e de gênero entendem fronteiras sociais e de governança como dado negativo. Retomando a noção de Raffestin de que fronteiras são processos relacionais, entende-se que diferenciação produz fronteiras. Estas não são fixas, são mais ou menos porosas, podendo ser obliteradas ou transformadas a partir da hibridização de práticas sociais, o que produz inovação. Bourdieu destaca na noção de campo que fronteiras estão em constante deslocamento a partir da incorporação de signos que são apropriados socialmente por um grupo, classe ou coletivo passando a constituir atributos através dos quais estes se identificam. A no-

ção de campo alude tanto a batalhas quanto a processos de fronteirização nos quais o avanço de um lado incorpora parte do Outro, tendo seu sentido transformado.

Ao tratar de governança espacial, assume-se que esta pode ser identificada a partir de práticas cotidianas, de copresença exclusiva, tem-se que a Sintaxe Espacial provê ferramentas para identificar diferenças (controle do morador ou do estranho) e associá-las às escolhas locacionais de grupos como função das expectativas compartilhadas de integração endógena (entre membros do grupo) e exógenas. Faz-se esta ressalva porque na literatura consultada, a diferenciação entre grupos étnicos e a produção de estereótipos se correlaciona a diferenças na apropriação social do espaço que podem derivar em governança espacial. O caso dos *China-towns* é exemplar neste sentido, os processos de gentrificação que visam o desenvolvimento do turismo. O que ocorre é que muitas vezes a governança espacial de grupos étnicos, sobretudo o comércio étnico conflitam com as estratégias de planejamento urbano estes objetivos. Algumas experiências provam o contrário, que diferenças em governanças espaciais podem ser integradas às metas de desenvolvimento urbano, tornando-se valor e fonte de inovação cultural através de novas formas de apropriação social do espaço, de uso dos espaços públicos, como atributos de resgate da urbanidade tão ameaçada pela segregação residencial e transformação das expectativas sociais quanto à alteridade. E contribuindo para conferir porosidade às fronteiras sociais.

4.2 Diásporas, migração, transnacionalismo e etnicidade

“Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando, diversificando culturas e pluralizando identidades culturais dos antigos Estados nação dominantes, das antigas potências imperiais e, de fato, do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados de capital e tecnologia. Aquele inaugura um novo processo de minorização dentro das antigas sociedades metropolitanas cuja homogeneidade cultural tem sido silenciosamente presumida. Mas estas minorias não são efetivamente restritas aos guetos; elas não permanecem muito tempo como enclaves. Elas se engajam na cultura dominante numa frente bem ampla. Pertencem de fato a um movimento transnacional e suas conexões são múltiplas e laterais. Marcam o fim da modernidade definida exclusivamente em termos ocidentais”

(HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 436 p, p.44).

O que mobiliza nos estudos sobre diásporas e transnacionalismo é a noção do imigrante como um ser na fronteira, sem lugar definido no espaço social e nas classificações sociais

(SAYAD, 1998, p.11). Deslocado, nem cidadão, nem estrangeiro, nos obriga a repensar as relações entre Estado e nacionalidade, pertencimento, direitos individuais. É justamente sobre esta noção hegemônica do estado como assimilador das diferenças que o movimento através de fronteiras geopolíticas interroga, põe em cheque e discute diferença e identidade. E é em função da forma como migrantes se integram social e economicamente que conceitos como cidadania diferencial, dupla cidadania, reciprocidade, multiculturalismo, interetnicidade e pluralismo cultural vem ao centro do debate. Debate que enfoca fronteiras sociais e de governança nas cidades, o urbanismo, talvez a urbanidade como parâmetro de ordem.

Segundo SAYAD (1988, p.17) a imigração é um fato social completo porque pressupõe o deslocamento de pessoas no espaço físico qualificado socialmente, ou seja, pressupõe o movimento através de sistemas territoriais. Para o autor, tratar da imigração implica tratar da estrutura da sociedade e da estrutura das relações sociais, tanto da que se deixou para trás, como à qual se integra, propondo uma visão menos etnocêntrica do imigrante: este não é uma entidade que passa a existir a partir do momento em que cruza a fronteira, ele emigrou de algum lugar. Para se entender os mecanismos de construção de etnicidade e diferença cultural é necessário analisar transformações estruturais em mais de uma escala, num contexto ampliado para além do local. Corroborado por BOURDIEU (que escreve o prefácio de seu livro) “toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará”, exceção feita às imigrações causadas por guerras ou deslocamento de fronteiras. Estas últimas caracterizam migrações que ocorrem a partir dos anos 1990 e as diásporas contemporâneas. Estas são caracterizadas pela interconectividade de fluxos de produção, dinheiro, informação e culturas que transforma a estrutura da produção de diferenças de classe para etnia. Para o autor, imigrante torna-se um rótulo, um código a partir do qual desvantagens, desigualdades e discriminação são imputadas a minorias no discurso político, a partir do qual fronteiras sociais são redefinidas (CASTELLS, 2010).

As transformações operadas pelas mudanças na estrutura da imigração laboral, das redes de solidariedade, informação e negócios permitem que imigrantes atuem como intermediários (*middlemen minorities*) entre seu país de origem e o de residência e suporte redes variadas em constante expansão e reconfiguração que, tal como a globalização popular, fazem emergir um tipo de transnacionalismo *bottom up*, que se vale tanto da solidariedade espacial quanto da transpacial para adquirir robustez. Para o autor não é o trabalho que se globaliza (a não ser para uma pequena elite), mas a plurietnicidade como fenômeno que se expande globalmente-

produzindo um espaço de fluxos, que impacta profundamente a vida social e espacial das cidades.

A condição do imigrante e a condição da diáspora são muito similares sob alguns aspectos: envolvem difusão cultural, hibridismo e transformações sucessivas de expectativas quanto à integração social, econômica e espacial nos seus diversos estágios. As diferenças fundamentais se relacionam à estruturação dos processos de integração social, espacial e política dos grupos: a condição de provisoriedade do imigrante laboral, aquele que retorna à sua pátria ao atingir suas metas e a diáspora estabelecendo diferença entre transito e deslocamento. BRAH (p.174) diz que com estas mudanças estruturais integração social e econômica estão sujeitas aos conflitos que emergem de novas formas de acumulação de capital e de dispersão do mesmo. E transformam os discursos a partir dos sentidos atribuídos à apropriação social do espaço, ao apoio através de redes de solidariedade transpacial e espacial informados pelos processos através dos quais a imigração ou as diásporas são acionadas.

O fenômeno relaciona concentração de imigrantes a áreas onde há oferta de imóveis baratos para locação e venda a estrangeiros, através de agências de suporte ao imigrante, políticas habitacionais ou de redes de solidariedade étnica. Solidariedade espacial e integração espacial são atributos importantes nas decisões locais para integração econômica e social no novo lugar de vida de imigrantes. Frente às sociedades anfitriãs a economia baseada em redes de solidariedade étnica pode vir a representar usurpação de controle sobre os recursos econômicos do espaço material, principalmente quando associada à intensificação do comércio e serviços populares.

Se as diásporas contemporâneas são exemplares do momento transnacional (BRAH, p. 186), o discurso minoria – maioria se estrutura a partir da forma como se integram economicamente nos lugares e da forma como esta comparece na estrutura de uma rede transnacional ou translocal de negócios. A identidade étnica de um grupo pode ser construída a partir da estrutura de sua atividade econômica para assinalar relações de poder desiguais, como no caso de *Chinatown*s e dos chineses entendidos como os novos controladores do comércio popular à escala global, o que desconstrói a noção do habitante, da sociedade anfitriã como superior em relação aos imigrantes e do imigrante como dependente economicamente da sociedade anfitriã (JANMOHAMED & LLOYD, 1991).

Segundo BRAH (*Op. cit.*, p.9) solidariedade social é produto da tensão entre a maneira como os imigrantes se situam na sociedade e a maneira como a sociedade anfitriã os situa. Estas relações podem delinear racismo étnico, no qual o Outro, um estranho, é classificado a par-

tir das diferenças nas práticas sociais, sendo estereotipado através de rótulos pejorativos como turco, por exemplo. Nestes casos, a experiência coletiva ou compartilhada de desigualdade em função de uma identidade cultural que é construída a partir da oposição pode dar emergência a fronteiras sociais. O imigrante torna-se o outro significativo dando emergência a construções binárias do tipo turco/ brasileiro, chinês / italiano, etc..

O poder pode ser produzido, reiterado ou contestado a partir do controle sobre o espaço material, mais especificamente do controle sobre lugares dos quais emergem fronteiras de governança que são simultaneamente sociais e culturais, acionadas forma de enfrentar o racismo percebido no local de fixação ou invocadas no resgate do lugar de pertencimento. Os estudos culturais discutem como estes traços culturais compartilhados podem ser mobilizados na produção da etnicidade e do racismo, mas também como estratégia para ação política de minorias. A dimensão política da identidade cultural se transforma, em função da intensidade dos fluxos e a capacidade dos que são percebidos como um grupo homogêneo pela sociedade anfitriã em se integrar econômica e politicamente. Diz a mesma autora que a tendência é tratar o imigrante como inferior até o momento em que se comprova sua capacidade de agencia, quando estereótipos se tornam mais evidentes porque derivam de sentimento de usurpação. Onde racismo cultural e étnico correlaciona integração econômica e segregação social.

Sobre o argumento de BRAH (*Op. cit.*) pode-se especular sobre escolhas locacionais, atividades econômicas controladas por estes grupos, sua capacidade como agentes econômicos ao transformar tipos de comércio como atributos da vida espacial que aparecem como variáveis nos mecanismos de produção do racismo étnico ou da etnicização de grupos e atividades econômicas. Produzem, como diz a autora “efeitos discursivos espaciais”, novos sentidos em relação à apropriação social do espaço e ao controle espacial que decorrem da sua localização em áreas integradas espacialmente, onde potenciais de movimento são maiores.

Práticas cotidianas, econômicas e habitacionais atribuídas a um grupo, no qual os indivíduos são considerados elementos discretos, prescindem de identificação individual e de objetivo (político) e tendem a produzir generalizações. É em torno destas práticas generalizantes atribuídas a um grupo específico e suas correlações com as práticas dominantes que se constroem os preconceitos. O racismo pode ser reforçado pelo estado, tornando-se conflituoso porque é percebido como perda de poder ou controle sobre a vida social e espacial, presente nas pautas políticas do Planejamento Urbano. Segundo CASTELLS, a partir da frustração das expectativas de interação que o grupo dominante tem em relação aos outros. As elites que tradicionalmente controlam a produção do espaço tem seu poder desestabilizado pelas redes de

negócios transnacionais vinculadas a globalização popular que se apropriam de lugares de maior potencial de integração e de intensidade de fluxos e movimento transformando as formas de controle sobre a dinâmica urbana:

“a forma fundamental de dominação nas sociedades ocidentais se baseiam na capacidade organizacional das elites que é, simultaneamente a capacidade de desorganizar outros grupos sociais, que veem seus interesses representados (politicamente) a partir da realização das expectativas sociais do grupo dominante”. (2000, p.)

Das práticas cotidianas correlacionadas à apropriação social do espaço que comparecem como variáveis mais frequentes nos mecanismos de diferenciação e produção de etnicidade estão moradia, organização e composição do núcleo familiar, relações de vizinhança, formas elementares de solidariedade espacial. Esta comparece como um dado negativo nos discursos que envolvem a habitação compartilhada pela família estendida e a tendência à clusterização de grupos diaspóricos, de concentração em determinados bairros de uma cidade que passam a ser considerados guetos.

A solidariedade espacial é parte da experiência de todo e qualquer indivíduo. Pessoas tendem a viver próximas de outras com quem compartilham vínculos sociais e afetivos, constituindo-se numa ferramenta importante nos primeiros estágios de qualquer processo migratório. VAUGHAN (2007) e BRAH (*Op. cit.*, p.22), ambas analisando a localização de imigrantes em Londres em diferentes campos das ciências sociais concluem que imigrantes tendem a se concentrar em zonas da cidade onde a habitação é barata, próxima a locais onde há oferta de trabalho ou possibilidades de estabelecer negócios próprios. Suas escolhas locacionais estão correlacionadas à integração espacial, indispensável na efetivação de sua integração econômica. Buscam centralidade, integração global em áreas de pouco interesse para a especulação imobiliária. Segundo BRAH (*Op. cit.*, p.25) “eles se instalam em áreas previamente degradadas, não as degradam como alguns discursos fazem crer” e continua: “escassez de moradias ou inadequação do estoque de moradias, carência ou precariedade de serviços e infraestrutura caracterizavam estas áreas antes da concentração de imigrantes”. É corroborada por VAUGHAN (2007) e Manuel CASTELLS (2000) que analisam processos similares, a primeira a partir da dimensão social do espaço, o segundo a partir da dimensão espacial da economia.

Isso não impede que a imagem negativa destes lugares, geralmente centrais ou na periferia imediata do centro, seja usada politicamente como um problema causado pela imigração e justificar ações de planejamento urbano que se voltam para a revalorização destas áreas, sua gentrificação, que implicam no desalojamento de imigrantes e grupos frágeis socialmente.

Projetos políticos como o do multiculturalismo que investiram na integração econômica e social de imigrantes através das instituições e recursos do estado de bem estar social (acesso à educação, saúde pública, auxílio-desemprego) tem sido revistas justamente em função das disputas e conflitos no acesso a estes benefícios. Como bem comprova a crise dos *banlieues*, a marginalização se origina nas próprias instituições do estado, caracterizando dominação.

Outra variável que correlaciona práticas espaciais e agencia de grupos étnicos que comparecem com frequência no debate político vincula-se ao comércio, sobretudo o comércio popular. A transnacionalização de redes de comércio popular e de comércio informal comparece na formação de estereótipos negativos justamente em função do sucesso que obtém. Estão relacionados às *middlemen minorities*, sobretudo aos chineses e coreanos, os *Chinatowns* um tema recorrente nas discussões de planejamento urbano e um ponto de conflito permanente associado a uma rede transnacional de negócios porque instaura fronteiras de governança a partir de sua agencia, isto é: partem de estratégias negociais baseadas em solidariedade étnica para construir e expandir seus negócios, estabelecendo enclaves a partir da aquisição sistemática de imóveis num mesmo local, da sua locação só dentro da comunidade, das vendas ao atacado de produtos populares (distribuição em pequena escala por de redes de comércio informal).

Sob este aspecto LIGHT e BHACHU (2009), MUHDU (2006), KAPLAN e LI (2006) e LO (2006) analisam a dinâmica da imigração chinesa, a formação de enclaves, suburbanização e integração espacial no Canadá e na Itália. Concluem que a partir das mudanças radicais pelas quais passa a China a partir dos anos 1990, os *Chinatowns* tem sua estrutura transformada. Não são se configuram mais em enclaves residenciais e étnicos, se configuram como enclaves de redes transnacionais de comércio étnico, para os quais integração espacial está correlacionada ao sucesso da nodificação. Estereótipos negativos são produzidos a partir da desvantagem econômica que produzem localmente, a transformação do comércio e da paisagem de bairros que promovem. Não há o interesse em integração social, na expansão e gerenciamento da rede, que pressupõe conectividade e manutenção dos nós (*hubs*) ativos. Os indivíduos se deslocam constantemente entre pontos da rede, mantendo os nós continuam operando.

Da reestruturação da integração econômica de local para global através das redes transnacionais de negócios, o discurso (racista) sobre a integração econômica local de estrangeiros se transforma, outras formas de exclusão são acionadas e a noção de minoria é mobilizada para assinalar relações de poder desiguais, desconsiderando sua multidimensionalidade, dando margem a discursos de cunho nacionalista, que também impactam solidariedade espacial e transpacial e os códigos que informam interação entre categorias sociais habitantes e estra-

nhos. Isto ocorre porque identidades diaspóricas são simultaneamente locais e globais, construídas através de redes de identificação transnacionais que operam a partir de uma matriz de denominadores comuns entre indivíduos antes dispersos, a partir da solidariedade espacial, copresença num determinado lugar, num campo de identificação comum (BRAH, 1996).

O espaço diaspórico desloca a posição do sujeito habitante / migrante, *insider* / *outsider*, morador / estranho sem que estas sejam equivalentes. Dá emergência a formas de exercício de poder pluriaxiais nas quais indivíduos e coletivos se posicionam simultaneamente em relações sociais produzidas e levadas a cabo através de múltiplas dimensões de diferenciação que operam articuladas em função de sua localização e movimento nos lugares, através de lugares como MASSEY (1993) bem colocou. Sobre a forma como espaços sociais, de diáspora e de fluxos são operados como campos de interação e interfaces no espaço urbano, como diferenciação social entre imigrantes e habitantes, nos discursos que produzem diferenciação étnica. Como grupos se configuram a partir da ação econômica e social sobre o espaço urbano, o espaço material. Quais atributos espaciais contribuem para operar as distinções entre grupos segundo expectativas sociais. Correlacionar processos de diferenciação étnica a práticas espaciais é o interesse geral do trabalho. Por esta razão passa-se a discorrer sobre os trabalhos científicos que embasam a análise do estudo de caso.

4.3 Apropriação social do espaço e integração da diversidade

“A não visibilidade é provavelmente uma das características das nossas cidades, que são atravessadas por um grande número de fronteiras e limites que, pelo fato de não serem visíveis, não são menos reais. Recordo uma vez que, perdido no Rio de Janeiro, ia transgredir uma fronteira invisível de uma favela sem me dar conta. Percebo que as consequências da minha desatenção seriam mais graves hoje do que vinte anos atrás, porque os limites invisíveis se proliferaram nas cidades e afetam particularmente grupos étnicos ou frágeis.”

(RAFFESTIN, 2007, p.128).

O tema da integração da diversidade nas cidades contemporâneas é o foco de interesse de inúmeras pesquisas na Europa e no Brasil. Aqui o foco se volta para o acesso à produção sustentável do espaço, das questões prementes do déficit habitacional e do colapso da mobilidade urbana, processos que contribuem para o reforço das desigualdades e da exclusão econômica e segregação espacial, a consolidação de fronteiras sociais. Como as cidades se expandem e se desenvolvem numa perspectiva de realização de um projeto social mais justo é a grande questão. A negação da urbanidade é a regra, atingindo ricos e pobres numa dinâmica reversa de

autossegregação espacial a que se soma exclusão social onde os espaços abertos ficam relegados ao ocaso da vida pública. Circulação e movimento através e entre pontos da cidade cada vez mais importantes para a construção das estratégias de Planejamento Urbano.

BERNA (2004, p.34) diz que “a cidade interétnica é aberta, acolhedora, solidaria, comunitária, igualitária, de fácil leitura e sustentável”. Isto pode ser traduzido como valores que fundam estratégias políticas para fazer frente à proliferação de fronteiras sociais e de governança que emergem das formas de produção e apropriação social do espaço em sociedades pluriculturais. Estes atributos relacionam-se aos padrões espaciais e potenciais da estrutura e da morfologia urbana: aberta, entendida como malha contínua, sem restrições à acessibilidade, sem enclaves; solidária no sentido de que a solidariedade espacial deve ser estimulada através de parâmetros de maior urbanidade; acolhedora no sentido que segregação espacial e segmentação social não se reforcem; comunitárias por sua estrutura informar potenciais de controle local, através do qual o potencial de solidariedade espacial se realize; de fácil leitura no sentido que a estrutura da malha urbana seja inteligível tanto por seus habitantes quanto por estranhos; sustentável porque compacta e densa, permitindo a apropriação efetiva dos espaços públicos, da copresença diversificada. Portanto integração espacial global e local estão correlacionadas à conectividade e deformação relativa da malha urbana está no cerne das estratégias de planejamento urbano que tem na integração social e econômica da diversidade cultural e étnica seus objetivos.

Como já discutido o debate sobre morfologia e estrutura urbana das cidades contemporâneas, sobretudo as transformações que ocorrem em função da reorganização política e econômica à escala global impactam a forma como o espaço material é produzido. Estes problemas, abordados a partir da dimensão social do espaço se resumem às correlações entre expansão do perímetro urbanizado e urbanização dispersa, segregação espacial e segmentação social; obsolescência de centralidades consolidadas e a emergência de novas centralidades dispersas, espaços públicos estruturados como espaços de circulação, controle excessivo sobre usos e funções do solo urbano que sintetizam as posturas de preservação do patrimônio cultural e da indústria do turismo, a periferização da pobreza que reforça desigualdades sociais.

MASSEY (1993) já tratava destes problemas urgindo abordagens integradoras das várias formas de territorialização de grupos e classe sociais para fazer frente ao desenvolvimento inóspito, disperso, fragmentário, calcado na segmentação de atividades e usos e à desurbanização insustentável experimentada nas cidades atuais. E se padrões espaciais não correspondem

às expectativas sociais de todos os grupos da sociedade é porque quem detém o controle sobre a produção do espaço assim o determina.

Estas estratégias são intrínsecas à estrutura espacial que emerge da conciliação entre diferentes lógicas de relações sociais, econômicas e políticas nos processos de configuração dos sistemas urbanos. Das relações topológicas entre lugares e partes da cidade à forma como cada qual potencializa certos tipos de espacialidade, de copresença, de relações de controle entre moradores e estranhos, de interfaces sociais se articulam, formando um sistema urbano intrinsecamente desigual, concretização de expectativas diferentes quanto ao desempenho social do espaço, às formas de interação entre categorias sociais. Variáveis que contribuem para que o sistema urbano seja “o aparato físico e simbólico de valores sociais e culturais”, transformado a partir da tensão entre produção e apropriação social do espaço (HILLIER, 1999).

Segundo MÉNY (2004, p.59-60) a conciliação entre formas de produção e apropriação social do espaço e reprodução das relações sociais locais como sistema de interfaces com o estranho, a tendência à segregação espacial por classes, como preconizado Paul Claval nos idos anos 1978, baseado no modelo de especialização monofuncional e monoclassista, é o que dá origem à segregação residencial entre pobres e ricos, enclaves étnicos, que significam a erosão das interfaces diversificadas, do ocaso da urbanidade (HOLANDA, 2002) de mistura social e funcional, de movimento e copresença diversificados.

Este enfoque é compartilhado por BEGUINOT, BERNA, BELFIORI e BECK (2004: MEGARIDE 1994)²¹², quando se propôs uma nova Carta de Urbanismo para a Europa, moldada por estratégias de integração social e espacial nas ações de planejamento territorial e gestão urbana. Aborda transformações que SASSEN (2008) classifica genericamente como desurbanização, sobretudo as que dizem respeito às transformações de uso provocadas pelo abandono de áreas centrais e a emergência de novas centralidades periféricas em contraste com a ocupação destes lugares pelo comércio étnico ou por serviços ao turista.

BELFIORI (2004, p.109) considera transformações urbanas variável-chave para entender os processos sociais e culturais decorrentes da convivência interétnica, as formas como se dá o controle sobre a mobilidade para analisar a estrutura de relações entre sociedade anfitriã e minorias estrangeiras, suas interfaces e interações à escala local. Para ela, não se trata de assimilação dos estrangeiros, mas de integração de diferenças: “Interétnica não é multicultural, pois

²¹² CARTA DI MEGARIDE 94. CITTÀ DELLA PACE-CITTÀ DELLA SCIENZA. Napoli: AA.VV, 1995 (ed. it./ing./spa./rus./giap.), 322p. Editado por Corrado BEGUINOT, *prof. di urbanistica, Università di Napoli "Federico II"*; *membro do comite científico internazionale da Fondazione Laboratorio Mediterraneo*; *coord. grupo de pesquisa Innovazione Tecnologia e Trasformazioni Territoriali per la Città del XXI secolo.*

a etnicidade pode existir dentro do quadro de uma renovação unicultural que sintetize diferentes culturas que reconhece como fundadoras de um novo estado de civilidade”. Pode-se dizer que, de um novo projeto de cidadania e de ordem social que tem na hibridização, no acolhimento da diversidade e na revisão dos sentidos conferidos aos espaços urbanos, estratégias de integração social e cultural. Transformando percepções da alteridade, do que é diferente e do que deve ser separado ou excluído como ameaçador.

Verificou-se que BARTH (1969-1998) é referência em quase toda a bibliografia consultada sobre o assunto, citado PORTUGALI (1993), BRIMICOMBE (2007), PEACH (1996; 1998) e OMER (2003; 2005), no campo da geografia humana e social. OMER (2005) utiliza os conceitos de BARTH (*Op. cit.*) na modelagem de sistemas espaciais, especificamente no aperfeiçoamento do modelo de SCHELLING (1971, 1974) que correlaciona escolhas locais e padrões de distribuição residencial à composição étnica da vizinhança, isto é, inclui etnicidade ou identidade étnica na ponderação de decisões locais de indivíduos. No seu modelo identificou o efeito não linear ou contraintuitivo do comportamento discriminatório ao nível de segregação residencial. Desenvolveu uma ferramenta útil para correlacionar padrões espaciais a distribuição residencial (OMER, 2005, p.658) que auxilia a identificar fronteiras sociais ou de governança.

Entender como valores e modos de vida são mantidos ou transformados em função das formas de interação cujos potenciais são dados por características instrumentais do espaço permite depreender como a organização espacial é dimensão constituinte da integração social, cultural e econômica entre grupos culturais, étnicos e nacionais, sobretudo entre moradores e estranhos. SIMMEL (1971) observa que estranhos (no sentido também de estrangeiros) geralmente desempenham tarefas que outros membros da sociedade ou do grupo não se interessam em executar. Dá como exemplo sociedades pré-modernas nas quais o comércio era tido como atividade desagradável, delegada a estrangeiros ou estranhos, pertencentes a outro grupo étnico ou cultural. Sua conceituação interessa porque trata da estrutura de relações sociais, a alteridade entendida como processo e preconiza a identificação de *middlemen minorities* como grupos de estranhos vinculados a certos tipos de comércio e negócios transnacionais que se difundem com a globalização popular.

A tendência (HILLIER, 1996) de que os lugares de maior integração e potencial centralidade perdem o atrativo residencial para a sociedade local e podem ser reivindicados por imigrantes, que disputam acessibilidade e integração como estratégia de inserção e sobrevivência na sociedade anfitriã (VAUGHAN, 2007) informa que mudanças na apropriação social do es-

paço consoantes à mudanças nas expectativas de produção do espaço e reprodução das relações sociais transformam comportamentos sociais.

As potencialidades de análise de um fenômeno complexo focando nas relações que ensejam a emergência de uma estrutura, no caso espacial para discutir as pautas sociais que regem sua produção e reprodução (HILLIER & HANSON, 1984), considerando-se a existência de duas categorias sociais presentes no mesmo espaço público, proposta pelos autores, quais sejam: moradores, que mantém relações constantes com um determinado lugar: vivem ou trabalham ali e estranhos, todos os outros que se encontram no espaço público de uso ambíguo (HOLANDA, 2002):

“(...) o controle visual e espacial dos lugares está intimamente vinculado à sua posição relativa no sistema de espaços abertos e isto se refere diretamente à forma como o espaço é entendido pelos moradores e pelos estranhos ao sistema.” (HILLIER & HANSON, 1984, p.17)

Fazendo uma breve digressão sobre mobilidade e imigração, a importância da integração espacial de imigrantes a que se refere VAUGHAN (2007) e fronteiras sociais, é possível que esta escolha locacional esteja também correlacionada ao papel de estranho de SIMMEL (*Op. cit.*) desempenhado pela maioria dos imigrantes, mesmos quando assimilados (2ª ou 3ª geração) aos lugares. Integração global para a sintaxe espacial quer dizer controle espacial do estranho sobre o movimento. Pode-se dizer que integração global, também facilita a interação com moradores dado que o controle sobre o espaço é menor, o que possibilita que fronteiras entre grupos étnicos sejam mais porosas.

VAUGHAN (2007, 2007a) identifica, ao cruzar dados populacionais quantitativos e qualitativos retrospectivos e medidas sintáticas (integração, conectividade, acessibilidade e profundidade média) do *East End* londrino que a área é constantemente reapropriada por grupos de imigrantes em função de seu potencial de integração espacial às áreas de oferta maior de emprego, mostrando a coerência entre integração espacial e integração econômica de grupos imigrantes. Diz que não é por acaso que o *East End* londrino é o destino preferencial de grupos étnicos de origens diversificadas: dos judeus do séc. XIX aos asiáticos do sec. XXI.

Suas considerações são diagnosticadas por GIOÉ e ALESSANDRIO (2004) quanto aos mecanismos de integração social e cultural codependentes da integração espacial, em especial da suburbanização crescente de minorias étnicas, sua segregação espacial como uma das variáveis disjuntivas da integração econômica e social ou de integração negativa:

“Uma posição integradora, na falta de condições econômicas e sociais para que ocorra, resulta em reagrupamento espacial de uma só etnia como fenômeno espontâneo de reconhecimento e autodefesa. Na realidade, nada disso seria espontâneo e representa uma ditadura coerciva de um desenho implícito de organização espacial: a es-

pacialidade não é conquistada por discursos sobre as condições mínimas de reprodução social, mas pela sintaxe espacial, pela integração espacial. A segregação espacial de grupos étnicos, os enclaves étnicos tem resultados sociais trágicos que vão da discriminação no mercado de trabalho à indiferença do poder público quanto à degradação dos espaços, dos espaços residuais, sem apropriação social, configurando zonas étnicas de marginalização profunda, segregadas espacialmente, excluídas socialmente e isoladas da vida urbana, onde a agregação étnica se dá por exclusão da sociedade ampla, resultando em controle destes territórios, conflitos e na difusão das formas primitivas de acumulação”. (ALESSANDRIO, Francesco, 2004, *Op. cit.*, p.174)

Para ALESSANDRIO (*idem*, p.175) a organização do espaço é projetada como fundamentalmente segregadora, a segregação espacial correspondente a uma ordem social de divisão econômica hierarquizada no espaço que materializa discriminação social e segregação étnica. Para ele, em sintonia com a Sintaxe Espacial “o espaço é componente fundamental de identificação cultural de grupos étnicos, sobretudo o espaço local, de moradia”. O potencial de apropriação social do espaço, o controle local, do morador, está implicado na qualidade das expectativas de encontro e copresença, de controle sobre o movimento, de integração. Segundo o autor, a ilusão de autonomia dada pela segregação espacial, pelos padrões espaciais que privilegiam o controle local e pela segmentação social a partir dos quais são construídos os enclaves suburbanos por sociedades hierarquizadas e discriminadoras como as europeias, ensejam atitudes racistas e fomentam conflitos.

“Regras urbanísticas e desenho urbano se constituem em instrumentos através dos quais é possível consolidar uma política de segregação ou de integração social. O planejamento territorial e urbano não é a causa automática da segregação, mas pode ser o braço operacional de governança discriminatória e de fronteiras sociais”. (ALESSANDRIO, *Op. cit.*, p.176)

O debate sobre a organização do espaço das cidades interétnicas abrangem as discussões sobre a estrutura do espaço, o sentido de ordem e organização, territorialidades e sobre os processos de integração socioespacial e expulsão de grupos. Tópicos relacionados à preservação do patrimônio cultural, aos processos de renovação e expansão urbanas e de gentrificação que envolvem, como suspeita MASSEY (2002, p.175), referências codificadas às contestações de uso e apropriação social do espaço feita por grupos culturalmente dominantes ou minoritários. Estas discussões encerram o viés das fronteiras sociais e de governança e como estas podem ser agenciadas no planejamento urbano e territorial como instrumentos de inclusão ou exclusão social, como mitigador ou potencializador da segregação socioespacial ou como diversificadores das interfaces entre classes sociais, grupos étnicos ou religiosos (*top down*).

BELFIORI (2004, p.110) observa que “Variáveis quantitativas não são suficientemente robustas para explicar efeitos da alteridade e diferenças culturais e étnicas na copresença e no movimento, porque podem impactar a percepção e experiência dos lugares ainda que sejam

grupos da população numericamente inexpressivos”. Constata que a quantificação dos estrangeiros não é variável que justifique a percepção da alteridade como ameaçadora, são os sentidos atribuídos à sua copresença que informam as reações das pessoas.

Dá como exemplo o fato de muçulmanos e chineses representarem parcela ínfima da população imigrante (2%) em Roma (IT). Ainda assim são tidos como minorias não assimiláveis à sociedade anfitriã. Deduz-se que há valores subjetivos na diferenciação de grupos étnicos ou religiosos que mediam o potencial de integração à sociedade nacional e pode provocar desigualdades e acionar discursos racistas. Diz a autora que “a hibridização é sempre aquela que permite capturar o que interessa aos outros” (*idem*, p.110), o que significa que a etnicização de grupos sociais ocorre a partir do que é considerado uma ameaça à realização das expectativas sociais de um grupo dominante ou que representa uma ameaça à organização social.

No caso emblemático quanto aos muçulmanos, há que se dizer que as interfaces conflituosas entre estes e os europeus (católicos) remetem aos conflitos pregressos entre a Europa Cristã e o Império Otomano, à alteridade ameaçadora construída a partir da diferença na ordem social e nos parâmetros de ordem que informaram a emergência do nacionalismo europeu. O que se lê na mídia sobre restrições à altura de minaretes de mesquitas, proibição de construção destas junto aos sítios históricos na Toscana (IT), ou à construção de cemitérios muçulmanos, considerados lugares que dão visibilidade ao Islã, envolvem controvérsias discutidas no e sobre o espaço público (ALLIENI, 2005, p.9). São reações com decalagem temporal a estratégias semelhantes aplicadas pelos otomanos em relação às igrejas (católicas romanas), descritas magistralmente por Ivo ANDRIC²¹³.

Por outro lado, a informação apreendida da organização do espaço pode ser usada como recurso nas formas de apropriação social do espaço por grupos para organizar seu sistema de relações sociais endógenas e exógenas e para se territorializar. O interesse maior é onde estas ações se inscrevem e como é este onde, este lugar, sua estrutura espacial, que pode dar emer-

213 “*There hadn’t been a Vizier in Saravejo in the last fifteen years with whom he had not clashed and whom he had not accused of slackness; and he never let pass a meeting of the Council without making a speech against the neglect of religious precepts and against dangerous concessions to the Christian populace. In talking to him, everyone chose his words and took care not to provoke or anger him. Many could still remember one such council meeting some odd ten years ago, in which it was debated whether or not to allow Christians to install bells in their churches and to ring them in towns where there were Turks. One young Osmanli, a scribe of the Governor’s, maintained that they could do so without infringing on the laws of the Holy Koran. Hadji Hafiz, quoting from a huge book, argued that they couldn’t and that no Muslim should live in a town where “bells were banging”.* ANDRIC, Ivo. *The Pasha’s Concubine*. In: ANDRIC, Ivo. *The slave girl and other stories about women*. Budapest: CEU Press, 2009, 539p. pp271-358, p. 294-5. Ivo Andric (1892-1975) diplomata Iugoslavo (bósnio), prêmio Nobel de literatura 1961, retrata em seus livros o conflito entre dois Impérios, o otomano e o austro-húngaro, a divisão social e os abismos socioculturais produzidos por lógicas distintas de exercício de poder e controle sobre a integração territorial, dois imaginários culturais.

gência a diferenças nas interfaces, na forma como podem, a partir do controle estabelecer fronteiras sociais ou, ao contrário, permitir que a integração econômica de certos grupos se realize plenamente, em função da integração espacial. Como a convivência nos lugares é função da configuração espacial, dos potenciais de controle sobre o espaço por moradores ou estranhos como limite à diversificação da copresença e à apropriação social do espaço.

Segundo Massey, lugares não precisam ser definidos por limites (*boundaries*), pela oposição ao que está “fora” de área delimitada. Ao contrário, configura-se em função das articulações com o exterior, ao entorno. Por esta razão, a sintaxe espacial classifica lugares a partir da correlação entre padrões espaciais e potenciais de integração, limites definidos pela correlação entre potenciais de movimento e controle sobre o movimento. Lugares com maior potencial de integração, mais acessíveis permitem controle equânime entre moradores e estranhos e, portanto de diversidade de interfaces.

O que a sintaxe espacial propõe e que MASSEY (1994) corrobora é que a especificidade dos lugares é constantemente reproduzida, não como resultado de uma história internalizada, mas como produto da reorganização das relações locais entre espaços que, por sua vez estão correlacionadas a transformações globais, à redefinição de potenciais de movimento que informam as dinâmicas de uso do solo, a copresença e os sistemas de escolha de rotas; que diferenciam os lugares também impactados pela globalização econômica, cultural, laboral: “a globalização das relações sociais é outra fonte de reprodução de desenvolvimento geográfico desigual que reforça a imparidade entre lugares na medida em que sua especificidade emerge da mistura de vários *layers* de relações sociais e vínculos locais e globais” (*idem*, p.121), do qual é possível depreender um sentido global do lugar, um sentido local do global.

A partir disso é possível pensar lugares não como áreas delimitadas mas como uma rede que informa potenciais de movimento e controle, o que implica que a identidade dos lugares é construída a partir da especificidade das suas interações com outros lugares, com grupos sociais que deles se apropriam, da integração espacial como atributo que possa reverter exclusão ou marginalização social. Como a lógica de integração social e econômica é profundamente espacial, como demonstrado por VAUGHAN (2007, 2007a) e interpretado por ALEXANDRIO (2004) e MUDU (2006).

Os processos de integração social e econômica não são instantâneos, emergem da recorrência de interação no tempo em lugares determinados e se configuram em função das relações internas do grupo, suas regras de pertencimento e as relações entre este e a alteridade e exterioridade. Os mediadores nestes casos, os demarcadores de fronteiras são os espaços ocu-

pados pelo conjunto de seus membros, portanto variável em função dos dias da semana, do movimento natural no entorno, da proximidade de atratores monopolistas ou de atividades de interesse. MUDU (2006) chama atenção que as interações entre imigrantes e moradores (locais) ocorrem nas áreas centrais das cidades, nos lugares de maior potencial de movimento, de maior integração. O autor destaca que sua maior visibilidade está associada ao abandono do uso dos espaços públicos por moradores e a apropriação por imigrantes. Indica que diferenças nos padrões espaciais entre partes do sistema urbano tornam-se elementos de demarcação ou identificação de lugares de encontros e copresença de estrangeiros copresença e das interações, dando emergência a fronteiras com função de tradução e filtragem²¹⁴ de categorias sociais (morador- estrangeiro) que conferem novos sentidos à estrutura de integração espacial através da governança espacial quando a copresença de um grupo restringe a presença de outros.

O debate acadêmico sobre como mensurar e analisar segregação religiosa e segregação étnica, mudanças na composição de percentuais populacionais por bairros e comportamento de escolhas locacionais de minorias (WATTS, 2008) advém do interesse despertado por um dos aspectos mais relevantes da dinâmica urbana: a localização residencial e seus parâmetros de escolha. Isso por que, no contexto de grandes cidades pluriculturais esta dinâmica pode indicar a formação de enclaves étnicos, o que alguns autores chamam de guetificação²¹⁵. Este aspecto da dinâmica urbana interessa à identificação e solução de problemas relativos à gestão urbana e participação comunitária, sobretudo no que diz respeito a políticas habitacionais, mas também a um amplo espectro de patologias socioespaciais, com foco na segurança pública e na preservação do patrimônio histórico com desdobramentos econômicos, políticos e sociais de grande significado, porque podem vir a incorporar discursos racistas no plano político.

A modelagem desta dinâmica implica em critérios bastante claros de emprego e correlação entre dados estatísticos e censitários, cujo risco é invalidar as tendências / conclusões do estudo, sendo as maiores dificuldades apontadas por WATTS (2008, p.2036) a representação e interpretação de dados espaciais. Ceri PEACH²¹⁶ (1996, 1996(a), 1998, 2001, 2006), que

²¹⁴ Fixação de favelas em Porto Alegre BR em que fronteira social dentro de bairros gera discriminação socioespacial.

²¹⁵ PEACH (1996) coloca a questão como o título do artigo “*Does Britain have ghettos?*” e discute os parâmetros de exclusão socioespaciais que pautam o tipo num estudo comparativo, valendo-se de uma indexação. VAUGHAN (2000, 2005, 2007) explora o emprego do termo na produção acadêmica relativa a conceitos espaciais, indicando que tem sido usado em situações espacialmente distintas (do ponto de vista da Arquitetura) a apresentação de evidências consistentes.

²¹⁶ Geógrafo Social (Oxford) e colaborador em publicações importantes do Governo Britânico tais como o Relatório do Gabinete do Primeiro Ministro Britânico que subsidiou ações de inclusão social e habitação a partir

investigou o problema de grupos étnicos em áreas urbanas na Inglaterra e Estados Unidos e é citado como referência em diversos outros trabalhos, sobretudo nos de VAUGHAN (1999, 2007, 2007a) e OMER (2003).

PEACH (1996 e 1996a) se baseou em dados do Censo Britânico de 1991²¹⁷ para analisar comparativamente segregação étnica na Grã-Bretanha e de afro-americanos nos EUA. Além de constatar que os índices de segregação étnica na Grã-Bretanha são menores, o estudo trouxe três aportes interessantes: que é necessário estabelecer uma relação entre a população total de um grupo étnico e aquela que está espacialmente segregada; que a correspondência entre segregação étnica e níveis socioeconômicos não apresenta robustez; que os grupos étnicos de imigração recente demonstraram os índices mais altos de encapsulamento (enclaves).

Suas conclusões apontam para os limites da análise científica usando dados quantitativos por três razões: a primeira é a forma como os dados são coletados, o tamanho da amostra domiciliar aleatória para aplicação de questionário extenso; segundo como o questionário é formulado, o que já indica interesses e preocupações da pesquisa quanto à religião, raça, nacionalidade e outros; terceiro, a metodologia a partir da qual os dados são agrupados que pode provocar distorções. Estas variáveis condicionam a interpretação porque não representa o universo total de indivíduos, porque depende de autoidentificação, isto é, como a pessoa que responde à amostra se posiciona em relação às perguntas²¹⁸ e porque os dados do questionário extenso tendem a ser mapeados de forma homogênea para um setor censitário inteiro.

Quanto ao caso americano PEACH (*Op. cit.*) discute um modelo implícito de segregação étnica que assume que grupos imigrantes se estabelecem inicialmente em áreas centrais segregadas espacialmente e se dispersam ao longo do processo de assimilação à sociedade anfitriã. Em relação a afro-americanos, ele discute que este grupo apresenta padrões diferenciados de inserção socioespacial em relação a outros grupos étnicos: constituem enclaves quase que 100% homogêneos etnicamente e a segregação espacial não diminui em função da integração

do primeiro panorama multivariáveis da situação de minorias étnicas e religiosas no Reino Unido do qual PEACH é um dos autores.

217 O primeiro em que consta a declaração de etnia.

218 Quanto ao problema de identificação, comum a todos os censos demográficos, a forma como o questionário é elaborado pode vir a influenciar as respostas dos entrevistados. Declaração sobre religião, grupo étnico e renda são as mais controversas. Por exemplo, no Censo Brasil 2010 (IBGE) para a cidade do Chui identificou-se um grande número de entrevistados se declarou sem religião o que implicou num número menor dos que se declararam muçulmanos em comparação ao Censo de 2000. Como interpretar estes dados?! Quanto à imigração, as amostras consideradas inexpressivas são incluídas sob o rótulo de outros (país de origem ou nascimento). O censo uruguaio de 2011 (INE) não entende declaração de religião como um dado relevante e, como tornou-se um país de emigração, o enfoque foi dado aos nacionais não residentes no país.

socioeconômica. Sua contribuição é apontar para dinâmicas diferenciadas em relação à segregação socioespacial e o processo de aculturação.

Em trabalhos posteriores PEACH (2001) enfoca a robustez relativa das variáveis étnicas e religiosas dentro de grupos étnicos, usando dados do Censo de 2001. Investigou a dominância do fator religioso sobre o étnico. Focando a comunidade muçulmana e a multiplicidade de grupos étnicos que ela incorpora, verificou que esta apresenta índices de segregação socioespacial menores que outras comunidades religiosas (judeus, sikhs e hindus), mas que os índices de segregação étnica dentro do grupo são altos. Tendências demográficas, socioeconômicas²¹⁹ baseadas no estudo subsidiaram ações estratégicas do governo britânico para programas de habitação de minorias (PEACH *et al.*, 2006).

VAUGHAN (2007) destaca que o modelo de integração social proposto por PEACH (1996, 1996a e 2001) indica que num ambiente de pluralismo, a integração econômica pode ocorrer paralelamente a um encapsulamento socioespacial. E que a verificabilidade de dados estatísticos e censitários demanda mais de uma variável para evitar generalizações que induzam a falsas conclusões. Sugere e esta pesquisa pretende discutir, que é possível tratar a variável socioespacial, como método de verificação de evidências físicas e da maneira como grupos étnicos se valem das condicionantes espaciais para realizar sua inserção na sociedade e na economia em diferentes graus de integração espacial.

Estas estratégias são cotidianas e definitivamente espaciais, pois as pessoas se movimentam e usam os espaços públicos de uma maneira ou de outra. A forma como a copresença entre grupos diferentes se dá num espaço urbano pode revelar a forma que um determinado grupo étnico ou religioso explora as possibilidades de contato no seu novo ambiente e satisfaz suas expectativas socioculturais em relação aos intercâmbios com outras comunidades. E opera transformações significativas na dinâmica urbana explorando as vantagens percebidas na configuração espacial, por isso a ênfase no comércio.

A discussão do problema, então, pode partir de algumas constatações acerca da organização espacial das cidades como variável independente (HOLANDA, 1997, p.4) verificando-se uma recorrência na localização de grupos ou atividades simbólicas em momentos históricos distintos, o que indica que padrões espaciais desempenham um papel determinante nas escolhas locacionais. VAUGHAN (199, 2007, 2007a) explora justamente a relação entre padrões

²¹⁹ Sobre a contribuição de PEACH (*Op. cit.*) VAUGHAN chama a atenção para o emprego da palavra segregação na Geografia, expressando homogeneidade étnica, socioeconômica ou religiosa numa determinada área urbana.

espaciais que podem ser descritos eficientemente através da Sintaxe Espacial e a investigação de preferências locacionais de grupos de imigrantes. Explorando estas correlações, é possível estabelecer paralelos em relação aos parâmetros de localização do comércio de palestinos em face dos padrões espaciais das conurbações estudadas. E ainda discutir estratégias de inserção do grupo, tanto em relação à periferia imediata do centro destas cidades, quanto em relação à periferia do território nacional, e discutir como realizam suas estratégias de integração socioeconômicas e espaciais.

VAUGHAN (1999, 2007 2007a) investiga enclaves de imigrantes e segregação espacial em vários recortes históricos, com foco na comunidade judaica e muçulmana. Discute que, antes de ser um processo de guetificação (segregação social), muitas vezes a formação de enclaves étnicos é uma estratégia de solidariedade espacial (baseada em relações espaciais de vizinhança) que concentra imigrantes em setores urbanos com alta acessibilidade aos polos de emprego e negócios (geralmente em áreas centrais ou periféricas ao centro), nos quais se instalam inicialmente como forma de inserção na sociedade e na economia locais. Seus códigos espaciais são adaptados à nova realidade, mas a convivência com outros grupos é indispensável ao processo de integração econômica e social.

PEACH (in PEACH *et al.*, 2006) propõe um índice de dissimilaridade (medida de segregação feita a partir de dados agregados de percentuais de um grupo e médias ponderadas) para avaliar as discrepâncias e segregações intergrupais de minorias étnicas e religiosas. No relatório para o Gabinete do Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, dados relativos à distribuição residencial de grupos com afinidade religiosa são analisados ao nível da edificação, no qual se pondera os vários graus de segregação (ou integração) étnica, religiosa, de cidade de origem, de nacionalidade e outros no escopo da população total. Como resultado, o documento discute as preferências residenciais de grupos com bastante acuidade, inclusive relacionando o tipo de integração / segregação com temas de Planejamento Urbano como a flexibilização de usos do solo em áreas exclusivamente residenciais onde se identificou maioria religiosa ou étnico-religiosa para atendimento de demandas específicas (permissão de alteração de usos para locais de culto, abate ritual de animais, etc.). Uma estratégia de planejamento urbano que busca a integração das diferenças culturais reconhecendo a importância de práticas cotidianas.

VAUGHAN (2007) afirma que, através da Sintaxe Espacial e da disponibilização de dados censitários edifício a edifício é possível estabelecer índices de segregação muito mais acurados em termos de padrões socioespaciais de grupos étnicos e religiosos heterogêneos. No que ela tem razão, o problema é como modelar os dados censitários e de levantamentos de

campo que permitam trabalhar com os resultados de maneira tão intuitiva como aqueles obtidos por medidas da Sintaxe Espacial. Numa discussão em que VAUGHAN participa ativamente (JONES et. al., 2009), colocam-se as limitações, não só operacionais, mas teóricas e instrumentais no desenvolvimento de projetos que se valem de ferramentas da Geografia (sistemas SIG) e àquelas da Arquitetura e Planejamento Urbano (Sintaxe Espacial). Os autores entendem que a discussão extrapola o uso puro e simples das ferramentas (SIG) e alcança os modelos teóricos que as originam: a Sintaxe Espacial enfatiza a análise da estrutura espacial e em detrimento dos dados socioeconômicos e demográficos que são a base da Geografia.

As preferências locacionais de imigrantes em relação à moradia se entrecruzam com os processos e estruturação da vida social locais, que implicam no caso brasileiro, num abandono sistemático dos centros em cidades médias brasileiras e a migração da população de renda mais alta para as periferias das cidades, num processo de suburbanização que tem implicações socioespaciais importantes (RIGATTI, 2003), tanto em relação às transformações morfológicas e os níveis de compacidade, dispersão e assimetria dos sistemas (MEDEIROS, HOLANDA, 2007), quanto em relação a parâmetros socioeconômicos de segregação espacial (RIGATTI, *Op. cit.*). Evidencia que instiga investigação de outra dinâmica socioespacial, aquela da sociedade uruguaia e de como os processos simultâneos no espaço-tempo se comportam na emergência de novas estruturas de integração e segregação urbanas.

Sobretudo quando lugares centrais são ocupados por grupos excepcionais de duas formas: quando a copresença de certos grupos, a concentração de atividades e usos relacionados incorporam diferenças permanentes no exercício da cidadania²²⁰, como no caso dos imigrantes ilegais, traficantes, prostituição, etc., Ou que estão sujeitos a algum tipo de diferença naturalizada pela sociedade anfitriã na preservação de uma determinada estrutura social na qual tem lugar marginal, sempre estrangeiros.

É o caso dos chineses e do comércio popular (*Chinatowns*). Sua posição como *middlemen minorities*, sua capacidade de agencia e transformação de lugares centrais a partir da aquisição de imóveis, como analisam BELFIORI (*Op. cit.*), BARTH (*Op. cit.*), MUH DU (*Op. cit.*) e PAGNUS e MONTAGNA (2012) competem e conflitam com interesses da maioria e das próprias ações *top down* de planejamento urbano.

²²⁰ Penso na legislação relativa aos imigrantes. Por exemplo, na Alemanha que aplica o *jus sanguinis* (o Estado só reconhece como cidadãos plenos a descendência de cidadãos plenos, isto é, não imigrantes = nascidos de pais alemães). Para o alto percentual de trabalhadores de origem turca, mesmo que na terceira ou quarta geração residente, existem restrições ao exercício da cidadania em função da inexistência de processos de naturalização. Ou no caso de Israel, em que só tem acesso à cidadania plena os indivíduos que professam a religião judaica.

O interesse da pesquisa é no que territorialidades revelam sobre lugares, como funcionam em retroação com os padrões espaciais e apropriação social do espaço, correlacionada aos potenciais de integração de movimento natural. Scott LASH (2012) lembra que a topologia destaca a centralidade, não do real, mas do imaginário. Neste caso correlacionar as espacializações de grupos com integração espacial usando métodos e ferramentas da sintaxe espacial remete a dois imaginários, o produtivo social de CASTORIADES, onde as relações de copresença, de apropriação social do espaço e formas de territorialização remetem às condições básicas de realização de um projeto de integração econômica na sociedade anfitriã e do imaginário do pesquisador, que os identifica com o resgate da urbanidade, como agentes capazes de transformar os processos de desurbanização a partir da convivência no espaço público e da transformação de usos de lugares centrais, da transformação de configurações espaciais e suas correlações à integração espacial.

Diferenciação entre padrões espaciais designam o controle do espaço entre dois grupos sociais básicos: moradores e estranhos, que pautam a apropriação social do espaço e estão implicadas no movimento, na circulação e na copresença, portanto nas formas de controle do espaço, de áreas do espaço, contribuindo para a emergência de estruturas de poder espacializadas entre grupos: designam fronteiras. Portanto, se RAFFESTIN estava correto ao ressaltar os limites, as descontinuidades espaciais e as barreiras como formas visíveis de fronteiras, a estrutura que emerge das relações topológicas entre partes de um sistema espacial podem auxiliar a identificar fronteiras sociais.

A sintaxe espacial designa continuidades ou descontinuidades, limites espaciais ao potencial de apropriação social do espaço que determinam maior ou menor controle dos lugares por estranhos ou por moradores a partir da forma como o sistema espacial é modelado. A organização das descontinuidades no sistema de espaços abertos tem implicações diretas nas configurações socioespaciais. Podem ser descritas em função das formas elementares ²²¹(FRANÇOIS, *Op. cit.*), por exemplo, linear (um limiar ou limites) ou por área (zona de transição en-

²²¹ *Allopatric* (adj) [*allo*= diferente/ outro (prefixo) + *patric*, grego= terra nativa] : da especiação ou espécies biológicas ocorrendo ou existindo em áreas que são geograficamente separadas umas das outras (Ciências ecológicas aplicadas / Biologia). *Sympatric* (adj) [*sym*= diferente/ outro (prefixo) + *patric*, grego= terra nativa]: da especiação ou espécies biológicas que ocupam a mesma área geográfica ou áreas geográficas sobrepostas sem que ocorra reprodução entre populações de organismos geneticamente relacionados e isolados entre si reprodutivamente, o que desenvolve subpopulações dependentes de recursos de fontes diferentes e híbridos incapazes de reprodução cruzada porque acasalam em estações diferentes. (Ciências ecológicas aplicadas / Biologia). *The American Heritage® Dictionary of the English Language (4a ed.) Houghton Mifflin Company, ©2000 (Updated in 2009), available at:* <http://www.thefreedictionary.com/Allopatric+speciation>.

tre dois limiares ou limites). Segundo o autor, “descontinuidades espacialmente organizadas tendem a ser duráveis e, livre de barreiras, as diferenças se autorregulam. Por outro lado, barreiras fomentam evoluções divergentes nos sistemas espaciais que formam novos sistemas autônomos, dos quais emerge um sistema socioespacial que pode ser comparado aos processos de especiação alopátrica (*allopatric speciation*)”. Remete (ver HILLIER & HANSON, 1984, RIGATTI, 2000 e BRAGA, 2003) à hierarquização de lugares correlacionados à forma como integração e segregação espacial designam diferenças na apropriação social do espaço. Destas diferenças emergem fronteiras sociais e de governança correlacionadas à forma como movimento e copresença de grupos são operadas no espaço urbano. Como estas se correlacionam a diferenças nas expectativas de integração social e econômica de grupos.

Integração espacial é variável implicada nos processos de territorialização de grupos, estreitamente relacionada ao controle do espaço pelo estranho / estrangeiro, à copresença diversificada que contribui para desativar fronteiras sociais e minorar os efeitos das interfaces exclusivas e dar emergência aos lugares de coexistência de MASSEY (op. cit.), funcionando como marcador identitário. Comportamentos sociais não se resumem ao controle do espaço, mas de potencializar a copresença, de se tornar visível e tornar sua alteridade visível. O que pode reorganizar interações entre estranhos e moradores, provocando mudanças na vida social e espacial de bairros e lugares, a partir do que diversidade cultural – e não diferença étnica – pode transformar comportamentos e práticas sociais que se caracterizem pela hibridização positiva, não pela assimilação ou pela governança espacial negativa.

Encontros e esquivações, como diz Frederico Holanda são organizados a partir de diferenças e afinidades. As tendências de movimento e agrupamento de imigrantes e turistas e podem transmitir governança positiva ou negativa do espaço. A copresença diversificada, a forma como o espaço público é usado e suas correlações com potencial de movimento e probabilidade de fluxos pode ser explorada para analisar diferenças de expectativas sociais quanto à integração espacial correlacionada à escolha de lugares para encontro e à hibridização de práticas cotidianas.

4.4 Considerações sobre o capítulo: função social do espaço e fronteiras sociais

É sobre o aparente fracasso em descrever transformações da sociedade que Latour constrói seu imaginário sociotécnico, pois talvez nada mais haja do que a possibilidade de arquipélagos conectados precariamente entre si no futuro da cidade e do mundo. No entanto, o espaço

material, construído, produzido socialmente como anteviu Castoriades é espacial. Trata da intuição de que há diferenças morfológicas e estruturais nas configurações espaciais que reforçam ou dão emergência a territorialidades específicas e explicam como as redes transnacionais e diaspóricas se nodificam.

Os processos de transformação das estruturas espaciais das cidades estão correlacionados, como diz CASTELLS (2000) a transformações nas expectativas sociais de quem controla a forma como o espaço é produzido. Segregação espacial e segmentação social se correlacionam e dão emergência ao que Sassen chama de desurbanismo que se difunde mundo afora, mediando a maioria dos processos de expansão urbana.

Se assumirmos os processos que dão emergência a diferenciação étnica e cultural como processos complexos e auto-organizados, mudanças na dinâmica urbana, transformações nas expectativas sociais quanto às interações espaciais entre sociedades anfitriãs e imigrantes podem ser analisadas não a partir de relações de causa-consequência que justificam a xenofobia mas para entender como as disputas de governança espacial, incorporam diferenças de expectativas quanto ao valor econômico do solo urbano como função da integração espacial e que podem explicar conflitos e disputas em relação aos lugares de maior centralidade potencial nas cidades apropriados por redes transnacionais de comércio popular.

Segundo CASTELLS (2000) organização econômica não se desenvolve no vácuo social, correlaciona-se a padrões culturais e instituições. A interação de sistemas de negócios à escala global difunde formas de organização e incorpora inovações para responder a padrões de produção e competitividade adaptados aos ambientes sociais em que operam. Tanto o espaço de diásporas como o espaço de fluxos pressupõe estruturação a partir de redes transnacionais. Transformam a estrutura de negócios como o comércio, dando emergência a uma cultura organizacional fundada sobre a não hierarquização, pequenas empresas locais, em redes de distribuição densas que pressupõe redes de contatos e solidariedade translocais.

Sua força vem justamente da pequena escala, da homogeneização de produtos e da forma de distribuição comercial. Não são grandes empresas com uma grande quantidade de pequenos distribuidores. São muitas pequenas empresas de baixa hierarquia funcional concentradas em lugares periféricos (com baixo custo operacional) que proveem as melhores condições para expansão dos negócios da globalização popular. O sistema de distribuição é reverso: da periferia (global e dos territórios nacionais) para os centros de consumo. As redes de comércio étnico se estruturam a partir destes pressupostos, da lógica do espaço de fluxos (que sempre existiu) revertendo relações centro-periferia.

Talvez aí estejam algumas razões pelas quais as redes transnacionais de comércio se instalam em cidades-gêmeas de fronteiras internacionais. As vantagens oportunistas de deslocamento dos negócios de um território nacional a outro duplicam as chances de que aquele nó (*hub*) de distribuição se mantenha operante por mais tempo, torne-se resiliente, um dos atributos mais importantes para a estabilidade da rede. Sua axialidade pode ser modificada desde que a interconexão global do sistema se mantenha estável (CASTELLS, 2000, p. 417), o que representa um desafio às teorias locais.

Talvez por isso a concentração de imigrantes em cidades de fronteira pareça, num primeiro momento inexplicável, imigrantes geralmente atraídos pela oferta de postos de trabalho. Nos casos descritos em trabalhos científicos brasileiros, por exemplo, Foz do Iguaçu e Chuí, desenvolvidos respectivamente por Gustavo Lins Ribeiro e Denise Fagundes Jardim, a concentração de imigrantes identificados como grupos étnicos e vinculados ao comércio teria como explicação possível o empreendedorismo transnacional e translocal baseado em redes de solidariedade étnica. A experiência da diáspora associada ao espaço de fluxos, a expressão contemporânea de poder econômico através do controle de pontos estratégicos de canalização de fluxos financeiros e de mercadorias.

A localização de nós de comércio popular em cidades, destes centros de distribuição seguem a lógica da integração global, de lugares onde os potenciais de movimento de / para e através sejam robustos, através dos quais haja maior probabilidade de fluxos intensos, que tem visibilidade. Lugares em que medidas de integração global pressupõem o controle do estranho, o controle também global do sistema urbano.

Segundo CASTELLS (p. 417) a arquitetura das redes globais e transnacionais se reproduz no interior de cada país como forma de interconectar o sistema globalmente: os nós importam, o território ao redor não, destacando a importância do controle para os centros de distribuição da rede, da possibilidade de construir outros eixos que possam vir a fortalecer a rede como um todo, dependentes de integração local e regional e relativa autonomia em relação ao território nacional, pois o setor é mais dinâmico internacionalmente.

A versatilidade da rede transnacional de comércio popular está correlacionada à sua capacidade de adaptação, de reestruturar conexões mantendo os nós estáveis e assim garantir a continuidade de fluxos. Talvez por isso, a análise espacial proposta por Manuel Castells de que a rede independe de contiguidade, mas depende da continuidade de fluxos explique as preferências locais em cidades de fronteira porque os fluxos podem ser redirecionados mais facilmente em função de vantagens econômicas e financeiras de um a outro território na-

cional, conservando-se os nós, sem que haja ruptura de fluxos entre estes, mas mudanças na sua axialidade e direção. E, nas grandes cidades, os nós ou centros deste tipo de comércio se localizam em lugares de alta acessibilidade ao entorno, à área metropolitana, aos pontos de comutação com subúrbios onde suas mercadorias são revendidas através do comércio local e do comércio informal.

Portanto há inteligência espacial nas estratégias de nodificação e expansão de redes que operam através da produção de enclaves comerciais. E o conflito de interesses emerge quando disputas pela mesma localização com objetivos diferentes opõem sociedade anfitriã e grupos étnicos. Estas disputas se inscrevem nos processos *top down* de planejamento urbano e *bottom up*, através de empresas imobiliárias. Nas cidades europeias, geralmente associadas à indústria do turismo à gentrificação de bairros centrais. E isto tem uma lógica espacial também: turistas são estranhos, a localização de equipamentos destinados ao seu uso (hotéis e restaurantes) buscam também lugares de maior integração global. O potencial de movimento nos lugares e a probabilidade de escolha de rotas através destes lugares é que passam a definir fronteiras sociais e limites para os projetos de revitalização urbana. E isto ocorre quando o grupo pode ser identificado como agente, sua capacidade de ação *bottom up* evidenciada a partir das transformações que promovem no uso do solo, na tipologia comercial, na estruturação de novas formas de centralidade que pouco ou nada interessam às elites. Quando estes se apropriam do espaço com objetivos diferentes daqueles que o produziram.

Corroboram os pressupostos da sintaxe espacial que depende da estrutura de relações de distancia topológica entre lugares, sua acessibilidade relativa, a informação de inscrição de fronteiras segundo mudanças nos padrões espaciais, o limiar dos potenciais de integração e controle do espaço entre grupos e, tendências de como práticas cotidianas e comportamentos sociais são instrumentalizados pelo espaço: aquelas exclusivas de moradores, as que não necessariamente distinguem moradores e estranhos. Nestes casos, as fronteiras são identificadas a partir da correlação entre integração espacial e conectividade que informam os potenciais de movimento e acessibilidade relativa. E podem ou não coincidir com os eixos desta rede.

A sintaxe espacial (HILLIER, 1993) depende sentido de relações sociais conflitivas da forma através da qual o controle sobre a estrutura espacial privilegia habitantes ou estranhos. A forma como este potencial de controle é informado através de padrões espaciais pode ou não acirrar disputas locais das quais emergem fronteiras sociais entre grupos de estrangeiros e locais. De forma reversa, os mesmos padrões espaciais podem facilitar a transição de indivíduos e grupos da categoria de estranho para habitante a partir da copresença reiterada de

grupos em espaços públicos, da potencialização de interação e interfaces entre estranhos e moradores, o que ajuda a desconstruir a imagem do estrangeiro ameaçador e propõe a configuração de uma sociedade interétnica.

Dos processos da captura de potenciais de integração espacial como recursos para efetuar integração econômica e social de imigrantes emergem reconfigurações seletivas de usos e formas de apropriação dos espaços públicos que podem dar emergência a copresença diferencial informada pelas práticas cotidianas, dando ou não emergência a processos de fronteirização, a práticas de fronteirização associadas ao controle do espaço (APPADURAI, 2000). Destes processos, os que mais se destacam é o agrupamento de imigrantes em lugares públicos, lugares de encontro nos quais a solidariedade transpacial entre membros do grupo são renovadas. Há lugares aonde ir buscar de notícias da família, trabalho, conforto afetivo, notícias do país de origem. Funcionam como nós (físicos) de alimentação de redes de solidariedade transpacial e se consolidam justamente a partir da dispersão residencial dos membros do grupo.

Estes lugares se tornam marcos que designam um lugar de reunião, para práticas sociais e culturais compartilhadas, próximo ao que ARBARET-SCHULZ (2004) como marcos significativos para um grupo cultural. E isto não está associado exclusivamente ao comportamento de imigrantes e sim de grupos construídos a partir de afinidades em qualquer sociedade e também a tribos urbanas. O que APPADURAI e MAFFESSOLI dizem é que, reunido no local, o grupo pode regular a copresença no espaço público, um processo descrito por ele como governança espacial que pode ter impacto positivo ou negativo sobre as formas de interação e interfaces locais porque se trata de um processo de territorialização controla a presença de outros ou o movimento no e através do local.

Geralmente, para grupos de imigrantes lugares de encontro são centralidades simbólicas apostas a centralidade sintática: em lugares com boa integração global ou local ou ainda nas proximidades de *hubs* de transporte público ou que concentrem usos e serviços de seu interesse. Lugares de fácil acessibilidade e conectividade aos lugares onde se encontram a maioria dos membros do grupo. A estabilidade da rede de solidariedade depende da renovação permanente de membros o que pode estar implicado na fixação destes lugares de referencia nas cidades. E pode afetar comportamento de outras pessoas ou grupos: lugares públicos que são apropriados por um grupo podem ser evitados por outros, designando assim sentidos simbólicos à vida espacial e social destes lugares.

As escolhas recaem sobre lugares de potencial de movimento intenso, integrados globalmente, onde o estranho não se destaque porque de outra arriscariam suas metas de integração

social, provocando impacto negativo sobre esta. Portanto, segundo HILLIER (1999) a centralidade sintática importa tanto para a emergência de centralidades funcionais quanto para a integração da diversidade, podendo-se concluir que a copresença de estranhos (imigrantes) nos espaços públicos pode ser explicada a partir da correlação entre diferenças nos padrões espaciais e potenciais de movimento depreendidos do maior ou menor controle de estranhos sobre o sistema espacial, sua inteligibilidade.

Como demonstra a bibliografia revisada, as relações sociais contemporâneas, os sistemas de interação são construídos a partir de e através de potenciais de movimento e probabilidade de intensidade de fluxos mais do que de territorialidade, a escolha de rotas e de lugares de encontro podem estar implicadas nos processos de segmentação e fronteirização social na medida em que movimento é um tipo de poder anônimo e amorfo induzido por potencial conectividade e controle de nós (LATOURET, op. cit.). Produz diferenças a partir da identificação de quem se movimenta e por onde, modificando a imagem coletiva de lugares transformando o sistema de interações como função das configurações espaciais.

O argumento demonstra que as funções de tradução, relação, diferenciação e regulação de fronteiras equivalem à decomposição do sistema espacial numa rede axial (HILLIER E HANSON, 1984; HILLIER, 1999; HILLIER e IIDA, 2005; HILLIER 2012) cujos potenciais de integração, acessibilidade, conectividade e continuidade podem ser medidos e analisados como a estrutura de relações entre e através de lugares e suas correlações com potenciais de movimento e controle do espaço. Donde suas funções de filtro (sua porosidade) são funções intrinsecamente espaciais. Dão sentido a práticas e comportamentos sociais, à interação e ao exercício do poder, a diferenças de apropriação social do espaço, à territorialização e às disputas por controle sobre os recursos espaciais em sociedades cada vez mais segmentadas e complexas. Permite pensar estes processos não como revolução urbana, mas conflagração²²² urbana.

²²² Conflamar: por em convulsão, agitação, *convulsionary* (fig.: movimento libertador); revolução: transformação radical de uma estrutura política, econômica e social. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª Ed.

5 CAPÍTULO V: Métodos e procedimentos aplicados aos estudos de caso e justificativa operacional

“Arquitetura é a ciência de arranjos combinatórios do espaço. O que acontece no espaço não tem nada a ver com a noção de área com a qual o espaço é geralmente confundido.

(Pierre Restany, superlund, Lund:Konsthall, 1967, p.37. In:Lavedan, l’histoire d’urbanismo)

A revisão bibliográfica abrangeu conceitos, noções e ideias sobre organização e estruturas de relações que se fundam sobre a topologia. Topologia²²³ pode ser definida como “o estudo das propriedades geométricas e das relações espaciais que não são afetadas por mudanças contínuas de forma ou tamanho das figuras” ou como “a forma como as partes constituintes de um sistema estão relacionadas ou arranjadas”.

A partir do *spatial turn* (1960), o imaginário das ciências sociais é transformado pela noção de espaço multidimensional, fortemente ancorada no conceito de topologia que permeia as discussões, análises e interpretação das transformações das relações espaço-sociedade e dá emergência à cultura espacial nos discursos político, econômico, filosófico e tecnológico. A complexidade dos problemas das cidades e das formas de interação social, representação e participação política, dinâmica econômica e financeira preconizam a percepção de que estruturas de relações imateriais estão inscritas no espaço social e construído reais e que estas dimensões são coimplicadas na história dos lugares.

BUSBEA (2007, p.4) analisando movimentos de vanguarda franceses dos anos 1960 vinculados ao urbanismo, diz que dentre as funções topológicas empregadas simultaneamente no imaginário da cidade espacial (*spatial city*) dos anos 1960 estão a “topografia hermenêutica, a geometria projetiva e métodos de arranjo sintático”. A topologia passa a ser acionada como ferramenta de análise entre conjuntos de relações (estrutura) da posição relativa entre elementos de sistemas, sua sintaxe, e comportamentos sociais, desempenho econômico do solo e localização de funções urbanas. Estabelece uma definição concisa de um novo sistema estrutural, a grelha espacial ou malha urbana (BUSBEA, *Op. cit.*, p.153), relacionando-se principalmente à forma para coletar atributos genéricos sobre vários tipos de estruturas e mensurá-las a partir de análises que tem na teoria dos grafos sua base, como propõe a Sintaxe Espacial.

²²³ Definições obtidas no OXFORD ENGLISH DICTIONARY (versão online). Acesso via: <http://oxforddictionaries.com/definition/english/topology>

Está implícito que estruturas analisadas a partir da topologia deveriam, na sua forma mais pura ser grelhas (malhas) compostas de elementos pequenos, com múltiplos pontos de conexão, estendendo-se por áreas vastas ou molduras espaciais. Ao introduzir a noção de deformação topológica no desenho de estruturas espaciais estabelecem-se os princípios que guiam transformação e mobilidade. O princípio de movimento está inerente à topologia, na medida em que inúmeras figuras topológicas só podem ocorrer no tempo, através da deformação contínua. Só é capturada no processo matemático de transformação. É inerentemente dinâmica. Topologia seria a ciência qualitativa da conectividade e da acessibilidade.

René THOM (1971) usa a topologia na teoria da catástrofe para modelar²²⁴ sistemas de elementos em interação das quais resulta uma forma, uma estrutura. A ênfase recai sobre as estruturas espaciais, formas perceptíveis produzidas pelo funcionamento do sistema, antes que sobre os processos produtores destas formas, operando no plano das discontinuidades físicas, dos limiares, das fronteiras. “O tipo topológico de interação determina a estrutura sintática da frase que a descreve” (THOM, 1971, p.320) e, portanto, “sentido e estrutura não são mais independentes” (AUBIN, 2004, p. 117).

Foi um estruturalista, para quem sentido e sintaxe se correspondem, afirmando que a integração entre teorias semiológicas e matemáticas se deve à organização dos sistemas, suas estruturas, à informação contida nos parâmetros de organização pontual e dos limiares relacionados a mudanças abruptas de comportamento de sistemas materiais e cognitivos ou e suas discontinuidades físicas ou de uso (THOM, 1971). “A teoria da catástrofe usa a topologia como fonte para vislumbrar um mundo formal e qualitativo e provê esquemas de integridade dos sistemas; e isto tem valor para explicar o mundo percebido” (AUBIN, 2004, p.130). É de sua autoria o axioma adotado por linguistas formais: “o sentido de uma palavra nada mais é do que o uso dessa palavra” (THOM, 1971, p.321). Para ele formas são percebidas através de seus contornos, de limites ou fronteiras, que denominou linhas de catástrofe, de mudanças abruptas de um plano a outro: “o contorno é a forma que separa: o significado de uma forma se

²²⁴ GUCKENHEIMER (1973, p. 880-1) outro matemático, comenta assim os princípios da teoria da catástrofe ao fazer a resenha do livro “*Stabilité Structurelle et Morphogénès; Essai d'une Théorie Générale des Modèles*” (THOM, *Op. cit.*, 1971); “Qual a estrutura dos modelos? Ao observar o mundo, associamos a cada ponto no espaço e no tempo um estado. Há zonas de pontos que tem estados classificáveis e nomeáveis (estáveis). Dentro destas zonas limitadas, o estado dos pontos não sofrem mudanças qualitativas / estruturais, são pontos regulares. Um ponto catastrófico é irregular, provoca mudanças qualitativas. Para aplicar análise geométrica aos modelos, assume-se que o estado local pode ser determinado num espaço euclidiano ou em espaços multiformes (*manifold*)”.

manifesta apenas pelas catástrofes (arestas, contornos) que a criam ou destroem” (AUBIN, 2004, p.97), abrindo um caminho novo para a modelagem e análise de sistemas dinâmicos que propõe a superação entre forma e conteúdo, atesta a congruência entre estes.

A Sintaxe Espacial se ancora na topologia e na Teoria de Grafos para depreender das estruturas urbanas, as leis básicas que regem sua produção e transformação, partindo não do conjunto, mas das relações de proximidade e distancia topológica entre partes do sistema, partindo de leis básicas de agregação de elementos ao sistema, de relações de vizinhança entre dois elementos e um terceiro:

“As relações de vizinhança que existem entre elementos e seu entorno determinam a estrutura, e isto, independe da natureza dos elementos ou pontos do conjunto, sejam estes pontos, curvas, superfícies, forças ou entidades geométricas de qualquer tipo. Para definir uma estrutura tudo que conta é a situação dos elementos, a topologia do conjunto, pode-se dizer, sua arquitetura. E aqui reside a importância fundamental da topologia para o desenho urbano – ela pode ser assumida como um sistema de suporte físico e estrutura sintática conceitual, uma combinatória conferindo tanto ordem como liberdade de movimento a qualquer tipo de elemento da configuração”. (BUSBEA, 2007, p.156)

Na Sintaxe Espacial as perturbações decorrem de alterações na estrutura do sistema espacial, de mudanças nas regras que definem as relações entre elementos vizinhos e um terceiro provando-se útil para depreender mudanças estruturais na expansão urbana e outros atributos morfológicos do espaço construído. O *torus* (THOM, 1971) conceituado como uma figura cuja estabilidade é dinâmica, pressupõe que alterações e adições ao sistema de espaços abertos vão transformar (causar a revolução) na morfologia da rede ou na estrutura de integração do sistema global. Em função da posição relativa (topológica) em que as mudanças nas leis de agregação entre elementos do sistema ocorrem, sua estrutura hierárquica de acessibilidade é reorganizada, o que provoca um efeito de borda (muda os limites de integração entre as partes do sistema), com potencial para alterar sua estrutura e as relações topológicas entre as partes. Caso as transformações não atinjam as linhas que controlam a deformação, o sistema se estabiliza e, a partir daí, a informação é trocada entre os dois sistemas, ou seja, o dos espaços construídos e o social, denotando estabilidade ou resiliência dos códigos que informam as regras de expansão do sistema espacial (leis genéricas) e reprodução da organização social.

A Sintaxe Espacial se baseia na topologia para comparar sistemas de tamanhos diferentes através da decomposição em linhas do sistema de espaços abertos e, a partir do espaço construído analisar a estrutura da organização de relações sociais e suas transformações, sendo uma das precursoras a associar à teoria e método ferramentas de medição de relações sociais

no espaço, construídas a partir do conceito matemático de topologia e do trabalho francês René THOM, citado por HILLIER (1993).

5.1 Teoria, métodos e aplicativos da Sintaxe Espacial

A Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984) é uma teoria e conjunto de métodos sobre o funcionamento de cidades que tem como origem uma teoria sobre espaço e sociedade originada na UCL - *Bartlett School of Graduate Studies* (Londres, 1970). Os métodos possibilitam a mensuração de atributos físicos e espaciais de cidades em relação a padrões de atividade humana e comportamentos sociais (VAUGHAN & HILLIER, 2007, p.1). Trouxe a possibilidade de detectar, através da descrição de uma configuração espacial, ou padrões espaciais, os fatores sociais que os ensejam e explorar as consequências manifestas destes na vida social e espacial. Em resumo, trata-se de controlar a variável espacial em ambientes complexos como cidades e desvelar as implicações sociais da forma espacial (VAUGHAN, 2007, p.3).

Para a Sintaxe Espacial, **configuração** significa um conjunto de relações espaciais, que levam em conta outras relações, relacionando todos os espaços de um sistema (urbano) para obter medidas representadas através de grafos, a partir dos quais é possível teorizar sobre o seu potencial de realizar ideias sociais e, daí transformá-las em medidas e representações de uma estrutura espacial; medidas estas que são representações formais de níveis de integração e segregação que permitem comparações estatísticas entre formas espaciais (tipos morfológicos) de tamanhos e origens culturais diversificadas, e identificam estruturas que conectam sociedade e espaço (HILLIER & HANSON, 1984 *apud* VAUGHAN & HANSON, 2007).

Cidades são artefatos complexos (HILLIER, 1996) e configurações no sentido de que à sua estrutura emergente corresponde uma ideia abstrata de expectativas de interação social (encontros, movimento) e, neste sentido, assentamentos humanos não são artefatos usados pela sociedade para interações sociais, mas uma dimensão físico-temporal da sociedade em si, ou seja, um comportamento cultural (HILLIER, 1996) de grande inércia, já que estruturas espaciais tendem a ser duráveis. O método permite identificar como um grupo social disputa e se adapta a uma configuração espacial que emerge de expectativas sociais alheias à sua base cultural e contribui nas transformações da dinâmica espacial, a partir de uma análise das estruturas espaciais estudadas.

No contexto das discussões mais amplas sobre espaço e sociedade, a Sintaxe Espacial trata do tema da integração espacial como um fenômeno complexo e auto-organizado. O reconhecimento de que o comportamento coletivo do sistema não pode ser inferido a partir do comportamento de suas partes, se aplica ao caso de conurbações internacionais, no qual o funcionamento e a própria estrutura espacial das cidades analisadas isoladamente, não correspondem à estrutura que emerge de sua fusão e, muito menos, à sua dinâmica social e econômica, sobretudo na formação de centralidades (BRAGA & RIGATTI, 2008).

“Complexidade é uma propriedade do sistema global, mas não de suas partes: poucas leis governam a interação entre as partes elementares do sistema, que dão ensejo a uma enorme complexidade.” PORTUGALI, 2006, p.15

PORTUGALI (2006) diz que cidades constituem uma grande família espaço-temporal, cujas categorias de semelhança (tipos mórficos) podem ser identificadas a partir das regras que controlam o processo de expansão urbana (princípio de escravização). E ele o diz em relação à Sintaxe Espacial (HILLIER & HANSON, 1984) que propõe a possibilidade de se tipificar artefatos complexos e de grandes dimensões, assentamentos humanos, a partir de regras básicas e poucas leis que regem a emergência da estrutura (espacial) do fenômeno: no caso da Sintaxe Espacial, aqueles que determinam o grau de segregação / proximidade física requerido para a copresença e interação entre categorias sociais em diferentes sociedades. Isto é possível, pois o espaço construído é um sistema de relativa inércia que demora a sair do ponto de estabilidade. E também porque a estrutura emerge de interações locais – *bottom up* – de uma simplicidade relativa, pois a complexidade do espaço urbano é uma característica do todo.

Esta premissa deu origem a um conjunto de ferramentas metodológicas que possibilitam a construção de modelos interpretativos de fenômenos socioespaciais diversificados para avaliar a emergência de estruturas vinculadas a um comportamento socioespacial, tais como movimento, uso do solo, etc. Portanto, esta avaliação de um dos aspectos da estrutura emergente do fenômeno – a espacial, permite trabalhar conceitos multiescalares, identificar e analisar, a partir de relações locais, o processo de construção da estrutura global de integração e as dinâmicas socioespaciais que a ensejam.

Destaca-se aqui a inserção da teoria que subsidia a pesquisa no contexto da discussão sobre a complexidade com o intuito de registrar uma das dimensões mais importantes no fenômeno de conurbações que são, não só plurais no sentido da composição de suas partes (englobam dois territórios nacionais), mas também no sentido da produção do espaço (duas bases culturais e, portanto dois parâmetros de expectativa de encontros / copresença entre grupos no

espaço urbano): a da apropriação social do espaço (pluralidade de grupos que compartilham uma área urbana contínua, sem barreiras à circulação).

As potencialidades de análise de um fenômeno complexo focando nas relações que ensejam a emergência de uma estrutura, no caso espacial são identificar os códigos culturais que regem a produção do espaço e reprodução (HILLIER & HANSON, 1984) de ordem e organização das relações sociais. Parte de duas categorias sociais genéricas: moradores, que mantém relações constantes com um determinado lugar: vivem ou trabalham ali; e estranhos, todos os outros que se encontram no espaço público de uso ambíguo (HOLANDA, 2002):

“(...) o controle visual e espacial dos lugares está intimamente vinculado à sua posição relativa no sistema de espaços abertos e isto se refere diretamente à forma como o espaço é entendido pelos moradores e pelos estranhos ao sistema.” (HILLIER & HANSON, 1984, p.17)

Esta classificação é útil quando se trata de grupos com identidades nacionais e étnicas distintas, coabitando numa mesma conurbação nos quais a segmentação social é produzida a partir de multivariáveis de pertencimento como classe social, urbano-rural, imigrantes – habitantes que estão correlacionadas à forma como integração - segregação espacial e segmentação social se correlacionam no processo de conurbação, a partir da reorganização das relações topológicas entre partes e todo e a partir de mudanças na apropriação social do espaço.

Donde se assume que cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguai podem constituir uma categoria de semelhança (PORTUGALI, 2006) ou, pertencer a uma categoria de estruturas urbanas que, através dos estudos de caso, possam ser tipificadas a partir dos códigos culturais que informam a produção do espaço e a sua apropriação social na vida cotidiana. Que seja possível a verificação das diferenças na produção do espaço das cidades individualmente, constatando-se a sua inclusão nas categorias de semelhança – brasileiras, uruguaias ou latino-americanas e verificar como estas diferenças são reestruturadas no processo de conurbação e se as conurbações resultantes podem ser ou não incluídas em uma categoria de semelhança.

O processo de conurbação tem potencial transformador de propriedades morfológicas do sistema espacial que emerge da fusão devido à continuidade entre as partes do sistema urbano com potencial transformador das relações sociais, das relações entre grupos nacionais, entre categorias sociais morador / estranho porque impactam decisivamente afiliações a categorias sociais morador e estranho à escala local. Territórios nacionais retêm a descontinuidade entre sistemas normativos, jurídicos e políticos.

A partir da forma como ocorre o processo de conurbação, das transformações na estrutura de integração do sistema conurbado outras formas de territorialidade podem emergir a partir da delimitação de um espaço cujas bordas estabelecem descontinuidade com o todo e com as partes, um espaço transfronteiriço. Isto quer dizer que a fronteira geopolítica é obliterada e incluída como parte do novo sistema espacial conurbado. Baseada na literatura consultada, o parâmetro de ordem do nacionalismo bifurca-se no parâmetro de ordem da urbanização na dimensão social do espaço pois é este último que informa a apropriação social do espaço.

O instrumental metodológico da Sintaxe Espacial possibilita investigar como e porque formas diferentes de reprodução social materializam-se em diferentes organizações espaciais (HILLIER e HANSON, 1984). E, analisar, a partir de uma estrutura emergente da fusão entre malhas urbanas as diferenças nos padrões espaciais, nas expectativas de interação que informam produção podem adquirir novos sentidos a partir da forma como o espaço é apropriado. Resumidamente, analisar transformações nas práticas cotidianas e na apropriação social do espaço que decorrem do processo de conurbação.

Enquanto fenômeno complexo, as conurbações podem ser descritas e analisadas a partir dos seus padrões espaciais. Como resultado de um processo *bottom up* (mudanças locais) e *top down* (padrões da estrutura global que condicionam as mudanças locais) que se correlacionam e, a partir dos quais se investiga o processo de conurbação em si, depreendendo diferenças que podem contribuir para sua tipificação, discutindo continuidades e descontinuidades espaciais impostas pela linha de fronteira a estrutura de integração do sistema de espaços abertos que emerge destas relações correlacionado-a a potenciais de movimento e copresença e probabilidade de fluxos através do sistema conurbado.

Principalmente analisar como o processo de conurbação pode transformar a vida espacial das cidades e, por sua vez, tornar-se uma das variáveis que mais contribuem para seu desenvolvimento econômico. Os atributos morfológicos que influenciam preferências locais, formação e consolidação de centralidades e transformações na configuração espacial que emergem da estratégia de integração de agentes locais ou práticas cotidianas de grupos nacionais ou étnicos, das diferenças percebidas nos códigos acionados tanto na produção quanto na apropriação do espaço correlacionam processos *top down* e *bottom up*, indicam que integração transfronteiriça tem na variável integração espacial à escala local, um dos parâmetros mais importantes para sua emergência. Podendo-se discutir a importância da inclusão do setor ter-

ciário – aqui entendido como comércio e serviços – como indicador de potencial de desenvolvimento local, não contemplado na composição multivariável do PDDF (2005).

As relações espaciais de acessibilidade e controle, baseadas em assimetria e hierarquia na estrutura de integração do sistema espacial possibilitam entender como diferentes sociedades operam espacialmente em relação a grupos de indivíduos: moradores e estranhos (HILLIER & HANSON, 1984), que se prova útil quando se quer discutir:

- a) Diferenças entre códigos culturais na produção do espaço, brasileiro e o uruguaio, e comparar como duas sociedades nacionais operam espacialmente para atender às expectativas de interação entre categorias sociais e grupos sociais;
- b) Formação de centralidades (topológicas), o peso que cada um dos códigos culturais tem na formação destas e suas correlações com a apropriação do espaço;
- c) Tendências na expansão urbana de cada uma das cidades, incluindo-se aí pesquisas referentes a tipos urbanos (MEDEIROS & HOLANDA, 2007), hibridização e difusão espacial de tipos urbanos e arquitetônicos;
- d) Prevalência de códigos espaciais na conurbação: princípio de escravização;
- e) Processos através dos quais um grupo social disputa e se adapta a uma configuração espacial que emerge de expectativas sociais alheias à sua cultura;
- f) Peculiaridades da vida espacial (usos do solo) de grupos específicos.

5.2 Etnicidade e Sintaxe Espacial: o estranho e o estrangeiro

Um dos desafios da pesquisa é tratar de identidade étnica de maneira que fosse possível o cruzamento entre os campos da Antropologia / Planejamento Urbano, mantendo o foco nas questões já assumidas na fundamentação teórica: a abordagem de um fenômeno socioespacial sob o viés da complexidade, sem aprofundar métodos ou práticas pertinentes à etnografia e que possibilitassem a interpolação de dados coletados empiricamente com a metodologia proposta, ou seja, analisar o problema da produção de etnicidade a partir da estrutura de integração espacial, da espacialização, de práticas cotidianas e da apropriação social do espaço.

Através da leitura de JARDIM (2000), identificou-se o trabalho de BARTH (1969-1998) como uma abordagem promissora pois revelou as possibilidades de diálogo entre a Antropologia e a Sintaxe Espacial. Foi necessário estabelecer quais processos induzem à identificação de um grupo étnico, o faz relevante na vida social de uma comunidade a partir de suas escolhas locacionais. Como operam integração espacial frente a expectativas de integração social e

econômica. E como os códigos culturais locais que informam produção e apropriação do espaço comparecem como variável válida na inscrição do grupo numa das categorias sociais estrangeiro ou morador. Como suas escolhas locais implicam na forma como as relações do grupo com a sociedade local são estabelecidas.

HILLIER & HANSON (1984) e HILLIER (1996) afirmam que uma configuração espacial é um comportamento social em si, pois é construída em função das expectativas de encontro, mobilidade, e copresença de uma sociedade. Desta relação pode-se deduzir que peculiaridades culturais que distinguem um grupo étnico, podem ser identificadas a partir dos seus parâmetros de espacialização, da forma como se apropriam socialmente do espaço, sendo possível analisá-las a partir de uma estrutura emergente de escolhas locais que demonstram suas expectativas quanto à integração / segregação espacial, social e econômica e as implicações de suas escolhas na vida cotidiana destes lugares.

A Sintaxe Espacial baseia-se em expectativas sociais de possibilidade de encontro / copresença entre **moradores** (usuários constantes / naturais) e **estranhos** (estrangeiro / usuários não frequentes) e sua relação com a possibilidade de apreensão, e domínio do sistema urbano global. Ou seja, a partir dos potenciais de acessibilidade e controle sobre o espaço. Através da análise da configuração espacial é possível identificar as dinâmicas de segregação residencial que configuram enclaves ou de integração espacial (HILLIER, 1996) que correlacionam escolhas locais a expectativas de interação social entre categorias e entre grupos sociais, possibilitando a análise da forma como o grupo se inscreve na organização das relações sociais locais. E, a partir daí, interpretar os sentidos socioculturais da forma como se integram espacial e socialmente que estão correlacionadas à sua identificação local. como moradores ou como estrangeiros (o estrangeiro permanente de SIMMEL (1971)).

Ainda é possível avaliar se suas escolhas locais por lugares de maior integração e potencial centralidade que perdem o atrativo residencial para a sociedade local se baseiam em acessibilidade e integração como estratégia de inserção e sobrevivência na sociedade anfitriã (VAUGHAN, 2007) e se impactam a dinâmica urbana, movimento, copresença e a forma como o espaço passa a ser apropriado. Analisar se exercem governança espacial positiva ou negativa e se esta tem consequências na vida social e espacial do sistema conurbado.

A noção de organização social como uma emergência – estrutura ou padrão identificável de fenômenos complexos – (BARTH, 1969: 1998) é particularmente importante quando se trata de imigrantes árabes-palestinos, que não podem ser classificados como um grupo homo-

gêneo *per se*, mas somente através das relações de oposição identitária (JARDIM, 2000), através das fronteiras que o separam de outros grupos e dos mecanismos que produzem identidade compartilhada e permitem afiliação ao grupo. A Sintaxe Espacial permite analisar as escolhas locais do grupo como função da integração espacial e ponderá-las frente aos mecanismos de produção de identidade e aos processos de integração social e econômica locais para analisar processos de aculturação do grupo à escala local que emergem das relações discretas de proximidade e vizinhança (no caso do espaço) e de afinidades e compartilhamentos (no caso de grupos étnicos) em face de um terceiro objeto (no caso espacial, uma barreira) e de um grupo étnico (outro grupo ou indivíduo).

HILLIER & HANSON (1984) e BARTH (1969: 1998) assumem que os fenômenos estudados são complexos e estruturas aparentes— físicas e identitárias — que emergem de relações entre elementos discretos. Pode-se então estabelecer correspondências entre acessibilidade relativa (integração espacial) dos lugares onde há concentração do comércio operado pelos imigrantes árabes-palestinos e suas estratégias de integração econômica e social bem como especular sobre a produção de sua etnicidade a partir das propriedades morfológicas dos lugares de suas escolhas locais.

HILLIER & HANSON (1984) tratam as diferenças entre padrões espaciais e “tipos” de assentamentos humanos como produto direto dos padrões de afastamento, interação e proximidade requeridos pelas sociedades no trato entre moradores e estranhos. BARTH (1969/1998) diz que a identidade étnica é uma questão de *se considerar* (pertencimento) ou *ser considerado* por outros **através da interação**. Pode-se então investigar, a partir dos potenciais de controle (morador / estranho) nos lugares de escolha do comércio, como se produz a etnicidade destes grupos de imigrantes. E investigar como determinados lugares são apropriados por grupos étnicos (nacionais) em outro território nacional, passando a configurar um espaço transfronteiriço, que no imaginário local “faz parte da sua cidade”, ainda que situado no território do outro Estado.

BARTH (1998, p.12) argumenta que uma identidade étnica não é estabelecida por um território físico ou por um conjunto de artefatos culturais. Ela persiste à transformação, isto é, mantém-se ainda emergente em novas estruturas. Sua complexidade é baseada na existência de complementaridade das diferenças culturais entre grupos, pressupondo-se uma forte standardização do comportamento de indivíduos que permitem aos demais criarem um estereótipo do grupo, donde a interação estes se baseie na sua identidade étnica (BARTH, 1998, p.19).

Pode-se investigar a emergência de outras fronteiras (sociais) através dos padrões de segregação espacial correlacionados a categorias e classes sociais em ambas as partes do sistema conurbado, o que possibilita discutir os mecanismos de produção de etnicidade e segmentação social em cada uma das sociedades nacionais. Mas, principalmente, como os padrões de segregação espacial impactam o processo de conurbação e quais suas implicações na apropriação social do espaço transfronteiriço ou do sistema conurbado.

A Sintaxe Espacial diz que a comunidade virtual opera em dois níveis: um espacial e outro transpacial, e há variâncias significativas no investimento feito pelos grupos em um ou outro parâmetro. Nos estudos de caso, investigam-se como estes dois códigos são operados pelos imigrantes, o que possibilita a identificação destes como um grupo étnico-social localmente, sobretudo no que diz respeito à sua integração social como moradores / habitantes ou estrangeiros / estrangeiros.

O que torna as analogias citadas importantes para a pesquisa é o fato de que os árabes – palestinos instalados nas cidades de fronteira não serem um grupo étnico uniforme, apesar de identificados pelos locais sob o rótulo único de “turcos” e, mais recentemente “palestinos”. Este fenômeno BARTH (1998, p.21) classifica como uma emergência estável em sistemas poliétnicos complexos, isto é, estabilidade e/ou rigidez nas fronteiras de interação, que não pressupõe uma rigidez nos padrões de inclusão nos grupos étnicos em si.

Estes casos são classificados como uma situação de **minoría** frente à sociedade anfitriã, na qual não há uma correlação de acessibilidade social entre os grupos majoritário e minoritário, isto é, há disparidade de inclusão: enquanto o acesso a estratos do grupo majoritário incluem todos os indivíduos, inclusive a minoria, o contrário não é verdadeiro. Estereótipos não significam segregação espacial ou social. No caso de *middlemen minorities* o estereótipo funciona como uma fronteira social que integra diferencialmente estrangeiro – morador. A integração do grupo e a produção de sua etnicidade (identidade) não é uniforme ou semelhante. Se correlaciona à forma como a estrutura de relações sociais entre categorias e entre classes sociais emerge localmente e se reproduz na forma como o espaço é produzido e apropriado.

Os procedimentos metodológicos envolvem multivariáveis incorporando a descrição de vida espacial e vida social, valendo-se das considerações de VAUGHAN (1994; 2002; 2007) sobre sociedades complexas (e pluriculturais), para as quais o espaço urbano se estrutura para promover o encontro entre diversos grupos sociais. Explicando melhor: em qualquer assentamento, ocorrem dois tipos de integração social, uma que demanda proximidade física para que

se realize a identificação entre o indivíduo e o grupo (vizinhança, bairro ou rua): códigos espaciais; e outra que “integra pessoas independentemente de proximidade espacial (classe social, profissional, religião, identidade étnica) códigos transpaciais (HOLANDA, 2002). O que possibilita discutir questões como enclaves étnicos, processo de aculturação e localização do comércio étnico nas conurbações estudadas. E procurar elucidar os investimentos efetivos em códigos de urbanidade ou maior formalidade (HOLANDA, 2002) que os vários grupos sociais que convivem em conurbações de fronteira fazem e suas repercussões na dinâmica urbana.

5.3 Classificação sintática das deformações morfológicas

A Sintaxe Espacial parte da noção de sistema²²⁵, entendido como conjunto de entidades interdependentes ou em interação que formam um todo integrado, guardando relações estruturais entre partes e todo, com relações funcionais entre si. Este tipo de modelagem funda os princípios dispostos por HILLIER & HANSON (1984) referentes ao conjunto de regras que governa o comportamento ou estrutura espacial tendo na medida de integração. As regras básicas do sistema são apreendidas através da continuidade (topológica) e permeabilidade do sistema de espaços abertos transformados em elementos discretos através da sua decomposição em linhas axiais. Ou seja, da sua decomposição num grafo que captura a estrutura emergente do fenômeno do movimento.

O espaço urbano é entendido como um sistema relacional robusto que é, segundo HILLIER (1999) “aquele em que as relações entre elementos são mais significativas para o funcionamento do sistema do que os atributos dos elementos em si”. A estrutura gera propriedades emergentes cuja descrição e explicação são o problema em si. A Sintaxe Espacial se vale da teoria matemática de grafos para propor uma forma de decomposição do sistema de espaços abertos urbanos que possibilita sua hierarquização quanto à acessibilidade relativa das linhas axiais do sistema. Usando indexação dos grafos com correspondência de cores (das mais quentes, mais integradas às mais frias, mais segregadas), possibilita a apreensão visual da es-

²²⁵ Conjunto de entidades interdependentes ou em interação que formam um todo integrado. O conceito de todo integrado também pode ser descrito em termos de um sistema que incorpora um conjunto de relações que são diferenciadas das relações do conjunto – partes e todo-; relações entre um elemento do conjunto e elementos que não são parte do regime relacional (estruturador). Sistemas são abstrações da realidade, sua estrutura é definida pelas partes que o compõem; têm comportamentos que envolvem a alimentação, processamento e saída de dados ou informação; tem interconectividade, suas várias partes têm relações estruturais e funcionais entre si. O termo sistema se refere a um conjunto de regras que governa seu comportamento ou estrutura.

estrutura de integração do sistema espacial o que dá, segundo o autor “um conceito intuitivo da estrutura do sistema”.

O instrumento utilizado para operacionalizar a descrição sintática da configuração é o mapa axial, que é uma decomposição unidimensional do sistema de espaços abertos de um assentamento e base a partir da qual se obtêm diversas medidas sintáticas através da modelagem computacional. Através da modelagem axial se tem uma noção clara das distâncias topológicas (destaca os atributos de continuidade, integração, barreiras, etc.) da malha urbana. A linha axial representa a extensão máxima dos espaços abertos em linha reta, portanto as maiores linhas de visibilidade e movimento, articulando diversos lugares (HOLANDA, 2002). Esta decomposição tem como objetivo estabelecer uma quantificação mensurável das relações estruturadoras do sistema de espaços abertos do assentamento. No grafo resultante da decomposição axial as linhas são os nós (de uma rede) e vértices são interseções entre linhas, destas se extraem várias medidas topológicas (passos, contados a partir dos vértices, mudanças de direção) entre dois nós. O caminho mais curto entre dois pontos é o que permite o menor número de mudanças de direção entre estes (AMORIM e FIGUEIREDO, 2007).

Segundo HILLIER (1999) a Sintaxe Espacial se detém sobre as propriedades extrínsecas²²⁶ do espaço, fundamentais para se compreender a forma como o espaço é usado. E isto está associado ao fato de que “o efeito mais importante de um desenho espacial (urbano) é criar um sistema de relações potenciais entre os espaços e suas atividades que serão concretizados através do movimento” (*idem*, p.56.1).

O mapa axial é modelado com o programa *Dephmapx* (Tasos VAROUDIS, UCL, 2012) que quantifica todas as relações possíveis entre todas as linhas do sistema, hierarquizadas segundo seus graus de acessibilidade e conectividade relativas e calibradas em função do tamanho do sistema em si. E isto permite comparar sistemas de tamanhos diferentes, dado que se obtêm medidas normalizadas. A modelagem prove uma hierarquia relativa de integração da qual se depreendem potenciais de movimento ao longo de todo o eixo ou linha axial. Quanto maior a integração, maior o potencial de movimento e movimento equivale a maiores potenciais de interfaces entre categorias sociais morador e estranho, correlacionado ao potencial de

²²⁶ O autor considera propriedades intrínsecas do espaço forma, escala, proporção e extrínsecas a relação dos espaços em relação a outros espaços, sua localização na malha urbana e os potenciais de visibilidade, de se descortinar além (HILLIER, 1999, 56.1)

controle das pessoas sobre o espaço, à possibilidade de identificar estranhos em movimento também associado à continuidade (extensão das linhas) e à conectividade.

Quanto mais longas e conectadas as linhas e sua presença em maior número, menor o potencial de controle sobre o todo (sobre a extensão da linha). E isto se relaciona por sua vez à deformação da estrutura do sistema de espaços abertos. A linha é, portanto, a unidade base da análise urbana na metodologia da Sintaxe Espacial e isto se correlaciona ao fato de que “o espaço da cidade é essencialmente uma rede de espaços lineares” (HILLIER e STUTZ, 2005)²²⁷. Destas regras depreendem-se os princípios básicos de organização do sistema espacial e, conseqüentemente os códigos sociais e culturais que informam a produção do espaço quanto às funções básicas de habitar e interagir atendendo às expectativas sociais quanto ao movimento e circulação, integração e segregação e interface com estranhos. A modelagem axial parte da noção de que continuidade das linhas (mais longas) e sua conexão com outras equivale à acessibilidade. Portanto linhas mais longas (contínuas) e que se cruzam com maior número de linhas (se conectam) detém maior potencial de movimento e menor potencial de controle do morador sobre o todo. A modelagem axial parte da noção de estrutura do sistema (integração).

Destacam-se algumas propriedades morfológicas da geometria das malhas urbanas que podem ser investigadas a partir de sua oposição : a malha ortogonal perfeita, não hierárquica, isto é qualquer rota entre dois pontos pode ser utilizada com a mesma economia de desvios de direção. Se todas as linhas tivessem o mesmo comprimento e mesmo número de conexões, a profundidade média (número de passos ou mudanças de direção) seria de dois passos de profundidade. Sistemas urbanos próximos à malha ortogonal perfeita são rasos, pouco hierárquicos, com baixa distinção entre os espaços, de controle local (do morador) fraco. Sua antítese é o sistema em árvore ou espinha de peixe que produz um sistema altamente hierarquizado e controlado no qual só se tem uma possibilidade de rota entre dois pontos do sistema. Geralmente a profundidade média dos sistemas desse tipo, aumenta com o aumento do número de linhas do sistema (AMORIM e FIGUEIREDO, 2007). São sistemas altamente hierarquizados e controlados localmente (pelo morador). Os códigos culturais que informam a produção do espaço se correlacionam à deformação da malha urbana, estabelecendo limitações à apropria-

²²⁷ Hillier, Bill; STUTZ, Chris. New Methods In Space Syntax. In: Urban Design (Quarterly) Issue 93, Winter 2005: Urban Morphology. Available at: UrbanXtra, Rudi.net, <http://www.rudi.net/books/6057>

ção social do espaço por estranhos e organizando as interações entre as categorias estranho – morador.

MEDEIROS (2006) propõe uma classificação para cidades baseado numa amostra brasileira confrontada a uma amostra multicultural. De suas observações, usando medidas e correlações sintáticas para identificar códigos culturais que permitem o agrupamento de tipos urbanos segundo o grau de similaridade entre o desempenho de atributos morfológicos para tipificá-los. Resultados da pesquisa demonstrou grande coerência entre os códigos culturais (nacionais e regionais) e os tipos dominantes desta amostra e a base para comparação entre os estudos empíricos e as amostras de cidades brasileiras e latino-americanas. E a avaliação da transformação dos códigos culturais a partir do processo de conurbação.

MEDEIROS (2006) e HOLANDA & MEDEIROS (2007) fornecem material para comparação do resultado de algumas medidas sintáticas obtidas de configurações espaciais no Brasil e no mundo, que apoiam a discussão sobre a morfologia das conurbações. A ideia é situar os estudos de caso num panorama geral da amostra tanto em relação ao Brasil, quanto em relação à América Latina e discutir as implicações que os padrões espaciais de uma ou outra base cultural têm na vida social e espacial destas conurbações. Esta discussão já foi iniciada em BRAGA & RIGATTI (2009), cujos resultados foram surpreendentes. Cidades brasileiras são mais profundas, hierárquicas, se aproximando do paradigma da árvore que do da grelha ortogonal; cidades latino-americanas, estão mais próximas do paradigma da grelha ortogonal com pouca deformação. Estas diferenças tipológicas correspondem a diferenças nos códigos culturais a partir dos quais o espaço urbano é produzido. Uma das verificações propostas na pesquisa é se no processo de conurbação entre estes dois “tipos” sintáticos há a prevalência de um código cultural sobre outro ou se emerge um novo tipo, excepcional, hibridizado.

Com a ênfase dada aos problemas de mobilidade urbana e formação de centralidades, mais recentemente, (HILLIER e IIDA, 2005) as modelagens sintáticas foram refinadas para segmentos da linha axial entre duas junções (cruzamentos). A modelagem angular segmentada parte da noção de navegação informada pela geometria da malha urbana. Os nós não são mais as linhas axiais, ponderadas a partir da continuidade, mas segmentos ponderados a partir da medida de conectividade. A distância entre dois segmentos é dada pela menor mudança de direção angular (HILLIER e IIDA, 2005). Ângulos pequenos percebidos como continuidade da linha pelos usuários que não informam mudança de direção na rota são desprezados. Isto permitiu que as peculiaridades de usos e apropriação social nos trechos de uma linha axial

fossem apreendidas de forma mais objetiva, numa escala reduzida permitindo a análise da dispersão de funções urbanas não a partir de potenciais de movimento, mas a partir da probabilidade de fluxos nos segmentos. E analisar os efeitos dos padrões geométricos das malhas urbanas segundo sua angulação, isto é, deflexão em relação à linha reta que capturam diferentes noções de distância, por exemplo, em relação a menor quantidade de desvios ou mudanças de direção. Se a análise da estrutura de integração topológica – do sistema espacial – provê informações importantes sobre a forma como o espaço urbano é produzido e apropriado, estes novos métodos permitem capturar, a partir do mesmo grafo, outras definições de distância (métrica, angular) que se somam à topológica e que “capturam maneiras diferentes de se analisar a complexidade urbana” (HILLIER e STUZZI, 2005). Neste caso é a geometria da rede que destaca um modelo apostado a esta, não é a estrutura do sistema que está sendo modelada.

Modelagens deste tipo, de integração segmentada, tem se provado úteis na análise e verificação de mudanças nos padrões de usos do solo, diferenças no movimento e na copresença em trechos de linhas axiais, “auxilia a compreensão do papel que distâncias métrica, geométrica e topológica tem na geometria da rede urbana e esta, na configuração do movimento”, sobretudo quando correlacionados a escolha de rotas.

HILLIER e IIDA (2005, p. 10) concluíram que as pessoas tendem a “ler” a rede urbana através de suas propriedades geométricas e topológicas mais do que métricas: “de forma geral, pode-se dizer que a estrutura do grafo governa os efeitos da rede sobre o movimento e a forma como distância é definida no grafo, governa as escolhas cognitivas”. Segundo os autores, a arquitetura geométrica e topológica da rede urbana é o que modela os padrões de movimento, definindo a eleição de rotas com maior probabilidade de uso e movimento de passagem.

Este fenômeno está correlacionado a transformações de uso do solo, aos padrões da vida espacial, à emergência de centralidades funcionais. E também à governança espacial, que quer dizer a apropriação ou a copresença de um grupo num lugar de maneira que intimide a presença de outros ou que contribua para formar uma “imagem” deste lugar. Esta governança pode ser positiva ou negativa. Positiva se efetivamente transforma os lugares realizando o potencial latente de movimento e copresença, de valorização da urbanidade. Negativa se associada ao impedimento de utilização, ao controle do espaço exercido por um grupo, traduzindo-se numa fronteira social ou de governança que dá sentido ao termo enclave.

REITEL (2008) diz que é necessário compreender a produção do espaço urbano pelos poderes políticos num ambiente de fronteira, sendo a fronteira um revelador de diferenças nas

interações. Isto pode se referir a casos onde a fronteira geopolítica, ainda que porosa, demarque um âmbito de governança espacial que restrinja a interação entre moradores e estranhos (entre os dois grupos nacionais). E este dado pode ser discutido através da análise angular segmentada, na apreensão de rotas com maiores probabilidades de fluxos e como estas se correlacionam à linha de fronteira geopolítica, podendo ser transformada num elemento de conexão e integração entre os dois sistemas urbanos ou numa descontinuidade espacial.

Torna-se possível verificar através das ferramentas e métodos da Sintaxe Espacial se distância topológica e geométrica podem ser variáveis a serem consideradas na emergência de centralidades funcionais compartilhadas ou, apropriadas indistintamente por ambos os grupos nacionais. Por isso FUAs delimitam espaços transfronteiriços como “unidades de referência para avaliar a dinâmica desta circulação” (*idem*). Isto dá conta de duas questões importantes: de que o potencial de movimento natural (HILLIER, 1993) e a probabilidade de fluxos intensos podem ser assumidos como variáveis na delimitação de espaços transfronteiriços e de que este pode ser medido a partir da integração da configuração espacial. Centralidade e tendência de fluxos mais intensos podem ser medidos como função da estrutura de espaços abertos do assentamento. A escala local é a que efetivamente produz diferenciação.

A topologia de redes descreve o arranjo de um sistema, sua organização, define como os nós estão organizados e conectados, indicando a geometria e hierarquia que emerge de suas relações. Na Sintaxe Espacial é usada para identificar a geometria ou deformação da malha urbana, hierarquizadas através do potencial de controle e conectividade entre os nós da rede. A Sintaxe Espacial entende que a forma geométrica entre os nós da rede é produto de diferenciação dos padrões espaciais que produzem hierarquia de acessibilidade, continuidade e conectividade, a partir da qual é possível estabelecer parâmetros de integração espacial.

Como a topologia depreende sistemas de relações abstratas, a sintaxe espacial parte da análise destas variáveis para medir potenciais de interação social a partir da medição de potenciais de movimento e copresença. A topologia de uma rede pode ser descrita como um esquema (grafo) que inclui os nós e as linhas que as conectam. A geometria das redes na sintaxe espacial aplica os conceitos de topologia física (rede de espaços abertos) e a transforma numa rede lógica (de potenciais de integração e movimento) para analisar a “lógica social do espa-

ço”²²⁸. A topologia lógica se refere ao tipo de caminhos ou percursos entre nós, similar à topologia física produzindo uma configuração que tende a depreender a forma de funcionamento da rede. No entanto, nem sempre a rede funciona segundo sua geometria, pois depende da forma como as conexões se estabelecem e a intensidade em que estas ocorrem. Por isso as medições de atributos como conectividade e continuidade das linhas passam a importar na Sintaxe Espacial. A partir da medição destes atributos é possível modelar a rede para depreender o seu funcionamento efetivo para além da geometria física.

Seguindo as indicações de REITEL (*Op. cit.*) e a argumentação que propõe sobre a rede em relação à continuidade, consideraram-se as seguintes propriedades morfológicas que podem ser verificadas a partir das ferramentas da Sintaxe Espacial na emergência de centralidades funcionais compartilhadas:

O interesse da arquitetura é no espaço construído, material, nas formas como este é produzido, nas distinções entre padrões espaciais e como estes são apropriados socialmente e, correlacionando-se à dimensão econômica na microescala, portanto principalmente no uso comercial e suas correlações com os potenciais de movimento natural. Nossa hipótese é que as noções de continuidade e descontinuidade aplicadas na geografia (REITEL, 2008) e as ferramentas usadas para a descrição do sistema urbano propostas pela Sintaxe Espacial podem prover evidências para a forma como o setor terciário se organiza à escala local. A meta é correlacionar estas descrições à definição de Milton SANTOS (1979) e HILLIER (1993) de que o comércio é uma atividade contínua no espaço, e destas correlações, prover uma explanação ao processo de emergência de espaços transfronteiriços em conurbações internacionais, processos estes, informados na produção do espaço construído por códigos culturais que informam as interação entre categorias sociais. O espaço material produzido socialmente e os códigos culturais a partir dos quais é apropriado raramente comparecem nestas discussões, a dicotomia das culturas de planejamento urbano informadas pela dualidade dentro / fora, sujeita à territorialização dos estados nacionais. E isto pode obscurecer os processos transfronteiriços à escala local ou, pelo menos limita o entendimento das lógicas espaciais que o informam.

228 HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The Social logic of Space*. London: Cambridge University Press, 1984.280p. Jogo de palavras que sintetiza a modelagem de relações sociais a partir de relações depreendidas do espaço construído que dá o título do primeiro livro teórico produzido a partir das pesquisas na Bartlett School of Architecture and Planning, Univerity College de Londres que divulga a teoria da Sintaxe Espacial.

	Integração HH Rn e R3	Choice / Choice segmentado	Integração Segmentada	Índice de Conurbação
Papel da fronteira na construção espaço-temporal das aglomerações urbanas	Continuidade Descontinuidade da malha urbana	Em relação às rotas de maior probabilidade de fluxos transfronteiriços	Conectividade com o território (endógena e exógena)	Importância da linha de fronteira na continuidade espacial entre sistemas
Localização de centralidades funcionais em relação à linha de fronteira	Densidade funcional x núcleo integrador (centralidade morfológica x centralidade funcional)	Núcleo integrador (linhas de escolha hierarquizadas) Hierarquia de centralidades Policentralidades	Hierarquia de centralidades, Centralidade endógena ou exógena; centralidade funcional compartilhada	Coerência entre índice de conurbação e centralidades compartilhadas
Lógica de produção do espaço urbano	Morfologia da malha Integridade Sinergia	Lógica da expansão urbana	Transformação territorial = emergência de espaços transfronteiriços	Integração e continuidade x apropriação social do espaço
Modos de governança	Zona transfronteiriça	Rotas internacionais	Buffer zones, segmentação espacial	Conurbação transfronteiriça / cidade-gêmea
Movimento e co-presença	Controle estranho / morador Produção do espaço x apropriação social do espaço x atributos morfológicos Movimento e co-presença Governança espacial	Deslocamentos estranhos / habitantes, diferenças nas centralidades funcionais populares Relações centro-periferias	Deslocamentos estranhos / habitantes, diferenças nas centralidades funcionais, escolhas locais comércio escolhas locais middlemen minorities e transformações no uso do solo	Coerência com localização de centralidades funcionais compartilhadas

5.4 Estrutura de integração espacial, continuidade e linha de fronteira: a fusão entre malhas urbanas

A primeira discussão que se coloca é entre o conceito de fronteira e de rede. A análise proposta pela Sintaxe Espacial parte da decomposição axial dos espaços abertos limitados por massas construídas ou barreiras. Decompõe o sistema urbano em ilhas (construídas) e contínuos sem barreiras a partir das linhas mais longas possíveis. Decompõe o sistema de espaços abertos permeáveis, isto é, que permitem circulação numa rede axial, conferem continuidade entre partes do sistema urbano.

Segundo ARBARET-SCHULZ (2008, p. 410), redes e fronteiras são duas modalidades de espacialização inversas e excludentes: a rede cria proximidade onde há distância e a fronteira cria artificialmente distância onde há proximidade ou contiguidade. Parte do pressuposto

que uma rede é figura de continuidade e a fronteira de descontinuidade. Tanto integra como segrega.

“Uma rede não é somente uma figura da continuidade. Fiel à metáfora do fio ou do eixo é também um dispositivo de captura e coleta, que se parece a circulações. Como figura de concentração, a rede é uma forma que seleciona e que separa: captura e organiza e, portanto, seleciona por exclusão ou corte e, simultaneamente constitui paredes ou membranas que isolam ou separam”. (ARBARET-SCHULZ, 2008, p.411)

A Sintaxe Espacial entende o sistema urbano como reticular justamente pela oposição entre linhas que capturam ou coletam o potencial de acessibilidade e movimento contínuo e as paredes dos espaços abertos e barreiras que isolam os eixos entre si. A simbiose entre fronteiras e redes retém a lógica de qualquer organização espacial urbana, reforçando-se mutuamente, ao que ARBARET-SCHULZ (*idem*) chama de fronteiras reticulares. “As fronteiras reticulares correspondem a um tipo de artefato simbiótico nos quais os componentes fronteirizantes e reticulares se tornam mais eficazes juntos que em separado, associam-se em benefício mútuo. O exame destes artefatos demonstra que, definitivamente, o contínuo e o descontínuo não são excludentes, podem exercer atração mútua e se condicionarem um ao outro, se codesenvolverem” (*idem*, p. 412).

O processo de simbiose descrito entre rede e fronteira parece descrever o processo de conurbação internacional: redes axiais que, por força da tendência à continuidade e linearidade incorporam a fronteira geopolítica à trama urbana. É isto que se quer verificar, a força da rede axial em relação à fronteira geopolítica nos estudos de caso, novamente, como diz Cristiane ARBARET-SCHULZ: “o mimetismo através do qual rede (urbana) e fronteira (geopolítica) se tornam indissociáveis e indiscerníveis, adquirem robustez através da continuidade e descontinuidade que as sustentam”. Através da matriz de relações sociais baseadas na distância topológica e nos artefatos do mundo físico como condicionantes de acessibilidade.

A autora discute fronteiras pontuais e as redes de infraestrutura que as suportam. Mas a partir das prerrogativas das formas de solidariedade propostas pela Sintaxe Espacial – espacial e transpacial – faz-se a aliteração destes conceitos para o espaço urbano, um artefato social, para confrontar a noção de fronteira reticular à de conurbação internacional e às expectativas de interação social que pautam a produção do espaço, a emergência de certos padrões espaciais que confrontam os limites territoriais e das formas de apropriação social que potencializam o movimento e probabilidade de fluxos que a estrutura da rede axial detém. Estas propriedades morfológicas poderiam transformar o sentido da linha de fronteira geopolítica e, simulta-

neamente, produzir outras, através do próprio artefato; aquelas que permitem aos indivíduos e categorias sociais se por a distância e controlar a vida social.

O desempenho da linha de fronteira geopolítica na estrutura do sistema espacial conurbado será analisada em relação a:

- a) Sua posição relativa em relação ao sistema conurbado, à estrutura de integração do sistema conurbado e às rotas de maior probabilidade de fluxos entre as partes do sistema conurbado e através das partes do sistema conurbado;
- b) em relação à localização do centro funcional (FUA): agregadora / delimitadora;
- c) em relação ao centro morfológico: integrada ou segregada espacialmente;
- d) em relação às expansões urbanas, aos vetores de expansão urbana (centrífugos / centrípetos) e à emergência de novas centralidades funcionais;
- e) conectividade com o território (densidade de cruzamento e prolongamentos);
- f) continuidades / descontinuidades espaciais e correlações com as FUAs e a dispersão de rótulos comerciais vinculados ao comércio popular / à middlemen minority.

5.5 Agentes e vida espacial : forma urbana, territorialidade e centralidade

Segundo inúmeros autores a fronteira política pode ser fator de vinculação econômica transnacional, portanto a identificação dos agentes envolvidos nos processos de emergência de espaços transfronteiriços (GRIMSON, *Op. cit.*; FARRET, 1997, SCHAFFER, 1993 e NEVES, 1990) torna-se importante. Agência será analisada a partir da dimensão social do espaço, dos campos de força que se configuram na produção e apropriação social do espaço. FARRET (1997) identifica os seguintes agentes no Arco Norte da fronteira brasileira: militares, mineiros, garimpeiros e comerciantes. A hipótese do trabalho é que na fronteira Brasil - Uruguai os árabes – palestinos e seus descendentes podem ser estes agentes.

Nos estudos de caso, trata-se de identificar o grupo, contextualizar sua diáspora e esclarecer como se integram social, econômica e espacialmente às sociedades locais, analisando sua agência quanto à produção e apropriação social do espaço e transformação da vida espacial das conurbações. Na contextualização da forma como se integram localmente, a categoria *estrangeiro* será discutida a partir dos mecanismos institucionais nacionais de atribuição de identidade, as redes diaspóricas nas quais se inscrevem e que permitem transformações na estrutura da economia local a partir da nodificação de uma rede de comércio transnacional e

translocal. O interesse imediato é nas correlações entre integração social e econômica e transformações na vida espacial das cidades de fronteira a partir da introdução de inovações quanto à forma como estas se organizam para tentar responder à pergunta: nos casos estudados poderíamos identificar os árabes palestinos como agentes na produção e apropriação do espaço?

Neste caso, é interessante discutir os mecanismos de segregação, integração, controle e permeabilidade socioespaciais que operacionalizam os mecanismos de identificação comunitários, nacionais e étnicos. E inferir sobre o modo como um determinado grupo social “opera” na manutenção de seus valores e de sua própria organização como comunidade. E ainda, discutir e comparar os códigos espaciais de origem de um grupo de imigrantes e sua maneira de inserção num novo contexto socioespacial, dado que a metodologia da Sintaxe Espacial permite comparar sistemas de tamanho diferente e proceder a uma análise qualitativa dos parâmetros de proximidade / afastamento de sociedades e seu investimento anterior – e, presente, no contexto de uma sociedade anfitriã, nos códigos espaciais e transpaciais.

Segundo VAUGHAN (2005), em sociedades plurais e complexas, nas quais convivem diversas comunidades, o espaço urbano é antes, essencial como instrumento de socialização intergrupos, tanto do ponto de vista espacial como transpacial, sendo esta prerrogativa mais forte que a correspondência entre sociedade e espaço produzido. Os aspectos mais relevantes do processo de conurbação serão investigados partindo destes princípios como estratégia para analisar como se dá, no momento atual, o campo de interfaces entre grupos diversificados e sua interferência no uso do solo, apropriação do estoque construído e ao processo de conurbação. Como as escolhas locacionais e a densidade de rótulos de comércio popular podem dar origem a processos *bottom up* de transformação da dinâmica urbana, considerando-se a agência de empreendedores integrados a redes de comércio baseadas em solidariedade étnica e suas correlações com as ações *top down* das instituições de Planejamento Territorial, Regional e Urbano brasileiras e uruguaias e as ações cooperativas transnacionais na produção de centralidades, de hierarquias de centralidade e na solução de problemas de planejamento urbano (B-YRNE, 1999).

As evidências que mais interessam à pesquisa são que as pautas de participação comunitária de grupos étnicos e nacionais diferenciados influenciam as dinâmicas de uso do solo através de diferenças no *imprint* da estrutura social na dinâmica urbana, referentes à dicotomia entre renovação urbana e suburbanização; expansão contínua e reutilização das estruturas existentes; diferenças e similaridades na produção e apropriação do espaço urbano e suas im-

plicações na expansão e desenvolvimento urbano. .Dentre as evidências empíricas, destacam-se as ocasionadas por processos *top down*: ações globais dos governos centrais (por exemplo, a implantação de zonas de livre comércio / *lojas duty free* no Uruguai) e das administrações locais nos padrões de expansão urbana como catalisadoras de ações *bottom up* na dinâmica de uso do solo e valorização fundiária.

Outro processo *bottom up* abordado é o de imigrantes que formam um núcleo de comércio e a partir disso, outros membros da comunidade expandida assumem o negócio, num sistema de *nodificação* de uma rede de solidariedade étnica. Há renovação permanente dos membros na comunidade mas resiliencia do tipo de comércio e da estrutura dos negócios que caracteriza a agencia de *middlemen minorities*. Se valem do esvaziamento das áreas centrais para adquirir imóveis e sublocá-los aos membros do grupo o que caracteriza um tipo de governança espacial da qual podem emergir enclaves. Quanto a este último tópico RIGATTI (2003) subsidia a discussão sobre questões relativas aos parâmetros de expansão urbana brasileiros como forma de contextualizar e comparar o caso com as referências estrangeiras e avaliar as estratégias de localização residencial do grupo em questão. Este tópico já foi enunciado em BRAGA, RECKZIEGEL & RIGATTI (2008) e BRAGA & RIGATTI (2009), em estudos publicados sobre a configuração espacial e dinâmica de uso do solo comercial em uma das conurbações da amostra.

5.6 ANÁLISE QUALITATIVA DE DADOS QUANTITATIVOS

A contribuição de PEACH (*op.cit*) VAUGHAN (*op. cit.*) para o estudo é chamar atenção para o emprego dúbio da palavra segregação na Geografia, quando o termo é manifestado para expressar homogeneidade étnica, socioeconômica ou religiosa numa determinada área urbana. Esta discussão do problema é extensa e bastante relevante pois existem estudos numerosos que tratam o fenômeno da espacialização de grupos étnicos em termos absolutos, por exemplo, classificação de lugares como guetos, quando suas pesquisas demonstram que a inserção de grupos étnicos e de imigrantes numa sociedade anfitriã é um fenômeno complexo e multi-dimensional. O que VAUGHAN (2002, 2007) sugere e esta pesquisa pretende discutir é que é possível tratar a variável socioespacial da questão, partindo-se da Sintaxe Espacial como método de verificação de evidencias físicas, da maneira como grupos étnicos se valem das condicionantes espaciais para realizar sua inserção na sociedade e na economia em diferentes graus

de integração espacial. Estas estratégias são cotidianas e definitivamente espaciais e impactam a vida espacial das cidades.

A forma como a copresença entre grupos diferentes se dá num espaço urbano pode revelar a forma que um determinado grupo étnico explora as possibilidades de contato no seu novo ambiente e satisfaz suas expectativas socioculturais em relação aos intercâmbios com outras comunidades. E opera transformações significativas na dinâmica urbana explorando as vantagens percebidas na configuração espacial. Da mesma maneira, suas escolhas de localização também são indicativas do peso de pautas culturais de segregação / integração no ambiente urbano (VAUGHAN, 1999, 2002, 2007).

Explorando estas correlações, é possível estabelecer paralelos em relação aos parâmetros de localização de imigrantes árabes-palestinos a partir da análise dos padrões espaciais da amostra de cidades e ainda discutir estratégias de inserção da atividade econômica principal do grupo, o comércio de artigos populares e de abastecimento em relação às centralidades morfológicas das cidades gêmeas e como suas locais dão sentido à forma como se integram economicamente às sociedades locais.

A polêmica sobre a formação de enclaves étnicos é um dos desdobramentos e, ao mesmo tempo um dos maiores estímulos, à discussão de como as cidades operam com o pluriculturalismo. E este assunto se correlaciona à difusão de redes de comércio vinculadas à globalização popular que tem transformado as características de lugares em diversas cidades do mundo.

Retomam-se estes tópicos, sobretudo porque no contexto do estudo de caso proposto, alguns *insights* sobre a discussão ocorreram a partir da minha própria experiência no local. Por exemplo, uma das ruas centrais de Santana do Livramento /BR (a *Rivadavia Correa*) foi apelidada de “Faixa de Gaza” devido à grande concentração de imóveis comerciais e residenciais ocupados pelo grupo étnico árabe palestino. Pelo relato de JARDIM (2000) a rua Colômbia no Chuí é apelidada de “Jenin” (um campo de refugiados palestinos na Cisjordânia) pelas mesmas razões, sendo que a atribuição do apelido foi dada pelo próprio grupo, denotando distinções e separações internas, segundo o local de origem dos imigrantes. Isto revela a complexidade de grupos étnicos e religiosos, tal como já apontado por PEACH (2006): é importante identificar as peculiaridades de distinções dentro dos grupos para não se incorrer em generalizações sumárias e falseamento de dados.

É importante frisar que, a partir de uma estrutura que emerge do fenômeno, a configuração espacial, é possível ponderar as outras variáveis – típicas do contexto socioeconômico lo-

cal – e estabelecer comparações qualitativas entre realidades aparentemente e avaliar as emergências do fenômeno de inserção social de grupos étnicos em sociedades multiculturais.

Ainda segundo VAUGHAN (2005), em sociedades plurais e complexas, nas quais convivem diversas comunidades, o espaço urbano é antes essencial como instrumento de socialização intergrupos, tanto do ponto de vista espacial como transpacial, sendo esta prerrogativa mais forte que a correspondência espacial da sociedade. Dá-se a possibilidade de examinar, através dos padrões espaciais as formas como ocorre a integração socioespacial do grupo étnico árabe-palestino. Algumas peculiaridades em relação à forma como os imigrantes se integram à vida econômica e social foram consideradas. No início da pesquisa considerou-se trabalhar com as escolhas locacionais de imigrantes árabes-palestinos para moradia, portanto residencial. Não foi possível obter dados que pudessem ter algum respaldo estatístico, por isso, algumas considerações a este respeito:

- a) Em correlação à emergência de FUAs transfronteiriças e considerando-se o comércio popular um dos fatores mais importantes na dinamização de fluxos entre territórios nacionais numa conurbação internacional;
- b) A continuidade espacial demandada pelo comércio popular;
- c) A associação entre árabes-palestinos e a rede de comércio popular mais antiga do Brasil capitaneada pela comunidade sírio-libanesa de São Paulo;
- d) A continuidade no tempo da atividade de comércio de vestuário e abastecimento entre imigrantes árabes-palestinos desde a década de 1970;
- e) A identificação de lugares e ruas onde seu comércio é dominante;
- f) O impacto que seu comércio tem na vida espacial das conurbações estudadas e na apropriação social do espaço;
- g) A possibilidade de se investigar a partir do controle deste tipo de comércio e suas escolhas locacionais o papel do grupo étnico papel como *middlemen minority*.

A discussão do problema passa por preferências em relação às escolhas locacionais para o comércio que operam: o esvaziamento dos centros urbanos no Brasil e a migração da população de renda mais alta para as periferias das cidades, num processo de suburbanização que tem implicações socioespaciais importantes (RIGATTI, 2003). A localização dos imigrantes árabes / palestinos nos centros das cidades brasileiras que constituem os estudos de caso chama a atenção, ainda que sem o auxílio de dados censitários ou estatísticos.

Verificou-se uma indisposição (mais recente) por parte da população local – sobretudo os que ainda vivem no centro, em alugar ou vender imóveis aos palestinos. Talvez este seja um sintoma de como operam os mecanismos de segregação residencial nestes casos: a partir do momento em que as transformações socioespaciais operadas na vizinhança pelo grupo ficam mais evidentes, ou seja, emerge uma nova estrutura de copresença e movimento no espaço público, os parâmetros de localização residencial são alterados por outro processo *bottom up*, de segregação residencial.

Uma dificuldade em relação à discussão do problema foi a questão das bases de dados censitários nacionais, brasileira e uruguaia, que seguem metodologias diferentes, o que poderia vir a comprometer as análises comparativas entre indicadores socioeconômicos na micro escala, e induzir a um falseamento das interpretações dos dados (COOK et al., 2000). Ainda discutindo o problema, do ponto de vista de sua abordagem, sabe-se que em Santana do Livramento, 80% dos Associados do Clube Árabe - Palestino são muçulmanos. Proporção similar é encontrada no Chuí. Dos dados disponibilizados por JARDIM (2000), sabe-se que a cidade de origem, dada como referência pelos entrevistados, que comparece em maior número de citações é *Ramalah* (Cisjordânia). De Santana do Livramento não foi prospectada informação neste sentido.

De acordo com SLIOMOVICS (1998), a construção identitária de comunidades árabe-palestina se ancora na reconstrução permanente do passado do grupo / aldeia, atribuindo-se grande importância aos locais de origem familiar. Segundo a antropóloga, a tradição que vincula os grupos familiares extensos aos assentamentos de origem – típicos de referências identitárias agrárias - assumiu uma importância ainda maior após a fundação do estado de Israel que ocasionou a destruição e despovoamento de inúmeras aldeias e vilas no seu processo de consolidação²²⁹. O pertencimento a um lugar / cidade (geográfico) é dado de identidade individual e de grupo. Informações disponibilizadas por JARDIM (2000) no sentido da multiplicidade de identidades dos palestinos do Chuí e da heterogeneidade interna do grupo precisariam ser aprofundadas, com o intuito de não estabelecer generalizações.

Outra dificuldade para se trabalhar com a questão residencial foi a impossibilidade de se rastrear, num processo de imigração descontínuo desde os anos 1950, a imigração palestina para as cidades do estudadas. Também palestinos tem *passaportes* emitidos pela Jordânia, I-

²²⁹ E que continua, no processo de expansão territorial e povoamento na Cisjordânia.

raque, Síria, Líbano e países europeus, sobretudo os que têm status de refugiados. A Polícia Federal não fornece dados sobre a residência de estrangeiros ou de imigrantes em processo de naturalização como forma de proteger de preconceitos os indivíduos. E, a maioria dos que se identificam como membros do grupo são naturalizados ou já brasileiros natos.

A religião não parece ser a promotora de diferenças entre o grupo e a sociedade local e sim o tipo de comércio operado por estes que dá origem ao estereótipo do *turco*. Por estas razões, optou-se por fazer uma averiguação mais aprofundada de seus rótulos comerciais e a concentração dos mesmos, pensando-se numa centralidade funcional específica referente a ambas as partes da conurbação.

O contexto econômico das cidades da fronteira Brasil-Uruguai será traçado a partir de dois eixos convergentes: a descrição da vida espacial das cidades o que, segundo HOLANDA (2002) se organiza em função da configuração espacial. Ele se refere à distribuição de rótulos (usos do solo) como função dos potenciais de movimento natural e copresença retidos pelas medidas de integração global e local das estruturas espaciais. Neste trabalho, subsidiará a discussão sobre as centralidades funcionais (FUAs) e suas correlações com a emergência de espaços transfronteiriços e interfronteiriços nas conurbações. O comércio sendo a função econômica a partir da qual se desenvolvem assentamentos ao longo da fronteira Brasil-Uruguai.

5.7 Operacionalização dos procedimentos para análise

Para facilitar a leitura de diagnósticos e correlacionar localização de atividades comerciais e a formação de centralidades funcionais estas foram correlacionadas numa base SIG para:

- a) Investigar a relação da “linha de fronteira” com a dispersão de usos do solo, as condições do estoque construído e as medidas sintáticas;
- b) Identificar as distinções entre códigos sociais nacionais e a consolidação de centralidades; avaliar padrões de acessibilidade e diferenças culturais na produção de lugares de interação social;
- c) Estabelecer distinções entre códigos sociais nacionais e a consolidação de centralidades; avaliar padrões de acessibilidade e diferenças culturais na apropriação do espaço por moradores – estranhos;

Os passos executados para a modelagem da dispersão de uso do solo foram:

- a) Obtenção e reamostragem de imagens de satélite (CBERS / INPE);
- b) Montagem dos mapas axiais das cidades e das conurbações;

- c) Processamento dos mapas axiais no programa Depth Map (UCL, 2004) ® / depth-mapx (UCL, 2012);
- d) Montagem de planilhas de uso do solo e vinculação à base cadastral feita através de levantamentos empíricos, conferidas através de dados disponibilizados pelas Associações Comerciais locais;
- e) Interpolação gráfica dos mapas de medidas sintáticas com os levantamentos das ocorrências na realidade;
- f) Análise da concentração e dispersão dos rótulos comerciais;
- g) Entrevistas com representantes da comunidade árabe-palestina na cidade de Santana do Livramento / RS;
- h) Descrição da vida espacial e social das cidades e da estrutura de relações sociais, para verificar se os comerciantes árabes-palestinos podem ser considerados uma *middlemen minority*.

Como forma de verificar a validade da metodologia foi feita um estudo no bairro Esquilino (Roma / IT)²³⁰ no qual se analisou, a partir de dados obtidos empiricamente a localização do comércio popular de chineses em relação à integração axial local e global e em relação à integração segmentada local e global. Verificou-se através do estudo que:

- a) O comércio de artigos populares situa-se sobre eixos de maior potencial de movimento natural (integração global) e especificamente sobre os segmentos de maior probabilidade de fluxos entre lugares. No caso, o centro de Roma e sua periferia Sudeste;
- b) A integração local (R3) axial e segmentada (R3 step) não influencia as escolhas locais deste tipo de comércio, que depende da distribuição e dos consumidores da periferia (grande região metropolitana de Roma);
- c) Apesar da aparência, não é um comércio local e sim que visa o maior público consumidor possível localizando-se em áreas de maior potencial de acessibilidade relativa do sistema global.

²³⁰ Este trabalho foi produzido em 2011, durante período de Estágio no Exterior no DATA – Università La Spaienza di Roma, sob a supervisão do prof. Elio Trusiani. O trabalho enfoca a possível emergência de enclaves étnicos: de turistas no bairro Trastevere e imigrantes no bairro Esquilino. Um dos achados da pesquisa foi que turistas buscam localizações nas quais a integração segmentada, especialmente a escolha de rotas segmentada explica suas decisões locais: são espaços segregados mas inseridos em rotas de maior probabilidade de fluxos através de monumentos do centro histórico. Imigrantes buscam integração axial global, e o comércio popular também a localização ao longo de rotas com maior probabilidade de fluxos entre o centro de Roma e os subúrbios ao Sul – Sudoeste (os mais populosos). O trabalho foi aceito para o SSS10 – Korea, outubro 2013.

Estas considerações serão contempladas na análise do comércio popular dos árabes-palestinos nos casos estudados, considerando-se que estes têm os mesmos objetivos: vender a maior quantidade de mercadorias ao maior público possível, Isto é, ao público da conurbação.

5.8 Índice de conurbação: contiguidade, continuidade interpenetração

O Índice de Conurbação (CI) desenvolvido por RIGATTI (2011, p.1) é aplicado como ferramenta para “medir tendências de conexão entre partes antes isoladas de um sistema urbano ou entre dois sistemas urbanos independentes que passam a formar uma unidade espacial de escala e complexidade maior na qual o todo e as partes da estrutura espacial seguem uma nova lógica configuracional”. Baseando-se em medidas sintáticas a hipótese do autor é de que quando uma conurbação é robusta, suas medidas sintáticas tendem a ser mais robustas que as das partes medidas isoladamente. O índice de conurbação compara as medidas de Integração axial global das partes com a da estrutura emergente conurbada. RIGATTI (2011) apresenta um modelo teórico no qual pode-se analisar as mudanças que ocorrem nas medidas sintáticas a partir do processo de fusão entre as malhas urbanas.

Os pressupostos apresentados pelo autor se mostraram adequados para a análise do processo de conurbação de cidades gêmeas, inclusive porque propõe a verificação de propriedades morfológicas que são adotadas como parâmetros para medição de conurbação em outras disciplinas das ciências sociais aplicadas como a Geografia. São estes:

- a) Contiguidade espacial é requerida mas não suficiente para definir processos de conurbação;
- b) Interpenetração entre as malhas urbanas, quando se estende para além das periferias dos sistemas, é responsável pela emergência de um novo sistema espacial;
- c) Compacidade medida sintaticamente é dada pela profundidade média baixa dos sistemas. Se o processo de conurbação é forte, a tendência é que a profundidade média do sistema conurbado seja mais baixa que dos sistemas em separado;
- d) Diferenças na robustez dos processos de conurbação não os qualificam como piores ou melhores, mas pode demonstrar o papel que cada parte representa na composição do todo. No caso o autor se refere à Região Metropolitana de Porto Alegre, para a qual o Índice foi testado;
- e) Interdependência, especialização e complementaridade de centralidades funcionais em aglomerados urbanos como no caso de cidades gêmeas estão relacionados à lógica dos

processos econômicos e, portanto, aos padrões de produção e reprodução das relações sociais nas partes do sistema conurbado, podendo ser o diferencial que transforma as relações regionais destas cidades. Atestam sua competitividade ou o papel que desempenham na economia regional;

- f) Do ponto de vista espacial, conurbações internacionais ou transfronteiriças representam uma nova escala de organização espacial para a qual a continuidade espacial é essencial;
- g) Barreiras no centro do sistema tendem a reduzir integração e empurrá-la para a periferia do sistema. Obstruções na periferia do sistema tendem a reforçar a integração no centro da composição” (RIGATTI, 2011, p. 3).

Partindo-se destes pressupostos, além de analisar o processo de conurbação *per se* é possível verificar como a linha de fronteira, na periferia ou no centro do sistema conurbado tem implicações diferentes no processo de conurbação, entendendo-a como uma barreira virtual ou obstrução ao processo de conurbação.

O índice é proposto pela seguinte fórmula:

$$IC = \frac{R}{\sum \frac{rn}{n}}$$

Onde *IC* é índice de Conurbação, *R* é a Integração Axial Global Média do Sistema conurbado, *RN* é a Integração Axial Global Média de cada uma das partes do sistema conurbado e *n* é o número de partes (ou subsistemas) em conurbação.

A tendência à estabilidade é testada na Sintaxe Espacial a partir do prolongamento de linhas axiais longas que controlam diretamente o maior número de linhas (conectividade). Por isso a estabilidade das configurações espaciais está associada à continuidade das linhas mais longas, à preservação destas. Isso significa que, correlacionado ao sistema de relações sociais, mantêm as potencialidades de movimento e copresença e a forma provável de como isto irá acontecer; padrões espaciais são preservados. E é a partir deste pressuposto que o Índice é construído, permitindo-nos analisar a probabilidade de formação de espaços transfronteiriços e sua continuidade temporal.

Sistemas conjugados compartilham todas as suas propriedades qualitativas tendendo a ser estruturalmente estável. Segue-se que todas as propriedades dinâmicas definidas pela topologia do espaço de um sistema estruturalmente estável são persistentes de forma qualitativa.

Pode-se depreender que no homeomorfismo a evolução de um sistema é mapeada na evolução do outro sistema, com coincidências temporais ou equivalência topológica que denuncie a evolução conjugada dos sistemas – isto é, possa ser percebida a transformação de um sistema em relação ao outro, o que nos leva ao índice de conurbação – preservação de códigos sociais e culturais nos mapas é preservação de ordem bifurcativa. Por outro lado, bifurcações no sistema podem ser causadas por atratores, aqui entendidos como conjuntos abertos que mudam em função da evolução do sistema. No processo de conurbação cada parte do sistema funciona como um atrator para a segunda parte conferindo robustez e definindo probabilidades de transformação da configuração espacial.

Estes dois processos serão verificados a partir do Índice de Conurbação, a partir das tendências observadas na alteração das medidas axiais.

O objetivo é identificar a exposição ao processo de conurbação e as tendências na forma em que ocorre, e depreender tendências de conurbação entre cidades gêmeas, para verificar se este se correlaciona melhor à integração espacial ou à integração segmentada. Portanto verificar, a partir de sintomas – robustez do Índice de Conurbação (RIGATTI, 2011)²³¹ – se existe e qual a probabilidade que o processo se desenvolva isto é, se há correlação positiva entre o índice e a probabilidade de ocorrência de conurbação. As tendências verificadas são:

- a) Processo de conurbação entre cidades gêmeas em situação de fronteira seca que apresentem malha ortogonal deformada nos seus centros;
- b) Ponderação do grau de deformação das malhas urbanas no desempenho do índice de conurbação (frequência de conexões) e continuidade entre as partes do sistema;
- c) Ponderação entre centralidade sintática e centralidade funcional;
- d) Probabilidade de fusão de áreas centrais como decorrência da integração sintática;
- e) Ponderação entre integração global e integração segmentada;
- f) Tendências de expansão urbana, indicadores de robustez do processo de conurbação e escravização dos atributos morfológicos no processo de fusão entre os sistemas.

231 O estudo foi aceito para o SSS9 Santiago do Chile, 2011 mas o autor renunciou à sua apresentação / publicação no evento. RIGATTI, Décio. Conurbation in the Porto Alegre Metropolitan Region Abstract Reference Number: 8017. O trabalho continua inédito, apesar de, no mesmo evento, trabalho desta autora tenha explorado a ferramenta na análise preliminar das conurbações estudadas Santana do Livramento – Rivera e Chuí-Chuy. BRAGA, Andrea da Costa et al. Frontier conurbations: rather than twin cities, a symbiotic outcome of two national cultures and identities [recurso eletrônico]. In: International Space Syntax Symposium (8. : 2012 jan. 03-06 : Santiago, Chile) Proceedings [recurso eletrônico]. Santiago: Pontificia Universidad Católica, 2012. p. 1-17 : il.

Portanto, verificar através da metodologia proposta se processos de conurbação iniciados recentemente em casos onde existem duas centralidades constituídas (FUAs – *Functional Urban Areas*) independentes, existe a probabilidade de que o processo de conurbação se concretize efetivamente (seja robusto), se existe a complementaridade ou se a simbiose entre os sistemas derivados do processo de conurbação resultam na emergência de uma FUA transfronteiriça.

5.9 Casos-controlé

Para a verificação da robustez dos processos de conurbação dos casos estudados na fronteira Brasil-Uruguai foi selecionado um caso-controlé na fronteira Itália – Eslovénia, a conurbação Gorizia-Nova Gorica.

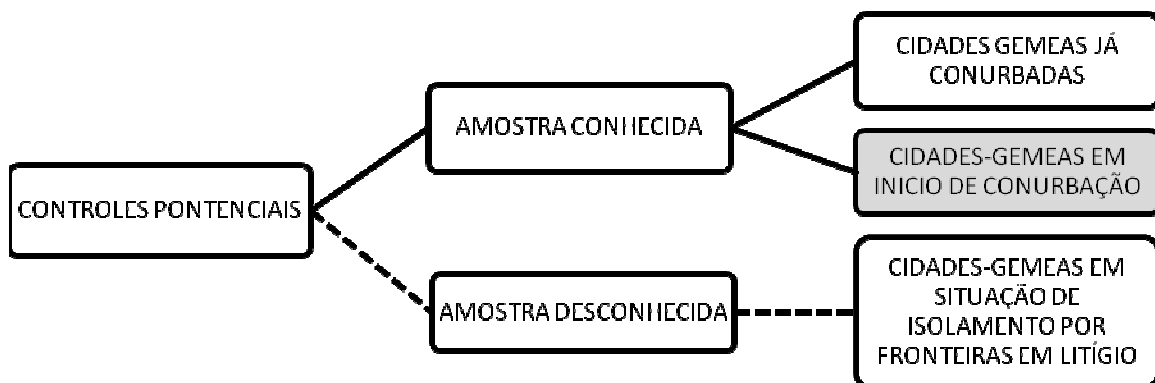


Gráfico 01: procedimentos para escolha de controles formas de seleção amostra aleatória adaptado de GRIMES & SCHULZ (2005 P.1430).

A definição do caso-controlé obedece aos mesmos parâmetros para definição do caso, ressaltando que a escolha dos controles é mais fácil se o universo de casos está delimitado. Os atributos estabelecidos para se poder comparar de forma regressiva o processo foram:

- a) Cidades gêmeas em fronteiras internacionais pacíficas;
- b) Fronteiras secas, sem a presença de obras de arte ou infraestrutura que defina previamente os pontos de conexão entre as malhas urbanas;
- c) Origem dos assentamentos: especular, simetria no controle da fronteira;
- d) Consolidadas no tempo, ou seja, já existem há pelo menos 50 anos;
- e) Estados nacionais integrados através de Blocos Regionais;

- f) Fronteiras porosas que possam ser consideradas como sinápticas (RETIS, 2004);
- g) Existência de práticas compartilhadas na vida cotidiana e intercâmbios intencionais;
- h) Cooperação política entre os estados nacionais.

Estes atributos estão correlacionados à probabilidade de que se efetive o processo de conurbação e caracterizam tanto o controle como os casos estudados. As distorções que caracterizam o controle são:

- a) Atipicidade das relações entre estados nacionais quanto ao regime político e econômico até recentemente (foi fronteira viva);
- b) Porosidade recente da fronteira, portanto integração espacial, social, econômica e política recente (abertura recente da fronteira);
- c) Diferenças na produção do espaço e entre os padrões espaciais das cidades gêmeas;
- d) Distância métrica entre os centros funcionais;
- e) Diferenças na organização da sociedade e nas expectativas de integração social: diferenças na vida social e na vida espacial.

VANTAGENS E APLICABILIDADE DE CASOS-CONTROLE

VANTAGENS	DESVANTAGENS	APLICABILIDADE À PESQUISA	CASOS	CASOS-CONTROLE
Resultados rápidos	Não gera dados sobre incidência – não informa sobre processos	Eficiência na comparação de casos excepcionais	Início: casos onde já está comprovado certo tipo de processo: conurbação	Potencial de conurbação já efetivado porém ainda insipiente
Eficiente para casos raros / não corriqueiros	Sujeitos a distorções, limitações	Estudo de resultados ímpares com processo em curso	Conurbações de fronteira seca, sem barreiras desde a fundação	Fronteira seca com barreira até recentemente
Multiplicidade de formas de exposição / classificação	Exige sistematização na coleta e tipos de dados	Variabilidade dos sintomas (fenótipo) não interfere na apreensão dos genótipos	Mudanças na expansão da malha urbana após iniciado o processo de conurbação	Malhas urbanas diferentes e separadas antes do início do processo de conurbação
Poucos estudos individualizados	Seleção de controles pode ser dificultada	Pode-se depreender tendências e potenciais de ocorrência a partir de número reduzido de casos	2 casos localizados entre 6 possibilidades de cidades gêmeas – incluir a variável temporal na consolidação dos processos	01 caso localizado Peso do tempo e do tipo de malha no processo de conurbação
Eficientes para investigações preliminares	Incerteza na amostra – verificação de resultados	Pouca perda nos estudos de caso e produção rápida de resultados	Mesmo tipo de malha (ortogonal deformada), produz tipos diferentes de conurbação	Malhas deformadas Diferenciação tipológica
Baixo investimento na amostra	Número reduzido de tipos	Justificativa na ampliação da pesquisa (estudos longitudinais posteriores)	Poucos casos estudados permitem estabelecer tendências em relação ao tipo de malha	01 caso de cidade gêmea com padrões espaciais dissimilares

Variáveis coincidentes em excesso confundirem os parâmetros de avaliação e serem eliminadas como fatores associados ao desenvolvimento do processo (LEWALLEN & COURTRIGHT, 1998), sendo recomendável no máximo a incorporação de até dois controles por cada caso estudado. Para se concluir sobre algum tipo de tendência ou probabilidade de ocorrência de um processo, aplica-se procedimentos e métodos descritivos e de mensuração de efeitos normalizados aos casos e controles (recall bias). As ferramentas da Sintaxe Espacial se provam eficientes por disporem com dados normalizados em relação à estrutura avaliada.

A análise das variáveis obtidas dos casos e controles devem ser medidas de forma equitativa (*odds ratio*) para se depreender probabilidades de ocorrência no controle. Um intervalo de confiança na probabilidade deve ser calculado para cada *odds ratio* (0-1) indicando os fatores casuais entre potencialidade e realização do processo. Neste caso, o Índice de Conurbação (RIGATTI, 2009) também cumpre com as exigências para a conferência do processo.

Nestes casos, a associação entre fronteira seca e conurbação não é estatística (EPI-INFO): “Estudos do tipo caso-controle não proveem nenhuma informação sobre incidência ou prevalência de um processo porque não existe base de dados do universo geral de cidades gêmeas que possibilite a medição de amostras universais”. São úteis para comparar situações específicas sua metodologia focada tanto na preexistência (casos) e em situações similares ainda não consolidadas (controles) permite investigar o peso que determinadas variáveis tem nos processos de conurbação internacional ou transfronteiriça, no caso a configuração espacial. Os estudos do tipo caso-controle demonstram associação entre variáveis e o desenvolvimento de processos estudados, mas não demonstram causa e efeito e sim correlação entre certo tipo de desenvolvimento de processo e fatores previamente conhecidos ou identificados.

Um aspecto a ser relevado na aplicação do método é que existe a possibilidade de variáveis mascaradas (*confounders*) que podem estar relacionadas ao processo (LEWALLEN & COURTRIGHT, 1998). E isso pode ser verificado a partir dos parâmetros de identificação das variáveis do Índice de Conurbação (RIGATTI, 2009) tais como a interpenetrabilidade das malhas ou a continuidade de linhas axiais que se estendem no processo de conurbação. Pode-se verificar nas amostras se esta variável é o que confere robustez ao processo ou se é um confounder. Se a deformação das malhas urbanas no seu core (núcleo inicial) tem algum peso probabilístico na consolidação da conurbação e no desempenho do índice de Conurbação (RIGATTI, 2009).

Estudos do tipo caso-controle são pesquisas empíricas nas quais comparativas de grupo de situações nos quais o processo já foi identificado com outras em que o processo ainda é insipiente ou não registrado. Um grupo de cidades-gêmeas conurbadas é comparado a uma onde a conurbação ainda não pode ser considerada plena. Um estudo do tipo *cross-sectional* emprega um único ponto de coleta de dados para cada sistema em estudo, indicado para o estudo de fenômenos que se mantêm estáticos num período de tempo, o que se prova útil em amostras de cidades, de espaços construídos. São eficientes como estudos piloto – versão compacta de uma pesquisa conduzida para refinar a metodologia do próximo estudo, mais abrangente. Similaridade é a ordem para determinar o piloto seja em relação ao tema, localização ou técnicas de coleta de dados e medição de atributos. Neste caso, pretende-se dar continuidade à pesquisa, agregando novos casos e controles ao existente.

5.10 Etapas analíticas e procedimentos aplicados aos estudos de caso: cumprimento dos objetivos da pesquisa

As descrições sintáticas do espaço entendem que a forma global de um assentamento emerge das regras locais que pautam as relações entre os edifícios (entre si) e entre os espaços abertos, instrumentalizando as relações entre as pessoas (HILLIER & HANSON, 1984).

A descrição sintática é feita através das correlações entre as medidas de profundidade entre cada um e todos os espaços abertos de um assentamento em relação a cada um dos demais (HILLIER & HANSON, 1984). Isto permite avaliar o grau de acessibilidade dos lugares e inferir sobre o potencial de usos, movimento e copresença da configuração.

Para o estudo de caso foram selecionadas algumas medidas e correlações da **modelagem axial** (HH) que são obtidas do processamento do mapa axial e instrumentalizam a descrição das diferenças sociais e culturais da estrutura urbana emergente, destacando-se o potencial de copresença requerido pelas diferentes bases culturais para o intercâmbio social. São elas:

- **Integração Global (Rn):** permite verificar o grau de assimetria do sistema espacial. É a média de integração de cada linha axial do sistema em relação à linha mais integrada do conjunto. Segundo RIGATTI (2000, p.17) “... uma descrição é simétrica quando a relação entre dois espaços e um terceiro é igual para ambos, assim como a dos dois para um terceiro...”. Quanto menor a Integração Global, maior a assimetria do sistema, privilegiando o controle local (moradores), portanto menores os potenciais de movimento natural disperso sobre a malha.

- **Integração Local (R3):** é a medida de integração associada a uma medida de restrição, isto é, relaciona todas as linhas axiais com até duas mudanças de sentido (passos de profundidade) em relação a todas as outras. Comparado ao mapa de Integração Global pode-se inferir a coerência entre padrões globais e locais, que refletem as diferentes escalas do sistema urbano, dando coerência à forma como o espaço é apropriado por moradores / estranhos e à emergência de centralidades funcionais locais.
- **Conectividade:** medida local que pondera o número de conexões entre uma linha axial e aquelas que a cruzam.
- **Profundidade:** classifica o número de passos (mudanças de direção) de cada linha axial em relação ao sistema como um todo. Permite identificar o nível de segregação e assimetria do sistema em relação às amostras existentes.
- **Choice:** proposta por HILLIER (1997) identifica os nós com maior probabilidade de uso em deslocamentos de e para todos os lugares do sistema. Ajuda a identificar o tipo de anelariade dos sistemas e a formação de centralidades sintáticas.
- **Integibilidade:** é a correlação entre Integração Global (Rn) e Conectividade (local). A correlação crescente sugere que as linhas mais integradas do sistema tenham maior potencial de movimento e copresença. Sugere o potencial de encontro e movimento dos lugares e também o potencial de apreensão de um sistema como um todo a partir de determinado lugar (capacidade de orientação e domínio do sistema), possibilitando a visualização da noção de comunidade virtual. Baseia-se na construção da estrutura espacial que determina como se dá a interface entre os diferentes grupos – moradores e estranhos - num lugar e na possibilidade de apreensão do funcionamento do sistema.
- **Sinergia:** grau de coerência entre Integração Global e Local. Demonstra a coerência entre as escalas de apreensão do espaço, sugerindo domínios específicos da comunidade virtual. Demonstra que, quanto maior a sinergia, menos hierárquico é o sistema como um todo.

Para a **modelagem segmentada da rede axial** foram adotados os parâmetros de angulação *by default*, isto é, a eliminação de ângulos menores de 25° que não são percebidas como mudanças de curso e de direção na navegação, podendo ser traduzidas como uma rota direta através da rede, entre pontos. Nesta modelagem, a conectividade (continuidade) é mais importante que a estrutura de interseção / integração e o objetivo da redução dos ângulos pequenos a

um mesmo segmento é aumentar sua extensão de forma mais próxima a como o espaço é percebido no deslocamento.

Às linhas da rede axial se atribuem valores de probabilidade de intensidade de fluxos, podendo se depreender melhor a emergência de, por exemplo, centralidades sobre determinados segmentos que podem ser mais curtos que uma linha axial mais longa, espalhando-se através de uma rota ou percurso. A partir da decomposição axial (unidimensional) em linhas às quais se atribuem valores de potencial de movimento, a modelagem segmentada permite transformar o sistema axial numa rede de probabilidade de intensidade de fluxos.

Através do princípio do *Squaring Law* (HILLIER e IIDA, 2005) constatou-se que uma linha longa e uma curta são mais eficientes para ligar dois lugares que duas linhas iguais. Nas malhas ortogonais, isso significa que diferenças no comprimento das linhas, nos segmentos mais longos podem provocar diferenciações locais que deem emergência a centralidades funcionais.

No estabelecimento de rotas, a Integridade torna-se fundamental, isto é, a navegação de sucesso depende da possibilidade da pré-figuração do padrão global que se pode obter a partir de uma sucessão de pontos ao longo da rota, de integração visual, mais do que espacial. Do que é possível ver ou vislumbrar ao longo de uma rota (local). Segundo HILLIER (2012) o movimento na rede é função da estrutura da rede (Integração segmentada).

Portanto se a rede modela o movimento potencial este, por sua vez, influencia os padrões de uso do solo, centralidades funcionais seriam, portanto modeladas pelo potencial de movimento através de certos lugares, tendendo a se concentrar sobre segmentos de rotas globais ou locais. Nem sempre coincidentes com os eixos de maior integração na modelagem axial do sistema espacial porque depreende mudanças locais. A agência espacial, a capacidade de mudar uso do solo e apropriação social do espaço através da copresença e da governança espacial depende da estrutura de integração da rede, da integração segmentada local e global.

Considera-se o leque de instrumentos metodológicos acima suficientes para identificar as distinções entre códigos sociais nacionais e a consolidação de centralidades, avaliar padrões de acessibilidade e diferenças culturais na produção de lugares de interação social.

6 CAPÍTULO VI: O contexto dos Estudos de Caso

“O espaço não é um objeto científico desvinculado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem um ar de neutralidade e indiferença em relação ao seu conteúdo parecendo puramente formal, é precisamente porque foi ocupado, usado e sujeito a processos pregressos cujos traços não estão sempre evidentes na paisagem. O espaço é moldado por elementos históricos e naturais através de um processo político. O espaço é político e ideológico, um produto literalmente composto por ideologias.”

Henri LEFEBVRE, 1970(trad. livre da autora).

As discussões sobre integração multidimensional permeiam a produção acadêmica brasileira e uruguaia com ênfase no transfronteirismo, no desenvolvimento das zonas de fronteira e das cidades-gêmeas nela situadas. As várias escalas de abordagem dão conta da complexidade da temática envolvendo o planejamento urbano e regional. A escala analítica deste trabalho é a local, das áreas efetivamente urbanas, das conurbações. Para trabalharmos com as quatro dimensões da análise conforme descritas na metodologia, é necessário contextualizar de forma genérica o processo histórico que leva à emergência de Estados Nacionais modernos na região e o processo a partir do qual se definem os limites entre duas soberanias, entre ordens sociais e identidades nacionais que impactarão a vida social das conurbações de fronteira.

Discussões transversais, relacionadas à produção do espaço urbano e à grelha ortogonal informam a análise dos padrões espaciais e suas relações com os códigos sociais e simbólicos que lhes dão emergência. Diferenças na produção do espaço e nos padrões espaciais entre as cidades da conurbação são exploradas a partir de um panorama da estrutura das relações sociais regionais das quais se depreende superficialmente as categorias sociais que irão informar a vida social e espacial: as formas como a integração e a segregação espacial são instrumentalizadas no contexto da conurbação e a segmentação social se correlaciona à produção e organização do espaço.

A noção de fronteira, incorporada ao imaginário como uma categoria autoexplicativa, dado histórico ou “natural” é carregada de simbolismos, pois resulta de relações de força entre grupos e povos em busca de afirmação de identidades culturais ou étnicas e, portanto, de relações de poder BICA DE MELO (1997). Pois a ideia de uma identidade nacional está vinculada a práticas socioculturais nas quais se inclui a produção do espaço urbano que seguem códigos socioculturais nem sempre antagônicos, mas suficientes para estabelecer distinções confi-

guracionais importantes (BRAGA & RIGATTI, 2008). Indica-se em linhas gerais como as instituições nacionais entendem as regiões de fronteira. No Brasil, há a definição de uma Faixa de Fronteira com programa de desenvolvimento específico (PDDF, 2005) que dirige as ações do estado (*top down*). O Uruguai, apesar de não ter uma faixa de fronteira demarcada, desenvolve projetos locais que tem impacto direto sobre a vida espacial de suas cidades, como por exemplo, a criação por decreto de zonas de livre comércio (*duty free*).

Das disposições normativas dos projetos de desenvolvimento interessa a forma como a integração espacial é conceituada e aplicada nos tipos de interação fronteiriça que caracterizam cidades-gêmeas e quais as variáveis usadas para medir seu desenvolvimento econômico. Diferenças de abordagens entre autores uruguaios (MIRANDA, 2010 e GORSKI, 2007) e brasileiros (MACHADO *et al.*, 2004) indicam que existem diferenças escalares na forma como desenvolvimento é entendido em relação à integração nacional, internacional e regional.

A discussão do problema da pesquisa, abordando uma dimensão espacial do fenômeno de conurbações se relaciona à noção de campos (BOURDIEU, 2004) e, mais especificamente, da produção científica sobre as cidades de fronteira e os subsídios que proveem às estratégias de planejamento urbano. JENSEN (1997) diz que o planejamento urbano de cidades de fronteira se caracteriza por discursos em competição e, por vezes antagônicos de planejamento e espaço; lugares nos quais se confrontam conceitos e sentidos entre modelos de planejamento nacional e local que assumem integração como produto da cooperação política sem afetar os princípios de soberania nacional sobre o território e conciliando códigos culturais distintos. Estão sujeitos à territorialização dos estados nacionais e diferenças na prática profissional que tornam ações concertadas, processos de cooperação transfronteiriça nos quais lógicas espaciais são negociadas e hibridizadas.

A noção de “membrana assimétrica” (FOUCHER, 2009, p. 19) é aplicável às conurbações internacionais, na medida em que suas distinções configuracionais estão relacionadas à dinâmica urbana (dispersão de usos do solo), potenciais de movimento e probabilidade de fluxos e na consolidação de centralidades indistintas entre os assentamentos (BRAGA & RIGATTI, 2008). BICA DE MELO (1997) diz que os espaços de sociabilidade em áreas fronteiriças não estão isentos de conflitos e relações de dominação cultural e econômica, sujeitos aos mecanismos que asseguram a reprodução de cada sociedade nacional em fricção através da instituição representada pela linha de fronteira.

GRIMSON (2005) confirma que os processos transfronteiriços são estratégicos para a compreensão dos dispositivos que constroem diferenças e como estas são articuladas em forma de desigualdade em relação ao Outro. Destaca a importância dos estudos etnográficos de zonas de fronteira como uma possibilidade de reverter os discursos sobre a construção de identidades nacionais – em geral descritos a partir dos grandes centros (*top down*).

As fronteiras no Cone Sul, suas cidades-gêmeas seriam campos nos quais as tensões entre estados nacionais são processadas em termos *bottom up* frente aos papéis sociais desempenhados pelos moradores em suas interações. Estas adquirem novos significados que reforçam as categorias de diferença (pobres / ricos, superior / inferior, etc.) e remetem às fronteiras sociais descritas por ARBARET-SCHULZ (2004, p.4) que não aludem simplesmente a uma metáfora espacial, dado que podem produzir segregação social. Um jogo de corroborações multidimensional que pode, facilmente, incluir as premissas teóricas da Sintaxe Espacial.

6.1 Contexto histórico e cultural: uma região produtora de fronteiras e a linha de fronteira Brasil-Uruguai

Os estudos empíricos a partir dos quais se discute o tema da integração em conurbações internacionais situam-se, ambos, ao longo da linha de fronteira entre Brasil e Uruguai. Tanto pesquisadores brasileiros (NEVES, 1990) como uruguaios (Romero GORSKI, 2003) descrevem respectivamente o Estado do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai como territórios produtores de fronteiras e, como tais, espaços sociais peculiares (BOURDIEU, 1989), campos específicos de interfaces e interações.

Historicamente, a região hoje definida como o Estado do Rio Grande do Sul (BR) e a *Republica Oriental del Uruguay* (UY) configuraram uma região de disputa e de surgimento de múltiplas territorialidades sobrepostas. A primeira rede urbana construída nesta região, depois repartida entre Brasil, Paraguai e Argentina, se origina no território das Missões, descrito por NEVES (*Op. cit.*) como um território-fronteira entre duas coroas, a portuguesa e espanhola e, portanto, um limitador para suas expansões, experiência impar de colonização através da organização de comunidades urbanas com economia de base agrícola.

Do ocaso das Missões (1750) emerge uma rede urbana costeira que apoia a expansão portuguesa para o Sul do continente e interior da Bacia do Prata, coerente com os interesses de exploração e exportação das economias coloniais (NEVES, 1990). No processo de reestruturação territorial da região, configura-se, para além da faixa litorânea o que RUSSEL-WOOD

(1999) classifica como *sertão*, no caso, a Campanha, o Pampa, espaço ambíguo em termos de categorias sociais e territorialidades. Tomando a noção de fronteira como metáfora, o autor diz que o sertão representa uma zona de interação entre diferentes culturas – indígena, negra e branca – da qual emerge uma territorialidade específica, produzida pelos que viviam para lá da jurisdição civil ou eclesiástica, caracterizado pela continuidade infinita, sem princípio nem fim, de ocupação descontínua, refúgio e oportunidades para rejeitados ou que rejeitavam a sociedade colonial (bandeirantes, tropeiros, gaúchos, etc.) e representavam uma potencial força destrutiva do poder centralizado da metrópole: “Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava” (RUSSEL-WOOD, 1999, p.9).

Nos séculos XVII e XVIII o gado representava o maior capital dos homens do sertão, cuja mobilidade, liberdade de ação, autonomia e monopólio da violência (exércitos particulares e/ou milícias) desafiavam as autoridades constituídas pelo poder político colonial dando emergência a uma forma de territorialidade específica sintetizada na figura do gaúcho, uma categoria social regional que pode ser incluída na de sertanistas.

Este personagem, hoje mitificado²³², é associado a um conjunto de valores culturais “positivos” e cultuado como símbolo pelos habitantes do Rio Grande do Sul²³³, Uruguai e Argentina, habitantes do Bioma Pampa. Ou seja, a Fronteira Sul do Brasil era uma zona marginal em relação aos centros de poder com organização social e espacial próprias.

PESAVENTO (1980), RHODEN (1999), GIRALDO (1999), CHASTEEN (2003) e GARCIA (2010) entendem que o conflito, a disputa territorial, as formas de territorialidade peculiares que emergem ainda no século XVII, e as diferenças produzidas na estrutura das relações sociais e políticas na região estão presentes nos conflitos do século XIX, ao se estabelecerem os limites territoriais dos estados nacionais modernos. A ambiguidade da ocupação efetiva do interior dada através da emergência de códigos sociais e espaciais peculiares, medi-

²³² Entrevista de Borges à revista Status, São Paulo, agosto de 1984, p.21-9. Está em: Borges no Brasil, publicado pela Editora da Unesp. Status: O senhor esteve muitas vezes no Brasil? Borges: Muito poucas. Há 40 anos, passei dez dias em Santana do Livramento e lá vi matarem um homem, coisa que nunca tinha visto e que jamais veria depois. Naquela hora, isso não me impressionou muito, mas depois, sim. **Mas me recordo sempre daquela região, dos gaúchos.** O primeiro gaúcho que vi foi em Montevidéu. Eram tropeiros e traziam gados das estâncias para os currais e matadouros. **Também nunca havia visto um gaúcho antes, pois aqui em Buenos Aires não havia.** Talvez você não saiba, mas há duas palavras que não se usam nesta cidade e talvez tampouco nesta província. Uma é pampa, que só os literatos usam e que significa campo. E gaúcho é um tratamento depreciativo; em vez disso, se diz *peón* ou paisano. Mas no Rio Grande do Sul, ao contrário, parece que todos são chamados de gaúchos, sejam médicos ou advogados, não é assim?
<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/28/06/2012>.

²³³ O termo gaúcho é utilizado como gentílico para as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul.

am as alianças e conflitos políticos e bélicos que se confundem com a história regional: uma história longa de guerras e disputas que historiadores, antropólogos e diplomatas se dedicaram com mais empenho e competência a desvelar do que se poderia demonstrar aqui.

Importa destacar a configuração de uma região geográfica, ecológica e cultural que emerge de disputas de controle territorial que se estendem do Século XVII ao início do Século XX.

A territorialização se caracteriza primeiro pelo caráter migratório de grupos (indígenas e tropeiros), pela circulação e mobilidade para além de linhas e tratados demarcatórios (Tordesilhas, 1494; Madri, 1750; e, Santo Idelfonso, 1777) na coleta de gado e sua recondução aos centros de consumo. A ocupação efetiva que garantiria o direito de posse sobre a região (por portugueses e brasileiros) se efetua através da concessão de sesmarias²³⁴ no final do século XVIII em retribuição a serviços prestados nas guerras e disputas (Figura 12) por grupos paramilitares seminômades de *gaúchos*.

O espaço é produzido basicamente de duas formas: a partir de enclaves costeiros, fortes e cidades amuralhadas e através de fazendas isoladas, estâncias, dispersas pelo interior. A cada forma de produção do espaço corresponde uma forma de organização social. Vilas, cidades e enclaves são produzidos pelos poderes centralizados das coroas espanhola e portuguesa e as estâncias produzidas por uma categoria de *sertanistas*, militares ou paramilitares recompensados pelo poder político com certo poder local. A estância de criação extensiva de gado é a base a partir da qual se estrutura a economia regional, primeiro através da venda de gado a outros mercados, depois através do beneficiamento da carne e do couro. A charqueada ou *saladero* é o que estabelece a ocupação do interior: dispersa, fragmentada, pouco densa e rural.

Por estas razões PESAVENTO (1980, p.21) diz que “a importância do estancieiro soldado com suas forças irregulares fez com que a Coroa permitisse certa autonomia do poder local em relação à administração lusa”, com interesses econômicos na preservação de uma forma de territorialidade insubmissa à lógica de territorialização das coroas, que a autora conceituou como *apropriação militar da terra*.

Estas duas formas de territorialidade representam polos opostos de expectativas sociais e políticas quanto à configuração regional: cidades, vilas e a pequena agricultura representam a ação do poder centralizado e instituído através da dominação e a categoria paramilitar consti-

²³⁴ Instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção e perdurou no Brasil até 1822. Uma légua de sesmaria equivale a 4.356 ha.

tui poderes locais que tem no controle efetivo e contínuo sobre o espaço sua força e liderança sobre uma população hibridizada (CHASTEEN, 2003). A ocupação efetiva do território sobre a qual o poder institucionalizado reclamará o *uti possidetis* é próximo ao conceito de frente (*front*), de avanço para além das fronteiras.

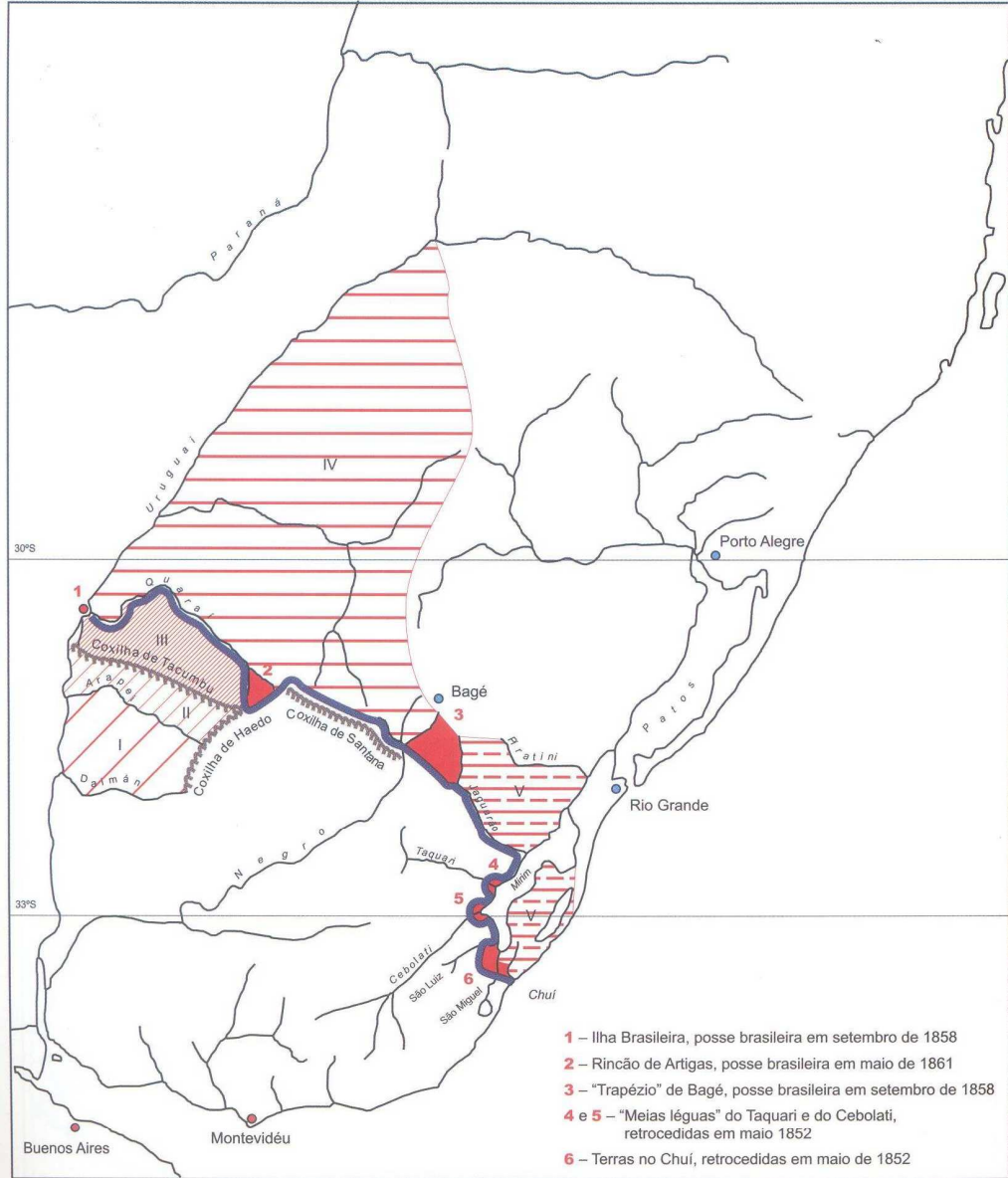
Tratados e *re-tratados* foram negociados em função da institucionalização dos limites territoriais entre as coroas ibéricas. O de Santo Idelfonso (1777) pretendia limitar a mobilidade destes exércitos informais entre os territórios, estabelecendo-se uma zona neutra entre as lagoas Mangueira e Mirim e o litoral – os Campos Neutros onde nem portugueses nem espanhóis poderiam se assentar (PESAVENTO, *Op. cit.*, p.18), o que a transforma em rota de contrabando de gado no início do séc. XVIII (Figura 12).

Simultaneamente, a ocupação das zonas em disputa por brasileiros se intensifica no interior. A partir de redes de solidariedade locais forjam-se alianças que ultrapassam os limites de soberania. Lealdades e sectarismos se constroem a partir do controle sobre os meios de produção e circulação. O mundo rural do Pampa é poroso mas nem um pouco ambíguo.

No século XIX, o nacionalismo emerge como parâmetro de ordem que transforma a estrutura territorial, social e política da região. O pacto colonial é alterado no Brasil, que permanece uma monarquia e depois um Império (independente), escravagista, centralizado e unificado através do clientelismo e das instituições que materializam o poder político, a Guarda Nacional (Exército) dentre elas.

Nos territórios antes pertencentes à Coroa Espanhola o pacto colonial é rompido, transformado a partir da segmentação social e política que dão origem às nações modernas Argentina, Paraguai e Uruguai. O liberalismo rege a ordem social baseada no trabalho livre, na autodeterminação, na autonomia política e na integração comercial com os centros de poder econômico que contrastam com a resiliência da estrutura social e econômica brasileira que, apesar da independência, não transforma a ordem social e econômica. Esta continua escravagista e clientelista, o poder econômico regional sendo medida da influência política das oligarquias dominantes. A perda do poder político que sofrem as oligarquias locais no séc. XIX renova os conflitos regionais que incluem a Revolução Farroupilha (1835-45).

Mapa 8 – O Consenso de Outubro de 1851 – Mútuas Concessões



- 1 – Ilha Brasileira, posse brasileira em setembro de 1858
- 2 – Rincão de Artigas, posse brasileira em maio de 1861
- 3 – “Trapézio” de Bagé, posse brasileira em setembro de 1858
- 4 e 5 – “Meias léguas” do Taquari e do Cebolati, retrocedidas em maio 1852
- 6 – Terras no Chuí, retrocedidas em maio de 1852







-  Limites pelo Daimán, pretendidos pelo Rio Grande do Sul, mencionados, mas não solicitados pelo Brasil, como prova de boa vontade
-  Limites pelo Arapeí, inicialmente solicitados pelo Brasil, cedidos diante da oposição do Uruguai
-  Limites pela Coxilha de Tacumbu, formalmente solicitados pelo Brasil, cedidos pelas concessões 1 a 6 por parte do Uruguai, à base do “uti possidetis”
-  “Direitos” do Uruguai pelo Tratado de 1777
-  “Direitos” do Uruguai aos campos neutros de 1777
-  Limites acordados a 12 de outubro de 1851

Figura 12: Limites propostos no Tratado de Madri (1750), regiões, rotas e cidades portuguesas e espanholas ilustram as expansões e retrações entre os territórios das Coroas espanhola e portuguesa e os limites estabelecidos em 1851 mostrando as cessões feitas pelo Uruguai e o Brasil na consolidação da linha de seus limites territoriais. Fonte: GARCIA, Fernando Cacciatore. Fronteira Iluminada – História do Povoamento, Limites e Conquistas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 2010. sem numeração.

Este interregno de disputas territoriais, políticas e de demarcação de limites envolve as afiliações e interesses locais que, ou ignoram limites de soberania e os deslocamentos das fronteiras em suas práticas cotidianas, ou são por elas empurrados de um lado para outro. Assim, além da apropriação militar do espaço (PESAVENTO, 1980), a região se configurou, justamente, por meio de uma territorialidade transnacional ou transfronteiriça através de redes de solidariedade em torno de lideranças locais e regionais.

GARCIA (2010, p.119) explica as diferenças na forma como ocorre a urbanização costeira e como se estrutura a urbanização no interior, que darão continuidade aos sectarismos na vida política da região no século XIX (Figura 13), quando a maioria dos núcleos urbanos ao longo da fronteira Brasil- Uruguai são fundados.

Segundo NEVES (1990) os povoados hoje situados ao longo do limite territorial Brasil-Uruguai são fundados no contexto de lutas fronteiriças e de demarcação de limites entre soberanias na metade final do séc. XIX, a maioria resultando de acampamentos militares, de quartéis, guardas e postos de controle que, através do *uti possidetis* conferem concretude às linhas imaginárias de tratados anteriores(GARCIA, 2010, p.266) na iminência da Guerra do Paraguai (1864-1870)²³⁵. Os limites entre Brasil e Uruguai são definidos pelo Barão do Rio Branco, com a cessão de parte da Lagoa Mirim (1909) àquele país, dando origem à Convenção para a Melhor Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai (1916), determinando a cooperação efetiva entre os dois estados nacionais. Na busca de soluções conjuntas para a regularização do traçado, a apropriação social do espaço por parte das populações locais, tanto brasileira como uruguaia é considerada, donde os primeiros espaços transfronteiriços oriundos da cooperação política emergem (Figura 12).

²³⁵ A Guerra do Paraguai que opôs Brasil, Uruguai, Argentina ao Paraguai, foi um divisor de águas. A Proclamação da República no Brasil teria sido uma de suas consequências. “Os custos financeiros e humanos do conflito esvaziaram os cofres públicos e a credibilidade do governo, incapaz de dar um fim rápido à contenda. O exército, ao seu fim era uma força reestruturada que recuperava o seu prestígio, ideologicamente marcada por ideias republicanas. Ocorrida em um período de definição dos estados nacionais latino-americanos, a Guerra do Paraguai, integra um complexo processo de consolidação territorial destes países e o fortalecimento das suas instituições. O recorrente intervencionismo brasileiro no Uruguai, cujo território em parte constituía a Província Cisplatina, serviu como gatilho para uma guerra total”. (ARQUIVO NACIONAL, 2003, p.15).

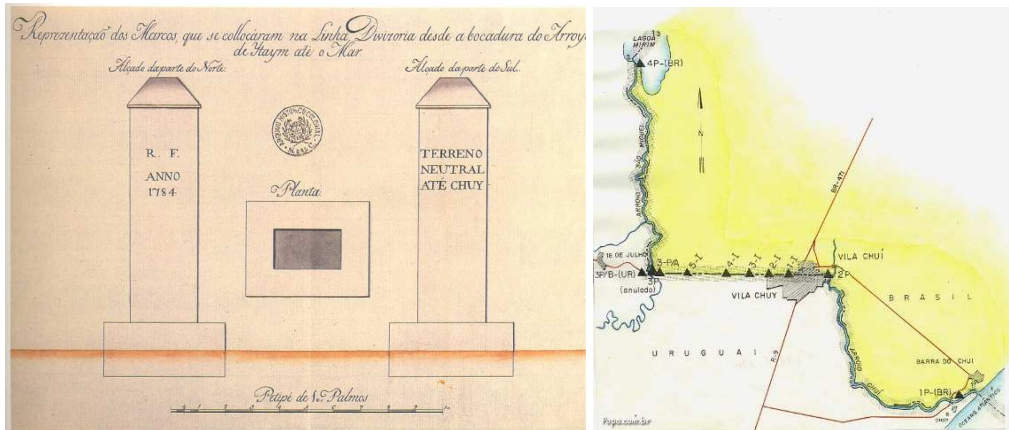


Figura 13: Direita: *Representação dos marcos que se collocaram na linha divisoria desde a bocadura do arroyo e Itaym até o mar* (1784), Lisboa Arquivo Historico Ultramarino cartografia manuscrita do Brasil, Rio Grande do Sul, 1131-1131^a. Marco em pedra demarcando a linha que demarcava os Campos Neutrais. In: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fronteiras no Brasil Colonial*. In: MAGALHÃES, Joaquim R. (dir.). *OCEANOS, A formação Territorial do Brasil, no 40, outubro/dezembro 1999*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses p. 9. Esquerda: Demonstração da linha de limites Brasil-Uruguai passando pelas cidades de Chuy e Chui.

http://www.chui.rs.gov.br/portal1/municipio/popup.htm?http://portal.cnm.org.br/sites/6500/6594/imagens/5341/chui_marcosdivisorios_menor.jpg site oficial da Prefeitura do Chui /RS



Figura 14: Fonte: Mapa da fronteira Brasil – Uruguai. Fonte: <http://mapas.owje.com/img/Mapa-Politico-de-Uruguay-3796.jpg>

GARCIA (2010, p.313) ilustra o processo de negociação a partir das cidades de Rivera (UY) e Santana do Livramento (BR), localizadas no trecho oeste da linha divisória. A comissão mista de regularização da linha fronteira notou *in situ* que:

“O crescimento espontâneo das cidades de Santana do Livramento e Rivera fizera com que, ao longo do tempo, construções de parte a parte ultrapassassem os limites de cada país. Desse modo, por convenção assinada em janeiro de 1920 entre o Brasil e o Uruguai, resolveu-se alterar a linha de limite internacional entre as cidades de modo a que refletisse exatamente a ocupação dos dois países para lá e para cá da cumeada deste trecho urbano, aspiração que já havíamos demonstrado algumas vezes entre 1895 e 1901. Em 1923 foi realizada nova conferência da Comissão Mista que resolveu fazer um “Parque Internacional” em uma grande área desocupada entre as duas cidades geminadas e, assim, entre os dois países. Foi ele finalmente inaugurado em 1943.” (GARCIA, 2010, p.313)²³⁶

Das digressões históricas, dos conflitos que se originam de tratados anteriores à colonização da América (Tordesilhas, 1494) e das diferentes dimensões da definição de fronteiras entre Brasil e Uruguai pode-se concluir que as cidades geminadas são fundadas como garantia de ocupação efetiva da terra e posterior reivindicação de direitos sobre ela, ou ao menos argumentos diplomáticos para tal. Através do princípio de espelhamento, um assentamento de um lado da linha demarcatória deu origem a outro, além da linha divisória, criados em pontos estratégicos de controle de circulação regional. Numa zona rural, de povoamento disperso, as vilas e núcleos povoados tanto do lado brasileiro, como do lado uruguaio, eram pontos isolados e diminutos de controle e intercâmbio dispersos num vasto mundo rural.

Podem ter se originado como postos estratégicos, mas se desenvolvem com tendências de integração espacial e econômica e isto pode ser explicado pela conectividade melhor do interior do Rio Grande do Sul ao porto de Montevidéu e à Bacia do Prata. Isso nos leva a pensar nas formas de solidariedade social e espacial donde identidades nacionais podem ser segmentadas, mas práticas sociais e culturais são compartilhadas.

O reconhecimento da existência de um processo de conurbação internacional no início do século XX entre Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) do qual decorre a primeira ação concertada de planejamento urbano entre os dois países revela que, para além dos jogos identitários e das animosidades que remontam aos tempos coloniais, as práticas cotidianas e a forma como o espaço é apropriado denotam a transição entre um tipo de fronteira viva²³⁷ para um tipo de fronteira pacífica o que transforma a função social da fronteira geopolítica: de con-

²³⁶ O trecho é original do autor citado, que se baseia na fonte: CAGGIANI, Ivo. Sant’Ana do Livramento: 150 anos de história. Santana do Livramento: Aspes, 1983.

²³⁷ Conforme utilizado na geografia e nas ciências políticas. Ver Capítulo III.

trole a filtro e tradução dos limites de duas formas de organização social. A interação e o intercâmbio preponderam sobre o conflito.

Demonstra como transformações nas expectativas de interação locais podem tornar-se variáveis importantes nos processos de integração em outras escalas. E como a função social de fronteiras pode se transformar segundo as mudanças de expectativas de integração local, sem que implique em reorganização social, cultural ou renúncia à identidade nacional.

Se retomarmos a conceituação de espaços transfronteiriços como espaços de cooperação política e de efetiva interação econômica, social e cultural, pode-se dizer que as cidades-gêmeas ao longo da fronteira Brasil–Uruguai são, talvez não na sua gênese, mas na sua consolidação e expansão o embrião de espaços transfronteiriços que emergem *bottom up* sob a lógica do pragmatismo da vida cotidiana que prepondera sobre diferenças nacionais.

6.1.1 Digressões consequentes sobre o traçado xadrez da malha urbana latino-americana e brasileira

“A grelha é ubíqua, mas não previsível – sua virtude central é ter uma flexibilidade sem fim (...) a intervenção geometrizarante é explicitamente indetectável da intencionalidade. Daí, o questionamento. Qual o referencial último, a dimensão semântica deste ou daquele padrão? E as respostas variam conforme a época, a cultura e o lugar”.

(RISÉRIO, Op. cit., 2012, p.102.)

Segundo RHODEN (2005) que faz uma análise da estrutura morfológica dos traçados urbanos das cidades da fronteira Sul do Brasil,

“O território do Rio Grande do Sul foi também o local onde as disputas territoriais, o comércio e o contrabando mais se intensificaram. Sua história não pode ser estudada ou entendida fora do espaço fronteiro platino, entendido aqui não como uma linha divisória, mas como uma região ampla, uma história de economias e culturas que se mesclam e disputam hegemonias em um contexto de construção dos Estados Nacionais Modernos”. (*idem*, p.64)

Discute diferenças e semelhanças no traçado urbano das cidades da fronteira brasileira com Uruguai e Argentina, que identifica como a fonte dos equívocos que reafirmam “a origem castelhana dos traçados urbanos das cidades gaúchas, principalmente em função da persistência dos planos viários de composições regulares e, muitas vezes, ortogonais” (*idem*).

Não existe a pretensão de fazer um estudo da evolução urbana destas cidades, mas analisar sua configuração contemporânea no que diz respeito à continuidade da rede axial produzida a partir da geometria da malha urbana e suas implicações no processo de conurbação para

compará-las às amostras como a de MEDEIROS (2006) possibilitando sua tipificação quanto à preservação ou transformação da estrutura espacial das cidades a partir de sua expansão a partir de mudanças nas regras que regem seus processos de expansão.

É relevante destacar não só os aspectos formais e normativos que dão emergência a tipos urbanos de grelhas regulares no Brasil como o fizeram DELSON (1979), REIS FILHO (2000), RHODEN (2005) e outros para discutir a que transformações nas expectativas de interação social, mudanças na vida social na vida espacial as mudanças morfológicas correspondem e, como estas se relacionam ao projeto de integração e expansão ao qual a malha ortogonal mais ou menos deformada está associada.

Não se trata aqui de estabelecer anterioridade, dado que a rede de cidades fronteiriças surge em função do princípio de espelhamento que rege a função de controle da linha demarcatória de limites, sem cronologia consistente: são contemporâneas porque produto do mesmo processo de consolidação de um pacto internacional. No caso de Santana do Livramento (BR) há comprovação de que este núcleo é fundado pelo menos 30 anos antes da cidade especular, Rivera (UY). No caso do Chuí (BR), a situação é reversa. E talvez, irrelevante para a análise da configuração espacial.

No caso do Rio de Janeiro (BRAGA, 2003) a malha ortogonal (mais ou menos deformada) é adotada como princípio estruturador do tecido urbano a partir do momento em que as expectativas sociais quanto à produção do espaço se modificam, isto é, quando o espaço passa a ser produzido não com vistas ao controle local, defensivo que caracteriza o início da ocupação do território brasileiro, mas quando a cidade “desce o morro” e começa a se expandir e se integrar ao entorno próximo e ao interior do país no séc. XVIII, quando se torna uma cidade mercantil. Quando a interação entre moradores e estranhos torna-se primordial para o projeto de colonização e expansão da base econômica da colônia esta incorre na reorganização da vida social e espacial urbanas. Neste projeto, a cidade se torna o centro da vida social da colônia, o lugar de reunião e renovação da solidariedade transpacial da população rural dispersa e de reiteração da submissão à ordem da metrópole e a malha ortogonal mais ou menos deformada é adotada como princípio estruturador do tecido urbano. Coincide com o desenvolvimento de instituições como as escolas para engenheiros militares no Brasil e as regras a partir das quais as novas cidades são fundadas incorporam princípios técnicos do Iluminismo que terá seu apogeu no séc. XIX (DELSON, 1979).

Considerações de STANISLAWSKI (1946 e 1947²³⁸) sobre a difusão da malha ortogonal vincula esta morfologia a organizações sociais mais hierárquicas, onde haja centralização ou concentração de poder suficiente para que se estabeleçam mecanismos de controle sobre a produção do espaço urbano que o conceba como uma integralidade: “malhas ortogonais dificilmente se originam a partir de leis básicas de vizinhança, mas de outro princípio estruturador de ordem global, acionado por algum tipo de controle centralizado, religioso político ou militar” (idem, 1946, p.107). Sua argumentação é coerente com a Sintaxe Espacial quando sugere que as malhas deformadas tem sentido de controle e defesa do espaço e dos indivíduos (local, dos habitantes) enquanto que “uma rua reta é mais facilmente controlada de fora” (idem), pelo estranho, estrangeiro que detém maior controle sobre o espaço. A coerência entre as abordagens que partem de premissas diferentes é depreendida através da noção de lei generativa de um tipo de estrutura urbana, de certas formas de organização espacial que emergem em diversos contextos históricos, da recorrência de leis que regem a organização e a ordem social, permitindo categorizações como fazem HILLIER & HANSON (1984) e HOLANDA (2000).

A partir de estudos de caso no subcontinente indiano concluiu que “o uso da malha ortogonal na Antiguidade não foi acidental. Foi produto de elaboração conceitual desenhada para atender às expectativas e necessidades de um povo altamente organizado e urbanizado” (idem, p.110). No caso, uma sociedade mercantil. Como HOLANDA (2000), distingue a malha ortogonal da disposição geométrica de edifícios simbólicos no espaço, que emergem de regras diferentes de estruturação do espaço. HOLANDA (idem) classifica o segundo caso como *paradigma da formalidade* e a malha xadrez do oposto, de *urbanidade*, com características especiais quanto à interação entre moradores e estranhos, necessárias à reprodução da organização social e desenvolvimento da vida espacial função da atividade econômica do comércio.

“O comércio é de enorme importância para as pessoas daquela cidade. A alta qualidade das manufaturas evidenciam o longo treinamento e organização do trabalho em Mohenjo-Daro, que não é primeiro nem o único assentamento deste povo, sugerindo que a malha urbana é planejada e implantada como uma nova unidade, cujo conceito era o de uma cidade orgânica na qual todas as partes eram desenhadas para funcionar como um todo. Pode-se então postular que os ancestrais dos habitantes de Mohenjo-

238 O Geógrafo foi um dos de sua geração a trabalhar a questão da difusão espacial da malha ortogonal, identificando sua origem na no subcontinente indiano - Mohenjo-Daro, 3000 A.C., hoje Paquistão (STANISLAWSKI, 1946) e na América Espanhola (STANISLAWSKI, 1947). Suas hipóteses estão correlacionadas à Sintaxe Espacial na medida em que tomam como base ordem e organização social como princípios para a adoção e difusão do uso da malha ortogonal nos traçados urbanos. Analisa difusão da grelha ortogonal na Antiguidade Clássica como um produto da forma como o mundo helênico se estrutura e se expande no Mediterrâneo.

Daro tinham uma longa tradição de organização social (e espacial) na região” (STANISLAWSKY, 194, p.111)

Donde se conclui que a malha ortogonal é fundamental para a reprodução da organização de uma sociedade comercial que a usa para estabelecer uma rede de cidades-mercados, supondo-se que estas deveriam ser abertas aos estranhos, aos compradores potenciais.

HILLIER e HANSON (1984, p.140-142) dizem que o grupamento transpacial relaciona indivíduos de grupos espaciais diferentes, levando-os a se encontrarem no espaço. E acrescentam que o sistema só se reproduz se maximizar o encontro entre grupos transpacialmente diferentes: habitantes e estranhos. “Na sua própria lógica, o sistema depende da não exclusividade, regras de vizinhança flexíveis, fronteiras e delimitações frágeis e baixa hierarquia espacial” (*idem*, p. 142). Todas coerentes com os princípios estruturadores da malha ortogonal.

STANISLAWSKI (1947, p.110) distingue espaços orgânicos de cerimoniais diferenciando a malha ortogonal da disposição de edifícios isolados que não definem perímetros de quarteirões mais próximos da formalidade apontada por HOLANDA (2002). Alude à importância dos padrões espaciais na organização da vida social, coerente com as práticas cotidianas, a acessibilidade e a compacidade como pré-requisitos na configuração de um tecido propriamente urbano, mais uma vez coerente com os parâmetros de urbanidade (HOLANDA, 2002) e, coerente com os princípios da Sintaxe Espacial, associa controle local, do morador e endógeno com espaços defensivos e sistemas sociais fechados como o medieval.

Associa sistemas sociais que se estruturam em torno da atividade comercial, da colonização, expansão, com projeto de interação exógeno e a malha ortogonal, de controle do estranho, global: “A maior virtude da malha ortogonal é ter um plano genérico que pode ser adotado para lugares diferentes; modelo, útil quando se quer obter uma distribuição equitativa de propriedades (do solo), teoricamente extensível sem que se altere o padrão da unidade de parcelamento do solo (quarteirão)” concluindo que é uma forma eficiente de se obter compacidade e regularidade. E destaca sua aplicabilidade ao uso militar: “A maior vantagem do plano ortogonal em certas condições políticas é o controle militar, (...) já que os espanhóis e os romanos já reconheciam que em cidades de ruas tortuosas é difícil controlar a população”. (*idem*, p.115)

Remete à RISÉRIO (2012, p. 137) e “aos sentidos da estruturação urbana formalizada, geométrica no Brasil” elencando dentre fatores para a adoção da grelha ortogonal no século XIX a difusão de novas linguagens urbanísticas, mudanças nos códigos culturais que dão sen-

tido a mudanças na produção do espaço e circunstâncias políticas e sociais definidas pelos campos de força entre agentes que controlam a produção do espaço:

“O que significa que, embora venha carregada de história e de um caráter geral e generalizável, cada grelha é igualmente singular. Diz respeito a modos de apropriação e organização social do espaço físico, numa certa cultura. Ao instante dessa cultura em determinado momento histórico, social e político” (RISÉRIO, 2012, p.139)

NEVES (1990) e SCHAFFER (1990, 1993) caracterizam as cidades na fronteira entre Brasil e Uruguai quanto à sua fundação, militar e quanto ao comércio, como prerrogativa de desenvolvimento e sustentabilidade local. Ambos os argumentos se complementam para reforçar a hipótese sobre a difusão da malha ortogonal nos assentamentos da fronteira Brasil - Uruguai também explorado por RHODEN (2005):

“... foi gerada no espaço sul-riograndense uma rede urbana complementar: a da fronteira com a antiga Banda Oriental, cujos limites só foram definidos a partir de 1851, engendrando um paredão de pontos urbanos numa fronteira permeável. (...) o enfrentamento com os orientais foi responsável pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval, Jaguarão, Dom Pedrito, **Santana do Livramento** e Quaraí, básicas à organização da economia da produção de charque e, portanto, à utilização das vantagens da permeabilidade fronteira e do porto de Montevideu”. (NEVES, 1990, p.125)

SCHAFFER (1990, p.146) informa que num contexto de lutas pela demarcação das fronteiras acampamentos militares e postos de controle se convertem em centros de comércio e fiscalização regional devido a conectividade regional com o porto de Montevideu no abastecimento e escoamento da produção brasileira, que apresentava melhores condições de acesso através de hidrovias e ferrovias (Figura 24) e acesso a produtos manufaturados importados via Uruguai, através de cidades de fronteira.

Das considerações sobre a malha ortogonal, destaca-se a congruência entre o modelo adotado e as expectativas sociais de integração regional e nacional que, apesar de parecerem conflitantes, obedecem a uma lógica espacial coerente com os objetivos de expansão territorial. A emergência de uma territorialidade baseada no parâmetro do nacionalismo moderno e consolidação de uma comunidade imaginária nacional que se pretende integradora, inclusiva que busca a continuidade do sistema de interfaces regionais consolidadas na dimensão econômica.

As expectativas de interação e integração a que correspondem a adoção da malha ortogonal podem ser resumidas desta forma: manutenção das interfaces e interação internacional através do intercâmbio comercial e da circulação de mercadorias, integração política e cultural da população dispersa no mundo rural, reforçando assim os vínculos transpaciais na comuni-

dade de brasileiros (e de uruguaios), integração espacial das várias categorias sociais nas cidades (estancieiros, escravos, militares, homens e mulheres livres, comerciantes, etc.).

Em todas as dimensões, a categoria social estrangeiro é acionada como código para as interações. E este tem que estar integrado espacialmente em condição de paridade de controle com o habitante para que se cumpram as expectativas de transformação e reprodução de uma nova ordem social, sujeita ao nacionalismo como parâmetro de ordem e, simultaneamente, reduzir a potência das solidariedades espaciais produzidas nas estâncias controladas pelos caudilhos locais que tem efeito desagregador sobre a unidade dos territórios nacionais.

RHODEN (*Op. cit.*) destaca diferenças culturais na implantação do modelo da malha ortogonal. Estas estão relacionadas, na Sintaxe Espacial, às diferenças entre o genótipo, as leis genéricas que informam a produção do espaço e os fenótipos, peculiaridades encontradas na concretização das leis, informadas culturalmente (HILLIER e HANSON, 1984).

O século XIX, época em que as cidades da fronteira Brasil - Uruguai são fundadas, caracteriza-se pela introdução de inovações e sua difusão no campo do urbanismo, incorporadas no desenho de cidades novas, a maioria relacionada ao controle global sobre a produção do espaço urbano feito, como bem infere STANISLAWSKI (*Op. cit.*) *top down*, segundo um projeto centralizado de colonização e expansão do território que incorporou o ordenamento de núcleos urbanos e de acampamentos militares²³⁹

Se o espaço é produzido a partir de leis básicas de proximidade e afastamento que correspondem às expectativas de interação entre habitantes e estrangeiros (HILLIER e HANSON, 1984) malhas mais deformadas denotam controle espacial maior do morador, menos deformadas, apropriação social compartilhada por estrangeiros e moradores. Tendo sido a maioria das cidades da fronteira Brasil - Uruguai, fundadas a partir de acampamentos militares, a urbanização deveria obedecer aos seguintes critérios lógicos na produção do espaço: permitir que estrangeiros (militares se deslocando entre pontos da fronteira e a população rural) pudessem facilmente se apropriar dos espaços da cidade; o controle do espaço fosse distribuído entre estrangeiros e habitantes, realizando o projeto de integração nacional, da reiteração de vínculos de solidariedade social e nacional transpaciais. Construir solidariedade social a partir da inte-

²³⁹ STANISLAWSKY (1947, p. 94) discutindo a urbanização colonial espanhola critica justamente a Coroa por não ter definido, até meados do século XVI nenhuma medida de planejamento urbano como a França por exemplo já havia desenvolvido (as *bastides*), chamando atenção para a liberdade concedida aos conquistadores quanto à escolha do local e a forma de ocupação.

ração entre as diversas categorias de brasileiros e minorar os efeitos da dispersão rural. Integrar a comunidade imaginária a partir do parâmetro de ordem do nacionalismo, em ambos os lados da fronteira.

RHODEN (2005) enfocando os aspectos estéticos e morfológicos das cidades da fronteira Brasil–Uruguai descreve as transformações e diferenças entre os códigos culturais nestas duas dimensões, destacando a resiliência dos princípios básicos (geométricos) das ordenações filipinas no desenho de cidades uruguaias com a alteração de relações topológicas do modelo, conferindo à produção privada do espaço, as diferenças morfológicas (caso do Chuy, por exemplo):

“As Leis das Índias não foram seguidas à risca nos domínios espanhóis da América. Muitas de suas normas não foram observadas, ou o foram parcialmente, tanto no período colonial como no período republicano, após a independência das diversas colônias hispano-americanas, quando, então, dominava o pensamento liberal. (...). No período republicano, o Estado, sem muitos recursos e necessitando povoar seu território, permitiu a participação da iniciativa privada no empreendimento. Os povoados deixaram de ter a conformação acabada e a articulação das partes componentes, que haviam tipificado a cidade da época colonial. A alteração mais importante foi a perda do caráter de povoado-território, para restringir-se ao núcleo urbano propriamente dito. O traçado em xadrez continuou a ser utilizado, mas as ruas meridianas à praça desapareceram, definitivamente”. (RHODEN, 2005, p.69)

O segundo dado interessante é ter elencado as cidades de fronteira projetadas por engenheiros militares, dentre estas, Santana do Livramento (Figura 27).

“Os traçados portugueses do século XVIII eram planos reticulados, mas nem sempre em xadrez, ou seja, nem sempre as ruas se cruzavam em ângulos retos, e as quadras formavam quadrados ou retângulos, com as mesmas dimensões. Era um traçado adaptado ao terreno, o que permitia, ao mesmo tempo, a expansão urbana. No Rio Grande do Sul, esse tipo de traçado urbano continuou a ser adotado na região da fronteira, na primeira metade do século XIX, em função da presença de engenheiros militares junto às tropas ali acampadas”. (RHODEN, 2005, p. 70)

Da caracterização dos fenótipos, pode-se destacar a variabilidade no tamanho dos quarteirões das cidades brasileiras e a hierarquia viária (ruas e travessas) que produzem diferenciação locacional e na forma de apropriação social do espaço. A distribuição de lotes foi indistinta exigindo-se apenas a sua ocupação imediata. A segmentação social e a hierarquização entre ricos e pobres, centro e periferia são econômicas e emergem posteriormente. No caso uruguaio, os lotes são designados em função da hierarquia social, o entorno do centro simbólico ocupado por instituições já na implantação do núcleo urbano.



Figura 15: Planta da Villa de Santana do Livramento (1866). Acervo Fundação Cultural do Exército Brasileiro. Geral e detalhe. Imagens: Fernando Falcão, Brasília, 2000.



Figura 16: Imagem da conurbação Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) onde se pode perceber as diferenças na geometria da malha ortogonal. Fonte: <http://uruguai.org/wp-content/uploads/2011/06/rivera.gif>

A localização na malha ortogonal é potencialmente indistinta segundo HILLIER e HANSON (1984). Diferenças nas medidas de integração são dadas a partir da maior extensão das linhas axiais que são potencialmente mais conectadas que as outras, portanto distinções locais só podem ser explicadas a partir da forma como a malha urbana se expande, em momentos posteriores. O último ponto destacado por RHODEN (*idem*) que cabe aqui discutir é o potencial de expansão da grelha ortogonal no território que associada às transformações na prática da guerra, portanto militares.

“As campanhas napoleônicas na Europa trouxeram consigo uma revolução na forma de fazer a guerra. Soldados altamente instruídos e pouco numerosos foram substituídos por soldados baratos e em grande quantidade. A guerra de sítio, tão característica do século XVIII, deu lugar à batalha campal. Era todo o território que, subitamente, adquiria valor. No caso da fronteira sulina, principalmente com o Uruguai, os fatores que desaconselhavam a utilização de fortificações eram a imobilidade que essas acarretavam, diante de uma linha divisória de fácil acesso, e a mobilidade demonstrada pelos soldados de ambos os lados, exímios cavaleiros e conhecedores do terreno”. (RHODEN, 2005, p.72)

Não disse PESAVENTO (*Op. cit.*) que o Rio Grande do Sul é um estado que se forma a partir da apropriação militar do espaço?!

Pode-se concluir que o contexto histórico e social no qual as cidades da fronteira Brasil-Uruguai são produzidas, a malha ortogonal, sintetiza as expectativas de integração social e territorial de ambos os Estados com diferenças nos códigos culturais definindo os fenótipos. Demonstra a mudança dos códigos espaciais e sociais que possibilitam a integração regional ao incorporar formas de territorialidade próprias à região. A dominância da malha ortogonal nesta rede urbana denota que a integração entre estranhos e habitantes é importante para a consolidação de diferentes formas de solidariedade social já construídas entre brasileiros e uruguaios ao longo do processo ambíguo de configuração regional.

Se guerras e conflitos deslocam a fronteira de um lado para outro, se a vida social tende em certos momentos à vinculação entre uruguaios e brasileiros e em outros à sua segregação, na vida cotidiana o pragmatismo domina, induzindo à integração espacial. Não é possível negar a existência do Outro, pois categorias codependentes na construção de alternativas econômicas de sobrevivência. Portanto os processos *top down* de desenho dos núcleos urbanos evoluem e se consolidam a partir de processos *bottom up*, de expectativas de interação social na vida cotidiana que reiteram a integração espacial como prerrogativa para a reprodução de práticas sociais consolidadas historicamente.

A similaridade entre padrões espaciais tanto nas cidades uruguaias como brasileiras correspondem, num primeiro momento, às possibilidades concretas de estruturação da vida espacial e social no isolamento em que se encontram. Nos núcleos urbanos, dispersos no território, a malha ortogonal é o catalisador dos efeitos positivos da integração em três dimensões estratégicas: na vida espacial, para a estruturação das atividades econômicas locais calcadas na dependência da mão de obra de ambos os países e na complementaridade das atividades comerciais; na vida social, que depende da interação constante com o estranho, a categoria definida em relação ao mundo rural e disperso que tem, no núcleo urbano, o lugar privilegiado de trocas e renovação de solidariedades transpaciais; na vida simbólica, como lugar de referência para interação entre membros da comunidade imaginária nacional na região.

É neste contexto que a malha ortogonal corresponde às diversas expectativas sociais convergentes de solidariedade espacial e transpacial, na qual se percebe o investimento no código da urbanidade que permeia a estrutura de relações sociais ambíguas entre habitante-estranho e nacional-estrangeiro. Num mundo vazio e disperso que caracteriza a região da fronteira Brasil-Uruguai até hoje, a tendência à expansão se faz através da contiguidade, continuidade, compacidade, acessibilidade e conectividade que distribuem de forma equânime os potenciais de controle do espaço entre estranhos e habitantes. E explicam porque, já no início do séc. XX, menos de cinquenta anos após a sua fundação, Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) já haviam iniciado um processo de conurbação. O que não significa que o processo de crescimento e expansão destas cidades não incorpore mudanças nas expectativas sociais para a interação com o estranho, transformando a produção e apropriação do espaço no tempo.

“As formas que tomam as cidades na sua evolução de longa duração não derivam exclusivamente dos valores e condições materiais que caracterizam os sucessivos agentes que as transformam. A história urbana mostra também como padrões espaciais antecedentes informam, com maior ou menor determinação, as transformações e expansões que lhes sucedem, apesar das transformações nos respectivos contextos. O que quer dizer que as cidades não só mantêm em fases sucessivas da sua evolução traços de anteriores estruturas sintáticas, muito básicas e de longa permanência, sobretudo os de natureza estruturante, funcional e simbólica, como estas estruturas condicionam, pela continuidade ou negação, os traçados posteriores, mesmo que interpretem modelos de urbanização dissonante”. (PORTAS, 2000, p.163)

O que, hipoteticamente dá emergência a tipos de conurbações que não são nem brasileiras, nem uruguaias, mas transfronteiriças.

6.2 As dimensões da integração na fronteira Brasil - Uruguai

“Las regiones de frontera han jugado un papel de importancia en procesos de integración. Ello es así cuando la frontera deja de ser una mera demarcación político-territorial para constituirse en un espacio relevante por la intensidad de las relaciones transfronterizas. (...) Esa realidad es especialmente fuerte en contextos donde una historia regional de construcción de redes económicas, sociales y políticas ha contribuido a generar intereses compartidos”

(CLEMENTE, 2010, p.165)

A delimitação dos estudos de caso foi feita a partir da investigação do contexto da fronteira Brasil-Uruguai no que toca às múltiplas dimensões em que o tema da integração é abordado. O interesse imediato na forma como o tema é abordado em outras dimensões como a política, a econômica, a geográfica e a cultural; e as correlações possíveis entre estas dimensões e vida social e espacial das conurbações selecionadas para estudo. Para tal, adotam-se referências bibliográficas da economia, da antropologia, do direito internacional e da geografia no que podem informar sobre o desenvolvimento socioespacial e econômico para a zona de fronteira entre os dois países e como estas impactam a escala local.

Os objetivos da contextualização são estabelecer uma moldura para as discussões subsequentes da integração espacial à escala local, que auxiliem a analisar diferenças na produção e apropriação do espaço a partir da descrição da configuração espacial e os problemas enfrentados pelo planejamento urbano nos processos de conurbação internacional.

Entende-se que os padrões espaciais são produzidos a partir de códigos culturais que informam diferenças na espacialização das sociedades. Faz um panorama de como as estratégias de integração em zonas de fronteira são operadas à escala regional aqui entendida como a que emerge da constituição do bloco regional do MERCOSUL (1991) e as normas e acordos específicos entre Brasil e Uruguai que impactam a vida social e espacial das conurbações; que definem fronteiras de governança à escala urbana.

A integração econômica é analisada a partir da escala local, buscando-se nas estratégias de desenvolvimento de ambos os países e nas estratégias comuns de desenvolvimento econômico a base para discutir a vida espacial das conurbações, isto é, a dispersão de rótulos e usos do solo e suas correlações com as formas como o espaço é produzido e apropriado através de potenciais de movimento natural. Identificam-se fronteiras de governança que emergem da

concentração de usos comerciais específicos como os *duty free shops* e o comércio estabelecido pela agência de um grupo étnico nos estudos de caso.

Abordam-se as divisões territoriais que produzem fronteiras de governança internas aos Estados nacionais, como o Plano de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira (BRASIL, PDFF, 2004) a partir da definição de cidades-gêmeas e a avaliação de potencialidades de desenvolvimento para a subárea da fronteira Brasil Uruguai.

O contexto da integração social investiga algumas distinções importantes entre códigos culturais e os problemas decorrentes da urbanização recente da população rural da região e sua concentração nas cidades-gêmeas, as transformações decorrentes da intensificação do turismo nesta área e procura identificar, de forma preliminar, aspectos relevantes da produção da etnicidade. A síntese do capítulo considera as relações entre a forma como a integração é abordada nestas dimensões e suas implicações na análise da configuração espacial.

É dado um panorama do Projeto de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Brasileira (PDFF, 2004) enfatizando como o conceito de cidades-gêmeas comparece nas estratégias de integração nacional. Da mesma forma, investigar quais estratégias o Uruguai desenvolve para o desenvolvimento de periferia interna segundo outros princípios de estruturação territorial.

Trabalhos consultados na geografia e economia entendem integração a partir de dois conceitos básicos: cooperação e conectividade. Nosso interesse específico é nos subsídios que proveem ao estudo das conurbações internacionais e às estratégias de desenvolvimento econômico relacionadas ao comércio e ao turismo, entendidos como um campo no qual se inscrevem mais de uma disciplina das ciências sociais aplicadas, dentre estas, a arquitetura.

Nos estudos de caso se propõe a análise destes processos partindo-se da forma como estas relações – de distância e proximidade – se estruturam topologicamente entre as partes. Se a estrutura de relações espaciais e sociais são informadas por códigos culturais, procura-se analisar a emergência de centralidades e as formas como o espaço é apropriado através de uma outra moldura que não a econômica: a do espaço material entendido como instrumental nos processos de integração econômica.

É a partir dos potenciais de integração e complementaridade econômica entre cidades-gêmeas que se constrói o discurso de cooperação política. Há tendência em entender as desigualdades econômicas do território a partir da competição, hierarquização e especialização da rede de cidades que podem vir a determinar as potencialidades de desenvolvimento regional. E aqui se investiga a dimensão local do processo na produção, ou não, de hierarquias de cen-

tralidade dentro das conurbações, hierarquia produzida a partir dos potenciais de movimento natural e também pela probabilidade de fluxos mais intensos sobre determinadas rotas através da conurbação. Ao invés de regiões, entende-se o processo a partir de cidades que define o recorte dado aos processos de transfronteirização e às potencialidades de desenvolvimento local identificadas a partir da configuração espacial das cidades-gêmeas e conurbações de fronteira e transfronteiriças. Geógrafos europeus abordam o problema a partir da emergência de centros funcionais e as hierarquias que produzem a partir da densidade de rótulos e medidas de continuidade e contiguidade geométricas.

RAFFESTIN (1986) já dizia que “é preciso esclarecer que o funcionamento social da fronteira pode ser muito reduzido se os elementos teóricos não são atualizados pelo sistema estatal que o sustenta”. E cita o caso do Brasil que, à época destacava a função militar da sua fronteira continental, então pouco desenvolvida nas suas funções sociais devido à baixa densidade de ocupação e ao desinteresse do poder central. Esta assertiva pode ser corroborada na dimensão nacional dos processos de integração e intercâmbios, mas não à escala local, onde o oposto ocorre.

A criação do MERCOSUL (1991) é um dos fatores que impulsiona a revisão das funções sociais das fronteiras internas ao Bloco porque reorganiza as relações transnacionais a partir de mudanças na estrutura de poder político e econômico. O momento histórico, de retomada democrática, confere à integração e inclusão social e aos direitos humanos (sobretudo o direito ao trabalho) importância no desenho da cooperação política entre os países membros. Brasil e Argentina captaram de forma desigual os benefícios da integração econômica da formação do Bloco, o que reforçou assimetrias já existentes e produziu desvantagens capazes de derivar em crises²⁴⁰ tanto na escala local (das cidades-gêmeas) quanto à escala regional e nacional.

Segundo GRIMSON (2007, p. 37)²⁴¹, “os processos fronteiriços são estratégicos para a compreensão de processos socioculturais contemporâneos. Devem considerar os dispositivos que constroem diferenças e, como são articuladas em forma de desigualdade em relação aos

240 Como por exemplo a dos trabalhadores agrícolas bolivianos na Argentina, a expansão da indústria madeireira no Uruguai, a rizicultura gaúcha no Uruguai, o tráfico humano na através da fronteira Brasil – Argentina e muitas outras mais.

241 Dá como exemplo a figura do gaúcho e o gauchismo. No Brasil é símbolo de identidade regional positiva. Na Argentina incorpora os aspectos pejorativos da vida agrícola e pastoril que se opõe aos símbolos daquela identidade nacional, baseada no cosmopolitismo de Buenos Aires. De certa maneira, isto também ocorre no Uruguai que viveu período sangrento de disputas pelo poder político que opuseram cidade (Montevideu) e campo (os estancieros), conflito ao qual o Brasil aderiu.

outros.” Conclui, a partir de uma análise sistemática que “a fronteira de cultura única é uma ficção”, pois “identidades regionais e locais atribuem significados diferentes às mesmas práticas sociais segundo a forma como são operadas em cada sociedade nacional”. (*idem*)

Por isso a identificação e controle de fluxos através das fronteiras tornam-se prioritários. Podem reforçar as categorias de diferença entre pobres e ricos, urbano e rural, morador e estranho reproduzindo localmente as relações de poder econômico e político, e difundir-las espacialmente de um lado a outro da fronteira (*ibidem*) exponencializando os problemas sociais em cidades gêmeas.

Diferenças na forma como símbolos culturais são apropriados são importantes para a apreensão da vida social em cidades gêmeas, informando os códigos de afastamento e proximidade entre categorias sociais morador – estranho e as práticas cotidianas. Podem indicar como a segmentação social é operada localmente impondo restrições aos processos de integração espacial, social e econômica. Abre-se a possibilidade de reestruturar os discursos sobre a integração transfronteiriça a partir de uma análise que considera os processos (*bottom up*) periferia – centro e a integração entre categorias sociais no espaço urbano. A também antropóloga uruguaia Sonia Romero GORSKI (2003) diz que:

“(...) se considerarmos no contexto institucional e macroeconômico da integração a escala cotidiana do social, isto é, o comportamento das populações e indivíduos, entende-se que esta é uma faceta pouco explorada do regional, ainda que mencionada no discurso oficial e nos acordos internacionais”.

Corroborar a percepção de GRIMSON (*idem*) ao dizer que o discurso político e as estratégias de integração regional “não priorizam a intervenção estrutural no próprio processo de integração (espacial local) das relações sociais e culturais como âmbito de construção de imaginários regionais e locais” (*idem*). O que ambos destacam é que a ênfase na escala regional, na macroeconomia e nas análises quantitativas (volumes e densidades) deixa escapar processos importantes associados à mobilidade local como o comércio, o turismo e o que poderíamos chamar de êxodo rural, a urbanização recente e maciça das populações rurais que se integram de forma marginal nas cidades. Por isso a autora diz que a integração regional ou local não é “um fato social estabelecido” (*idem*), isto é, a integração social em cidades-gêmeas não pode ser entendida como um fenômeno estável e, portanto, desvinculado de outras dimensões de interação como a econômica.

A interação em cidades gêmeas é um fenômeno social complexo e auto-organizado que tem na estrutura do espaço material das cidades uma das variáveis implicadas na forma como

as relações sociais passam a acontecer. Ao mesmo tempo em que é transformada segundo mudanças nas expectativas de interação e intercâmbios econômicos no espaço urbano.

GORSKI (*idem*), analisando o impacto do turismo na costa uruguaia, diz que este transforma tanto a esfera socioeconômica como a sociocultural “compreendendo a clivagem de imaginários cosmopolitas e transnacionais com dinâmicas locais” (*idem*). Entende-se que as clivagens às quais se refere, provocam a reestruturação da vida cotidiana, social e espacial, redefinindo segmentação social, produzindo desigualdades e transformando expectativas quanto à apropriação social do espaço. Estas se correlacionam com a revalorização das áreas urbanas centrais, transformação de usos e nos códigos que informam integração e segregação espacial na distribuição residencial. Pela forma como as diferenças entre classes e categorias sociais transformam não só a apropriação do espaço, mas a forma como este passa a ser produzido segundo as expectativas alheias às categorias locais.

A preocupação da autora é com o impacto causado pela aquisição de imóveis e permanência prolongada de turistas (sobretudo argentinos) em balneários da costa atlântica uruguaia, o que produz novas territorialidades e transformam a estrutura de relações sociais locais²⁴² das quais emergem fronteiras sociais e de governança na interação morador – usuário (turista) que podem derivar em segregação espacial, periferização da pobreza urbana e formação de enclaves socioeconômicos. Esta dinâmica interessa à discussão do tema da integração nas cidades-gêmeas e refere-se, de forma tangencial, às mudanças na forma como o espaço passa a ser produzido e apropriado. Tornam-se pautas de Planejamento Urbano e, portanto pautas de integração política. Esta escala da integração não é contemplada nos indicadores que compõem as multivariáveis do Projeto de Revisão da Faixa de Fronteira Brasileira (RETIS, 2004).

No entanto, como demonstrado em estudos anteriores (BRAGA e RIGATTI, 2011), processos de territorialização incorporam transformações dinâmicas, são mais que elementos normativos cujas respostas podem ser obtidas exclusivamente através de dados quantitativos. Transformações na microeconomia, produzidas localmente por fluxos turísticos tem potencial para transformar a identidade de certos lugares.

A imagem da Metade Sul do Rio Grande do Sul, associada ao agronegócio, à estagnação econômica foi substituída pela de centros de consumo atraentes para a classe média. Santana

²⁴² Por exemplo, com a criação de condomínios exclusivos, através da produção de enclaves como também ocorre na costa brasileira (UGALDE *et al.*, 2007) ou pelo impedimento de acesso das populações locais aos recursos econômicos para sua sobrevivência através da privatização da orla, por exemplo.

do Livramento / RS e a maioria das cidades da fronteira Brasil-Uruguai, são hoje identificadas como centros de compra de produtos importados e sofisticados, desvinculadas do entorno rural em que se inscrevem indicando que é arriscado se pensar no desenvolvimento regional como um processo homogêneo e estável.

A própria urbanização crescente da população da Metade Sul do Estado demonstra que na análise econômica, a região hoje está fracionada entre o contexto da produção agroindustrial e do setor terciário das cidades de fronteira, dissociado do seu entorno e correlacionado à sua atratividade a outras regiões dentro do Estado do Rio Grande do Sul, portanto, à sua distância (neste caso geográfica) a centros consumidores maiores como a Região Metropolitana de Porto Alegre, Santa Maria, Serra Gaúcha e Rio Grande – Pelotas.

No caso do Uruguai, a distância a regiões de grande fluxo de turistas (balneários) e de Montevideu, inserindo-se numa rede hierarquizada de centros urbanos que extrapola as divisões regionais. Na análise proposta, há que se distinguir os níveis em que se produzem os discursos e estratégias políticas, as políticas públicas, os acordos econômicos, as normas e leis que se correlacionam localmente e reproduzem ou transformam relações sociais, hábitos de consumo, estereótipos e a atratividade de lugares. Nesta escala, a estrutura das relações espaciais (topológicas) se correlaciona à integração social, microeconomia.

Segundo GORSKI (2003) trabalhar com os “dados do contexto macrosocial como moldura na qual se inscrevem os cenários locais e regionais ao nível da microescala” importa porque ajuda a identificar a forma como tendências de mobilidade da população e seu perfil socioeconômico estão associados à forma como o espaço passa a ser produzido e apropriado nas cidades. A autora usa o conceito de unidades étnicas “para municípios ou núcleos urbanos que tem um perfil próprio de tradição e inovação que inclui estratégias econômicas, redes de relações econômicas e culturais que se nutrem de referenciais estrangeiros, fruto de contatos intensos do tipo fronteiro” (*idem*).

Estes contatos do tipo fronteiro podem se referir também às diferenças entre a população urbana e a rural que se urbaniza, dando emergência também a unidades étnicas nas periferias, marginais à vida urbana e com acesso restrito à urbanidade e à mobilidade social como KATZMAN (2001) demonstra ao estudar segregação residencial no Uruguai contemporâneo.

GORSKI (*idem*) diz que mudanças culturais vinculadas ao consumo têm sentidos transformados localmente, podendo dar emergência a transformações econômicas capazes de dinamizar cidades e regiões e transformar tendências de desenvolvimento. Se entendidas como a

tradução através de hábitos e expectativas sociais quanto à forma de interação entre as categorias estrangeiro (turista) e morador, acrescenta-se que estas mudanças são indissociáveis da configuração espacial das cidades-gêmeas, caso do Chuy (UY) e Chuí (BR), por exemplo.

Em linhas gerais são estas as discussões exploradas nos estudos de caso, passando-se agora a discorrer sobre o tema da integração como adotado em outras dimensões, com uma ressalva: a literatura sobre o tema da integração em zonas de fronteira é extensa. Selecionaram-se os autores que abordaram a temática com enfoque similar, o que não significa que outras pesquisas não ofereçam contribuições importantes à exploração do tema.

É justamente sobre as assimetrias urbanas e crescimento das cidades-gêmeas que os estudos de caso vão se concentrar, na medida em que se propõe uma análise que parte da dimensão social do espaço para investigar as potencialidades e tendências de integração espacial como variáveis implicadas na emergência de assimetrias sociais e econômicas entre cidades gêmeas. A hipótese testada é que os processos que dão emergência às cidades-gêmeas devem ser investigados com maior profundidade à escala local, permitindo que classificações genéricas como esta possam ser exploradas com maior acuidade a partir de uma classificação obtida através configuração espacial.

A tendência na geografia tem sido de assumir as cidades-gêmeas como artefatos uniformes potencializadores de fluxos à escala regional e internacional, entendido no planejamento urbano como macro escala. À escala local, a tipificação da configuração espacial destas cidades-gêmeas, a avaliação do seu efetivo potencial e de conurbação torna-se importante na definição e delimitação de áreas prioritárias de investimento porque é possível analisar e explorar as desigualdades encontradas nos padrões espaciais para a delimitação de recursos e áreas de projeto. Pressupõe-se que da análise configuracional possa ser obtida uma classificação de tipologias mais acuradas dos processos de conurbação a partir dos quais se depreendem tendências na expansão urbana e cenários de desenvolvimento econômico e social.

Lia Osório MACHADO (2003) define como traço cultural das áreas de fronteira, a interpenetração de fluxos humanos, mobilidade da mão de obra e vantagens cambiais na aquisição de mercadorias e bens de consumo, potencializado em cidades-gêmeas. Ainda há muito a ser investigado sobre a vida cotidiana e as práticas sociais a partir da estrutura do sistema de espaços abertos onde continuidade e compacidade são fundamentais para a determinação de potenciais de movimento natural e formação de centralidades e periferias que impactam a vida cotidiana.

6.2.1 O contexto territorial: como as zonas de fronteira aparecem no imaginário nacional

O Brasil tem uma fronteira interna de governança que define uma Faixa de Fronteira com largura fixa de 150 km e 15.719km de extensão, correspondendo a 27% do território nacional e englobando 588 municípios com população de aproximadamente dez milhões de habitantes. A definição da Faixa de Fronteira remonta ao Governo Getúlio (anos 1930) e traduz no texto da Lei 6.634, de 2/5/1979 e no Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980 o contexto defensivo e protecionista no qual foi formulada.

A lei é revista e, a partir de uma proposta que considera as transformações nas expectativas da sociedade brasileira em relação à integração econômica e social centro-periferia e aos intercâmbios e interfaces com os países vizinhos, a partir de noções de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Deste processo resulta o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Brasil (BRASIL, PDF, 2005) no qual diferenças nas características de interação através da linha de fronteira são relacionadas ao contexto regional no qual se inscreve e caracterizados através de método analítico multivariável (Figura 30).

A pesquisa que subsidia o projeto é desenvolvida em conjunto entre o Ministério da Integração Nacional e o GRUPO RETIS/ / UFRJ²⁴³ e resulta no documento *Proposta de Reestruturação do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* (PRDF. RETIS; Ministério da Integração Nacional, 2004)²⁴⁴ a partir do qual a reformulação das supracitadas leis é discutida no âmbito político.

A fronteira Brasil–Uruguai tem 1.068,4 km de extensão e se caracteriza pela permeabilidade, densidade de cidades-gêmeas (seis pares) e conectividade entre os territórios do Uruguai e do Estado do Rio Grande do Sul. A linha de fronteira se inscreve numa área que pode ser considerada uma região (paisagem cultural) definida como Pampa.

O Uruguai não possui uma Faixa de Fronteira delimitada e a divisão territorial até 2009, incorporava dois níveis de governo - central e departamental - ao qual se acresce o nível mu-

²⁴³ Grupo RETIS (Depto Geografia / UFRJ- coordenador Dra Lia Machado RIBEIRO): linhas de pesquisa compartilham quatro objetivos: desenvolvimento da investigação geográfica segundo conceitos oriundos da teoria dos sistemas complexos evolutivos e da teoria de redes; processar informações espaciais para subsidiar políticas públicas; explorar o instrumental oferecido pelo Sistema de Informação Geográfica para produção de mapas temáticos e análise espacial; oferecer material didático/pedagógico para professores e alunos na área da geografia e ciências conexas. <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/>

²⁴⁴ Fonte: Ministério da Integração Nacional. Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2004, p.29 / Grupo RETIS / UFRJ, in <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/>

nicipal²⁴⁵. A reorganização territorial tem como objetivo a autonomia local num país no qual o poder político é historicamente centralizado. A gestão da integração internacional e transnacional entre os departamentos e municípios fronteiriços bem como as estratégias de desenvolvimento local são geridas através de projetos e comissões estruturados em subáreas e temáticas específicas, tendendo a considerar a escala regional sujeita à escala local. Estudos como os de BERVEJILLO (1995) e outros identificam diferenças regionais distinguindo as porções Nordeste e Noroeste da zona de fronteira com o Brasil (Figuras 18 e 19).

Segundo JENSEN (1997), o PDFF (RETIS, 2004) pode ser lido como uma mudança no discurso político que passa a considerar formas híbridas de relações socioespaciais que emergem a partir das pautas de integração regional (MERCOSUL, 1991) sem contestar a soberania nacional sobre o território. Elaboram-se estratégias de desenvolvimento a partir da identificação de regiões (Arcos, Áreas e Subáreas) caracterizadas a partir do contexto geográfico, cultural, econômico, populacional e social e institucional (consolidação histórica de formas de interação) para apreender e analisar espacialmente tendências e potenciais de desenvolvimento em cada um dos trechos (Figura 30) considerando a forma como diversidade e desigualdades no desenvolvimento socioespacial e econômico são produzida à escala regional.

Sem ter que lidar com a complexidade das situações encontradas para a fronteira do Brasil, mais extensa e fragmentada, as Comissões e Projetos dimensionais do governo uruguaio (central) tem abordado os problemas locais, a partir do contexto urbano. Nesse ponto, a municipalização é coerente com a urbanização da população rural, hoje concentrada nas cidades, o que altera a hierarquia de atração de fluxos de migrações internas (Figura 20 e 21).

Preocupações com fluxos e agentes envolvidos na transformação das interações à escala local nas cidades de fronteira estão presentes também na revisão da Faixa de Fronteira do Brasil (revisão da Lei n.º 6634/79)²⁴⁶ que visa aperfeiçoar as formas de integração com os países

²⁴⁵ Fonte: PRESIDENCIA REPUBLICA ORIENTAL DE URUGUAY (portal web). Creacion de Municipios: a partir Del 2010 uruguay contará con um tercer nível de Gobierno, 4 septiembre, 2009. Acesso via: http://archivo.presidencia.gub.uy/_Web/noticias/2009/09/2009090404.htm

²⁴⁶ “A Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, formada por 20 órgãos do Governo Federal e 8 instituições convidadas, foi instalada dia 26 de abril de 2011, às 9h, em solenidade no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A comissão atua na gestão das políticas públicas para o desenvolvimento dos 588 municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira e é responsável por articular e integrar as políticas brasileiras com os governos e a população dos países vizinhos e buscar soluções conjuntas para problemas que afetam as zonas fronteiriças.” Promotores: Ministério da Integração Nacional, Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com o apoio da Itaipu Binacional. In 18/04/2011 16:56 - Portal Brasil

vizinhos através dos tipos e intensidade de controles sobre fluxos positivos. Subjacente ao tema, a discussão dos processos transnacionais presentes na produção e reprodução de pautas sociais no espaço urbano e a regulação das formas de intercâmbio social, institucional, econômico e político tem o intuito de difundir valores culturais e éticos do Brasil contemporâneo.

A superfície do Uruguai, 176.215 km² corresponde a pouco menos da superfície do Rio Grande do Sul (281.748km²) sendo sua população total de 3,3 milhões de habitantes correspondente a 1/3 da do estado (10.693.929 hab.). No Uruguai, 92% da população é urbana, no Rio Grande do Sul, 85,1% da população é urbana. O país está dividido em 19 departamentos dos quais cinco estão dispostos ao longo da fronteira com o Brasil – Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha, com população total de 379.000 hab. e 139.357Km² correspondente à 31% do território nacional (Figura 30).

A divisão territorial do Rio Grande do Sul se concentra na escala local (municipal) tendo 497 municípios reagrupados através do sistema de COREDES (Regiões de Planejamento do Estado) em regiões e sub-regiões. Pode-se notar que, tanto os municípios do RS, quanto os Departamentos da Zona de Fronteira entre Brasil e Uruguai, apresentam baixas densidades populacionais, sendo esta entendida de forma mais elástica no Brasil que no Uruguai.

A região fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nos limites do Rio Grande do Sul, é o alvo preferencial de projetos de integração regional, através dos quais são modificados os processos de fronteirização (GRIMSON, 2003). Segundo JENSEN (1997) a apreensão de tendências de desenvolvimento estão correlacionadas a mudanças nos sistemas de valores que informam os processos decisórios e as dinâmicas de integração econômica e cooperação política *trans-estatais* e são, simultaneamente, informados por estes. Não são necessariamente limitados territorialmente, isto é, são estruturados a partir de redes transnacionais de circulação e fluxos, mobilidade e intercâmbios.

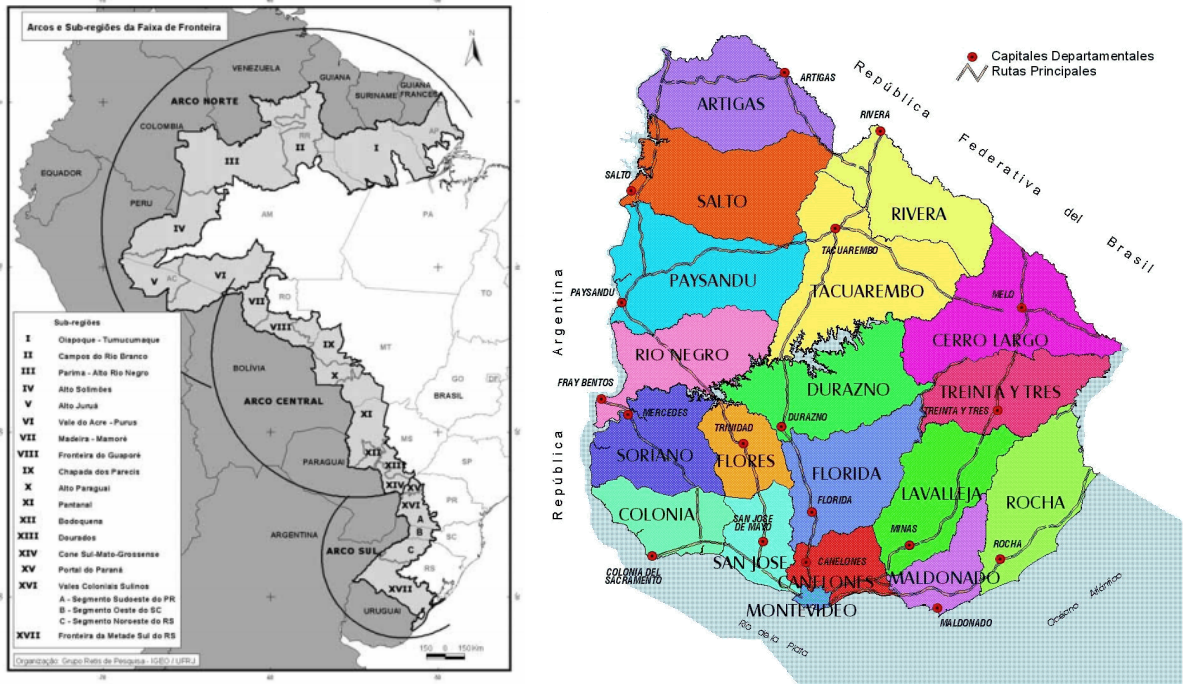


Figura 17: Esquerda: Nova base territorial para o Programa de Faixa de Fronteira, os arcos da Faixa de Fronteira Brasileira (PDDF, 2005,p. 53) Grupo RETIS / UFRJ <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/> Fonte: Ministério da Integração Nacional. PDDF – Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília:2004, p.29 Grupo RETIS / UFRJ, in <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/>; direita: mapa do uruguai mostrando a divisão territorial e as cidades de fronteira. Fonte:

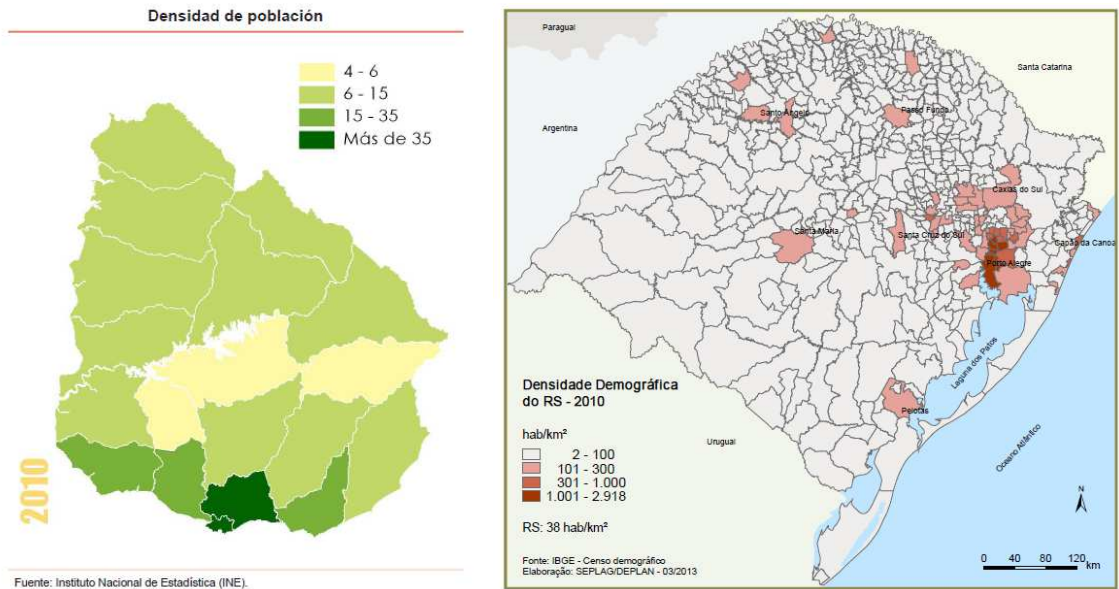


Figura 18 (esq.) Densidade populacional Uruguai por departamentos. Fonte: URUGUAY; INE. *Resultados parciais Censo Población 2011* ; (dir.) SEPLAG - Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul. Mapa de densidades demográficas no Rio Grande do Sul, FEE, 2011. Acesso via: http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/mapa_densidade_demografica_rs_2010.pdf produzido a partir do CENSO 2010 IBGE

Por isso as noções de território, territorialidade, região, zona e rede são revisadas em função do contexto ao qual se aplicaram (RETIS, PRPDF, 2004, p.19-20), donde território se caracteriza por controle jurídico administrativo e político e normas de integração institucional; territorialização qualifica a ação de agentes econômicos e sociais quanto à dominação e/ou apropriação social e simbólica do espaço físico (*bottom up* e *top down*); rede é estrutura de organização territorial (urbana, decisória, social, cultural, política) independente de relações de contiguidade (MERCOSUL).

“A regionalização deve ser vista não apenas como instrumento analítico, e neste caso também político (...) mas como processo efetivo, forjado na própria ação dos indivíduos e comunidades que, conjugando múltiplos interesses, econômicos e políticos, e produzindo identificações socioculturais diversificadas, redesenham constantemente seus espaços. Daí a importância de se incluir o urbano, representado aqui pelas cidades-gêmeas, núcleos articuladores de redes e sub-redes locais, regionais, nacionais e transnacionais”. (GRUPO RETIS, PRPDF, 2004, p.21)

O documento diferencia Faixa de Fronteira, limite territorial do poder do estado (linha de fronteira) de Zona de Fronteira conceituada como “espaço de interação, paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas” (*idem*, p.22). Segundo JENSEN (1997) um discurso resulta em configurações de poder e de racionalização específicos, portanto são práticas interpretativas (hermenêuticas) com capacidade de estruturar a ação de agentes através de uma moldura institucional, por isso não se pode esquecer que, além das fronteiras de governança, fronteiras sociais estão sendo redefinidas a partir das interações locais. As noções operadas na metodologia do PRDDF (RETIS, 2004) são abordadas sinteticamente a partir da Integração Institucional, Econômica, Social e Identitária buscando correlacioná-las à escala local, à forma como são operadas nas cidades-gêmeas.

6.2.2 A tipologia das interações fronteiriças e as cidades-gêmeas:

“A Bacia do Prata, que banha os países do MERCOSUL, é considerada a primeira grande região transfronteiriça do mundo(sic), graças à grande concentração de cidades-gêmeas nas divisas. São territórios multiculturais onde o dialeto é o “portunhol”, crianças nascem em um lado e se alfabetizam no outro, o comércio é livre, as políticas nacionais e internacionais se misturam”. LÜCKMAN, A. Integração: “Em regiões transfronteiriças, limites do Estado desaparecem” Curitiba: Gazeta do Povo de Curitiba 28/09/2008- <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/mundo/>

Ao definir o tema da integração e analisá-lo a partir de processos de conurbação internacional, ou seja, através do processo de fusão das malhas urbanas entre cidades-gêmeas, consideraram-se alguns parâmetros para selecionar os estudos de caso:

- a) Que não houvesse restrições ao processo de conurbação representado por acidentes geográficos (rios, barreiras de relevo, etc.);
- b) Que as cidades-gêmeas estivessem situadas num mesmo contexto histórico e geográfico, permitindo a operacionalização da pesquisa;
- c) Que os pares de cidades-gêmeas guardassem semelhança quanto ao tamanho (população), mas fossem diferentes um em relação ao outro - um par constituído de cidades médias e outro par constituído por cidades pequenas;
- d) Estivessem localizados ao longo da fronteira Uruguai-Brasil e tivessem indicadores socioeconômicos semelhantes;
- e) Demonstrassem através de estudos preliminares a efetiva conurbação, isto é, continuidade espacial entre as cidades e intensidade de interações locais.

A partir destes parâmetros, as tipologias e classificações de interações transfronteiriças a partir do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF, 2005) e dos estudos preliminares (PRDF, RETIS, 2004) que o embasaram foram exploradas. No PDFF (BRASIL, 2005, p.30), são adotadas as seguintes tipologias de interações transfronteiriças que caracterizam os arcos e áreas da Faixa de Fronteira segundo sua dominância: de margem (contato mínimo entre populações), tampão (com interdições nacionais), frente (povoamento, militar), capilar (local, sem intervenção do estado, principalmente sem o patrocínio de infraestrutura de articulação transfronteiriça, trocas difusas) e de sinapse, alto grau de trocas apoiado pelos Estados contíguos, que tem nas cidades-gêmeas²⁴⁷ expressão máxima (Figura 21). Faz-se a ressalva de que nas cidades-gêmeas ocorre a superposição entre o capilar e o sináptico devido à importância estratégica que as cidades adquirem no controle de fluxos e no aumento do potencial de interações através da linha de fronteira.

As interações *sinápticas* são classificadas em estruturais, que decorrem de relações urbanas e rurais históricas de intercâmbio cultural e de trabalho formal articuladas, promovidas e mediadas pelos Estados através de suas instituições (integração institucional) e conjunturais, com base em redes translocais, geralmente de produção e comércio ilícito.

Tentando fazer uma ponte entre os níveis de governo uruguaio e as divisões territoriais do Brasil (mais complexas e fragmentadas), concentrou-se na conceituação de cidades-gêmeas tal

²⁴⁷ **Cidades-gêmeas:** onde a urbanização se prolonga de um lado a outro da fronteira. Observa-se ao longo desta fronteira uma concentração de certas atividades e processos de urbanização. In <http://blog.francetv.fr/baccalaureat/index.php/2005/06/02/1621-des-mots-de-la-geographie>.

como aparecem no PDFF (2005) e no PRDFF (2004) por proporcionar uma moldura para a discussão subsequente à escala local a partir da qual a atividade do comércio será discutida não em função da licitude ou ilicitude como faz DORFMANN (2009) para as cidades-gêmeas Livramento – Rivera, mas a partir da sua dispersão na configuração espacial como prerrogativa da emergência de centralidades funcionais.

“O meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas (adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira (seja esta seca ou fluvial, articulada, ou não, por obra de infraestrutura) apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. A posição estratégica em relação às linhas de comunicação terrestre e a existência de infraestrutura de articulação podem explicar a emergência de muitas cidades-gêmeas, mas não garantem o crescimento e a simetria urbana destas. Os fluxos transfronteiriços apresentam elementos comuns, porém comportamentos diferentes, verificados através do trabalho, fluxos de capital, recursos naturais e serviços de consumo coletivo. Por esses motivos é que as cidades-gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas para a zona de fronteira”.²⁴⁸(PDFF, 2004, p.29)

O documento adota o conceito de zona por que este é capaz de apreender as interações e espacializações próprias de fronteira à escala local/regional, denotando o cuidado quanto à designação de espaços transfronteiriços, ao mesmo tempo em que soluciona os problemas decorrentes da descontinuidade territorial e normativa entre estados nacionais. A intenção é apreender, a partir do contexto de cidades-gêmeas, potenciais latentes de integração econômica e cultural que o meio urbano oferece:

“Simetrias e assimetrias entre cidades-gêmeas nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países e sim de sua própria dinâmica (local) e da função que exercem. (...) Um traço cultural das áreas de fronteira é a interpenetração de fluxos humanos à mobilidade da mão de obra e de vantagens cambiais na aquisição de mercadorias e bens de consumo”. (MACHADO, 2003)

²⁴⁸ Discute-se a denominação cidades-gêmeas, pois traduzem a ideia de simultaneidade na sua fundação, origem e desenvolvimento e também por que o termo também é aplicado a redes de cidades em estudos de cooperação descentralizada. Porém o termo comparece em quase toda a literatura (Geografia) e, a exemplo de conurbação, também tem duplo sentido.

Quadro 6: tipologias de interações transfronteiriças

	SINAPSE	CAPILAR
ESCALA DA INTERAÇÃO	Local apoiada nacional ou bilateralmente	Preponderantemente local
TIPO de INTERAÇÃO	Apoio dos estados / normatização	Espontânea / trocas difusas
INTEGRAÇÃO ESPACIAL	Infraestrutura especializada e operacional de suporte (pontes)	Continuidade espacial, eventual
INTERVENÇÃO ESTATAL	Apoio ao intercambio Regulação das dinâmicas mercantis	Trocas difusas e informais Lícitas e ilícitas
ASSIMETRIAS ESPACIAIS	Produzidas a partir de estratégias de desenvolvimento e incentivos previstos pelos Estados	Produzidas a partir da captura de vantagens da contiguidade com o território internacional
FLUXOS COMERCIAIS	Internacionais se justapõem aos locais e a zonas francas	Locais gloculização
	Cidades-gêmeas dinâmicas	Cidades-gêmeas
COMÉRCIO RELEVANTE	Bilateral	Transfronteiriço
EXEMPLOS	Ciudad Del Este / Foz do Iguazú / Iguazu Uruguiana / Paso de los Libres	Sudeste do Rio Grande do Sul e Uruguai, Cerro Largo e Rocha

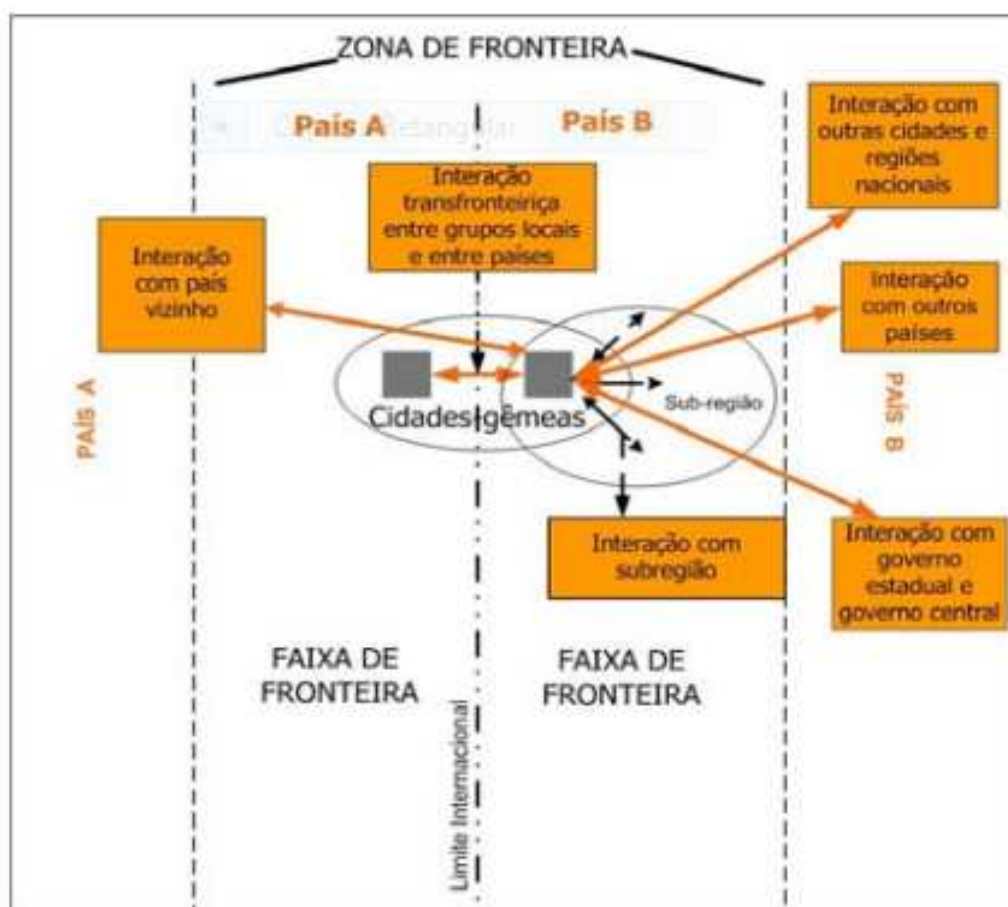


Figura 19: Tipos de interação que diferenciam o conceito de faixa de fronteira e zona de fronteira. Extraído do documento GRUPO RETIS, PRPDF, 2004, p.22.

Analisadas a partir da estrutura espacial, há maior liberdade em adotar a noção de conurbação para descrever processos de integração econômica e espacial. Não se pode esquecer que, à escala local, a continuidade da atividade econômica do comércio é medida de integração econômica e social, portanto correlata à dimensão social do espaço. O documento enfoca a emergência de novas estruturas regionais a partir das características predominantes nas cidades-gêmeas, coerente com o enfoque dado pelo Uruguai na escala local.

A forma como os conceitos são operados no discurso político, do Projeto de Desenvolvimento, traduzem as preocupações com o controle de fluxos (econômicos e humanos) que regulam o exercício do poder, também estatal. À escala urbana, estes fluxos podem ser potencializados ou identificados a partir dos parâmetros de controle sobre o espaço, atribuídos às categorias estranho / morador. Em configurações espaciais nas quais o controle sobre o espaço não é prerrogativa local, isto é, dos moradores, a tendência é que estranhos, no caso sacoleiros e contrabandistas, possam se misturar à população local sem chamar atenção. Por isso, o desenvolvimento de atividades ilícitas pode estar correlacionado à estrutura espacial destas cidades, à apreensão do sistema de escolhas de rotas e caminhos através da cidade e entre esta e o seu entorno. Um dado não contemplado na análise deste tipo de fluxo.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que concentra a maior quantidade de cidades-gêmeas (Figura 23) com alta intensidade de interação através dos processos (trocas comerciais, laborais, de consumo e de capital) locais e regionais (conurbações binacionais). A zona fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina é alvo preferencial de projetos de integração regional, através dos quais são modificados os processos de fronteirização (GRIMSON, 2003).

Pode-se observar os pares de cidades-gêmeas na fronteira Brasil-Uruguai, classificados quanto ao tipo de articulação (Figura 20). Ambos os pares de cidades-gêmeas selecionados para o estudo de caso tem articulação terrestre, constituindo-se em casos de fronteira seca sem impedimentos à conurbação. Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) e Chuí (BR) e Chuy (UY), cumprindo o parâmetro (a) para a seleção de estudos de caso.

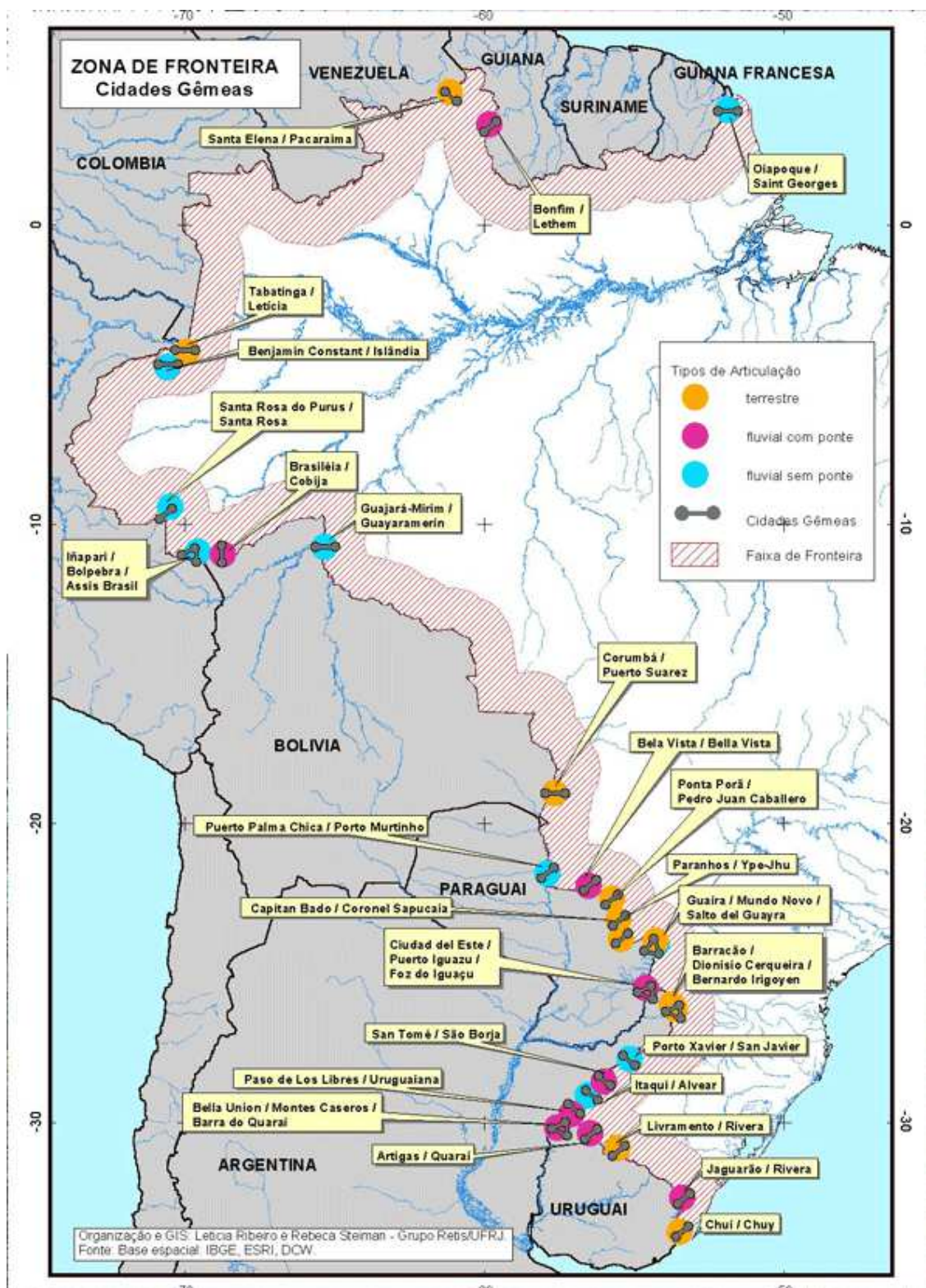


Figura 20: As cidades-gêmeas (PDDF, 2005, p. 53 Mapa da Faixa de Fronteira Brasileira mostrando o tipo de articulação entre cidades-gêmeas Grupo RETIS / UFRJ- Índice cartográfico http://acd.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=49 Fonte: Ministério da Integração Nacional. PDDF – Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília:2004, p.29. Mapa Cidades-Gêmeas / Faixa de Fronteira Brasileira População em 2000. Grupo RETIS / UFRJ in http://acd.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=50

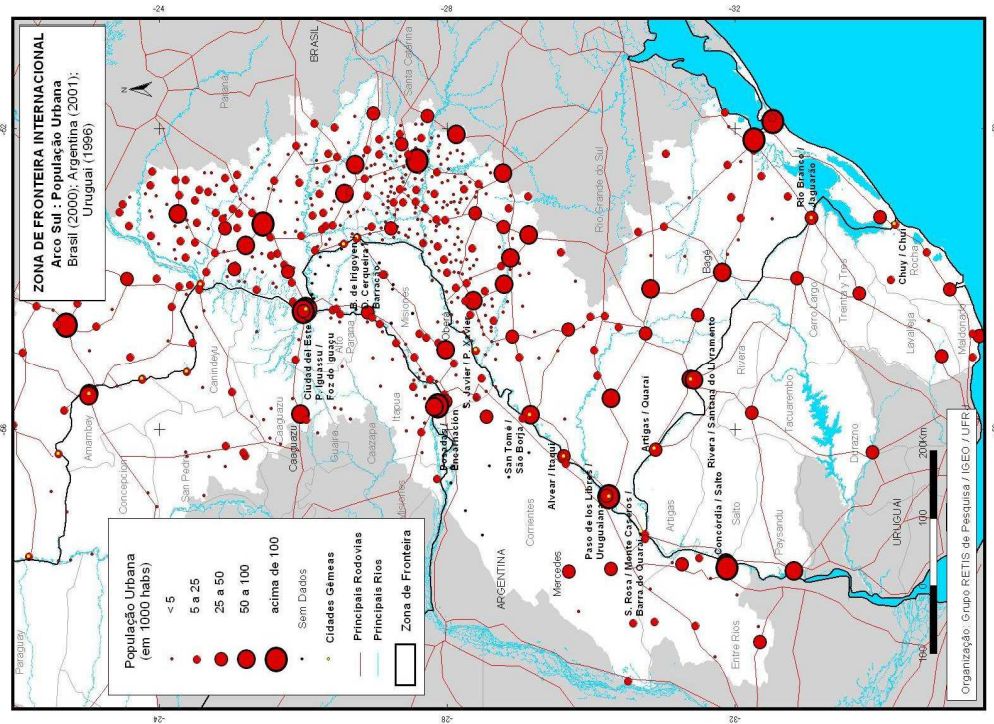


Figura 21: Cidades-gêmeas da subárea Arco Sul da Faixa de Fronteira Brasileira - população Grupo RETIS / UFRJ- Índice cartográfico http://acd.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=49

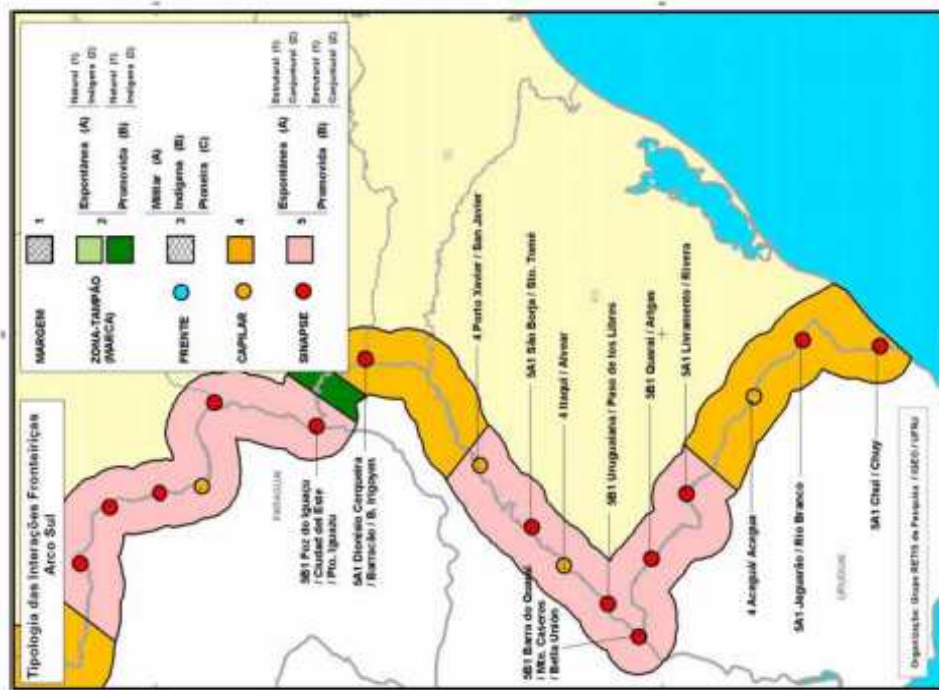


Figura 22: Cidades-Gemeas da subárea Arco Sul da Fronteira Brasileira: tipos de sinapse. Grupo RETIS / UFRJ- Índice cartográfico http://acd.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=49
Fonte: Ministério da Integração Nacional. PDFD – Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília:2004, p.53

Os parâmetros (b) e (e) são demonstrados através da Figuras 21 e 23, com a população e os tipos de interação em sinapse predominantes na região e nas cidades-gêmeas.

A interação entre as cidades-gêmeas dos estudos de caso são aqui classificadas como de sinapse estrutural; há apoio dos governos nacionais e projetos (ainda que locais de integração econômica e cultural). No mapa pode-se perceber o relativo isolamento das cidades-gêmeas em relação ao resto do território do Estado do RS. No caso do Chuí, a situação é reforçada pela grande área da Reserva Ecológica do Taim que isola as sedes dos municípios de Rio Grande e Pelotas (ambas na Faixa de Fronteira) de Santa Vitória do Palmar e Chuí. No entanto, a cidade é próxima ao Porto de Rio Grande e tem distância relativa menor à Montevideu.

O documento ainda diz que a maioria das cidades-gêmeas nesta faixa de fronteira se inscreve nas redes de comunicação terrestre (rodovias). Quanto ao tamanho das cidades em termos populacionais, pode-se constatar através da Figura 21 o atendimento ao parâmetro (d), onde se percebe que não há discrepâncias populacionais significativas entre as cidades-gêmeas de um par, há coerência do tamanho (número de habitantes). Simultaneamente, um par pode ser considerado como composto por cidades médias (100.000 hab.) e outro por cidades pequenas (entre 5.000 e 10.000 habitantes).

A seleção das cidades-gêmeas incorreu nos casos de Santana do Livramento (BR) - Rivera (UY) e Chuí (BR)-Chuy (UY). Além dos dados demonstrados no quadro abaixo, estas cidades-gêmeas indicavam a presença de árabes palestinos associados ao comércio de artigos populares sobre os quais já existiam estudos etnográficos consistentes que embasassem a formulação da hipótese quanto à sua integração econômica e social e o seu papel como *middlemen minorities* (JARDIM, 2000), JARDIM e PETERS (2005), PETERS (2003) e MULLER (2003, 2004, 2005).

Quadro 7: dados genéricos das cidades-gêmeas estudadas²⁴⁹

	CONURBAÇÃO 01		CONURBAÇÃO 02	
	Rivera / UY	Santana do Livramento / BR	Chuy / UY	Chuí / BR
Fundação vila ou cidade	1865	1857	1888	1927
Município / Departamento	Rivera (sede)	Santana do Livramento (sede)	Rocha	Chuí (sede) Emancipado em dezembro de 1995.
Coordenadas geográficas	30°53'59,33"S	30°53'21,47"S	33°41'40,16" S	33°41'28,41"S
Datum WGS 84 from Google Earth® Statistics	55°32'29,43"W	55°31'57,32"W	53°27'14,35" W	53°27'23,15"W
Localização	Noroeste	Sudoeste COREDE Fronteira Oeste	Nordeste	Sudeste COREDE Sul
Distancia de Porto Alegre	499km	487km	515km	514km
Distancia de Montevidéu	501km	502km	340km	340km
Acessibilidade	Ruta 5 (UY) Ruta 30 (UY)	BR 290 RS 293 e 150	Ruta 9 (UY) Ruta 19 (UY)	BR 471 (BR) RS 669 (BR)
População Urbana	101.504 hab.	74.910 hab.	9675hab	5697 hab.
Área Município / Departamento	9.370km ²	6.952km ²	10.551km ²	203km ²
Densidade demográfica municipal / departamental	11,2 hab./km ²	11,8 hab./km ²	6,63hab./km ²	29,4 hab./km ²
Área urbana	36,75 km ²	44,7 km ²	2,4km ²	4,9km ² km ²
Taxa urbanização da população	94%	90,2%	97,8%	96,3%
Ranking PIB Municipal	19o	43o	11o	171

249 Fontes dados: FEE / RS-BR <http://www.fee.tche.br> FEEDADOS

http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_consREM.asp?param=Municipio/Chu%ED/2009;

http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp; www.azonasul.org.br ; Dados Municípios do Rio Grande do Sul FEE – Fundação de Economia e Estatística. PIB Municipal RS 2010 - Tabela 13 - Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos municípios do Rio Grande do Sul – 2010. Acesso via:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque.php e INE – Instituto Nacional de Estadística – Republica Oriental del Uruguay – www.ine.gub.uy: Uruguay em Cifras 2012

<http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2012/Uruguay%20en%20cifras%202012.pdf>. MICHELIN, Gustavo . Finanzas delos Gobiernos Departamentales de Uruguay. Montevideo: CERES Estudios, Estudios no 9, 1999. 92p. Acesso via: http://www.ceres-uy.org/investigacion/estudios/008_las_finanze_de_los_gobiernos_departamentales.pdf, PNUD, Indicadores nacionales sobre desenvolvimento humano. <http://hdr.undp.org/es/datos/mapa/>

6.2.3 A integração institucional

A integração institucional entre Brasil e Uruguai para a zona de fronteira de ambos se intensificam com a criação do MERCOSUL (Tratado de Assunción /PA, 1991) o que provê reconhecimento jurídico internacional à densidade de praticas transfronteiriças já consolidadas historicamente. Remetem à importância da integração local e regional através de relações sociais e econômicas na construção de um campo positivo para a integração e a cooperação política contemporânea. E reconhecem a relevância do espaço transfronteiriço já existente e a intensidade de relações socioespaciais e econômicas (*bottom up*).

As medidas normativas bilaterais e cooperativas constroem o discurso da integração política a partir da integração no espaço material que emergem a partir das práticas sociais cotidianas. O enfoque dado pelo PDFF (2004) e autores uruguaios como MIRANDA (2010) e CLEMENTE (2010) abordam o tema da integração a partir do conceito de região, áreas e subáreas com características compartilhadas (similaridades) quanto à forma como a integração espacial, social, econômica e geográfica produz a diferenciação da área da fronteira Brasil-Uruguai em relação a outras regiões. A região é analisada como uma entidade, ainda que não institucionalizada pelos uruguaios²⁵⁰ mas sim pelo PDFF (2004) que a classifica como uma subárea do Arco Sul da Fronteira Brasileira.

CLEMENTE (2010) provê um panorama dos acordos e evolução dos mecanismos de integração que derivam em instrumentos de cooperação política entre os dois países (1991-2010) enfocando o impacto dos instrumentos de cooperação política nesta região. Analisam a região da fronteira Brasil Uruguai²⁵¹ a partir de sua dimensão política e institucional, definindo-a como “comportamento político caracterizado por um lado pela aceitação da existência de uma entidade maior (nacional) e pela busca da autonomia decisória, sobretudo econômicas e sociais, trazidas à escala local / regional”. (*idem*, p.170)

²⁵⁰ De acordo com MIRANDA (2010) não há uma delimitação de Faixa de Fronteira no Uruguai, mas a diferenciação de Departamentos de Frontera, reflexo da centralização política do país que está em processo de alteração a partir de plebiscito realizado em 2009 que aprova a subdivisão territorial dos departamentos a nível de município.

²⁵¹ Há inúmeros trabalhos nesta linha de análise que apontam para a configuração de sub-regiões dentro do Estado do Rio Grande do Sul estabelecidas a partir da diferenciação de competências (produtivas), hierarquias (econômicas) produzidas a partir do processo produtivo, paisagem natural e antropizada e na forma como a integração espacial é construída em relação a outras regiões do estado. Pode dar origem a classificações do tipo centro-periferia, espaços ganhadores e perdedores, etc.

A região da fronteira Brasil–Uruguai caracteriza-se por: “interdependência econômica e social, interação transfronteiriça multidimensional, migração laboral, assimetrias diversas, movimento constante de pessoas entre os territórios nas áreas urbanas, intercambio comercial” (*idem*, p.177). O apoio dos governos locais geraram demandas para a definição de governanças especiais para as áreas transfronteiriças e ações concertadas binacionais a partir de 1990, dentre estas comissões de desenvolvimento e comitês de fronteira²⁵², dos quais interessa à pesquisa a ação do Grupo *Ad Hoc de Integración fronteriza* (2002), que estabelece os seis pares de cidades-gêmeas: Chuy–Chuí, Jaguarão–Río Branco, Aceguá–Aceguá, Santana do Livramento–Rivera, Quaraí–Artigas e Barra do Quaraí–Bella Unión (*idem*).

Em 2002 também foi acordada a expedição do Documento Especial de Fronteiriço que permite aos residentes em ambos os lados da fronteira, numa área de *buffer* de 20km das cidades-gêmeas, morar, trabalhar, estudar e se beneficiar do serviço social de ambos os países. Portanto, uma lei que não só reconhece uma territorialidade e identidade específica, a transfronteiriça, como cria uma fronteira de governança binacional no entorno das cidades-gêmeas. Produz um território transfronteiriço de inclusão social híbrido. É um poderoso atrator da população da área rural para as cidades e seu entorno. Há Fundos de Convergência Estrutural (MERCOSUL, 2010) canalizado no Uruguai para problemas de populações fronteiriças.

A integração transnacional confere autonomia aos poderes locais (*Comité Binacional de Intendentes y Prefeitos de la Frontera*, 2007) e prioriza os investimentos em infraestrutura (viária, hidrovária, de telecomunicações e energética) à escala local e regional (*Comisión Bilateral de Planeamiento Estratégico e Integración Productiva*, 2010). Dos casos estudados é o Plano de Desenvolvimento Integrado para Santana do Livramento – Rivera (1998).

Ao nível supranacional é criado um código de união aduaneira e fiscal (Cúpula do Mercosul / San Juan) que impacta, de forma positiva, as populações das cidades-gêmeas porque estabelece mais uma zona transfronteiriça entre as aduanas das cidades, liberando a população local do controle fiscal e sanitário sobre compras como o acordo de integração cambial (pagar em qualquer moeda) também melhora do cotidiano dos moradores. A dimensão econômica também produz suas próprias fronteiras de governança e seus espaços transfronteiriços.

²⁵² Foram criados seis comitês entre 1990 e 2002 para tratar da Nuova Agenda de Cooperación y Desarrollo Fronterizo Brasil-Uruguay com os temas (Grupos de Trabalho), saúde, educação, cooperação policial e judicial, meio ambiente e saneamento. A autora deste trabalho participou de uma das reuniões como palestrante no grupo de trabalho cooperação policial e judicial sobre o tema desenho de espaços urbanos seguros a convite do Ministério da Justiça / BR em 2006.

6.2.4 A integração econômica

GORSKI (2003) e GALLERO (2008, p169) entendem que o tamanho do Uruguai em relação ao de seus vizinhos Brasil e Argentina é um dos fatores que contribuem para certo tipo de regionalização decorrente das interações nas áreas de influência de suas linhas de fronteira.

Segundo GALLERO (*idem*), ainda hoje, o Uruguai é um país que mantém seu “papel de produtor de alimentos sob a forma de *commodities*, apoios logísticos diversificados, semiprocessamento de produtos importados e espaço de trânsito de diversos fatores produtivos, de atividades turísticas e recreativas.” E, “se hoje não é um mercado consumidor atrativo, sua atratividade reside no alto índice de qualidade de vida, na construção de um estado laico e com participação direta da população nos processos decisórios, estável socialmente” (*idem*) o que atrai investimentos estrangeiros e garante um dos primeiros lugares nas avaliações quanto à estabilidade institucional e desenvolvimento humano na América Latina (CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). E captura fluxos econômicos que produzem riqueza, mas não a fixa ou gera empregos, a maioria das empresas de pequeno e médio porte, familiar, centradas nos serviços (GALLERO, 2008, p.171) e com organização horizontal.

A promoção estatal em área fronteiriça na fase de integração econômica entre os países (MERCOSUL) provoca mudanças estruturais na economia do país com a “queda de barreiras” e os polos de atração populacionais tradicionais constituídos pelas cidades-gêmeas (conurbações internacionais) sofrem o impacto de aumento populacional. Estas se dinamizam, ainda que submetidas às regras de fricção, pressões políticas e socioeconômicas dos países envolvidos. São espaços com identidade e problemáticas específicas dentre os subsistemas territoriais uruguaios, nas quais a desintegração e desarticulação social e cultural das cidades mais vulneráveis sintetizam os problemas colocados à identidade nacional uruguaia, apresentando indicadores de necessidades básicas insatisfeitas mais altas do país (Figura 35). Ao mesmo tempo em que representam mercados de trabalho capazes de absorver mão de obra com pouca qualificação no setor terciário.

A partir do Tratado de Assunção (1991) a economia está orientada para o eixo comercial com apoio regional²⁵³ o que permitiu fazer a reforma da Previdência Social e retomar o crescimento econômico. A recessão econômica (1999-2000) denunciou o aumento do nível de pobreza no país, a emigração (12% da população não é residente), a crise fiscal, o colapso do

²⁵³ O Brasil é o maior parceiro comercial do Uruguai (intercambio cresceu 30%) (CLEMENTE, 2010).

comercio regional e a urbanização marginal da população rural que passam a estruturar a sociedade²⁵⁴ (GALLERO, 2008, p.400). O autor chama a isso a latino-americanização do Uruguai.

Os objetivos da Reforma política e territorial do Estado, historicamente centralizado (MIRANDA, 2010)²⁵⁵. são melhorar a equidade socioeconômica e a integração social, isto é, minorar os efeitos da segmentação social campo-cidade e interior-capital, atribuindo maior autonomia aos processos decisórios à escala local. O que, segundo GALLERO (2008, p.175) conciliará “o projeto de país (social) aos projetos locais”. A descentralização poderá arriscar a coesão interna da sociedade e “transformar o Uruguai numa coleção de lugares ou um tabuleiro de regiões com interesses conflitantes” (*idem*, p.175), destacando a importância de programas de apoio ao desenvolvimento e geração de renda em pequena escala como estratégias para desenvolvimento do comercio local e da base produtiva das cidades de fronteira, indicando que há uma demanda reprimida por programas de incentivo e financiamento²⁵⁶.

MIRANDA (2010) analisa três cidades gêmeas do trecho Noroeste da fronteira uruguaia, a partir dos quais verifica como as políticas de desenvolvimento (econômico) e integração da zona de fronteira funcionam num conglomerado urbano único (*idem*, p.25) concluindo que a integração entre os sistemas urbanos, as cidades conurbadas é “chave para analisar os processos econômicos e sociais da região” (*idem*).

²⁵⁴ Entre 1973-6 350.000 uruguaios deixaram o país Fonte: INE Censo de 2001.

²⁵⁵ Ao contrário do Brasil que tem uma Faixa de Fronteira legalmente definida, o Uruguai não tem. A organização territorial do país conta com divisão territorial local (municipal) que será implantada até 2015, destacando a falta de políticas públicas em relação ao comercio de pequeno porte.

²⁵⁶ Menciona o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul canalizado via Projeto de Economia Social de Frontera (Ministerio de Desarrollo Social) voltado á faixas de renda mais baixas que visa estimular o cooperativismo como sistema produtivo na microescala e visando o abastecimento do comercio local para o qual se apresentaram 208 projetos (p.26, <http://frontera.mides.gub.uy/mides/index.jsp>).

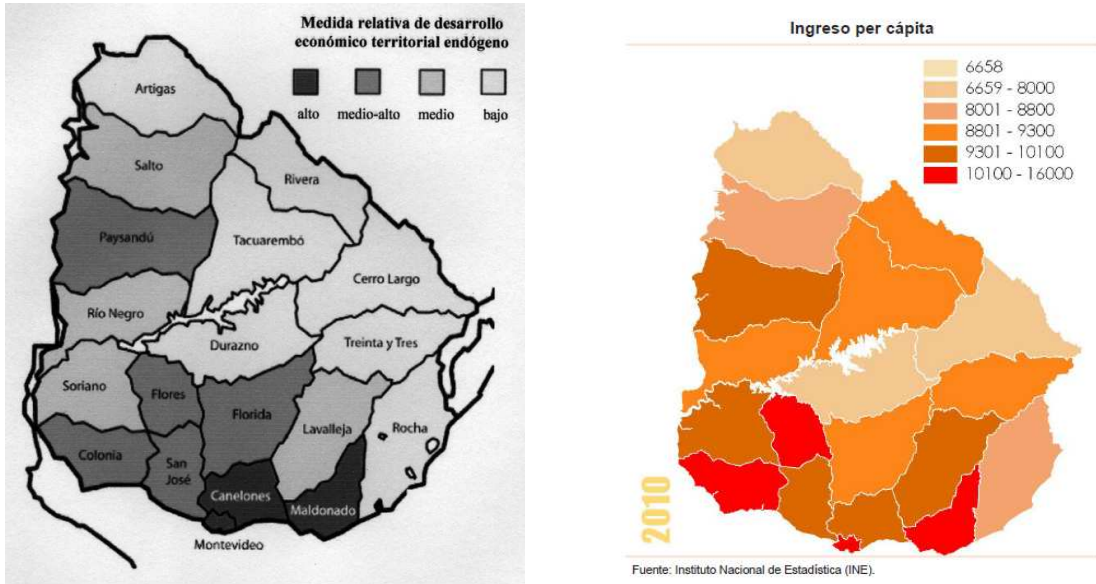


Figura 23: Direita: Mapa Político do Uruguai. Fonte: Enciclopédia Digital Del Uruguay. Acesso via: <http://www.mapasdeluruguay.eluruguayo.com/mapa-politico.htm>; Esquerda: Medida relativa de desenvolvimento econômico territorial endógeno. Fonte: MIRANDA (Op. cit., 2010, p.20), *legenda Mapa de Uruguay según indicador de "efecto conjunto" de los determinantes del desarrollo econômico territorial (Periodo 1992-2002)*. Esquerda: Fonte: INE Instituto Nacional de Estadísticas. Uruguay em cifras, 2011. Acesso via: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2011/Uruguay%20en%20cifras%202011%20-%202002%20-%20Poblacion.pdf>

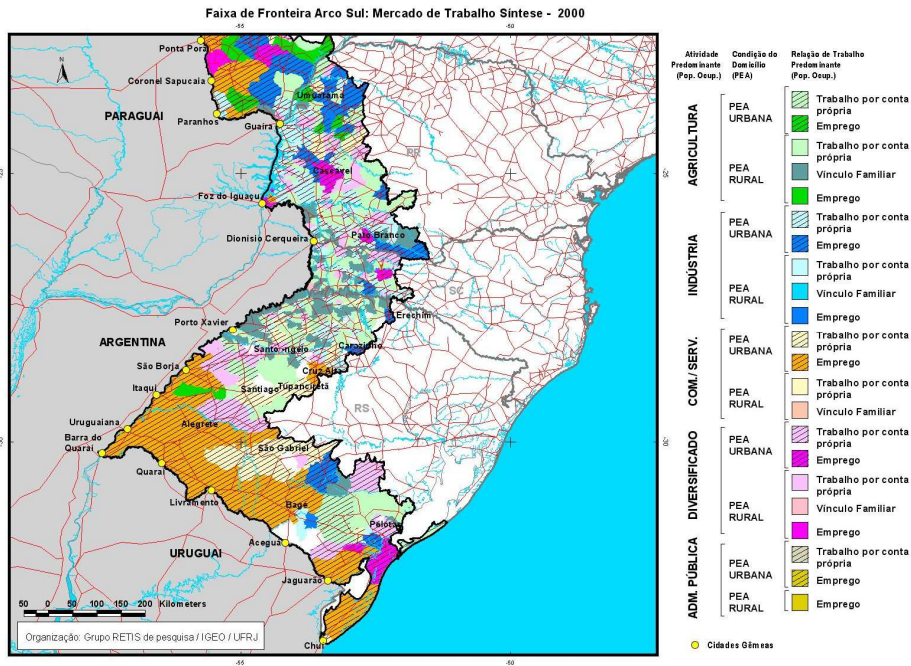


Figura 24: Faixa de Fronteira / Arco Sul: Mercado de trabalho e síntese – 2000. FONTE: RETIS, 2004, http://acd.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=25

Tratando da interação econômica formal e das restrições impostas pela fronteira entre territórios nacionais diz que, ao contrário da complementaridade dos processos esperado neste tipo de situação, como especialização funcional dos centros funcionais, a competição é a base da integração econômica (*idem*, p.26) porque seu mercado consumidor é limitado e local, calcado nas assimetrias de cambio. Para o autor, há implicações diretas entre integração econômica e vida social nas conurbações que ainda não aparecem nos estudos multivariáveis como indexadores de potencial de desenvolvimento²⁵⁷. E aqui se destaca que esta é dependente da forma como a integração espacial assume a partir do processo de conurbação.

Segundo CARDOZO & FERNÁNDEZ (1997) a maioria das mudanças ocorridas na fronteira com o Brasil estão relacionadas à ação do Estado. A diversificação econômica (anos 1970-80) reverte, parcialmente, a tendência local de expulsão demográfica e se baseia na expansão do comércio local (vantagens cambiais) e da agroindústria que produz heterogeneidade no sistema econômico regional e tem impacto direto sobre o processo de urbanização da população rural que perde seus vínculos com o campo, trabalhando sazonalmente. Ações como o programa de reflorestamento no arco Norte / Noroeste (*top down*) acarretaram a aquisição de terras (*bottom up*) por brasileiros e instaurou um processo de fuga de capital e dispersão de desvantagens econômicas através da especulação com a terra²⁵⁸.

Outra estratégia de desenvolvimento local foi o decreto de regulamentação de *Tiendas de Frontera* (*duty free Shops*) para o qual Rivera e Chuy (27/7/1986, reformulado em 1993) foram pilotos. Considerado um tipo de exportação (mercadoria em trânsito), sobre as quais impostos são devolvidos e com restrições aos tipos de produto vendidos, é dirigido ao turistas estrangeiros²⁵⁹. Teve impacto positivo, gerando mais de cinco mil postos de trabalho (MIRANDA, 2010) e fortalecendo o empreendedorismo local. O comércio e as operações financeiras (cambio) correspondem a 78% do lucro das empresas cujos postos de trabalho²⁶⁰ são

²⁵⁷ Como, por exemplo, no PDDF (2004), o comércio não aparece como indexador da variável desenvolvimento econômico, que se atém aos setores produtivos agrícola e industrial. Segundo MIRANDA, acertadamente, empresas de grande porte (agroindústria, indústria) pouco competem para o desenvolvimento local ou para a melhoria no desempenho econômico das sedes e municípios.

²⁵⁸ 50% das terras vendidas a estrangeiros no Departamento de Rivera (1979-1985) pertencem a brasileiros (27% do total) e no Departamento de Rocha (onde se situa o Chuy), 38% das mesmas.

²⁵⁹ www.dgi.gub.uy

²⁶⁰ A estrutura é complexa porque depende de permissões de concessão (poucas) que, legalmente podem ser cedidas ou exploradas por terceiros. Como exemplo, há cinco empresas registradas em Rivera que dá origem a uma série de lojas, identificadas na pesquisa de campo. Fonte: URUGUAY; INE. 2º censo de zonas francas

preenchidos por uruguaios não qualificados (80%), gerando 3,6% do PIB nacional. Historicamente, os uruguaios se abasteciam do lado brasileiro devido ao favorecimento cambial e as *Tiendas de Frontera* foram uma estratégia de reversão da dominação econômica que tardou, mas funcionou.

“De tal forma é visível o fenômeno que a cada oscilação cambial, desloca-se o movimento comercial de uma para outra cidade, fenômeno bem conhecido do morador e do administrador fronteiriço: a forte dependência, na qual vive a cidade de fronteira, das diferenças.” (In SCHAFFER, N. O. *Urbanização na Fronteira – Expansão Urbana de Santana do Livramento*. Porto Alegre, Editora da Universidade. 1993, p.142)

O que se percebe entre a constatação de SCHAFFER (1993) e a escritura deste trabalho é que a atividade terciária, em todas as suas formas, comércio local, de importação-exportação torna-se a alternativa de desenvolvimento local, competindo com a atividade do setor primário que, como descrito, geram receita mas não desenvolvimento local a partir do modelo implantado, extrativista.

A estabilidade da moeda brasileira passa a favorecer o comércio uruguaio, revertendo padrões históricos e consolidando o turismo de compras, o negócio dos *free shops*²⁶¹. Esse processo não está isento de conflitos locais, as cidades brasileiras experimentam pela primeira vez o impacto da assimetria econômica produzida pelas ações do governo uruguaio a ponto de mobilizar um movimento em favor da instalação de *free shops* nas cidades brasileiras.

No entanto esse dinamismo da economia provocado pelo turismo não contribui significativamente para o desenvolvimento do comércio local e sua qualificação. Faltam investimentos na infraestrutura dos serviços ao turismo (capacidade e modernização da rede hoteleira, gastronômica e de entretenimento) que são objeto de programas de qualificação binacionais.

A partir de dados do Censo 2011 (INE, 2011) obteve-se o dado que 68% da população uruguaia se dedica ao setor terciário. No caso do Brasil, o emprego e o trabalho por conta pró-

ano 2006. Informe preliminar Julio 2008.19p. Acesso via:
<http://www.ine.gub.uy/biblioteca/zonas%20francas/informe%20zona%20franca.pdf>

261 JUNTA DEPARTAMENTAL DE RIVERA. ACTA N°77.-En la ciudad de Rivera el día veinticuatro de agosto del año dos mil once **MEDIA HORA PREVIA** **SR. EDIL VALENTIN LEAL**: “Cuando estamos en épocas de auge comercial y pleno entusiasmo creemos que es hora de pensar en la posibilidad de abrir nuevas oportunidades para que otros actores ingresen y participen del beneficio de esta buena hora económica riverense. Para que la ganancia, el beneficio y los logros no se reduzcan a un grupo selecto de negocios y establecimientos y para que se derrame hacia toda la ciudad esta época de bonanza nos parece que es hora de comenzar a implementar políticas departamentales de fomento al desarrollo de nuevas actividades, de abrir caminos a nuevos emprendedores, de apoyar decididamente a las medianas y micro empresas departamentales”. Acesso via: http://juntaderivera.gub.uy/actas.php?id_acta=51

pria também comparecem como atividades predominantes (Figura 24) e cidades como o Chuí e Santana do Livramento têm no comércio o seu maior mercado laboral (65% dos empregos).

As cidades-gêmeas são pontos de intensificação das interações locais que podem se tornar lugares centrais (em relação à região), a partir do compartilhamento e complementaridade entre centralidades internacionais (RETIS, 2003). As cidades-gêmeas quando integradas espacial e economicamente detém potencial para ampliar sua área de influência sobre a região a partir da contiguidade e continuidade espacial.

BERVEJILLO (1995, p.15) descarta esta possibilidade porque não há urbanização em níveis significativos fora das sedes municipais lembrando que a estrutura da integração é descontínua no espaço em rede: “a unidade desigual do território tende a ser substituída por diferenciação mais radical, entre pontos de atividade concentrada inscritos nos circuitos de conectividade regional e as zonas circundantes, fadadas ao esvaziamento” (Figura 23).

O desenvolvimento desigual das cidades-gêmeas provoca um impacto crescente na população rural, concentrando a população nas sedes dos municípios (brasileiros). Por exemplo, o Chuí tem menos de 6% da população do município em área rural contra os 94% em área urbana. A partir disso podemos entender a integração econômica de cidades-gêmeas de fronteira internacional como independente do regional, com dinâmica e conflitos próprios produzidos, a partir da contiguidade e da continuidade espacial da atividade comercial. Processo este que só pode ser analisado à escala local. Para tanto a configuração espacial da conurbação tem alguns dados de interesse a acrescentar.

O Índice de Conectividade (PRDF, 2004) analisa as cidades-gêmeas como nós de distribuição de redes de infraestrutura e logística transnacional e internacional, que tem potencial para o desenvolvimento local. Conectividade “estima a efetiva ou potencial interação regional, inter-regional e internacional dos lugares” (PRPDF, 2004, pp. 23-33):

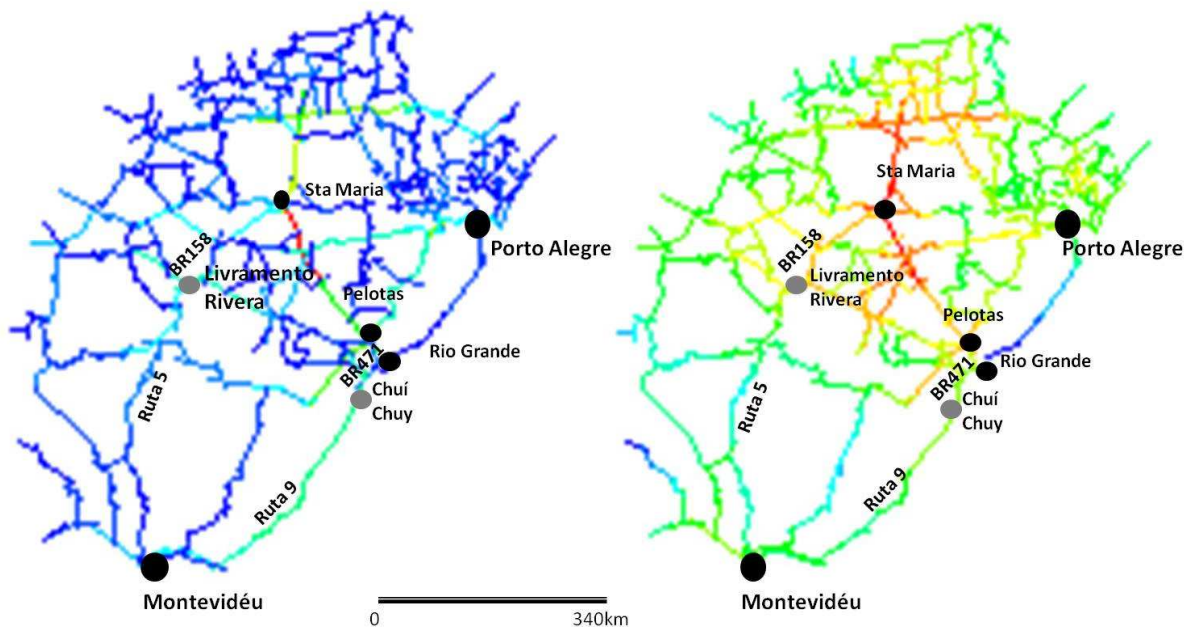
“Outra dimensão explicativa atribuída ao índice (de conectividade) é a de chamar a atenção para os limites da noção difundida pelo novo regionalismo econômico, de que as regiões, principalmente as regiões marginalizadas, permanecem enraizadas na tradição e no paroquial (...). No caso específico da fronteira, o híbrido cultural resultante das conexões e convivência com o “estrangeiro”, exige o reconhecimento por parte do poder público de características peculiares a situação de fronteira.” (PRPDF, 2004, p. 29)

Este tipo de reestruturação espacial no qual a região geográfica imediata perde significação como mercado consumidor também se aplica à formação de uma rede de cidades de fronteira como centros de consumo regional numa escala mais ampliada, que dá emergência a uma

rede hierarquizada de nós de consumo que abrange o Estado do Rio Grande do Sul e a Costa Atlântica do Uruguai. A hierarquização das cidades-gêmeas que dispõem de *duty frees* está correlacionada à distancia destes centros de consumo às sub-regiões tanto do estado do Rio Grande do Sul quanto às sub-regiões uruguaias, estabelecendo um perfil de público consumidor com diferentes raios de abrangência, além dos fluxos turísticos sazonais. E isto reorganiza, de certa forma as hierarquias regionais, os espaços perdedores, produzindo diferenciações importantes dentro de regiões consolidadas. O que demonstra a importância da conectividade e acessibilidade relativa das cidades gêmeas aos centros consumidores e geradores de fluxos.

Modelagem axial do sistema de rodoviário do Uruguai e do Rio Grande do Sul Escolha de Rotas (*Fast Choice*) e Integração Local

Programa MindWalk ©FIGUEIREDO, Universidade Federal de Pernambuco



Decomposição axial da rede rodoviária Google Earth (2008).

Figura 25: Grafos demonstram que a integração entre Montevidéu e a conurbação Chuí–Chuy é maior que para a conurbação Santana do Livramento–Rivera, mostrando que esta última está mais bem integrada na microrregião que ao sistema estadual e internacional, e, o primeiro caso, demonstrando tendências melhores de captura de fluxos entre Porto Alegre e Montevidéu.

6.2.5 Integração social e padrões espaciais

A integração social no Uruguai foi, historicamente, construída através das instituições do Estado, principalmente a educação pública e compulsória como forma de vencer as diferenças entre os grupos étnicos (imigrantes) sem que estes renunciassem à sua herança cultural no final do Séc. XIX. GALLERO (2008), AROCENA e AGUIAR (2007), CAETANO e ROLLA (2006) e KATZMAN (2001) entendem que o Uruguai já nasce como um estado pluricultural e multiétnico. A imigração é um dado da estrutura da sociedade e da política uruguaias através da formação de uma classe média ativa, participativa e urbana que dissocia poder econômico (das elites rurais) do poder político. A autonomia do poder político é adquirida através da criação de um mercado local dinâmico e forte (liberal), laicidade do poder do estado, na participação direta e na separação entre as esferas de vida pública e privada. O sectarismo que se instala pela disputa do poder opõe cidade e campo de forma incontestada: o interior vazio e rural e Montevideú, metrópole cosmopolita por excelência., centro do poder e da vida econômica.

Segundo GALLERO (2008, p. 172) o controle sobre o sistema de educação pública e sua obrigatoriedade “dão continuidade e tranquilidade às relações sociais” e a democracia direta que restringe o espaço da corrupção e do clientelismo são a base formal através da qual se mantém a estrutura social estável. “A política é o campo no qual as identidades particulares se sublimam o coletivo neutro, entendendo-se associação política como reunião de indivíduos livres e iguais” (*idem*, p.113).

HOLANDA (2002, p. 296) diz que “diferentes classes sociais penetram todo o espectro de processos sociais concretos numa formação social. Relações entre classes só acontecem através de práticas sociais concretas”. A sociedade uruguia se estrutura sob o viés da urbanidade e do cosmopolitismo, da reafirmação do sistema global (político, do estado nacional) no qual as diferenças entre classes sociais não obliteram a lógica da igualdade dos indivíduos e produz solidariedades transpaciais fortes.

Recorda-se que a segregação espacial não é uma característica das configurações espaciais baseadas na malha xadrez. E que esta configuração é difundida através da manutenção dos princípios das Leis das Índias (RHODEN, 2003) nas normativas para a produção de núcleos urbanos no território nacional. A malha ortogonal, o espaço do estranho, da integração global, do poder, não do controle. Espaço da solidariedade orgânica que denota a coesão entre corpo social, espaço produtivo e não controlado, espaço do coletivo indistinto em sua diversidade.

A ideologia de igualdade de participação na vida pública é dissociada das solidariedades construídas na esfera privada o que leva ao associativismo étnico, cultural e laboral que organiza as relações entre classes sociais através de instituições de participação política (sindicalismo). Traduz-se pela afiliação em função da posição dos grupos na cadeia econômica. A estrutura de relações sociais delimita duas esferas que meramente se interceptam: a pública e exercida no espaço público, da política na qual o estado se liga diretamente ao indivíduo (participação direta), e suas instituições reforçam o sentido do coletivo, de uma comunidade imaginária essencialmente inclusiva e integrada através da similaridade produzida a partir de suas próprias instituições, como a educação. A vida privada se organiza a partir da solidariedade mecânica, de categorias sociais (rural x urbano, capital x interior) e afiliação a instituições associativas (clubes, coletivos) que orientam as práticas cotidianas, as solidariedades construídas através de afinidades eletivas (étnicas, culturais, religiosas, etc.).

Oposto da estruturação social e política brasileira na qual as esferas pública e privada estão imbricadas à forma como as instituições são produzidas e as diferenças são reproduzidas nas relações sociais e na vida cotidiana. Trata-se de diferenças à escala nacional, da formação da comunidade imaginária Brasil e Uruguai, ambas sujeitas a clivagens urbano-rural em diversos momentos históricos. JENSEN (1997) diz que as práticas de agentes e instituições orientam a construção dos discursos, todo discurso inscrito num campo social estruturado através da posição relativa destes em função do poder. A institucionalização parece ser a palavra-chave do discurso, no sentido em que instituir pressupõe assinalar uma competência, um direito a ser que pressupõe a obrigação de ser: é estabelecer o que alguém é e como este alguém deve ser comportar como consequência.

Isto significa que o Uruguai não é, nem nunca foi um país isento de fronteiras sociais. As transformações que ocorrem a partir dos anos 1970 (ditadura militar) impactam profundamente a forma como a integração social vai ser operada nas práticas cotidianas e transformar as instituições. O Uruguai se torna um país de emigrantes e também dos deslocamentos campo-cidade, similar a outros países latino-americanos (QUIJANO, 1973). O impacto destes movimentos sobre uma população já concentrada em uma só cidade (Montevidéu) e seu interior rarefeito tem consequências profundas sobre a integração social na esfera pública.

QUIJANO (1973, p.142) já associava às mudanças nas relações de trabalho provocadas por mudanças estruturais na economia, a emergência de certo tipo de marginalidade urbana, daqueles que não encontram lugar no trabalho formal. Sua hipótese era de que “se todos os

setores da economia marginalizam mão de obra, existe um setor marginal em todos os níveis do sistema social que não se restringe a grupos, abarca a estratificação de toda a sociedade”.

É a partir deste desequilíbrio estrutural que os processos de transformação na produção do espaço e vida social das cidades-gêmeas da fronteira Brasil–Uruguai se ancoram, porque traz para estas um contingente humano cujos papéis econômicos perdem significação – o homem do campo, que no caso da fronteira Brasil–Uruguai, não é agricultor, mas peão (cuida de gado), o artesão urbano, etc. e o pequeno comerciante (mascate) que se integra economicamente através do pequeno comércio de caráter popular cujo mercado é a população marginalizada no sistema econômico e social.

O aumento do nível de pobreza²⁶² especialmente nos departamentos na fronteira com o Brasil²⁶³, a emigração e a urbanização são os dois maiores desestabilizadores da estrutura social uruguaia. A urbanização de trabalhadores rurais desocupados dá emergência a um processo de segmentação social e segregação residencial, através da produção de moradia social pelo Estado que transforma o papel de integrador das instituições públicas (escolas, por exemplo) em instrumentos de marginalização e aumento de desigualdades (KATZMAN, op. cit.) e impondo restrições à interação entre classes dada a homogeneidade socioeconômica dos bairros.

A partir destes processos eminentemente espaciais é possível analisar como as transformações nos padrões espaciais, nos parâmetros de continuidade e descontinuidade topológica do espaço construído é operada na transformação da estrutura das relações sociais. Trata das fronteiras sociais e de governança que podem emergir da segmentação social e da forma como o controle sobre a produção do solo atribui novos sentidos à integração espacial e social²⁶⁴.

Os processos de segregação socioespacial são convergentes sendo que no Brasil emergem do controle do poder econômico sobre a produção do espaço urbano que sujeita o político. BOURDIEU (2004) diz que em qualquer interação toda a estrutura social está presente de forma ativa e o capital simbólico dos agentes define como a interação ocorrerá num determinado campo de poder. Processo que permeia as práticas sociais e as instituições que se configuram no campo do Planejamento Urbano.

262 30% segundo dados do Censo Demográfico 2011, INE- Instituto Nacional de Estadísticas UY.

263 O departamento de Artigas é o que tem o mais alto índice de pobreza e de mortalidade infantil (agrário, inexistência de emprego), dados INE 2003.

264 O Uruguai tem tradição no parcelamento e construção de bairros populares, ainda conceituados como *barrios obreros*.

Se entendermos a produção do espaço urbano das cidades de fronteira, cidades-gêmeas, como campo configurado a partir de uma estrutura social que considera duas identidades nacionais, e se estas estão vinculadas a códigos sociais reproduzindo espacialmente as expectativas de integração entre categorias sociais, a análise dos padrões espaciais destas cidades pode informar como a segmentação social é espacializada ainda que os processos que lhes dão emergência sejam diferentes. A partir da integração ou segregação espacial pode-se discutir a forma como a segmentação social é operada de maneiras diferentes nas duas sociedades nacionais. Podendo resultar em atributos morfológicos similares da configuração espacial. Entende-se a importância que as fronteiras – e as cidades localizadas ao longo destas – assumem como locais estratégicos para analisar diferenças nas práticas cotidianas das categorias sociais e na forma como estas operam através da dominação, da segregação ou da hibridização.

6.3 Integração e mobilidade populacional: o estigma dos dados quantitativos

“Instituir, dar uma definição social, uma identidade é também definir fronteiras.”

(Bourdieu, 1994, p.120)

O PDFF (2004, p.109) classifica a fronteira Brasil–Uruguai como lugar de identidade estável, com alto grau de permeabilidade cultural transfronteiriça, através da qual migrações foram constantes e como problemas ao desenvolvimento a falta de dinamismo de empreendedores locais, problemas de circulação no interior do território e a baixa qualificação da força de trabalho. ADIALA (2003) destaca a importância do comércio e dos serviços como atividade predominante nas cidades-gêmeas dado ao aumento de usuários e turistas, atraídos pelas lojas *duty free*. Tratando de Santana do Livramento diz:

“Mesmo estando as duas cidades historicamente vinculadas às atividades tradicionais do subespaço (principalmente agropecuária), atualmente estão muito mais vinculadas ao setor de comércio e serviços, em acordo com uma tendência geral das cidades localizadas no limite internacional. A posição excêntrica das cidades no limite internacional indica sua importância reduzida para o território em que se situam. É um território estagnado, cortado por linhas de comunicação transnacionais nas quais essas cidades constituem pontos de passagem. Esse subespaço caracteriza-se pela predominância da economia de rede, onde os centros urbanos encontram-se dispersos e desempenham atividades que não dependem necessariamente de uma interação com o seu entorno. Esses centros sobrevivem das atividades que são forjadas no interior de cada lugar (economia urbana que se autossustenta através do espaço produtivo e reprodutivo urbano); das interações com outras cidades”. (ADIALA, 2003, p.38)

O vetor mobilidade (PDRDF, 2004, p.34-5) é considerado na emergência de identidades locais e como função de migrações (medição quantitativa de imigrantes) e conectividade como índice para medir interações à escala local. Destaca a importância dos processos de globalização e aponta a tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina como caso exemplar. Aqui o documento arrisca conclusões a partir de dados quantitativos (percentual imigrantes x população total) que comprometem a avaliação dos processos de integração social e econômica à escala local:

“As áreas mais estabilizadas em termos de recepção de migrantes, com menos de 5% da população não nascida no próprio local, podem ser distinguidas em dois tipos, aquelas estabilizadas com condições sociais mais favoráveis, caso basicamente do Rio Grande do Sul, nitidamente separado dos demais estados e aquelas cuja estabilidade econômica e demográfica ocorre sob condições de forte desigualdade social e alto nível de pobreza, como a maior parte do Amazonas e o Oeste do Acre”. (PDRDF, 2004, p.35)

Segundo BUCHELI e CABELA (2006) pertencimento étnico e religioso adquire importância nos documentos estatísticos nacionais a partir de diagnósticos socioeconômicos como indicadores de estratificação social, dentro do enfoque multicultural conferido às cidadanias contemporâneas. Informam políticas de inclusão de minorias e o reconhecimento de direitos coletivos. A preocupação com desigualdades sociais produzidas pela diferenciação étnica e religiosa tem mobilizado o debate político e orientado a ação de organismos supranacionais (ONU, Declaração do Milênio, Durban, 2001) que demonstram a preocupação com o racismo cultural e intolerâncias religiosas. No caso das zonas de fronteira, a preocupação é com a desigualdade produzida a partir dos limites à cidadania como função da migração laboral.

Nem sempre é uma questão quantitativa implicada na produção da desigualdade, mas sim na forma como se estrutura o campo de forças entre minorias –maiorias e sim o controle de acesso ao capital social e a forma como se estruturam as relações sociais localmente, que podem estar ou não associados a outras escalas (nacional, regional). Não há como se definir identidade estável nem deduzir que a homogeneidade étnica corresponde à noção difusa de estabilidade, muito menos que isto impacta positiva ou negativamente o desenvolvimento local.

O interesse na imigração, seus efeitos positivos e negativos não estão relacionados diretamente à quantidade de pessoas que compõem o grupo imigrante, mas à capacidade de agência e de integração às sociedades locais e sua integração às redes de solidariedade étnica que lhes confere capital social que viabilizam sua integração econômica e social localmente. Contribuem para o desenvolvimento local e regional através das redes de comércio. E isso não

pode ser julgado como tendo impacto negativo sobre a estrutura de relações sociais locais e a integração transfronteiriça, sendo importantes nos processos de integração econômica transnacional e global compensando a “falta de dinamismo dos empreendedores locais” (*sic*).

Entende-se que a discussão proposta pelo grupo RETIS estava marcada à época pelo impacto dos eventos do *Onze de Setembro* e a possível rede terrorista palestina atuando na fronteira Brasil – Paraguai que trouxe à pauta o controle sobre a porosidade das fronteiras nacionais. E também que o comércio de Foz do Iguaçu /*Ciudad Del Este* é diferente do encontrado na fronteira Brasil- Uruguai com características de comércio local, ainda que tenha se expandido como abastecimento ao mercado popular uruguaio, como no caso do Chuí, antes da invasão de produtos chineses. E porque a grande preocupação do Brasil e dos países vizinhos é com os conflitos provocados pelos deslocamentos da mão de obra agrícola, o que reveste o problema com outras características impossíveis de serem exploradas aqui.²⁶⁵

A análise de ADIALA (2003) traz à tona um problema enfrentado pelos pesquisadores ao tratar de cidades gêmeas e conurbações internacionais: a dificuldade na conciliação de dados produzidos em bases censitárias nacionais dissociadas e “o muro” virtual que a linha de fronteira representa na composição e integração de dados, inclusive geográficos para se estabelecer uma análise coerente do contexto local. Por exemplo, a integração das cidades brasileiras com a capital uruguaia, que ela desconsidera a participação ativa de comerciantes locais (brasileiros e imigrantes) em empreendimentos transfronteiriços e a importância do comércio local (histórica) no desenvolvimento das cidades gêmeas.

Como demonstrado, o Chuí, apesar do seu tamanho reduzido e sua posição marginal em relação à integração territorial com o Rio Grande do Sul, teve nos anos 1950-70 o comércio de fronteira mais dinâmico do Uruguai e isto só se explica por sua posição estratégica perto de balneários e sendo o ponto da fronteira mais próximo de Montevideu.

Por último, este trabalho pretende estudar as conurbações, isto é, as cidades-gêmeas formando um espaço urbano contínuo, devendo considerar a interpretação de estatísticas de ambos os países, o que é impossível. Por exemplo, na Figura 26 (INE, 2011), os dados censitários são espacializados com o objetivo de apreender as dinâmicas de migração interna e da imigração internacional. Um fato curioso é que uruguaio retornando ao país após período vivendo no exterior são considerados imigrantes (nascidos no exterior) e são recenseados como

²⁶⁵ Ver, por exemplo, HAESBAERT e SANTA BÁRBARA (2007), STEINMAN (2002) e JARDIM (2011).

tal (MACADAR e PELEGRINO, 2006). Procuram identificar quais os departamentos que têm maior potencial de brasileiros imigrados para o Uruguai ou residentes, dado que este representam 17% dos imigrantes estrangeiros no país (1980-2000), com predominância nos departamentos de fronteira (Artigas 12%, Cerro Largo 9%, Rivera 30% e Rocha 3%), o que revela uma dinâmica antiga de transfronteirismo.

MACADAR e PELLEGRINO (2006, p.55) usam dados retrospectivos dos Censos (INE, 2004) e da ENHA (*Encuesta Nacional de Hogares Ampliada*, INE, 2006) para estudar as dinâmicas de imigração internacional recente (2006) e informam que a imigração do Oriente Médio e da Ásia se intensifica a partir dos anos 1990, apesar de só representar 2% do total de imigrantes. Quanto aos imigrantes provenientes do Oriente Médio nos anos 1970 representavam 2,3% da população, estabilizando-se 1,7% nos anos subsequentes até 2006 (*idem*, p.51).

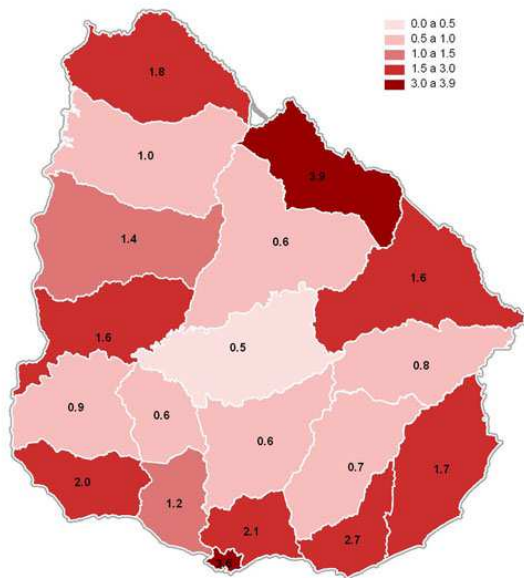
Quanto às migrações internas (Figura 26 e 27), o objetivo era verificar se a atração de Montevidéu sobre o interior sofrera alguma alteração incorporando o turismo e as atividades de comércio e serviços a eles relacionadas como promotores de migração interna, confirmado pela prevalência do Departamento de Maldonado (*Punta Del Este*) sobre Montevidéu. Quanto à etnia e religião, o estado uruguaio se interessa pela população que se identifica como negra. No Brasil, o interesse dos censos na religião está associado à mobilidade social e a participação expressiva de alguns grupos na vida política e econômica do país.

Segundo CAMPOS (2010) a maior dificuldade para se estimar migrações no Brasil é a fragilidade apresentada por métodos indiretos usados tradicionalmente como volume de remessas para o exterior e os questionários do Suplemento Migração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua (CAMPOS, 2011; ERVATTI e OLIVEIRA, 2011). Há um interesse específico do Brasil nas redes sociais que suportam imigração / emigração presentes na reformulação do questionário do CENSO 2010:

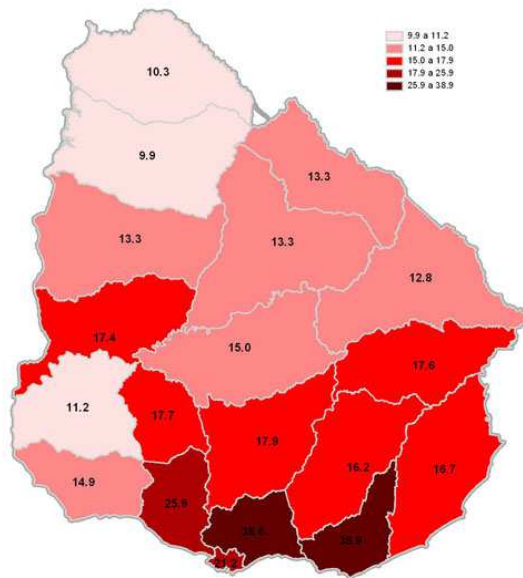
“Por fim, devemos destacar que o cruzamento dos dados de emigração internacional com os demais quesitos do Censo 2010 sobre migração pode, por exemplo, trazer evidência da associação entre migração e redes sociais. As redes sociais, segundo MASSEY e outros (1993), conectam migrantes, migrantes de retorno e não migrantes nas áreas de origem e destino e aumentam a probabilidade de ocorrência da migração internacional, ao reduzirem os custos e riscos do deslocamento. A presença de imigrantes internacionais e de retornados no domicílio que “forneceu” emigrantes internacionais pode ser um indicativo da operação de uma rede social de migração. A informação de que mais de um morador do domicílio vivia no exterior, tendo partido em datas diferentes, também pode ser um indicativo da rede social favorecendo a migração”. (CAMPOS, 2011, p.77)

Porcentaje de personas nacidas en el exterior según Departamento

Porcentaje de personas nacidas en otro departamento según Departamento

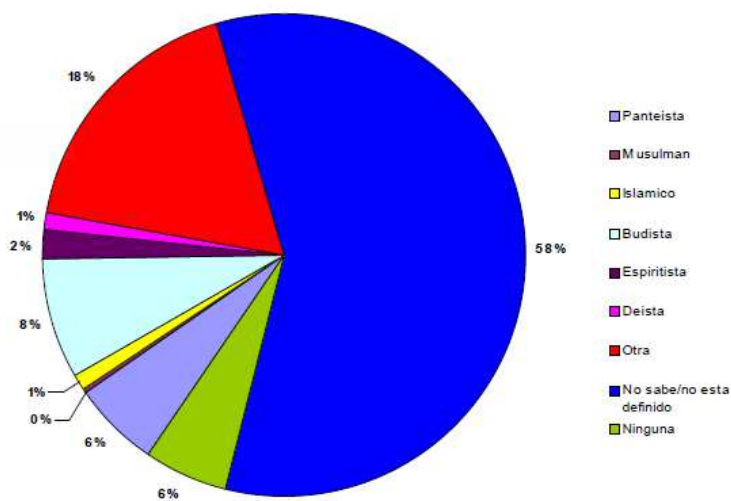


Fuente: INE- Censos 2011



Fuente: INE- Censos 2011

Figura 26: Fuente INE- Instituto Nacional de Estadística de Uruguay. Datos preliminares, población, 2011. Acceso via: <http://www.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/mapastematicos/index.html>



Instituto Nacional de Estadística Uruguay

Figura 27: Fuente: INE, Instituto Nacional de Estadística de Uruguay. Encuesta Nacional de Hogares – ENHA 2006, Flash Temático 6. Montevideo: INE, 2006.10p., p.2. acceso via: www.ine.gub.uy

Correlações diretas entre dados quantitativos (migração, etnia, práticas religiosas) e qualitativos (simbólicos), que produzem diferença (alteridade) sem a verificação retrospectiva de dados parece arriscada como demonstrado por BERNA e BENVENISTI (2004), ALLIEVI (2005) e MAVROUDI (2008) e o próprio PRDDF (2004) que se corrige ao colocar que imigração não pode ser correlacionada à identidade, segmentação social ou inovação: “Cada grupo social migrante carrega suas próprias características de maior maleabilidade ou integração, maior fechamento ou segregação em relação aos demais” (*idem*). O método quantitativo confronta os pesquisadores com limites à sua utilização:

“Infelizmente também o IBGE coloca como “orientais” religiões que vão do islamismo ao budismo, o que impede identificar a importância da presença sírio-libanesa, coreana e chinesa em áreas como a da fronteira do Brasil com o Paraguai, sabidamente com uma das maiores concentrações de árabe-muçulmanos do país (especialmente em Foz do Iguaçu/PR)”. (PRDDF, 2004, p.42)

Há também restrições ao uso dos dados que estão relacionados à forma como os respondentes se auto identificam e a aleatoriedade da amostra, sujeita ao número de pessoas que professam determinada religião²⁶⁶. A capacidade de agência dos grupos, que pode vir a identificar um determinado lugar, por exemplo, a cidade do Chuí (BR) cujo desenvolvimento local nos anos 1970-90 está associado ao comércio regional abastecimento, têxteis e vestuário capitaneada por árabes-palestinos (JARDIM, 2003; BRUNO e RODRIGUEZ, 2007) e que será enfocada partindo-se da análise da localização do comércio para inferir sobre a importância da integração espacial na integração econômica e social do grupo.

Analisando-se os dados obtidos pelo CENSO 2010 (IBGE, 2012) para a população estrangeira residente em Santana do Livramento e Chuí (não se obtiveram dados para as cidades gêmeas uruguaias), nas Figuras 28 e 29 nota-se que a população de nascidos no exterior do Chuí é muito mais alta que a de Santana do Livramento. Conclusões sobre estes dados são dúbias: o hospital que servia à conurbação situava-se em território uruguaio e, provavelmente a população mais velha da cidade, nasceu aí, antes da instauração do documento de fronteira. Há migrantes nascidos em outras cidades do Brasil (pequeno número), o que indica que a cidade atrai moradores de outros estados.

²⁶⁶ Por exemplo, no CENSO 2000 (IBGE) para o município de Santana do Livramento existe um domicílio amostrado cuja religião é judaica. No CENSO 2010 (IBGE) a religião judaica comparece como conjunto vazio (sem indivíduos registrados na amostra domiciliar). Como a família (uma das poucas) continua vivendo no mesmo endereço na cidade e professando a mesma religião pode-se fazer duas suposições: que neste último censo o domicílio não foi sorteado para a pesquisa extensa, que o respondente não se identificou como tal.

Em Santana do Livramento a maioria da população é da própria região, o que não explica se há migração interna (regional) e, a população nascida no estrangeiro, é bem pequena (7%) em comparação a do Chuí, (37,6%) com poucas naturalizações.

O Presidente da Associação Cultural Palestina de Santana do Livramento, Dr. MONIR BRUNO SULEIMAN (em entrevista à autora em outubro 2011), estima que comunidade árabe-palestina de Santana do Livramento gira em torno de 600 a 700 pessoas, a maioria descendente dos que chegaram a partir dos anos 1950 ou naturalizada brasileira. No entanto frisa que há uma parcela da comunidade flutuante que tem negócios em outras cidades de fronteira ou estão testando a possibilidade de abrir negócios ali. Á época, o melhor período de vendas das lojas *duty free* uruguaias, despertou o interesse de empreendedores do ramo comercial, inclusive de chineses e coreanos.

O fato é corroborado pela informação da Polícia Federal (BR) na qual constam 10 indivíduos estrangeiros de origem palestina na cidade, um deles naturalizado²⁶⁷. Não há dados sobre os árabes-palestinos residentes em Rivera. A julgar pelos dados disponibilizados por ARO-CENA e AGUILAR (UDELAR, op. cit. 2007) baseada em entrevistas a porta-vozes da comunidade árabe-palestina do Chuy (UY), há entre 200 e 300 membros. No imaginário da comunidade, o Chuí – Chuy é entendido como um só.

JARDIM (2000) identificou a importância da comunidade árabe palestina no Chuí, integrados social e economicamente, cujas práticas ajudam a moldar a vida social e espacial local. Sua pesquisa guiou os meus percalços pelo mundo (desconhecido) da etnografia urbana, enfrentando as mesmas dificuldades no estabelecimento do universo pesquisado:

“Na região, a proximidade com a *Ciudad del Leste* e Foz do Iguaçu evidenciara a possibilidade de tratar de relações interétnicas seguindo questões colocadas por uma “antropologia urbana”. Nesses grandes centros urbanos há uma grande concentração de famílias imigrantes de diferentes países e regiões, entre elas, a presença de grupos de origem árabe cuja entrada na região é recente. Geralmente localizados pelos meios de comunicação de massa através da existência de mesquita e de comerciantes de origem árabe que atuam no comércio de fronteira (...)”. (JARDIM, 2003, p.223)

267 Ofício de 28 de abril de 2010 endereçado ao coordenador do PROPUR, Prof. Antônio Tarcísio dos Reis pela Secretaria de Comunicação Social da Polícia Federal em resposta a Ofício encaminhado em 17/03/2010 pela autora.

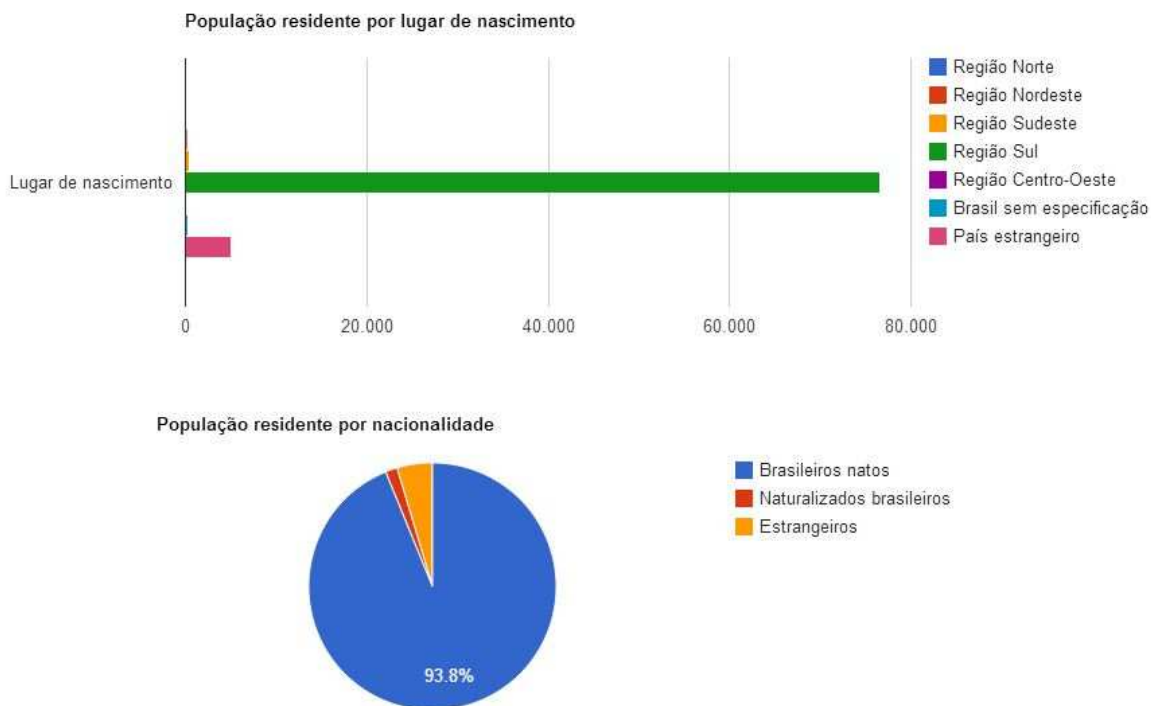


Figura 28: Santana do Livramento / RS – dados da população por lugar de nascimento. Fonte: IBGE dados Censo 2010. Acesso via: www.ibge.gov.br (hot site)

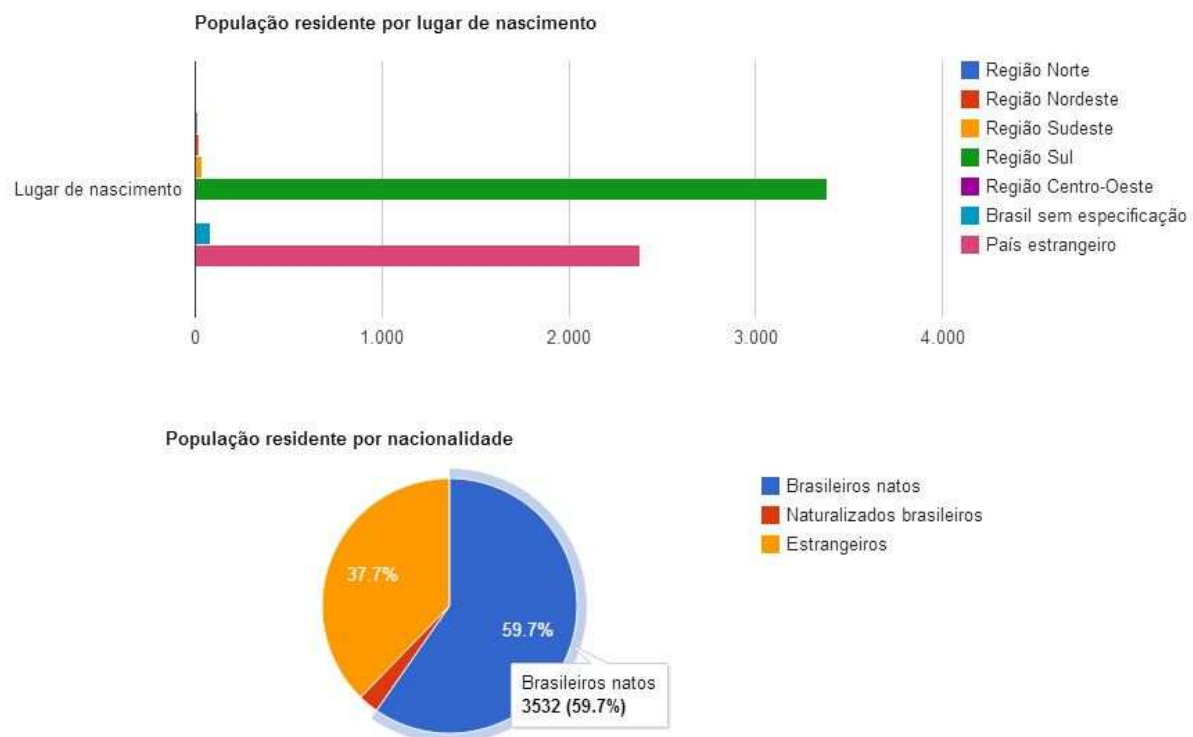


Figura 29 Chuí / RS – dados da população por lugar de nascimento. Fonte: IBGE dados Censo 2010. Acesso via: www.ibge.gov.br (hot site)

Quanto à localização residencial dos estrangeiros não é informada pela Polícia Federal e, não há como resgatar estes dados pelos Censos (2000, IBGE) já que são feitos por amostra. Segundo o Presidente da Associação Cultural Palestina, a comunidade é hoje dispersa, morando em todos os bairros da cidade. Ao chegarem, muitos vivem próximo aos lugares de comércio se dispersando posteriormente, dado corroborado por PETERS (2006) em relação à comunidade de Canoas /RS. Após dois anos buscando dados incessantemente, capitulei. A intenção era fazer um estudo sobre integração residencial da comunidade, próximo ao estabelecido por VAUGHAN (2003) para discutir como ocorre a integração social e apropriação social do espaço entre imigrantes que não vieram em busca de postos de trabalho e, por isso tornaram-se empreendedores, se dedicando ao comércio.

Quanto aos dados censitários, que poderiam identificar o tamanho da comunidade de árabes-palestinos através da religião muçulmana, professada por 80% dos membros da comunidade de Santana do Livramento, segundo o Dr. Monir Suleiman (em entrevista 13/10/2011) e obtiveram-se os seguintes dados do censo IBGE, 2011. Para ambos os municípios, declararam-se de confissão islâmica (religião) entre 88 a 497 indivíduos (Figura 30), dados coletados com amplitude muito grande para o tamanho das cidades, principalmente o Chuí. Concentrou-se na agenda sobre a vida espacial da conurbação e sua importância na configuração de FUA transfronteiriça. Uma margem

Considerou-se importante reunir os dados de forma que fosse possível dar ao leitor o panorama das dificuldades de se estabelecer pesquisas quantitativas em conurbações internacionais. Sendo cidades-gêmeas, não é possível tratar de uma sem a outra. O que interessa à pesquisa não é a quantidade numérica - de muçulmanos que podem identificar árabes palestinos – ou de estrangeiros residentes – classificados nos censos como *outros*, mas na coerência entre práticas locais do comércio à pequena escala e integração espacial, econômica e social de *middlemen minorities*. Como estas se relacionam às dinâmicas de segmentação social e segregação espacial da sociedade local, no caso a suburbanização tanto das elites quanto da população marginalizada economicamente.

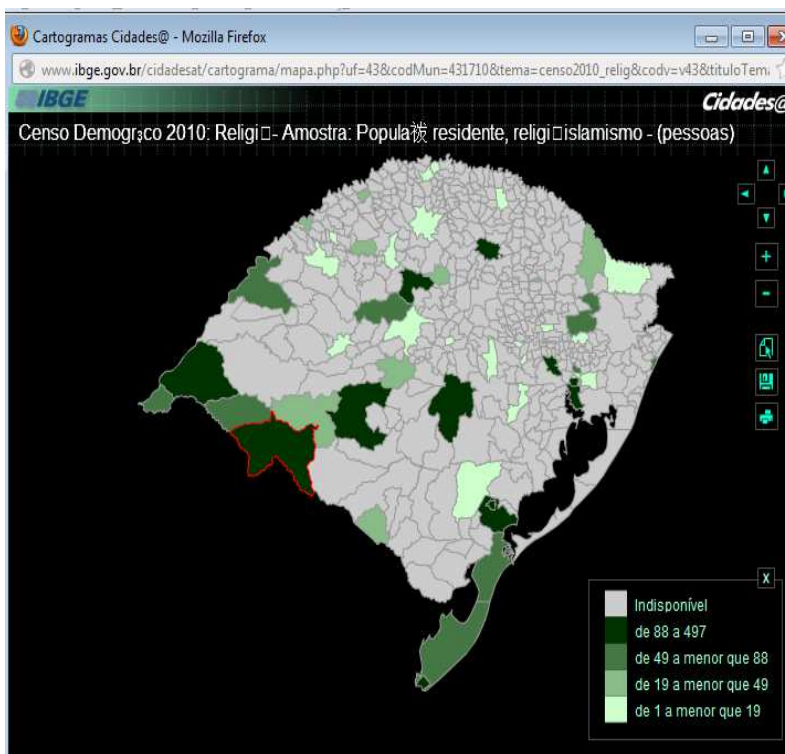


Figura 30: IBGE, Censo Demográfico 2010: Religião Amostra População residente, religião islamismo (pessoas), @Cidades, acesso via: www.ibge.gov.br/cidadesat/cartograma

7 CAPÍTULO VII: ESTUDOS DE CASO

Segundo HILLIER (1998, p.37), a noção de configuração, tal como usada na Sintaxe Espacial, “não se refere simplesmente às relações num complexo, mas relações que consideram outras relações”. Segundo o autor esta diferença é estratégica porque “complexos relacionais tem duas propriedades do todo (conjunto) que são críticas para o espaço; a “primeira é que um complexo é diferente, não só parece diferente, quando observado por diversos ângulos; a segunda é que quando se muda uma parte de um complexo espacial, as propriedades estruturais do todo tendem a mudar”.

Ambos os estudos de caso serão analisados a partir das premissas dispostas acima, porque se entende que conurbações, no caso o todo, tendem a mudar segundo as mudanças em suas partes (cada uma das cidades que a compõem). O que diz o autor é consistente com a noção de que cidades tendem a adaptar forma e função, assumindo-se que o espaço é configurado a partir de um conjunto de formas geométricas e um “conjunto de potenciais geométricos, cada qual relacionado a um aspecto do comportamento humano” (HILLIER, 1998, p.38) que “podem ser analisados separadamente para demonstrar a estrutura emergente no complexo como um todo” (*idem*).

No caso de conurbações internacionais a importância de depreender as diferenças no desenho urbano das cidades na sua morfologia é relacioná-las às funções o que, segundo HILLIER (1998, p. 39) “não se pode lidar com a relação forma-função senão ao nível de toda a configuração”. E uma conurbação internacional é uma configuração integral, um todo, cujas relações forma-função não podem ser explicadas apenas ao analisar as partes. Isto se torna evidente ao analisarmos a emergência de centralidades funcionais e a forma como, no imaginário dos moradores, estas se situam num limiar ambíguo que pode desconsiderar os limites territoriais nacionais.

Como se demonstra ao final do trabalho, os limites da área urbana, inclusive o próprio centro das cidades de uma conurbação internacional não se define *top down*, através do limite jurídico internacional representado pela linha de fronteira e sim através das práticas cotidianas dos moradores (*bottom up*) que se correlacionam aos potenciais de movimento depreendidos da medida de integração da configuração espacial, percebida como uma totalidade a partir da continuidade e interpenetração das malhas urbanas.

Ainda segundo HILLIER (1998, p. 40) só é possível entender as relações forma-função entendendo-se como as partes se articulam porque é a partir disso que mudanças nas características da estrutura espacial do todo podem informar como comportamentos espaciais e sociais – a forma como os lugares são apropriados, emergem.

No entanto, é importante descrever sumariamente as partes separadamente para melhor depreender como a configuração espacial é produto da relação entre sistemas socioculturais e econômicos diferentes, aqui se entendendo sistemas como um conjunto de entidades interdependentes ou em interação que formam um todo integrado. A característica explorada é a da interconectividade, as relações estruturais e funcionais entre as partes e as regras ou códigos sociais que governam a emergência da estrutura espacial ou o comportamento do sistema.

Os estudos de caso estão dirigidos a duas conurbações encontradas na fronteira Brasil-Uruguai, Santa do Livramento (BR) e Rivera (UY) e Chuí (BR), Chuy (UY), ambas de fronteira seca, ambas na fronteira Brasil-Uruguai. Suas peculiaridades são marcadas pela permeabilidade entre as malhas urbanas, onde não há policiamento ostensivo, o que permite uma intensa e difusa circulação dos nacionais entre as duas cidades, intensificada dominância do comércio e serviços como base econômica local e de flutuação das taxas de câmbio.

A permeabilidade e a continuidade das malhas urbanas contrastam com a consciência das identidades nacionais, permitindo que os moradores de ambas as cidades experimentem o ser estrangeiro no cotidiano, uma vez que abastecimento e trabalho são atividades realizadas com frequência do "outro lado da linha". E isto já denota que a configuração espacial está correlacionada à complementaridade e competição entre atividades econômicas nas partes do sistema. Em que lugares isto efetivamente acontece e porque é o que se busca responder da análise da configuração espacial que envolve a descrição dos padrões espaciais, suas diferenças e as correlações entre estes e os potenciais de movimento e copresença. Com isso pretende-se explicar a localização de alguns equipamentos, a formação das centralidades e as diferenças na vida social e espacial entre partes da conurbação. A análise das medidas de integração global e local, inteligibilidade e sinergia de ambas as partes da conurbação permitiu identificar importantes, embora sutis, distinções nacionais, códigos sociais que associadas ao uso do solo fornecem evidências suficientes de peculiaridades e ambiguidades que permitiram caracterizar vida social e espacial das conurbações e estabelecer correlações entre a estrutura das relações sociais e da vida cotidiana e configuração espacial.

A noção de cidades gêmeas como catalisadoras de fluxos, portanto de movimento, está intrinsecamente correlacionada a atividade do comércio. Seja este de *free shops*, seja de abastecimento ou popular. A dinâmica comercial pode vir a definir uma zona transfronteiriça, como adotadas através das FUA's (*Functional Urban Areas*), função direta da configuração espacial. Por isso, a investigação sobre o processo de conurbação *per se*. Não se pode falar em cidades gêmeas se há um efetivo processo de conurbação que delinea o potencial de integração econômica e social correlacionado diretamente à integração espacial. No caso, é necessário entendê-las não como aglomerados urbanos ou cidades independentes, mas como um sistema único espacial, social e econômico que não pode ser explicado através de suas partes.

O que se discute neste capítulo é justamente a possibilidade de se estabelecer uma classificação mais precisa para o fenômeno. O termo cidades gêmeas não revela a amplitude dos processos sociais, espaciais, econômicos e culturais que operam na produção de um todo que não pode ser entendido através de suas partes. São conurbações transfronteiriças, o que o ESPON (2007) classifica como *cross border conurbations*?

O comércio identificado como a base econômica da maioria dos municípios situados no subespaço da Fronteira Brasil–Uruguai (RETIS, 2004) e a existência de Planos de Desenvolvimento Integrado para a área de Fronteira²⁶⁸ (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE – coord., 1998, 5 vol.) elaborados quinze anos atrás e subjacentes aos processos de conurbação.

Entendidas assim, classificações como espaços perdedores e ganhadores precisam sofrer uma reavaliação e considerar o comércio como a atividade que permeia também o processo de configuração espacial, como demonstrado no estudo de caso em separado de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). E este como a força centrífuga que dirige os processos de integração econômica e cooperação política nas conurbações da fronteira Brasil–Uruguai.

²⁶⁸ Ata final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-Uruguai, assinada pelas Presidências (12/1996) que estabelece convenio binacional e cria o Grupo de Trabalho Binacional composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, vários ministérios brasileiros e instituições nacionais uruguaias (MTO, MVOTMA), do Estado do Rio Grande do Sul (METROPLAN), da prefeitura Municipal de Livramento e da Intendência de Rivera. Na VIII Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças entre Brasil e Uruguai é feito o Ajuste Complementar ao Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira (maio de 1997).

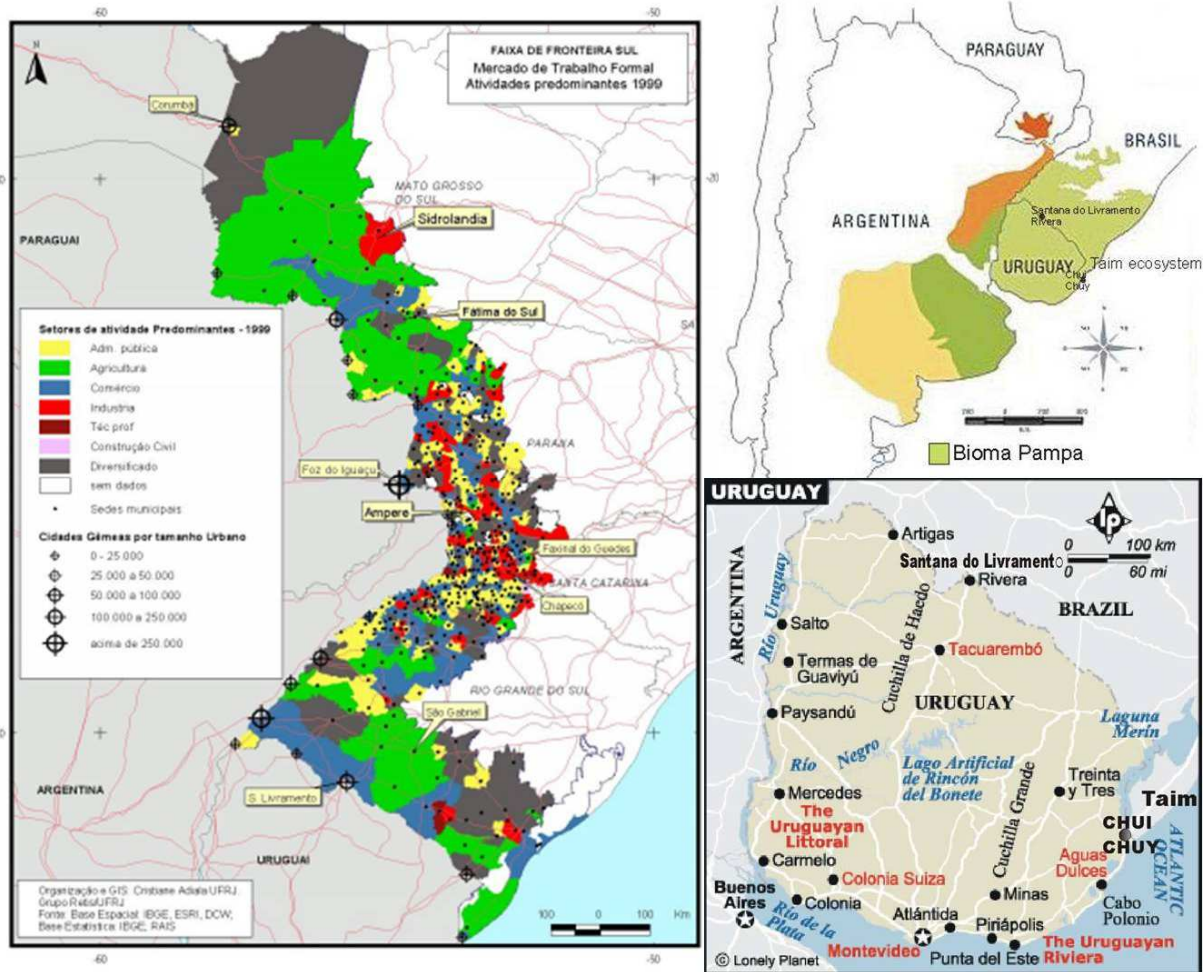


Figura 31: mercado de trabalho formal na Faixa de Fronteira Brasileira. O comércio como atividade dominante no município de Santana do Livramento e do Chuí. GRUPO RETIS, 2004 (dir.); Localização das conurbações. área de recobrimento do bioma Pampa. Fonte: ICMBIO- Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>; Uruguay touristic highlights, fonte: <http://www.turismo.gub.uy/estadisticas/itemlist/category/403-2011>

A complexidade do sistema de interações entre duas cidades situadas em territórios nacionais distintos excede os aspectos normativos, jurídicos e políticos que mediam os acordos internacionais e os projetos de cooperação. À escala local, na vida cotidiana, o fenômeno de conurbação estabelece o contato direto entre estruturas sociais, cada qual com suas categorias, sua segmentação em classes e suas expectativas quanto ao relacionamento com os Outros, com a alteridade. O espaço conurbado estabelece um campo de forças entre categorias sociais cuja segmentação só pode ser concebida como um sistema auto-organizado e complexo porque suas estruturas são instáveis e sujeitas à preponderância de parâmetros de ordem em conflito.

Através da configuração espacial se depreendem os aspectos mais importantes para o desenvolvimento do comércio local e de importação – exportação: continuidade, acessibilidade e compacidade. São estes os três atributos espaciais necessários à emergência de zonas de comércio (FUAs) contínuas que, como polos da vida espacial e social destas conurbações possibilitam classificá-las transfronteiriças.

O objetivo é depreender diferenças configuracionais que possibilitem distinguir conurbações transfronteiriças de conurbações interfronteiriças e cidades gêmeas, depreender tendências para os cenários futuros quanto à integração espacial das cidades. A descrição segue os seguintes tópicos para os casos estudos:

- a) Vida social e padrões espaciais e retrospecto do processo de conurbação;
- b) Tipificação de ambas as cidades da conurbação quanto à síntese das medidas sintáticas axiais (Integração Axial Global e Local, sinergia e inteligibilidade) baseada na amostra de MEDEIROS e HOLANDA (2007) suas correlações com a vida social e espacial das cidades e comunidades nacionais;
- c) O discurso político dos Planos Diretores e a zona transfronteiriça;
- d) A conurbação: padrões espaciais e vida social
- e) Centralidades e a vida espacial das *middlemen minorities*;
- f) A conurbação: síntese das medidas sintáticas axiais;
- g) A caracterização da conurbação quanto ao Índice de Conurbação (RIGATTI, 2011);
- h) Continuidade das centralidades ou a emergência dos centros funcionais (FUAs) e a definição de espaços transfronteiriços;
- i) A tipificação das conurbações quanto às classificações cidade-gêmea, conurbação transfronteiriça; conurbação interfronteiriça.

Os objetivos ao analisar a expansão das centralidades é correlacioná-los aos potenciais de movimento natural e à probabilidade de fluxos através dos lugares e entre lugares. E com isso depreender o processo de configuração de espaços transfronteiriços, a formação de novas centralidades e suas relações com o aumento com as interações entre moradores e estranhos. E analisar as estratégias locacionais do comércio aqui neste caso, dos árabes - palestinos e as relações entre o desenvolvimento de centros populares de compras e a sua agencia, entendendo-os como uma *middlemen minority*.

7.1 Caso 1: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)

“A evolução urbana de Santana do Livramento é indissociável da de Rivera.”

(SCHAFFER, 1993, p.40)

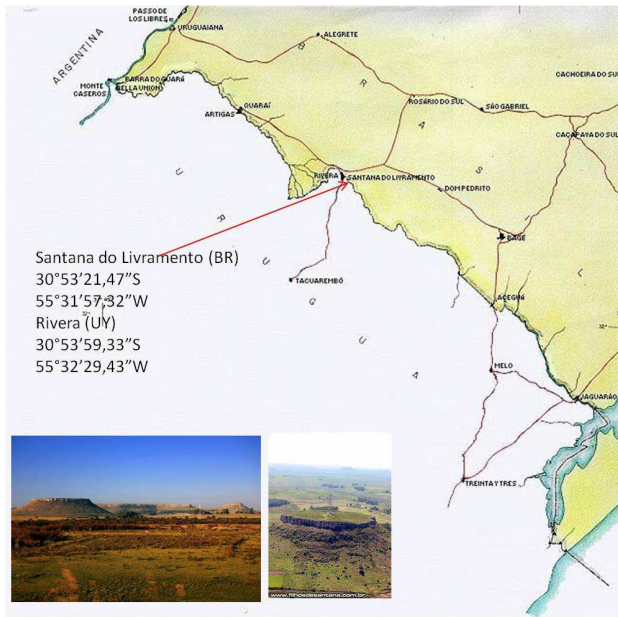


Figura 32 Mapa limites territoriais, fonte: MRE/BR <http://www2.mre.gov.br/daa/uruguai.html>; Fotografias:(esq.) Coxilha Negra <http://www.guiaderivera.com/jookot/index.php/home-top/71-ciudad-de-rivera> e Cerro Palomas (Livramento)©Daniel Badra

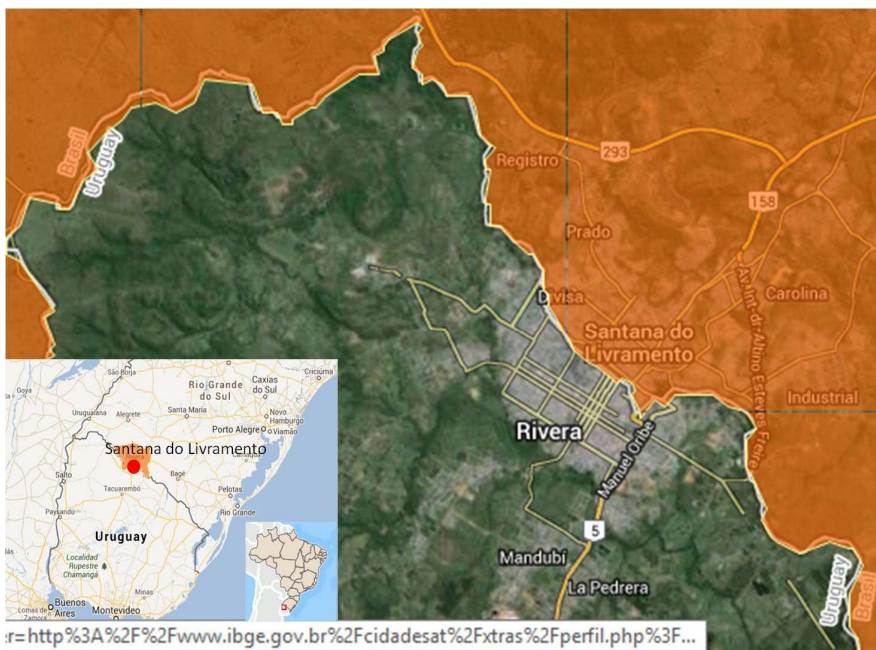


Figura 33: Acima Mapa Geral Uruguai fonte: www.gub.uy e abaixo mapa da divisão municipal, malha setores censitários do Brasil, IBGE, 2011.

7.1.1 Vidas social e espacial: a ambiguidade das interações sociais

RATTI & REICHMAN (1993) dizem que em situações de fronteiras abertas (economicamente) o desenvolvimento não será determinado por diferenças político-administrativas positivas ou negativas de cada país, mas pela combinação de comparação e competitividade entre as vantagens locais, em ambos os lados da fronteira, produzindo um espaço transfronteiriço cuja dinâmica induz a solidariedades e convergência de interesses mútuos do qual emerge (*bottom up*) espaço de terceiro tipo que amplia as interações econômicas, sociais e culturais.

Resume, em linhas gerais a dinâmica das cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) desde sua fundação em meados do século XIX, seu desenvolvimento econômico até os anos 1950 e o ostracismo a que são relegadas até meados dos anos 2000, após severa crise estrutural na economia uruguaia e a estabilização da economia brasileira.

Os aspectos mais relevantes da vida social e espacial são subsídio para entender-se o crescimento urbano das cidades e as transformações que ocorrem na configuração espacial a partir de mudanças na dimensão econômica e na organização das relações sociais. E identificar os agentes envolvidos na produção do espaço que permita a realização de suas práticas econômicas e sociais e as implicações de suas estratégias no processo de conurbação.

A bibliografia a que se recorreu estabelece o contexto e os processos a partir dos quais as cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) se fundem, já latente na localização do assentamento uruguaio, que considera a primogênita brasileira. E isto ocorre em função de uma estratégia de integração econômica que emerge de processo *bottom up* da pequena burguesia uruguaia. E da elite rural brasileira.

Por vias difusas e com seus próprios objetivos, a produção do espaço de ambas as cidades, sancionada através de instituições nacionais, cumprirá aos objetivos dos agentes envolvidos no processo: núcleos urbanos nos quais estranhos e moradores tem potencial equânime na apropriação social do espaço, o controle local é fragilizado e a integração global do sistema reforçada. Até que, no início do Séc. XX mudanças significativas na estrutura na economia local demonstram a bifurcação nos processos de produção do espaço, correlacionados a alterações nas expectativas de ambas as sociedades quanto à interação com a alteridade.

Sem arriscar interpretações sobre a integração entre os dois grupos nacionais ou a emergência de uma identidade comum, pode-se analisar este fenômeno a partir de uma lógica espacial que se funda na dimensão econômica, mas que guarda correlações peculiares se analisadas a partir da dimensão social do espaço. Os parâmetros de ordem (as leis básicas) que dão

emergência ao fenômeno complexo de conurbações internacionais são alterados de forma desigual dos dois lados da fronteira, segundo as transformações na estrutura social e econômica, bifurcando-se, o que provoca a transformação na estrutura espacial das partes e do todo conurbado. Não se pode dizer que semelhanças morfológicas (na malha xadrez dos núcleos urbanos) se expandem de forma similar ou que as diferenças ocorram em função das condições topográficas do sítio físico.

No processo, a configuração espacial de ambas as cidades e da conurbação na sua forma contemporânea sofre transformações em dois níveis. O primeiro, na forma como o espaço é produzido segundo expectativas das categorias sociais que comandam a expansão urbana; o segundo se refere às mudanças na forma como ocorre a segmentação social e as implicações que tem nas expectativas de interação entre classes sociais, o que traz a análise para a dimensão da apropriação social do espaço, portanto das formas como a copresença passa a ocorrer.

Na dimensão política, entendida como exercício de poder ou dominação de uma classe social sobre outra ou de uma comunidade nacional sobre outra, o processo se torna ainda mais complexo. Porque envolve o controle sobre a aquisição de capital social localmente e de capital político e econômico à escala nacional e internacional. Por incrível que pareça, as cidades símbolo do MERCOSUL (1992), exemplo de integração transfronteiriça, nas quais o simples atravessar de uma rua leva qualquer pessoa ao país estrangeiro, é o produto de transformações complexas da estrutura das relações sociais nas quais as categorias morador - estrangeiro são negociadas no cotidiano através de diferentes estratégias de governança espacial.

Por isso, não basta apontar as similaridades morfológicas entre as partes dos assentamentos. É preciso identificar porque certos padrões espaciais foram acionados na produção do espaço e com que objetivos para identificar e analisar para identificar as mudanças nos códigos culturais nas leis genéricas que informam produção e apropriação social do espaço.

No séc. XIX o Império do Brasil cria e estimula a criação de uma rede de cidades ao longo da zona de conflitos e disputas territoriais com o Uruguai e Argentina (Figura 37). O objetivo é estabelecer a posse da terra e consolidar o limite territorial através da ocupação. Segundo NEVES (1990) a necessidade simbólica de demonstrar simetria de poder numa área recém invadida por brasileiros, leva o Uruguai a fundar núcleos urbanos que espelham os brasileiros. O caso de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) é um desses.

Sabe-se por SCHAFFER (1993) que o assentamento de Santana do Livramento (BR) nasce a partir de um acampamento militar, numa zona de pecuária extensiva e pouco povoada. A

produção militar do espaço como sugeriu, Pesavento é um processo do qual participam, ativamente, não só esta categoria social, mas toda a sociedade local. O núcleo urbano brasileiro é fundado como entreposto comercial (1823, vila em 1857) próximo a um acampamento militar, tendo sido objeto de projeto.

Após sua consolidação, o estado nacional uruguaio (1851) investiu no povoamento da fronteira Norte com o intuito de refrear a ocupação do seu território por estancieros brasileiros. Rivera (UY) é um produto (*top down*, 1862) de ação legislativa e de projeto urbano do poder (político) uruguaio. Construída em simetria à Santana do Livramento, é produto de ação *bottom up* da pequena burguesia (comerciante) já vivendo no local. A supervisão do território, a atividade comercial (abertura de mercado regional) e a proteção à população rural (pequenas propriedades) são prerrogativas para fundação da cidade:

“Uma das zonas preferidas para o povoamento rural foi o entorno do Cuñapiru, próximo à cidade brasileira de Santana do Livramento (1823). Na metade do séc. XIX, a aspiração da população já moradora no local e de alguns legisladores era criar uma cidade que servisse de baluarte à soberania nacional, da linguagem, dos costumes e do comércio ante o enorme Império do Brasil. (...) Ainda que pareçam exagerados, os objetivos de construir uma cidade em frente a Livramento perduram até hoje (1970), devendo ser objeto de pesquisas futuras explorar outros aspectos deste fenômeno fronteiriço. Se trata da integração entre duas populações? Do predomínio do maior sobre o menor? Ou é uma realidade distinta, que não se encaixa em nenhuma classificação e que muitos uruguaios desconhecem ou se recusam a conhecer”. (AL-JANATI, BENEDETTO, PERDOMO²⁶⁹, 1970, p.15 e 17)

A prevalência da urbanidade como forma de interação entre as duas comunidades – brasileira e uruguaia - demonstra os conflitos da vida social no ambiente rural, marcado pelas práticas gauchescas (contrabando, nomadismo, etc.) a partir do qual se constrói, entre os uruguaios, o estereótipo do Outro ameaçador. As diferenças entre a estrutura da sociedade brasileira escravagista e a uruguaia, baseada no trabalho livre e na imigração espontânea (70% da população) não podem ser relevadas. Apesar do ímpeto de integração na dimensão econômica, a vida social é marcada por estas diferenças estruturais que conferem caráter próprio às práticas cotidianas e às interações.

²⁶⁹ O livro consultado faz parte de uma coleção editada nos anos 1970 pelo Governo Central Uruguaio (Ministério da Educação) e se baseou na pesquisa realizada pelo historiador Aníbal Barrios Pintos (1918-2011) cuja obra abarca a vida social de todos os departamentos uruguaios e doa bairros de Montevideu. Seu acervo fotográfico pertence à Biblioteca Nacional do Uruguai (1992). <http://web.archive.org/web/20120118204843/http://www.montevideo.gub.uy/fotografia/actividades/jornadas/segundas/materiales/gargiulo.pdf>.

Segundo dados retrospectivos (IBGE, 2002), a população de Santana do Livramento em 1875²⁷⁰ era de pouco mais de quatro mil habitantes, dos quais 40% escravos. A população de Rivera (SCHAFFER, 1993) é pelo menos 1/3 menor com maioria de imigrantes (italianos, principalmente)²⁷¹ e brasileira, esta última mais numerosa que a população uruguaia. Os conflitos decorrem da dominação brasileira que se faz sentir no sistema produtivo baseado no latifúndio em oposição à agricultura familiar e à pequena burguesia comerciante uruguaia.

Os investimentos em infraestrutura (ferrovia, Séc. XIX) uruguaio integram o território ao porto de Montevideu e seus benefícios são compartilhados por comerciantes e produtores de ambas as cidades e explicam o vínculo econômico desta área do Rio Grande do Sul com o *Prata* e as práticas sociais da burguesia e elite locais, cujas referências são Montevideu e Buenos Aires, síntese do cosmopolitismo e sintoma de que a densidade e intensidade de interações transfronteiriças molda suas expectativas e práticas sociais.

A atividade do comércio é a base econômica que determina a expansão urbana até o início do século XX, quando a indústria de beneficiamento de carnes (*saladeros*) se desenvolve (SCHAFFER, 1993, p.43). A transição do sistema produtivo - escravagista e agrário - para a industrialização protomoderna tem consequências e produz conflitos sociais. Dizem respeito à abolição da escravatura que transforma grande contingente da população rural em mão de obra livre / despossuídos (literalmente); e ao controle do gado e do contrabando: o fechamento dos perímetros dos campos, que tem como consequência social a expulsão da população rural dependente (posseiros, meeiros, sazonais) ambos relacionados ao êxodo rural e ao início do processo de marginalização de população rural urbanizada do lado brasileiro da fronteira. A transição da estrutura social em estamentos para a estrutura social em classes tem na desigualdade de acesso aos recursos (econômicos, no caso a terra e o gado), ao capital social (educação e qualificação profissional) e na desocupação da força de trabalho as variáveis a partir das quais se reproduzirá a segmentação social do sistema latifundiário na nova estrutura econômica.

270 Primeiro Recenseamento Populacional do Brasil. Após o CENSO 2000 o IBGE publicou em seu site uma tabela constante de todos os municípios brasileiros atuais. Aos que já existiam à época do primeiro censo, foram acrescentados à população total o número de escravos.

271 Ao ser fundada a cidade contava com 341 habitantes (urbanos e rurais), no início do séc. XX a população havia triplicado mas ainda sendo 1/3 menor que a de Santana do Livramento. Censo realizado em 1860 (AROCENA, 2007, p.11) trinta anos após a independência do Uruguai: 223.000 hab., 1/3 estrangeiros (imigrantes ou brasileiros e argentinos). A proporção se mantém até o limiar do séc. XX. segundo o autor, a imigração e a formação da nacionalidade uruguaia são simultâneos, bem como prosperidade econômica (1871-1887).

Do lado uruguaio, a atividade mercantil se expande e o núcleo urbano funciona também como reserva de mão de obra. A industrialização é semelhante, no entanto os efeitos da segmentação social são minorados pelas instituições do Estado, que garantem integração social através do ensino público compulsório. O que torna os trabalhadores uruguaiois detentores de um capital social que os brasileiros não obtêm, produzindo diferenças na organização das relações sociais, de trabalho e econômicas entre os dois lados da fronteira.

A produção do espaço urbano vai incorporar padrões espaciais e tipos morfológicos que correspondem a mais de uma dinâmica socioeconômica e política, sobretudo na cidade brasileira, coerente com os códigos culturais de uma sociedade que naturaliza a segregação espacial e a segmentação social, com estrutura verticalizada sobre o poder econômico. E outra que tem na integração das diferenças e na horizontalidade das relações entre classes sociais sua base estrutural. Estas diferenças estarão presentes nas práticas cotidianas e nas relações sociais entre brasileiros e uruguaiois produzindo formas de solidariedade bastante controversas sobre as quais paira o sentido de dominação.

Para não incorrer numa descrição historicista do processo de evolução das cidades faz-se a seguinte síntese tentativa: o espaço urbano das duas cidades é produzido a partir de projetos (institucionais) que tem na malha ortogonal sua morfologia dominante. O objetivo de estabelecer as bases para o intercambio comercial e colonizar o território são cumpridos em função da indistinção locacional, na possibilidade de expansão não hierarquizada e em qualquer direção da malha ortogonal, na compacidade e continuidade através da linha de fronteira nacional.

Sabe-se através dos autores citados que a localização da cidade de Rivera foi revista diversas vezes em função dos interesses dos comerciantes uruguaiois. A malha ortogonal é o tipo mórfico adotado para ambos os núcleos segundo as razões já discorridas no Capítulo 6. As características morfológicas dos núcleos de povoamento consideram a proximidade da linha de fronteira, as potencialidades de expansão, a contiguidade e continuidade entre ambos e o controle efetivo sobre o comércio de importação – exportação como parâmetros na produção do espaço urbano, adotando-se padrões espaciais que maximizem os potenciais de interação e intercambio entre as cidades.

O isolamento e a posição de comando dos fluxos da produção pecuária entre o porto de Montevideu e o interior do Rio Grande do Sul no sentido Brasil–Uruguai e de produtos manufaturados no sentido Uruguai-Brasil dinamiza o comércio de ambas as cidades e, por isso “o povoamento de Rivera representava para a região o acesso a um amplo leque de mercadorias a

taxas uruguaias de importação, inferiores às brasileiras” (SCHAFFER, 1993, p. 41). E, para os uruguaios, um mercado regional maior, incluindo outros núcleos urbanos (ALJANATI *et al.*, 1970). Instalava-se um precursor dos corredores de comércio internacional, através da implantação da ferrovia ligando o porto de Montevideu à fronteira no final do Séc. XIX e a inexistência de rede semelhante no Brasil. A complementaridade do comércio local exportador-importador estrutura a vida espacial de ambas as cidades, reforçada pela posição de comando na rede de distribuição de mercadorias pelo interior do Rio Grande do Sul e a exportação dos produtos pecuários pelo Uruguai. Um nó estratégico que definirá os rumos da produção do espaço urbano a partir do processo de industrialização.

O comércio local demanda continuidade, integração espacial e indistinção locacional para se realizar plenamente. A continuidade espacial requerida pela atividade é obtida pela aquisição de terras pela burguesia comercial de Rivera junto à linha de fronteira e, subsequentemente, próximo à estação ferroviária, onde se desenvolve outro polo comercial. A integração econômica das cidades é codependente da integração espacial que é reiterada e reproduzida através da expansão da malha ortogonal, pela tendência à conurbação, pelas solidariedades transpaciais através de negócios, pelo adensamento e pela atração centrípeta que um núcleo urbano exerce sobre o outro, fazendo com que as malhas ortogonais tendam a se fundir. A principal função (econômica) dos núcleos urbanos, o comércio e a integração espacial da qual depende, são os códigos a partir dos quais os núcleos urbanos se expandem. Um em direção ao outro.

O comércio local depende do movimento natural de estranhos, do potencial de interfaces entre estes e moradores. E para isso a configuração espacial deve apresentar bons potenciais de inteligibilidade e integração. Já o comércio de importação-exportação depende da continuidade de fluxos entre as cidades o destino das cargas, de rotas estabelecidas em função da acessibilidade e da economia nos deslocamentos, portanto ligações diretas entre territórios e conexão aos pontos de distribuição (portos); correlacionado ao movimento através das cidades, entre pontos de produção e venda que dependem mais da conectividade e da rede de infraestrutura de transportes do que da distancia topológica. Este segundo código é operado através da produção de enclaves que realizam formas peculiares de territorialização: as atividades militares e a protoindústria de processamento de produtos pecuários, esta última através da forma como a atividade é concebida como um sistema social e econômico integral que independe da vida espacial das cidades e da localização estratégica junto à rede de transportes regional. Ambos agenciam a produção do espaço urbano.

Suas regras de localização e territorialização, opostas às do comércio, aqui entendido como uma instituição que demanda urbanidade para se consolidar, informarão os padrões espaciais da expansão urbana. Foram considerados agentes pela associação direta entre tipos mórficos que adotam e que impactam o processo de conurbação dos núcleos urbanos, a expansão urbana e a vida social e espacial porque produzem fronteiras de governança e sociais à escala local, a partir de dois códigos espaciais: a malha ortogonal e o enclave fechado ou aberto.

Instituições militares produzem enclaves fechados requeridos pela própria territorialização de um poder do Estado com segmentação específica entre categorias e estrutura social e normativa sem correspondência com a da sociedade ampliada. Produz fronteiras de governança às quais correspondem barreiras físicas e segregação espacial. Quartéis e bases militares são enclaves produzidos por e que produzem instituições próprias. E são numerosos nas cidades de fronteira, um tipo mórfico que também é uma variável implicada na configuração espacial. Sua posição relativa no sistema de espaços abertos terá correlações importantes com a expansão urbana, através da imposição de discontinuidades e barreiras espaciais.

O início do Séc. XX (1904) será marcado pela produção e comércio internacional de carnes processadas, indissociável da organização do espaço (SCHAFFER, 1993, p.50). O tipo espacial dos *saladeros* e, posteriormente, dos frigoríficos que se tornam a base produtiva local até o final da Segunda Guerra Mundial é a vila industrial localizada na periferia urbana, com característica de enclave, ainda que abertos Empreendimentos transnacionais (primeiro uruguaios e depois americanos) ocupam áreas consideravelmente grandes e segregadas do núcleo urbano (Figura 38). A organização hierárquica do trabalho dá emergência a peculiaridades na organização espacial e social, com formas especiais de territorialização. Fala-se aqui em enclaves no seu sentido literal tanto econômico (capital estrangeiro) quanto social e espacial porque assim como o exército, produzem sistemas normativos próprios traduzidos em organização social e espacial endógenas que produzem um ambiente social desvinculado da vida urbana donde fronteiras sociais e de governança delimitam um âmbito no qual a vida cotidiana, as relações sociais são reproduzidas obedecendo a códigos específicos de hierarquia e sujeição baseados no controle e na solidariedade espacial. A segmentação hierárquica vertical com forte correspondência espacial determina a clusterização por gênero e a posição relativa na configuração espacial dos funcionários no enclave.

Na 1ª charqueada (Livramento), propriedade de um grupo de Montevideú trasladado para o território brasileiro, a língua oficial era o espanhol, lecionada em escola própria²⁷², localizado junto a uma rota direta à estação de Rivera (ALBORNOZ, s/d, p.16). Nos anos 1920, frigoríficos norte-americanos (Swift Armour e Wilson) modernizam a produção e consolidam o modelo de vila industrial, cuja vida social é segregada espacialmente da cidade. Estabelecem nova forma de produção do espaço²⁷³ e mudanças na vida social de ambas as cidades, na medida em que a maioria dos trabalhadores era de estrangeiros (homens solteiros) vivendo em grandes números (400 a 500) em alojamentos coletivos na vila afastada da cidade e próxima à linha de fronteira (Figura 34) O porte e a localização de enclaves militares e industriais estão relacionados à expansão urbana descontínua, à formação de bairros operários no entorno, funcionando ora como barreiras espaciais à expansão da malha urbana, ora como vetores de urbanização em periferias afastadas, isoladas por vastas áreas de currais do seu entorno²⁷⁴.

E também a dois processos econômicos simultâneos: a consolidação da pecuária extensiva como insumo à atividade industrial, a captura sazonal da mão de obra desqualificada e excluída dos benefícios do enclave. Estas duas características da expansão industrial contribuem para consolidar tanto a segregação social quanto a espacial, na medida em que a população proveniente da zona rural se assenta precariamente, com o beneplácito das empresas, no seu entorno, dando origem aos hoje chamados assentamentos subnormais.

272 Segundo a autora: o pessoal qualificado e os donos moravam na sede da empresa, todos uruguaios. Aos moldes das vilas industriais do final do séc. XIX, contavam com infraestrutura básica própria (geração de energia elétrica) A língua falada na empresa e ensinada na escola dentro do enclave era o espanhol e a cidadania dos funcionários e professores, uruguaia.

273 Aos moldes das vilas industriais inglesas que se difunde pelo Brasil, principalmente no interior de São Paulo e Minas Gerais (Vale do Aço).

274 Em 1907 a Charqueada Santana, 1ª da cidade estava entre as 20 maiores empresas brasileiras segundo S-CHAFFER (1993, p.43); a linha ferroviária brasileira só chega à cidade em 1912, que já contava com energia elétrica em função dos frigoríficos. Notar que Rivera (UY) à época já contava com 15 escolas e Santana do Livramento só terá seu primeiro ginásio em 1950!

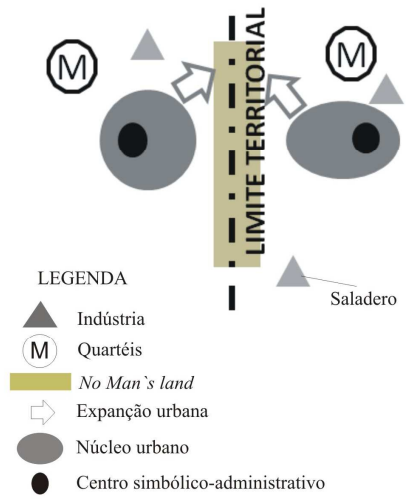
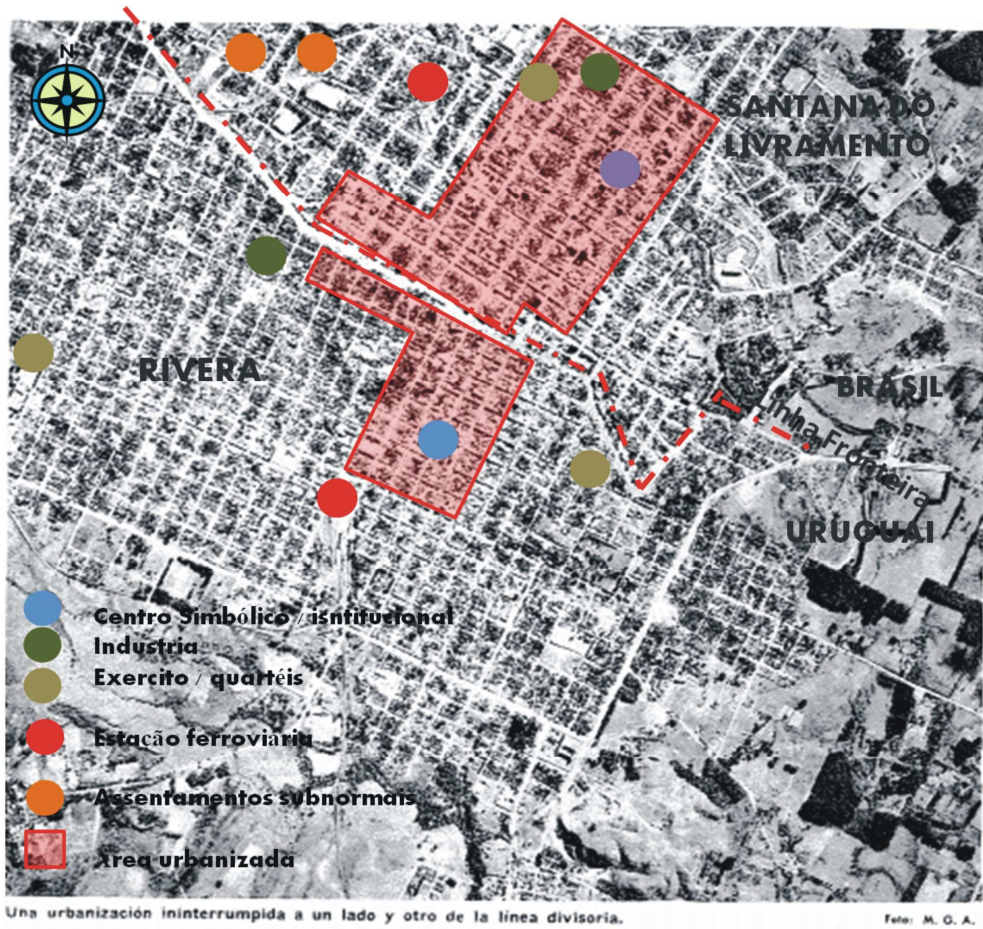


Figura 34: Acima: distribuição de atividades e perímetro consolidado das cidades no início do séc. XX. Abaixo, esq.: *arenal* no início do séc. XX com as cidades espelhadas e uma ligação insipiente entre ambas; o vazio que se tornou Parque Internacional (1943) por ação cooperativa dos governos nacionais, p/ conter o processo de conurbação; trincheira escavada sobre a linha de fronteira no Cerro do Marco (1904). Fonte das imagens, acervo Aníbal Pintos Barrios, Biblioteca Nacional do Uruguai in: ALJANATI, BENEDETTO, PERDOMO, *Op. cit.*, 1970. Abaixo, dir. processo de conurbação. Esquema da autora.

Na dimensão econômica, Santana do Livramento será o centro de um negócio globalizado pelas duas guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais). Entre 1930 e 1950 é o 3º parque industrial do Rio Grande do Sul, quando líderes do poder federal eram da região e contribuem para o seu desenvolvimento²⁷⁵ (SCHAFFER, 1993, p. 49). Torna-se um mercado de trabalho regional que determina a forma como o espaço da cidade é produzido e apropriado e dá novo tom à vida social devido aos ciclos de desocupação da força de trabalho e ao crescimento rápido.

A estrutura da industrialização local tem impacto direto sobre a vida social da conurbação: produz segregação social e espacial fundada sobre o capital econômico (volátil); desvincula o comércio de importação/exportação do comércio local; reproduz e reforça a exclusão social e consolida a pobreza periurbanizada de caráter fortemente rural. A estrutura da economia industrializada não produz uma classe operária urbana, mas reforça as desigualdades existentes entre trabalhadores rurais vivendo às margens da cidade que impacta o comércio local que acompanha as oscilações do mercado laboral da população excluída.

Em Rivera, a industrialização segue rumos diferentes. A classe operária local é pequena e sindical havendo o predomínio da pequena indústria familiar de estrutura mais horizontal e eminentemente local (derivados do leite e da carne, óleo de amendoim, massas²⁷⁶ e cerveja) que se beneficia do mercado brasileiro e nacional e movimentam o comércio local. Os produtores de gado uruguayos vendem para as indústrias situadas no território brasileiro. Até o final dos anos 1950 Rivera será um dos nós mais importantes da indústria do turismo (interno) fomentada pelo governo uruguaio (1936) o que dinamiza, diversifica e sofisticam o comércio local e de serviços (cassinos, hotéis e clubes urbanos), entretenimento (teatros e festas populares como o Carnaval) e do consumo (lojas sofisticadas) com mercado regional.

O contraste entre o desenvolvimento das duas cidades passa pelo monopólio econômico representado pelos frigoríficos em Santana do Livramento. Em 1930, a cidade tinha cinquenta estabelecimentos industriais. A economia local, dependente do capital internacional, entra em declínio econômico com o fim das operações do Frigorífico *Armour* que monopolizava 85% da força de trabalho e 82% do PIB (ALBORNOZ, s/d, p.25). Nos anos 1970, torna-se centro de abastecimento uruguaio através da exportação (combustíveis), alimentos (chegou a ter 80 supermercados na linha de fronteira), bens de consumo duráveis (eletrodomésticos) e, artigos

²⁷⁵ Segundo a autora no início dos anos 1950 a cidade terá 53 estabelecimentos industriais.

²⁷⁶ Rivera foi, nos anos 1970, a maior fabricante de massas caseiras do Uruguai com 70 empresas pequenas, de cunho familiar.

populares, tornando-se o comércio local e os serviços (58% da oferta de empregos) sua base econômica. A tensão entre a complementaridade de centros funcionais, oscilações no câmbio e, principalmente o desenvolvimento da indústria de transformação no Brasil tornarão por um bom tempo a cidade brasileira o centro de compras dos uruguaios, cuja moeda, mais forte e estável os torna consumidores potenciais. A situação muda no início dos anos 2000 com a crise uruguaia e a estabilização da economia brasileira. O turismo de compras e a importação-exportação voltam a ser atividades que promovem o desenvolvimento local. De ambas as cidades... Fecha-se um ciclo?!

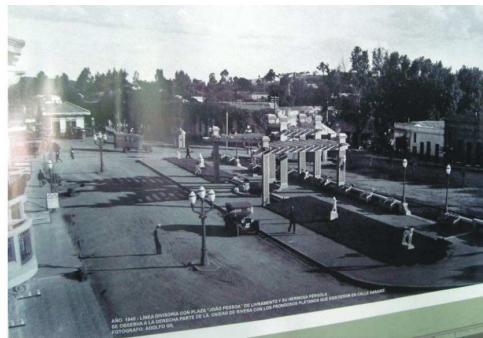
7.1.1.1 Duas formas de copresença transfronteiriças: a *promenade* e o *bolicho*

Desenvolvimento econômico, urbanidade e solidariedades transpaciais são as regras a partir das quais a vida social e espacial se organiza no cotidiano de ambas as cidades, já conurbadas em 1943. O eixo conectando os dois centros simbólicos (Sarandí – Andradas) e seu entorno, sobre a linha de fronteira, transforma-se no centro da vida social com a implantação de um Parque Internacional em 1943 (Figura 35). O parque é concebido como uma *promenade*, circundado por bares, cafés e outros serviços voltados ao entretenimento, integrando espacial e definitivamente, as centralidades contíguas.

A urbanidade se traduz na copresença e no movimento intenso justamente sobre a linha da fronteira durante o dia e à noite. A conurbação é fato irreversível, a zona neutra transformada em polo da vida social, a integração espacial reforçada pelo prolongamento e incorporação de novas linhas axiais, novos caminhos, maior acessibilidade entre as partes. Isso indica que as categorias morador/estranho, brasileiro/uruguaio foram sublimadas através da integração espacial e da qualificação dos espaços abertos públicos. Como se pode ver pela Figura 39, o primeiro trecho conurbado (correspondente à praça Flores da Cunha e ao Cerro do Marco) já recebia investimentos simbólicos justamente onde a centralidade funcional se instalava.



Parque Internacional visto da av. J. Goulart s/ref



Praça Flores da Cunha, 1940 s/ref



Vista da Fronteira do Cerro do Marco, 1950 s/ref.



Cafés no Largo H. Andrade, Adolfo Gil, 1940

Figura 35: Fonte: BLOG Filhos de Santana. Fotos antigas mostram uma Santana Diferente. Edição 14/2/2012.
<http://filhosdesantana.com.br/portal/?p=1713>



Figura 36: (dir.) pulperia uruguaia fotografada por Aníbal Barrios Pintos do livro de sua autoria Pulperias y cafés : instituciones substanciales del vivir oriental. Montevideu, (s/r), 1973. Extraída de URUGUAY. Boliches em Agosto: de La Pulperia AL Boliche. Montevideu: MEC, Dirección Nacional de Cultura, 2011, 5ª edição do evento (catálogo). 40p, p.11.(esq) bolicho do Tónico Grande fronteira gaúcha (s/ref) fonte: blog eu sou do sul, 20/12/2012 acesso via: <http://eusoudosul1.blogspot.com.br/2012/10/bolicho-de-campanha.html>

A vida social e espacial da população urbana é hibridizada como o portunhol. Se isso ocorre no centro das cidades, está correlacionado à continuidade espacial requerida pelo comércio local e a interpenetração das malhas ortogonais. Outros códigos culturais que correspondem às expectativas de integração social da população rural periurbanizada também informam a vida social. E esta se desenvolve em torno das *pulperías* e *bolichos* (Figura 36), que segundo BARRIOS PINTOS (2011), são os centros da vida social masculina do mundo rural (uruguaio, brasileiro, argentino e paraguaio) reproduzidos na periferia segregada da conurbação. Para uma carioca, o *bolicho* é o boteco da campanha: ponto de encontro, bar, restaurante, bordel, banco de empréstimos, jornal falado, armazém (de contrabando inclusive) e organizador de eventos significativos da vida *campeira* (corridas, remates, etc.), lugares onde a vida cotidiana reproduz a sociabilidade rural (Figura 41) como no Rio, o botequim é o centro da vida social do subúrbio. No botequim a copresença está correlacionada ao movimento natural, no bolicho ao sistema de escolha de rotas, demonstrando dois aspectos diferentes da integração espacial e segmentada; a primeira emerge da solidariedade espacial, a segunda da transpacial.

Segundo SCHAFFER (1993, p.50) “a existência de Santana do Livramento e Rivera não se explica fora do contexto da fronteira. Esta posição geográfica é fator fundamental ao comércio local e este o responsável pelo crescimento urbano”. O que se pretendeu demonstrar é que o comércio local assume duas formas diferentes na sua espacialização – uma urbana descrita por HILLIER (1998) e outra pontual, referente à organização social e espacial, características do mundo rural, disperso e fragmentado. A produção do espaço de ambas as cidades vai ser marcada pela diferença entre categorias urbano e rural, morador - estranho, formando periferias com baixas densidades, segregadas espacialmente dos centros da vida urbana: a expansão de Santana do Livramento (1930) e seu desenvolvimento econômico, marcados pelo processo de autosegregação das elites nos anos 1970. De cosmopolita e urbanita, torna-se suburbana. Em Rivera a migração rural em massa chega mais tarde (1970) produzindo o mesmo tipo de segregação socioespacial.

Isto está correlacionado à decadência da atividade industrial, à fuga dos investimentos estrangeiros e à emergência de uma nova forma de conectividade territorial e integração regional para a qual, o porto de Montevideú, perde importância e São Paulo e Porto Alegre tornam-se os grandes centros produtores e consumidores, como atestam a abertura da BR 293 e 158 (1976-8).

A crise econômica durante mais de trinta anos tem consequências para a conurbação. A complementaridade e as vantagens oportunistas propiciadas pelo transfronteirismo são responsáveis pela estabilização da economia à escala local, ainda que produzindo desvantagens para um ou outro lado. Se as elites choram a perda de seu patrimônio, os excluídos nos processos de acumulação de capital, a população pobre urbanizada capitaliza as vantagens cambiais. Nos anos 1970, Rivera se confronta com processo inédito na sua expansão: o êxodo rural do lado de lá da fronteira está associado à estagnação e falta de renovação do sistema produtivo do país. A segregação espacial da população rural é reforçada pelas políticas habitacionais do governo nacional, dando emergência a enclaves na periferia da malha ortogonal. A segmentação da estrutura social corresponde à divisão campo-cidade, aos urbanitas e aos campesinos que estão além de fronteiras sociais inscritas espacialmente ao Sul e a Noroeste, demonstrando que os que detém poder econômico não tem nacionalidade.

A linha de fronteira, um atrator poderoso para todos já que a vida espacial e econômica está relacionada às possibilidades de cruzá-la, seja através de caminhos tortuosos e ocultos na periferia, seja à vista de todos no centro das cidades. A integração espacial e a construção de redes transpaciais de solidariedade são indispensáveis às práticas cotidianas de todas as categorias sociais. Dos que estão próximos da linha de fronteira e segregados por fronteiras sociais e dos que, apesar de dependentes da dinâmica transfronteiriça, estão muito além desta. E estas podem ser lidas a partir da localização de cafés e confeitarias e de *bolichos* e *pulperías*.

7.2 A descrição dos padrões espaciais das partes da conurbação

Considerou-se importante descrever em separado as partes da conurbação para que, na análise do todo, aspectos que não pode ser explicados a partir de suas partes sejam identificados. Por isso se seguem a descrição dos padrões espaciais de Santana do Livramento e Rivera, se analisa o desempenho de algumas medidas sintáticas em relação a amostras transculturais (MEDEIROS, 2006) baseadas na mesma metodologia descritiva para as cidades-gêmeas Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). estas são descritas como sistemas urbanos independentes e algumas considerações são feitas em relação à forma como o espaço é produzido e apropriado.

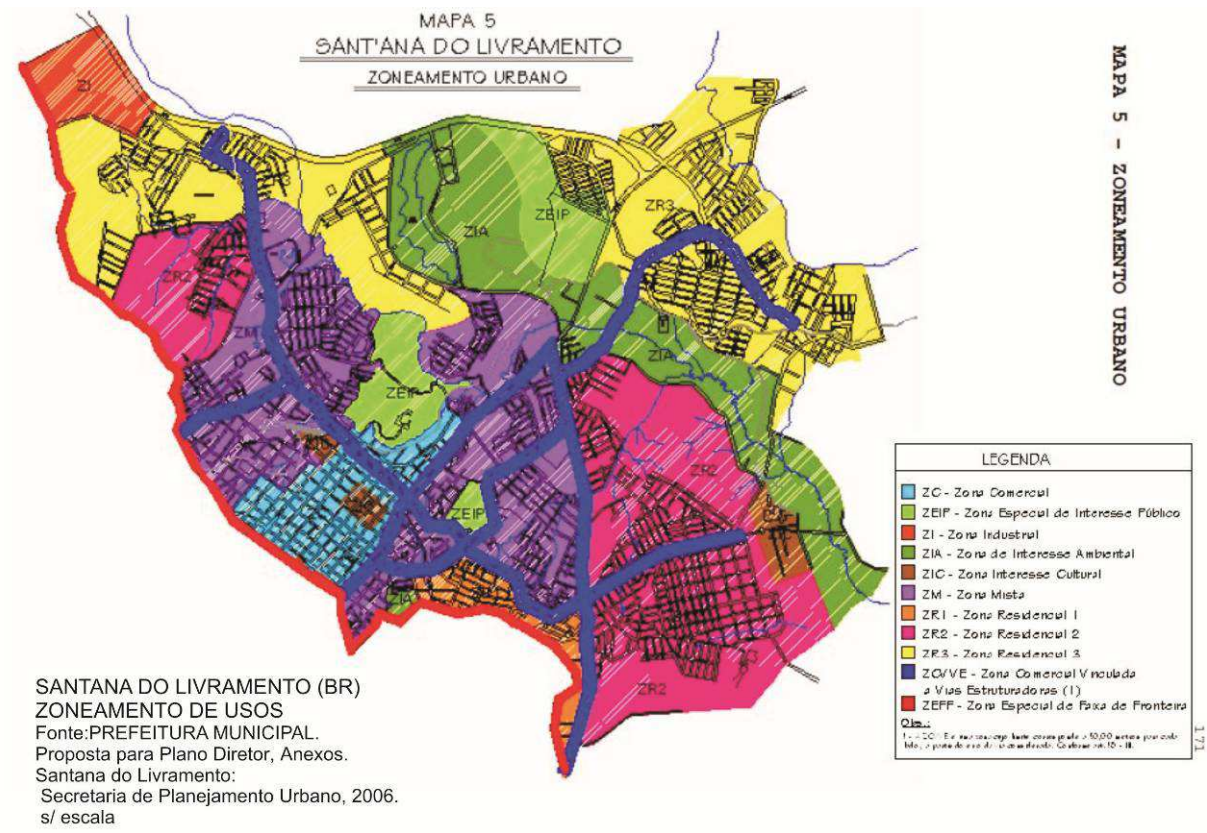
7.2.1 Os padrões espaciais de Santana do Livramento / BR: o arquipélago e a península

Pode-se falar sobre três padrões espaciais que preponderam na configuração espacial da cidade, que estão correlacionados às expectativas dos que controlam a produção do espaço quanto à interação e integração com estranhos e com a alteridade. Esta leitura provê sentidos à sintaxe espacial e se baseia na distinção nas formas de produção e apropriação do espaço por moradores e estranhos. Como há correspondência entre estas categorias sociais e a estrutura espacial, nas formas como o espaço é produzido e apropriado socialmente, implicando diferenças de integração e segregação social e espacial entre classes. A *terra firme*, o centro histórico onde predomina o código da urbanidade e as solidariedades transpaciais, a *península* que realiza os anseios da elite quanto à suburbanização, semelhante às expansões brasileiras do tipo *colcha de retalhos* e o *arquipélago*, onde segregação espacial molda a realidade da pobreza urbana. Duas destas diferenças são capturadas no Plano Diretor de Santana do Livramento (PREFEITURA MUNICIPAL, 2006), a partir da subdivisão da cidade em duas áreas de planejamento (Figura 37) que correspondem a diferenças entre os padrões espaciais do arquipélago (área I, Figura 45) e da terra firme & península (área II, Figura 46). Há coerência entre a divisão do Planejamento Urbano, segmentação social e atributos morfológicos analisados a partir da modelagem axial e segmentada do sistema de espaços abertos.

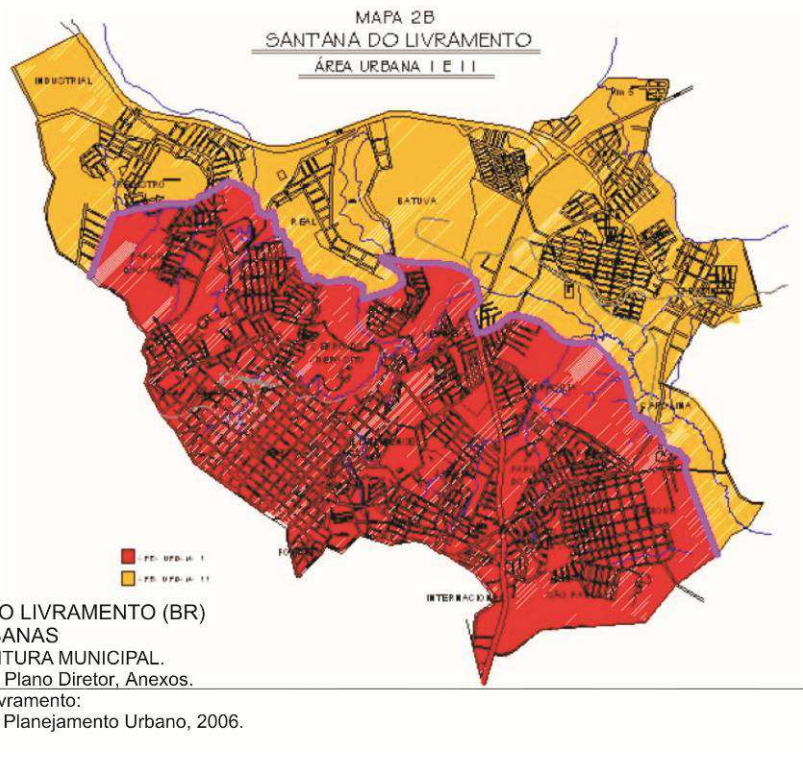
Nos grafos de Integração Axial e Segmentada Global e Local (Figura 38), nota-se (pela escala de cores mais quentes) que a integração global axial (HH-Rn) se concentra sobre poucas linhas longas correspondentes ao sistema rodoviário que conecta Santana do Livramento a Porto Alegre (sentido N-S) e a outras cidades da região NE-NO (BR 293) e definem grandes áreas em que fragmentos urbanizados estão dispersos em vazios urbanos destacando-se do centro histórico e sua periferia imediata cuja estrutura é compacta e contínua.

Diferenças nos padrões espaciais opõem duas grandes áreas a partir do centro histórico: à Norte -Noroeste, o que se pode chamar de urbanização em arquipélago, descontínua, fragmentada, segregada por vazios urbanos (área II); à Sudeste (área I), uma península, onde a expansão urbana é contínua produzindo uma estrutura que se ramifica do centro histórico a partir da BR158 (Porto Alegre) e sua conexão com a *Ruta 5* (Montevideú).

Há correlação entre os focos de urbanização periférica e estes eixos de maior integração que estabelecem um anel periférico limitando as partes mais segregadas do sistema.



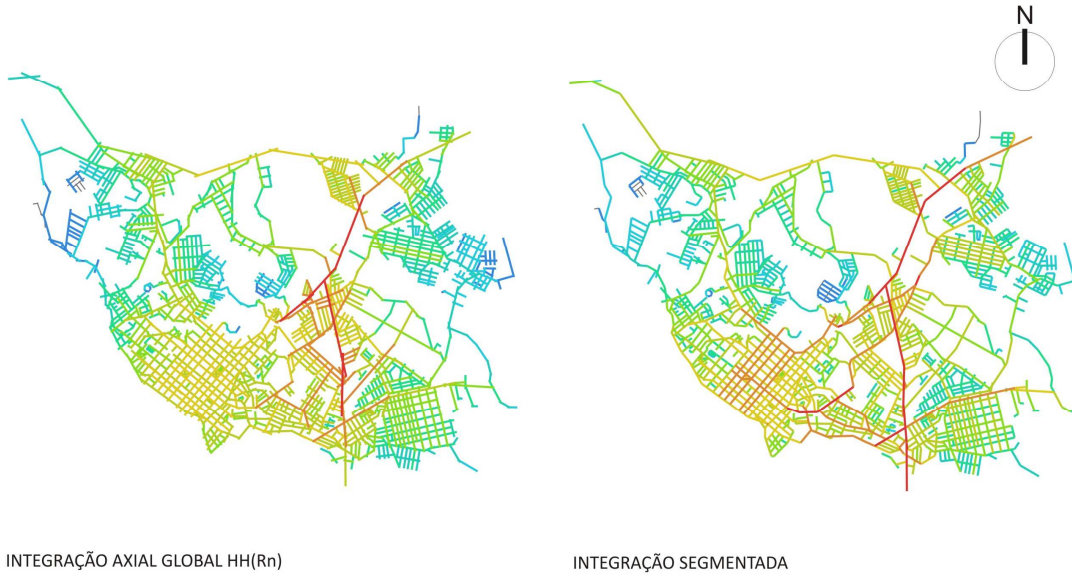
SANTANA DO LIVRAMENTO (BR)
ZONEAMENTO DE USOS
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL.
Proposta para Plano Diretor, Anexos.
Santana do Livramento:
Secretaria de Planejamento Urbano, 2006.
s/ escala



SANTANA DO LIVRAMENTO (BR)
ÁREAS URBANAS
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL.
Proposta para Plano Diretor, Anexos.
Santana do Livramento:
Secretaria de Planejamento Urbano, 2006.
s/ escala

Figura 37: Planta da divisão de bairros de Santana do Livramento (BR). Fonte: Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, 2006 (Op. cit.) Recursos eletrônicos fornecidos gentilmente pela Secretaria de Planejamento Urbano Municipal em 2007.

SANTANA DO LIVRAMENTO (BR): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA



INTEGRAÇÃO AXIAL GLOBAL HH(Rn)

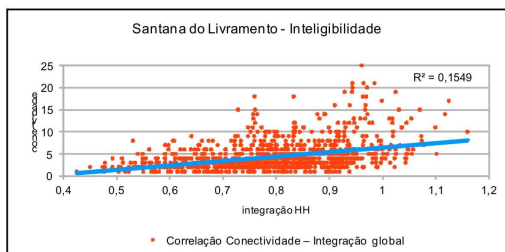
INTEGRAÇÃO SEGMENTADA

8000m

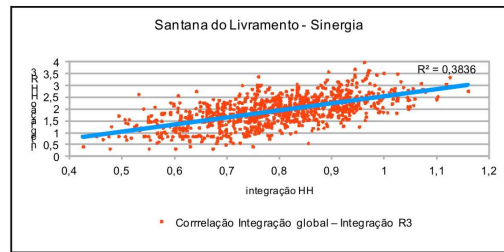


INTEGRAÇÃO AXIAL LOCAL HH(R3)

INTEGRAÇÃO SEGMENTADA LOCAL R3 STEP



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - CONECTIVIDADE
INTEGIBILIDADE R2=0.1549



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - INTEGRAÇÃO LOCAL
SINERGIA R2=0.38365

Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 38: Santana do Livramento (BR) Modelagem axial e segmentada da estrutura de integração global e local e síntese das medidas e correlações axiais (inteligibilidade e sinergia). Da autora e Daniela Reckziegel.

SANTANA DO LIVRAMENTO (BR): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA

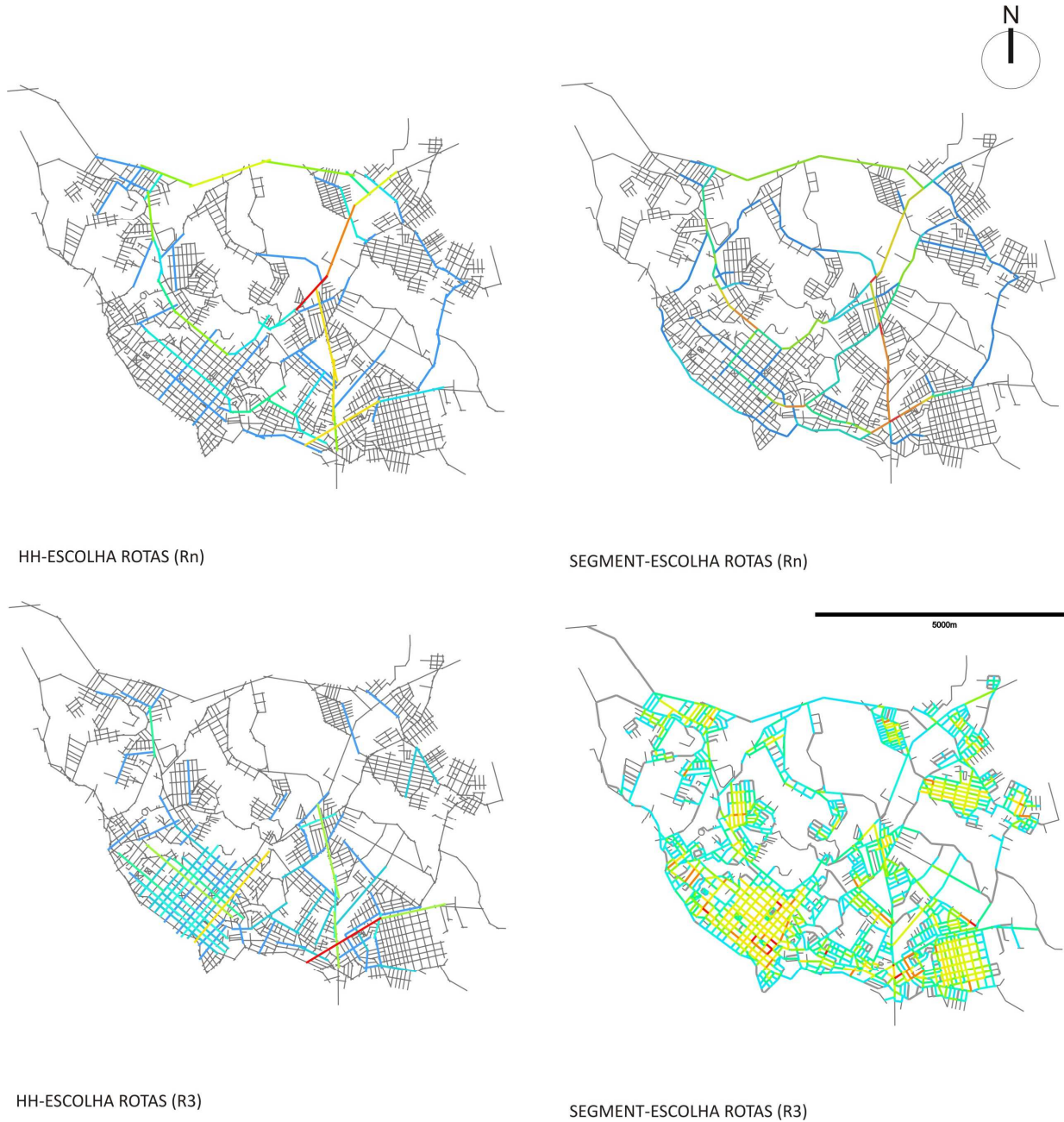
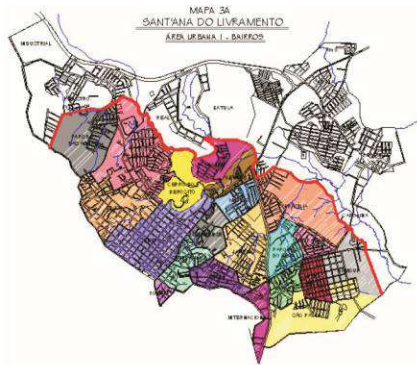
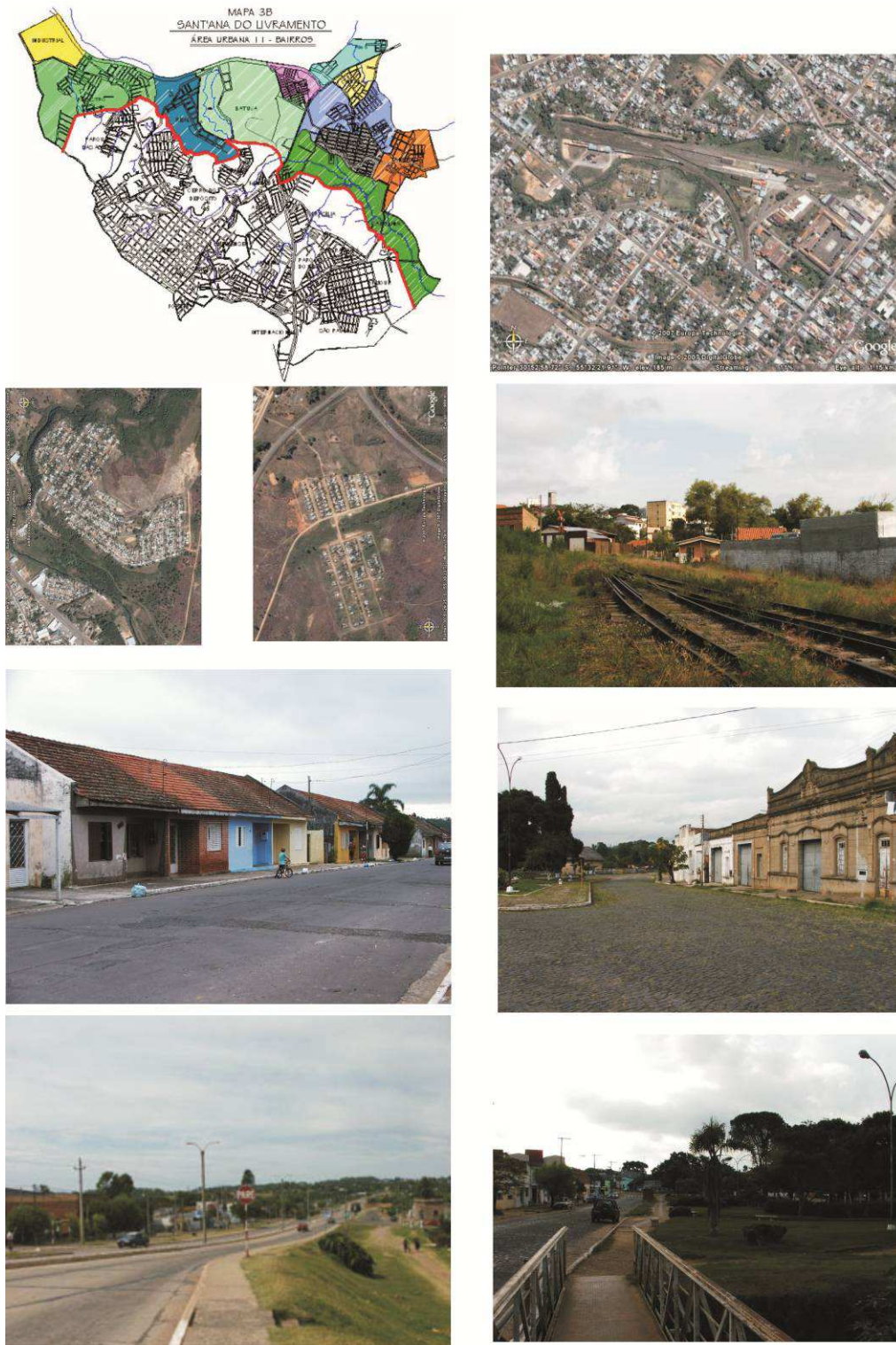


Figura 39: SANTANA DO LIVRAMENTO. Esquerda, modelagem axial CHOICE (escolha de rotas) global e à direita local e modelagem segmentada CHOICE (escolha de rotas). A base cartográfica foi provida pela Prefeitura Municipal de Santana do Livramento. A decomposição da rede axial produzida por Andrea da Costa Braga e Daniela Reckziegel.



AREA I Santana do Livramento:
 (esq.): Andradas, Pça Sta Casa
 Davi Canabarro
 (dir): Praça general Osório (Prefeitura),
 Silveira Martins, Rivadávia Correa
 Imagens (da autora)

Figura 40: AREA I, o centro (terra firme) e a península). A Rivadávia Corrêa é a rota mais importante conectando a Periferia NE à linha de fronteira e, transformada em espaço simbólico/ eventos que resgatam a memória rural gaúcha (Revolução Farroupilha) e onde se situa a sede da Prefeitura Municipal. Andradas (esq. acima) é um dos corredores de comércio mais importantes da cidade no segmento mais próximo à linha de fronteira, junto com a Rivadávia Corrêa, Silveira Martins (esq. centro) e Davi Canabarro (esq. centro e embaixo) conecta a praça secundária da Santa Casa às expansões a Leste (Hidráulica), eixo de conexão preferencial até a abertura da BR 158.



AREA II Santana do Livramento:
 (esq.): Imagens de satélite Google Earth Loteamento Simon Bolívar e Vila Planalto (dir.): Entorno estação de trem e vila Planalto
 Imagens da urbanização Area II (da autora)

Figura 41: A área II (Plano Diretor de Desenvolvimento, 2006) de Santana do Livramento. De cima p/ baixo: Entorno da estação ferroviária, Bairro Planalto e Loteamento Simon Bolívar (BNH), imagens Google Earth. Fotografias: da autora.

A área II, a N-NO do centro, ao qual se conectam pontualmente ilhas urbanizadas, a estrutura espacial é do tipo árvore, caracterizada pela descontinuidade do sistema axial, correlacionado à produção de enclaves abertos que emergem em função de loteamentos descontínuos em glebas rurais ao longo da rede rodoviária (BR293) – loteamentos populares e conjuntos habitacionais, a maioria das décadas de 1970-80 (SCHAFFER, 1993); os grandes vazios urbanos correspondem à geomorfologia da área assinalados no Plano Diretor como Zona de Interesse Público Especial (Figuras 37 e 41) e a enclaves militares e industriais, que explicam porque há trechos urbanizados descontínuos (assentamentos autoconstruídos) na periferia do centro.

A configuração espacial demonstra coerência com a dinâmica de transformação de periferias rurais (mercado de trabalho dos assentados) em urbana, denotando mudanças nas relações de trabalho (de agregado nas fazendas à mão de obra flutuante). Há forte correspondência entre configuração espacial e segmentação social rural-urbana. A forma de expansão desta área, polinucleada e dispersa, reforça as desigualdades de acesso à integração social, econômica e espacial, perpetuando a marginalização a que estão sujeitos.

No mesmo grafo (Figura 38), à Sudeste, a malha rodoviária (em vermelho) define o limite da península, cruzando uma estrada vicinal que ligava o Frigorífico *Armour* à fronteira, formando um esquema radial de linhas mais integradas a partir das quais novos loteamentos, para classes altas e médias foram produzidos. Segundo FIGUEIREDO e AMORIM (2007) malhas ortogonais pulverizam teoricamente a centralidade devido ao seu caráter não hierárquico, produzindo uma centralidade excêntrica, ancorada num equipamento industrial, coerente com a importância econômica que o Frigorífico teve na história da cidade.

A expansão urbana em direção SE também se baseia na segregação espacial ainda que haja continuidade do tecido urbanizado, com perda de compacidade e ganho de deformação da malha. Isto pode ser explicado pela posição relativa e a forma de articulação entre os eixos dos segmentos de maior integração (Figura 39, Integração Segmentada) que se conecta diretamente à malha ortogonal do Centro Histórico através de linhas na quais se localizam os centros simbólicos da cidade: Praça General Osório e Parque Internacional. Diferente da periferia em arquipélago, a segregação espacial das elites na península é uma escolha que não os desvincula da comunidade urbana, só os afasta das interações indesejadas. Os eixos de maior integração delimitam quatro setores circulares a partir dos quais também é conferido o acesso a loteamentos populares (bairros já existentes e operários), demarcando radialmente fronteiras socioeconômicas. Os padrões espaciais se caracterizam pela descontinuidade e pela profundida-

de relativa no sistema, indicando que são espaços controlados localmente, pelos moradores, nos quais densidades e potenciais de movimento são baixos. Este processo já havia sido identificado por SCHAFFER (1993, p.57). “nítida segregação socioespacial, ampliação da área construída, incorporação de vazios urbanos e valorização / verticalização do espaço central”.

Há coerência entre integração axial global e integração segmentada, confirmando as tendências de expansão urbana no Brasil: suburbanização indistinta de classes altas e baixas em bairros predominantemente residenciais e abandono dos centros simbólicos. A correspondência entre loteamentos e público-alvo (determinado pelo valor do lote) reforça segmentação social e homogeneidade da vizinhança, restringindo a interação a membros de uma mesma categoria social (moradores) na vida cotidiana (RIGATTI, 2003), configurando o que QUIJARO (op. cit.) denomina segregação residencial.

A suburbanização das classes mais altas denota a importância do transporte individual e induz à dispersão de novas centralidades ao longo de eixos mais integrados global e localmente na periferia do centro histórico (Figuras 38 e 39). A disseminação de loteamentos de forma descontínua, altamente segregados segue a lógica da especulação imobiliária, que força a expansão do perímetro urbano com densidades baixas, predominantemente residenciais, mantendo-se o Centro histórico como a área mais densa, de uso misto, verticalizada, (Figura 40).

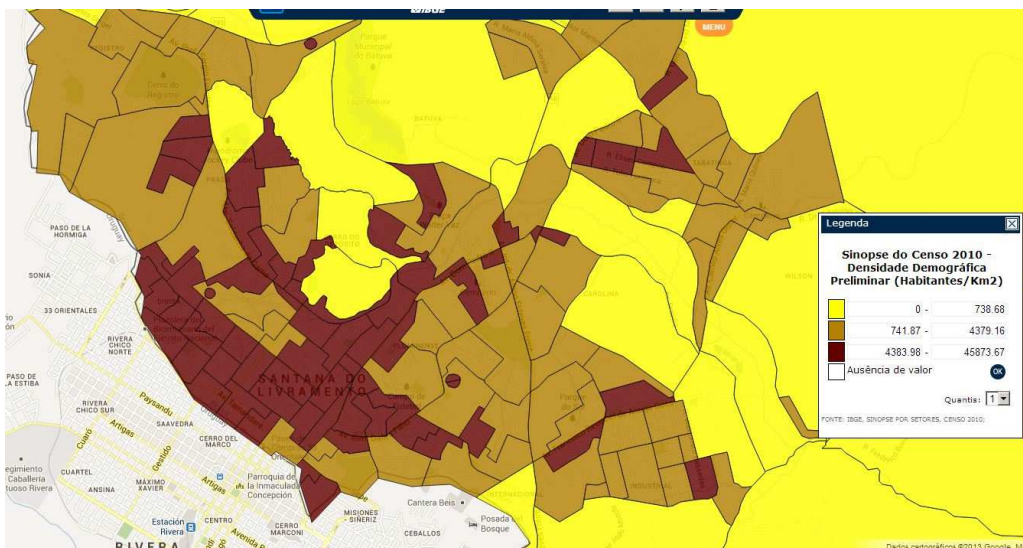


Figura 42: Malha setores censitários do Brasil, estabelecimentos comerciais – Rio Grande do Sul, Censo 2010, IBGE.

A correlação entre Integração Segmentada e a emergência de novas centralidades (HILLIER, 1999), (Figura 39) se relaciona ao movimento através da cidade e ao movimento no entorno (de - para) das áreas de expansão residencial, associado ao comércio de abastecimento

e ao uso de veículos motorizados, tendência que se observa na configuração da maioria das cidades brasileiras: aos que detém o poder econômico esta representa a escolha na participação da vida urbana, dissociada de seu cotidiano porque controlam sua mobilidade (RIGATTI, 2003), que QUIJARO (1970) já identificava como característico da segregação residencial nas interações entre classes socioeconômicas na América Latina.

Baixas densidades e uso residencial unifamiliar predominante (Figura 47) sintetizam as tendências à reprodução da desigualdade social e econômica ancorada na segregação espacial. Nas faixas de renda mais altas a transformação das expectativas quanto à moradia denotam que a urbanidade é relevada e há maior investimento nos códigos que privilegiam o controle local. Nestes setores, que correspondem a espaços profundos da malha urbana, a solidariedade espacial e o controle do morador preponderam sobre a copresença diversificada, demonstrando que segregação residencial é escolha para certos grupos e contingência para outros.

A forma como a segregação espacial se processa, correlacionada aos padrões espaciais atribuído ao trabalhador rural o rótulo de estranho e às elites, o de moradores. Estes sendo capazes de capturar os benefícios da integração global e do sistema de escolha de rotas (HH e Segmentada, Figura 39) que indica uma probabilidade maior de fluxos no centro do sistema radial periférico. Suas escolhas locais capturam ambas as vantagens: há segregação espacial e boa conectividade com as outras partes da cidade. Estes processos estão correlacionados à densificação e verticalização do Centro da cidade, seguida da suburbanização das classes mais altas: de centralidade axial, baseada no potencial de movimento natural para centralidades localizadas sobre rotas de maior probabilidade de fluxos, onde se localizam grandes supermercados, lojas de materiais de construção e de veículos. A copresença no centro é transformada segundo novos códigos que informam a expansão urbana e a segmentação social.

A importância da integração local entre a periferia imediata N e NE e o centro, informando que localmente a integração à linha de fronteira ainda é importante para a dinâmica do movimento natural no bairro e explica a copresença indistinta de moradores (classe média e pequena burguesia local) e estranhos (a população rural urbanizada). Comparando-se integração local axial (HH-R3) e segmentada (Integração segmentada R3 *step*) observam-se distinções entre ambas: a primeira é a captura do efeito de borda na análise segmentada, que indica menores probabilidades de fluxos próximos à linha de fronteira, contrastando com a anelaridade na qual se este eixo se inclui, evidente no sistema de escolha de rotas globais segmentado (Figura 39). A estrutura do sistema de escolhas se bifurca produzindo dois tipos de anelaridade: a

Nordeste, periférica que define fronteira social entre a zona popular da cidade e o centro; a Sudeste, radial delimitando bairros homogêneos socioeconomicamente. Nos dois casos, eixos e segmentos de maior medida de integração (axial global) e de probabilidade de escolha de rotas espacializam fronteiras sociais, revelando coerência entre segmentação socioeconômica e segregação espacial. A proximidade topológica da zona Sudeste à fronteira e Centro e a continuidade da expansão urbana demonstram que a segregação espacial destas classes é menos rigoroso do que os conferidos à população periurbana.

A rota que conecta as estradas ao centro simbólico (*Choice* Segmentado R3, linha amarela sentido L-O) demonstra que este é secundário no sistema anelar de deslocamentos globais, comparecendo no sistema de escolha de rotas axial local (*Choice* HH-R3). A maior probabilidade de fluxos (Integração Segmentada) informa distinções importantes encontradas na consolidação da centralidade funcional sobre poucos eixos que se conectam diretamente à linha de fronteira – a Rivadávia Corrêa e a Andradas, incluindo o segmento da linha de fronteira com maior densidade de usos comerciais e verticalização pronunciada, uma estrutura anelar próxima da forma de uma circunferência que exclui os extremos nas periferias NE e SE, envolvendo o que se pode considerar de perímetro efetivamente mais urbanizado. Configura o que um sistema de *ring roads* exógeno, superposto ao limite territorial do estado nacional.

Os potenciais de movimento natural no centro histórico são distributivos, favorecendo interfaces entre moradores e estranhos. Por isso transforma-se em centralidade popular, no qual a continuidade espacial requerida pelo comércio local inclui e integra as periferias NE e SE. Sua forte conexão com a periferia popular denota que esta área é também a que detém maior potencial de interação entre classes sociais, com rotas de maior probabilidade de fluxos cortando o sistema ortogonal nos dois sentidos. Conclui-se que configuração espacial e vida social e espacial são coerentes com os padrões de segregação da sociedade brasileira. Também coerente com o abandono do Centro às camadas mais populares, nos lugares de maior integração axial, de potenciais altos de movimento natural e de copresença diversificada.

O centro histórico, que tem suas funções simbólicas erodidas se torna um centro de comércio popular através da agência de árabes-palestinos e sírio-libaneses que, a partir do final dos anos 1950 instalam comércio de roupas e utensílios domésticos nos eixos de maior integração (HH-Rn) a Oeste, conectando a linha de fronteira à periferia Norte da cidade. E moram ao lado. O que rege as escolhas locais dos comerciantes é a acessibilidade aos prováveis

consumidores, demonstrando a mesma lógica de integração espacial, econômica e social que a de imigrantes em grandes cidades europeias (VAUGHAN, 2002).

A malha ortogonal do centro e seu esvaziamento configuram as condições ideais de visibilidade – invisibilidade para a moradia de estranhos / estrangeiros. Em lugares de alta acessibilidade, baixo controle local e alta probabilidade de fluxos têm as condições ideais de moradia e trabalho que facilitam sua integração econômica e social. A malha xadrez permite que as interações estranho–morador ocorram sem grandes conflitos dado que, apesar da tendência à autossegregação das elites, o centro da cidade continua a ser das áreas mais densas, indicando que o uso habitacional e o uso misto não foram substituídos pelo uso exclusivamente comercial (Figura 47). É um bairro, além de raso, de alta acessibilidade e fraco controle local, populoso, portanto de alto potencial de copresença diversificada, de urbanidade. Nos espaços rasos da malha xadrez os árabes-palestinos são tão estranhos quanto os uruguaios ou os gaúchos (da campanha) que circulam por ali.

A partir do desinteresse das elites na área central, adquirem imóveis e consolidam uma centralidade funcional ao longo dos eixos de maior probabilidade de fluxos no miolo do centro e no trecho da linha de fronteira que comparece no sistema de escolha de rotas locais. Seu comércio é local, de abastecimento e de vestuário. Segundo LIGHT *et al.* (2009) o comércio local é uma atividade historicamente desprezada pelas elites; e este código cultural está associado a sociedades que tendem à verticalidade nas relações sociais. Opõe produtor e vendedor, quem detém controle sobre a produção e distribuição de mercadorias e aqueles que vivem de intermediar a interação entre quem produz e quem consome, os comerciantes. Isto torna ainda mais óbvia a correlação entre as escolhas locacionais dos comerciantes árabes-palestinos e as diferenças nos padrões espaciais das partes da cidade. O centro, apropriado por moradores e estranhos integrados espacialmente, socialmente e economicamente aos extremos da pirâmide social. *Middlemen.*

As mudanças nos códigos culturais passam a se pautar pela noção de encontros e esquivanças (HOLANDA, 2009) ou pela copresença seletiva a partir da segregação espacial e baixa acessibilidade dos locais de moradia das classes econômicas mais favorecidas. Na área central, a interação entre todas as classes sociais tem potencial de ocorrer, o que permite que se produzam e se reproduzam outras formas de solidariedade, espaciais que tendem a integrar socialmente o grupo, tornando-os moradores, locais.

O Centro de Santana do Livramento apresentava no final dos anos 1990 muitos imóveis desocupados, sobretudo as grandes casas, com terrenos maiores o que também demonstra que, além do mimetismo à suburbanização dos ricos no Brasil, rompendo os códigos de urbanidade que embasaram o cosmopolitismo da vida social e espacial até os anos 1970, há outros fatores que informam esta dinâmica, como a crise da agroindústria. O valor dos imóveis na área central indicando a função de reserva de capital²⁷⁷, o que também explica a opção pelo subúrbio

Torna-se atraente para outro tipo de comércio, aquele voltado para o abastecimento de bens de consumo populares, dependentes da continuidade espacial e da integração local e do turismo de consumo, baseado nas mesmas prerrogativas. A coerência entre medidas de integração axial local que, segundo HILLIER (1993) é fundamental para o desenvolvimento de centralidades funcionais e a consolidação de um centro de comércio local, indica que integração axial e centralidade morfológica continuam sendo variáveis importantes na resiliência do centro da cidade como centro funcional, permitindo transformações nos tipos de comércio que atendem às mudanças nas expectativas de consumo.

Sua força reside na acessibilidade, na continuidade espacial que o comércio local demanda, nos altos potenciais de movimento natural e copresença. Do pedestrianismo que já distingui ricos e pobres e hoje se tornou um valor. Estas transformações são coerentes com as expectativas sociais segmentadas socioeconomicamente que a tornam uma cidade inegavelmente brasileira, mas não tão distante do cosmopolitismo de outrora.

7.2.1.1 Santana do Livramento, uma cidade brasileira, com certeza!

A partir da descrição dos padrões espaciais e da vida social e espacial de Santana do Livramento o objetivo deste tópico é confrontar as medidas e correlações da modelagem axial com a amostra de cidades e a tipificação proposta por MEDEIROS (2006) e MEDEIROS e HOLANDA (2007), baseada em medidas e correlações sintáticas. A meta é comprovar se esta cidade da fronteira Brasil–Uruguai pode ser considerada latino americana como alguns autores sugerem ou se é uma cidade efetivamente brasileira, as transformações dos padrões espaciais produzindo uma configuração espacial que realiza as expectativas de interação entre categorias sociais informadas pelos códigos culturais (HILLIER, 1993).

²⁷⁷ Da observação participante pode-se inferir que muitos imóveis do Centro foram dados como caução a bancos para financiamento rural. Seu valor atribuído pelo potencial construtivo proposto no Plano Diretor e não pelo valor de mercado.

A hipótese é que a expansão urbana produz uma *outra* configuração espacial que não se resume à malha xadrez do núcleo histórico ou realiza as expectativas de integração social entre categorias sociais a que o núcleo urbano serviu (HILLIER, 1996).

Da modelagem axial do sistema espacial de Santana do Livramento (BR) obtiveram-se as seguintes medidas e correlações que podem ser verificadas a partir da Figura 43. O sistema, relativamente pequeno, com 1165 linhas guarda as seguintes características gerais quanto à integração (estrutura do sistema):

Quadro 8: resumo das características gerais quanto à integração axial.

Numero de linhas axiais	HH Rn média	HH R3 média	Inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
1165	0,7887	1,91	0,15	0,38	10,92

Comparando-se as medidas de integração axial global (Rn) e Local (R3) médias no quadro acima e comparando-as com a Figura 43, notam-se grandes diferenças na estrutura espacial. Menos de 1% das linhas se encontra no patamar superior de medida de integração (0.85%), o maior número de linhas longas no patamar de integração global média (frequência de 525 linhas, 45% do total de linhas do sistema), obtendo-se uma **integração global média de 0,7887**, baixa. No entanto, pode-se observar que metade do sistema apresenta medida de integração bem superior à média, o que demonstra as diferenças morfológicas entre o centro consolidado, em malha xadrez, as expansões urbanas e a morfologia fragmentada dos enclaves. Comparada a amostras transculturais (MEDEIROS 2006 e MEDEIROS e HOLANDA, 2007) o sistema é coerente com a amostra para cidades brasileiras (0,77).

O baixo desempenho do sistema quanto à integração está correlacionado ao processo de expansão característico de nossas cidades: segregação espacial, descontinuidade da malha urbana, fragmentação e dispersão da urbanização. Se relaciona ao processo de crescimento urbano que, após um curto período de densificação máxima do núcleo inicial, se expande de forma dispersa e descontínua sem reter as características da malha ortogonal. Na expansão urbana, o processo de produção do espaço é agenciado tanto por instituições públicas, como o BNH, quanto por empreendedores privados. Ambos seguem sua própria lógica (de oportunidade e disponibilidade de áreas para desenvolvimento a custos baixos), em núcleos dispersos de baixas densidades o que provoca a expansão do perímetro urbano. A geografia natural e os

enclaves já existentes contribuem para a segregação espacial e a descontinuidade da malha urbana.

O que se correlaciona à baixa integração média no sistema é a dominância de literais fins de caminho, núcleos isolados e dispersos com níveis baixos de integração global. O observado empiricamente é a descontinuidade espacial é a responsável pela fragilidade da medida de integração, bem como a produção fragmentada do espaço, que resulta numa urbanização do tipo arquipélago no qual as regras de segregação espacial preponderam.

Quanto à **profundidade média (10,92)** das linhas do sistema em relação a todas as demais, o resultado obtido na amostra de MEDEIROS e HOLANDA (2007, p.29.7) para cidades brasileiras (16,57) é significativamente mais alto que para o sistema analisado devido à insignificância da maioria dos núcleos de expansão urbana, incapazes de configurar um tecido urbano contínuo, ao uso da malha ortogonal como fórmula na produção de loteamentos novos que, apesar de segregados globalmente contribuem para melhorar o desempenho da medida.

A **sinergia do sistema (0,38)** coincide com a média obtida para cidades brasileiras na mesma amostra. Segundo MEDEIROS e HOLANDA (2007) esta variável se correlaciona à articulação entre as partes do sistema, aos retalhos de malha urbana com suas deformações peculiares, à expansão fragmentada e descontínua no tempo e no espaço. Ou seja, oposto à lógica de continuidade da malha ortogonal, caracteriza um sistema de adição de partes. E isto se correlaciona às características de auto-organização do sistema espacial, no qual o controle sobre a produção do espaço pelas instituições públicas locais é mínimo à época em que a expansão urbana é mais acelerada (1970-80). A expansão urbana é comandada por agentes diversos, com seus próprios interesses, sejam especuladores imobiliários, sejam os que adotam a autoconstrução, sejam instituições que atuam à escala nacional como o BNH (SCHAFFER, 1993). E isto se reflete no baixo índice de sinergia que é indicador de fragmentação socioespacial.

A **inteligibilidade (0,15)** muito baixa do sistema, coincidente com as encontradas para os sistemas brasileiros (15%, ou 0,15) pelos autores demonstra que esta correlação não pode estar simplesmente associada ao tamanho do sistema (em número de linhas). Neste pequeno sistema axial, a tendência à concentração de acesso em poucas linhas, tipo árvore contribui para o baixo desempenho da correlação. Ao navegar sobre os eixos de maior acessibilidade na parte mais dispersa do sistema, o estranho recebe muito pouca informação quanto à sua localização e para onde se dirige. O que corrobora o fato de que as linhas mais integradas, à exceção das

duas que estão contidas na periferia do Centro e que o cruzam, um trecho da BR 158 que se conecta à *Ruta 5* não tendem a ser apropriadas porque são lugares de passagem, de fluxos entre partes do sistema, a maioria delas, estradas ou trechos destas.

Estas linhas estarem ressaltadas no sistema de escolha (*Choice Rn* e *R3*, Figura 11) corroboram esta intuição. Não são lugares de copresença, de movimento natural. São trechos de rodovias. O que nos levou à análise segmentada para entender melhor os nós que realmente capturam centralidades. Estas tampouco significam movimento ou apropriação social do espaço. O modelo norte-americano de grandes lojas dispersas, muitas vezes ocupando todo um quarteirão, é o adotado. E estes estão correlacionados às diferenças nos padrões espaciais do núcleo original em oposição aos parâmetros na produção do espaço que informaram as expansões urbanas e reafirma a dicotomia entre os códigos espaciais diagnosticados.

Não se pode dizer que se trata de uma preponderância de códigos espaciais e transpaciais e sim da prevalência de um código transpacial, correspondente à área central consolidada do assentamento e outra que nega o espaço urbano, um código espacial que opera à escala da integração territorial, da região onde poucas linhas muito integradas controlam o acesso a pequenas áreas urbanizadas que caracterizam uma tendência ao desurbanismo ou ao urbanismo rodoviário, se é possível falar nestes termos. Neste último, preponderam as relações transpaciais porque não se pode dizer que a parte Norte da cidade seja urbanizada. É uma área rural com loteamentos isolados que corresponde a um código de segregação, de exclusão de negação da urbanização.

A mudança no paradigma de expansão da cidade impõe uma nova lógica às práticas cotidianas, que pressupõe a interface constante entre moradores e estranhos no núcleo central. De uma ordem dirigida por forças centrífugas, de mais ordem e unicidade que informam a compacidade e existência de espaços mais rasos ou pelo menos uma distribuição mais uniforme da integração que produz hierarquias sutis; da tendência à integração do núcleo original para suas expansões existe um abismo – ou barreiras - causadas pela extensão dos vazios urbanos.

O resultado é uma ordem mínima, de assentamentos fechados, nos quais curiosamente a malha ortogonal é aplicada ao modelo do enclave. Isto faz com que se estabeleça um paradoxo: estes enclaves são sistemas fechados em relação ao sistema urbano global, ao mesmo tempo em que localmente prepondera a integração global e não local onde o morador não detém o controle sobre o espaço. É um sistema contraditório, aberto e segregado, profundo em relação ao centro e raso à escala em que as solidariedades de vizinhança são construídas. E nos per-

guntarmos sobre a aquisição de capital social entre pessoas sujeitas ao mesmo tipo de exclusão social e espacial que caracterizam o exercício de poder de certos grupos ligados ao capitalismo primitivo na região como, por exemplo, o contrabando, alternativa de sobrevivência de muitos, fonte de grandes lucros para poucos.

O sistema é realmente ininteligível. Fora do núcleo central, perde-se a capacidade de se orientar e se localizar. Por estas razões o Centro de Santana do Livramento se confunde com a própria *cidade*. E esta cidade, rasa, aberta, que pressupõe a máxima integração com o entorno, com forte estrutura global, oposta ao paradoxo dos lugares centrais, demonstra a prevalência de códigos espaciais, uma zona pouco controlada onde estranho e morador se misturam. É o lugar ainda apropriado por estranhos, estrangeiros. A força exógena desta malha xadrez é que estabeleceu os parâmetros para que a conurbação ocorresse e permitiu aos santanenses se sentarem em cafés que se expandiam pelas calçadas em frente à Rivera, admirando a paisagem do estrangeiro, do outro lado da rua; e se admirando com a excepcionalidade dessa integração transfronteiriça. De costas para o arquipélago de pobreza que emergia no entorno *rurbano*.

7.2.2 Padrões espaciais de Rivera (UY): a força da malha xadrez

Como já constatado, as configurações espaciais que tem na morfologia da malha ortogonal sua ordem generativa tem medidas de integração altas, espaços pouco profundos, menor controle local e baixa diferenciação locacional, privilegiando a copresença entre estranhos e moradores, segundo códigos de maior urbanidade e baixa segregação espacial (AMORIM e FIGUEIREDO, 2007).

Rivera, a cidade que nasce como polo comercial retém estas características na sua configuração espacial, coerente com a base de sua vida econômica e espacial. E também com a ordem social do estado uruguaio de integrar uma população étnica e culturalmente diversificada. O modelo do colonizador serve também ao estado nacional laico. É uma configuração espacial não hierárquica que revela a pulverização teórica das centralidades a partir da acessibilidade equânime. E isto produz um núcleo urbano compacto, bastante integrado e com baixa diferenciação entre suas partes. No entanto, como pode ser observado no Plano Diretor da Intendencia Municipal de Rivera (PDIMR, 2004) (Figura 43) a segregação espacial corresponde à segmentação entre categorias sociais urbano / rural. A esta segmentação corresponderá à segregação residencial e espacial sob a forma de assentamentos periurbanos em todo o arco sul da cidade, também sob a forma de enclaves abertos, dispersos, formando um arquipélago es-

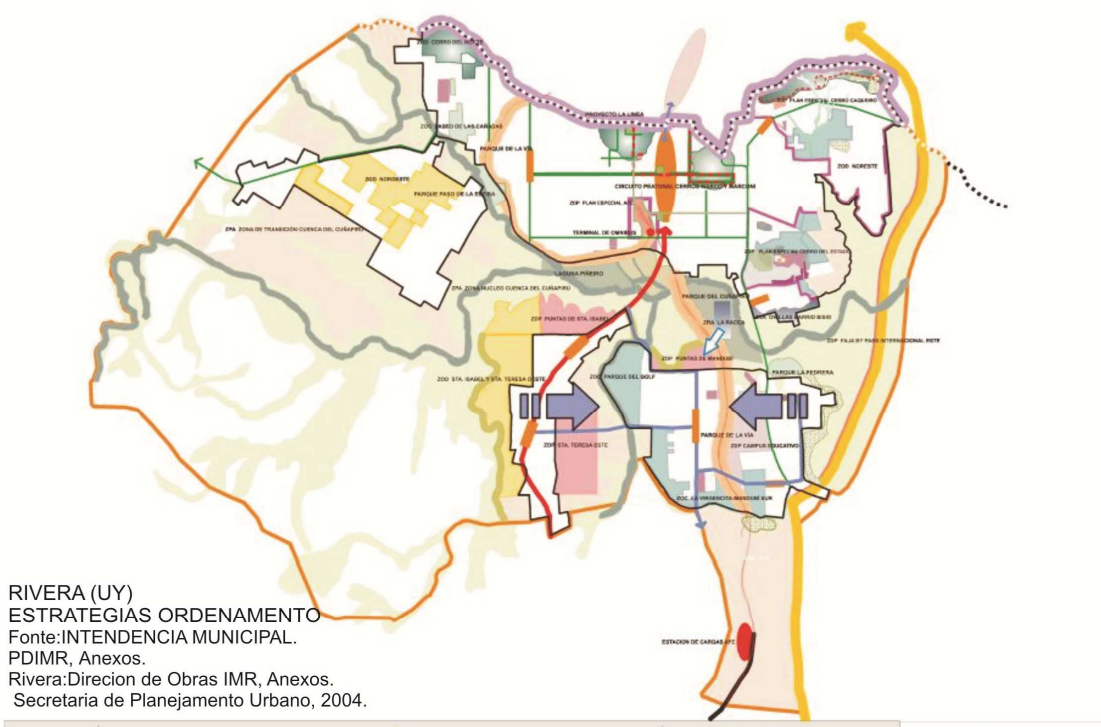
peculiar ao de Santana do Livramento, segregado social e espacialmente. A segregação espacial é reforçada pela área do arroio Cunãpiru e sua bacia de drenagem, alagadiça.

Nota-se a robustez na integração da cidade em contraste com as expansões periféricas, segregadas espacialmente e que dão origem a espaços mais profundos, de controle local. A periferia de Rivera, rurbana, é o espaço do morador rural ou do migrante rural que ainda detém controle sobre a posse da terra, sob a forma de pequenas propriedades, demonstrado pela geometria da malha, com parcelas grandes, correspondentes às pequenas propriedades e a alguns assentamentos do governo. Estes não são urbanitas, tampouco se pode falar em marginalidade e sim colônias produtivas vinculadas à cidade.

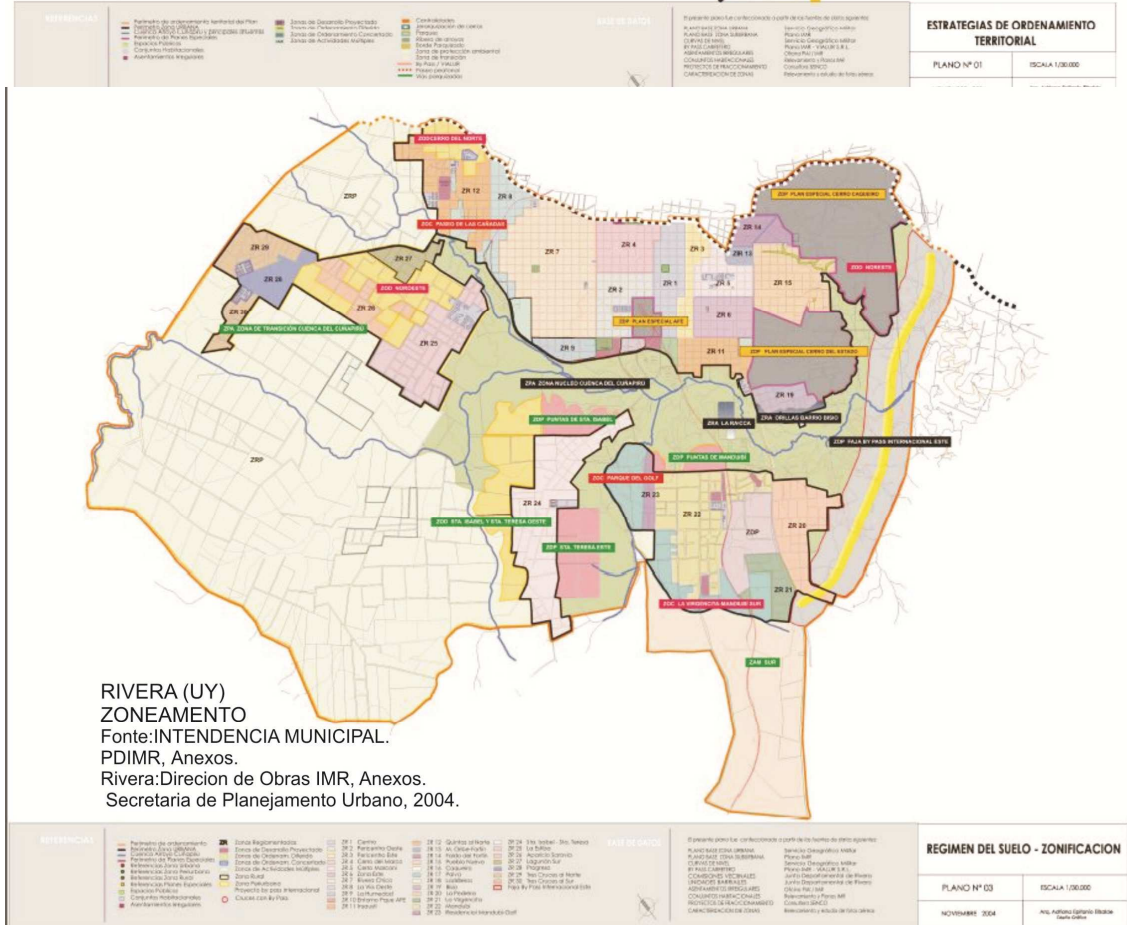
A expansão da cidade ocorre através da extensão das linhas da malha paralelas à linha de fronteira (L-O) relevando a topografia local, literalmente subindo e descendo os morros, o que dá robustez às suas características. O crescimento da cidade é rápido no seu ímpeto inicial, em 1910 a cidade, fundada meros 50 anos antes já tinha sua população multiplicada por mil (3.512 habitantes, INE). Isto é associado a um processo de estagnação do crescimento até o início dos anos 1970 quando no Uruguai ocorre um êxodo rural de proporções inéditas.

No entanto, alguns enclaves se formam rompendo a continuidade da malha ortogonal, notadamente nas periferias Sudeste e Noroeste. À Sudeste, os assentamentos espontâneos se relacionam ao entorno da *Ruta 5*, no eixo central, ao Estádio e à via Férrea e no extremo da Sarandí e à Noroeste, ao Bairro Rivera Chico, uma zona industrial desativada, que constitui um *barrio obrero* (Figura 43).

Observando-se a Figura 59 chamam atenção as linhas mais longas no sentido L-O que conectam o centro simbólico à *Ruta 5* (L) e o quartel do Exército Uruguaio e os bairros periféricos à Leste. Sobre estes eixos, principalmente ao longo do eixo que se conecta a Oeste, se desenvolve uma centralidade funcional linear voltada para o abastecimento rural (insumos, produtos para agricultura, etc.), coerente com a ocupação dos enclaves periféricos que tem características rurbanas e não periurbanas, destacando-se a produção de derivados do leite e hortaliças em pequenas propriedades.



RIVERA (UY)
ESTRATEGIAS ORDENAMENTO
Fonte:INTENDENCIA MUNICIPAL.
PDIMR, Anexos.
Rivera:Direccion de Obras IMR, Anexos.
Secretaria de Planejamento Urbano, 2004.



RIVERA (UY)
ZONEAMENTO
Fonte:INTENDENCIA MUNICIPAL.
PDIMR, Anexos.
Rivera:Direccion de Obras IMR, Anexos.
Secretaria de Planejamento Urbano, 2004.

Figura 43: PDIMR Plano de Desenvolvimento Intendencia Municipal de Rivera, anexos, cartografia, meio digital (2004).

Os pontos da malha ortogonal nos quais a integração axial global decai, nos extremos Leste e Oeste correspondem a barreiras impostas pelo relevo (Cerro do Marco e Caqueiro), onde a malha ortogonal é interrompida ou os padrões espaciais alterados.

A grelha ortogonal (Figura 44) configura um tronco do qual saem ramificações lineares que marcam a descontinuidade da urbanização, produzindo uma macroestrutura de expansão do tipo árvore onde se destaca a anelaridade periférica, envolvendo a área urbana consolidada.

O que se destaca na análise da configuração espacial é a profunda coerência entre a estrutura de integração global axial e a rede de integração segmentada, o que denota tanto altos potenciais de movimento natural distribuído no conjunto da malha como baixa hierarquia de fluxos no interior da malha ortogonal. As diferenças, conferidas por barreiras onde a malha ortogonal é interrompida ou desviada, gerando diferenças nos padrões espaciais.

O final da malha xadrez à Oeste, próximo à linha de fronteira produz uma mancha de menor integração espacial, correspondente a mudanças na geometria da malha (quarteirões maiores) na zona de Rivera Chico, antes industrial, que ainda conserva na sua periferia um abatedouro municipal, portanto coerente com as funções que demandam segregação da vida urbana. E aponta para a localização da zona piores índices socioeconômicos urbanos.

Num sistema tendendo à homogeneidade geométrica, as linhas mais longas tendem a funcionar como geradores de centralidade e isto pode ser observado empiricamente, notando-se duas diferenças interessantes: a primeira se refere também à zona de Rivera Chico (NO) onde a integração maior é observada nas linhas que conectam às linhas axiais periféricas que correspondem à fronteira. Estas linhas compõe, em conjunto com a *Ruta 5* à Leste, a *Calle Monsenhor Veras* e, a Av. Brasil ao Sul e ,Simon Del Pino, à Oeste um anel de integração que define a área mais intensamente ocupada da malha ortogonal, ainda que a verticalização seja menos notável que a de Santana do Livramento. As Avenida Brasil e *Calle Monsenhor Veras* definindo a centralidade sintática da área urbana, coerente com a localização do centro simbólico (Praça Artigas), funcional e do centro do que se poderia classificar como da cidade, referente a área urbana e rurbana (Av. Brasil), com intensa atividade comercial e usos mistos que caracterizam comercio local (supermercados, fábricas de massa, produtos agropecuários, hortigranjeiros, etc.).

A integração axial global cresce entre estes eixos, produzindo uma centralidade endógena. Aí se concentram a maioria dos equipamentos institucionais públicos como escolas de segundo grau, piscinas publicas, a sede da intendência e a rodoviária. No sentido Norte-Sul, a

Avenida Sarandi, ao cruzar ambas as linhas mais longas no sentido L-O produz uma centralidade forte, coerente com os potenciais de movimento natural, intensidade de comércio local e instituições. Esta centralidade é imediatamente cortada a Oeste pela barreira representada pela estação de trem (vazio) responsável pelo encurtamento das linhas axiais na periferia imediata do centro (1 passo de profundidade).

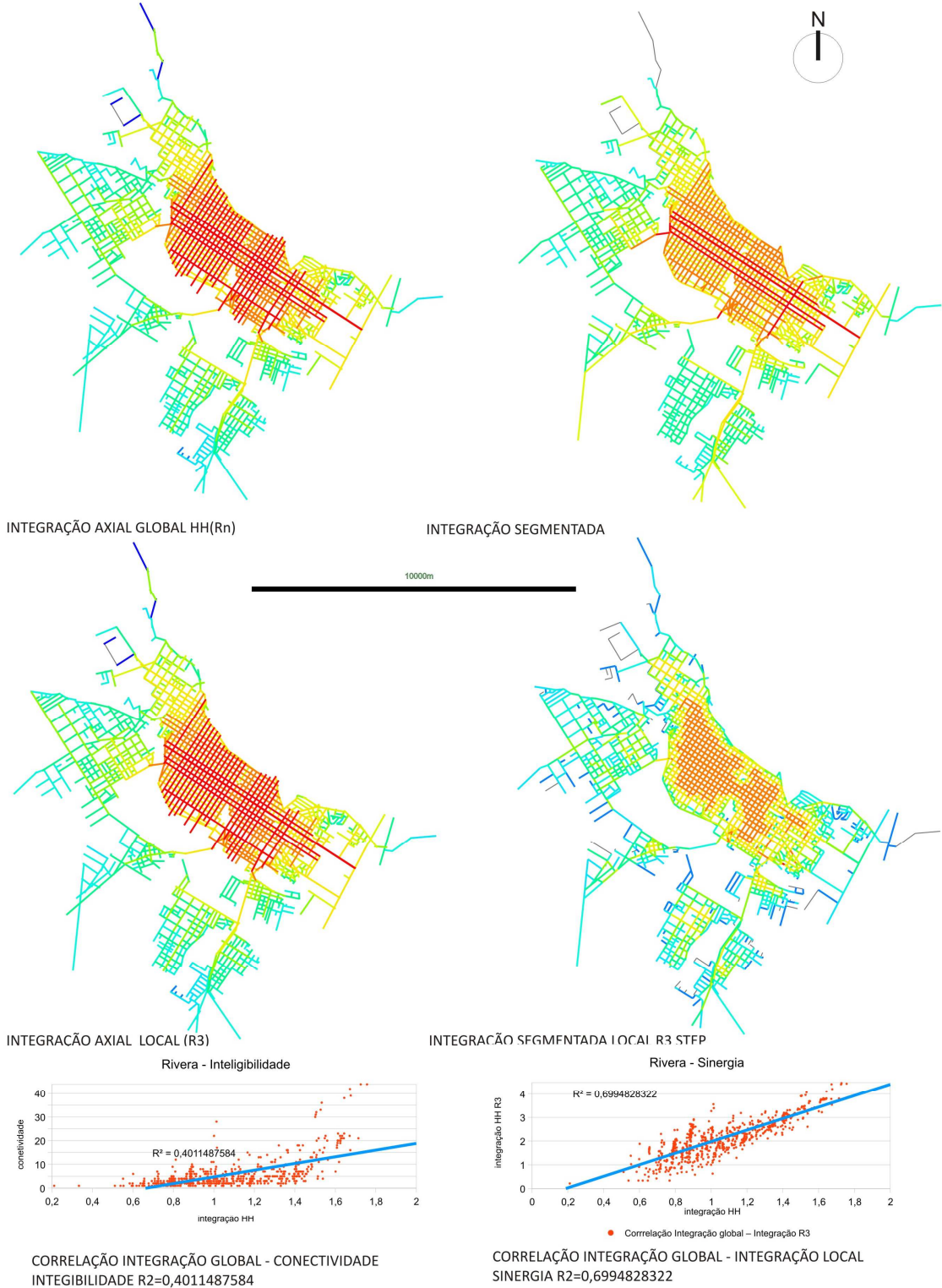
Em contraste com Santana do Livramento, a centralidade não se desloca de um ponto a outro da estrutura urbana, mas se especializa, diferenciando hierarquias e tipos de comércio predominante que não rompe sua continuidade ou segrega as funções simbólicas das da vida cotidiana, reforçando a coerência entre ambas. Dá sentido à vida social e à vida espacial, baseada na integração e nos códigos transpaciais. E isto se realiza na apropriação social do espaço do centro da cidade por todas as categorias socioeconômicas e por moradores e estranhos, indiscriminadamente.

A análise da integração segmentada local (Figura 47) depreende os efeitos de borda produzidos tanto por estas barreiras (imediatas ao centro) quanto seus prolongamentos representados pelo relevo à Oeste. A borda descrita é exatamente onde a malha urbana alcança a linha de fronteira, onde se funde parcialmente à de Livramento. Onde as duas bordas se juntam, não tendo nenhum efeito sobre a análise axial.

Demonstram a separação que efetivamente ocorre entre as duas grandes zonas da malha ortogonal: a Oeste, uma zona maior, com densidades menores, mais populares e a Leste a zona mais valorizada, integrada e com forte caráter de zona central (intensidade de uso do solo, diversidade funcional, etc.). A expansão do centro está contida à Oeste por uma sequência de barreiras de intensidade variável. E isto demonstra as diferenças na segmentação social e suas correspondências espaciais. O Oeste da malha ortogonal é notadamente mais popular, menos denso, mais degradado (Figura 45), uma periferia do centro da cidade ou dois grandes bairros com características socioeconômicas diferentes e densidades menores no trechos em que há barreiras espaciais.

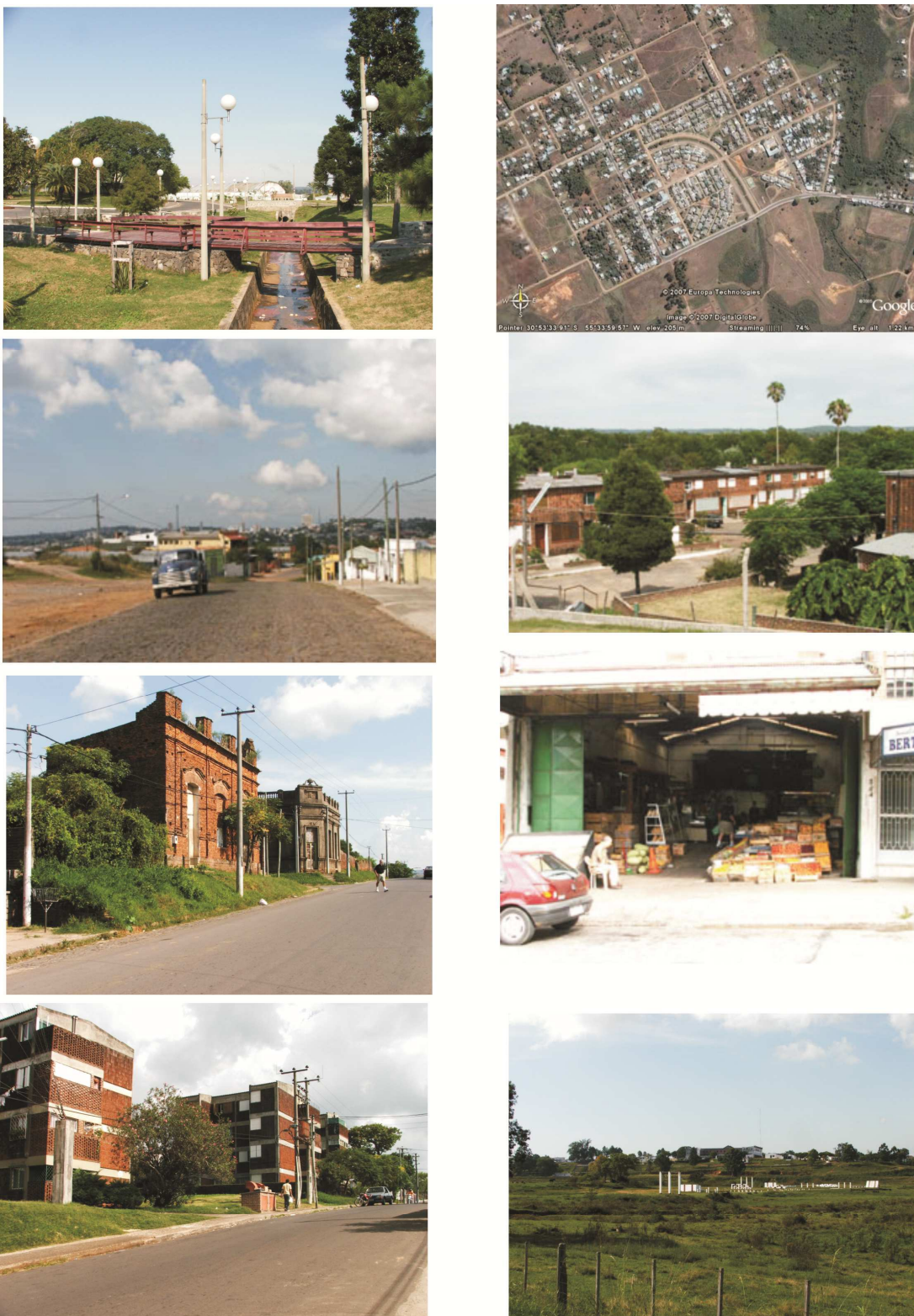
As linhas longas inscritas entre a Avenida Brasil e a Monsenhor Veras delimitam um sistema vasos comunicantes entre as duas partes da cidade, justamente através do centro, o que significa que a segregação espacial não é prerrogativa na segmentação social, os espaços mais centrais apropriados no cotidiano o que demonstra coerência entre vida espacial, vida social e simbólica. Espaços simbólicos, como por exemplo, a Praça Artigas e a Praça Flores são apropriados no cotidiano por todos os segmentos sociais como áreas de lazer (Figura 47).

RIVERA (UY): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platforModelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Dephtmap developed by Alasdair TurnerModelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Dephtmap developed by Alasdair Turner

Figura 44: RIVERA (UY) modelagem axial e segmentada. Integração Global (HH-Rn) e local (HH-R3). Da autora.



RIVERA, a borda da malha ortogonal:
 (esq.): Av. Itália, Ruta 5, Rivero Chico e Fortim (dir.): Vila Regimento Google Earth, 12 Octubre, Ceballos, Av. Saraiva (quartel)
 Imagens (da autora)

Figura 45: Vistas da periferia de Rivera. Da autora

As densidades menores (Figura 46) em roda, correspondem à intensidades mais altas de uso comercial, o centro funcional onde se situam as lojas *duty free*, exclusivamente comercial e a dominância do uso comercial / misto (em marrom claro) nas áreas onde há diferenças de integração (das linhas mais longas do sistema), que também configuram centralidades funcionais.

Analisando-se os grafos de escolha de rotas (Figura 47) há algumas considerações interessantes a fazer. A primeira é comparativa, entre a escolha de rotas axial (potencial de movimento natural) e segmentada (probabilidade de fluxos através, de - para). O sistema de escolha segmentado global depreende as rotas veiculares através do assentamento, ressaltando coerentemente o segmento da *Ruta 5* contido no perímetro mais intensamente urbanizado (L) e a Avenida Brasil na sua integralidade oq eu corresponde efetivamente ao sistema de circulação preferencial de veículos. A localização do *Shopping Center Siñeriz* é coerente com o extremo do segmento à NE.

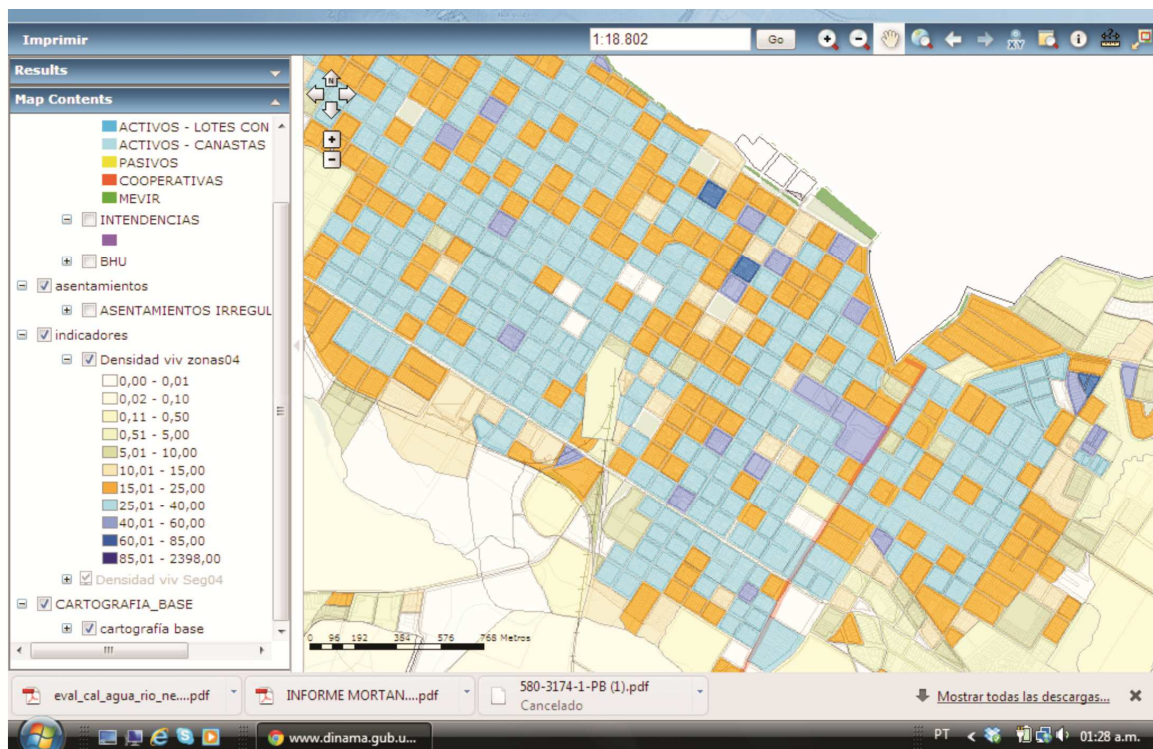


Figura 46: Densidades habitacionais de Rivera, zona 4 (centro). Fonte:www.dinama.gub.uy, Intendencia Municipal de Rivera.

A probabilidade de fluxos mais intensos através da cidade depreende uma série de retângulos que identificam anelaridades sobrepostas através dos polos de centralidade existentes, o que reforça o movimento natural através do movimento veicular. E isto pode ser exemplificado pela Sarandi que, além do lugar preferencial de *footing* sempre contou com o movimento

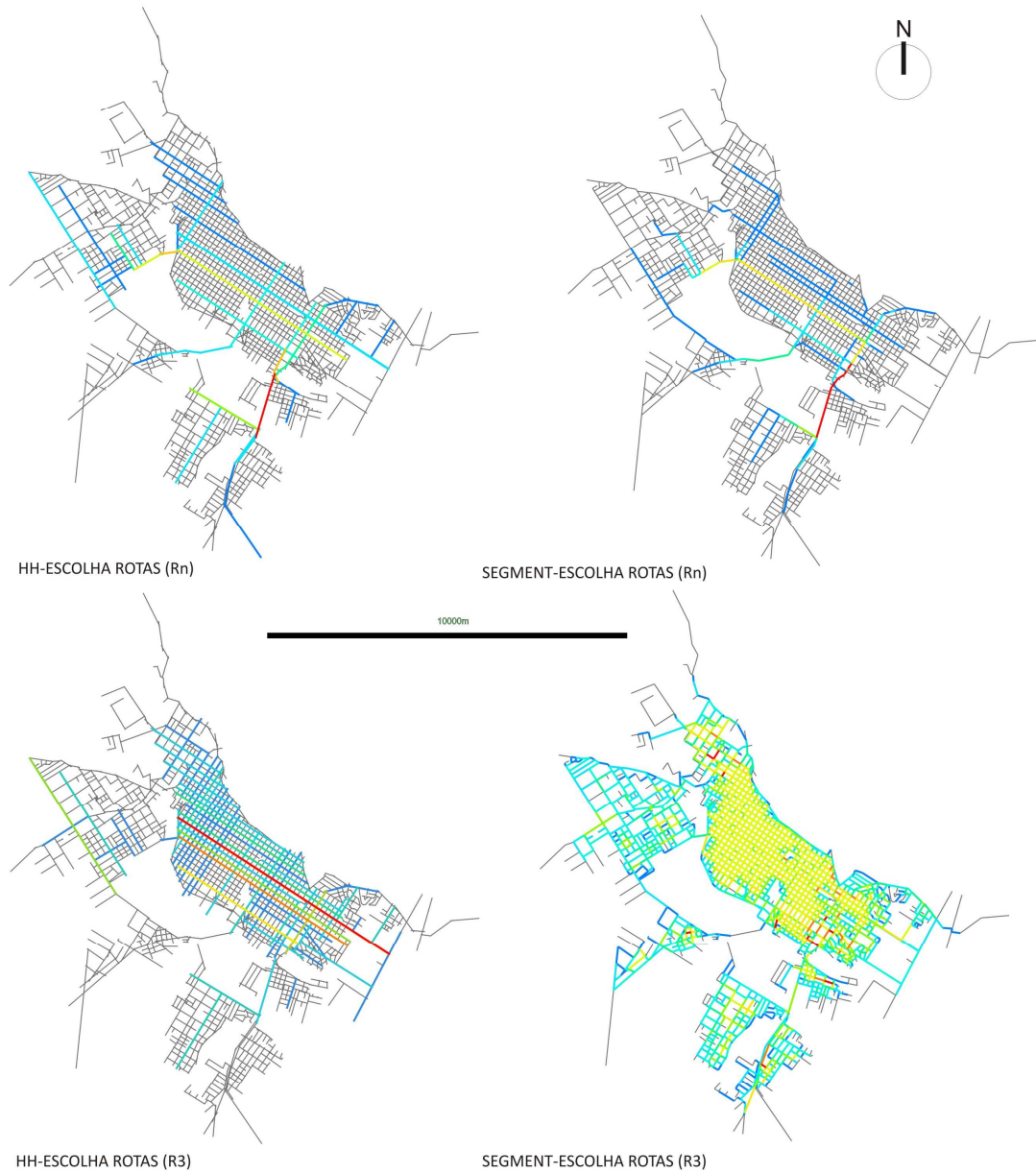
de carros intenso. Uma prática local que consiste em circular de carro para ver e ser visto nos lugares de maior potencial de movimento natural e, principalmente copresença, ainda que esta rota seja depreendida justamente da Praça Artigas em direção à Vila Itália, um dos assentamentos urbanos mais antigos e consolidados, de chácaras e não o segmento próximo à fronteira onde se localizam os *free shops*.

A Praça Artigas um conhecido e frequentado centro gastronômico popular (*chiringuitos*) que conta também com um parque infantil que nos finais de semana fica lotado, atraindo a população de toda a cidade. A vida cotidiana de Rivera é bem diferente da de Santana do Livramento e isto se correlaciona à estrutura das relações sociais, onde a verticalização não é a característica dominante. O apreço à vida pública, ao uso dos espaços públicos como forma preferencial de sociabilidade dá conta dos investimentos, inclusive do estado para a integração social. Os espaços simbólicos de Rivera são também o centro da vida espacial e social da cidade, com intenso movimento natural dia e noite, efetivamente apropriados pela população.

Lugares de copresença intensa e diversificada onde todos, até os da periferia encontram um lugar para estar (Figura 48).

Observando-se o grafo de escolha de rotas axial (Figura 47) se depreende melhor a extensão e localização da centralidade dependente da probabilidade de movimento através do sistema. E aí se destaca a zona de centralidade local (entre a Monsenhor Veras e a Av. Brasil), envolvendo o centro simbólico e a ligação entre esta faixa de centralidade e a linha de fronteira, em dois pontos estratégicos: a Avenida Sarandí. Estas definem duas rotas de integração com a linha de fronteira: uma através do centro e outra no centro de ambas as periferias, tanto de Rivera como de Livramento (Bairro Divisa e Rivera Chico). Portanto a integração axial global é reforçada pelo sistema de escolha de rotas. A rota do lazer internacional, dos *free shops* e cafés e a rota das feiras populares, do contrabando mínimo de gêneros essenciais, a rota do bolicho, da periferia. Ao invés de segregadas, são integradas à altura do centro simbólico, dando sentido e coerência às expectativas de interação social projetadas a partir das instituições do estado. Na vida cotidiana os códigos de transpacialidade e integração entre morador e estranho preponderam sobre todos os outros ainda que persistam diferenças entre classes, na forma como o solo é ocupado, na verticalização e na especialização da Sarandí como centro de compras e lazer transfronteiriço, a urbanidade prevalece sobre todos os outros parâmetros de segregação. Há fronteiras sociais, no entanto estas são mais porosas. E isto também é reforçado sobre o controle efetivo do estado sobre a produção do espaço como já discutido.

RIVERA (UY): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platforModelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
 fork of the original Depthmap developed by Alasdair TurnerModelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
 fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 47: Modelagem axial e segmentada sistema de escolha de rotas global e local.



O CENTRO DE RIVERA:
(esq):San Martín; Plaza Artigas; Herrera y Obes
abaixo: Plaza artigas, sarandí, Figueroa, Dr Anolles
Imagens(da autora);

Figura 48: Centro de Rivera (da autora).

Vizinhanças são definidas pela integração axial formando bairros diferenciados, no entanto estes não estão segregados, são contínuos e esta continuidade apreendida pelo sistema de rotas globais integra também a periferia urbana demonstrando que a segmentação social funciona no plano das classes de trabalho especializado, como diria HOLANDA (2002), do domínio técnico urbano e rural.

Isso não significa que a estrutura social do Uruguai seja absolutamente horizontal. Não, não é, no entanto as diferenças são integradas como parte da vida da cidade, as idiossincrasias das práticas cotidianas com forte correspondência entre vida social e vida espacial. As diferenças de acessibilidade são capturadas de forma positiva no sistema de escolha de rotas e demonstra profunda coerência entre padrões espaciais e copresença na área urbana. Moradores e estranhos integrados espacialmente. Potencial de integração e probabilidade de escolhas de deslocamento coerentes com os eixos e segmentos nos quais a interação morador-estranho, brasileiro-uruguaio, turista-morador efetivamente ocorre.

O sistema de escolha de rotas apreende os espaços onde efetivamente ocorre integração transfronteiriça, ao longo dos quais o movimento e a copresença são intensos. Lugares centrais, para os que estão mais alto na pirâmide social e os que estão mais abaixo. A segregação social e espacial sujeita a códigos culturais, ao capital social da população rural urbanizada mais baixo (educação, qualificação laboral) que produzem a distinção socioeconômica.

A cidade do comércio dá emergência a dois polos de centralidade que tendem a se integrar ao estranho, ao outro lado da fronteira. Aí sim, encontram-se brasileiros e uruguaios em correspondência a categorias socioeconômicas. O centro sofisticado e o centro popular, semirural. Os Bairros Divisa e Rivera Chico, a Sarandí e o centro de lazer de Santana do Livramento. O Centro de Rivera se expande axialmente a partir do centro simbólico, envolvendo-o e reforçando o seu desempenho como referência da vida pública e privada – da vida cotidiana e das funções de representação, reafirmando o paradigma da urbanidade. E é por estas razões que se torna o centro excêntrico de Santana do Livramento.

O capital social uruguaio torna-se também capital econômico quando seus códigos culturais, que são construídos em torno da vida pública, do uso constante dos espaços públicos, da importância atribuída a este espaço social no projeto de integração nacional, torna-se referência comum também para os vizinhos brasileiros, é hibridizada, num processo de aculturação em que dominam os códigos culturais inclusivos, na preponderância dos códigos transpaciais sobre os espaciais.

A centralidade de Rivera não é uma mera centralidade funcional, correlacionada apenas aos potenciais de movimento natural ou à probabilidade de fluxos intensos. Está correlacionada ao estar em público e no espaço público, à vida fora de casa, à rua que vira extensão da casa portanto à copresença sistemática e constante na rua, na valorização cotidiana da apropriação da vida pública. Nos encontros cotidianos no café e no boliche na preservação de relações de vizinhança que se expandem solidárias à cidade.

A importância de se frisar as diferenças nos códigos culturais é lembrar que o centro de Rivera não é abandonado em momento nenhum por seus moradores. Ao contrário, sempre foi e continua sendo o lugar de maior valorização imobiliária. Obviamente este processo é complexo e envolve estratégias do governo central como a criação de *free shops* e aumento exponencial do movimento de turistas nos últimos anos.

No entanto, ao contrário do que ocorre no lado brasileiro no qual a expansão urbana responde também aos anseios de segregação espacial das classes socioeconômicas mais altas, em Rivera o contrário ocorre, estas buscam a centralidade, a compacidade e a acessibilidade tendo estes parâmetros na reprodução das relações sociais entre classes e entre categorias. São efetivamente urbanitas e não suburbanos. Disputa-se centralidade e a apropriação do centro pelas classes socioeconômicas mais altas se assemelha aos processos de crescimento das cidades europeias onde a segmentação social corresponde a diferenças na integração topológica aos lugares centrais. Aos que tem acesso maior às qualidades da vida urbana, os burgueses, aos que estão à frente do comércio.

Em Rivera, o comércio como já disse MIRANDA (2010), mesmo o dos *freeshops* tem características locais, geridos por empreendedores locais, estruturado horizontalmente. As mudanças recentes na escala de vendas e na transformação do público consumidor tem transformado esta dinâmica, sobretudo com a aquisição de negócios por redes de comércio transnacionais. No entanto, estas mudanças não interferem na forma como o espaço é apropriado, a centralidade é disputada como prerrogativa das práticas sociais.

Se há muitos turistas na Sarandí, a ponto de não se encontrarem lugares nos cafés de sempre, o riverense se encontra na Praça Flores, um centro de lazer local. Esta praça, assim como a Praça Artigas estão inscritas no perímetro de centralidade e com uma vantagem: são topologicamente mais acessíveis de qualquer ponto da configuração espacial, incluindo-se a periferia urbana. Estão no centro sintático da configuração. Que corresponde ao centro funcional e ao centro simbólico. E isto tem consequências positivas para a vida social da cidade,

demonstrando que a urbanidade é o código a partir do qual as relações sociais continuam a se reproduzir.

7.2.3 Rivera, cidade Latino-Americana, *por supuesto que sí!*

Coerente com a descrição aplicada à cidade de Santana do Livramento (RS), aqui se faz uma síntese das medidas e correlações sintáticas com o intuito de obter a tipificação de Rivera (UY) e comparar o desempenho de sua configuração espacial à amostra latino americana de MEDEIROS (2006).

Da modelagem axial do sistema espacial de Rivera (UY) obtiveram-se as seguintes medidas e correlações que podem ser verificadas a partir da Figura 59.

O sistema, é menor que o de Santana do Livramento, com 748 linhas e ocupa uma área duas vezes menor que Santana do Livramento, portanto muito mais compacto que o de Santana do Livramento, apresentando as seguintes características gerais quanto à integração axial (estrutura do sistema):

Quadro 9: resumo das características gerais quanto à integração axial

Numero de linhas axiais	Rn média	R3 media.	inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
748	1,04	2,04	0,4011	0,6995	7,99

Comparando-se as medidas de integração axial global (Rn) e Local (R3) máximas e mínimas no quadro acima e comparando-as com a Figura 13, nota-se a proporcionalidade entre estas. A integração global máxima (1,75) e a local (4,47) se reforçam mutuamente, indicando forte coerência entre o movimento à escala da cidade e o local, à escala do bairro. A grande concentração de linhas com medidas (32%) entre 1,59 e 1,28 (32%), é superior à **integração global média (1,04)**, indicando que há diferenças na captura das centralidades através das linhas mais longas do sistema capaz de estruturar um núcleo integrador compacto.

Comparada a amostras transculturais como as descritas por MEDEIROS (2006) e MEDEIROS e HOLANDA (2007) o sistema apresenta desempenho ligeiramente pior que a média para cidades latino-americanas (1,36). Comparando-se o sistema à amostra fica claro que a integração global está correlacionada ao processo de expansão urbana que lhe confere continuidade, atribuiu ao sistema níveis ótimos de compacidade conflita com as expansões periféricas, com baixas medidas de integração. As diferenças em relação à amostra quanto às correlações - sinergia e inteligibilidade - podem derivar de três aspectos: o número de casos amos-

trados pelos autores (apenas 4, todos de metrópoles); o tamanho reduzido do sistema em número de linhas, comparado a grandes cidades como Buenos Aires e Santiago do Chile; a transformação pela qual passa o processo de expansão urbana nos anos 1970-80 frente ao tamanho reduzido do sistema.

Há que se explicar o porque da argumentação em função das discrepâncias. O processo de expansão da maioria das cidades latino americanas de malha ortogonal tende a ser contínuo sobre o território, desconsiderando as características do relevo local. Isto é, a malha ortogonal sobe e desce morros sem alterar sua geometria, potencializando a continuidade das linhas nos quatro sentidos da articulação. E isto também ocorre em Rivera, portanto são sistemas que tendem a preservar as leis de ordem mínimas na sua expansão.

Cidades como Buenos Aires e Santiago do Chile já concentravam, no século XIX pelo menos 60% da população destes países, caso análogo a Montevideú, não é o caso de Rivera, uma cidade média que tem sua população aumentada justamente a partir dos anos 1970, quando enclaves são produzidos pelo governo central para acomodar a migração campo cidade cuja lógica difere radicalmente da malha ortogonal, são também enclaves.

E isto também é explicação possível para a **profundidade média da configuração (7,99)** distante do paradigma da malha xadrez perfeita de até dois passos de profundidade (HILLIER, 1996) e muito próxima à amostra de MEDEIROS e HOLANDA (2007) de 8,04 passos de profundidade que sintetiza as transformações da estrutura socioeconômica dos países latino-americanos e demonstra a coerência com a transformação nas expectativas de interação entre categorias sociais, a verticalização inexorável da estrutura das relações sociais.

Rivera é uma cidade feita para o comércio e para estranhos, de baixo controle local, enfatizando os códigos transpaciais. Tem na economia de linhas, bastante longas, principalmente no sentido NO-SE sua característica principal, que demonstra a forte relação do processo de expansão urbana que privilegia a continuidade potencial de interfaces através da linha de fronteira. Configuracionalmente é também um sistema pequeno quando passa a se expandir através de enclaves residenciais populares produzidos pelo governo como sistemas fechados. E os primeiros ocorrem dentro do perímetro urbano, rompendo a lógica da malha ortogonal.

As expansões mais recentes de Rivera acontecem por adição através do prolongamento de algumas linhas que conectam partes novas ao sistema, num modelo do tipo satélite. As diferenças morfológicas, socioeconômicas e culturais são fortes o suficiente para considerá-los não parte da municipalidade, mas unidades à parte (distritos) da *Intendencia*. Em função deste

processo, as medidas de integração global e local mínimas são encontradas na periferia do sistema, sem conexão aparente com o entorno. Diferente do caso de Santana do Livramento, o sistema de conexões rodoviárias tem fraca conexão regional e baixa anelaridade, quase que inteiramente direcionada a Montevideu, ao sul, onde as novas expansões se concentram. O efeito satélite é reforçado pelo grande vazio urbano entre a cidade propriamente dita e as expansões recentes, de caráter eminentemente urbano.

A **sinergia do sistema (0,69)** é 20% mais alta que a da amostra obtida para cidades latino-americanas (MEDEIROS e HOLANDA, 2007). Demonstra a coerência entre integração endógena e exógena do sistema (global e local) o que indica que centralidades globais e locais tendem a se superpor, validando a forma como o centro de Rivera é apropriado indistintamente por uruguaios e brasileiros, sua centralidade simbólica e funcional sobrepostas, o que nos leva a concluir que a urbanidade é o parâmetro de ordem que dirige a vida da cidade, na qual a integração continua e distribuída equanimemente por toda a extensão da área consolidada sugerem copresença diversificada, entre moradores e estranhos, fundamental para a reprodução dos códigos sociais nos quais as relações tendem à horizontalidade.

E isto se correlaciona também às características de auto-organização do sistema espacial, no qual o controle sobre a produção do espaço é centralizado pelas instituições públicas que tem na integração da diversidade social seu aspecto fundador, da identidade nacional.

A inteligibilidade (0,40) do sistema é o dobro da obtida na amostra dos autores supracitados e isto só pode ter uma explicação: as discrepâncias entre o tamanho dos sistemas modelados por MEDEIROS (*idem*) e deste pequeno sistema que está sendo analisado. A inteligibilidade alta do sistema nos leva a ponderar que as diferenças, ainda que sutis nas medidas de integração das linhas da malha ortogonal (associado às mais longas), portanto mais conectadas, indicam maior potencial de movimento e apropriação social do espaço. No entanto, apesar da correlação ser estável e crescente nota-se que é bastante disperso, sobretudo nas linhas de menor integração. Estas correspondem às bordas do sistema, aos novos assentamentos periurbanos nos quais prevalece outra lógica espacial que reforça o controle do morador, espaços mais profundos e que tendem à segregação espacial, sujeitos também ao efeito de borda característico destes sistemas.

No que é percebido como a cidade de Rivera, a grande malha na qual o movimento natural tem alto potencial de ocorrência o estranho e o estrangeiro se deslocam livremente, o po-

tencial de copresença diversificada é alto e constatável empiricamente e a acessibilidade entre as partes do sistema é boa.

7.3 Síntese dos casos estudados: a sintaxe espacial dos discursos do planejamento urbano

Pelo que se pode perceber na leitura do Plano de Desenvolvimento Integrado para a área de Fronteira²⁷⁸ (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5, p.15) para o qual foi elaborado diagnóstico conjunto socioeconômico e urbano das cidades Rivera - Santana do Livramento há diferenças substanciais na forma como as estratégias de desenvolvimento e planejamento urbano e regional são abordadas pelos Planos Diretores de ambas as cidades, que se concretizam quase dez anos depois. Estas diferenças se referem aos códigos sociais e culturais que dão sentido à organização do espaço urbano e à forma como o discurso é estruturado em função dos problemas de integração social, espacial e econômica nos seus territórios. O documento supramencionado trata a conurbação Santana do Livramento–Rivera como um aglomerado urbano, coerente com a autonomia política, normativa e social pressuposta na organização territorial dos estados nacionais sem negar a concretude do processo de conurbação em curso há mais de setenta anos.

Processo que informa as práticas cotidianas dos moradores indubitavelmente e que, se por um lado minora alguns problemas decorrentes da posição periférica que as cidades hoje ocupam no cenário regional e nacional de ambos os países, aumentando o leque de alternativas para o desenvolvimento local a partir da cooperação e de ações concertadas, por outro confronta de forma radical diferenças nos códigos culturais e na produção do espaço que podem acirrar a competição entre as cidades e os aspectos negativos da complementaridade econômica decorrente da continuidade espacial que ressalta as diferenças nos padrões espaciais entre as partes urbanizadas.

Aqui se resgata mais uma vez HILLIER & HANSON (1984) para ressaltar que as diferenças na forma como o espaço é produzido e apropriado é a sintaxe a partir da qual o discurs-

²⁷⁸ Ata final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-Uruguai, assinada pelas Presidências (12/1996) que estabelece convenio binacional e cria o Grupo de Trabalho Binacional composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, vários ministérios brasileiros e instituições nacionais uruguaias (MTO, MVOTMA), do Estado do Rio Grande do Sul (METROPLAN), da prefeitura Municipal de Livramento e da Intendência de Rivera. Na VIII Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças entre Brasil e Uruguai é feito o Ajuste Complementar ao Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira (maio de 1997).

so dos planos diretores é construído, revelando as idiossincrasias de ambas as sociedades nacionais e produzindo desigualdades substanciais nos sentidos atribuídos aos lugares e na forma como se desenvolvem suas potencialidades. Estas estão correlacionadas prioritariamente à integração espacial, à forma como esta reproduz a estrutura das relações sociais em cada comunidade nacional cumprindo suas expectativas quanto à integração ou segregação entre categorias sociais. Para concluir este tópico, faz-se uma leitura breve de ambos os planos diretores e do Plano de Desenvolvimento Integrado para a área de Fronteira com o objetivo de discutir no próximo tópico o processo de conurbação a partir da dimensão social do espaço.

A leitura do Plano Diretor Participativo de Santana do Livramento (PREFEITURA MUNICIPAL, 2006) revela o esforço da administração municipal para limitar a ação de agentes privados na produção do solo urbano, conter a expansão fragmentada da área urbana e assumir o controle efetivo sobre os processos de renovação urbana, verticalização, densificação do centro da cidade e intensificação e pulverização de assentamentos subnormais em pequena escala no seu perímetro imediato, sobretudo, na parte Oeste próxima a linha de fronteira e no trecho da BR em área urbana.

Nas estratégias de Planejamento Urbano, pondera-se a reformulação do Corredor Internacional Urbano²⁷⁹ pois este demanda ações concertadas entre as prefeituras que consideram os problemas de integração espacial e continuidade da malha urbana como prioritários na consolidação e qualificação de um centro funcional internacional, vital ao desenvolvimento econômico de ambas as cidades.

Da inclusão do adjetivo participativo no título do Plano já se depreende que no processo de produção e organização do espaço urbano a segmentação social se fez presente reproduzindo a verticalização socioeconômica na qual o poder e o controle sobre a dinâmica urbana esteve vinculado à propriedade do solo e aos interesses móveis do capital privado (*bottom up*). Pode-se captar a intenção de retomar o controle sobre a produção do espaço, transformando (*top down*) a dinâmica de participação dos vários segmentos da sociedade nos processos deci-

279 (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5 p15): “O Convênio para fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, assinado em 1933, prevê nos seus Artigos IX e X, a instituição de um “corredor internacional” constituído por: nas áreas rurais, uma faixa de 22 metros de cada lado dos segmentos retilíneos que compõem a linha divisória, ou seja, uma faixa de 44 metros onde é vedada a construção, com regime jurídico idêntico ao das estradas e caminhos; não há referência direta às áreas urbanas, mas o artigo XI indica que “Em qualquer outro trecho da fronteira, não serão permitidas novas construções ou reconstruções a menos de dez metros da linha divisória. Isto significa que, nas áreas urbanas onde estão localizados os marcos da linha de fronteira, os segmentos que os unem definem uma faixa, dentro da malha urbana, de 10 metros de cada lado, totalizando 20 metros de distância que não podem ter construções ou reconstruções”.

sórios. Do poder público local cumprir sua função de representação e mediação dos conflitos sociais. Exercer governança efetiva sobre o espaço urbano e minorar os efeitos negativos da produção segmentada do espaço.

Há dois pontos de interesse, primeiro é a divisão da cidade em duas grandes áreas (I e II) que correspondem a diferenças entre densidades e níveis socioeconômicos que identificam a segregação social implícita no processo de produção do espaço *bottom up* por agentes privados (especuladores, autoconstrução) e públicos (BNH e COHAB) *top down*. Esta parte da cidade é identificada na análise da configuração espacial (Figuras 52) como arquipélago segue uma bacia de drenagem excluindo partes do que se poderia denominar “bairro morfológico”, isto é uma área que engloba uma parte expressiva da configuração espacial que retém as mesmas características quanto às medidas de integração, deformação da malha e dispersão, principalmente quanto à acessibilidade ao Centro.

Isto revela que a divisão se baseou nos aspectos socioeconômicos e nos problemas decorrentes da precariedade da infraestrutura e das características da segmentação social entre a população rural urbanizada e os urbanitas que se suburbanizam traduzindo os códigos espaciais que realizam as expectativas de interação entre a comunidade urbana e suas margens, sociais, econômicas e espaciais.

No zoneamento funcional chama atenção o tratamento dispensado ao Centro (em azul claro) como zona comercial quando é zona de uso misto consolidada, em oposição às diretrizes do Plano Integrado de Desenvolvimento que confere especial atenção à integração entre vida social e espacial nos centros de ambas as cidades:

“Equipamentos comerciais e de serviços (hotelaria, alimentação, recreação, cultura, turismo, transportes, estacionamentos, etc.), deverão contribuir para a requalificação do espaço central, mantendo a sua vocação primordial de pólo de natureza econômica, social e cultural, comum a toda a comunidade do Aglomerado. Para tanto, também na zona central, nas áreas que excedem o tramo principal do “corredor internacional urbano”, deverão ser adotados dispositivos de controle das localizações urbanas e das edificações comerciais e de serviços, com o estabelecimento de índices urbanísticos especiais (...) que favoreçam a convivência entre habitação e o comércio, com vistas à manutenção da dinâmica urbana constante (sem os esvaziamentos noturnos e de domingos e feriados), bem como proporcionando viabilidade econômica e funcional na ocupação dos lotes...” (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5 p17).

Esta postura demonstra a pressão para a realização máxima do potencial econômico do solo nesta área, que tende a consolidar a dinâmica de evasão e de intensificação dos usos relacionados ao turismo o que vem provocando processo de gentrificação e substituição de usos,

reforçando os aspectos negativos identificados dez anos antes como a subutilização, a baixa copresença e a erosão de seus aspectos simbólicos.

O uso predominantemente residencial fora do centro é sujeito à densificação horizontal, que traduz a intenção de melhorar a compacidade e combater a fragmentação do sistema urbano sem que haja a polarização (verticalização) de bairros periféricos, restringindo o uso habitacional ao unifamiliar. O cenário projetado é a ocupação dos vazios urbanos dado que o perímetro da área urbana foi significativamente reduzido. Os eixos (azul escuro) de comércio estruturado por vias pretendem integrar as centralidades locais e fomentar sua expansão linear na periferia dos bairros, coerente com o sistema de escolhas segmentado (*Choice, Choice R3*).

Um dado interessante é a consideração da continuidade através da linha de fronteira contemplando as centralidades locais existentes em ambos os sistemas urbanos, traduzindo as preocupações do Plano Estratégico Integrado na pulverização de centralidades e sua hierarquização onde estas já ocorrem, como a Nordeste, coerente com a dinâmica observada empiricamente. E o estímulo ao desenvolvimento de uma centralidade linear que integra a periferia a extremo Nordeste através de rota secundária à rodovia BR 158.

Portanto, há a preocupação com a integração global entre as partes do assentamento que consideram a conurbação como dado para a elaboração das estratégias também de integração econômica entre as periferias urbanas.

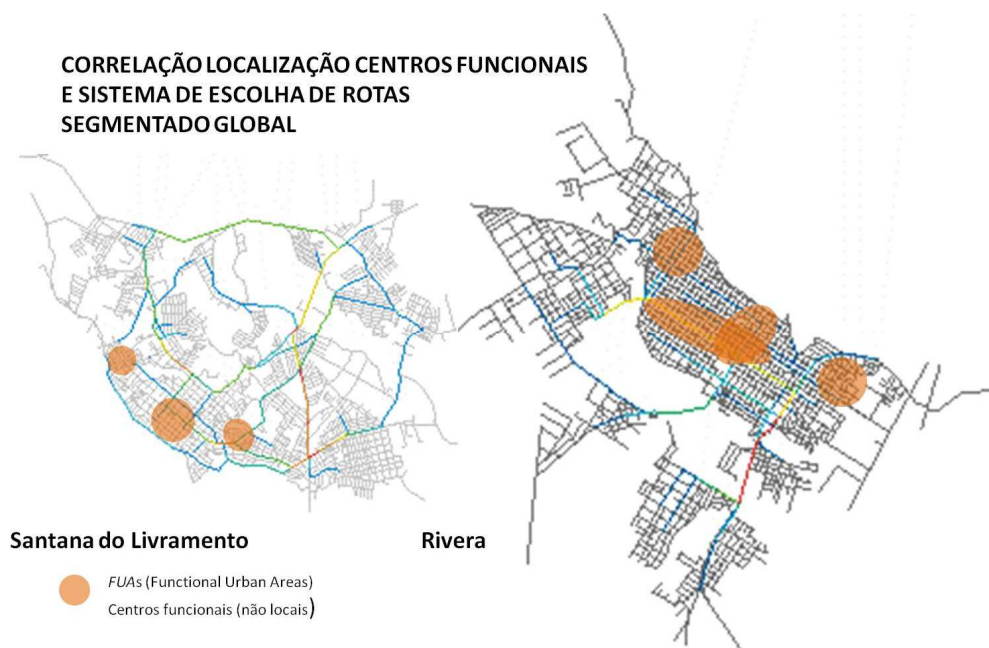


Figura 49 Grafo demonstrando a localização das centralidades funcionais consolidadas na estrutura de rotas com maior probabilidade de fluxos no sistema urbano.

As áreas delimitadas como de interesse cultural significativas do desenvolvimento econômico da cidade: a estação ferroviária e o entorno que incorpora o Lanifício Albornoz (sede da primeira *saladera*) e o Bairro Armour (Frigorífico Armour - SE). Os marcos simbólicos da integração entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera (Praça Flores da Cunha, conhecida como Praça dos Cachorros) associados ao patrimônio imaterial da cidade no sentido em que são parte constituinte do imaginário sociocultural e da identidade da comunidade urbana são contemplados pela criação de uma zona especial para a qual é prevista ação concertada com a *Intendencia de Rivera*, constituindo-se num espaço transfronteiriço sobre o qual incide fronteira de governança expressa por normas e acordos internacionais de gestão presentes no Plano de Desenvolvimento Integrado.

A preservação do patrimônio cultural na área central se concentra na arquitetura exemplar sem nenhuma menção aos testemunhos vinculados aos códigos culturais próprios à região que são reproduzidos até hoje. Revelando o desinteresse despertado pelas práticas populares que não integram o conjunto de referências aos quais se atribui valor simbólico ainda que estes testemunhos materiais de um modo de vida presente no imaginário e na constituição da identidade local e regional.

Se os botequins do Rio de Janeiro são classificados como patrimônio cultural, as casas de tango em Buenos Aires *idem* e os cafés e *pulperías* no Uruguai também, os *bolichos* na área II da cidade deveriam ser ao menos investigados como focos de resistência de certo tipo de sociabilidade, apesar do esgarçamento dos códigos espaciais operados por esta categoria social. Segregação espacial é parte constituinte da vida nos descampados fracamente povoados que se reproduz na urbanização em arquipélago. Uma referência espacial aos hobos brasileiros, indissociável da identidade do gaúcho exportada para a metrópole e para o Brasil.

Chama atenção a ausência de referências ao Centro da cidade como um dos lugares da memória coletiva, que funda a integração transfronteiriça, entre as comunidades imaginadas uruguaia e brasileira que localmente se hibridizam: o comércio, casas comerciais (barracas) e de lata dos operários dos *saladeros*, versão rural do *Caminito* de Buenos Aires.

Demonstra como nós, os brasileiros, entendemos a reprodução de nossos códigos culturais a apropriação de símbolos indissociáveis do poder econômico que permeia as relações entre categorias sociais e a construção do sistema de valores. Talvez seja a hora de incorporar ao patrimônio cultural da cidade as especificidades de sua vida cotidiana e as próprias idios-

sincrasias que emergem da integração social e espacial que, infelizmente não correspondem à integração da diversidade, deste lado da fronteira.

Analisando-se o *Plano de Desenvolvimento da Intendencia Municipal de Rivera* (2004) algumas diferenças na abordagem de problemas similares e conjuntos entre as cidades e da governança urbana entre ambas ficam claros. O primeiro é o controle sobre a produção do espaço urbano, realizado de forma *top down* pelo corpo técnico da intendência. O que a primeira vista pode parecer autoritário é reavaliado em função da prática de participação popular garantida por legislação federal como já discutido anteriormente.

Apesar de problemas quanto ao êxodo rural e aos assentamentos subnormais serem tão presentes quanto no caso brasileiro, tanto o discurso do Plano como as práticas na governança espacial concentram o olhar sobre a microescala, o que melhora o diálogo entre as estratégias globais de planejamento e desenho urbano, voltados para a qualificação dos espaços públicos. E o investimento efetivo em estratégias que reforcem as qualidades positivas da estrutura espacial a partir de propostas que analisam de forma integrada fatores socioeconômicos e segregação espacial, objeto de ações pontuais que tem como meta a integração social e espacial da periferia e da população marginal em assentamento subnormais no interior da cidade. Traduzidas em projetos de melhorias quanto à acessibilidade geral entre as partes do assentamento e a consideração da efetiva integração entre os centros urbanos.

E isto pode ser percebido na maneira como o patrimônio cultural é tratado no Plano:

“El análisis del Patrimonio Cultural urbano debe abarcar todos sus ámbitos, tanto los territoriales como los históricos, artísticos e incluso la vida cotidiana de sus habitantes. El patrimonio está en el centro histórico, pero también en los barrios residenciales y en la periferia de la ciudad. Esta identificación se realiza con el trabajo de urbanistas arquitectos, intelectuales, educadores, con la participación ciudadana que se estima fundamental para lograr la protección y conservación. El patrimonio reside en el espacio físico de la ciudad. Conforman el patrimonio de la ciudad los lugares en que la vida cotidiana se desarrolla. Hábitos, usos y costumbres y también los ritos y cultos de la ciudad. El paisaje urbano y sus componentes, instalaciones, equipamiento, vegetación, lugares de reunión y su gente” In: DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 2 p74.

O controle sobre a apropriação dos espaços públicos é a característica distintiva entre os dois planos realizam de maneiras diferentes as expectativas quanto ao controle sobre a produção do espaço público e privado e a reprodução de formas de apropriação social mais inclusivas. Isto está correlacionado aos processos de construção da representação política da sociedade, que tende a uma maior horizontalidade. A participação nos processos decisórios é dire-

ta, via representantes de cada comunidade ou através de plebiscitos que definem prioridades de ação.

A consideração do processo de conurbação no Plano e a emergência de uma centralidade compartilhada demonstram que a integração econômica e espacial são dois aspectos preponderantes tanto da organização espacial (usos do solo) quanto da estrutura urbana, subjacente à integração econômica e o desenvolvimento local. Não por pouco em 1986 o governo central uruguaio cria as zonas *tiendas freeshop* em cidades gêmeas onde o processo de conurbação já era fato: Rivera e Chuy, estabelecendo que a candidatura às licenças de funcionamento só poderiam ser distribuídas (num primeiro momento) a comerciantes locais. Isso demonstra a preocupação com o desenvolvimento econômico sustentável que privilegia a pequena escala e a integração econômica localmente.

Fica a impressão de que os problemas de descontinuidade espacial na malha xadrez, que se debruça sobre as barreiras imputadas entre suas partes pelo relevo e pela ferrovia, demonstram a preocupação em ampliar a área de influência da economia urbana de nível inferior (comércio de pequena escala) melhorando a continuidade das linhas na estrutura do sistema, a acessibilidade relativa e a integração topológica entre as partes da cidade. Segundo Milton SANTOS (1979) a continuidade espacial ainda é um fator muito importante para o cotidiano das pessoas mais pobres, que dependem desta nas suas estratégias de sobrevivência. Pode-se perceber que isto é prioridade no Plano Diretor de Rivera..

Ambos os planos tem como meta integração espacial, social e econômica, endógena e exógena. No caso brasileiro há que se transformar a dinâmica da produção do espaço, reverter a sua lógica de segregação espacial. No caso uruguaio, conciliar a integração econômica com a cidade vizinha, dando robustez aos padrões espaciais para que as expectativas de integração social da comunidade nacional continuem a ser reproduzidas horizontalmente.

7.4A análise da configuração espacial da conurbação Santana do Livramento (BR) – Rivera (UY)

O Plano de Desenvolvimento Integrado para a área de Fronteira²⁸⁰ (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, 5vol.) parte de diagnóstico integrado socioeconômico, demográfico, laboral, ambiental, cultural e urbano elaborado de forma cooperativa entre as municipalidades de Santana do Livramento e Rivera. Deste resultaram estratégias para ações concertadas de desenvolvimento local e Planejamento Urbano e Regional que contemplam problemas de integração da infraestrutura, dos serviços de interesse público (transporte, telefonia, energia elétrica, saúde), preservação ambiental e cultural, estrutura urbana, uso do solo; sistema viário e equipamentos urbanos e potenciais para o desenvolvimento econômico e social da microrregião.

Fica claro pelo documento que o turismo de compras é a vocação de desenvolvimento econômico para a conurbação, que pode ser diversificado a partir da valorização da pequena indústria de transformação da produção agrícola local e na valorização do patrimônio natural e cultural da região.

O Plano aborda os problemas relativos à integração espacial e funcional a partir da análise da configuração do aglomerado urbano. A avaliação dos problemas de integração entre as partes da estrutura e infraestrutura urbanas entendidas como função do *distance decay* e da continuidade entre as malhas urbanas de ambos os subsistemas, problemas de barreiras e de equipamentos em desuso, ponderados pela densidade de usos, concentração populacional, distribuição de renda e eficiência do sistema viário. Atenção especial foi dada aos problemas de interpenetração das malhas urbanas e circulação no centro do aglomerado, entendido como área prioritária para intervenções de qualificação ambiental, de mobilidade e funcional.

Para a implementação das estratégias conjuntas foi definida uma área transfronteiriça sujeita a ações concertadas e governança própria com o objetivo de consolidar o desenvolvimento de um centro comercial e turístico internacional. São estes o *Corredor Internacional Urba-*

²⁸⁰ Ata final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-Uruguai, assinada pelas Presidências (12/1996) que estabelece convenio binacional e cria o Grupo de Trabalho Binacional composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, vários ministérios brasileiros e instituições nacionais uruguaias (MTO, MVOTMA), do Estado do Rio Grande do Sul (METROPLAN), da prefeitura Municipal de Livramento e da Intendência de Rivera. Na VIII Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças entre Brasil e Uruguai é feito o Ajuste Complementar ao Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira (maio de 1997).

no 281 e o *Centro Funcional Internacional* que definem o perímetro a partir do qual se inicia o processo de qualificação dos espaços de uso público.

Ao priorizar a centralidade compartilhada o plano propõe intervenções em toda a extensão urbana da linha de fronteira, contemplando problemas de regramento da ocupação do solo privado e público na faixa de domínio internacional (22m) e seu perímetro edificado.

Destacam-se no diagnóstico e nas estratégias os problemas referentes à ocupação irregular do solo público (assentamentos subnormais na área do cerro do Marco), a estruturação de centralidades funcionais periféricas e a melhor integração entre as partes do subsistema através da linha de fronteira.

A ocupação irregular do perímetro internacional, o comércio ambulante instalado na faixa de domínio e as áreas e imóveis desocupados no perímetro central do Corredor bem como a melhoria de circulação ao longo demonstram que o comércio não só penetra as partes do subsistema, mas se expande ao longo da linha de fronteira, numa sucessão de polos de comércio local em direção Oeste.

Portanto há a preocupação com a integração global entre as partes do sistema conurbado, sobretudo do seu tramo central, identificado como o centro da vida espacial e social da conurbação. A preocupação dos técnicos quanto à estrutura urbana se concentrou nas barreiras impostas à circulação urbana, à consolidação das centralidades sustentáveis e aos problemas de conexão entre as malhas das duas cidades, de continuidade dos fluxos de veículos e pessoas entre as partes e ao longo do tramo. E a preocupação com a compacidade como forma de garantir coerência entre as partes do sistema conurbado (Figura 51).

Nas estratégias pondera-se a reformulação do Corredor Internacional Urbano através de ações concertadas entre as prefeituras com o objetivo de prever a expansão do centro internacional de compras e resolver problemas do sistema viário, dos espaços de uso público de forma integrada (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5, p.15) e em curto prazo.

281 “O Convênio para fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, assinado em 1933, prevê nos seus Artigos IX e X, a instituição de um “corredor internacional” constituído por: nas áreas rurais, uma faixa de 22 metros de cada lado dos segmentos retilíneos que compõem a linha divisória, ou seja, uma faixa de 44 metros onde é vedada a construção, com regime jurídico idêntico ao das estradas e caminhos; não há referência direta às áreas urbanas, mas o artigo XI indica que “Em qualquer outro trecho da fronteira, não serão permitidas novas construções ou reconstruções a menos de dez metros da linha divisória. Isto significa que, nas áreas urbanas onde estão localizados os marcos da linha de fronteira, os segmentos que os unem definem uma faixa dentro da malha urbana, de 10 metros de cada lado, totalizando 20 metros de distância que não podem ter construções ou reconstruções”.(DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5 p. 15).

Enfocam a alocação de atratores, a recuperação do patrimônio edificado no entorno do Centro de Comércio Internacional²⁸² e a recuperação do Parque Internacional e incluem o tramo central do Corredor Internacional Urbano (zona entre Cerro do Marco e Parque Internacional) e seu entorno, bem como as áreas de comércio internacional composto pelas Ruas Sarandí /Agraciada (UY) e Andradas / Rivadavia Corrêa (BR) e suas respectivas paralelas e transversais (Figura 50 e 51). A estratégia identifica uma área de penetração entre as partes do sistema que confere robustez ao processo de conurbação, coerente com a consolidação de um centro internacional de compras e serviços de apoio ao turismo que configuram um centro funcional transfronteiriço.

A abordagem integrada dos problemas da conurbação considera o aglomerado urbano como um nó econômico, social e cultural com uma configuração específica de produção, consumo, circulação de bens e fluxos econômicos da rede de cidades da Faixa de Fronteira Brasileira, portanto sua posição como espaço perdedor ou ganhador está relacionada também à imagem deste lugar, desta conurbação como sistema único mitificado (JENSEN, 1997) como a Fronteira da Paz. Investimentos na imagem positiva de símbolos como a vida boemia, o comércio de bens importados, com aura de exclusividade, o resgate do patrimônio histórico regional tem impacto direto na ponderação de seu lugar na hierarquia de destinos preferenciais de turismo.

Conciliar num mesmo plano, duas culturas de governança urbana, demonstra a importância que o processo de conurbação tem na vida social e econômica de ambas as cidades. A centralidade compartilhada provoca desigualdades e especialização nos diversos setores de atividades vinculadas ao comércio e ao turismo: Rivera concentra lojas *duty free* e um comércio especializado de produtos alimentícios (Sarandí e Agraciada) e Santana do Livramento especializa-se nos serviços ao turismo (hotéis, restaurantes, etc.).

Tendo-se tornado (mais uma vez) centro de compras regional e dada a estabilização da economia e o cambio favorável aos brasileiros quase quinze anos depois do Plano, tem se mostrado prioritárias para a solução dos problemas decorrentes do turismo de compras, de curta permanência, principalmente rodoviário (BRAGA e RIGATTI, 2011).

²⁸² Dentre estes o mais significativo foi a recuperação do cassino (1937) executado recentemente pelo grupo Conrad (Montevideú) associado a um hotel de luxo. Ações de integração institucional também foram implementadas, dentre as mais importantes o estabelecimento de campi de Universidades Federais em ambas as cidades (UNIPAMPA e UNROU).

Este não pode permanecer um *no man's land*, deve ser apropriado para cumprir as expectativas de integração social e econômica. Demanda qualificação e integração entre culturas de governança e planejamento. O mais importante, o Plano realiza a vocação da atividade comercial local, de importados e de abastecimento como vetor de desenvolvimento local, vinculados à indústria do turismo regional, do turismo de compras e de eventos (motivados por compras) que possa ser ampliado e reforçado através da qualificação dos espaços de uso público e atrações complementares.

O que se depreende da leitura do Plano e da leitura dos Planos Diretores de ambas as cidades são as diferenças nos códigos conotativos, as restrições culturais na forma de abordar os problemas e as estratégias para suas soluções (HALL, 2003, p.98). O conflito entre classificações dos mundos social, econômico e político nas quais transparecem os códigos culturais que informam a prática profissional do Planejamento Urbano.

Segundo MAFFESOLI (2001) a motivação para o turismo é a fruição e o consumo porque gastronomia, lazer e compras podem definir pertencimento a um grupo social “dado que as evidências de interesses compartilhados podem ser demonstradas ao término da viagem” atestando afinidades entre membros do grupo. Viagens ao exterior e aquisição de bens de consumo sofisticados são símbolos poderosos de mobilidade social.

As cidades da fronteira Brasil–Uruguai se fortalecem como símbolos da transformação porque passa a vida econômica e social do Brasil a partir de 2005, tornando-se atratores regionais, com sua economia definitivamente vinculada ao comércio internacional. Talvez comparada a Foz do Iguaçu (BR) – *Ciudad del Este* (PA) cujo desenvolvimento econômico como centro de compras está relacionado à integração com o maior centro consumidor do Brasil (São Paulo) e até mesmo Uruguiana (BR) – *Paso de Los Libres* (AR), o mais importante entreposto aduaneiro do Corredor de Transporte de Cargas do Pacífico, Santana do Livramento - Rivera possa ser classificado como espaço perdedor. No entanto, os efeitos da recuperação de seu papel como centro de comércio internacional regional não passam despercebidos, tendo-se tornado um vetor de fixação da população local, absorvendo a mão de obra pouco qualificada em serviços vinculados ao turismo.

E esta noção de desenvolvimento não pode ser desvinculada da noção de integração econômica, social e, sobretudo espacial entre as partes da conurbação pois é justamente da última que emergem as oportunidades da desenvolvimento local.

O plano integrado legitima uma forma híbrida de abordagem dos problemas (*idem*) que tenta conciliar um conjunto pré-definido de códigos que informam as práticas de projeto, substituindo-os por uma lógica também integradora entre culturas de planejamento urbano, valorizando a dimensão espacial dos problemas sociais. Um grande passo na integração trans-fronteiriça.

O Plano insiste, de forma bastante perspicaz que o grande atrator para o desenvolvimento do turismo de compras, portanto urbano, é a animação dada pelo uso misto, a copresença diversificada, a qualificação dos espaços de lazer (contemplativo) na área de maior centralidade consolidada. Há uma preocupação latente com as barreiras ao caminamento, a acessibilidade entre partes e com a integração da periferia ao centro. O que demonstra que, assim como o nível inferior da economia urbana é contínuo, também o é a economia vinculada ao turismo de compras, que demanda eficiência no sentido de adquirir o maior número e diversidade de bens no mesmo local. O centro de comércio internacional (Figura 69) é ideal para o turista onde há a possibilidade de compra comparada (densidade de lojas *duty free*) e serviços de apoio (restaurantes, bares e cafés) integrado globalmente, topologicamente próximos a rotas de conexão com o exterior do assentamento²⁸³ (BR 158). Como a maior oferta de hospedagem se localiza do lado brasileiro, a preocupação em reforçar a continuidade e integração entre ambos os centros é fundamental devido à complementaridade das funções e a expansão das atividades.

A integração é social, não só econômica. E isto se correlaciona aos aspectos das práticas cotidianas da fronteira que não distingue classes sociais: todos são à vez, moradores e estrangeiros ao cruzarem a *linha*.

283 Em BRAGA e RIGATTI (2011) verificou-se que o turismo de compras em Santana do Livramento – Rivera é regional, prevalecendo o transporte rodoviário, permanência curta (24-48 horas). Não há estatísticas oficiais sobre o fluxo de turistas, quanto à sua origem. A 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal (Santana do Livramento / RS) mapeou fluxos de entrada na cidade (2010-2011) no período junho-julho quando observaram intensificação no movimento usual. Obtiveram os seguintes dados: 108.000 veículos privados entraram na cidade de Santana do Livramento em junho e 135.000 em julho de 2011. No mesmo período 140 ônibus fretados entraram na cidade a cada sexta-feira. Não há como resgatar a informação sobre veículos privados nem do número de turistas que usaram as linhas regulares de ônibus. A ocupação dos hotéis no período foi de 80% (Hotel Portal, Patrícia Ilha forneceu os dados) porém muitos não pernoitam na cidade. Pelos dados fornecidos por Gilmar Stocher (Polícia Rodoviária Federal / Inspetoria), pode-se estimar 37.000 turistas em veículos particulares (30% do fluxo, 1 ocupante por veículo) e, com mais precisão 16.800 turistas / mês em ônibus fretados (30 ocupantes por ônibus). As lojas *duty free* atraem turistas de todo o RS, tendo-se verificado empiricamente ônibus de turismo com origem em Pelotas, Santa Maria, Porto Alegre, Região da Serra Gaúcha. No mesmo período o volume de vendas divulgado pela Associação Free Shops (Boletim *free shops*) http://www.frenteiradapaz.com.br/novosite/novo_boletins.php as 44 lojas registradas como *duty free* US\$ 1.000.000,00 por final de semana (Zero Hora, Economia, p.24 Porto Alegre 30/12/2007).

7.4.1 Padrões espaciais e a simbiose da vida social e espacial

Observando-se as Figuras a partir das quais é possível comparar a modelagem de integração axial e segmentada para a conurbação Santana do Livramento – Rivera pode-se apreender as correlações entre medidas sintáticas e a emergência de centralidades compartilhadas e suas hierarquias, que são função da configuração espacial.

A discussão se volta para centralidades como foco da vida espacial e social, tendo sido já abordados os aspectos da distribuição residencial na análise da configuração das cidades em separado. Isto se justifica por duas razões: segundo HILLIER (1993) no uso residencial os códigos culturais são mais legíveis nos padrões espaciais e foi possível discuti-los em relação a cada nacionalidade frente à produção do espaço. HILLIER (1993, 1996) e KRAFTA (1994) dizem que o potencial de movimento em centros funcionais está correlacionado não a integração global, mas à integração local (R3), destacando que novas centralidades se formam e se expandem em função de raios menores de integração topológica, que se correlacionam a partes do sistema, no comércio local ou de bairro.

A emergência de centralidades está correlacionada a dois aspectos da estrutura do sistema espacial conurbado: ao potencial de movimento econômico (HILLIER, 1993) e ao potencial de movimento natural. Em outra dimensão, a global, está correlacionada à probabilidade de fluxos mais intensos através do sistema ou entre pontos do sistema, indicando que a conectividade e a angulação das mudanças de direção passam a ser importantes não na localização e na orientabilidade, mas no deslocamento o mais direto possível.

Segundo SOARES (*idem*) diferenças na forma como o comércio se espacializa podem indicar diferenças nas expectativas de interação entre categorias sociais, novos códigos culturais acionados no processo de formação de centralidades. Portanto está correlacionado a expectativas de apropriação social do espaço, no que a análise dos padrões espaciais tem muito a revelar sobre o processo de integração transfronteiriça e na forma como o espaço da conurbação é apropriado pelas categorias sociais morador – estrangeiro. Os potenciais de apropriação do espaço segundo as categorias vai, por sua vez, se correlacionar aos ramos comerciais que se desenvolvem na malha ortogonal, produzindo uma hierarquia e especialização nas centralidades que se correlacionam tanto ao potencial de copresença diversificado, quanto às rotas com maior probabilidade de fluxos entre as periferias do espaço efetivamente conurbado confluin-

do na zona que pode ser considerada transfronteiriça (Figura 53) coerente com o escopo do projeto de qualificação para a linha de fronteira.

O que se pode observar pela Figura 54, na integração axial local é a coerência entre o que é definido no Plano de Desenvolvimento Integrado (1996) como a área de comércio internacional e o conjunto de segmentos mais extensos no sentido Norte – Sul que tem maior probabilidade fluxos locais através do sistema conurbado, coerente com o movimento de entrada e saída da cidade (BR 158 em destaque) na periferia Leste do Parque Internacional.

A análise da integração segmentada depreende melhor a hierarquia na dispersão de centralidades conferida pelas linhas mais longas do sistema.

Há coincidência entre medidas de integração mais altas e probabilidade de fluxos mais intensos no centro do sistema conurbado dando robustez à zona transfronteiriça central com tendência à expansão penetrando ambos os assentamentos incluindo núcleo simbólico de Rivera como rota preferencial de acesso à cidade. (Figura 56). Uma diferença no sistema de escolha de rotas global é o acesso através do centro de Santana do Livramento e direto ao *core* de Rivera. Muito próximo similar ao núcleo integrador (Figura 57 e 58) o que reforça a centralidade morfológica do assentamento.

Pode-se notar também que o sistema de escolha de rotas segmentado local é uniforme, típico da baixa hierarquia da malha ortogonal indicando duas possibilidades: que a centralidade transfronteiriça tem potencial de expansão equânime na área correspondente aos dois centros indistintamente; que a análise segmentada local não capta as diferenças mínimas importantes na hierarquização de localização de comércio à escala local.

Examinando-se as Figura 55 e 56 sistema de escolha de rotas global axial e segmentada, percebe-se claramente como à escala global, as rotas coincidem com a apropriação efetiva de certas ruas da conurbação que são os centros da vida espacial, com mais precisão através do sistema de escolhas global segmentado, que ressalta a rota Rivadavia Corrêa – Agraciada cuja intensidade de comércio popular junto à linha de fronteira (BR) e local (UY) destaca sua relevância como elemento de ligação entre as periferias da cidade, através do centro sintático (Figura 70, integração global) e a conexão *Ruta 5* / BR 158 na periferia Leste da conurbação, onde se instala um novo tipo de centralidade (*shopping centers*) coerente com os fluxos rodoviários periféricos e a concentração do público alvo (de maior poder aquisitivo) e turistas.

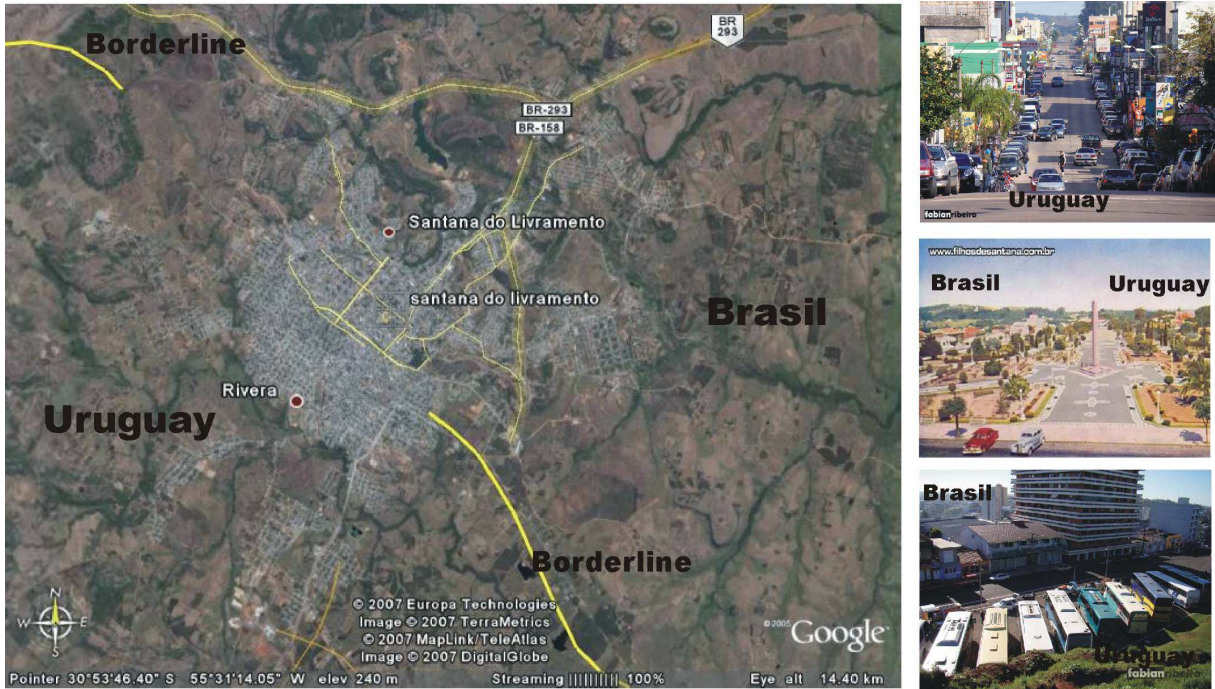


Figura 52 GoogleEarth ©2007; de cima p/ baixo: Sarandi, Rivera, polo do centro de comércio internacional (FRibeiro); Parque Internacional (1959);ônibus de turismo no Cerro do Marco Cerro (FRibeiro. Fonte: www.filhosdesantana.com.br

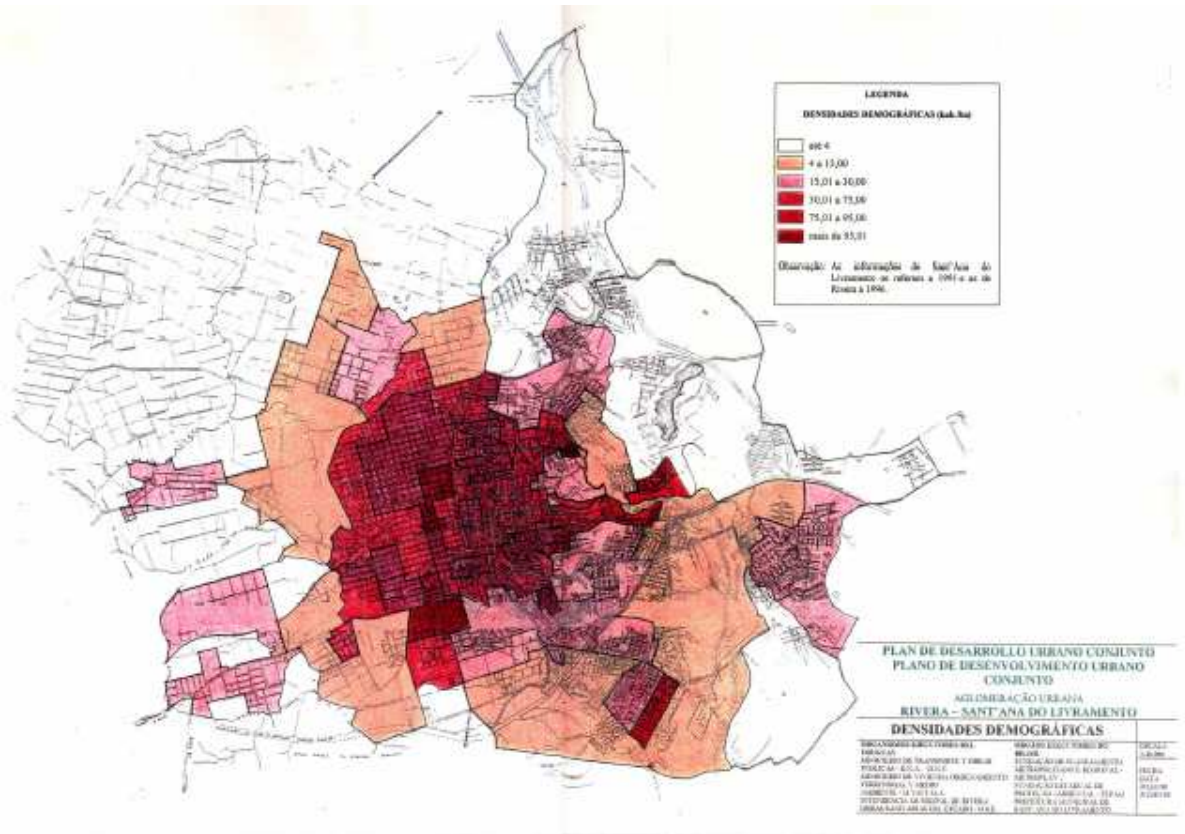
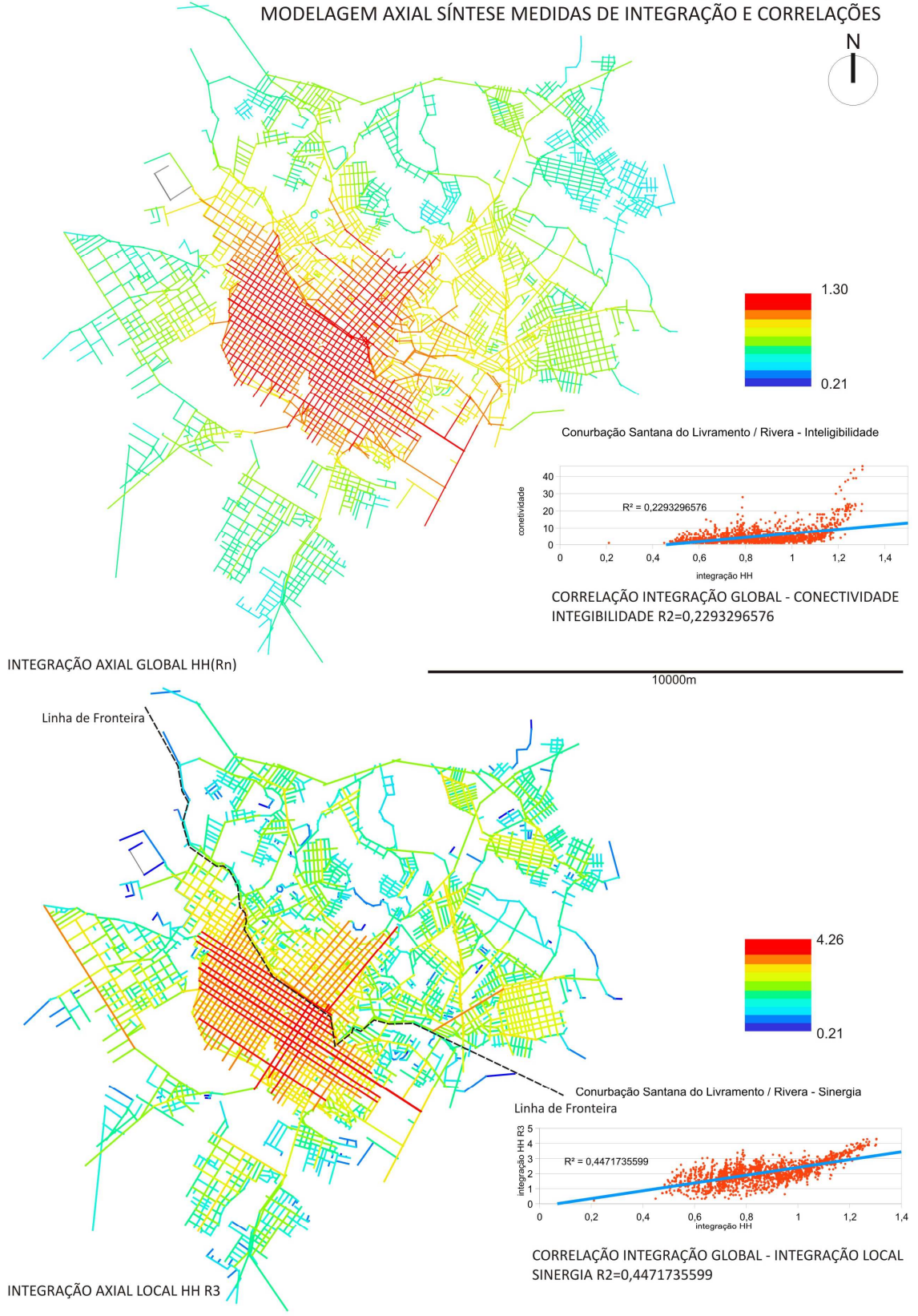


Figura 53: Densidades populacionais no Aglomerado urbano Santana do Livramento / Rivera Plano de Desenvolvimento Integrado (op. cit., 1998)

CONURBAÇÃO SANTANA DO LIVRAMENTO (BR) e RIVERA (UY):
MODELAGEM AXIAL SÍNTESE MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO E CORRELAÇÕES



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 54: Conurbação Santana do Livramento-Rivera: Modelagem axial síntese das medidas de integração e correlações

SANTANA DO LIVRAMENTO (BR) e RIVERA (UY): MODELAGEM AXIAL e SEGMENTADA
SISTEMA DE ESCOLHA DE ROTAS (CHOICE) LOCAL



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
fork of the original Dephtmap developed by Alasdair Turner

Figura 55: sistema de escolha de rotas (CHOICE) local axial (HH-R3) e segmentado (R3 step) modelagem sobre decomposição da rede axial produzida por Andrea da Costa Braga e Daniela Reckziegel. A base sobre cartografia fornecida pela Prefeitura de Santana do Livramento e Intendencia de Rivera sobre mosaico de imagens de satélite *Google Earth*.

CONURBAÇÃO SANTANA DO LIVRAMENTO (BR) e RIVERA (UY):
 MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA SISTEMA DE ESCOLHAS DE ROTAS GLOBAL (CHOICE)



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
 fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 56: modelagem axial e segmentada do sistema de escolha de rotas (*Choice*) sobre decomposição da rede axial produzida por Andrea da Costa Braga e Daniela Reckziegel. A base foi montada sobre cartografia fornecida pela Prefeitura de Santana do Livramento e *Intendencia de Rivera* sobre mosaico de imagens de satélite *Google Earth*.

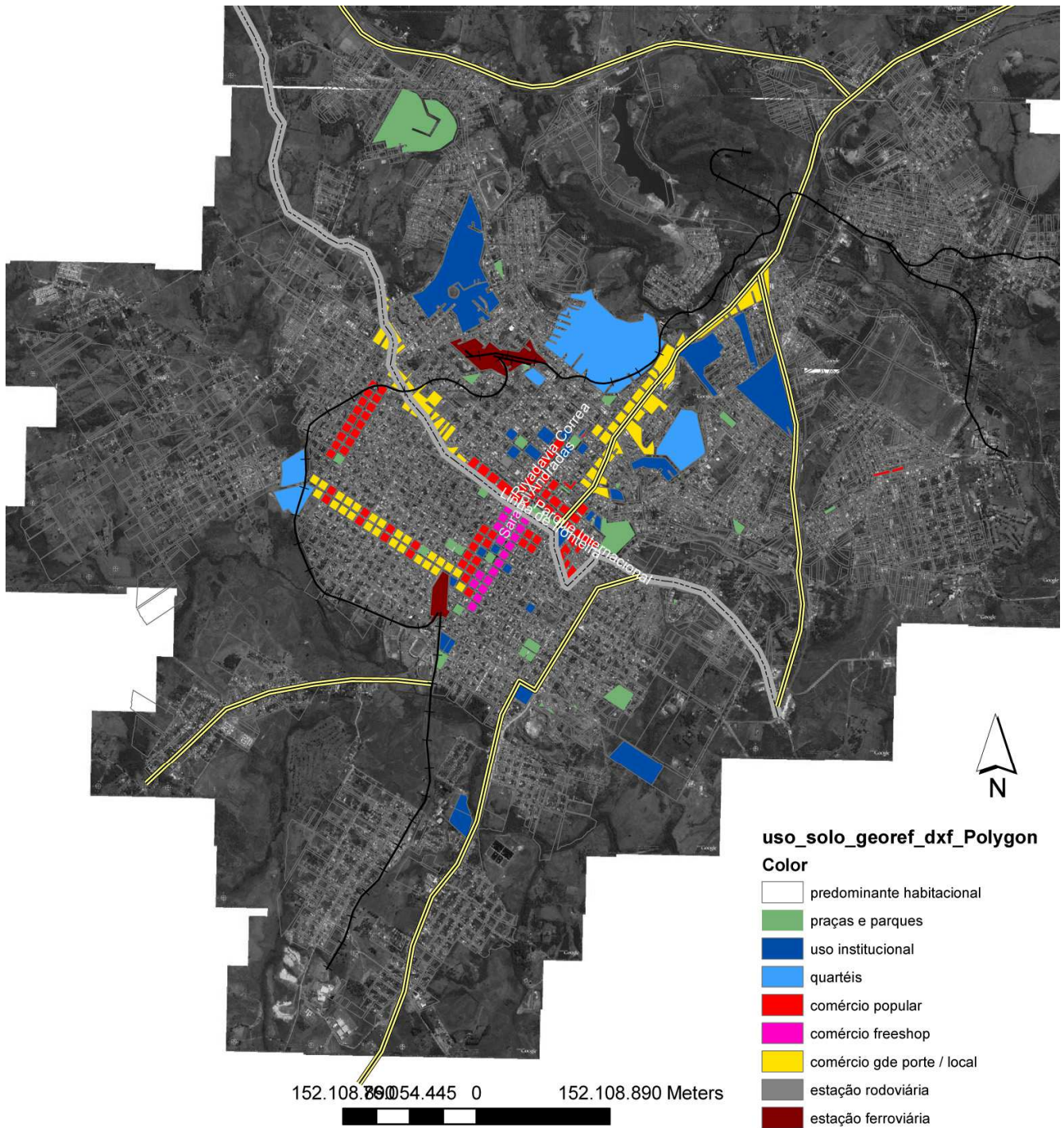


Figura 57: mosaico de imagens Google® georeferenciado com inserção dos polígonos de uso do solo e acessos principais / sistema viário produzido na base Arcgis ©autoria: Andrea da Costa Braga e Daniela Reckziegel (2007).

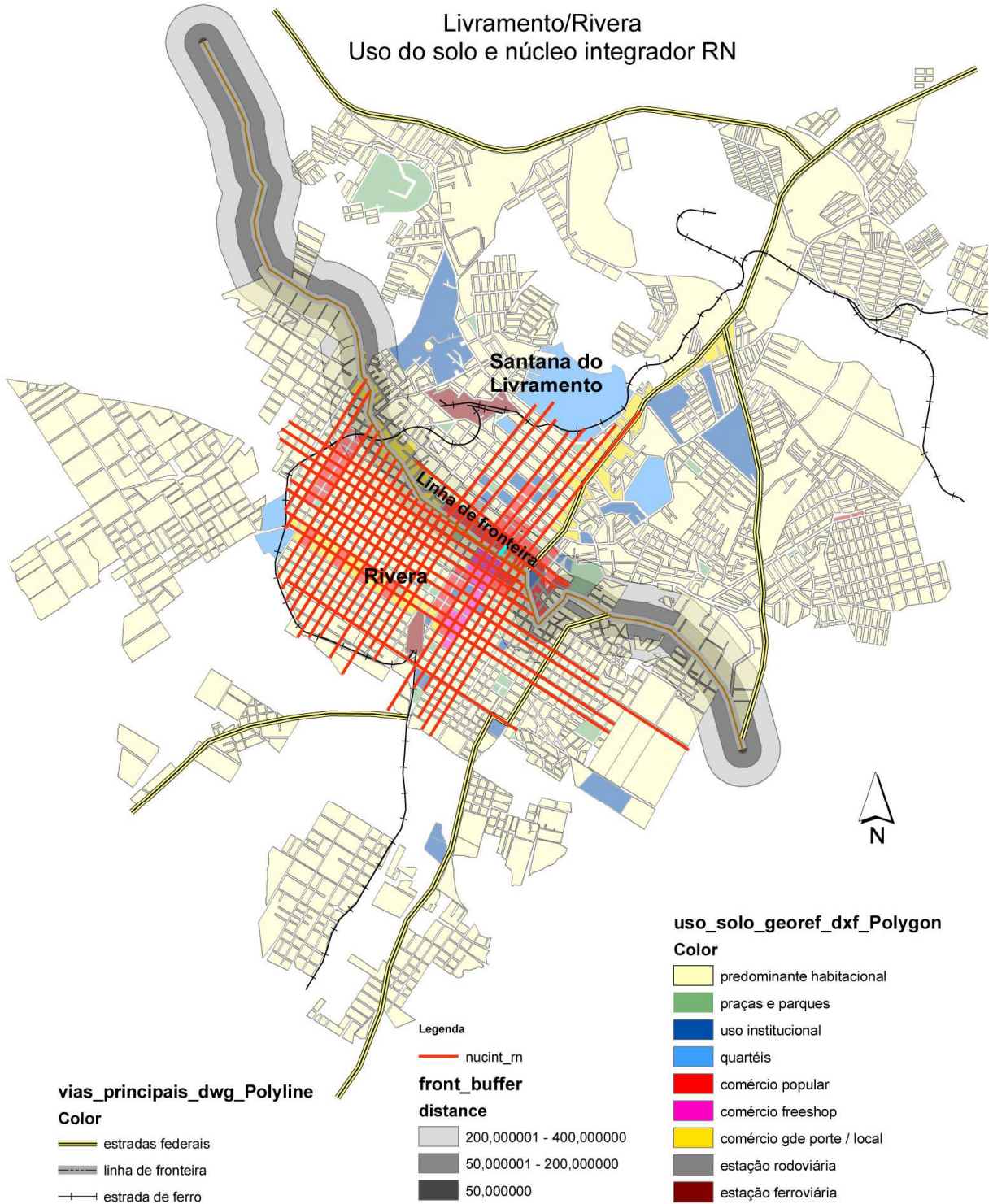


Figura 58: buffer da linha de fronteira e dos acessos principais, permitindo a visualização do núcleo integrador axial RN e o uso do solo – Space Analyst – Arcgis®. Autoria: Andrea da Costa Braga e Daniela Reckziegel.



O centro do espaço transfronteiriço imagens da autora

Figura 59 o centro do espaço transfronteiriço: Parque Internacional (aérea e ao nível do solo); av. João Pessoa, esquina da Rivadávia Corrêa, Tamandaré entre Andradas e Rivadávia Corrêa; a Praça dos cachorros / Flores da Cunha(2005 e 2011); Faustino Carambola, o acesso ao shopping por Rivera. Fotografias da autora.

O que demonstra que a probabilidade de fluxos no eixo Rivadavia Corrêa – Agraciada se correlaciona à acessibilidade global do sistema conurbado e ao potencial de movimento natural e veicular ao longo desta rota, conectando ambas as periferias Norte e Sul; onde se desenvolveu centralidade funcional de abastecimento que, a partir da sua conexão com a avenida Brasil, forma a área onde o comércio local e popular são mais intensos, coerente com o público potencial a que se dirigem os negócios, explicável nas cidades em separado, mas não inteligível quanto à sua força e escala de influência.

A Sarandí, centro da vida social da conurbação e onde se concentram as lojas *duty free* aparece no sistema de escolha de rotas como secundária (Figuras 57 e 58) e somente no seu primeiro trecho, assim como a Andradas. Isso é coerente com a forma como este espaço é apropriado socialmente. Um centro de lazer e comércio mais sofisticado, também é um lugar de copresença intensa e diversificada, o centro da vida social dos moradores brasileiros da conurbação e do turista. Talvez justamente por não ser lugar de passagem, mas de permanência, bem integrado globalmente tenha possibilitado a forma como é efetivamente apropriado, desempenhando o papel de centro simbólico da conurbação. Demonstra a lógica social de sua apropriação constante e a resiliência forma comercial (comércio de rua, local e global) correspondendo às expectativas de interação entre moradores à escala global da conurbação e estrangeiros (turistas e usuários) porque se caracteriza historicamente por comércio de consumo e não de abastecimento.

Segundo SOUZA (2008) o consumo confere sentido ao comércio porque desloca a referência do plano do concreto, de abastecimento e suprimento das necessidades básicas para o simbólico “amplificando o seu potencial transformador das relações sociais”. Por isso símbolo da vida cosmopolita e boemia da conurbação. As lojas *duty free* vieram reforçar a sua centralidade simbólica através da acessibilidade ao consumo de produtos importados. A durabilidade deste comércio de rua se correlaciona aos sentidos atribuídos a este a partir da apropriação do espaço, como lugar preferencial de lazer noturno e diurno que o turismo dinamiza intensificando movimento natural e econômico e copresença diversificada.

Neste meio século mudaram as práticas cotidianas, os hábitos dos grupos sociais e os grupos sociais que o frequentam, mas a integração espacial se estende além das fronteiras territoriais e sociais na vida social e espacial da conurbação. Observando-se o núcleo integrador e comparando integração axial (global e local) das cidades em separado, constata-se que o processo de conurbação dá mais robustez às centralidades simbólica e funcional da cidade de

Rivera, que também define o prolongamento da centralidade compartilhada através da linha de fronteira.

E destaca outra centralidade, popular a Oeste, configurando outro polo de potencial de movimento natural e de rotas através da linha de fronteira conectando as periferias populares. A interpenetração não corresponde à centralidade funcional, que ocorre ao longo da linha de fronteira. As medidas que melhor depreendem o movimento econômico e natural são a Integração global axial e o sistema de escolhas segmentado global coerente com a observação empírica e o processo de expansão de uma centralidade que é simultaneamente local e global para a conurbação e para as cidades separadamente. Esta modelagem também depreende a interpenetração mais robusta a Leste, área onde se localiza o porto seco (EADI) e o novo *Shopping Center duty free Siñeriz* que ancora um centro de lazer com cinemas, restaurante e cafés.

O que se observou empiricamente quanto às tendências é que o núcleo central, a área onde há maior interpenetração de linhas mais integradas configura o centro da conurbação, que é coincidente com o centro internacional proposto no plano integrado, com as densidades mais altas e com a maior densidade de comércio. Há correspondência entre centralidade sintática, populacional e funcional. A interpenetração mais densa correspondente ao centro sintático da conurbação, define o lócus da vida social e espacial globalmente. Isto é, para a conurbação a linha de fronteira definindo os limites aos usos predominantes (comércio e comércio e lazer).

Como diz RIGATTI (2011) “em conurbações robustas padrões espaciais e processos de dinâmica urbana se explicam melhor se descritos como sistema único do que se descrevendo suas partes separadamente provando que a lógica da estrutura espacial se encontra no cerne do processo de conurbação”. No caso da conurbação Santana do Livramento – Rivera a assertiva é corroborada para uma das partes, Santana do Livramento, denotando que o domínio da vida espacial e social da conurbação é indubitavelmente uruguaio. E isto se correlaciona às diferenças de integração – segregação, descontinuidade e fragmentação do tecido urbano de Santana do Livramento, de seus padrões espaciais que concentra integração sobre poucas linhas, a maioria periférica.

A rota contínua secundária a Leste (Figura56) entre ambas as cidades define a instalação de novos equipamentos comerciais, o *Shopping Siñeriz duty free* e centro de entretenimento num lugar de melhor acessibilidade rodoviária. As rotas periférica e central depreendem a realização dos potenciais de acessibilidade e deslocamentos através do sistema conurbado, a captura das maiores probabilidades de fluxos globais, estes sim ininteligíveis se analisados sepa-

radamente, mais uma indicação de que o processo de conurbação tende a fortalecer a processos de centralidades periféricas que depreendem os potenciais de integração obtidos pela continuidade do sistema de circulação global na periferia da conurbação.

“Com a incorporação de novos objetos técnicos, que dão maior fluidez ao espaço, fragmenta-se o tecido urbano, as cidades se tornam desiguais, com emergência de diferentes centralidades para atender a distintos segmentos sociais. Se num primeiro momento da expansão urbana, o surgimento de novas centralidades acompanhava novas áreas ocupadas, isso não se verifica na atualidade: hipermercados e shoppings são capazes de criar a centralidade e se antecedem à expansão da cidade, determinando a criação do entorno e lhe conferindo sentido”. (SOUZA, 2008, p.123)

E isto também se correlaciona à predominância do turismo de compras brasileiro na medida em que, segundo RIGATTI (2003) incorpora as tendências segregadoras decorrentes das modificações estruturais da sociedade brasileira, que se espacializam e tomam forma através da segmentação social e segregação espacial com interfaces sociais limitadas; se concentra nos modos de acessibilidade, no transporte rodoviário, que produz uma alteração profunda no papel desempenhado pelas áreas centrais antigas. Por sua vez correlacionadas às características das cidades médias brasileiras quanto à dinâmica espacial, descritas por SOARES (*idem*) como tendentes à descentralização ou a dispersão de centralidades pontuais homogêneas no tipo de comércio e serviço oferecido bairro a bairro, na verticalização dos centros urbanos e a incorporação de áreas rurais ao seu perímetro, mudanças rápidas e sucessivas de usos predominantes, estratificação, especialização e tendência à homogeneização de ramos comerciais.

Há transformações em curso que conjugam expectativas de consumo a sociais, denotam mudanças nos códigos culturais e na produção do espaço. E nestes os turistas e usuários ocasionais estão diretamente implicados. Fato consumado e consumido.

7.4.2 Vida espacial da *middlemen minority* e o comércio transfronteiriço

Para SIMMEL (1950, p.1) o estranho “aquele que chega e permanece, é fixado num grupo espacial. Sua posição no grupo é determinada por se inserirem neste posteriormente, quando a estrutura das relações sociais já está delineada, agregando-lhe qualidades”. Está inscrito no grupo e confronta suas limitações em função da sua potencial mobilidade e, por isso “ser um estranho é, naturalmente uma relação positiva, é uma forma específica de interação” (*idem*). Georg SIMMEL constrói seu argumento a partir do comércio, do comerciante e dos intermediadores, aqueles que fazem o que as elites não se submetem a fazer, o que sintetiza a descrição da vida espacial e social dos comerciantes árabe-palestinos na conurbação Santana do Livramento – Rivera.

O comércio local é uma atividade desprezada pelas elites historicamente; e este código cultural está associado a estruturas sociais que tendem à verticalidade nas relações sociais. E isto se encaixa perfeitamente à estrutura social de uma cidade que foi um centro econômico por tempo suficiente para formar sua própria elite. Latifundiária. O que opõe produtor e vendedor, quem detém controle sobre os processos de produção e aqueles que vivem de intermediar a interação entre quem produz e quem consome, os comerciantes. O conceito de *middlemen minorities* se funda a partir destes códigos que permeiam toda estrutura social. Os estrangeiros tornados *estranhos*, integrados à vida cotidiana e interagindo com moradores, sob o código da urbanidade.

A etnicidade árabe-palestina na fronteira Brasil–Uruguai é produzida através do comércio, demonstrando o argumento de SIMMEL (1950) de que o estranho é aquele que se inscreve numa estrutura econômica e social verticalizada em que as posições já estão previamente ocupadas. Pode-se dizer que ocupam um lugar *entre* na segmentação social. Santana do Livramento torna-se um centro comercial popular, sendo esta a força da sua economia ao apagar das luzes da importância econômica que teve como centro agroindustrial. Dos anos 1970 em diante a economia da cidade gira em torno de lucros acumulados horizontalmente, gota a gota, centavo a centavo a partir da venda de combustíveis, automóveis, bens de consumo duráveis e, principalmente de produtos da cesta básica, roupas e outros de uso doméstico, enfim do comércio local de abastecimento. Local entendido como o comércio voltado ao maior número de consumidores possíveis: as classes populares uruguaias e brasileiras. Esta mudança na dinâmica econômica vai permear a vida espacial e social da cidade, colocando em cheque a reprodução das relações sociais.

Não por pouco, os árabes-palestinos se concentram na parte brasileira da conurbação integrando-se à pequena burguesia local e, talvez por isso, sua agência seja tão notória. O racismo cultural a que estão sujeitos emerge com mais força em estruturas sociais em que diferenças são ratificadas a partir da integração econômica. A sociedade uruguiaia, muito menos verticalizada, produz sua própria pequena burguesia, também integrada por muitos imigrantes e descendentes de imigrantes, inclusive árabes-palestinos, sírio-libaneses e armênios que, segundo relatos, produziram um polo de comércio local na Av. Brasil, próximo à antiga estação ferroviária, sobre o centro morfológico da conurbação.

O que se destaca na sua atividade é a incorporação de todas as características de uma *middlemen minority*, sobretudo pelo caráter *popular* do comércio que opera, fonte dos estereó-

tipos e do racismo cultural sem nenhum verniz de disfarce a que estão sujeitos. Sua capacidade empreendedora estabeleceu as bases para o desenvolvimento de uma nova dinâmica comercial que se correlaciona à hipótese de QUIJARO (1970) sobre integração econômica e social entre uma pequena burguesia, inicialmente estigmatizada, no caso por ser estrangeira, *turca*, e a expansão do seu mercado consumidor, popular, daqueles segregados social e espacialmente. Como verificado por VAUGHAN (2002) o grupo minoritário se integra à vida espacial e social da cidade a partir de suas escolhas locacionais que, no caso, são óbvias. A lógica espacial do comércio varejista depreende muito rapidamente onde está o núcleo integrador da conurbação e aí se instala, capturando as vantagens do esvaziamento do bairro e a disponibilidade de imóveis. Nos conflitos culturais e identitários que permeiam a integração transfronteiriça são transformados no *Outro* paradigmático.

Tendo se apropriado de forma positiva dos recursos de uma centralidade já existente graças à integração global da malha do centro de Livramento, conurbada à de Rivera, transformam sua dinâmica através da compra comparada, atribuindo novo *sentido* à sintaxe espacial da conurbação, à centralidade funcional transfronteiriça, há muito consolidada: a de um centro *popular*. Não mais cosmopolita. Promovem mudanças significativas na vida espacial e da conurbação. É aí, onde um dia lojas sofisticadas se alinham em perfeita ordem, de um lado a outro da fronteira, produzindo a primeira centralidade transfronteiriça no eixo sobre a Sarandí – Andradas (Figura 59) que, ao longo dos cinquenta anos que separam a chegada dos pioneiros da comunidade árabe-palestina (final dos anos 1950) as lojas de vestuário e abastecimento foram, aos poucos, substituindo as existentes, se multiplicaram entre 1970-1990, tornando-se um centro de compras popular para brasileiros e uruguaios, indistintamente. Um tipo de comércio semelhante ao do SAARA no Rio de Janeiro e da rua 25 de março em São Paulo que se manteve estável graças à rede de solidariedade étnica de transferência dos pontos comerciais entre os membros rede e os recém-chegados em busca de oportunidades.

O comércio de artigos populares funcionou como antídoto ao esvaziamento do centro de Livramento, contribuindo para reforçar o processo de integração transfronteiriça, ao se apropriar socialmente e economicamente justamente dos dois eixos que são estruturadores do processo de conurbação. Sem o comércio dos *turcos*, talvez a FUA transfronteiriça não fosse tão forte, já que no sistema axial global e local, o centro morfológico da conurbação fica do outro lado da fronteira, em Rivera.

Os árabes-palestinos de Santana do Livramento não foram os únicos que estabeleceram uma base forte para o comércio local valendo-se da alta acessibilidade e da invisibilidade do estrangeiro providas pela malha ortogonal do centro de Livramento. Afirmar isso seria negar a tradição das *barracas* de materiais de construção, primeiros testemunhos do comércio transfronteiriço operado pela pequena (nem tanto) burguesia local e por outros *estrangeiros* (descendentes de italianos). Ainda que a maioria dos descendentes dos primeiros comerciantes árabes-palestinos não se dedique mais ao comércio, nem mesmo morem no Centro, não mais estrangeiros, mas habitantes, aculturados e assimilados, o comércio continua a ser identificado como *turco* graças à consolidação do nó da rede de comércio popular, que o mantém conectado, renovando os comerciantes, mas dando continuidade à atividade.

Se o núcleo integrador da conurbação é transfronteiriço desde os anos 1940, ponto de encontro dos cosmopolitas locais, a densidade do comércio de abastecimento e vestuário a transforma numa centralidade transfronteiriça *popular*. E nisto reside a agência da comunidade árabe-palestina e sintetiza a transformação que promovem na apropriação social do espaço no centro funcional da conurbação, tornando a copresença, no que HOLANDA (2010) designa encontros e esquivações. Estabelecem governança espacial a partir da aquisição de imóveis e sua locação dentro da comunidade, aos que chegam, através da solidariedade entre membros do grupo e relações de afinidade eletiva mantendo o nó da rede ativo e sempre renovado. Esta governança é percebida como negativa pelos moradores que, ao considerá-los também habitantes (os que já estão assimilados) e que efetivamente controlam a dinâmica urbana, rejeitam os novos gerentes da rede e os que tardaram a chegar.

A fronteira geopolítica é acionada como fronteira social; a parte do centro funcional transfronteiriço de Livramento, o consumo popular e local; a de Rivera, o de consumo mais sofisticado e de lazer. Os santanenses mais ricos atravessam a rua para fazer compras, os uruguaios mais pobres também. E o fazem através de rotas bem específicas, paralelas, como a vida cotidiana de ricos e pobres no Brasil. Como se pode perceber ao examinar a dispersão de rótulos do comércio apostas ao sistema de escolhas global e local segmentado (Figuras 61 a 62). Sobre os eixos que interpenetram ambas as partes da conurbação, as ruas Rivadávia Corrêa e Andradadas com diferenças mínimas de medida de integração (1,29 e 1,27) em relação às demais (1,19-1,22), o suficiente para capturar a centralidade funcional que se expande sobre o trecho da linha de fronteira onde a conurbação é mais antiga e consolidada.

Justamente sobre o caminho que cortava o grande vazio que havia antes do Parque Internacional (Largo Hugolino Andrade, em frente ao Palácio do Comércio) e por onde se inicia o processo de conurbação. E, com mais clareza, capturam a maior probabilidade de fluxos no seu trecho inicial, próximo à linha de fronteira. Se examinado a densidade de rótulos comerciais operados por comerciantes árabe-palestinos aposta ao sistema de escolha de rotas segmentado (global e local), confirma-se a sua agencia na configuração de uma centralidade transfronteiriça popular.

A resiliência dos lugares centrais, sobretudo em partes rasas da configuração é notável. Os usos podem se transformar em função das transformações na estrutura das relações sociais. Nos anos 1940 o centro da conurbação era dos urbanitas. Hoje é apropriada por todos. A lógica espacial do comércio é muito precisa. Ele está onde estão os maiores potenciais de movimento natural e econômico (HILLIER, 1993). Está ao longo de segmentos por onde a probabilidade de fluxos é maior. De pedestres ou de veículos.

As vantagens da integração global e local, na qual espaços são pouco controlados por moradores são indispensáveis para a integração econômica e social da *middlemen minority* o que os leva da lojinha aos *freeshop* com maior volume de vendas (*Siñeriz*) e ao shopping Center recentemente inaugurado. Mais uma vez transformando a vida social e espacial da conurbação, através de sua agencia, da difusão espacial de inovações. Desta vez, voltado para consumidores de classes mais altas, um centro de lazer e serviços junto à periferia Sudoeste da parte brasileira da conurbação. Acessado por uma rota com alta probabilidade de fluxos.

Fica na parte uruguaia da conurbação, mas não há dúvidas de quem serão os consumidores a frequentar o lugar. Nada popular e, por isso com sua forma atualizada, do grande enclave comercial à beira da estrada, reproduzindo o modelo de suburbanização americano, o *sprawl* segregado da vida urbana, mas topologicamente próximo dos subúrbios jardim.

Do paradigma da urbanidade ao da formalidade ou da desurbanização, da apropriação dos espaços mais integrados da conurbação à produção de um espaço não só segregado, mas altamente controlado como um enclave comercial na periferia urbana, não resta dúvidas que integração social é um processo espacial que se funda sobre a categoria morador-estranho. E sobre as possibilidades e limites de suas interações na vida cotidiana informadas pelos padrões espaciais. O que efetivamente permite ao estrangeiro deixar de ser um estranho entre nós.

A comunidade que, segundo o Sr. Raiman Baja o vice Presidente da ACIL, (Associação Comercial de Livramento)²⁸⁴ detém entre 50% e 60% dos estabelecimentos comerciais da cidade, foram atualizando seus negócios ao longo dos anos. Dentre os maiores empresários locais figuram vários árabes-palestinos. São donos de uma das lojas *duty free* mais tradicionais de Rivera (antes um *magazine* sofisticado), a Siñeriz e, numa operação consorciada, constroem o primeiro shopping *duty free* na periferia NE de Rivera, próximo ao local onde o público consumidor local (de brasileiros) tem maior poder aquisitivo, a península a SE. Não é só um centro de compras, e sim um centro de lazer com cinemas, restaurantes, cafés, etc. Bem ao gosto dos consumidores brasileiros, locais e turistas.

Pode-se dizer que os árabes-palestinos de Santana do Livramento são agentes importantes na transformação do desenvolvimento econômico da conurbação e suas ações impactam o dinâmica urbana na medida em que passam a estocar terras no centro da cidade e consideram os potenciais de integração do sistema conurbado nas suas escolhas locacionais. Sua integração econômica é também integração espacial num primeiro momento. Hoje, suas escolhas locacionais consideram tipos arquitetônicos e a conectividade entre as partes do sistema conurbado, como prova a implantação do shopping Siñeriz estrategicamente localizado numa zona de potencial expansão urbana das classes mais altas de Santana do Livramento, tirando partido da probabilidade de fluxos maiores entre territórios nacionais. São agentes transnacionais e transfronteiriços demonstrando que, localmente suas práticas negociais e sociais estão hibridizadas, demonstrando claramente o processo de aculturação pelo qual passam.

Este processo não é exclusivamente nacional, mas local: muitos são membros da elite local, integrados econômica, social e espacialmente a este grupo. São agentes transnacionais e transfronteiriços e desempenham um papel relevante no campo do Planejamento Urbano e na cooperação internacional. Seus investimentos transitam entre Brasil e Uruguai, seus recursos são, por vezes captados globalmente o que demonstra que a rede de negócios baseada em solidariedade étnica e cultural continua sendo um parâmetro de ordem na vida social e econômica de membros do grupo (Figura 60), muito longe do estereótipo do mascate *turco*.

O processo difunde tipos arquitetônicos com impacto sobre o Planejamento Urbano como a implantação de um Shopping Center: cria uma centralidade que definirá a expansão urbana de ambas as partes da conurbação. É um negócio essencialmente transfronteiriço.

284 Sr. Raiman Baja, em entrevista à autora dia 15 de outubro de 2011.

ZERO HORA. SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 2012

Informe Econômico

SEM CARRO, MAS COM VENDAS

É cada vez maior o número de consumidores sem carro que procura as lojas de conveniência dos postos. Estudo mostra que 47% dos visitantes vão à loja nesses estabelecimentos como opção à padaria, lanchonete, ao supermercado de bairro ou mercadinho.

É claro que os motoristas puxam o consumo de outra forma, mostra pesquisa com mais de mil consumidores em várias cidades, incluindo a Capital. O cliente que abastece com gasolina aditivada gasta, em média, 53% a mais nas lojas de conveniência em relação aos que optam pela comum – ticket médio de R\$ 10,70 ante R\$ 7.

Um perfil deste novo consumidor será revelado pela consultoria GS&MD-Gouvêa de Souza, na próxima semana, no Rio, durante a ExpoPostos & Conveniência 2012.

Shopping de importados

Com investimento de US\$ 16 milhões, a uruguaia Siñeriz abre as portas na sexta-feira do primeiro shopping center de Rivera – um dos principais destinos de compras dos gaúchos. Em 16 mil metros quadrados de área construída, o centro terá 12 lojas, com o freeshop da empresa como âncora.

Marcas como Chanel, Lâncome, Tommy Hilfiger, Hugo Boss e Calvin Klein serão algumas das opções para os turistas. O restante da área será de serviços, como praça de alimentação, cinema e casas de câmbio, além de um estacionamento com 700 vagas.

– A ideia é revitalizar o turismo na fronteira oferecendo uma opção que o centro de Rivera ainda não tinha – aponta o gerente Hilmi Abdullah Neto.



Figura 60: o comércio de árabes palestinos na conurbação Rivera-Santana do Livramento. (dir.): supermercado 300, na av. Tamandaré (em frente ao Parque Internacional), 1º empreendimento da família hoje dona do Shopping Siñeriz; Rivadávia Corrêa; hotel Hugolino Andrade; galeria comercial na Andradas; loja na Rivadávia Corrêa. (esq.) notícia de abertura do duty free shopping Siñeriz que conta com cinemas e restaurantes. Fonte: Porto Alegre, jornal Zero Hora, 18/8/2012. Fotografia Mascate de Marc Ferrez, Rio de Janeiro, 1895, col. Gilberto Ferrez, acervo IMS. Do catálogo AMRIK, presença árabe na América do Sul, Brasília: MRE /CCBB s/d., p.10.

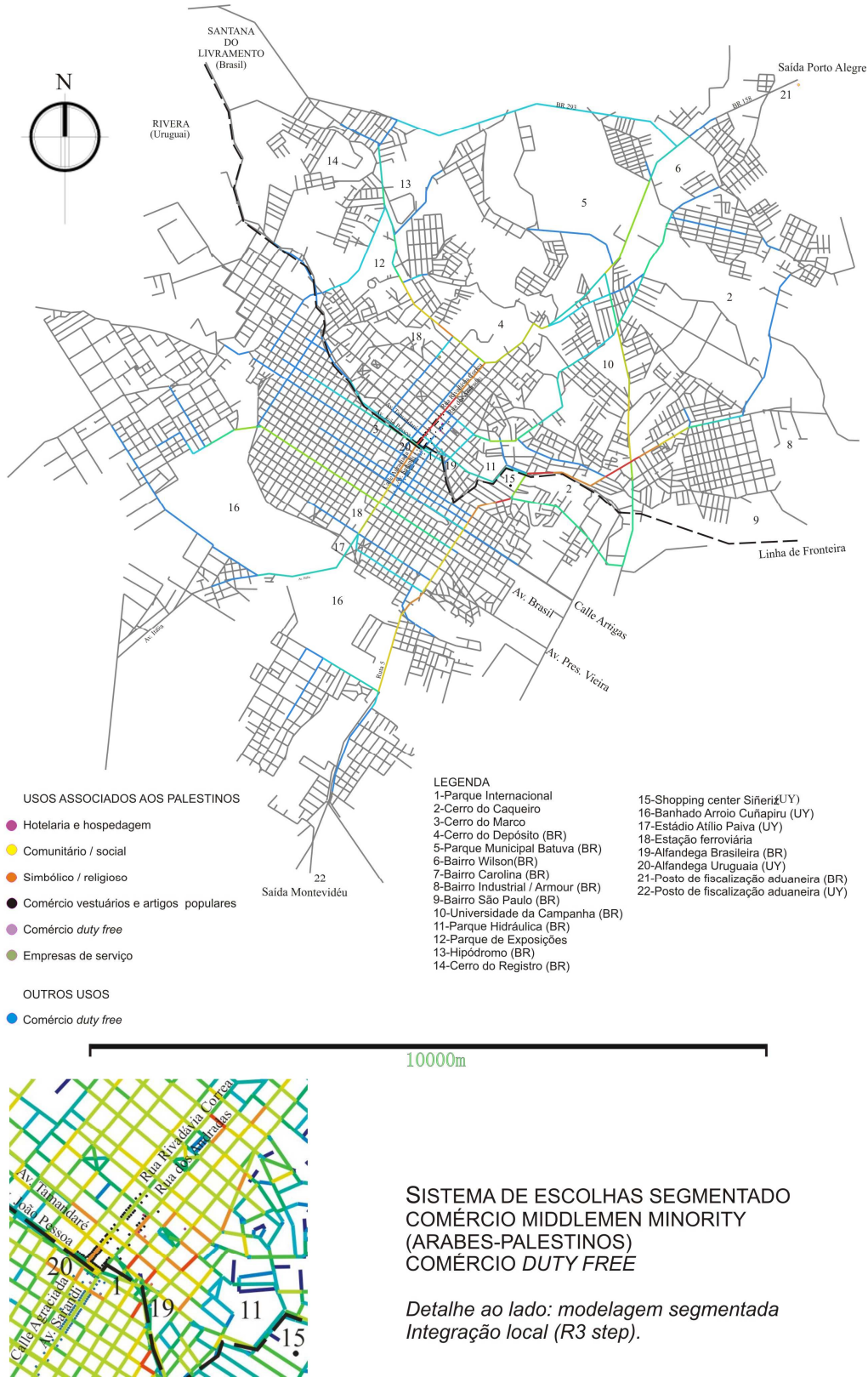


Figura 61: Conurbação Santana do Livramento – Rivera, sistema de escolha de rotas segmentado global e local e dispersão de rótulos comerciais e de serviços.

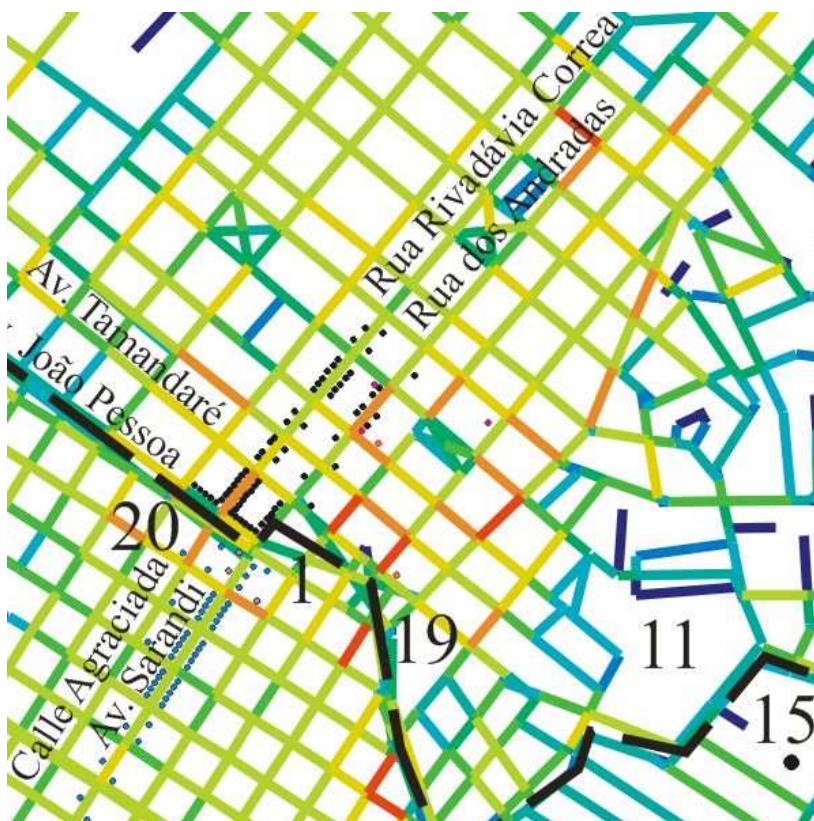


Figura 62 Detalhe do sistema de escolhas segmentado global do centro da conurbação. Da autora e Fernando Falcão.



Figura 63: Integração segmentada R3 e o comércio popular de árabes-palestinos e de *duty frees* (em azul).idem.

7.4.3 Ser um estranho na vida cotidiana: a estranheza do cotidiano na fronteira

“A disposição de viver totalmente em harmonia entre as duas nacionalidades definitivamente não implica em uma identidade partilhada.”

(CHASTEEN, 2003)

As formas de sociabilidade e interação social, enfim, a vida social da conurbação Santana do Livramento – Rivera não se explica nem desvinculada da vida espacial nem se analisando as cidades em separado. Nas praticas cotidianas de todas as categorias sociais, não importando a forma como cada sociedade nacional se segmenta estão sempre presentes o comércio e o atravessar a linha de fronteira. Para resolver problemas prosaicos como comprar alimentos, seja porque do outro lado da linha é mais barato, seja porque se encontram produtos de qualidade superior, o movimento através da linha de fronteira permeia todos os aspectos da vida social e espacial e são indiscerníveis dos sentidos simbólicos atribuídos aos lugares para os quais as pessoas se deslocam e através dos quais se deslocam.

A linha de fronteira não determina as diferenças nas interações e sim os eixos que penetram com igual força em ambas as malhas urbanas. São estas linhas transversais à fronteira que delimitam fronteiras sociais, que definem zonas onde as interações e interfaces se dão entre iguais –brasileiros e uruguaios – diferenciados pelos seus hábitos de consumo. O que demonstra coerência nas práticas cotidianas e solidariedades transpaciais e da integração espacial sobre a economia urbana de nível inferior (comércio varejista e serviços) que requer continuidade. É sobre esta lógica, espacial, que a copresença diversificada morador – estranho (brasileiro – uruguaio) se funda. Sobre a continuidade e interpenetração das malhas urbanas através da linha de fronteira.

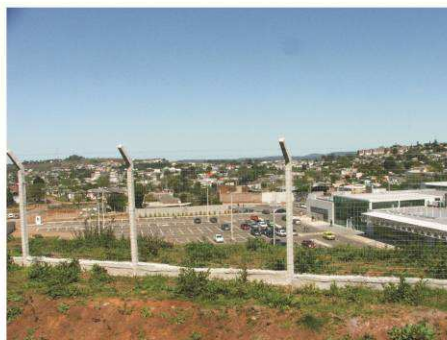
A fronteira de governança estabelecida no tramo central é fiel a esta forma de sociabilidade consolidada. Neste caso, a integração espacial funda as estratégias cotidianas não só da população mais pobre, mas de todos os moradores, de ambas as partes da conurbação. A descontinuidade espacial das bordas da conurbação mais evidentes no lado leste é onde começam a aparecer sintomas das mudanças nos parâmetros de sociabilidade locais, denotando que os padrões espaciais são alterados tendo na descontinuidade espacial seu paradigma e na estratificação das interações e interfaces segundo um novo padrão de consumo que não se baseia no comercio local, mas nos atratores monopolistas.

A tendência apreendida é a separação entre centralidades locais e globais transformando a simbiose entre integração social, econômica e espacial. A força da copresença diversificada, do intenso movimento natural e da formação de solidariedades transpaciais muito deve à malha ortogonal e sua baixa hierarquia que possibilita a apropriação por brasileiros e uruguaios indistintamente dos seus lugares de referência simbólica e de encontro na vida pública.

Brasileiros podem se apropriar do primeiro trecho da Sarandí sem confrontar seus próprios parâmetros de segregação social e espacial, enquanto o centro de Livramento, com as mesmas características, permanece vazio, exceção das primeiras quadras da Andradas e da *Rivadavia* Correia com seu centro de compras popular. Mas estes são lugares de passagem, não de permanência. Que revelam diferenças nas expectativas quanto à apropriação social do espaço e a difusão cultural dos valores da vida em público dos uruguaios, adotada pelos brasileiros, mas do outro lado da fronteira.

Isto fica claro na correspondência entre centralidade sintática global e local, no mesmo ponto da malha urbana da conurbação: no centro simbólico de Rivera. E isto é percebido como valor na medida em que a atualização dos rótulos comerciais não interfere com o potencial de apropriação do espaço por moradores ou estrangeiros, nacionais ou estrangeiros. Com ou sem turistas, com ou sem *free shops* a vida social e espacial da conurbação depende do centro de Rivera como referência da vida social, já que o centro de Santana do Livramento foi esvaziado do seu conteúdo simbólico.

Isto pode se remeter às questões de centralidade e identidade numa conurbação internacional: o que se torna simbólico e é incorporado como parte da identidade dos locais e permeia não só o uso e apropriação social do espaço, mas a própria identidade e imagem da conurbação. O processo de conurbação é a sintaxe subjacente ao discurso de integração econômica e cooperação política. Esta última, baseia-se na lógica social do espaço (HILLIER E HANSON, 1984).



OS CÓDIGOS DA CO-PRESENÇA:
 alto: A Sarandí, os cafés e a vida urbanita; meio: mudança de paradigma: o shopping e a interação mediada;
 abaixo: o bolicho e a escada que virou praça
 Imagens(da autora); exceção, confeitaria city

Figura 64: a copresença na conurbação acima (as 4 1as) Sarandí e a confeitaria mais tradicional do espaço transfronteiriço; no meio Shopping Siñeriz, as esquinas na linha de fronteira. No centro morfológico da conurbação: Avenida Brasil e Monsenhor Veras

7.4.4 A sintaxe do *portunhol*: síntese das correlações das medidas axiais e índice de conurbação

Da modelagem axial do sistema espacial da conurbação Santana do Livramento (BR) – Rivera (UY) obtiveram-se as seguintes medidas e correlações.

O número de linhas do sistema (1907), já demonstra que o processo de fusão das duas estruturas urbanas observa alguns princípios de compactidade relativos ao prolongamento entre linhas do sistema, a continuidade espacial entre partes do sistema como característica do sistema conurbado emergente quanto à integração global:

Quadro 10: comparativos das características de Santana do Livramento, Rivera e da Conurbação quanto à Integração Global.

	Numero de linhas axiais	HH-Rn Max.	R3 max.	Rn Média	R3 min.	inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
CONURBAÇÃO	1932	1,30	4,2665	0,8479	0,21	0,22933	0,4471	11,26
SANTANA DO LIVRAMENTO	1165	1,491	3,99	0,7887	0,333	0,15	0,38	7,59
RIVERA	748	1,75	4,47	1,0426	0,21	0,4011	0,69	4,97

Comparando-se as medidas de integração axial global (Rn) e local (R3) máximas e mínimas no quadro acima, com as dos sistemas modelados separadamente, nota-se que estas medidas se encontram abaixo das obtidas em ambas as cidades separadamente. A integração global média 1,11 indica que a estrutura do sistema conurbado potencializa o impacto das medidas de integração baixas na periferia do sistema, tendendo à segregação imposta pelos vazios urbanos a Norte e a Sul, à anelaridade periférica que a área mais compacta no centro geográfico da configuração, produzindo uma estrutura radial exógena com medidas de integração mais altas distribuídas por um maior número de linhas no interior do sistema. De acordo com a amostra de MEDEIROS & HOLANDA (2007), a conurbação Santana do Livramento, quanto à integração global média não fala espanhol nem português, mas adoraria falar francês, porque sua integração global média está próxima das médias obtidas para cidades europeias (0,87). *Voilà!*

Do processo de conurbação, Santana do Livramento sai como espaço ganhador, na medida em que nos trechos de interface entre os sistemas em que há continuidade espacial, ao longo da linha de fronteira, a medida de integração média é elevada em toda a extensão de contato entre as partes do sistema. Portanto o centro de Livramento captura integração através da

incorporação de linhas mais longas ao seu sistema nos sentidos N-S e L-O, melhorando em geral a acessibilidade e integração entre os setores menos fragmentados do sistema periférico.

Rivera perde integração global média, mas apesar de diminuída, a medida de integração se distribui nas periferias NE e NO do sistema, junto à linha de fronteira. E isto se deve ao potencial de continuidade entre as partes do sistema conurbado, que tem nos eixos paralelos à linha de fronteira, melhor desempenho quanto à integração média em toda a extensão urbanizada e contígua (Figura 57) e à continuidade do sistema rodoviário (BR158 e *Ruta 5*) que reforça a integração na periferia Leste do sistema conurbado. E isto dá sentido à integração econômica binacional com a presença do porto seco (terminal de cargas, Estação Aduaneira Internacional - EADI) ali situado. No entanto, o sistema global adquire maior coesão interna em termos de acessibilidade distributiva entre as partes do sistema, reforçando o desempenho da malha xadrez e do sistema viário paralelo à linha de fronteira na fusão dos sistemas numa configuração espacial única.

Quanto à **profundidade média (11,26)** das linhas do sistema em relação a todas as demais, o resultado obtido na amostra de MEDEIROS e HOLANDA (2007, p.29.7) para cidades latino-americanas é inferior (8,95), nota-se que esta medida é triplicada em relação ao sistema de Rivera. E isto se deve ao aumento significativo do tamanho do sistema e ao peso da dispersão periférica de ambos os sistemas que é potencializado com a fusão das malhas urbanas. Ao comparar as medidas de profundidade média obtidas para a conurbação com a amostra tipológica de MEDEIROS (2006), constatou-se que esta é coerente com a medida obtida para cidades de Estados Árabes (ARA, p.11, 27. MEDEIROS e HOLANDA, 2007), por irônico que pareça. E isto é coerente com a dinâmica de crescimento urbano descontínuo e com a hierarquia de acessibilidade dos núcleos urbanizados dispersos de ambas as periferias (Figura 65). Os arquipélagos a norte e a sul, segregados por vazios urbanos e conectados através do sistema rodoviário remetem aos sistemas de aldeias que crescem endogenamente mantendo um cinturão de terra comunitária agrícola ao seu redor – MUSHA²⁸⁵ -, assim como na conurbação a área definida como perímetro urbano também é constituída por núcleos urbanizados cercados por ocupação rural.

²⁸⁵ MUSHA: posse coletiva ou comunitária da terra arável no entorno de aldeias, de tradições tribais e clânicas, distribuindo-se em rodízio o cultivo de parcelas de terra a cada família de agricultores. Na PALESTINA, os kibutzim e moshavim foram fundados sob os mesmos princípios de MUSHA; as aldeias que possuíam terras MUSHA forma declaradas propriedade do Estado de Israel após a Independência, pois não havia a comprovação de posse legítima por um dono apenas (ONU, 1970).

A profundidade média alta do sistema conurbado informa que o controle do morador é forte em boa parte do sistema, coerente com os níveis de segregação periférica de uso preponderantemente habitacional. Ou seja, à parte da zona efetivamente conurbada correspondente aos centros urbanos, os bairros periféricos são similares a aldeias rurais onde preponderam práticas cotidianas de pequenas comunidades fechadas.



Figura 65: A região urbana de Jerusalém pós-1967 (dir.). Fonte: *ARIJ-Applied Research Institute – Jerusalém. The strangulation of the arab palestinian city. Jerusalem: Arij, 9/7/2005.16p., p. 3* acesso via:www.arij.org; as ilhas de urbanização da conurbação Santana do Livramento – Rivera (esq.).

A **sinergia do sistema conurbado (0,47)** também se aproxima do parâmetro para cidades europeias (0,41) o que demonstra que o processo de conurbação minora os efeitos da fragmentação espacial e descontinuidades da malha urbana, reforçando a integração local a partir da maior anelaridade da estrutura de acessibilidade ao entorno indicando que a articulação entre as partes dispersas em ilhas na periferia de ambos os sistemas tem sua integração local reforçada a partir da captura de integração das linhas referentes às estradas e aos eixos viários paralelos à linha de fronteira, que conferem continuidade ao sistema anelar. A relação de continuidade topológica entre os eixos axiais que margeiam a linha de fronteira e os correspondentes à periferia de Santana do Livramento produzem uma anelaridade coerente com as centralidades funcionais que emergem nos sistemas analisados isoladamente.

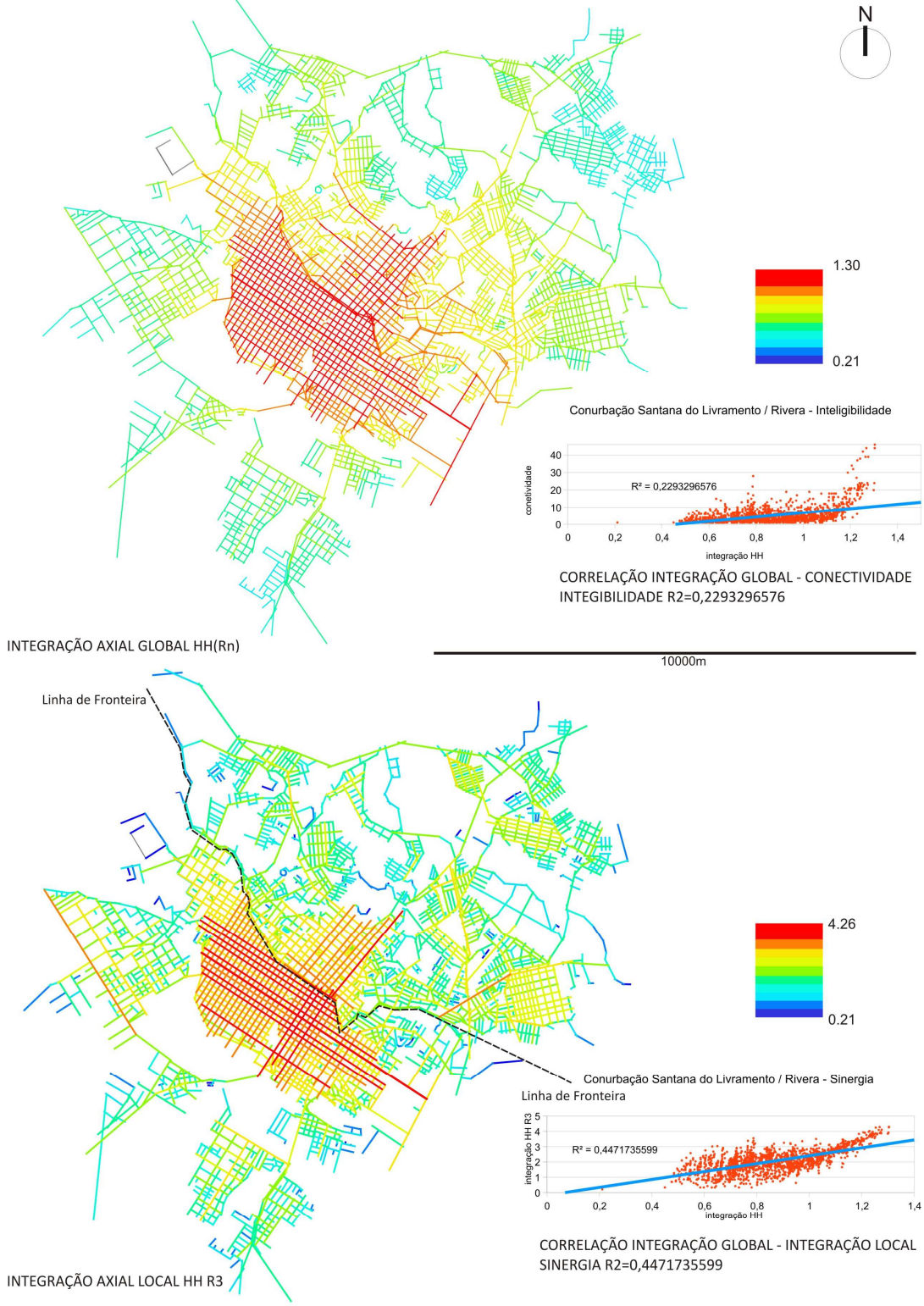
O processo de conurbação transforma os efeitos da urbanização descontínua e isto se correlaciona à compacidade e tendência à continuidade conferida pela malha xadrez de Rivera, que prolonga alguns eixos de Santana do Livramento promovendo um rearranjo topológico na acessibilidade local entre as partes do sistema (Figura 65).

A **inteligibilidade (0,22)** do sistema conurbado é melhor que a de Santana do Livramento, no entanto pior que a de Rivera. A correlação entre integração global e conectividade alta

situa a conurbação em patamares mais altos de inteligibilidade do que os obtidos por MEDEIROS (2006) para amostras brasileiras e latino-americanas (0,19). Além da diferenciação entre partes do sistema, justamente na periferia deste contribuir de forma positiva para a navegação, tendo a integração capturada em poucas linhas, a convergência de ambos os sistemas rodoviários na periferia dos centros, sobre a linha de fronteira contribui para a melhor legibilidade do sistema, da articulação entre suas partes a partir de um espaço convexo maior e diferenciado (Praça Internacional). A malha ortogonal contínua neste trecho a partir do nó de distribuição, contribui positivamente para a orientação e localização no movimento natural. Demonstra que apesar do aumento significativo do tamanho do sistema conurbado, este se torna mais inteligível a partir da fusão das malhas urbanas do que separadamente, demonstrando mais uma vez que a continuidade das linhas axiais e a similaridade de padrões espaciais na área central estão correlacionadas ao aumento de inteligibilidade do sistema como um todo. E isto está relacionado ao peso da malha ortogonal mais uma vez. As linhas mais longas do sistema conurbado no sentido Leste – Oeste e Norte – Sul, permitem o deslocamento em ambos os sentidos com muito poucas mudanças de direção o que é reforçado pelo tamanho relativamente pequeno das ilhas, isto é, uma conectividade alta e regular.

E isso é corroborado também pelo fato destas linhas estarem ressaltadas no sistema de escolha (*Choice Rn e R3*, Figuras 56 e 61). Os valores de integração global altos para a conurbação concentrados sobre a malha ortogonal nos trechos onde a contiguidade e a continuidade das malhas são efetivas e a inclusão do sistema viário paralelo à linha de fronteira ser incluído no conjunto do núcleo integrador transforma sua função de barreira ou limite entre as cidades constituindo um espaço efetivamente apropriado socialmente, o que denota também a simbiose como paradigma do processo de estruturação da vida espacial e social da conurbação, o que denota a importância da integração global para a tipificação da estrutura espacial da conurbação.

CONURBAÇÃO SANTANA DO LIVRAMENTO (BR) e RIVERA (UY):
 MODELAGEM AXIAL SÍNTESE MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO E CORRELAÇÕES



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL
 fork of the original Dephtmap developed by Alasdair Turner

Figura 66: Síntese das medidas axiais e correlações de inteligibilidade e sinergia. Modelagem da autora sobre base axial da autora e Daniela Reckziegel.

A prevalência do código transpacial em todo o centro da conurbação é um aspecto positivo para a integração social entre as duas comunidades nacionais e para a apropriação social do espaço por estranhos ao sistema, correlacionada principalmente ao aumento da inteligibilidade da parte de Santana do Livramento quando conurbado. Por estas razões o centro funcional que se estende por ambas as cidades é entendido como um só: raso, aberto, com bons níveis de integração global e local, oposto ao paradoxo dos lugares centrais, o que demonstra a prevalência do parâmetro de urbanidade, onde interações morador-estranho tem alto potencial de ocorrência. É o lugar no qual as categorias morador-estranho e nacional-estrangeiro se tornam ambíguas. A força exógena desta malha xadrez é que estabelece os parâmetros para que vida espacial e vida social se concentrem sobre a linha de fronteira. Ambos os centros tornados numa grande zona transfronteiriça sem barreiras ao movimento natural, com boa acessibilidade distribuída e continuidade espacial que informa um centro compartilhado, coerente com as posturas adotadas no Plano de Desenvolvimento Integrado para a área de Fronteira²⁸⁶ (DI CAMPO, LORENZO e SALENGUE, 1998, vol. 5, p.15).

O que se pode concluir da análise preliminar das medidas axiais e suas correlações é que ao invés de complementaridade, é um processo simbiótico que estrutura o sistema conurbado. A configuração espacial da conurbação é um sistema novo no qual a malha ortogonal captura integração e, portanto centralidade, produzindo um campo único e compartilhado de interações morador-estranho devido aos altos potenciais de copresença diversificada e movimento natural distribuído num centro único com peculiaridades funcionais, ao mesmo tempo local e global (BRAGA e RIGATTI, 2009) que pode ser definido como um espaço efetivamente transfronteiriço. E isto explica porque os santanenses tem nas quatro primeiras quadras da Avenida Sarandí (Rivera) o centro da sua vida social, o lugar preferencial de encontros desde os anos 1970, um centro além da fronteira, transfronteiriço.

O Índice de Conurbação (RIGATTI, 2008) CI 0,9260 (< 1) aplicado para analisar se a interpenetração das malhas urbanas contíguas efetivamente estrutura um novo tipo de sistema espacial, no qual os indicadores de compacidade sintática – integração global média, profun-

²⁸⁶ Ata final da III Reunião da Comissão Geral Brasil-Uruguai, assinada pelas Presidências (12/1996) que estabelece convenio binacional e cria o Grupo de Trabalho Binacional composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, vários ministérios brasileiros e instituições nacionais uruguaias (MTO, MVOTMA), do Estado do Rio Grande do Sul (METROPLAN), da prefeitura Municipal de Livramento e da Intendência de Rivera. Na VIII Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças entre Brasil e Uruguai é feito o Ajuste Complementar ao Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira (maio de 1997).

didade média e sinergia obtém desempenho melhor em decorrência do processo de fusão das malhas urbanas.

Partindo-se do princípio de que em processos de conurbação fortes as medidas sintáticas tendem a ser mais robustas para o todo que as partes (RIGATTI, 2011), pode-se considerar o processo de conurbação Santana do Livramento – Rivera robusto tendo-se em vista que só é possível entender a apropriação social do espaço a partir do sistema conurbado, sobretudo da centralidade incorporada ao imaginário dos santanenses como própria. E isso está correlacionado com o fato de que o processo de conurbação produz desigualdades na captura de integração, favorecendo o desempenho da parte brasileira do sistema quanto à integração global. Efetivamente, a percepção de onde começa uma cidade e termina a outra está relacionada às diferenças dos atributos geométricos do espaço e não configuracionais.

A compacidade podendo ser listada como uma variável efetivamente importante na identificação de um sistema espacial contínuo na área central de ambos os assentamentos. E isto é reforçado pelas medidas de integração mais altas na parte do sistema referente a Santana do Livramento no sentido Norte – Sul.

Para os moradores de Rivera esta percepção não é tão forte justamente porque o centro sintático da conurbação (as medidas de integração global mais altas) se localiza sobre os eixos que definem o centro simbólico e sintático desta cidade (Monsenhor Veras e Brasil com Sarandí / Andradas– Agraciada / Rivadavia Corrêa). O que é no mínimo curioso: Santana do Livramento pode ser considerada uma extensão de Rivera do ponto de vista da conurbação, os limites entre as cidades difusos justamente onde se obtém as medidas de integração mais altas que definem a centralidade sintática da conurbação (Figuras 57 e 64).

Algumas restrições ao processo de conurbação são dadas pelo relevo e descontinuidade entre os tecidos urbanos. A tendência depreendida do processo em seu estágio atual é a emergência de centralidades periféricas que podem vir a representar competição ao centro internacional de compras e da vida social da conurbação.

O que de fato ocorre com a instalação do *Shopping Siñeriz* bem próximo a este cruzamento na periferia leste de ambas as cidades. No caso, captando o público potencial que vive nos subúrbios de renda mais alta (Santana do Livramento). Pode-se dizer que nesta área, assim como no centro, os limites entre os assentamentos são difusos por razões opostas: no centro, em função justamente da compacidade e da continuidade da malha urbana. Na periferia Leste pela continuidade das vias de acesso e pela impossibilidade de se identificar os limites da área

urbana porque cercado por vazios e morros, a integração concentrada em poucas linhas bem integradas numa área não urbanizada ou fracamente urbanizada, que penetram os subsistemas (RIGATTI, 2011, p.5).

De acordo com os achados de RIGATTI (2011, p.5) a robustez da conurbação Santana do Livramento – Rivera “pode ser comprovada a partir de linhas bem integradas que penetram ambos os subsistemas, pela concentração de linhas mais integradas ao longo dos subsistemas, conectadas através da continuidade da malha urbana e não de linhas isoladas”.

Pode-se dizer que o processo de conurbação de Santana do Livramento – Rivera até o momento tem se provado robusto, notando-se o investimento feito através dos planos binacionais na consolidação e expansão de uma centralidade já consolidada que se confunde com o processo de fundação e crescimento de ambas as cidades.

No entanto, devido às novas dinâmicas de desenvolvimento urbano centradas no modelo brasileiro de consumo e interação selecionada, cuja epítome é o Shopping Center, ainda há que se verificar num futuro próximo o desempenho da configuração espacial da conurbação frente à valorização de fluxos como parâmetro para a localização de atratores monopolistas e seu impacto nos padrões espaciais adotados na expansão das periferias que pode ser informado pelo comércio e indústria do turismo, transformando a lógica espacial.

Até o momento pode-se verificar a prevalência de padrões espaciais ancorados nos códigos de maior urbanidade depreendidos da malha ortogonal e consolidados a partir de expectativas de convivialidade locais o que se é entendido como capital social dos moradores.

No entanto, usuários (turistas), majoritariamente brasileiros, tem outras expectativas de interação construídas a partir da segregação social e espacial e da suburbanização. Resta saber como estas impactarão o desenvolvimento econômico da conurbação, a vida espacial e social.

Hoje, a conurbação Santana do Livramento – Rivera fala portunhol, está ancorada na difusão do código transpatial que informa a apropriação social da malha ortogonal, uma configuração espacial que permite que ambos os centros e fundam a ponto de serem apropriados indistintamente por todas as categorias sociais: brasileiros e uruguaios, ricos pobres, turistas, que se beneficiam da alta acessibilidade, da conectividade e da continuidade entre as malhas urbanas, onde todos podem andar livremente por espaços muito pouco controlados tendo na urbanidade a regra para a interação com a diversidade, a copresença diversificada e nos altos potenciais de movimento natural que efetivamente informam a integração social transfronteiriça que caracteriza a vida cotidiana local.

Se entendermos desenvolvimento como autodeterminação de uma comunidade e assumirmos que, à escala local Santana do Livramento - Rivera correspondem à uma só comunidade integrada social e espacialmente, apesar dos conflitos de identidade e das crises de dominação sobre a vida espacial deslocando-se periodicamente entre ambos os lados da linha de fronteira, pode-se dizer que o sistema socioespacial atinge um certo equilíbrio de integração.

Transformações significativas no processo de integração espacial podem decorrer de mudanças na valorização da continuidade espacial que é a prerrogativa do comércio de rua por outras formas comerciais que tem na captura da probabilidade de fluxos sua lógica locacional vindo a comprometer o processo de conurbação num cenário futuro, causando a degradação da centralidade transfronteiriça existente.

Se, como diz SOARES (2008), parafraseando Marshall, consumir é uma forma de cidadania, pode-se estar no limiar de uma transformação significativa não só da dinâmica de uso do solo e valorização do centro da conurbação, mas de novos códigos de interação que valorizam a segregação espacial e as interações mediadas e restritas.

Que, inexoravelmente transformam a organização espacial da conurbação: de um sistema, no qual o fundamental é a estrutura de integração para uma rede, para a qual o fundamental é a estrutura de conexão. No primeiro caso, o potencial de movimento natural é o importante, a integração espacial. A partir destes atributos formou-se uma comunidade transfronteiriça. No segundo caso o movimento de para e através é o que importa, a probabilidade de fluxos, expressão máxima da mobilidade e volatilidade do capital, independe de integração e sim de um mercado consumidor.

Caso esta tendência se consolide, Santana do Livramento e Rivera poderão ser classificadas como espaços perdedores (ADIALA, 2003). Hoje não são porque os benefícios sociais e econômicos da integração espacial, da continuidade podem ser capturados por todos, do dono do armazém ao empresário transnacional, da loja de R\$1,99 e dos camelôs da *Praça dos Cachorros* ao dono da rede hoteleira, da compra da cerveja mais barata ao *whisky* revendido nos espaços gourmet. Talvez o investimento nos códigos de urbanidade feito pelos uruguaios, também em suas ações de planejamento urbano estejam por trás da longevidade da vida pública, no espaço público da conurbação e na valorização do cosmopolitismo como forma de interação e responsável pela difusão espacial desta forma até então.

O abandono do centro de Livramento por suas elites e a própria inscrição do centro como um centro comercial já informa as forças de segregação que permeiam mudanças nas expecta-

tivas quanto à interação não mediada dos brasileiros. A simbiose de que tanto se beneficia a cidade brasileira se transforma em desigualdade locacional também do lado de lá da fronteira, conferindo força aos processos de fragmentação e descontinuidade espacial na medida em que equipamentos como *shopping centers* se antecipam à expansão urbana dando emergência a centralidades referentes a segmentos específicos do mercado consumidor que passam a determinar a produção do seu entorno, conferindo-lhe sentido, alterando a sintaxe espacial, produzindo seus próprios significados.

Se cada forma comercial permite a reprodução de relações sociais e econômicas específicas, estas correspondem a processos de atualização das formas de reprodução de capital (SOARES, 2008), a conurbação poderá falar português em breve, se desenvolvimento deixar de ser equivalente a integração e passar a equivaler a consumo.

Resta saber como será resolvido o dilema entre ser cosmopolita ou inexoravelmente suburbano...

7.5A tipificação da conurbação Santana do Livramento – Rivera

Para definir o tipo da conurbação transfronteiriça, interfronteiriça ou cidade gêmea foram consideradas três variáveis espaciais, baseadas em dados espaciais: uma indexada e duas correlações: a variável indexada é o Índice de Conurbação (IA) proposto por RIGATTI (2011); a segunda variável é a classificação proposta para FUA *Functional Urban Area* (ESPON, 2007) verificada a partir da concentração de rótulos comerciais sobre as linhas de maior integração global e local e em relação ao núcleo integrador a conurbação; a terceira variável é a uma comparação qualitativa das correlações de Integração Global Média, inteligibilidade e sinergia para cada parte do sistema em relação à conurbação. Para efeito de cálculo foram consideradas perdas de integração no sistema conurbado para cada uma das partes de até 10% como insignificantes e ganhos de mais de 25% como significativos.

Índice de Conurbação (CI $0,9260 < 1$): Segundo RIGATTI (2011) a conurbação SANTANA DO LIVRAMENTO – RIVERA pode ser considerada robusta a partir da sua indexação quanto à compacidade, continuidade espacial e interpenetração dos eixos axiais entre uma e outra parte do sistema. O resultado obtido, próximo da linha de corte do índice nos permite especular que a tendência do processo de conurbação foi, até o momento, robusta coerente com os parâmetros estabelecidos pelo autor. Há quatro pontos a serem observados no processo de conurbação para depreender tendências futuras na transformação da configuração:

- a) o pequeno número de linhas que interpenetram ambas as partes do sistema conurbado na área central, a presença de uma barreira espacial (o Cerro do Marco) que dificulta a interpenetração a Oeste produzindo descontinuidade na área central onde a malha ortogonal de ambas as partes do sistema favorecem a interpenetração; a deformação da malha a Leste, continua, mas sem interpenetração com bom desempenho conectivo (segmentado);
- b) Transformações no processo de configuração de centralidades na periferia Leste da conurbação, ainda fracamente urbanizada e que, até o momento vem seguindo o modelo de expansão suburbana com centros de compras pontuais e fechados na periferia de zonas de uso habitacional unifamiliar pouco densas;
- c) A oposição entre a lógica fragmentária da expansão brasileira da conurbação que transfere o centro sintático axial para um trecho de rodovia na periferia Leste da cidade (BR 158), reforçado pela integração ao sistema rodoviário uruguaio (*Ruta 5*);
- d) O potencial de conurbação estar ancorado nas linhas mais longas no sentido Norte Sul que tem potencial de interpenetração na periferia Oeste da conurbação, uma área historicamente negligenciada em função de sua ocupação mais popular e por estar além da barreira do cerro do Marco e dos trilhos ferroviários o que diminui a probabilidade de investimentos significativos no sentido de melhorar a integração entre as malhas urbanas porque não é atrativo ao capital. Ainda que estas considerações tenham sido apontadas no *Plano Integrado de Desenvolvimento*.

O maior número de linhas do núcleo integrador e o centro sintático da conurbação, localizados no centro simbólico da malha de Rivera. Portanto, a manutenção da robustez e o aumento do índice de conurbação estarão sujeitos à resiliência da centralidade atual.

De acordo com a classificação da ESPON (2007) para áreas transfronteiriças e cidades gêmeas, a conurbação Santana do Livramento – Rivera dispõe de uma FUA (*Functional Urban Area*) um centro funcional pequeno compartilhado em área compacta e densa, ou seja, em área com boas características morfológicas (compacta, contínua, malha pouco deformada) que possibilite fluxos intensos entre as partes do sistema.

Sob este aspecto, não restam dúvidas que a área designada como área de comércio internacional é um espaço transfronteiriço consolidado morfológicamente e também em relação à vida espacial e social (Figura 67).

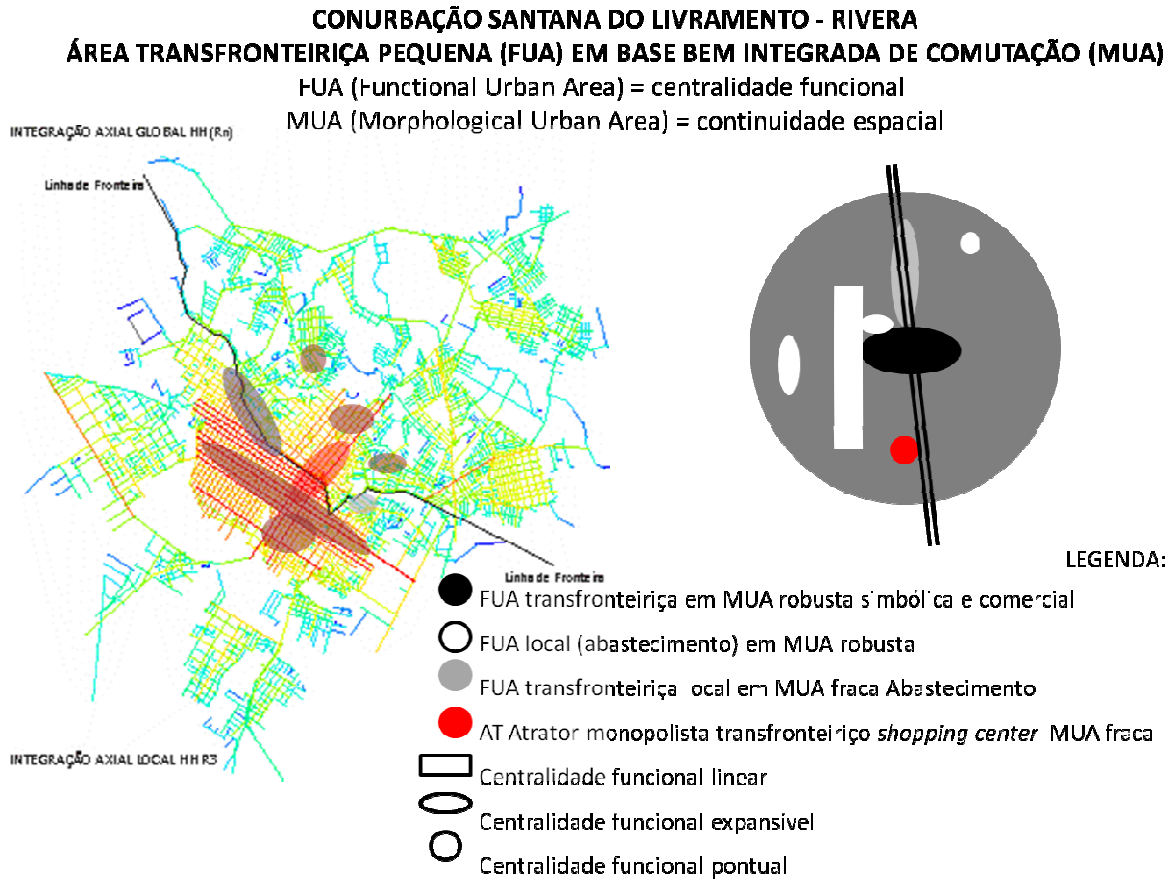


Figura 67: diagrama da FUA de Santana do Livramento Rivera de acordo com quadro ESPON (2007). As FUAs e sua hierarquia em relação à integração axial local.

Quadro 11: Comparativo dos espaços ganhadores e perdedores no processo de conurbação

	RIVERA	SANTANA DO LIVRAMENTO
INTEGRAÇÃO GLOBAL MÉDIA	PERDE 18%	GANHA 7,5%
INTELIGIBILIDADE	PERDE 42%	GANHA 52%
SINERGIA	PERDE 35%	GANHA 17%

Os espaços ganhadores e perdedores no processo de conurbação e a possibilidade de funcionamento pleno das partes do sistema ainda que houvesse uma barreira espacial sobre a linha de fronteira.

Analisando-se aos parâmetros que caracterizam morfologicamente a conurbação pode-se verificar que a parte correspondente a Rivera perde significativamente em todos os atributos mensurados no processo de conurbação, donde se conclui que a força do processo de conurbação que se reflete no IC alto está correlacionada ao seu desempenho configuracional. A centralidade funcional compartilhada através da FUA transfronteiriça e a posição do núcleo integrador (consistente com a integração axial local) se devem à maior extensão e compacidade

do padrão espacial em malha xadrez, o que torna Santana do Livramento dependente de Rivera no processo de conurbação. A resiliência da malha xadrez de Rivera ainda será testada em relação às novas dinâmicas de expansão urbana, sobretudo da parte de Santana do Livramento, onde a compacidade ainda pode ser aumentada sem que haja densificação expressiva na ocupação de vazios.

A centralidade sintática coincidente com a funcional e populacional, contida num raio de 500m do ponto de irradiação da integração indica que a expansão da centralidade tenderá a ocorrer endogenamente, em direção ao centro de Rivera.

No entanto é incontestável o desempenho do sistema de circulação paralelo à linha de fronteira na articulação entre as partes do sistema sem esta interface justamente na área central consolidada, a conurbação provavelmente teria um desempenho muito fraco.

Devido a esta razão e não à interpenetração das malhas é que se pode classificar a conurbação Rivera – Santana do Livramento como transfronteiriça.

Neste momento a porosidade da fronteira geopolítica atribui sentido à configuração espacial, caso não fosse, a conurbação efetivamente não existiria, seriam cidades gêmeas, conectadas através das periferias.

Este cenário é possível, a erosão da conurbação e uma tendência à transformação em cidades-gêmeas. Isto os técnicos já haviam percebido tempos atrás, por isso a preocupação em qualificar o centro e fortalecê-lo. Ao cortar-se o galho de uma árvore, o galho morre, a árvore sobrevive e se regenera. Ao cortar-se o tronco, nem sempre.

7.6 Estudo de caso 2 - a conurbação Chuy (UY) e Chuí (BR)



Figura 68: Conurbação Chuí (BR) – Chuy (UY) localização geográfica. Fonte: Fonte: IBGE Cid@des <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=430543&search=rio-grande-do-sul|chui>



Figura 69: Mapa Linha demarcatória limites territoriais Brasil – Uruguai. Fonte: MRE <http://www2.mre.gov.br/daa/uruguai.html>; Planta de acampamento militar – comissão de demarcação XXXXXX; Fortin San Miguel, fonte: http://elfortin.com/hotel/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=4&Itemid=132; Arroio Chuí e Marco Prefeitura Municipal do Chuí / BR Arroio Chuí (2) Marco limite territorial, fonte: <http://www.chui.rs.gov.br/portal1/municipio/galeria.asp?ildMun=100143098&ildGaleria=5627&pgGaleria=1>;

7.6.1 Contexto da vida social e espacial: da *pulpería* ao bazar

A conurbação CHUY (UY), CHUÍ (BR) tem suas origens diferentes da conurbação Rivera – Santana do Livramento. Situada nos campos neutrais (1777), onde a ocupação por portugueses e espanhóis foi proibida através de acordo, foi área de passagem de gado (Vacaria do Mar), contrabando e de fluxos belicosos entre as coroas portuguesa e espanhola, como atestam os fortes de São Miguel (1737) e Santa Tereza (1762). Os limites territoriais definitivos entre Uruguai e Brasil neste trecho da fronteira só foram estabelecidos em 1909 após negociação extensa de área lagunar da qual dependia até 1950, a circulação (hidroviária) microrregional. Espremida entre duas lagoas (Mirim e Mangueira) e uma extensa faixa arenosa alagável que vai do Chuí a Rio Grande, só era alcançada do território brasileiro via Santa Vitória do Palmar até a abertura da BR 471 (1971). Em território uruguaio há uma rede de pequenos povoadamentos próximos e mais antigos, e o que caracteriza a região é o intercâmbio mais intenso com o outro lado da fronteira (Figuras 68 e 69).

Guarnições militares, postos de guarda e comitês demarcatórios se estabeleceram no local onde hoje se encontra a conurbação (18 de Julio) desde o acordo de Santo Idelfonso (1777). O Chuy (UY) cresce no entorno de uma *pulpería* que funcionou como polo da vida social e econômica para o entorno rural e as guarnições militares. A vizinhança nucleada se forma através do parcelamento de terras privadas (1861) e com o aumento de casas comerciais (importação – exportação e abastecimento) no ponto de passagem entre ambos os territórios nacionais (posto aduaneiro uruguaio). Segundo RHODEN (*Op. cit.*) diversas cidades uruguaias surgiram desta maneira porque o estado uruguaio não tinha recursos financeiros para a instalação de vilas em zonas não prioritárias.

Segundo AZAMBUJA (1978, p.60) o posto aduaneiro do Chuí (BR) é implantado vinte anos depois (1906), quando o quartel existente é desativado, às vésperas da conclusão diplomática da definição dos limites naquela área (1907). O Chuí (BR) é distrito de Santa Vitória do Palmar até 1996 quando se torna município independente e até os anos 1950 “uma extensão urbana do Chuy uruguaio, com ranchos e casas isoladas, sob as circunstancias ditadas pela natureza do comércio fronteiriço”.

Pode-se concluir pelos relatos que o Chuy (UY) se estabelece como *mercado de fronteira*, entreposto de ocupação esparsa e nó de distribuição de mercadorias que tem na sazonalidade ou ocasionalidade (venda de gado e de cavalos, por exemplo) a razão da sua existência. É des-

de sua origem um núcleo de comércio exportador – importador e, segundo alguns autores, de contrabando. O Chuí (BR) se organiza como comunidade integrada ao núcleo uruguaio, a complementaridade do comércio internacional o atrator entre ambos os núcleos. Enquanto o Chuy uruguaio tem uma comunidade fixa no local, independente dos núcleos vizinhos como 18 de Julio, os moradores do Chuí brasileiro mantém vínculo forte com Santa Vitória do Palmar, inclusive o de residência (comércio e trabalho no Chuí e moradia na outra cidade).

O desenvolvimento do Chuy (UY) se deve à organização comunitária, que reivindica sucessivamente benfeitorias a partir de ações *bottom up*, posteriormente sancionadas e encampadas pela administração departamental (Rocha), tornado-se vila apenas em 1938 num dos períodos de maior desenvolvimento econômico que experimenta (comércio e indústria), tornando-se um polo atrator para a região²⁸⁷. O Chuí (BR) torna-se vila em 1940 e município em 1997: “os únicos sinais reais da presença da nacionalidade (brasileira) eram as guarnições federais e um posto alfandegário” (AZAMBUJA, p.150).

A organização comunitária e o associativismo caracterizam a vida cotidiana. Solidariedades transpaciais são construídas e ocorre uma integração efetiva entre as comunidades através do compartilhamento de infraestrutura, da língua oficial usada no comércio (espanhol), das atividades de lazer compartilhadas: clubes sociais, jogos de futebol, etc.

Um dado da maior relevância é a agencia dos comerciantes mais importantes da cidade na produção do espaço urbano que vai desde o parcelamento de glebas para fins de loteamento até a doação de terrenos para a construção de equipamentos de interesse público, passando pela construção de praças e arborização urbana. Destaca-se também a capacidade de mobilização da comunidade na reivindicação de serviços públicos e infraestrutura dos quais depende o desenvolvimento local (linhas de ônibus regulares, energia elétrica, água potável).

A expansão urbana se dá ao longo da linha de fronteira, em direção Oeste (a Leste corre o Arroio Chuí) ao longo da estrada que se conecta ao núcleo conurbado a cidade de 18 de Julio.

Pelos relatos consultados, nota-se a capacidade de agencia dos moradores (vizinhos), seu empreendedorismo, a composição pluriétnica e multicultural da população que tem dentre os imigrantes muitos de seus líderes, uma vida social intensa, de urbanitas. Isto pode ser percebido pelos relatos dos inúmeros clubes que são fundados (esportivos na maioria), nos campeo-

²⁸⁷ A primeira escola funciona desde 1890. Em 1949, quando é instalada a primeira escola brasileira, com diretora uruguaia, o Chuy (UY) já tinha cinco escolas e se mobilizava para a instalação de um Liceo, além de clubes e cinemas.

natos de futebol e nas festas frequentes. A integração social, econômica e espacial é prerrogativa para o desenvolvimento local, ambas as comunidades indiscerníveis nas suas práticas cotidianas, muitas compartilhadas. Como os clubes de futebol, as festas e bailes.

Sabe-se que o Chuy (UY) nos anos 1930 cresce em função da oferta de empregos no comércio e numa fábrica de tabacos (1923) tendo sido conectada a Montevideu pela Ruta 9 em 1940, seu maior crescimento demográfico na década de 1960. No final dos anos 1930, início dos anos 1940 o Uruguai desenvolve o turismo interno e a conurbação, próxima a balneários (brasileiros e uruguaios) e recém-criados parques nacionais (Santa Tereza e San Miguel) também se tornam polo de suporte ao turismo.

Denise Fagundes Jardim (2000, p.13) que desenvolveu uma pesquisa etnográfica minuciosa com a comunidade árabe – palestina do Chuí (BR) refere-se a judeus como sendo os responsáveis pelos parcelamentos que dão origem à cidade do Chuy (UY). Refere-se a Samuel Prilliac²⁸⁸, um romeno que imigra para o Chuí em 1931 e loteia o primeiro bairro popular da cidade, o *barrio Samuel* (Figura 70), quando a migração campo-cidade se torna uma realidade nos anos 1960. Segundo a autora, o Uruguai, empenhado em povoar sua fronteira, não impôs restrições à presença de estrangeiros como o Brasil.

Pensa-se que as diferenças estruturais de ambas as sociedades, já descritas anteriormente, é obliterada ou minorada neste caso, no qual a dominância cultural é uruguiaia. Sendo, desde sua fundação um *mercado de fronteira* a categoria *estranho* é recalcada em função do desenvolvimento comum, cumprindo as expectativas sociais de desenvolvimento através de interfaces e intercâmbios diversificados.

Por esta razão, a organização das relações sociais não se baseia em identidade étnica ou nacional e sim num sistema patronal que se estabelece a partir da agência e empreendedorismo dos próprios comerciantes, donde emerge a categoria de benfeitores e patronos. Que inclui, independente de raça, credo ou etnia, comerciantes bem sucedidos e com capacidade de liderança para os quais não importa a origem mas as redes de solidariedade social que se de-

²⁸⁸ Samuel Prilliac é identificado pela autora como judeu. Outras referências o identificam como romeno (<http://www.uruguayinforme.com/news/06082004/06082004dornel.htm>), sem menção à sua religião. O que se sabe é que foi um dos grandes responsáveis pelo parcelamento das expansões da cidade e da Barra do Chuí (chega ao Chuy em 1931 e se estabelece como comerciante – casa Samuel) e, doou terrenos (700) a instituições nacionais (escola, campo de futebol, etc), para o assentamento de pessoas carentes. Foi um líder comunitário importante, reconhecido pelo Departamento de Rocha e organizador do time de futebol local. Há logradouros públicos que o homenageiam em ambas as partes da conurbação, além de um bairro (Bairro Samuel) e do complexo esportivo.

envolvem a partir do compartilhamento de interesses comuns. O pertencimento a grupos de interesse como leitura, futebol, música.

Se for possível fazer tal associação, a comunidade do Chuy–Chuí é um grande *bazar*, um burgo de comerciantes, onde prevalecem as relações horizontais entre os moradores (donos de negócios em qualquer escala e de qualquer nacionalidade e os que prestam serviços de interesse social às cidades) e os estranhos aqueles não envolvidos com a vida comunitária e cotidiana do local. A identificação local, dentro da comunidade, prepondera sobre as outras. E isto talvez esteja relacionado a dois fatos: o primeiro o comércio de fronteira, uma prática estranha a ambas as sociedades nacionais, permeada pelo mito do contrabando, da ilicitude e de certo exotismo. Uma cidade cuja existência e razão de desenvolvimento que tem justamente nesta prática econômica a regra básica que rege a estrutura das relações sociais, já denota diferenças na produção de categorias sociais e códigos culturais a partir dos quais a organização social se inscreve, contribuindo para que se reforcem os vínculos de solidariedade espacial (entre as duas comunidades, local).

O segundo é a forte presença das instituições estatais uruguaias em contraste com a ausência das brasileiras. Conforme já dito anteriormente, a integração social no Uruguai se faz por meio da educação pública, inclusiva e laica, religião e etnicidade restritos à esfera da vida privada. Por estas razões, os moradores se integram na vida pública sem qualquer menção direta a assuntos religiosos, étnicos ou nacionais. Estes assuntos entrarão no discurso político a partir da expansão da comunidade de árabes – palestinos e a dominância comercial de brasileiros, já na década de 1980 e esta se relaciona à governança positiva que propõe, não a segregação social, como prova a composição do time de futebol Palestino, multicultural e translocal: o time é patrocinado por comerciantes brasileiros, sua sede fica no Uruguai, os jogadores incluem os mais diversos sobrenomes (ver DORNEL, 2004).

Isto se torna patente na absoluta falta de menção à religião nos relatos percorridos, ao fato de haver uma igreja mórmon vizinha à católica na praça principal do Chuí uruguaio e de que estas só foram construídas *depois* do clube social. O que se pode concluir pelos relatos é que a vida social se baseava em práticas cotidianas compartilhadas, no associativismo e na integração entre brasileiros e uruguaios dando emergência a inúmeras formas de solidariedade transpacial que definem afinidades compartilhadas entre moradores de ambas as cidades com forte

caráter multicultural (ligas e clubes dos mais variados esportes que vão do motociclismo ao futebol e associações culturais onde se destaca a música)²⁸⁹

A expansão do comércio nos anos 1950 impulsiona o desenvolvimento da conurbação, reforçado pela demanda por artigos brasileiros (industrializados) e consolida o caráter terciário da economia local, o que ARISTIMUÑO (1970) define como **um** centro urbano, já conectado a Montevideu pela *Ruta 9* e com linhas de ônibus diárias.

Rocha, departamento ao qual o Chuy (UY) está vinculado é ímpar no Uruguai. A população muito urbanizada, com diferenças estruturais no setor primário (pesca, pequenas propriedades, latifúndio, desequilíbrio entre gêneros na população) e graves problemas sociais já nos anos 1960 (ARRARTE e PAISÉE, 1970).

O turismo, que se tornará a base da economia local ainda não está estruturado plenamente. A associação do comércio ao desenvolvimento local é enfatizada porque oferece uma solução ao problema de absorção da força de trabalho desqualificada e predominantemente feminina que migra do campo para os núcleos urbanos. Sobretudo durante o verão, o *mercado de fronteira* entra em ebulição, com compradores afoitos e grandes volumes de venda que demandam atendimento imediato. A população flutuante é grande (usuários, turistas e compradores). O Chuy sendo o ponto da fronteira com o Brasil mais próximo de Montevideu e a ligação rodoviária são fatores que contribuem para o desenvolvimento local. ARISTIMUÑO (1970, p.53) descreve assim o mercado fronteiriço Chuy (UY) – Chuí (BR) no início dos anos 1960:

“A viagem ao Chuy, saindo-se de Montevideu é feita para constatar-se o florescimento do típico comércio de fronteira em ambos os lados da avenida Internacional (hoje avenidas Brasil e Uruguai). O pitoresco e o folclórico dos comerciantes *brasileiros*, tudo é motivo de interesse para o turista” (tradução livre da autora).

VOGLER *et al.* (1993) confirmam que havia um comerciante árabe (egípcio?!) dono do Armazém Cairo e do Hotel Cairo, perfeitamente integrado à comunidade local. O hotel, considerado por AZAMBUJA (1978, p.151) “de categoria internacional”. Pelos relatos, as maiores casas comerciais foram a Casa Samuel (UY) e o Armazém Cairo (BR). O comércio é basicamente importador – exportador (produtos brasileiros que abastecem o mercado uruguaio), marcado pela sazonalidade (movimento de verão) e de alcance nacional. ARISTIMUÑO (*i-*

²⁸⁹ Ver VOGLER *et al.*, 1993 para se obter um panorama das atividades e realizações tidas como valor pela comunidade entre os anos de 1888-1993.

dem) descreve os serviços de entrega em domicílio oferecido para qualquer lugar do Uruguai²⁹⁰ e também chama atenção para a *exportação* de serviços e produtos de saúde, dos *chineses*²⁹¹

A cidade cresce ao longo da Avenida Internacional, “sobre a linha” como diz ARISTIMUÑO “tem 1km de comprimento por 100m de largura” (idem). Parece um exagero, no entanto revela a força da continuidade espacial requerida pelo comércio e o aumento exponencial da superfície de contato entre as duas partes da conurbação, plenamente integradas social, econômica e, sobretudo espacialmente (Figura 70 e 71).

O *lado B* de ambas as cidades, ou seja, mais distantes topologicamente e geometricamente do centro da Avenida Internacional, tem infraestrutura precária, assentamentos subnormais (já então), sem esgoto, água encanada ou luz elétrica, situação que ainda perdura. O mercado fronteiriço também é um atrator para brasileiros que migram do campo para o Chuí (BR) em busca de trabalho, escola para os filhos e outras oportunidades da vida em cidades de fronteira (contrabando, vantagens cambiais, etc.). Vários autores sugerem que as cidades tem população flutuante, negociantes não residentes, trabalhadores rurais que retornam na entressafra. No entanto estes não serão totalmente estranhos à comunidade, contemplados em ações de parcelamento da terra e venda de lotes a prazo como as promovidas por Samuel Prilliac.

Esta dinâmica se mantém até os dias de hoje. Nas viagens a campo, as primeiras realizadas no inverno, a cidade parecia adormecida e pode-se observar, sobretudo durante a semana, a vida cotidiana baseada na vizinhança, nas crianças que voltam da escola (no Uruguai) e se dirigem para casa no Brasil (todas falando espanhol), nos grupos de locais em restaurantes e bares colocando os assuntos em dia, nas muitas lojas fechadas. No verão a cidade se transforma, há engarrafamentos ao longo de toda a avenida, não há lugar nos hotéis, há filas nas portas das lojas e nos restaurantes, o que reforça a noção de mercado de fronteira.

ARISTIMUÑO (1970) ressalta a unidade da sociedade local, a integração e solidariedade espacial entre brasileiros e uruguaios, estruturada a partir da vida espacial construída ao longo da avenida Internacional (Figuras 71 e 72) “que forma um aglomerado único onde não há distinções idiomáticas ou jurisdicionais (normativas)”. Associa integração espacial e econômica

290 O autor sugere contrabando dado que desta forma se evadem os impostos aduaneiros.

291 Ao consultar a coleção do IBGE para censos populacionais retrospectivos em busca de dados sobre os palestinos do Chuí, verifiquei que o CENSO de 1960 registrou 30 japoneses no município de Santa Vitória do Palmar (RS). O autor identifica 5 médicos, 3 dentistas e 3 farmácias, na sua opinião um excesso em relação ao tamanho da população residente.

à mobilidade social conferida pelo comércio, que cria suas próprias hierarquias e segmentações sociais (Figura 86). Para o autor isso caracteriza a estrutura das relações sociais locais em oposição ao que era comum à época: uma elite fundiária local cujo poder econômico está erodido, mas que sujeita a estrutura das relações sociais a partir da desvalorização e do preconceito ao comércio e aos comerciantes. Este dado é importante, por exemplo, no caso de Santana do Livramento onde a segregação espacial é a prerrogativa a partir a qual a expansão urbana é conduzida. Na conurbação Chuy–Chuí este atributo comparece de forma bem mais sutil.

“A pequena elite originária, proprietária da terra, antiquada e praticamente extinta é substituída por uma nova classe endinheirada, de enriquecimento rápido, mais dinâmica e progressista e muito menos preconceituosa, em frequente conflito com a primeira. Esta nova classe (de comerciantes) faz sentir sua força no ritmo ágil dos negócios, contribui generosamente (às vezes com interesse na propaganda) para todas as obras de interesse social, capaz de montar e manter clubes esportivos (futebol) que mobilizam as paixões locais. Os assentamentos populares (*barriadas* ou favelas) concentram a mão de obra barata para o comércio”. (ARISTIMUÑO, 1970)

O Chuy era, no início dos anos 1970 até meados de 1990 uma das cidades mais populosas do departamento de Rocha, um polo de turismo de compras com todos os problemas decorrentes de seu rápido crescimento e carência de infraestrutura. E, definitivamente uma comunidade multicultural, como citado abaixo:

“1964- *Llegan a la zona los primeros adelantados de la colectividad árabe que se fueron asentando del lado brasileño; primero con pequeñas tiendas o puestos de ventas y luego con comercios y supermercados, cambiaron la fisonomía comercial de Chuy. Por distintas vías se afincaron en la zona: palestinos, jordanos, sirios, libaneses, japoneses, coreanos, judíos y otros*”. (VOGLER *et al.*, 1993, s/n.)

A rede de lojas de produtos têxteis e de abastecimento (supermercados e mercados) vão se expandir no Chuí (BR), consolidando um comércio que é, ao mesmo tempo local e exportador, assim como o Chuy (UY) foi local e importador nos anos 1930-50.

Finalmente o Chuí brasileiro terá crescimento vegetativo maior, atraindo comerciantes que efetivamente se instalam na cidade e ampliando a rede de compra e distribuição de produtos com a abertura da BR 471 (1970) que permite a redução de custos do transporte São Paulo / Santa Catarina – Chuí, os centros fabris que fornecem para este mercado.

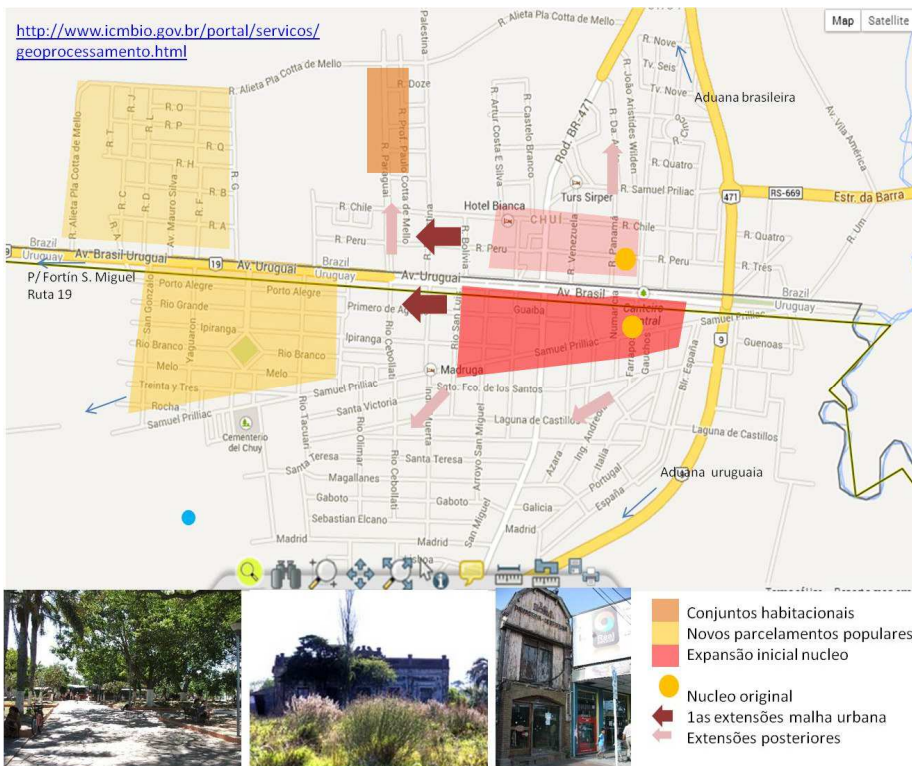


Figura 70 Mapa da conurbação Chuy (UY) – Chuí (BR) mostrando o núcleo original, identificado através da literatura citada e o processo de expansão. Notar que ao Sul, abaixo da linha diagonal (*Calle Samuel Prilliac*) é a periferia da parte uruguiaia e acima da avenida Chile, da parte brasileira. A base cartográfica é do ICMbio – Instituto Chico Mendes. Abaixo (esq.-dir.): Praça Artigas Chuy; casa abandonada próxima ao que foi o núcleo original perto do arroio Chuí, a primeira padaria do Chuy que, segundo relatos era a sede da vida social. fotografias da autora.



Figura 71 imagem do satélite CBERS, 2004 sobre o qual foi montado o mapa axial. À direita, fotografias aeres do Chuí (BR) desde a aduana, na Barra do Chuí e da avenida Internacional na década de 1970. Fonte: site oficial da Prefeitura do Chuí. Via: www.chui.rs.gov.br/

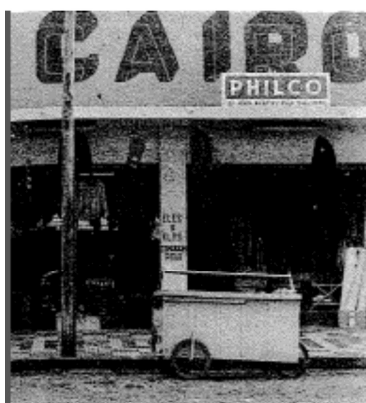


Foto: E. Saldañ.

Baterías de supermercados nos apuntan más allá de la línea.



La avenida Internacional, vereda brasileña.

Foto: E. Saldañ.



Figura 72 esq.-dir., de cima p/ baixo: comércio de abastecimento no Chuí (BR) e Avenida Brasil – Uruguai , 1970, fonte: ARISTIMUÑO, 1970, *Op. cit.* p.55 e 53, respectivamente. Esq.: comércio local (Colômbia e Peru/BR), av. Brasil (Lago de lós Patos e Laguna Negra) Argentina c/ Av. Uruguai (Brasil). Dir.: Av Brasil entre Ruta 9 e Portugal (UY); Av. Uruguai entre Argentina e Colômbia e Av. Brasil entre Cebollati e India Muerta. Fonte: a autora, 2009/2011.



Figura 73 à esquerda, de cima para baixo, a periferia do Chuí (BR), conjunto habitacional (bairro Angelina Gomes), o prolongamento da rua Palestina, atrás do cemitério, ao fundo, unidade industrial têxtil desativada; à esquerda a periferia do Chuy (UY), o fim da cidade a Oeste onde as avenidas Brasil e Uruguai acabam e começa a Ruta 19, a Av. Samuel Prilliac (*Laguna Merín*), que divide a parte em Norte e Sul, diagonalmente; praça (c/ escola) e rua do *Barrio Samuel*. Da autora.

Este comércio se expande ancorado na ação de uma *middlemen minority*, a partir da solidariedade étnica sobre a qual se funda uma rede translocal (nacional) de comércio do gênero, capitaneada por sírio-libaneses de São Paulo, já descritas por PINTAUDI e JARDIM (op. cit).

A importação é feita diretamente no local, em grandes ou pequenos volumes e redistribuída por outras redes pelas cidades uruguaias. A conurbação torna-se um centro de abastecimento local e regional dominado até meados da década de 1990 pelo comércio de abastecimento brasileiro (supermercados, roupas, varejo e atacado) e, hoje, depois da crise dos anos 2000, ancorado também nas lojas *duty free* no Chuy (UY) cujo movimento no verão é duplicado por brasileiros e uruguaios.

Hoje a conurbação é pequena, com menos de 10.000 habitantes e com mais de 90% da população vivendo em área urbana, ainda que muitos sejam trabalhadores rurais. O Chuí uruguaio cresce num ritmo mais acelerado e tem sua população duplicada entre os anos 2000 e 2004 em função da crise estrutural da economia uruguaia: à mesma época o Chuí brasileiro perde população, muitos comerciantes abandonam o local em busca de novos mercados mais promissores ou simplesmente se valem das prerrogativas legais de cidadão fronteiriço e se “mudam”, virtualmente para o outro lado da linha. O comércio é responsável por 96% da renda dos municípios e da renda per capita ainda que o nível de desocupação (formal) seja alto²⁹². Este fato também ancorado no sistema de trabalho sazonal, informal.

O interessante do comércio no mercado de fronteira é a complementaridade no processo de venda-revenda e a competição *leal* entre comerciantes. O lado brasileiro com maior quantidade de hotéis, pensões e serviços ao turista / comprador que o uruguaio, onde se destacam as vendas de produtos para a pecuária e a agricultura e produtos farmacêuticos (mais baratos) outro tipo de exportação local (para brasileiros) que poderia ser classificada como contrabando por uns ou compra comparada por outros.

A SEFAZ²⁹³ (2003, p.3), Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul caracteriza o comércio do Chuí, como predominantemente local e regional (90% do mercado), ascendente até o ano 2000 e em queda (2002, 67%), confirmando a mudança na dinâmica do comércio importação-exportação da fronteira Brasil – Uruguai, sobretudo nas vendas a atacado. O comércio de ves-

²⁹² Dados: FEE-ITEPA

²⁹³ O relatório a que me refiro é baseado em publicação eletrônica do DEE – Divisão de Estudos econômicos e tributários, estrutura do comércio dos municípios gaúchos 1998-2002. Acesso via: <https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/PublicacoesDEE.aspx>. um fato surpreendente foi a consulta ao PIB per capita do município (R\$25.062,00) em 2009 contra os (R\$ 8.315,00 de Santana do Livramento).

tuário e têxteis, uma das “marcas registradas” do Chuí (BR) não comparecem com tanta força por serem considerados locais (vendas a varejo). O relatório também destaca a dimensão social do comércio exportador na geração de empregos (31% dos postos de trabalho).

E isto dá conta de que a dinâmica comercial pode mudar de um lado a outro da fronteira e os ramos comerciais idem, os serviços oferecidos se sofisticarem, o público consumidor se alterar durante o verão com jovens comprando basicamente bebidas e alimentos no seu percurso em direção ao litoral. Mas o grande bazar continua ativo, à espera da passagem da próxima caravana de turistas e se adequando às mudanças nas expectativas de consumo.

7.7 Padrões espaciais e comércio: avenida de mão dupla

Analisar as cidades do Chuí (BR) - Chuy (UY) separadamente é praticamente impossível, a vida social e espacial de ambas muito semelhantes, francamente hibridizadas. As diferenças na vida social se referem, mais uma vez à segregação social da população migrante rural e à apropriação do espaço público. Nota-se que, na vida do *mercado de fronteira* a segmentação social ocorre entre comerciantes e entre a população flutuante (de camelôs), principalmente, relacionados ao movimento sazonal no verão, quando a cidade é tomada por vendedores de redes nordestinos e o comércio *pirata* se instala com força maior.

Todos disputam os espaços de maior acessibilidade global do sistema, justamente sobre a linha de fronteira. A estrutura das relações sociais, em ambos os lados da linha tem forte associação com a vida cotidiana do comércio que é, por princípio horizontal, no caso do comércio local, mais ainda, com donos de lojas e atendentes compartilhando a rotina do *mate* e do atendimento aos clientes. E isto se traduz espacialmente em padrões bem menos óbvios de segregação espacial, demonstrando que segmentação e hierarquia social tem sua espacialização produzida a partir da noção de conjunto, onde operam desigualdades mas não exclusão. Não há enclaves obviamente segregados e sim um contínuo espacial no qual distancia métrica e topológica do centro são os parâmetros a partir dos quais se estabelece uma hierarquia de integração e acessibilidade à escala local.

Os espaços públicos são para a circulação, para o movimento natural e econômico, a vida social girando em torno das solidariedades transpaciais, os clubes, os bares e restaurantes onde se reúnem os grupos com interesses compartilhados. A análise da configuração espacial das partes revela algumas vicissitudes da vida social das comunidades nas quais o estrangeiro tem um lugar social especial, demonstrando que vida espacial e social estão imbricadas.

A estrutura das relações sociais locais do mercado fronteiriço não incorporam a categoria *intermediário*, como agentes ativos na produção do espaço e nos processos de interação. Se *funda* sobre esta categoria. Dá sentido às solidariedades transpaciais que se estabelecem a partir da integração espacial, transforma diferenças em capital social, atribuindo-lhes valor.

DORNEL (2004) descrevendo a campanha vitoriosa e efêmera do time de futebol transfronteiriço da conurbação Chuy–Chuí – o Central Palestino – destaca a efemeridade e intensidade da sua *performance* no cenário esportivo uruguaio. Parece prosaico à primeira vista tratar de futebol numa tese de Doutorado não dedicada ao assunto. Mas estes dados se correlacionam ao tema da integração e da produção de etnicidade localmente. A primeira intuição correta do autor é de que a própria criação do time transcende a dimensão esportiva, quando diz que este se transformou num fenômeno esportivo e **social**.

No que está absolutamente correto. Não há como entender como um time brasileiro, financiado por comerciantes palestinos, com jogadores locais – uruguaios e brasileiros - dispute e saia vitorioso de inúmeros campeonatos **uruguaios** se a conurbação Chuy–Chuí não for entendida como uma comunidade única, transfronteiriça. E isto é um fenômeno social ímpar que demonstra o grau de integração social, da auto-organização de uma comunidade única, transnacional e multicultural.

O autor correlaciona a campanha do time e sua determinação para chegar à final do Campeonato Nacional Uruguaio de Futebol a uma estratégia de governança positiva que visa à integração social local e à desconstrução do estereótipo do árabe-palestino como terrorista internacional. O time se funda a partir da integração econômica local, o comércio e a transformação das estratégias de mobilização pela causa palestina que são relacionadas ao reconhecimento pela ONU da nação, conferindo-lhe o direito à territorialidade nacional (Dia da Terra), um êxito político que, segundo o autor é simultâneo ao êxito econômico da coletividade, dominado, naquele momento favorável às exportações brasileiras ao Uruguai, o ramo comercial mais rentável. O ocaso do time corresponde ao declínio do comércio do Chuí (BR) na esteira do Plano Real (1994), reduzindo significativamente o mercado consumidor, que era preponderantemente uruguaio.

“Inmersa en la sociedad brasileña, la colectividad comienza a participar de las actividades deportivas de la misma. La coyuntura geográfica, política y deportiva hizo que la institución patrocinada por “los palestinos del Chuí” pasara a competir en la uruguaya Liga Regional de Fútbol de Chuy. En la frontera, más allá de los idiomas y las leyes, la vida social es una sola”.
(DORNEL, 2004, *Op. cit.*, s/no)

Com a prevalência do comércio *duty free*, a comunidade palestina perde poder econômico, diminuindo significativamente o número de lojas e de membros do grupo no local. O time perde patrocinadores e some da cena esportiva. Mas aprofunda a integração social do grupo já integrado economicamente. De estrangeiros e *turcos*, marginalizados socialmente também em função de sua dominância sobre a economia local, encontram uma fórmula especial de desconstruir um estereótipo negativo, através da governança positiva. Não se escondem, não negam sua etnicidade, a empregam como capital para promover sua integração social na comunidade ampliada do Chuy–Chuí, incorporando o papel de patronos da vida social local. E vencem! De 1991 a 1996 a comunidade imaginada do Chuy–Chuí tem um símbolo poderoso: um time de futebol campeão. A partir desta ação a comunidade palestina – brasileira – uruguaia amplia a sua base multicultural. Mais uma vez, o comércio e integração espacial demonstram ser variáveis importantes na estrutura das relações sociais. Os palestinos não são estrangeiros, são “gente do Chuy–Chuí” como o foram Samuel Prilliac, e outros, italianos que ali se estabeleceram. Agentes da estruturação de uma comunidade transfronteiriça e multicultural.

O comércio local é uma atividade desprezada pelas elites historicamente; e este código cultural está associado a estruturas sociais que tendem à verticalidade nas relações sociais. O que opõe produtor e vendedor, quem detém controle sobre os processos de produção e distribuição de mercadorias e aqueles que vivem de intermediar a interação entre quem produz e quem consome, os comerciantes. Por estas razões a estrutura das relações sociais no mercado fronteiriço é *sui generis*, como já intuído por ARISTIMUÑO (1970) quarenta anos atrás. Novas elites se produzem a partir do comércio e estas atribuem valor ao trabalho, não às origens de classe tradicionais. As solidariedades sociais são permeada por esta noção, onde imigrantes, migrantes, estrangeiros, brasileiros, uruguaio, palestinos são substituídos pelo dono do comércio tal, dono de *free shop*, dono da padaria tal, do hotel tal, patrocinador do clube tal. As posições que ocupam são tão dinâmicas quanto o sucesso e o ocaso de ramos comerciais, a estrutura das relações sociais se auto-organizando constantemente em função da dinâmica dos negócios. E as redes de solidariedade também.

Neste ponto há uma interface poderosa entre as redes que se formam localmente e as redes transpaciais baseadas em solidariedade étnica. É através das últimas que o Chuí (BR) se torna um polo comercial importante capitaneado pelos árabes-palestinos, integrados à rede de distribuição e produção de bens de consumo industrializados da São Paulo dos anos 1960.

É através de uma ação governamental para dinamizar o comércio na fronteira que se forma uma rede local de comerciantes dedicados ao comércio *duty free*. E se estabelece a dinâmica ganhador – perdedor no grande mercado fronteiriço. Isto desperta o interesse de redes globais que entram no jogo local, transformando-o. Neste momento, pode-se perceber o valor da integração local para não perder o espaço produzido a partir de sua agência para gigantes sem rosto.

Segundo HAESBAERT (2005) as redes de solidariedade transfronteiriças se consolidam através da fixação de certo capital social. Os indivíduos podem ser outros, mas há comerciantes sempre que efetuam a transposição cultural para além das fronteiras nacionais relacionada a todos os tipos de comércio e negócios financeiros. E estes podem ser inscritos na categoria de *middlemen minorities*. O fenômeno é difundido culturalmente tanto que fronteiras são historicamente o local privilegiado de nodificação de redes de comércio baseadas simultaneamente em solidariedade étnica e solidariedade espacial para as quais a mobilidade social e espacial é um dado importante. A comunidade do comércio se constrói a partir de expectativas quanto à que tipo de interlocutor ou competição estarão sujeitos os membros de cada grupo. No caso, o ser estrangeiro no sentido conferido por SIMMEL (1967) do estranho que chega e permanece no local pode ser a chave para a auto-organização de uma comunidade transfronteiriça a partir da integração econômica. Nem brasileiros, nem uruguaios, *Outros*.

Segundo HALL (2003, p.100) a percepção seletiva é a porta através da qual o pluralismo residual dos grupos de comércio evita as compulsões (determinações) de um processo altamente estruturado, assimétrico e não equivalente como o comércio de fronteira. Não é, ao contrário do que se pensa, randômico. Os padrões de relações comerciais se atém ao grupo, permitindo que a variabilidade e mobilidade dos indivíduos não desestabilize o significado da negociação *entre* os grupos. E para isto é necessário uma base de integração local forte entre os grupos de comerciantes. Solidariedade espacial e integração social.

É a partir disso que se fundam os grandes mercados fronteiriços, na certeza de que, em determinado lugar, há estabilidade e confiança nas relações entre grupos de comerciantes. Para o mercado de fronteira funcionar há que haver copresença diversificada, a possibilidade de encontro sem esquivanças. Para tal não interessa quem são os indivíduos, interessa que o grupo esteja integrado também socialmente com ambas as partes.

Que o nó da rede permaneça estável no tempo. E para tal, mais do que cooperação política, há que haver integração econômica e social entre os grupos localmente. Para deter controle

sobre o Mercado e não sobre o espaço. Este tem que possibilitar a apropriação social por todos. Para que o mercado funcione, entre moradores e estranhos; estrangeiros e locais.

Como disseram HILLIER e HANSON (1984) na configuração espacial na qual o potencial de interseção entre morador e estranho é maior deve prevalecer a permeabilidade, a acessibilidade e a integração global que permitem a copresença diversificada. Devido à sua baixa hierarquia, nestes sistemas há pouca diferenciação nos padrões de localização de rótulos comerciais, portanto potencializa a pulverização teórica da centralidade na maior parte do sistema (FIGUEIREDO & AMORIM, 2007).

Como se verá, a conurbação Chuí / Chuy tem estas características. E, mais importante, o espaço foi produzido pela própria comunidade, ao longo de anos de interação e interfaces. Nela o turista acidental brasileiro, o comerciante palestino e o trabalhador rural uruguaio transitam pela mesma avenida sem chamar atenção sobre si mesmos. Os ramos comerciais se renovam a partir da resiliência da organização espacial. Solidariedades entre grupos emergem de interesses compartilhados ou de disputas baseadas no potencial equânime de apropriação social do espaço entre estranhos e moradores. Uma avenida de mão dupla entre solidariedade espacial e transpacial.

7.7.1 Chuí (BR): os sentidos da integração global e local

O sistema espacial do Chuí (Figura 76) é pequeno (182 linhas) com uma linha mais longa que captura integração no sentido L-O, a Avenida Uruguai, paralela à linha de fronteira. A partir desta se distribui um sistema em malha ortogonal descontínuo, com poucos quarteirões de tamanho irregular. Ao Norte do que é percebido como a área efetivamente urbana, central, a grelha ortogonal se deforma em espaços mais profundos e os eixos se fecham num triângulo cujo vértice se conecta à rodovia BR471 (posto aduaneiro). O Leste uma saída da mesma estrada que se funde à grelha urbana, dando-lhe continuidade (Av. Samuel Prilliac). No triângulo a Norte se inscreve a praça da cidade (no topo da linha em vermelho que se prolonga dentro do triângulo mais a Leste), o centro simbólico da cidade, onde se encontra a igreja católica. Mas não a Prefeitura, esta se localiza na av. Chile, a 2ª linha em vermelho a partir da av. Uruguai. A Oeste um grande vazio (CORSAN) rompe a continuidade da malha urbana (Figura 75).

O Chuí parece acabar aqui. A partir deste ponto, a continuidade da malha termina no sentido Leste Oeste e se prolonga em trechos isolados e longos no sentido Norte, em expansões

urbanas que mudam radicalmente a forma de ocupação a partir da 2ª linha Leste – Oeste, uma periferia bastante precária que engloba os cemitérios da cidade. O trecho da Avenida Uruguai que pode ser considerado *centro* morfológico se estende entre os eixos que definem a base do triângulo, concentrando as linhas de maior integração e o uso do solo mais intenso. Aqui, o *distance decay* das centralidades lineares é reafirmado pela integração topológica, definindo um segmento da linha axial como área mais central da cidade.

Cabe lembrar que o uso misto é a forma preferencial de uso do solo no centro da cidade, muitos comércios no térreo com moradias na parte superior. Não há verticalização e o uso dominante na av. Uruguai é o predominantemente comercial de maior porte, só se alterando na av. Chile, onde é maior a incidência de restaurantes, pensões e hotéis. A centralidade funcional se estende a Oeste por mais dois quarteirões, incluindo um eixo mais curto, de menor integração a Oeste do triângulo, a Rua Colômbia. As extremidades da av. Uruguai com serviços de apoio ao transporte de cargas, materiais de construção e muito edifícios desocupados.

Após o grande vazio a Oeste há um conjunto habitacional este sim, bastante segregado da cidade, uma descontinuidade espacial definida por um grande vazio, ainda que seu sistema viário em grelha ortogonal se conecte diretamente à av. Uruguai, fora da área urbana. À exceção do perímetro de maior integração, o uso é predominantemente residencial, de baixa densidade e, também, de baixa renda, sem infraestrutura.

O primeiro fato que chama atenção é a escassez de espaços de uso público que não sejam ruas: praças, largos, etc. A morfologia urbana do Chuí é extremamente funcional, sua unidade morfológica a rua. No entanto há curiosidades sobre a forma como o espaço privado é ocupado. Chama atenção a densidade do centro sem ser verticalizado (3 pavimentos no máximo), a densidade de ocupação dos terrenos (praticamente 100%), o uso misto com o térreo comercial e moradias dos proprietários em cima ou nos fundos e a ocupação de lojas de porte grande com *stands* do tipo shopping popular.

Onde há praças, não há ninguém e isto também se relaciona ao fato de estarem situadas em lugares de menor integração, periféricas ao movimento. A vida cotidiana parece cumprir dois ritmos distintos, o do comércio, diurno, do movimento na rua e da copresença na frente de lojas e o da noite, bem mais silencioso, vivido a portas fechadas.

A descontinuidade da malha urbana no sentido Leste-Oeste é conferida por uma sucessão de vazios urbanos que dificultam o movimento neste sentido nos outros eixos à exceção da av.

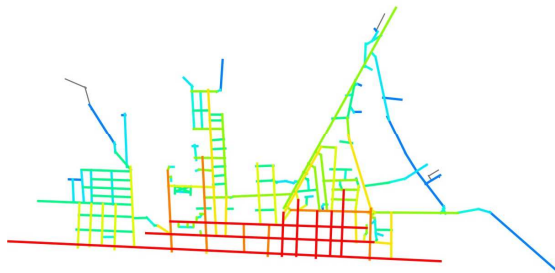
Uruguai, produzindo barreiras à expansão do *centro* e interferindo na integração global entre as partes do sistema.

A análise dos mapas de integração global axial e integração segmentada (Figura 75) reforça a noção de que o Chuí tem apenas duas ruas, tal a diferença na medida de integração entre a avenida Uruguai e a Peru (imediatamente a Norte) e o resto do sistema urbano. Para o estranho, o Chuí tem 100 m de largura e 1km de comprimento (Figura 74). E é neste âmbito espacial que o turista e o comprador circulam. No sistema de integração local (Figura 76) nota-se que as linhas mais integradas invertem o mapa de integração global, com os eixos levando à periferia residencial mais integrados localmente, coerente com a forma como o espaço é apropriado, o que demonstra quais as áreas onde o controle do morador é maior, onde estranhos só circulam ao fazer pesquisas empíricas e recenseamentos populacionais. Informa que se a periferia urbana pobre é segregada globalmente está muito bem integrada localmente. E isto revela uma grande diferença na forma como a segmentação social é entendida e reproduzida.

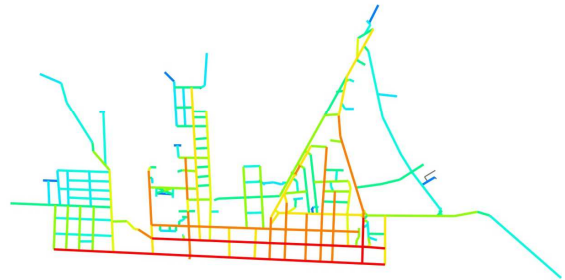
Os pobres não estão fora do sistema espacial, estão mais distantes topologicamente na dimensão global e muito próximos topologicamente na dimensão local. São parte integrante da comunidade urbana local. Só estão mais longe metricamente.

Esta relação de inversão dá pistas interessantes sobre a forma como o espaço central da cidade é apropriado por moradores e estranhos. Ao longo da av. Uruguai ficam os grandes supermercados, os comércios mais antigos de vestuário e também novos restaurantes tipo *espeto corrido*. Nas Ruas Peru e Chile, entre as Ruas Colômbia e Panamá o comércio é de menor porte, há muitas lojas grandes com bancas individuais e há também o comércio atacadista de roupas. E aí está o centro do comércio local do Chuí, coerente com o discutido por HILLIER (1993). O Chuí tem duas faces: a do morador e a do estranho, turistas se atém à Av. Uruguai, moradores a evitam circulando pelas rotas de menor integração global e maior integração local. E estas estão um passo topológico para dentro da Avenida.

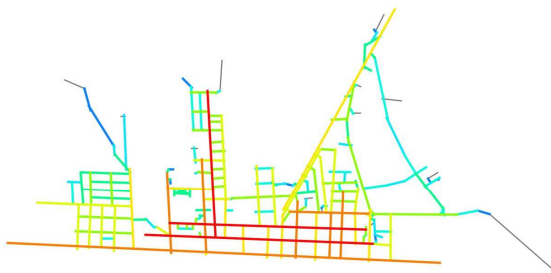
CHUI (BR): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA



INTEGRAÇÃO AXIAL GLOBAL HH(Rn)



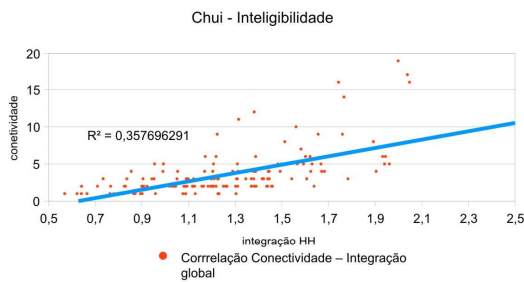
INTEGRAÇÃO SEGMENTADA



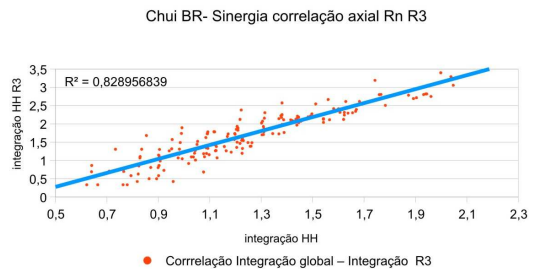
INTEGRAÇÃO AXIAL LOCAL (R3)



INTEGRAÇÃO SEGMENTADA LOCAL R3 STEP



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - CONECTIVIDADE INTEGIBILIDADE $R^2=0,357696291$



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - INTEGRAÇÃO LOCAL SINERGIA $R^2=0,828956893$

Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Dephtmap developed by Alasdair Turner

Figura 75 CHUÍ (BR) modelagem axial (HH) e segmentada, medidas de integração global e local. A autora.

RIVERA (UY): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA

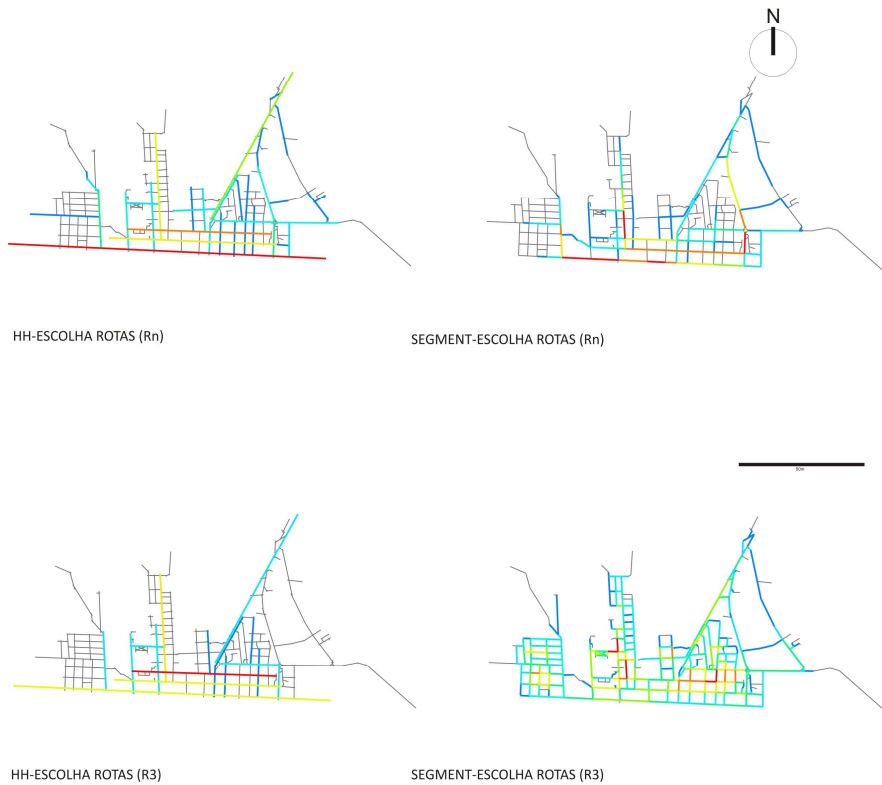


Figura 76: Sistema de Escolha de rotas Chuí (BR), axail (HH) e segmentado. Da autora.



Figura 77 (Esq.) integração global axial Avenida Uruguai (L) em frente ao *barrio* Samuel, o centro do centro morfológico, cruzamento c/Argentina, o Oeste em revitalização; (centro) a periferia do centro morfológico local Rua Bolívia, o centro do centro morfológico local Rua Peru, o centro excêntrico local, Rua Colômbia; (dir.) o centro simbólico que se tornou periferia: Argentina com Tuiuti, Chile e o fim da linha a Oeste.

Há uma contradição nesta dinâmica já percebida na análise da conurbação Santana do Livramento–Rivera e também no centro do Rio de Janeiro (BRAGA, 2003). Os eixos mais integrados globalmente tendem a estabelecer fronteiras, delimitando o perímetro onde o comércio local de menor porte floresce. E isto se correlaciona ao movimento natural que tende a buscar espaços convexos de menor tamanho, mais apropriados à escala humana que os grandes eixos de circulação com tráfego intenso.

As visitas a campo mostraram não só um movimento maior no sentido N-S como também a copresença mais notável nestes espaços onde as medidas de integração são um pouco mais baixas, pelas perpendiculares à av. Uruguai os fluxos maiores são no sentido N-S, através da linha de fronteira. E isso só pode ser entendido analisando-se a conurbação.

O sistema de escolha de rotas axial e segmentado global (Figura 76) destaca uma anelariade insipiente entre as Ruas Palestina e a BR 471, através da Rua Perú. Esta, se observada na Figura 75, seria completada por um caminho vicinal delimitando toda a periferia Norte, que no Plano Diretor do Chuí (PREFEITURA MUNICIPAL, 1996) representaria o limite da área de expansão urbana, formando um sistema anelar. No entanto, em visitas a campo não foi possível percorrê-lo. O terreno tem um aclive e vários olhos d'água e o caminho era pouco discernível em meio ao mato alto. Não se observou tampouco nenhum trânsito de pedestres ou veículos através da rota, por isso não foi apropriada no mapa, apesar de constar com nome de rua na Figura 70.

O sistema de escolha de rotas local axial confirma o mapa de integração local. Já o segmentado depreende alguns segmentos em vermelho que são significativos para a análise da espacialização do grupo árabe-palestino do Chuí. A Oeste os dois segmentos em vermelho estão situados sobre a Rua Palestina (Figura 76). O mais ao Sul definindo o local do Clube Palestino (e sua casa de orações). A Leste, as rotas em laranja e vermelho demonstram o percurso da estação rodoviária do Chuí à rua Argentina, através da Rua Chile, efetivo centro funcional do comércio local e sede de algumas instituições (a Prefeitura localizada no ângulo de 90° a Leste). Ao longo desta rota estão localizadas pensões e restaurantes, bem como lojas de comércio popular (roupas e artigos domésticos).

Cabe lembrar que o público que compra no Chuí não vem só do Uruguai, mas de ônibus, das *granjas* isoladas entre o Taim e a cidade, coerente com a localização da Prefeitura, dos hotéis e pensões e das agências bancárias, segundo as hierarquias de fluxos globais; através da cidade (pela Av. Uruguai).

O segmento destacado a leste, fora da cidade é um núcleo de hotéis e postos de serviço que se expande em função do balneário de Barra do Chuí e do movimento de turistas em direção à costa de Rocha, no Uruguai. Há hotéis maiores, inclusive com centros de lazer (piscina, etc.), inexistentes no centro da cidade onde as pensões e hotéis de viajantes (compradores) são mais comuns.

Pelos relatos, o Chuí foi para os uruguaios um centro de turismo de compras entre os anos 1960 e a metade dos anos 1990. Não de importados sofisticados mas à época de produtos inexistentes no seu mercado como roupas de cama e confecções. A proximidade relativa de *Punta Del Este* colocaram o Chuí como centro de abastecimento de têxteis (roupas de cama, toalhas, etc.) que abasteciam a hotelaria já bastante desenvolvida então da costa de Rocha e Maldonado. Isto mudou bastante, hoje redes de artigos para a casa uruguaios são mais acessíveis que os brasileiros e pode-se notar a presença de lojas como a *Tiendas Montevideú* e a *India House* em todas as cidades da fronteira Uruguai-Brasil dominando o mercado destes artigos (produzidos na China).

O comércio do Chuí ainda tem muitas lojas de têxteis (produzidos em Santa Catarina), mas já se pode notar a abertura de lojas mais sofisticadas (franquias *da Hering*) disseminadas ao longo da Av. Uruguai. E uma renovação da parte Leste da avenida induzida pelo aumento do movimento de turistas em veículos particulares, mais próximos da estrada.

O sistema de escolha de rotas locais (R3 e R3 *step*) depreendem os deslocamentos cotidianos dos moradores (Figura 76). Pode-se dizer que a permeabilidade interna no sentido L-O provê a hierarquização requerida para o desenvolvimento de uma vida social local, fora da “estrada”, interna ao assentamento, se destacando o papel periférico do grande triângulo, hoje uma periferia com serviços de transporte e postos de abastecimento.

Linhas com medidas de integração baixa e conectadas diretamente à linha de maior integração, com muito pouca anelaridade formam um sistema que pode ser descrito globalmente como metade de uma espinha de peixe, coerente com a medida de inteligibilidade (baixa) e de sinergia alta, esta última provavelmente devido ao tamanho reduzido do sistema. O perímetro urbanizado pode ser considerado grande devido às baixas densidades de ocupação e a estrutura das periferias habitacionais que indicam a tendência de expansão periférica através de poucos eixos em direção ao Norte.

A descontinuidade entre partes da malha e a extensão das linhas que levam aos assentamentos subnormais adicionam à segregação espacial uma dimensão métrica à marginalização

da pobreza, dado que a acessibilidade alta desta linha bem integrada localmente tem algumas peculiaridades: na segunda quadra a partir da Av. Uruguai concentra casas de bom padrão construtivo ao longo do eixo e no de seu entorno. No limiar desta ocupação situa-se o Clube Palestino e, a partir desta fronteira, segregada globalmente e integrada localmente não restam dúvidas de que são os *moradores* que controlam o espaço (Figura 78).



Figura 78 Rua Palestina e suas fronteiras sociais: esquina com av. Uruguai e com rua Peru (acima) no anel de integração global e local; o clube Palestino, sobre o segmento de maior integração a Leste e sua continuidade, limite do bairros Nasser e Rotia.

A centralidade global (linear) capturada pela Av. Uruguai demonstra que este é o único eixo a partir do qual se acessam todas as subpartes do sistema espacial do Chuí, a única rota que conecta todas as partes do assentamento, integrando-o num só. A intensidade do comércio na primeira quadra das linhas transversais à av. Uruguai não deixa dúvidas quanto ao público-alvo do comércio do Chuí. Este mora do outro lado da fronteira ou está de passagem. A lógica do sistema espacial reside na interface com o sistema uruguaio, as conexões com o território brasileiro, secundárias, notável pelo braço da BR 471 que entra na cidade ter baixa integração. Os estranhos aqui são os que estão efetivamente de passagem (caminhoneiros e turistas). O que só reforça o caráter do seu centro linear e exógeno. O Chuí cresce em direção ao Uruguai, ao povoado de 18 de Julio, ao Arroio San Miguel.

A economia de linhas, os trechos de malha ortogonal desconexos e a estrutura global em espinha de peixe são responsáveis pela baixa inteligibilidade do sistema (Figura 75). No entanto o Chuí não é um sistema profundo como os encontrados por MEDEIROS (2006) para as amostras de cidades brasileiras (16,57). Ao contrário, é bastante raso em comparação com a amostra de cidades latino americanas. Quanto à integração global média (R_n média=1,24) é

mais bem alta que para cidades brasileiras (0,77) e próxima às medias obtidas para cidades latino americanas (1,36). Donde se pode concluir que o sistema, apesar de difícil leitura pelo estranho, é um sistema aberto e raso, moradores e estranhos detendo o mesmo potencial de controle sobre o sistema espacial o que reforça o sentido de interface e de um grande núcleo comercial que pode ser apropriado indistintamente por moradores e estranhos em sua totalidade. Significativo para uma comunidade em transito como foi, desde sua origem, o Chuí brasileiro, com comerciantes vivendo em outros lugares que não ali, alguns que só abrem suas lojas durante o verão, quando o movimento é maior. Uma cidade onde o controle local dificultaria a renovação das solidariedades sociais fundadas transpacialmente, a partir do comércio e da interação permanente com estranhos, no caos uruguaio compradores e parceiros de negócios.

Esta característica da configuração espacial é o que dá sentido ao mercado fronteiriço, a centralidade linear sobre o eixo de maior integração e a malha urbana que se expande em função da expansão da centralidade, provendo uma hierarquia de negócios que se relacionam diretamente às vantagens locais. E estas estão imbricadas à forma como a vida social determina e é determinada pela posição relativa dos indivíduos (comerciantes) em relação ao seu público consumidor, uma relação de dominação e segmentação social informada pela integração espacial.

Como exemplo, discorre-se sobre um fato pitoresco mencionado por Denise Fagundes Jardim (2000) em relação à comunidade árabe-palestina do Chuí. Descrevendo os pioneiros (que chegaram ao Chuí nos anos 1960) como os donos do comércio de maior porte, localizado sobre a av. Uruguai e os processos que os fizeram emigrar a autora identifica que, dentre os palestinos que chegam ao Chuí nos anos 1980-90, muitos tinham vivido em campos de refugiados na Jordânia. Estes localizaram seu comércio no limiar da centralidade (Rua Colômbia), na periferia do centro comercial consolidado.

A densidade espacializada de *recém-chegados* e o tipo de artigos que vendiam com uma característica comum de origem valeu à rua o apelido de *Jenin*, numa referencia clara a um dos mais notórios campos de refugiados da Cisjordânia. Sua localização espacial é coerente com a segmentação interna entre os comerciantes locais da mesma comunidade étnica: são, naquele momento, ainda os estranhos, em processo de integração econômica e social também no grupo étnico, identificados por uma fronteira social sutil.

Estas distinções quanto à integração espacial e a localização do comércio podem ser percebidas em quase todas as cidades que se fundam em função da atividade mercantil. As linhas

de maior integração dominadas pelos comerciantes mais antigos, portanto lojas maiores, com público fiel, provavelmente sofisticando seus estoques em função das demandas do mercado. São os patronos e líderes da comunidade de comerciantes. A difusão da atividade comercial se faz em função da proximidade topológica ao centro irradiador. Isto pode ser verificado no SAARA do Rio de Janeiro (BRAGA, 2003) em relação ao potencial de movimento.

Analisando-se a configuração espacial de cidades como o Chuí, pode-se concluir que a lógica espacial (locacional) do comércio é variável implicada na estrutura das relações sociais se através de códigos éticos e hierárquicos que tem no exercício de poder (simbólico e econômico) seu fundamento. Apesar disto, as relações cotidianas entre os indivíduos pode ser horizontalizada, a competição – subordinação restrita ao âmbito dos negócios, a partir da qual é possível fazer-se uma leitura espacial de relações transpaciais bastante complexas. No Chuí, pequeno e com uma população vivendo literalmente do comércio (96% da ocupação dos chefes de domicílio) é possível apreender os códigos que regem a vida cotidiana dos moradores, códigos transpaciais que tem na urbanidade a sua própria razão de existência enquanto comunidade, o controle preterido em relação ao poder.

Há duas tendências opostas de expansão urbana se as características de baixa anelaridade forem preservadas e o Chuí retomar seu crescimento econômico: vencer a fragmentação e adquirir acessibilidade no sentido L-O entre as partes do sistema, coerente com sua função de mercado de fronteira: aumentar a área comercial contínua e aumentar a compacidade do sistema, distribuindo melhor a integração global. A outra, é continuar a expansão linear rumo ao Norte e Oeste, para o infinito e além. Se a lógica do bazar preponderar, a primeira opção deve se concretizar.

Quadro 12: resumo da modelagem axial

	Numero de linhas axiais	Rn Média	R3 Média	Inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
CHUÍ (BR)	182	1,2459	1,7015	0,3576	0,8289	5,28

7.7.2 Chuy (UY): uma Sintaxe Espacial incoerente, uma territorialidade específica

O sistema axial do Chuy (UY) é maior (220 linhas), mais compacto e contínuo do que o do Chuí brasileiro. Mas também apresenta peculiaridades morfológicas, no mínimo,

curiosas. A começar pela tão decantada malha ortogonal das cidades latino americanas, o Chuy é ortogonal, *pero non troppo* (Figura 79). O sistema é bem mais profundo como um todo no qual toda a integração é capturada por uma diagonal que corta o assentamento no sentido SO-NE. A integração global é distribuída de forma mais ou menos uniforme por toda a malha urbana, tendo menos integração para NO (Barrio Samuel) e SE, onde a diagonal nos extremos do assentamento, onde a diagonal se afasta, criando um efeito de borda e de segregação social com continuidade espacial: são as *barriadas* (favelas) e bairros populares que estão aí localizados.

Apesar da compacidade e da continuidade das linhas, a malha urbana do Chuy (UY) é bem menos ortogonal que a do Chuí (BR). A diagonal (Av. Samuel Prilliac), onde se localizam instituições públicas como o *Liceo*, a biblioteca e a sede da Junta captura a integração local do sistema, indicando que a integração global, ao contrário do Chuí (BR) é endógena. É uma rota de passagem (de caminhões) desviados da Avenida Brasil no sentido Ruta 19 – Ruta 9 / BR 471. A produção agrícola (arroz) da região sai pelo Chuí para ser beneficiado em indústrias brasileiras e o movimento de caminhões é grande durante a colheita. A diagonal estabelece o limite ao que pode ser considerado a área central do Chuí e o Sul, periférico. As linhas com melhor desempenho quanto à integração global situam o centro simbólico e funcional da cidade, todas (poucas) conectadas diretamente à grande diagonal.

As linhas com medida de integração ligeiramente mais altas (no sentido Norte – Sul se concentram no entorno da Praça Artigas, o centro simbólico e funcional da cidade. A integração global segmentada captura maior integração num dos eixos mais longos internos ao sistema, conectando o *Barrio Samuel* (seu centro, a praça) ao centro simbólico (Figura 81).

A Praça Artigas e seu entorno é o lugar de maior centralidade funcional, circundado por hotéis, padarias, bancos, lojas *duty free* e igrejas (a mórmon ao lado da católica) de potencial de movimento natural maior. A Av. Brasil, siamesa da Av. Uruguai brasileira é relativamente menos integrada globalmente que estas transversais. O que já demonstra a incoerência entre as medidas de integração da configuração e a emergência de centralidades funcionais.

Até o momento pode-se verificar o contraste entre o desempenho da integração global do sistema axial do Chuí (BR), exógeno e do Chuy (UY) endógeno. E isso pode ser entendido através dos relatos que situam o Chuí (BR) como um povoamento que cresce em função do Chuy (UY) capturando a maior superfície de contato e de integração global periférica, em direção ao assentamento vizinho: a centralidade do Chuí (BR) é funcional, buscando o movi-

mento econômico enquanto a centralidade do Chuy (UY) é simbólica, fundada sobre a integração global entre suas partes. Endógena.

Examinando-se a integração axial local (R3, Figura 80) o sistema tem desempenho mais coerente, com o trecho do entorno imediato da Praça Artigas com integração média melhor. No entanto, a grande diagonal monopoliza integração local e global, o sistema de integração local segmentado coerente com a centralidade de bairros residenciais populares, mas ao com a centralidade funcional ou simbólica da cidade. O que chama atenção na análise das medidas de integração é a importância da integração interna entre as partes da cidade, entre os segmentos sociais. Aqui todas as classes sociais e todas as funções urbanas se tornam secundárias à integração espacial da comunidade urbana.

Lembrando-nos que o espaço urbano do Chuy (UY) foi produzido majoritariamente a partir da iniciativa privada pode-se perceber a diferença dos padrões espaciais informam a busca de integração entre segmentos sociais a partir da integração global e local: do Chuy como comunidade urbana integrada e do Chuy integrado à sua região e ao território nacional. Pelo centro morfológico. E aqui se pode questionar a noção da cidade como *mercado fronteiriço*. Não o bazar, mas o *caravançarai*, o grande mercado periférico à cidade, interferindo o mínimo possível na vida comunitária. Pode-se notar o controle do morador sobre todas as partes da cidade. O estranho não a penetra, passa por ela, através do centro ou da periferia. Se passar pelo centro, pouco verá, a linha mais integrada nada revela sobre os moradores da cidade, mas muito sobre o estado uruguaio. Esta dispõe ao seu longo todos os símbolos de integração da pátria, o ensino, a biblioteca, a Junta Local (conselho comunitário da cidade), o hospital.



Figura 79 CHUY (UY)Planta cadastral fornecida pelo Departamento de Rocha, grupo de Planeamento Urbano i territorial.

CHUY (UY): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA



INTEGRAÇÃO AXIAL GLOBAL HH(Rn)



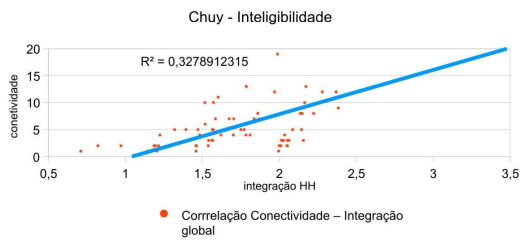
INTEGRAÇÃO SEGMENTADA



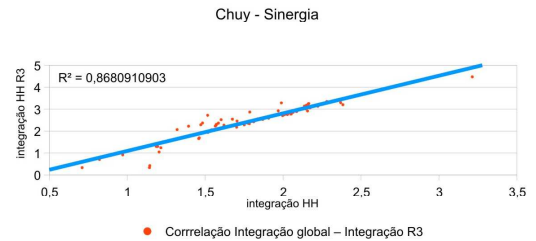
INTEGRAÇÃO AXIAL LOCAL (R3)



INTEGRAÇÃO SEGMENTADA LOCAL R3 STEP



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - CONECTIVIDADE INTELIGIBILIDADE $R^2=0,3278912315$



CORRELAÇÃO INTEGRAÇÃO GLOBAL - INTEGRAÇÃO LOCAL SINERGIA $R^2=0,8680910903$

Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 80: modelagem axial e segmentada CHUY (UY) Integração Axial global (Rn) e local (R3) e integração segmentada e R3step. Da autora.

CHUY (UY): MODELAGEM AXIAL E SEGMENTADA

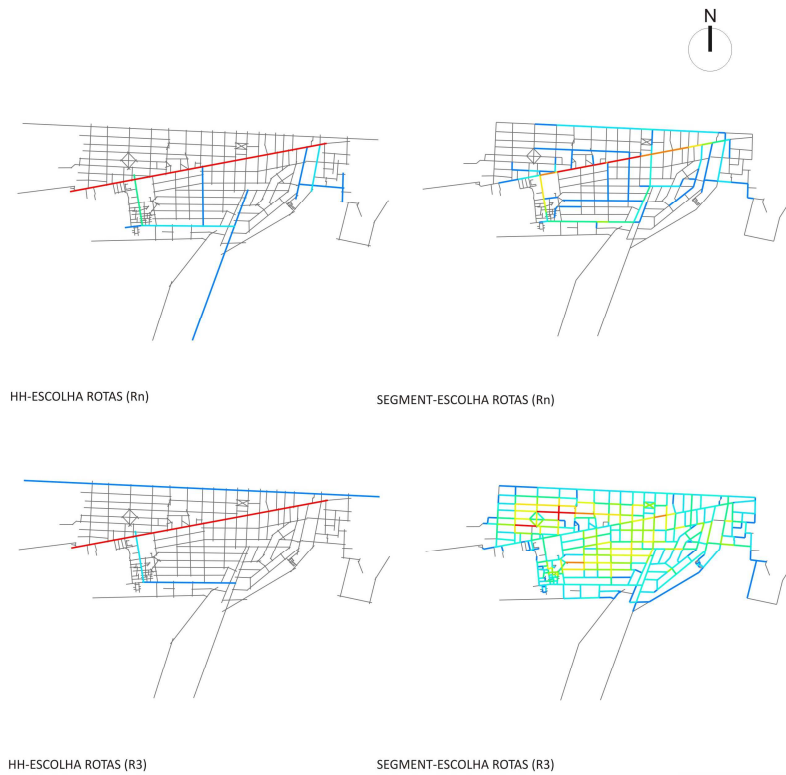


Figura 81: Chuy (UY) sistema de escolha de rotas axial e segmentado. Da autora.



Figura 82: CHUY (UY)(esq., de cima p/ baixo): av. Samuel Prilliac, eixo de maior medida de integração axial no trecho c/ maior probabilidade de fluxos; periferia Oeste, rota depreendida no sistema de escolhas axial e segmentado global e local; a ponta Leste da av. Brasil, segmento de maior probabilidade de fluxos locais; (centro, de cima p/ baixo):Gen. Artigas, centro da vida social e espacial da cidade; ponto de ônibus interdepartamental esq.da Brasil / San Miguel; esq. da Artigas / Guaranies, um passo da Samuel Prilliac em direção à Av. Brasil.(dir. de cima p/ baixo).

No entanto chama atenção diferenças entre as medidas axiais e as correlações de inteligibilidade e sinergia se compararmos o desempenho do sistema à amostra latino-americana de MEDEIROS (2006) e MEDEIROS e HOLANDA (2007). Enquanto o desempenho quanto à sinergia e inteligibilidade são melhores e isto, mais uma vez, (Quadro 13) se deve ao tamanho do sistema em comparação com as amostras, o desempenho quanto à profundidade média do sistema é bem pior que para a média dos sistemas latino americanos, mais próxima aos padrões europeus. Isto ocorre em função dos inúmeros assentamentos subnormais na periferia da cidade, muito profundos, hoje reorganizados através de projetos de regularização fundiária e habitação de interesse social do governo uruguaio. A deformação e descontinuidade morfológica da malha urbana, entre as partes do assentamento provocam o aumento da profundidade média do sistema, reforçada pela captura de integração por apenas uma linha. A integração média (R_n média = 0,8479) do sistema, também inferior à mesma amostra ($R_n=1,36$).

Quadro 13: resumo da modelagem axial

	Número de linhas axiais	R_n Média	R_3 Média	Inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
CHUY (UY)	220	0,8479	2,14	0,3189	0,9128	11,26

Duas conclusões podem ser tiradas da análise do sistema axial do Chuy (UY). Que a vida cotidiana é controlada localmente, com áreas onde a interface entre o estranho e o morador tem maior probabilidade de ocorrer, nas linhas um pouco melhor integradas no entorno do centro simbólico e funcional. Que o controle do morador é maior nas partes que são obviamente ocupadas pela população mais pobre, uma cidade invisível aos que por ela passam.

O único eixo que, pela análise axial propiciaria as melhores condições de interação entre moradores – estranhos, a diagonal (Samuel Prilliac) é um espaço vazio de copresença e vida urbana, nem o posto de gasolina da cidade se situa sobre este eixo. A conclusão que se pode tirar disso é que o estranho pode passar sem problemas pelo Chuy, mas não deve permanecer. Ao contrário de muitas cidades descritas por HILLIER e HANSON (1984) e por HILLIER (1996), nem a integração global nem a local induziram à formação de um centro funcional linear ao longo deste eixo. O sentido que pode ser depreendido disto é que este não é definitivamente o centro da vida urbana espacial, social ou simbólica. O Chuy, analisado como um sistema independente é uma cidade sem centro, a vida voltada para o minúsculo das relações de vizinhança, segmentadas, cada um cuidando de sua própria vida.

O sistema de escolha de rotas axial (global e local) é misterioso. Destaca mais uma vez a linha diagonal e mostra um sistema periférico (SE) que liga uma área de silos e de assentamentos subnormais à *Ruta 9*, delimitando as expansões mais recentes da periferia urbana.

O sistema segmentado é ainda mais misterioso (Figura 82). O segmento com maior probabilidade de fluxos à escala global depreende um trecho da diagonal absolutamente desprovido de funções urbanas funcionais ou simbólicas. Ali só há casas unifamiliares, escondidas da estrada por uma faixa arborizada. O segmento que concentra a maioria das instituições é secundário a este inexplicavelmente. E localmente a análise segmentada depreende o inverso dos segmentos com maior densidade habitacional ou de usos, a única pista, no *barrio* Samuel (O) é de que a sua praça está situada sobre duas rotas periféricas que a conectam a uma área mais consolidada e a uma periferia habitacional bastante recente. E aí há uma escola. O curto segmento em laranja a Leste é onde se situa a biblioteca pública e sede da Junta, ambas no mesmo quarteirão. Depreende a Oeste um segmento transversal com probabilidade fraca de fluxos justamente onde se localiza um dos pontos de linha de ônibus interlocal (regional).

O centro funcional do Chuy (UY) se localiza nas quatro quadras adjacentes ao eixo que liga a Avenida Brasil à praça Artigas. Delimita um quadrilátero de alta densidade de usos diversificados, cada uma de suas pontas, com um posto de linhas de ônibus inter-regionais. A análise da configuração espacial da cidade nada revela sobre a vida espacial e muito menos a vida social que se desenrola justamente no entorno da Praça Artigas e Av. Brasil (Figura 83).

Quanto às medidas de inteligibilidade e sinergia estas capturam a absoluta ininteligibilidade do sistema para o estranho e a força da diagonal na estruturação do espaço urbano, no deslocamento através da cidade na integração de suas periferias mais recentes à área mais consolidada da cidade dissociado da forma como vida espacial e social se organizam, da forma como a apropriação social do espaço ocorre. O estranho, ao cruzar o Chuy de ponta a ponta, não terá nenhuma ideia de como a cidade é no seu cotidiano. Este fica na margem, ao longo da linha de fronteira, onde os fundadores da cidade o localizaram. São incoerentes com a intensidade de rótulos funcionais que se localizam em outra parte da conurbação. O estranho, vindo do interior do Uruguai verá as marcas do Estado nas instituições públicas aí situadas. Poderá ver como o Estado se apropriou do *mercado de fronteira*. E o subjugou-o aos seus próprios interesses, desvinculando o centro morfológico do centro da vida social e espacial. Uma fronteira de governança imposta ao lugar ambíguo que só existe em função do *Outro*. Um exercício claro de controle sobre o território.

Pode-se dizer que dentre os dois sistemas isoladamente, o Chuí (BR) denota maior coe-rência entre centralidade morfológica, populacional e funcional. O Chuy (UY) não, demons-trando que a acessibilidade e continuidade requeridas para a emergência da centralidade não se realizam no centro morfológico da cidade (Figura 83). Está à margem, na periferia do mesmo. O que corrobora a hipótese de que o mercado de fronteira não se explica a partir da análise configuracional de suas partes isoladamente. E isto significa que a conurbação é, em toda a sua integralidade, uma conurbação transfronteiriça.

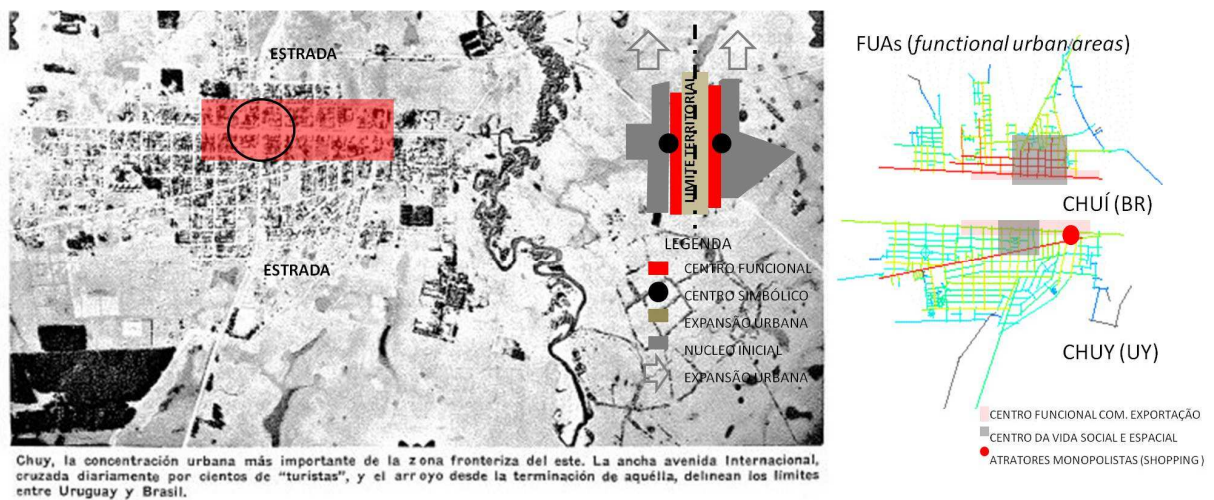


Figura 83 (esq.) Foto aérea da conurbação Chuy (UY)- Chuí (BR) do final dos anos 1960. Fonte: ARISTIMANHO (1970, p. 59). Nota-se o processo de expansão de ambos os núcleos, linear, do brasileiro bem menor que o uruguaio como nos relatos, realmente a conurbação é uma linha de 100m metros de profundidade por 800m de comprimento; (dir.):oo sistema axial de integração global (Rn) e a distribuição de centralidades. Nota-se a coe-rência entre centro morfológico e os centros funcionais local e de exportação no Chuí (BR). É também o bairro mais denso do sistema. No mapa do Chuy (UY) nota-se a incongruência entre centro morfológico, centro funcio-na local e centro funcional de comércio de exportação. Não há dados sobre a densidade populacional, no entan-to á ocupação é menos densa e mais distribuída no Chuy (UY) do que no Brasil.

7.7.3 A sintaxe do mercado transfronteiriço: síntese das correlações das medidas axiais e índice de conurbação

“Este bem estar comercial é vigoroso e vai defender-se até o fim. Não é o racionalismo que vai derrotar os fanáticos religiosos, mas o comércio trivial e tudo que ele acarreta – empregos, para começar, e paz, e certa dedicação a prazeres realizáveis, a promessa de apetites saciados, neste mundo, e não no outro. Comprar em vez de rezar.”

(McEwan, Ian. Sábado. São Paulo: Cia das Letras, 2005. 336p. pág. 153.)

Da modelagem axial do sistema espacial da conurbação Chuí (BR) – Chuy (UY) obtiveram-se as seguintes medidas e correlações que podem ser verificadas a partir da Figura 85.

O número de linhas do sistema (398), já demonstra que o processo de fusão das duas estruturas urbanas observa alguns princípios de compacidade relativos ao prolongamento entre linhas do sistema, a continuidade espacial entre partes do sistema como característica do sistema conurbado emergente quanto à integração global:

Quadro 14: Comparativo das características do sistema conurbado quanto à integração global

	Numero de linhas axiais	Rn Média	R3 Média	Inteligibilidade	Sinergia	Profundidade Média das linhas do sistema
CONURBAÇÃO	398	1,45	1,92	0,3348	0,8786	5,55
CHUÍ (BR)	182	1,2459	1,7015	0,3576	0,8289	5,28
CHUY (UY)	220	0,8479	2,14	0,3189	0,9128	11,26

Comparando-se as medidas de integração axial, global (Rn) e local (R3) médias do sistema conurbado com as de suas partes verifica-se que esta aumenta, o que demonstra que a fusão impacta positivamente a lógica do sistema. No quadro acima, a diminuição sensível da profundidade média do sistema do Chuy (UY), demonstrando que, na fusão a acessibilidade desta parte do sistema melhora significativamente e, conseqüentemente o nível de controle local sobre as partes do sistema, tende a diminuir.

No mapa de integração global, verifica-se que a anelaridade do sistema conurbado é melhor, e a interpenetração de linhas entre as partes, ainda que poucas transformam a distribuição da medida de integração dando coerência à localização dos centros funcionais de ambas as partes. No caso do Chuy, também o seu centro simbólico.

De acordo com a amostra de MEDEIROS & HOLANDA (2007), a conurbação Chuí (BR)-Chuy (UY) pode ser considerada um sistema latino americano quanto à integração média. O interessante é que isto ocorre graças à parte brasileira da conurbação, confirmando a hipótese de que cidades de comércio têm malhas mais rasas, acessíveis e de fraco controle local, onde estranhos e estrangeiros conseguem se deslocar livremente através do espaço. Nem que seja no espaço restrito de um ou dois quarteirões. Do processo de conurbação, ambas as partes saem ganhadoras na medida em que o eixo mais integrado globalmente do Chuí (BR) é incorporado ao núcleo integrador ($R_n=2,32$) com medida próxima à da diagonal do Chuy (2,64) consolidando um perímetro de integração local robusta ao centro funcional e simbólico do Chuy.(Figura 85). O prolongamento do eixo correspondente à rua Argentina / general Artigas integra também no sentido N-S as duas centralidades – a do Chuy, simbólica e funcional, a do Chuí funcional local. E isto explica o movimento natural intenso entre as partes da conurbação justo sobre este eixo ($R_n =2,53$).

A centralidade linear ao longo das avenidas Uruguai e Brasil, do lado brasileiro tem supermercados de grande porte, do lado uruguaio lojas *duty free*, o que adquire sentido ao se observar o sistema de integração axial global e o local. Apesar de na integração local as avenidas Uruguai e Brasil perderem integração, esta é distribuída também pelos eixos N-S que não se prolongam na malha, aumentando a área por onde o centro funcional da conurbação se expande.

No entanto, o sistema global adquire maior coesão interna em termos de acessibilidade distributiva entre as partes do sistema, reforçando o desempenho da malha xadrez e do sistema viário paralelo à linha de fronteira na fusão dos sistemas numa configuração espacial única.

Quanto à **profundidade média (5, 55)** o sistema conurbado pode ser considerado raso e contínuo, tendendo à pouca deformação das malhas urbanas, ambos pré-requisitos para a apropriação do espaço por moradores e estranhos, fundamental para uma conurbação cujo base econômica é o comércio sazonal de turistas e o comércio de exportação de abastecimento. Todos estranhos e estrangeiros. A profundidade média do sistema conurbado se aproxima àquelas dos sistemas urbanos latino americanos e nórdicos, mais rasas em geral (MEDEIROS e HOLANDA, 2007).

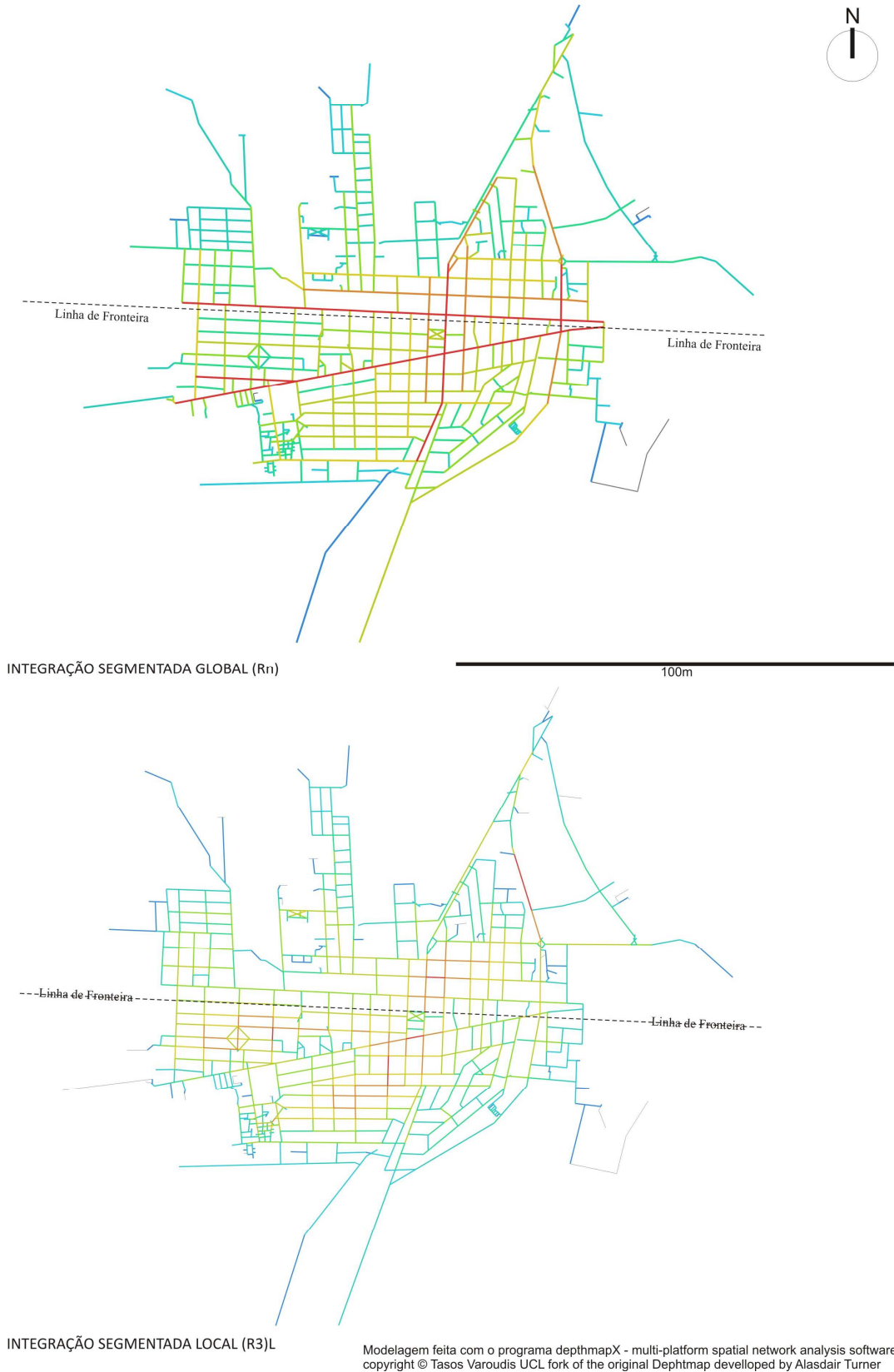
CHUI (BR) e CHUY (UY): MODELAGEM AXIAL e SEGMENTADA



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 84 CONURBAÇÃO Chuy–Chuí, síntese das medidas axiais: integração Global (Rn) e Local (R3) e correlações de inteligibilidade e sinergia entre as medidas. Da autora.

CHUI (BR) e CHUY (UY): MODELAGEM SEGMENTADA INTEGRAÇÃO GLOBAL E LOCAL (R3 STEP)



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Dephtmap developed by Alasdair Turner

Figura 85: Conurbação Chuy–Chuí modelagem segmentada. Integração (global) e integração R3 Step (local). da autora.

CHUI (BR) e CHUY (UY): SISTEMA DE ESCOLHA DE ROTAS LOCAL AXIAL E SEGMENTADA

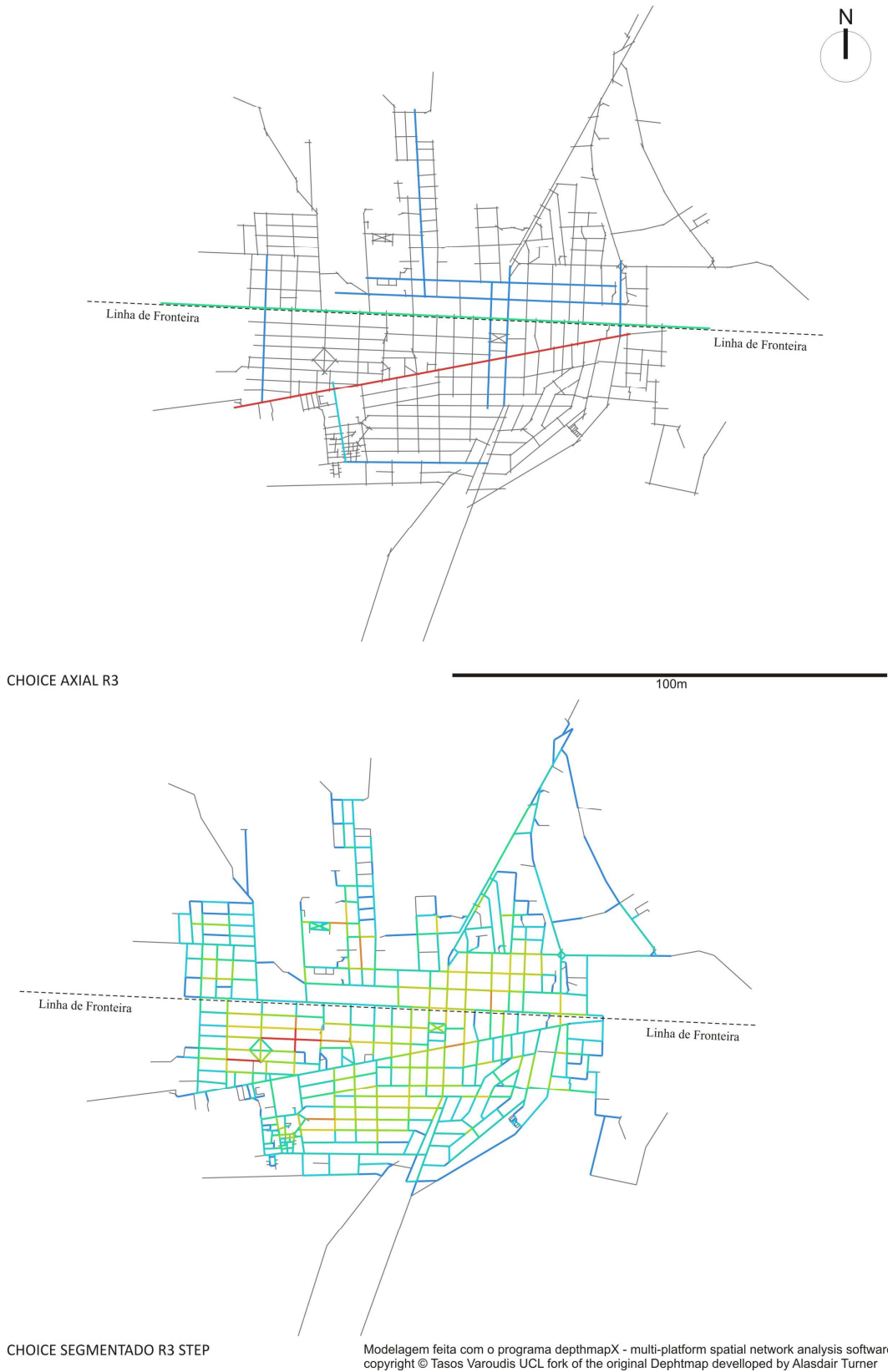
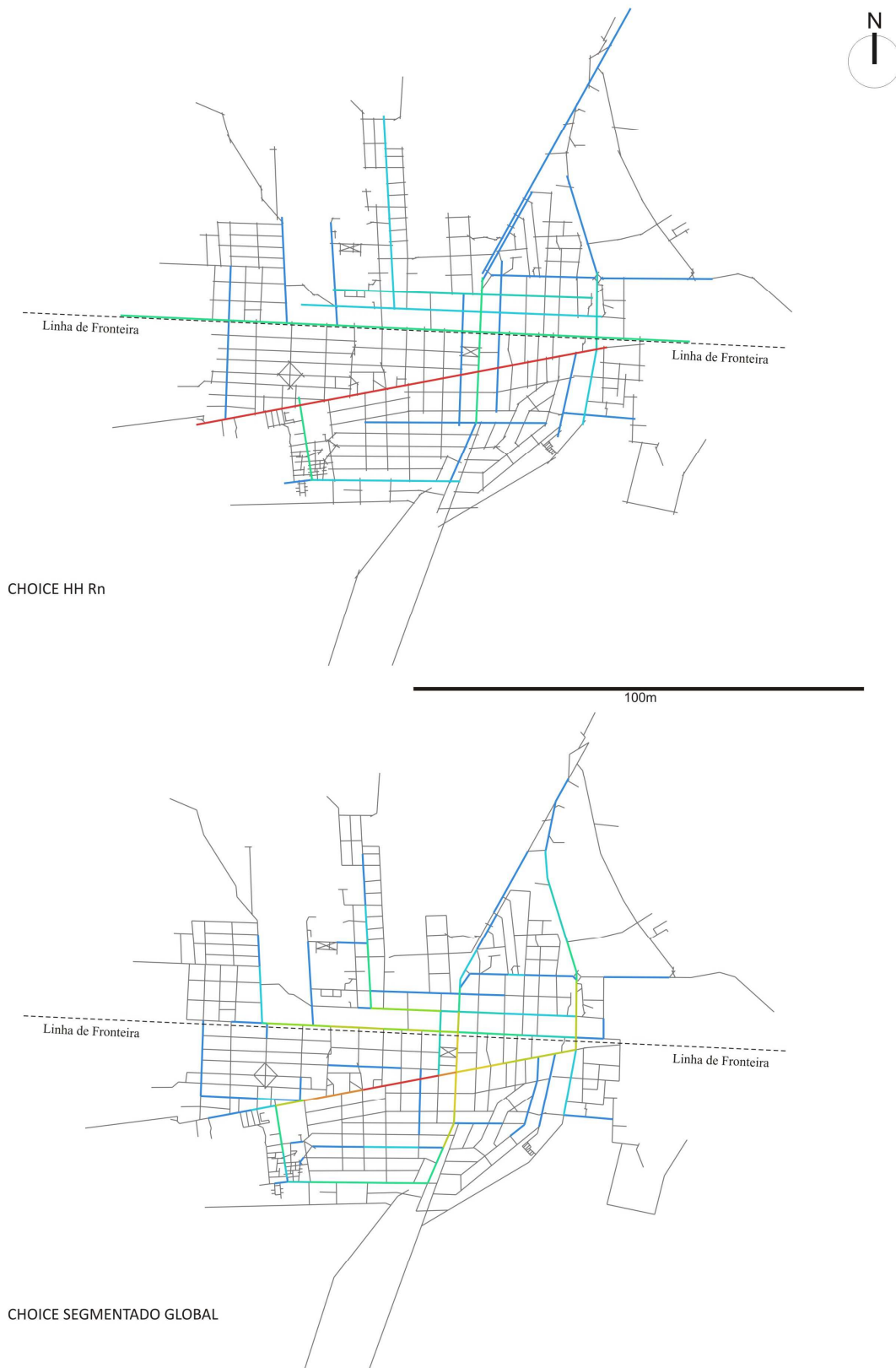


Figura 86: Chuy(UY) – Chui (BR): modelagem segmentada sistema de escolha de rotas local. Da autora

CHUI (BR) e CHUY (UY): SISTEMA DE ESCOLHA DE ROTAS AXIAL E SEGMENTADA GLOBAL



Modelagem feita com o programa depthmapX - multi-platform spatial network analysis software
copyright © Tasos Varoudis UCL fork of the original Depthmap developed by Alasdair Turner

Figura 87: conurbação Chuy-Chuí sistema de escolha de rotas global axial e segmentado. Da autora.

Observando-se o mapa de integração axial global e local também se verifica que o sistema como um todo tem desempenho melhor em relação à integração global, diminuindo os índices de segregação (baixa integração) antes dispersos por quase todo o Chuy (UY) uruguaio. O mapa de integração global axial da conurbação efetivamente esclarece como as periferias são produzidas (basicamente por *distance decay* do núcleo de integração) e são contínuos, acessíveis através das partes, dando sentido ao final do perímetro urbano. Isso pode ser observado no mapa de integração global a Oeste, onde ambas as periferias são conectadas por um único eixo no sentido Norte Sul contínuo que integra ambas as periferias. Da mesma forma, a integração local (R3) endógena às partes do sistema conurbado (os bairros) diminui consideravelmente, inclusive minorando os efeitos sobre a integração dos vazios urbanos. O sistema conurbado ganha em integração distribuída o que é coerente com sua compactidade.

A **sinergia** do sistema conurbado (0,8786) se mantém alta, acima dos patamares mais altos obtidos na amostra de MEDEIROS (2006) para países nórdicos. A **inteligibilidade** do sistema razoável se deve a características topológicas e geométricas da malha urbana. Linhas muito longas que definem perímetros de áreas pequenas, de malha tendente ao ortogonal cujo ângulo se situa a poucos passos de profundidade destes eixos.

Uma característica do centro linear localizado sobre as avenidas Uruguai e Brasil é a integração maior dos eixos no sentido N-S mesmo quando estes não interpenetram as partes do sistema, expandido o potencial de centralidade em direção à conexão entre a BR 471 e a RUTA 9. Ali, sobre o que foi um dia a vizinhança nucleada do Chuy (UY) hoje se erguem dois templos de consumo *duty free* o *shopping* América²⁹⁴ (DFA) e o NEUTRAL. E estes marcam, lado a lado, a entrada – saída da conurbação para o sistema rodoviário. Na ponta do triângulo de maior integração segmentada da conurbação, capturando tanto as vantagens da integração global e local, quanto da probabilidade de fluxos a extremo Leste da conurbação. Os shoppings são destinados ao turista que se dirige aos balneários, brasileiros indo para o Uruguai e sua localização é extremamente precisa quanto à lógica espacial. E quanto à forma de espacialização do capitalismo globalizado que tem na concentração e diversificação de itens, sua lo-

²⁹⁴ A rede de *free shops* NEUTRAL foi comprada em 2011 pela JH Partners, empresa americana com negócios globais, a DFA é grupo global não identificado com negócios na América Latina. *Dados da Cámara de Empresarios de Free Shops y Afines del Uruguay*. In: DE LÉON, Mayte. *Los free shops crecen en la frontera y suman jugadores*. Montevideo: El Observador, 16/01/2013. Acesso via: <http://www.elobservador.com.uy/noticia/241498/los-free-shops-crecen-en-la-frontera-y-suman-jugadores/>. Ambos os shoppings funcionam 24hs durante o verão e feriados e juntos empregam 250 pessoas (10% da população urbana da conurbação). São ambas as maiores lojas *duty free* (em área) da fronteira Brasil – Uruguai.

calização em rotas de maior probabilidade de fluxos os requisitos para se tornarem atratores monopolistas. O conceito dos shoppings *duty free* do Chuy é bem diferente do de Rivera. Traduzem o primado da eficiência nas compras, sem estimular a permanência dos consumidores. O shopping Siñeriz de Rivera é um centro de lazer e compras, também voltado à comunidade local. Os do Chuy não, são centro de compra nos moldes de redes de supermercado europeus situados em zonas transfronteiriças²⁹⁵.

O processo de conurbação transforma o sistema espacial, confere sentido e, sobretudo, anelaridade a ambas as partes do sistema. Mas, o mais importante para o mercado de fronteira é que no novo sistema que emerge da conurbação esta anelaridade distingue e evidencia o centro morfológico, funcional e simbólico da conurbação que integra indistintamente Chuí e Chuy num só centro urbano. Bem no meio de uma avenida de mão dupla. Exatamente sobre a linha de fronteira.

A falta de espaços de copresença no Chuí brasileiro é compensada pela Praça Artigas no Chuy. *Parriladas* e clubes (Cassino do Estado) localizados no cruzamento entre Argentina e Gen Artigas frequentados indistintamente por brasileiros e uruguaios. Neste triangulo estão contidos os serviços ao turismo, a maior densidade de lojas e lojas *duty free* o **centro morfológico** da cidade sobre a linha de fronteira. No cruzamento dos eixos entre o mundo rural e o litoral, entre o Brasil e o Uruguai. Isto pode ser verificado a partir da análise da integração segmentada global e local (*R3 step*), mas com mais obviedade e coerência a partir da integração segmentada (Figura 86). Afinal, o mercado de fronteira é a espacialização de vários fluxos que se cruzam e se sobrepõem. Se integram.

Observando-se as modelagens axial e segmentada pode-se dizer que prevalecem os códigos transpaciais na produção do espaço conurbado. Apesar do Chuy (UY) analisado separadamente demonstrar o exato contrário, o princípio da urbanidade prevalece à escala global, a linha de fronteira social e não a geopolítica, coincidente com a grande diagonal ao Sul. Ali começa o Uruguai de fato. O Brasil começa na Rua Chile. Entre estes, o território livre e independente das comunidades comerciais (Figuras 85 a 86).

Se a conurbação não pode ser descrita como um grande bazar, se parecendo mais a um mercado que se forma ao longo, ou nos cruzamentos de **estradas**, sua forma é coerente com a

²⁹⁵ Recordam os Carrefours na fronteira da França com a Suíça, à época em que a Suíça era um dos países mais caros da Europa (anos 1980-90) e que as pessoas saíam de Genebra para se abastecer em território francês. O mesmo ocorria na fronteira entre Portugal e Espanha, com portugueses se abastecendo em Badajós.

função que desempenha. A maior superfície de contato possível com as rotas de maiores probabilidades de fluxos. Esta tende a confirmar, ampliar e reforçar a noção de que a estrutura das relações sociais e a vida cotidiana estão sujeitas aos códigos do comércio.

Analisando-se a modelagem segmentada global (Figura 86) ficam claros os limites ao centro da vida social, espacial e simbólica da cidade. Na área compreendida pelo triângulo reto ao sul, o retângulo adjacente e o triângulo isósceles sobre este, ao norte se resume o centro da conurbação.

Segundo HILLIER (1993) os padrões espaciais das áreas residenciais, retém mais obviamente os códigos culturais a partir dos quais são produzidos. Entendendo o centro da conurbação como um centro funcional para o qual o uso misto, o compartilhamento das funções de moradia e comércio tem especial significado já que existe a correspondência entre o negócio e a gestão familiar, pode-se concluir que a apropriação do espaço segue os parâmetros de maior urbanidade para os quais o controle do espaço não é a base a partir da qual as interações entre morador – estranhos são mediadas. Ao contrário.

É também o lugar em que estrangeiros tendem a viver, justamente pelo potencial de movimento natural e copresença diversificada onde o estrangeiro transita incólume sem ser objeto de atenção especial.

O sistema de escolha de rotas axial local (Figura 87) depreende corretamente a consolidação de eixos de comércio local (e popular) que se concentram sobre as ruas Colômbia / Leonardo Oliveira e Argentina / Artigas onde, a partir da observação empírica foram verificados os maiores fluxos entre as partes da conurbação, fluxos locais. Estes também são as rotas mais diretas entre as periferias residenciais e o centro da conurbação.

O fato das avenidas Brasil e Uruguai serem mais integradas localmente que os eixos transversais no sentido Norte – Sul é coerente com a dispersão do comércio de abastecimento e produtos voltados ao consumo local e regional ao longo de toda a sua extensão. Portanto, as avenidas comportam de forma sobreposta duas centralidades, uma local e uma global, que garante a sua prevalência sobre todas as outras rotas do sistema conurbado.

A grande diagonal, apesar de não apropriada socialmente é uma rota importante entre as grandes zonas residenciais do subsistema uruguaio e o centro da conurbação, por isso ressaltada no mapa. No entanto, a partir da observação empírica foi possível verificar que as rotas no sentido Norte – Sul são mais utilizadas, os moradores se deslocando por ruas “internas” ao assentamento como as depreendidas no sistema de escolha de rotas local (*idem*).

Neste sistema a linha de fronteira é determinante nas interações globais e locais, funcionando como o grande eixo de integração entre as partes, localmente e globalmente. O que demonstra coerência nas práticas cotidianas e solidariedades transpaciais com a economia urbana de nível inferior (comércio local) e superior (importação – exportação). Demonstra que nas práticas cotidianas dos moradores (da conurbação) esta distinção não é feita. E isso comprova a maior horizontalidade das relações sociais entre as categorias – morador / estrangeiro e entre classes econômicas de moradores e estrangeiros. É sobre esta lógica, espacial, que a presença e o movimento se organizam. Sobre a paridade de apropriação social do espaço por todos ao longo de uma linha única. De integração.

Isto pode se remeter às questões de centralidade e identidade numa conurbação internacional: o que se torna simbólico e é incorporado como parte da identidade dos locais e permeia não só o uso e apropriação social do espaço mas a própria identidade e imagem da conurbação. O processo de conurbação é a sintaxe subjacente não ao discurso de integração econômica mas à integração social e econômica da comunidade urbana, baseada na lógica social do espaço (HILLIER E HANSON, 1984).

Por exemplo, na primeira viagem a campo ao Chuí, em pleno inverno de 2009 a cidade estava entregue ao seu próprio ritmo. Era possível andar pelas ruas, conversar com as pessoas, comer peixe na *parrillada* e observar os velinhos na mesa ao lado tomando café e discutindo as novidades. Observaram-se as pessoas conversando na esquina da Argentina com a av. Uruguai, tomando mate, a moçada reunida na Praça Artigas após a saída da escola. Enfim, uma vida na rua, apesar do frio. No verão seguinte (2010) estas pessoas desapareceram, deixando o espaço para os turistas ou disputando com estes os seus pontos de encontro e referência. A cidade se acomoda aos fluxos de compradores, retomando sua rotina num piscar de olhos.

Há muito mais a dizer sobre a vida social e espacial que se confundem na conurbação. Como na frente das lojas de agronegócios na ponta Oeste da Av. Uruguai se reúnem trabalhadores rurais em conversas animadas. O mesmo ocorre na frente dos escritórios das empresas de ônibus, na frente das farmácias. O movimento de turistas vinculado à probabilidade de fluxos (de automóvel) porque estão de passagem, transforma as Avenidas Brasil e Uruguai. Quando eles se vão, como as andorinhas, a atividade não para, se transforma, atende a outro tipo de consumidor, torna-se um centro local e regional.

A conurbação é um grande centro linear global e local cujas periferias se adequam ao comércio regional, a Oeste de produtos agro veterinários e materiais de construção, a Leste, so-

fisticados shoppings para turistas. No meio, o comércio local e regional de importação – exportação sobre o qual se funda a cidade, no cotidiano de uma comunidade pequena do interior.

As diferenças na emergência de centralidades especializadas ao longo das avenidas Brasil Uruguai podem ser verificadas a partir da modelagem segmentada do sistema de escolha de rotas global. Os segmentos em amarelo onde o comércio exportador é mais intenso: lojas *duty frees*, supermercados, lojas de vestuário, etc. Em verde, há uma especialização do comércio regional (agro veterinárias, insumos agrícolas, mecânicas e autopeças, materiais de construção). O segmento em vermelho sobre a diagonal localiza o hospital local.

A prevalência do código transpacial em toda a área conurbada foi determinante na fusão entre as comunidades e na apropriação social do espaço por estranhos ao sistema. A conurbação não é importante para a integração entre as comunidades. Ela produz uma comunidade multicultural. Na qual todos são moradores e, ainda que estrangeiros não são estranhos. A conurbação Chuí–Chuy é a própria síntese da cidade interétnica. O grande mercado de fronteira, no qual também são negociadas fronteiras sociais, nacionais e de governança.

O que se pode concluir da análise preliminar das medidas axiais e suas correlações é que o Chuí (BR)–Chuy (UY) não podem ser descritas como cidades gêmeas. São integradas demais para serem consideradas assim. Juntas formam uma **conurbação efetivamente transfronteiriça**. Espacialmente, o **Chui (y)** é um só, uma cidade internacional, um bazar de fronteira, uma comunidade multicultural. Não é um processo de simbiose que está em curso, são siamesas. Uma só cidade com o nome grafado em duas línguas. Um só substantivo. HILLIER (1998) diz que configurações espaciais são substantivas e resume o processo de auto-organização do sistema socioespacial do Chuy–Chuí.

O Índice de Conurbação (RIGATTI, 2008) CI 1,3850 (> 1) corrobora os resultados obtidos pela análise da configuração espacial para o processo de conurbação do Chuí–Chuy. Apesar da interpenetração entre as malhas urbanas não ser a característica preponderante do sistema e sim o potencial de interfaces representado pela extensão da superfície de contato bem integrada entre as partes do sistema conurbado. a robustez do processo de conurbação é inquestionável, podendo-se depreender sentido da sintaxe espacial do sistema conurbado, mas não dos sistemas isoladamente, como já havia notado RIGATTI (2011) em seus estudos sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre. O que nos leva a especular se a eficiência do processo de conurbação, comprovada pelo Índice não deveria incluir uma variável que ponderasse e não quantificasse a densidade da interpenetração.

E isso nos levaria a uma adaptação do conceito de definição do Índice a partir também da integração segmentada. Talvez isto seja útil para sistemas grandes, nos quais a probabilidade de fluxos através do sistema possam sobrepujar os potenciais de movimento natural.

Para o sistema axial relativamente pequeno da conurbação Chuí–Chuy, o índice demonstrou ser muito eficiente na predefinição das tipologias a serem analisadas quanto ao processo de formação de espaços transfronteiriços (BRAGA e RIGATTI, 2011). Os indicadores de compacidade sintática – integração global média, profundidade média e sinergia obtiveram desempenho substancialmente melhor no sistema conurbado do que em sua maior porção – sistema do Chuy (UY).

Este é também é outro indicativo de que o tamanho dos sistemas em processo de conurbação em número de linhas é secundário à compacidade apresentada pelos sistemas individualmente e, sobretudo por sua lógica espacial. Esta foi a maior dificuldade encontrada para descrever o sistema do Chuy (UY) individualmente. Não há nenhuma lógica espacial que informe a emergência de suas centralidades. E estes processos se tornam claros descrevendo-se o sistema espacial conurbado.

Partindo-se do princípio de que em processos de conurbação fortes as medidas sintáticas tendem a ser mais robustas para o todo do que para as partes (RIGATTI, 2011), avalia-se o processo de conurbação Chuy (UY), Chuí (BR) como extremamente eficiente, coerente com as regras genéricas que dão emergência a centro lineares (HILLIER, 1993). Neste caso, o processo de conurbação não é decorrente da fusão, mas uma das leis que governa o processo de produção do espaço urbano conurbado, considerando-se que não é possível entender a lógica do sistema axial, a apropriação social do espaço, que não seja a partir do todo. A descrição sintática dos subsistemas torna-se confusa sem esta referência, a descrição da vida espacial, praticamente impossível.

A conurbação Chuy–Chuí não produz um espaço transfronteiriço, ela se estrutura espacialmente a partir de uma regra única que é a linearidade, função da própria fronteira geopolítica e da centralidade funcional ao longo de toda a extensão urbanizada. A conurbação é, em si, todo um espaço transfronteiriço ou talvez, um núcleo urbano internacional. Equilibrado sobre a linha da fronteira, pendendo ora para um lado, ora para outro, negociando cotidianamente as vantagens econômicas da integração espacial. Não há limites difusos entre as cidades, como em Santana do Livramento, há limites difusos aos vários centros que emergem na cidade, jus-

tamente em função da continuidade do sistema e, especialmente do contínuo de acessibilidade, simultaneamente local e global.

A conurbação se ancora nos códigos de maior urbanidade e estes remetem à uma das razões da urbanização: o comércio. Por estas razões estranhos e estrangeiros são parte integrante e integrada do processo de desenvolvimento local e por isso a vida social acomoda a diversidade e a alteridade sem que seja necessária a segregação radical entre segmentos e grupo étnicos. Há uma sintaxe compartilhada que dá sentido à integração social e econômica existente no local. Com todos os conflitos que possam surgir da competição pelo mercado consumidor.

Há uma dinâmica de inovação e difusão cultural baseada na horizontalidade predominante na estrutura das relações sociais: se não há competição, não há lucro, se não há compradores (humildes ou privilegiados) não há comércio, se não há trabalho não há mercado. É a partir deste código de interação que a vida social da conurbação se estrutura. Construíram uma comunidade sobre o limite entre o nacional e o estrangeiro. E neste espaço todos são moradores, independentes de sua origem étnica ou nacional.

Se como diz Bruno LATOUR não há fronteiras delimitando espaço além dos eixos que conectam os nós de uma rede. Os eixos por onde se circula são o espaço e, simultaneamente a sua fronteira. Então a conurbação Chuí–Chuy não é um espaço transfronteiriço é a fronteira em si. Esta é a diferença mais significativa encontrada na produção do espaço entre a conurbação do Chuy–Chuí e a de Santana do Livramento–Rivera. A estrutura das relações sociais se produz a partir de códigos culturais locais, uma comunidade tão pequena e tão autônoma, sua dependência direta da fronteira e do mercado local, regional inicialmente. Não houve perguntas aos compradores, se eram brasileiros ou uruguaios. Eram clientes. Tampouco se perguntaram sobre quem vende o que se quer consumir. Foram abastecidos. Se não há interação, não há comércio. E o comércio é a razão da existência de mercados fronteiriços.

Por isso a impossibilidade de entender a lógica da organização espacial das cidades, como um único sistema que se funda sobre redes, sobre a estrutura de conexão. Tanto redes de abastecimento, de contatos fora do lugar, como redes de circulação regional, redes de solidariedade étnica, redes de comércio que se estendem transpacialmente e mantém o nó conectado: o mercado consumidor. Este pode ter sido o morador do campo, o comerciante de Montevideu, de outras cidades de Rocha, de Santa Vitória do Palmar, comprando mais barato para revender mais caro, comprando esmalte para revender no cabeleireiro. Hoje são os turistas da classe

média brasileira, amanhã podem ser outros. Os comerciantes do Chuy -Chuí estarão lá, esperando, integrados localmente, no ritmo das suas idiossincrasias cotidianas.

7.8A vida espacial do Chuy–Chuí

A inclusão da conurbação Chuy–Chuí nos estudos de caso deve-se inicialmente à possibilidade de caracterizar um processo de conurbação que fosse diferente do processo estudado em piloto de Santana do *Livramento–Rivera*. E, porque, através da leitura das pesquisas de Denise Fagundes Jardim (2000, etc.) obtiveram-se dados preliminares sobre a comunidade de árabes-palestinos daquele local. Com foco etnográfico, a pesquisadora investigou os mecanismos que produzem etnicidade e identidade no grupo caracterizado como diaspórico ou transnacional; transnacional aqui entendido como grupos étnicos que guardam relações com seu local de origem através de retornos e manutenção de redes sociais, fato muito bem explorado pela pesquisadora.

Os árabes-palestinos do Chuí podem ser considerados uma comunidade no sentido de “ser uma unidade de pertencimento na qual os membros compartilham sentidos morais e cognitivos que fundam a identidade do grupo”. Como tal, compartilham adotaram estratégias de governança positiva como forma de reproduzir sua identidade étnica e se promover sua integração social localmente. Esta é uma dimensão do processo de integração social.

A comunidade, no sentido adotado por MAVROUDI (2010) que estudou também a produção, permeada de conflitos internos, da comunidade palestina de Atenas (GR) resume a formação da identidade da comunidade através da forma como seus membros se posicionam nas suas relações internas e nas relações com os outros. Como elaboram a questão do pertencimento. E estes aspectos foram brilhantemente explorados pela antropóloga brasileira. Resta pouco a dizer.

Esta pesquisa que se apresenta foi permeada por contradições e pelo temor de essencializar relações complexas que envolvem a negociação permanente da identidade de um grupo transnacional que é palestino do Brasil, brasileiro do Chuí e cidadão do mundo.

MAVROUDI (2010, p.245) diz que “comunidades étnicas que se fundam sobre um signo distintivo (palestino) produzem solidariedades que conferem poder de resistir aos conflitos que decorrem das interações negociadas em espaços diaspóricos públicos e privados sem serem racistas ou xenófobas”.

E isto pode ser acionado como estratégias de governança positiva, como no caso do futebol ou como instância de ação política, como a emancipação municipal do Chuí, na qual os comerciantes da cidade se mobilizaram em prol da autonomia local. Neste processo, com todas as suas vicissitudes (ver JARDIM, 2000) em que estão implicadas multivariáveis políticas e partidárias, às quais não tenho a menor possibilidade de me ater, pode-se perceber a força da solidariedade étnica na eleição do primeiro Prefeito, um brasileiro-palestino.

Analisar sua agência a partir da dimensão social do espaço, a forma como se apropriam dos lugares de maior potencial de centralidade funcional para estabelecer conclusões sobre sua integração econômica e social pode parecer uma abordagem redutora porque, ao contrário de JARDIM (2000), não se resgatam suas histórias de vida, sua organização comunitária, enfim, os mecanismos que produzem sua etnicidade a partir da qual as interações endógenas e exógenas da comunidade são organizadas. E, neste ponto os conflitos e dúvidas em relação à pesquisa começam. Discutir ou não a localização de seus edifícios simbólicos e adentrar a discussão sobre a produção da etnicidade a partir da religião?! E trilhar um caminho tortuoso ao tornar os árabes-palestinos em muçulmanos? (ALLIEVI, 2005).

Analizando-se a Figura 91 onde constam (em preto) a localização dos estabelecimentos comerciais identificados como de árabes-palestinos na conurbação Chuy-Chuí e a localização das lojas *duty free*, pode-se fazer as seguintes considerações. BYRNE (1998) sugere que, ao se analisar os sistemas de relações sociais à escala local, deve-se distinguir entre relações necessárias e contingentes, isto é, analisar sua microestrutura para distinguir especificidades sem perder de vista que estas incorporam variáveis de processos mais amplos. É esta a tentativa que se faz ao analisar as decisões locacionais do comércio dos árabes-palestinos em relação ao comércio de lojas *duty free*, voltadas ao turista.

Analizando-se a Figura 90 onde consta (em preto) a localização dos estabelecimentos comerciais identificados como de árabes-palestinos²⁹⁶ na conurbação Chuy-Chuí e a localização das lojas *duty free*, podendo-se fazer as seguintes interpretações.

²⁹⁶ Foi elaborado um levantamento empírico das lojas que poderiam ser identificadas como de árabes-palestinos pelo tipo de comércio, depois verificadas através de mecanismos de busca. Há muitos comerciantes que tem lojas de ambos os lados do Chuy(i), no entanto, isto não pode ser verificado a não ser através do 3er. Censo econômico de Zonas Francas, año 2007-8 (INE, Instituto Nacional de Estadísticas de Uruguay, Montevideo, 2009) que identifica o número de empresas (não de estabelecimentos. O número de estabelecimentos foi levantado empiricamente, no local. o comércio é dinâmico, lojas abrem, fecham, mudam seus produtos de um ano a outro. Estas transformações forma percebidas entre as visitas a campo de 2010 e 2011, mas sobretudo

O comércio *duty free* se localiza preferencialmente sobre o eixo da Av. Brasil, graduando sua intensidade a partir do centro morfológico onde se cruzam os dois segmentos com maior probabilidade de fluxos, as primeiras quadras a partir da Artigas, com maior densidade de lojas, coerente com a captura do movimento através da conurbação, de turistas.

Observando-se a distribuição espacial do comércio identificado como de árabes-palestinos notam-se duas diferenças. A diminuição dos supermercados (de abastecimento regional) ao longo da avenida Uruguai e uma concentração de lojas (de maior porte na periferia Oeste da avenida, justamente no ponto para o qual converge um segmento com maior probabilidade de fluxos locais no sentido Chuy–Chuí, uma área popular onde se concentra o comércio de abastecimento (supermercados) e materiais de construção. São lojas grandes, de uso exclusivamente comercial.

A integração espacial é necessária ao comércio, HILLIER (1993) diz que a integração local captura melhor as potencialidades de movimento econômico e movimento natural que informam o processo através do qual centralidades funcionais se produzem, a partir da estrutura da configuração espacial. Neste ponto, a localização do comércio de árabes – palestinos ao longo de eixos com maior medida de integração local é coerente com o processo de produção de uma centralidade funcional, podendo-se considerá-los coagentes se não na produção do espaço, na produção de uma centralidade transfronteiriça local.

No entorno do centro morfológico, área de melhor distribuição de integração local por conjunto contínuo de segmentos se concentra o comércio palestino com uma peculiaridade: os da Av. Uruguai são de abastecimento (supermercados), na Rua Colômbia (maior concentração de lojas menores) de vestuário e supermercados. Na Rua Peru, lojas muito grandes atacadistas e na Venezuela comércio de vestuário também.

em 2012, quando já estavam funcionando os dois shoppings *duty free* e a parte do Chui do outro lado da rua sofria um processo de gentrificação comercial inclusive com várias franquias da Hering, antes inexistentes.



Figura 88: O centro morfológico, funcional e da vida social da conurbação Chuí – Chuy: cruzamento entre as Ruas Argentina- Artigas e Av. Brasil –Uruguaí.



Figura 89: a produção e apropriação do espaço pelos códigos culturais de árabes-palestinos da conurbação Chuí – Chuy e símbolos de sua integração local: o cemitério, o emblema do Central Palestino Futebol Clube; detalhe de cartaz de produto em árabe na vitrine do supermercado Londres (Rua Colômbia), Rua Colômbia, Rua Peru, Av. Argentina.

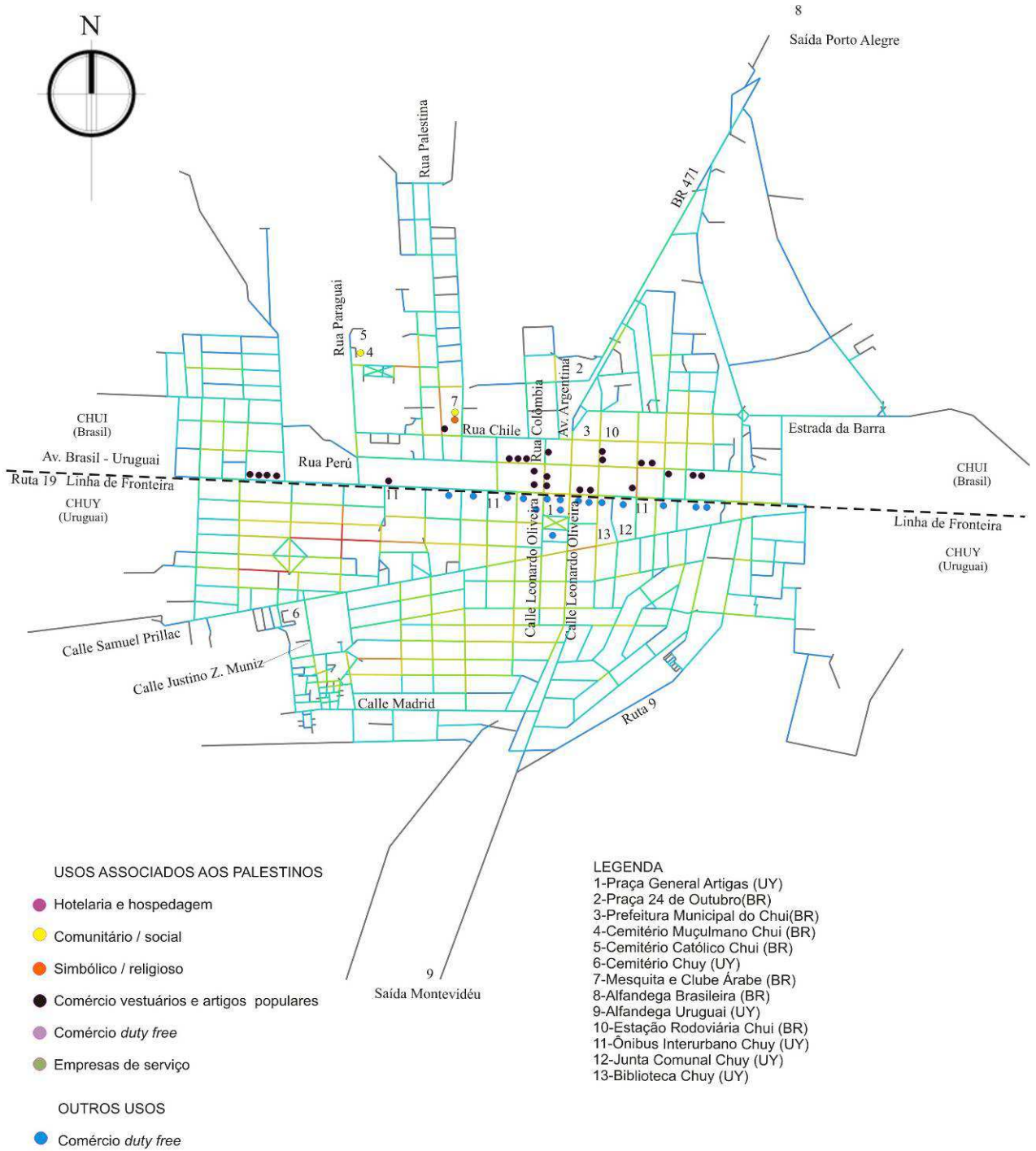


Figura 90: integração segmentada R3step e localização comercial. Da autora com Fernando Falcão.

Há uma observação interessante a ser feita, baseada na análise da integração axial global. Seu comércio se situa ao longo de eixos com bom potencial de movimento natural.

E sobre rotas com maior probabilidade de fluxos locais, as lojas menores, a dois passos de profundidade do centro morfológico indicando que o comércio, ainda que exportador e transfronteiriço, é local e regional o que é coerente com a consolidação de sua atividade e com o mercado consumidor a que se destinam os produtos. Na Rua Peru há dominância de uso misto, o que também explica a escolha locacional. Uma centralidade local, numa rota com boa probabilidade de fluxos, longe do movimento intenso da Av. Uruguai, mas sobre um dos eixos de maior integração axial local, o que denota que não há segregação residencial, mas um alto potencial de interação entre moradores e estranhos (os compradores) e de copresença diversificada. Não há controle do morador, tampouco uma muito intensa de estranhos que interfira na vida cotidiana. Interação com estranhos e vida cotidiana, seguem o mesmo eixo o que denota que os códigos culturais do *grupo* não são informados pela autosegregação, tampouco são segregados espacialmente da vida social da conurbação, denotando que as solidariedades sociais se constroem transpacialmente.

Isso também pode ser interpretado da seguinte forma: ao contrário de Santana do Livramento, onde já existia uma estrutura social verticalizada e comércio transfronteiriço forte, a integração espacial global é fundamental para a integração econômica e social.

No Chuí brasileiro, o comércio local e regional de abastecimento existe com pouca expressão até a chegada de imigrantes. A comunidade não tem que se integrar economicamente, ela é agente na produção da estrutura da economia local, por isso buscam integração espacial local e, com isso ajudam a produzir a comunidade multiétnica de comerciantes do Chuí.

Não são estranhos, são moradores, detêm poder sobre o processo de apropriação social do espaço. Que respeita e integra a diversidade, como demonstra a localização do cemitério muçulmano junto ao cemitério municipal. Os árabes-palestinos não são uma comunidade étnica que se localiza no Chuí. Eles um grupo da comunidade pluriétnica e multicultural da conurbação transfronteiriça do Chuy (i) integrados espacial e localmente a todos os demais. Um dos lugares aonde se nodifica a grande rede transnacional da comunidade imaginada *Palestina*.

7.9A tipificação da conurbação Chuy-Chuí

Para definir o tipo da conurbação *transfronteiriça*, *interfronteiriça* ou *cidade gêmea* foram consideradas três variáveis, baseadas em dados espaciais: uma indexada e duas correla-

ções: a variável indexada é o Índice de Conurbação (IA) proposto por RIGATTI (2011); a segunda variável é a classificação proposta para FUA *Functional Urban Area* (ESPON, 2007) e verificada a partir da concentração de rótulos comerciais sobre as linhas de maior integração global e local e em relação ao núcleo integrador da conurbação; a terceira variável é a comparação qualitativa das correlações de Integração Global Média, integridade e sinergia para cada parte do sistema em relação à conurbação. Para efeito de cálculo foram consideradas perdas de integração no sistema conurbado para cada uma das partes de até 10% como insignificantes e ganhos de mais de 25% como significativos.

- Índice de Conurbação (**CI 1,3850 > 1**) ótimo, excedendo todas as medições feitas, a conurbação Chuy–Chuí é muito robusta devido à continuidade linear e a interpenetração de linhas que formam o núcleo integrador. A centralidade da cidade é função do processo de conurbação. O resultado, 38% acima do Índice ótimo permite avaliar o processo de conurbação como paradigmático, exemplar.

Os seguintes pontos devem ser observados no processo:

- a) O pequeno número de linhas que interpenetram ambas as partes do sistema conurbado que configuram o lugar central simbólico, funcional e morfológico, porém profundos sistemas;
- b) A realização de outros potenciais de interpenetração já em curso que consolidam novas centralidades no perímetro urbanizado, atuando como forças centrífugas ao longo do eixo Av. Uruguai –Brasil, o que é positivo porque além de alavancar a renovação e o desenvolvimento nas pontas do sistema, configuram atratores monopolistas cuja atratividade já iniciou a reapropriação de áreas antes degradadas pelo comércio. Neste caso, os shoppings tem efeito reverso, atuando como polos que dinamizam a expansão da centralidade ao longo de toda a Avenida;
- c) Isto pode ser um fator positivo na densificação mais equânime da área central do Chuí a Leste, em franco processo de recuperação após período de abandono e na reapropriação da mesma área do Chuy, sua parte mais antiga com novos usos;
- d) A lógica da integração linear deve prevalecer tanto no sentido Norte – Sul, como já indicam as transformações de uso ao longo da rota entre as aduanas (brasileira e uruguaia) quanto no Leste – Oeste, cujos efeitos já forma descritos;
- e) A hierarquização de centros funcionais que se sobrepõem no centro morfológico e propõe a especialização de ramos comerciais que diversificam o público consumidor;

- A classificação da ESPON (2007) não contempla uma FUA (*Functional Urban Area*) um centro funcional totalmente compartilhado, adotando o conceito de áreas metropolitanas transfronteiriças. O caso do Chuí é ímpar, sua FUA compartilhada integralmente em área compacta, densa e contínua, ou seja, com malha pouco deformada que possibilite fluxos intensos entre as partes do sistema e através do sistema. A conurbação Chuy–Chuí pode ser considerada uma grande FUA transfronteiriça.

Sob este aspecto, não restam dúvidas que a conurbação é transfronteiriça na sua integralidade plena espacial, social e funcional.

Esta é potencializada pelo fato de suas locais se concentrarem justamente na área que pode ser definida como espaço transfronteiriço, o que torna mais ambígua a segmentação estranho-morador.

Na conurbação Chuy – Chuí a correlação melhor entre as FUAs e Integração foi dada pela modelagem de integração segmentada global por causa da correlação entre o comércio importador / exportador e a probabilidade de fluxos através do sistema. No processo de compra comparada continuidade e também a extensão da linha axial ou do segmento importa porque informa rota que pode ser refeita sem requerer a memória dos passos topológicos em outras direções. Está associado ao potencial de movimento econômico (HILLIER, 1993, 1996).

A eficiência da centralidade funcional linear está associada às rotas veiculares. Se o turista ou o comprador não pernoitam na cidade, estão de passagem, o ideal é que possam percorrer o máximo de lojas num mínimo de tempo. Está correlacionado à integração global e ao potencial de apreensão do espaço por estranhos. Acomoda o movimento natural por trechos em que os ramos especializados – *duty frees*, supermercados, lojas de roupas, artigos agropecuários estão concentrados. Alguns vem do interior do Uruguai e param no trecho final a Oeste da av. Brasil, outros no trecho central da av. Uruguai. No verão a maior concentração é no centro morfológico, turistas em busca de produtos importados, vestuário e supermercados.

As lojas *duty free*, que movimentaram 500 milhões de dólares em 2012 e geram a maioria dos postos de trabalho após um longo período de estagnação econômica tornam-se a galinha dos ovos de ouro, como foi o comércio de roupas nos anos 1960/70 para o Chuy-Chuí: o grande bazar reinventa seus produtos a cada verão, enquanto estiver na rota das caravanas.

- Os espaços ganhadores e perdedores no processo de conurbação e a possibilidade de funcionamento pleno das partes do sistema ainda que houvesse uma barreira espacial sobre a linha de fronteira.

Quadro 15: comparativo de espaços ganhadores e perdedores no processo de conurbação

	CHUY (UY)	CHUÍ (BR)
INTEGRAÇÃO GLOBAL MÉDIA	GANHA 41%	GANHA 14,48%
INTEGIBILIDADE	GANHA 4,75%	PERDE 5%
SINERGIA	PERDE 3 %	GANHA 5,8%

Dos atributos que caracterizam morfologicamente a conurbação pode-se verificar que não há perdas significativas na inteligibilidade e sinergia dos sistemas no processo de conurbação. há ganhos significativos de integração para ambos os sistemas, em especial o uruguaio. O que corrobora as análises anteriores e reforça a noção de uma conurbação transfronteiriça nos quais a lógica das partes reside na integração espacial do todo. A lógica social que informa sobre uma comunidade única, interétnica e internacional. Transfronteiriça.

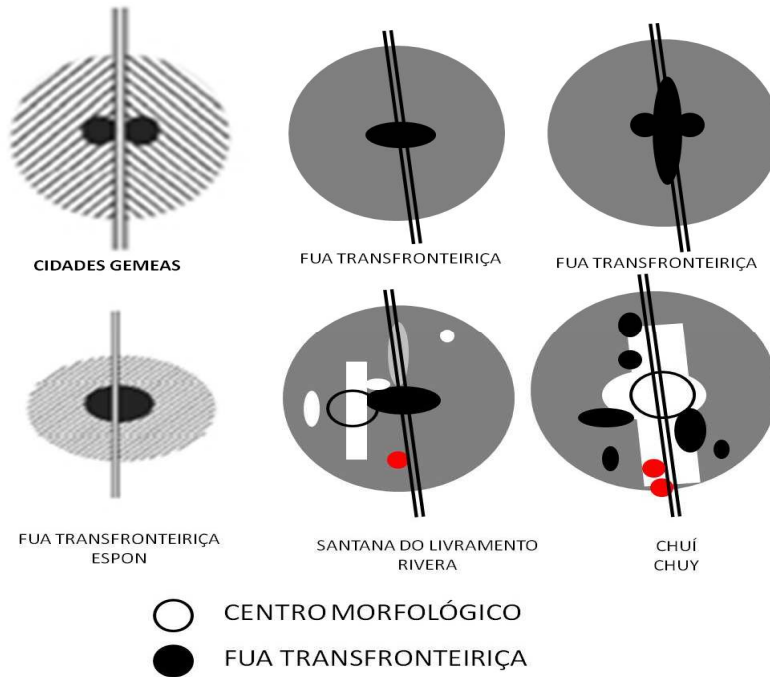


Figura 91 Modelos de cidades gêmeas e FUA transfronteiriça ESPON, 2007. Modelos das FUAs dos Estudos de caso com a indicação de seus centros morfológicos. Da autora.

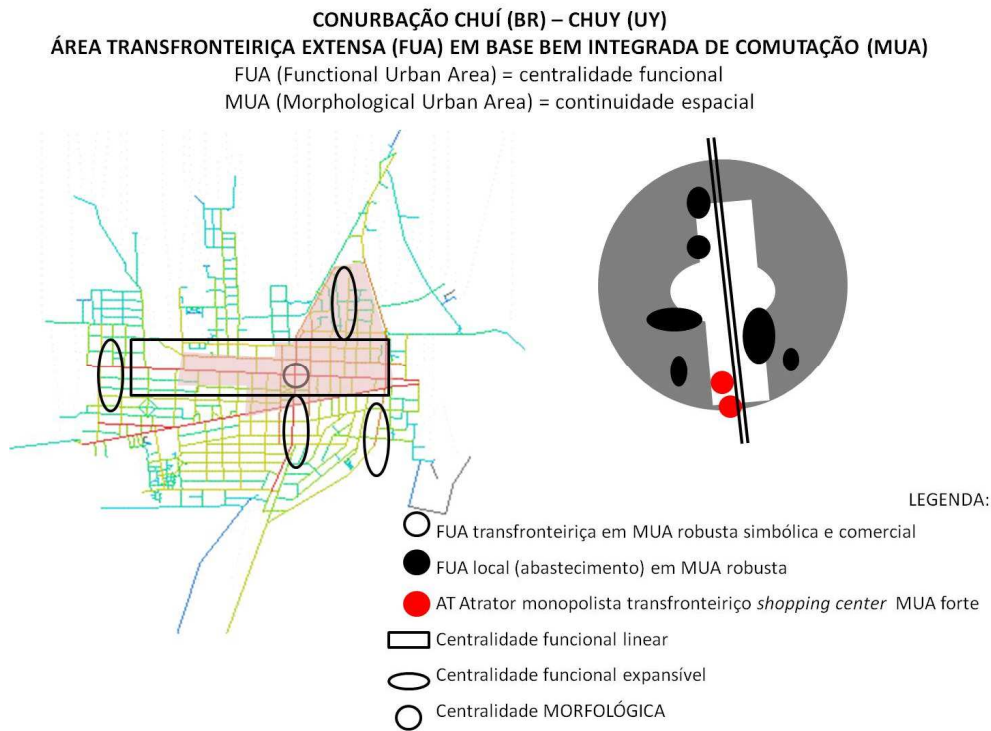


Figura 92: Conurbação Chuy (UY) – Chuí (BR): FUA (Functional Urban Area). Centralidade Funcional Urbana. Da autora sobre base ESPON, 2007 e grafo de integração segmentada global. Da autora.

7.10 Considerações sobre os estudos de caso: uma classificação tentativa das conurbações internacionais

Analisando-se comparativamente os dois casos estudados a partir das transformações de suas propriedades morfológicas quanto ao processo de conurbação verificou-se, em primeiro lugar não ser possível classificá-las como cidades gêmeas dado que são efetivamente conurbações. A estrutura espacial da conurbação só pode ser explicada a partir da reorganização das relações topológicas entre todas as partes do todo e não a das partes isoladamente.

Como demonstrado, não é possível entender as formas como o espaço é apropriado, como centralidades são produzidas independentemente do processo de conurbação porque estes processos são informados a partir da reorganização das propriedades topológicas e geométricas do sistema espacial conurbado, através da emergência de uma nova estrutura de integração (HILLIER e IIDA, 1995), de uma outra configuração espacial.

Há inúmeras considerações a fazer sobre o processo de conurbação nos casos estudados. A primeira e mais óbvia é relativa à denominação cidades-gêmeas como são classificadas no documento do Projeto de Revisão da Faixa de Fronteira do Brasil (PDFF, 2005).

A classificação é inadequada em suas dimensões espacial, econômica e política. Começa-se pela espacial e econômica para se estabelecer o argumento. Cidades gêmeas se referem a situações (ESPON, 2007) onde há contiguidade espacial entre núcleos urbanos, contiguidade definida pela linha de fronteira internacional e conectividade entre os centros funcionais, sem que haja fusão das centralidades, mas acessibilidade e conectividade entre centros descontínuos espacialmente. Este processo pode ocorrer por restrições ou barreiras espaciais à expansão urbana ou descontinuidade espacial que restrinja o potencial de conurbação. Um caso típico de cidades gêmeas é quando há um rio entre os núcleos urbanos dotado de infraestrutura (ponte) que garante a acessibilidade entre as partes.

Nestes casos, o que caracterizaria morfológicamente as cidades gêmeas é a possibilidade de fluxos entre as partes, ou seja, algum tipo de continuidade axial (linear) entre os sistemas que permita a interação e a mobilidade, podendo vir a afetar a sua dinâmica futura, sem que configurem um sistema espacial único, sobretudo, pela concentração da interpenetração sobre poucas linhas compartilhadas entre os sistemas.

A partir do disposto por HILLIER e IIDA (2005) acessibilidade, proximidade topológica, e eixos que capturem integração global do sistema com bom potencial de conectividade são

variáveis que informam o processo de emergência de centralidades. Estas podem ser lineares, como no caso do Chuí, que captura as propriedades da configuração da estrutura da rede, no caso, a acessibilidade direta e a possibilidade do movimento através do sistema.

Como discutido, esta propriedade estrutural e morfológica do sistema conurbado do Chuí –Chuy é informada pela possibilidade de deslocamento mais direto, capturando a rota mais curta, num mercado voltado para os que estão de passagem ou seja, neste caso não é a densidade de interpenetração entre as malhas urbanas que define a localização da FUA e sim a economia do movimento à escala global do sistema; a possibilidade de se duplicar a alocação de rótulos comerciais ao longo de uma só rota, de um único segmento da rede axial.

No caso de Santana do Livramento – Rivera a compacidade e a efetiva interpenetração de eixos longos explica a emergência da FUA na parte conurbada do sistema onde a malha ortogonal permite a extensão das linhas do sistema conectando ambas as periferias, portanto a interpenetração, a continuidade e a acessibilidade provaram ser a força centrípeta que consolida a centralidade distributiva numa parte contínua do sistema.

Estas são as propriedades morfológicas necessárias ao processo de formação ou emergência de centralidades funcionais, o que caracterizaria uma FUA (área urbana funcional) transfronteiriça, ou seja, uma centralidade funcional contínua e compartilhada, apropriada indistintamente na vida cotidiana por moradores de ambas as cidades.

A partir da constatação de que ambos os casos são efetivamente conurbações e não cidades gêmeas, ambas com FUAs transfronteiriças verificou-se a robustez do processo de produção de centralidades funcionais, partindo das definições de HILLIER e IIDA (2005) de que sistema espacial (integração) é proximidade topológica, sistema de escolhas é acessibilidade e integração segmentada é potencial de conectividade ou probabilidade de fluxos maiores sobre determinadas rotas. HILLIER (1999) atesta que a configuração espacial gera atratividade e que centralidades são processos dirigidos pela configuração espacial. Em relação ao processo de formação de centralidades transfronteiriças (FUA) pode-se verificar que:

- a) O processo de conurbação entre cidades fronteiriças é, per se, uma variável que informa a produção e apropriação social do espaço e o processo de formação de centralidades funcionais, como pode ser verificado em relação ao caso Chuy-Chuí;
- b) O processo de conurbação transforma a vida espacial das partes da conurbação dando emergência a zonas ou espaços que podem ser classificados como FUAs transfronteiriças, ou seja centralidades funcionais que emergem a partir do processo de conurbação, cuja

localização não faz sentido se consideradas em função do desempenho das partes separadas do sistema quanto à acessibilidade, continuidade e compacidade, as propriedades morfológicas que, segundo HILLIER (1999) informam os processos de formação de centralidades funcionais.

A modelagem axial da estrutura de integração proveu respostas acuradas em relação aos códigos culturais (nacionais) que informam a produção do espaço para as partes da conurbação, podendo-se depreender diferenças na forma como as expansões urbanas ocorrem e sua importância na definição de tendências de transformação na lógica espacial do sistema conurbado. Estas tendências foram analisadas a partir de uma classificação entre perdas e ganhos obtidos a partir da ponderação das medidas e correlações sintáticas sendo possível depreender tendências à escravização a partir do processo de conurbação. Escravização entendida como a captura desigual ou transferência de propriedades morfológicas entre partes do sistema que dão emergência a processos furcativos, estabelecem mudanças no parâmetro de ordem que informa a expansão do sistema conurbado, dando emergência a um novo tipo de estrutura de integração e de acessibilidade – do sistema e da rede axial na auto-organização do sistema conurbado.

No caso de Santana do Livramento – Rivera observou-se que houve transferência significativa de propriedades morfológicas, a inteligibilidade de um sistema a outro indicando que a navegação e a orientabilidade no sistema conurbado está embasada nas propriedades geométricas da malha ortogonal de Rivera. E como o processo de conurbação erode as qualidades de integração global e conectividade da conurbação como um todo, a partir da fragmentação de ambas as periferias das partes, da perda de compacidade e anelaridade do sistema conurbado;

O que se verificou foi que a formação das periferias de ambas as cidades segue a mesma lógica de fragmentação e segregação espacial, levando à conclusão de que a perda de compacidade na periferia do sistema conurbado foi suficiente para estabelecer uma alteração profunda nas partes (local) do sistema conurbado, ainda que globalmente as propriedades morfológicas de acessibilidade e integração tenham conferido robustez ao sistema.

Esta parece ser a explicação lógica para que o centro simbólico de Santana do Livramento perca sua significação para a vida social e espacial da cidade. A força da compacidade, inteligibilidade da parte do sistema conurbado aonde há interpenetração (continuidade de linhas longas) entre a malha xadrez produz uma centralidade transfronteiriça, apropriada indistintamente por todos moradores e estranhos.

É também neste ponto que se localiza a FUA da conurbação, podendo-se estabelecer uma área transfronteiriça que engloba uma boa parte do sistema. No entorno desta área foi delineada uma fronteira de governança transnacional a partir da cooperação política entre Brasil e Uruguai, objeto de operações concertadas (Zona de Comércio Internacional).

De acordo com HILLIER (1999, 6.2) a economia do movimento demonstra que “ em condições de paridade, o movimento em diferentes partes da rede de ruas é influenciado pela própria configuração espacial da rede: a organização espacial primeiro gera padrões de potenciais de movimento que influenciam os padrões de uso do solo.” E, claro os potenciais de movimento natural e de copresença. O Centro funcional da conurbação Santana do Livramento – Rivera não está associado ao seu centro morfológico, também coerente com a centralidade encontrada, porém local, de uma das partes da conurbação. Os centros funcional, local e internacional estão situados exatamente sobre as linhas mais longas do sistema conurbado, onde se cruzam com a linha de fronteira, ponto da maior probabilidade de fluxos da conurbação.

A modelagem do sistema de Santana do Livramento não esclarece os hábitos cotidianos dos moradores, cujo centro simbólico situa-se nas primeiras quadras da Sarandí, em Rivera, da mesma forma que a localização do novo shopping só se explica através da modelagem da conurbação. Pode-se perceber a lógica espacial na localização de equipamentos como o Frigorífico Armour, também a partir destas considerações.

Se HILLIER e IIDA (2005) se provaram certos ao atestar que não importa como se defina distancia – métrica ou topológica - a escolha das rotas é definida pela rede axial, não pela estrutura econômica do movimento, mas pela economia de mudanças de curso numa rota, portanto na economia do deslocamento, pode-se inferir que a emergência de centralidades na conurbação está na iminência de um processo furcativo, que dá emergência não só a uma nova FUA, mas a um novo tipo de FUA, que depende da posição relativa de atratores monopolistas na rede axial. Esta não captura a anelaridade da malha xadrez, mas a linearidade das estradas conectando ambos os territórios nacionais.

E isso demonstra que o processo de conurbação foi também um processo de difusão espacial de código um cultural que se torna óbvio na análise das partes em separado: o da segregação espacial, da fragmentação e da governança espacial, do controle baseado “no potencial de mobilidade de um grupo social que fragiliza o de outros grupos, em face das mesmas oportunidades” (MASSEY, 1993).

A partir da comparação dos casos com a amostra de MEDEIROS (2006) foram identificadas dissimilaridades no desempenho das medidas e correlações de integilibilidade e sinergia que questionam a tipificação de conurbações fronteiriças como exemplares de uma amostra cultural abrangente, devendo ser objeto de estudos que considerem as classificações e tipificações específicas para tais casos.

Das verificações para os sistemas dos estudos de caso pode-se concluir que o processo de conurbação não se resume simplesmente à fusão das malhas das partes do sistema, sua contiguidade e sua continuidade. Refere-se à emergência de um sistema completamente novo, hibridizado de forma desigual. A estrutura que emerge do processo de conurbação é impar no sentido em que confere sentido à forma como as relações sociais e as práticas cotidianas dos que vivem na linha de fronteira só podem ser explicadas a partir da descrição da configuração do espaço conurbado.

Diferenças nas expectativas de reprodução das relações sociais locais também são informadas pelo processo, podendo-se explicar diferenças da organização das sociedades nacionais na forma como o espaço é produzido e apropriado na dinâmica de interações entre morador – estrangeiro. Não é o contexto histórico que informa a robustez do processo de conurbação. Tampouco esta é explicável pelo fato da interpenetração das malhas urbanas ocorrer com mais força entre os centros simbólicos e não na periferia do sistema, como querem alguns autores, já que o que se considera centro em alguns casos, não é o centro simbólico ou morfológico de nenhuma das partes da conurbação e sim uma centralidade funcional e simbólica que só é possível entender descrevendo-se a configuração espacial (HILLIER, 1999) do sistema conurbado, identificando as fragilidades e força dos códigos culturais que informam a produção do espaço e as propriedades geométricas da configuração espacial que, ao fundirem-se as malhas urbanas preponderam uma sobre a outra.

Não sendo dado fixo, como se pode verificar, mas um processo para o qual a configuração espacial e seu impacto sobre o potencial de movimento e, deste, sobre a forma como o espaço é apropriado (HILLIER) pode ser fundamentalmente transformada. É um processo complexo em todas as dimensões analisadas, que confirma a suposição da auto-organização do sistema.

Dos casos verificados, a conurbação Chuí-Chuy foi a que se mostrou mais adequada na confirmação da hipótese. É impossível explicar a vida social, a vida espacial desta conurbação

a partir de suas partes, demonstrando simultaneamente que o processo de conurbação informa a apropriação social do espaço e a identificação de centros funcionais e simbólicos.

A partir do Índice de Conurbação proposto por RIGATTI (2011) foi possível ponderar estas variáveis e verificar a robustez do processo de conurbação em ambos os casos estudados. Pode-se verificar que no processo de conurbação as propriedades morfológicas das duas FUAs transfronteiriças não se assemelham de todo. Esperava-se o contrário, que a conurbação Santana do Livramento – Rivera tivesse um Índice de Conurbação mais robusto (BRAGA e RIGATTI, 2011).

Tampouco é um processo que possa ser explicado exclusivamente pela continuidade e interpenetração entre as linhas do sistema, devendo ser considerados, além da compacidade, a acessibilidade do sistema. No que reforçam traços e similaridades quanto às expectativas de interação entre categorias sociais moradores – estranhos.

As considerações feitas a partir do Índice de Conurbação demonstraram robustez no processo de conurbação de Santana do Livramento – Rivera, que está próximo da linha de corte. A FUA transfronteiriça coincide com a maior densidade de linhas longas que interpenetram ambos os sistemas, todas contidas no núcleo integrador da conurbação. A localização do centro morfológico da conurbação sobre a linha de maior interpenetração (Rivadavia Corrêa – Agraciada) mostra que a indistinção teórica de localização do comércio na malha ortogonal de Rivera é ponderada no processo de conurbação pela parte do sistema referente a Santana do Livramento, deslocando a maior densidade de rótulos para o ponto onde os sistemas se articulam sobre a linha de fronteira o que nos levou a especular que, apesar da acuidade do índice em capturar a robustez do processo a partir de integração global média que informa o potencial de movimento natural e econômico, portanto também de apropriação social do espaço, pode-se considerar que as linhas que interpenetram o sistema são aquelas onde efetivamente se consolida um espaço transfronteiriço, onde tanto morador como estranho tem potencial equivalente de controle sobre o espaço. E isto pode ser verificado empiricamente.

O caso do Chuí–Chuy é muito mais intrigante. Seu Índice de Conurbação foi o mais alto encontrado para uma amostra de dezessete conurbações e, no entanto a estrutura espacial se provou discrepante quanto ao desempenho obtido. O caso não pode ser descrito como típico. Há pouca interpenetração, a continuidade linear não é no sentido da interpenetração, dando robustez à compacidade do sistema efetivamente conurbado. A linearidade do sistema é mais

forte do que a interpenetração o que nos leva a intuir que a rede axial, mais do que estrutura de integração podem ser outros parâmetros a partir dos quais avaliar os processos de conurbação.

Quanto às escolhas locacionais dos comerciantes árabe-palestinos em ambas as conurbações elas corroboram estudos configuracionais que associam microeconomia – comércio popular e integração espacial global que dão sentido às expectativas de integração econômica e social do grupo, concretizando efetivamente uma estratégia que atende ao controle do estranho sobre o espaço e suas decorrências de governança espacial.

Se a malha ortogonal perfeita corresponde à indistinção locacional para a microeconomia, as diferenças de integração mínimas correspondem a um capital extra na realização do objetivo de integração econômica, obtendo as vantagens indispensáveis para realização de seu projeto. Podem ser considerados *middlemen minorities* tendo-se em consideração que são os estrangeiros paradigmáticos, exercendo o papel de intermediários numa estrutura de relações sociais local mais verticalizada. E são também agentes que mantêm conectado um nó importante da rede de comércio popular internacional, a mais antiga no Brasil, fundada sobre uma solidariedade étnica genérica que funde as categorias imigrantes, minoria e uma referência difusa a uma região do mundo e a uma experiência diaspórica que pode ser compartilhada.

Também podem ser considerados agentes a partir da apropriação social do espaço ao adquirirem um controle pervasivo do espaço a partir da aquisição de imóveis e aluguel ou cessão dentro de membros a própria comunidade e transformando a rua mais central (sintaticamente) de Santana do Livramento no que o seu potencial de integração global e acessibilidade induzem: um centro funcional de comércio popular, para o bem da população empobrecida e do fortalecimento da FUA transfronteiriça. Mas provocando mudanças nas relações de vizinhança, tornado-as num dado momento relações étnicas, de onde pode emergir conflito.

No caso do Chuy-Chuí há diferenças significativas na medida em que suas decisões locacionais traduzem as mesmas prerrogativas mas consideram também a integração local, o que denota que não são estranhos à comunidade de comerciantes mas moradores que capturam através de estratégias similares os benefícios da integração global e local, o que indica que o comércio de artigos populares é operado em dois níveis, um regional e outro local, no âmbito da conurbação. Aqui os estranhos são os compradores. E isto também indica que exploram mais de um registro de distância topológica nas suas relações cotidianas o que permite que solidariedades espaciais e transpaciais tenham o mesmo potencial de ocorrer. São vizinhos antes de estrangeiros.

Em Santana do Livramento suas escolhas locacionais e seu controle sobre um lugar através da clusterização do comércio e da moradia regula a forma como o espaço é apropriado e a copresença diversificada se realiza o que reforça a noção de uma fronteira social que tem referência na forma como o espaço é apropriado, o comércio de turcos e o que é popular e barato, demonstrando quem são os estranhos na cidade. E demonstra que suas escolhas e comportamentos tendem a privilegiar a integração social e a copresença diversificada. Não é um gueto, nem um enclave o que produzem, se apropriam do lugar onde as interações entre todos, moradores e estranhos tem maior probabilidade de ocorrência, ocupando justamente os lugares que são desprezados pela elite local, desinteressada nestas interações.

Se transformam inadvertidamente a “paisagem do lugar” o torna mais parecido com todos os lugares do mundo onde as redes de comércio popular se nodificam: de Hong Kong a Foz do Iguaçu. Mudam as *middlemen minorities* e as redes de solidariedade étnica que se tornam redes comerciais globais, mas referências espaciais perduram até que a consolidação de novos padrões espaciais, de novas formas de produzir o espaço venham causar a erosão desta centralidade. Ou que mudanças estruturais na sociedade tornem supérfluo este tipo de comércio. Até que isto ocorra, é provável que estas características se mantenham constantes, identificando no tempo um lugar ímpar no centro das cidades, como tem sido por mais de cem anos o SAARA no Rio de Janeiro e a 25 de março em São Paulo. Tornam-se referências locais e regionais.

HILLIER (1999) considera o movimento, as rotas e conexões preferenciais de estranhos aqueles que permitem que sejam continuamente locais, isto é, que ao se deslocar através dele o espaço seja percebido como contínuo e não sucessão de eventos. É o que funda a identidade de áreas comerciais populares, centros da periferia, encurtando distâncias topológicas entre ricos e pobres. São estratégicas para a estabilidade da rede axial porque comanda outros nós, segmentos de rotas e pode-se considerar que o deslocamento é o que define morador-estranho na medida em que prove rotas diretas para os atratores ao grupo na vida cotidiana.

Grupos criam vínculos importantes ao longo das rotas que percorrem, se identificam a partir dos caminhos escolhidos. No caso de Santana do Livramento – Rivera estes caminhos são paralelos e definem encontros e esquivanças entre moradores e estranhos, entre locais e turistas. No Chuí-Chuy este caminho é um só, os eixos se tornando fronteiras sociais. Como diz HILLIER (2010) onde o controle instrumental sobre partes do sistema espacial atribui sentidos à copresença indicando diferenças nas estratégias de apropriação social do espaço. Subjacente a estas estratégias está a noção de que a mobilidade e o controle sobre a mobilidade

reflete e reforça o poder, portanto induz a mudanças no valor econômico dos lugares ao longo destas rotas, provocando mudanças no uso do solo e na atividade comercial.

O que a Sintaxe Espacial permite concluir é que a identidade de lugares é constantemente reproduzida não como um processo histórico mas a partir da reconfiguração de sua vida espacial relacionadas a mudanças no uso do solo e diferenças nas formas de interação entre categorias sociais que se baseiam na dicotomia morador –estranho, que impactam a forma como o espaço é socialmente apropriado em retroação com os padrões espaciais, o que de acordo com ELISSALDE (2002) não é a síntese entre diferentes lógicas espaciais mas a estrutura auto-organizada da copresença que não é a escolha de nenhum grupo, mas está imbricada às relações topológicas entre diferentes escolhas. A integração espacial, como entendida pela sintaxe espacial é prerrogativa de interação equânime com a diversidade, com a alteridade, a acomodação de diversas formas de apropriação social do espaço, em lugares compartilhados. E as conurbações podem ser consideradas transfronteiriças, exemplos de interações entre grupos sociais que transcendem as categorias nacional - estrangeiro, morador-estranho localizado mesmo sobre a linha de uma fronteira territorial que é desativada. Resta desativar as outras, sociais.

8 Considerações finais

Considera-se esta pesquisa um processo exploratório, ainda em curso. Foram testadas descrições que pudessem abordar a complexidade do fenômeno de conurbação entre cidades que se situam em territórios nacionais distintos e das quais, a partir do processo espacial pudessem ser verificadas as propriedades morfológicas que comparecem como variáveis na transformação da configuração espacial. E que, a partir da análise das propriedades da configuração espacial, se pudesse identificar alguns aspectos do processo de interação entre grupos, sociais e étnicos, através de fronteiras territoriais, partindo-se das noções de continuidade espacial e territorialidade e do parâmetro de ordem da urbanização, para abordar estas relações a partir da dimensão social do espaço.

Da verificação da hipótese formulada foi possível validar a intuição inicial de que é só a partir do processo de reconfiguração espacial, do processo de conurbação, que se pode explicar a emergência de espaços transfronteiriços, destes espaços ambíguos, ambigualmente e indistintamente apropriados por ambos os grupos moradores – estranhos / nacionais e estrangeiros. É a partir da rede axial que depreende probabilidade de fluxos que se pode entender a emergência de novas centralidades que seguem outros parâmetros de localização, baseados na probabilidade de fluxos mais intensos e explicam o deslocar-se entre e através de fronteiras nas suas práticas cotidianas. Através de fronteiras, não geopolíticas, estas estão anuladas pelo processo de conurbação, participando ativamente na produção do espaço transfronteiriço.

Na Sintaxe Espacial as perturbações decorrem de alterações na estrutura do sistema espacial, de mudanças nas regras que definem as relações entre elementos vizinhos e um terceiro provando-se útil para depreender mudanças estruturais na expansão urbana e outros atributos morfológicos do espaço construído. O *torus* (THOM, 1971) conceituado como uma figura cuja estabilidade é dinâmica, pressupõe que alterações e adições ao sistema de espaços abertos vão transformar (causar a revolução) na morfologia da rede ou na estrutura de integração do sistema global. Em função da posição relativa (topológica) em que as mudanças nas leis de agregação entre elementos do sistema ocorrem, sua estrutura hierárquica de acessibilidade é reorganizada, o que provoca um efeito de borda (muda os limites de integração entre as partes do sistema), com potencial para alterar as relações topológicas entre as partes. Caso as transformações não atinjam as linhas que controlam a deformação, o sistema se estabiliza e, a partir daí, a informação é trocada entre os dois sistemas, ou seja, o dos espaços construídos e o

social, denotando estabilidade ou resiliência dos códigos que informam as regras de expansão do sistema espacial (leis genéricas) e reprodução da organização social.

Nas conurbações estudadas, a fronteira internacional não é barreira, é um dos eixos do sistema espacial conurbado, parte indissociável da estrutura de integração espacial. Tampouco é filtro de fluxos, é um segmento da rede axial de conectividade. E a estrutura de integração e a rede de probabilidade de fluxos é alterada pelo processo de conurbação, como já previa THOM (idem). É um torus que emerge do processo de conurbação, uma nova estrutura que realocaliza as bordas, os limites do sistema. No caso de Santana do Livramento / Rivera o sistema se estabiliza pois as transformações não atingem as linhas que controlam a deformação. No caso do Chuy / Chuí a fusão das malhas provoca uma estabilidade dinâmica onde o limite territorial passa a ser o eixo de maior integração. Revoluciona, transforma.

Se os eixos de uma rede são fronteiras e todos são actantes porque se transformam no percurso, não sendo um só em todo o caminho, mas se transformando ao se inscrever na fronteira: morador, estranho palestino-uruguaio-brasileiro do Chuy-Chuí ao escolher a fronteira como lugar preferencial de interações. O que indica que a lógica do comércio, da microeconomia é responsável pelo ímpeto de integração entre dois sistemas socioespaciais que se fundem num só. A linha de fronteira é, portanto um atrator estranho ou caótico que transforma a função do limite territorial, desligando sua função de filtro e acionando uma função integradora.

A linha de fronteira, em ambos os casos estudados é catalizador da estrutura de integração, com mais força no caso do Chuy-Chuí, o que provoca desequilíbrio na sua função de resguardo de um sistema territorial (normativo, social, econômico e político) que, à escala do território nacional pode ser considerado um tipo de desordem socioespacial da qual emerge uma ordem local baseada na solidariedade espacial e na integração transnacional e transfronteiriça.

Seria no mínimo inadequado usar uma classificação tão estanque como cidades-gêmeas para um processo absolutamente ímpar como o descrito. Pode-se comparar o processo de integração entre cidades-gêmeas (Figura 93) para as quais conectividade é o atributo morfológico preponderante, como no caso de Gorizia (IT) -Nova Gorica (SL) (à esquerda, na Figura 93) com processos de conurbação onde ocorre efetiva interpenetração das malhas urbanas e continuidade espacial, como nos casos estudados (idem, à direita). Apesar de estar em situação de fronteira seca, o caso-controle de cidades-gêmeas privilegia não integração mas *conectividade* e anelaridade da rede de circulação através dos territórios, sem que a urbanização ocorra de

forma contínua, como nos casos estudados. A circulação, fundamental para os intercâmbios internacionais é o que caracteriza as cidades-gêmeas que simultaneamente preserva sua iconografia. Sem integração efetiva não se pode falar de sistema espacial mas de uma rede de eixos com maior probabilidade de fluxos. O que caracteriza cidades-gêmeas. O processo ainda é insipiente e existe a possibilidade futura de ocorrer conurbação, ainda não identificada. As linhas mais integradas conectam centralidades funcionais, não produzem centralidade funcional compartilhada.

Nas conurbações da fronteira Brasil – Uruguai, integração espacial produz uma nova iconografia para além da mera circulação, configurando um espaço de apropriação social e centralidade funcional compartilhadas que confere ao sistema conurbado um novo sentido de ordem e organização das interações sociais produzido localmente, a partir do parametro de ordem da urbanização que sujeita o nacionalismo na vida cotidiana. Comportamentos sociais são transformados e hibridizados a partir da difusão espacial e ensejando governanças sociais positivas a partir da apropriação indistinta do sistema urbano conurbado por ambas as sociedades nacionais locais. São todos moradores nas suas práticas cotidianas hibridizadas.

As transformações na estrutura espacial e na rede axial provocadas pelo processo de conurbação não se detém através de divisões territoriais, a linha de fronteira é um actante, ela se transforma em função do processo de conurbação. Ela é todo o espaço, o espaço transfronteiriço por excelência.

Foi possível depreender tendências na transformação da vida espacial das cidades fronteiriças que decorrem do processo de fusão das malhas urbanas e correlacioná-las a diferenças na organização de sociedades nacionais, a diferenças nas expectativas de reprodução das relações locais. As alterações significativas no desempenho dos sistema conurbado em relação às medidas de integração global, inteligibilidade do sistema e sinergia, produzem uma nova sintaxe espacial cujos sentidos são informados pela estrutura das sociedades nacionais. No entanto, ao se analisar o desempenho das mesmas medidas para as conurbações foi possível constatar que a lógica da apropriação social do espaço conurbado é produzida localmente e se hibridiza de forma desigual, a partir de expectativas sociais quanto à interação, copresença e apropriação do espaço que não se refere nem a uma ou outra estrutura social nacional, mas à forma como, a partir da governança espacial, do controle sobre o espaço, se produz uma nova segmentação

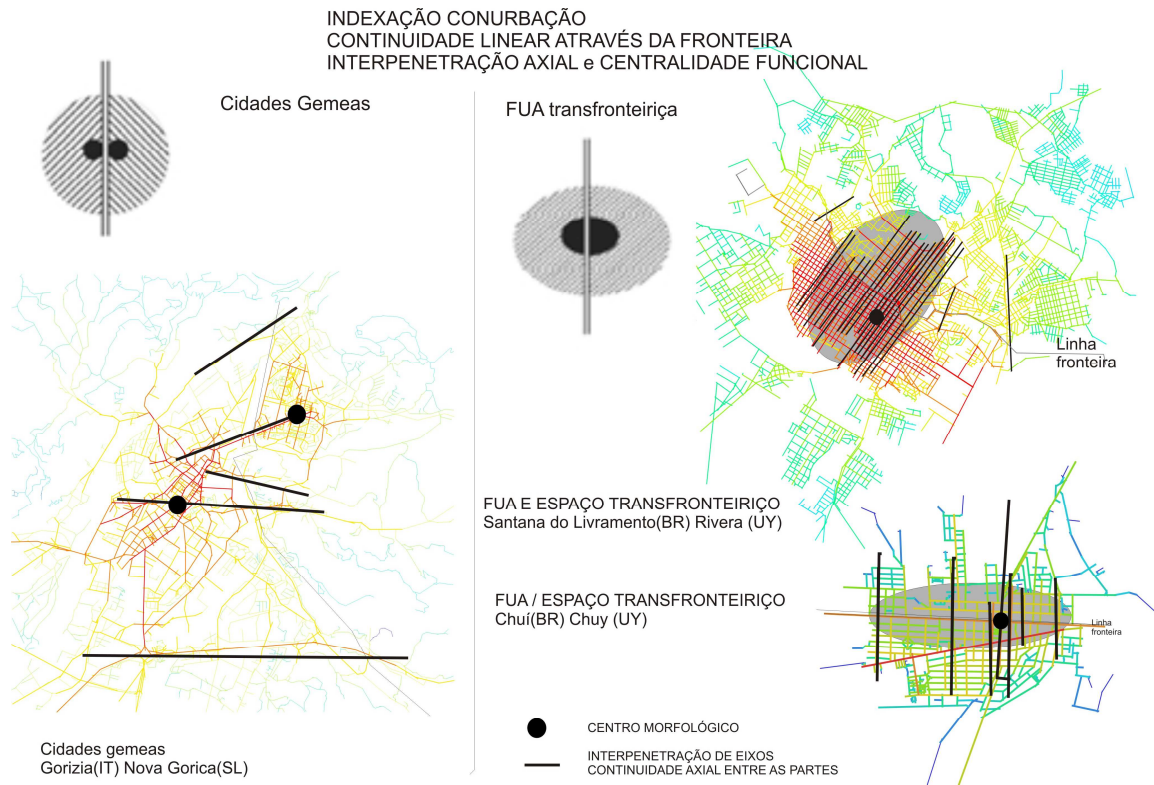


Figura 93: Indexação conurbação e continuidade linear através da fronteira interpretação axial e de centralidade funcional. Da autora.²⁹⁷

social, na qual as categorias morador / estrangeiro, brasileiro / estrangeiro são reconfiguradas. Produz uma forma de etnicidade local que tem outros parâmetros de inclusão e pertencimento a grupos sociais. Estas não são estanques ou fixas, mas podem ser acionadas em situações de crise ou conflito. O que corrobora a hipótese formulada no início do trabalho e indica que a segmentação social tende a se estabelecer a partir da oposição campo-cidade localmente.

As ferramentas metodológicas da Sintaxe espacial se provaram eficientes na descrição e análise destes processos. Neste ponto, a modelagem axial da estrutura de integração proveu respostas acuradas em relação às tendências de expansão e à lógica do sistemas, individualmente e conurbados. Das verificações para os sistemas dos estudos de caso pode-se concluir que o processo de conurbação não se resume simplesmente à fusão das malhas das partes do sistema, sua contiguidade e sua continuidade. A estrutura que emerge do processo de conur-

²⁹⁷ A Figura 109 dispõe de forma comparativa o caso-controle Gorizia (IT) – Nova Gorica (SL), um caso de cidades gêmeas no qual as FUAs e os centros morfológicos e funcionais são independentes, demonstrando-se que conectividade e continuidade de alguns eixos não são suficientes para estabelecer-se um caso de conurbação transfronteiriça. Pretende-se explorar o caso-controle melhor na próxima etapa da pesquisa, sobretudo porque a própria configuração do tecido urbano sofre processo de conurbação de um e de outro lado da linha de fronteira, mas não através da fronteira. Observado-se os 3 casos juntos, pode-se notar a diferença na conformação de uma centralidade linear (Chuy-Chuí), de uma centralidade difusa (Rivera- Santana do Livramento) e de duas centralidades solidárias Gorizia – Nova Gorica, esta última o centro morfológico corresponde ao centro funcional de cada uma das cidades gêmeas.

bação é impar porque confere sentido à forma como as relações sociais e as práticas cotidianas dos que vivem na linha de fronteira só pode ser explicada a partir da descrição da configuração do espaço conurbado. Diferenças nas expectativas de reprodução das relações sociais locais também são informadas pelo processo, podendo-se explicar diferenças da organização das sociedades nacionais na forma como o espaço é produzido e apropriado na dinâmica de interações entre morador – estranho.

Quanto aos processos descritos para fronteiras sociais e de governança foi possível deprender, a partir da análise da configuração espacial que as fronteiras sociais no espaço conurbado não se referem à fronteira geopolíticas mas a fronteiras mais sutis identificadas através da segregação espacial. Estas se localizam sobre descontinuidades espaciais e barreiras que delimitam segregação residencial baseada em atributos socioeconômicos e na oposição população de origem rural – urbana. Estes processos de segregação residencial se correlacionam à produção social do espaço e à agenda de entidades públicas e privadas envolvidas no parcelamento do solo, sobretudo aquelas que comandam a produção de habitação de interesse social que produz desvantagens a grupos sociais mais frágeis condicionando a forma como se integram à vida urbana – social e espacial-. Estas ações transformam a expansão urbana e impactam a integração do sistema espacial conurbado.

Corroborando a hipótese a partir da qual se formulou esta pesquisa, as escolhas locais do comércio árabe palestino e sua capacidade de agenda é exponencializada pela configuração espacial das conurbações tirando partido das dinâmicas já em curso nas cidades que remete ao esvaziamento do centro histórico e a autosegregação das classes socioeconômicas mais altas para capturar as vantagens locais da rede axial e consolidar um nó de uma outra rede, de comércio popular globalizado chamando atenção para a acuidade da sua escolha locacional sobre os eixos de maior potencial de integração global e rotas de maior probabilidade de fluxos. Isto nos faz especular sobre a lógica espacial que permeia a estruturação de redes sociais e comerciais e nos remete às desigualdades que estas produzem localmente, como bem estabeleceram Henri LEFEBVRE, David HARVEY e Doreen MASSEY.

Esta lógica está imbricada ao potencial latente de preservação das vantagens oportunísticas das conurbações transfronteiriças porque a continuidade espacial é a base da economia de terceira ordem como identificou Milton SANTOS, os grupos socioeconômicos em desvantagem dependem da continuidade espacial. E é a força da microeconomia, formal ou informal que efetivamente está implicada na emergência dos processos de conurbação, de centralidades

funcionais transfronteiriças. E esta tende não só à preservação da continuidade espacial mas a continuidade também no tempo, indispensável para a estruturação das redes de comércio popular. Diferentemente do grande capital, ela demanda para seu sucesso, integração espacial local o que, à escala urbana, significa capturar as vantagens locacionais dos eixos mais integrados globalmente do sistema. Onde o estrangeiro e o morador, comprador ou vendedor ampliam suas possibilidades de interação e intercâmbio. Possam negociar suas expectativas de integração social e econômica e aumentar as probabilidades de interação com o maior número de transeuntes, dos que passam, dos que podem vir a comprar.

Centralidades funcionais emergem das relações do sistema conurbado, do sistema global, o mercado consumidor como um todo, de uma ponta a outra das periferias, ao longo da rota de maior probabilidade de fluxos. É, portanto uma atividade integradora, e uma das forças informando o processo de conurbação e a emergência de espaços transfronteiriços. Sob esta ótica, os árabes-palestinos são uma *middlemen minority*, são os intermediadores do processo de transfronteirização de Santana do Livramento – Rivera e do Chuy-Chuí, um mercado fronteiro por excelência.

A descrição sintática do processo de conurbação apreendeu sentidos muito claros que se correlacionam à forma como os Estados se territorializam, como a segmentação social implica em maior ou menor segregação espacial. Isto estará subjacente à forma como na conurbação os espaços são apropriados e se opera a governança espacial. Em Santana do Livramento-Rivera esta governança é percebida como negativa, como degradadora do centro funcional transfronteiro, produzindo um estereótipo mais forte em relação aos pequenos comerciantes árabe-palestinos o que condiciona a forma como se integram socialmente. A atividade econômica mais representativa – o comércio popular – é um dos mecanismos acionados na produção de etnicidade associado a comportamentos sociais e códigos culturais observáveis em suas práticas cotidianas. Isso não implica em segregação residencial do grupo ou na formação de enclaves étnicos. Observou-se a tendência de concentração da atividade comercial sobre eixos de medida de integração alta, seguindo a lógica do comércio de compra-comparada. Indubitavelmente, as escolhas locacionais num primeiro momento de fixação da população segue a lógica de solidariedade espacial que é paulatinamente transformada de acordo com a integração dos membros do grupo à sociedade local. Tende à dispersão residencial e a prevalência das relações transpaciais.

Foi possível identificar, na estrutura espacial conurbada, elementos derivados dos processos de difusão cultural e incluir conurbações internacionais numa categoria de semelhança em função dos processos de fusão de malhas urbanas, como demonstra o caso ímpar do Chuí-Chuy que exemplifica muito bem que a forma como ocorre a conurbação está relacionada a um projeto comum (bottom up) de integração econômica e social. Este pode ser agenciado *top down*, pelo Estado mas é fundamentalmente um processo *bottom up*, que emerge das expectativas de integração econômica entre os grupos nacionais que tendem a maximizar as vantagens oportunísticas do comércio de borda, de fronteira.

Mais do que espelhadas, contíguas, com malhas que se interpenetram, as conurbações efetivamente transfronteiriças como no caso do Chuí-Chuy indicam que a lógica social do espaço é efetivamente o parâmetro a partir do qual o processo deva ser descrito. Os tipos de conurbação estão além das descrições de suas FUAs, são também produto de um processo de integração social peculiar no qual prevalece um tipo de ordem social local que se sobrepõe à do Estado, que determina a reprodução das relações e comportamentos sociais localmente, sem este entendimento, os sistemas urbanos analisados individualmente não fazem nenhum sentido espacial, social ou econômico. Ao contrário de Santana do Livramento – Rivera é a ordem social local que informa a produção do espaço, dando robustez à forma como passa a ser apropriado porque é anterior a qualquer iniciativa de integração internacional.

E é esta força do sistema espacial conurbado, de sua estrutura de integração que oblitera o parâmetro de ordem do nacionalismo como uma dimensão do social simbólico, impondo a mudança para o parâmetro de ordem da urbanização. E, por último fragiliza o controle do Estado sobre a vida privada dos indivíduos, transformando indelevelmente a sujeição à heteronomia e a integração ao território nacional numa integração fragmentária ao espaço local no qual, afiliações indiscutivelmente múltiplas, produzem seus próprios sistemas de segmentação social e novas territorialidades que se não a negam, a dispensam nas suas práticas cotidianas.

É este o espaço transfronteiriço do Chuy-Chuí que emerge a partir do processo de conurbação, aquele em que o espaço de maior potencial de integração do sistema conurbado não é apropriado socialmente, traduz uma fronteira social e, simultaneamente subverte a linha de fronteira territorial em segmento de uma rede axial. Este foi o achado mais surpreendente da pesquisa. E só pode ser explicado através da força estruturadora do comércio, das *middlemen minorities* que são os estranhos que vem e ficam, os estrangeiros. Com um pé de cada lado da fronteira, a força disruptiva que os Estados tentam controlar através da cooperação, *top down*,

do controle sobre os processos *gearing down* marcados pela informalidade e que se estruturam através da solidariedade espacial que tem como objetivo capturar a integração espacial global da conurbação e transformá-la num centro funcional único. Com isso, mantém seu potencial de mobilidade e deslocamento o mais amplo possível; clientes e negociantes podem passar de um território a outro e capturar as vantagens da continuidade espacial e da ambiguidade das categorias morador - estranho. Assim Santanenses se referem à Sarandí como o *seu* centro e compradores uruguaios vão ao centro (Rivadavia Corrêa) sem que esteja presente a noção de se estar cruzando uma fronteira territorial. A fronteira é normativa e jurídica, não é social.

O processo de conurbação entre cidades de fronteira é um processo poderoso porque indica a distribuição de poder entre grupos autônomos. E é por isso, como relatou René THOM a Cornelius CASTORIADES, que “o poder de um conjunto não é a mesma coisa que a medição de um conjunto” esclarecendo que topologia é um método rigoroso de descrever uma nova forma espacial.

E uma conurbação transfronteiriça como a Chuy-Chui não pode ser descrita de outra forma que não através de relações topológicas que emergem *bottom up*. Porque o que informa o processo de conurbação é a noção de poder imbricada ao material, centrada no controle espacial local, dependente das interações com os arranjos espaciais vizinhos, das estruturas que emergem das relações sociais no espaço materializado. E isto se inscreve na produção do espaço, na forma como este foi dirigido pela agencia de empreendedores locais, denotando uma estrutura de relações sociais mais independente da ordem social nacional do que Santana do Livramento / Rivera. Talvez isto se correlacione com a posição hierárquica dos núcleos urbanos em relação à região, mas certamente se relaciona ao processo produtivo que se baseia em diferenças na atividade econômica sobre a qual os assentamentos se fundam.

O processo de conurbação do Chuí-Chuy a emergência deste mercado fronteiriço é o tipo concreto que LEFEBVRE e HARVEY chamariam de deformação e recomposição entre dois sistemas de força: do estado, integrador ao fragmentário da organização social local que a recompõe simultaneamente de outra forma. Que reforça a noção de territorialidades produzidas justamente sobre o limiar, entre territórios nacionais. Transfronteiriça.

O que caracteriza o processo de conurbação transfronteiriço, um processo espacial é justamente a escravização do parâmetro de ordem do nacionalismo pelo da urbanização. Não é um território que emerge do processo, mas um outro tipo de territorialidade que detém o controle dos processos sociais e microeconômicos à escala local, ancorados na integração espacia-

al. Demonstra que a linha de fronteira, nos processos de conurbação efetivos, ainda que periféricas ao centro morfológico das partes da conurbação comparecem como um eixo importante do núcleo integrador do sistema conurbado caso haja a possibilidade de deslocamento ao longo de sua extensão. Portanto pode-se concluir que não é suficiente a interpenetração das linhas do sistema, há que haver continuidade linear ao longo da superfície de contato para dar robustez ao processo espacial. Contiguidade, continuidade, conectividade e acessibilidade, não importa se medidas geometricamente ou topologicamente são as propriedades morfológicas que determinam a robustez do processo de conurbação e, efetivamente estão implicadas no processo de emergência de espaços transfronteiriços.

A relação entre limites de zonas morfológicas da estrutura urbana e linha de fronteira internacional, nos casos analisados não coincidem, pelo contrário, é a partir da fronteira internacional que ocorre a integração espacial, a ponto de deslocar as fronteiras sociais para a periferia da zona transfronteiriça que ajudam a produzir. A linha de fronteira, de limite da periferia do território nacional torna-se o eixo central a partir do qual um espaço transfronteiriço é produzido. A fronteira social que designa nacionalidade, empurrada para os limites entre centro e periferias habitacionais, este uso traduzindo com maior intensidade os códigos culturais próprios a cada sociedade nacional.

E, mais uma vez isso ficou comprovado pelo caso do Chuí – Chuy, a linha de centralidade morfológica torna-se, ainda que retendo sua alta integração no sistema conurbado uma fronteira que separa a cidade em duas e isto se comprova pelo sua inexistente apropriação social. Nos casos estudados mesmo limites entre zonas morfológicas muito distintas entre as partes conurbadas tendem à integração quando o sistema é conurbado, tendem a “completar o vazio entre as partes”.

Do processo de fusão entre sistemas urbanos decorre a translação da fronteira geopolítica em função da forma como o espaço conurbado é apropriado, possibilitando a emergência de uma zona transfronteiriça e o reordenamento das relações entre centralidades e periferias, o que ficou estabelecido a partir do caso Santana do Livramento – Rivera. Não é o limite normativo que estabelece a fronteira, mas sim os potenciais de apropriação social e simbólica dos espaços transfronteiriços que designam fronteiras a partir das quais se estabelecem governança espacial entre grupos. No caso de Santana do Livramento – Rivera é a apropriação da Sarandí no seu trecho mais próximo à linha de fronteira a fronteira que é percebido como seu centro de convivialidade pelos santanenses. E apropriado socialmente.

Foi possível verificar a escravização entre os parâmetros de ordem que regem os aspectos simbólicos (culturais) presentes na produção e reprodução do espaço de sociedades nacionais, a partir do caso do *Shopping Sñeriz*, Santana do Livramento – Rivera, onde a localização de um atrator monopolista em Rivera segue a lógica da suburbanização brasileira, tornando-se um dado importante a verificação da probabilidade de fluxos ao longo de rotas como informantes de transformações poderosas na forma como o espaço passa a ser produzido e induzindo a processos de emergência de novas centralidades pontuais, correlacionados à conectividade do sistema rodoviário e não à integração espacial o que vai de encontro à lógica do processo de conurbação que requer compacidade e não fragmentação espacial.

Há relações importantes entre estrutura espacial conurbada e dinâmica espacial, transformações de uso do solo e localização de centralidades funcionais que emergem do processo de conurbação e, mais uma vez o caso do Chuy-Chui se destaca como paradigmático porque a centralidade funcional mais importante para ambas as cidades, só emerge do processo de conurbação, do potencia de conurbação entre as cidades o que é um paradoxo que desconstrói a lógica das cidades gêmeas ou da historicidade e até da malha xadrez. Há outros eixos de maior potencial de integração no sistema do Chuy que são simplesmente ignorados, ficam latentes. Não apropriados na vida cotidiana.

Grupos de imigrantes e usuários em conurbações de fronteira são efetivamente agentes de transformação da configuração espacial em função da reorganização do sistema de interfaces e interações que promovem localmente, da difusão espacial de diferenças culturais, nas formas de apropriação e uso do espaço, impactando formas de copresença e movimento, ambos correlacionados ao potencial de deslocamento e circulação, portanto de acessibilidade e estão, correlacionados à microeconomia, dão sentido à forma como periferias das cidades são apropriadas e tornadas centros. Das conurbações.

Os árabes-palestinos são uma *middlemen minority* em casos onde a estrutura social é verticalizada. Ali são minoria e, portanto estrangeiros. Onde a horizontalidade da estrutura social é maior, constituem não uma minoria étnica mas um grupo com identidade étnica produzida a partir de sua própria ação de governança positiva, o que caracteriza que as relações sociais são baseadas na plurietnicidade. Esta identidade é produzida localmente e está correlacionada às suas escolhas locacionais que revelam expectativas de integração social e econômica, informadas pela estrutura das relações sociais locais: em Santana do Livramento-Rivera buscam lugares de maior integração global para morar e estabelecer seu comércio, lugares onde o con-

trole do morador é fraco e a probabilidade de altos fluxos de pessoas e de alto potencial de copresença os tornam visíveis sem que chamem atenção sobre si. Exercem assim uma governança espacial positiva que os leva à integração social. Fazem parte. No Chuy-Chuí buscam integração local, são moradores, detém controle sobre o espaço que, no caso é um controle fraco devido à alta sinergia do sistema e as propriedades da malha ortogonal. Buscam integração social, econômica e espacial.

Considera-se as perguntas formuladas ao início do trabalho respondidas, tendo sido a verificação da hipótese positiva, no sentido em que foram corroboradas através da verificação empírica e da descrição dos padrões espaciais e de processos sociais complexos. Disto pode-se concluir que a lógica das interações transfronteiriças está baseada na forma como o espaço construído é apropriado. Das propriedades morfológicas do sistema conurbado emerge uma estrutura de integração que responde e retroage com expectativas sociais de integração econômica a partir das quais se fundam solidariedades transpaciais que potencializam a emergência de verdadeiros espaços transfronteiriços.

Ainda há inúmeras considerações a fazer e aspectos a investigar sobre os processos de conurbação entre cidades de fronteira. Neste sentido a pesquisa e os achados trouxeram novas perguntas, apontaram para aspectos não intuídos do processo de conurbação mais importante é de que o processo de conurbação reorganiza as hierarquias de acessibilidade do sistema espacial produzindo uma nova hierarquia, que informa a apropriação social do espaço. É um processo cuja potencia redefine categorias sociais, redefine a própria estrutura das relações sociais localmente. É um processo *bottom up* que, efetivamente revoluciona o sistema socioespacial produzindo um espaço transfronteiriço, uma estrutura de integração espacial transformada e transformador de integração social e econômica. É uma forma específica de territorialidade.

Neste âmbito, as ações institucionais (*top down*) se voltam para a integração desta forma de territorialidade na reorganização das interações entre estados nacionais. As estratégias investigadas são positivas no sentido em que incentivam o planejamento *bottom up* na hierarquia de instituições dos estados nacionais, atribuindo poder à escala decisória local (municipal) onde se inscreve o campo do Planejamento Urbano demonstrando o entendimento e da força deste processo que é mais que local, é iminentemente urbano.

Por isso o desenvolvimento, as classificações de espaços ganhadores e perdedores deve considerar a dinâmica do processo de conurbação como uma variável capaz de conduzir os rumos da integração econômica local, mudando também a perspectiva sobre espaços ganhado-

res e perdedores e o papel que as cidades da fronteira Brasil-Uruguai adquiriram na integração e desenvolvimento econômico do Arco Sul da fronteira brasileira. Em função de processo de conurbação o Chuí-Chuy tornou-se um mercado de fronteira que atualiza sua centralidade funcional através das demandas do mercado regional e local. A eficiência do processo de conurbação é inegável sob este aspecto. Por isso sua resiliência no tempo. Integração espacial é a lógica subjacente à sua centralidade. O processo de conurbação é extremamente complexo e diferenciado, inclusive numa “cidade” de um quarteirão só.

E isto foi um achado surpreendente da pesquisa, a força da conurbação e de FUAs não vem da quantidade ou densidade de rótulos comerciais ou do tamanho da população local, vem do tamanho do mercado consumidor regional, do seu poder de atração amplificado por estar ao longo de uma rota, por onde também passam caravanas de turistas.

Esta pesquisa teve ramificações, propôs o trilhar de outras rotas que foram temporariamente suspensas para não se dispersar dos objetivos deste trabalho. Foi produzido material sobre a dinâmica de fluxos turísticos e suas correlações com mudanças na forma de apropriação dos espaços transfronteiriço, o comércio local, a localização de comércio étnicos em regiões metropolitanas e em conurbações que são nós logísticos consolidados. A cada trabalho parcial produzido ao longo do processo de escritura desta pesquisa, novos questionamentos se impuseram na correlação entre as propriedades morfológicas das conurbações de fronteira.

Segundo BOURDIEU (2004) para se compreender uma produção cultural (e aí se incluem as cidades e o comércio), não bastam referências ao conteúdo e ao contexto social em que se inscrevem, há que se considerar como se estruturam as relações de poder. Agentes sociais estão inseridos na estrutura em posições que dependem do seu capital social e das estratégias de integração que produzem nos limites de suas possibilidades.

O comércio é uma das variáveis que estrutura a dimensão econômica do espaço, importante à escala local porque se correlaciona à integração espacial em função dos potenciais de movimento dados por esta medida. O comércio local nas conurbações de fronteira tem na dificuldade para o seu desenvolvimento três fatores: a dificuldade de abastecimento, baixo capital social que se traduz na dificuldade de ações cooperativas, o isolamento dos empreendedores e medo do risco. Capital social entendido como a capacidade de mobilizar produtivamente em benefício do grupo o associativismo que configuram redes de solidariedade étnica translocais. Este é baseado na confiança, nas relações familiares e na cooperação e apoio na manutenção de um nicho de negócios, fundamental à gloculização e à globalização popular. Por estas ra-

zões os árabes-palestinos dispõem de um capital social robusto que, somado à ambiguidade da apropriação social do espaço em conurbações de fronteira permite que desempenhem o papel de agentes na dinâmica econômica destas cidades.

Sua relação com a sociedade local, as formas como ocorre o processo de aculturação são correlatas à estrutura das relações sociais locais, que mediam produção e apropriação do espaço. Esta dinâmica permite que sejam identificados como *middlemen minority*, num contexto local onde as relações sociais são mais verticalizadas em Rivera / Uy-Santana do Livramento / BR ou como grupo local com identidade étnica definida, responsáveis pela intensidade do processo de hibridização na conformação de uma sociedade local transfronteiriça, como no caso do Chuy/Uy-Chuí/BR, lugar no qual a estrutura das relações sociais é definida a priori a partir de uma sucessão de *middlemen minorities* que produzem e se apropriam do espaço urbano.

Pode-se concluir que o processo de hibridização cultural e a forma como a identidade de um grupo étnico é produzida estão correlacionados diretamente aos códigos culturais que informam a produção e apropriação social do espaço, instrumentalizando diferenças na governança espacial de grupos étnicos vinculados ao comércio. A forma como se integram social e economicamente é função das suas escolhas locacionais: integração global ou local. Estas escolhas marcam o processo de aculturação dos grupos, definem se são moradores, estrangeiros ou estrangeiros no contexto local. Sua agência será sempre transfronteiriça porque da possibilidade de trânsito entre territórios nacionais reforçadas pela integração os nós da rede se mantêm estáveis e os negócios se expandem. Neste ponto a integração institucional entre Brasil e Uruguai beneficiou os membros do grupo que detém cidadania brasileira, permitindo que os negócios do grupo sejam concebidos como negócios transnacionais e transfronteiriços.

Pode-se dizer que os comerciantes árabes (palestinos) são detentores de grande capital social e por isso a razão de comandarem o comércio local de cidades da fronteira Brasil-Uruguai por tanto tempo. O sucesso de sua agência, tratado como ameaça aos empreendedores locais pode estigmatizá-los. Quando percebidos como também moradores, empreendedores locais passam a exercer papel de liderança na comunidade. Integram-se econômica, social e espacialmente.; tornam-se agentes.

O comércio local de imigrantes tem as características opostas às do comércio local (dos moradores) deduzindo-se que parte deste capital social traduz solidariedade e cooperativismo étnico, o apoio mútuo intracomunitário na assunção de riscos e a rede de contatos translocais

que supera problemas de distancia e custos de abastecimento, torna-os competitivos. A fronteira e a posição periférica dos grandes centros de consumo não são entendidos como problemas, mas como mercados que detém potencial de exploração. Seu capital social é potencializado por estarem inscritos na categoria de estranhos / imigrantes que os desobriga a ser ou parecer ser qualquer das categorias sociais estabelecidas através das práticas sociais locais. A falta de lugar ou o não lugar social de que partem rumo à integração econômica é justamente o que lhes possibilita a flexibilidade de suas práticas que o pequeno empresário local não dispõe, porque enfrenta fronteiras sociais estabelecidas justamente a partir da forma como as relações sociais e econômicas são organizadas localmente (falta de crédito, por exemplo).

A integração local, um dos instrumentos podem gerar desenvolvimento econômico entre os países membros de um Bloco Regional como o MERCOSUL que estão além das políticas de integração comercial nacionais, estão ali mesmo na fronteira e não serão resolvidos através da implantação de grandes empresas, grandes investimentos ou políticas tarifária e cambial exclusivamente, mas da agencia de empreendedores privados integrados a redes globais de negócios que Depende da formação de um capital social para os pequenos empreendedores que possibilite que estes sobrevivam às oscilações de vantagens de ambos os lados. Este suporte institucional (fomento, projetos, etc.) no caso do comercio de árabes-palestinos remonta a uma longa tradição suportada por uma rede translocal e horizontal de solidariedade étnica. E seria através da estruturação de redes como esta que os governos locais e nacionais deveriam investir na consolidação de verdadeiros territórios transfronteiriços e valorizar os já existentes. Por estas razões discorda-se das posições que entendem estas cidades como espaços perdidos. Não são. Seu desenvolvimento não é mensurado por cooperação política, mas solidariedade espacial, pautado não pelo nacionalismo mas pela urbanização e globalização. independentem das ações dos estados nacionais. São tão antigas como a atividade do comércio. E identificam morfologias urbanas que se adéquam às suas expectativas sociais, econômicas, culturais. Produzem o espaço segundo suas estratégias de integração ou se apropriam do espaço produzido por outros grupos segundo suas mesmas estratégias. Tem na urbanidade seu modelo de integração espacial, de copresença diversificada, de inclusão. Não se auto-segregam residencialmente, passam a fazer parte da comunidade virtual, operando códigos culturais diversificados transformam comportamentos e desenvolvimento urbano. *Bottom up*.

Cabe fazer este adendo a partir do que FARRET (1997) e GRIMSON (2002) colocam como chave para o entendimento dos fatores que contribuem para consolidar práticas trans-

fronteiriças: a identificação de agentes que disputam o controle e o poder sobre os processos de interação e fluxos e o seu desempenho ao transformar as configurações socioespaciais e comportamentos urbanos. A produção de etnicidade – do grupo árabe palestino - tem correlação espacial com o desenvolvimento das conurbações estudadas e com a atividade do comércio, sendo possível considerá-los uma *middlemen minority* integrada econômica, social e culturalmente.

Integração espacial é um recurso valioso nas mãos de planejadores urbanos e é um dos maiores capitais simbólicos que populações marginalizadas socialmente podem dispor para aumentar sua mobilidade social e integração econômica, como no caso da população rural uruguaia e brasileira urbanizadas. O campo de forças pode ser estabelecido a partir das disputas sobre recursos presentes no espaço urbano, a integração espacial um dos mais importantes no caso, para citar alguns, o potencial de movimento depreendido de integração espacial, a compacidade como prerrogativa a formas mais sustentáveis de integração econômica e mobilidade social.

Segundo JENSEN (1997) o mérito de Pierre BOURDIEU foi relativizar a noção de poder como um processo exclusivamente *top down* aqui entendido como o exercido por instituições do estado (BYRNE, 1998). Política é, portanto construir instituições a partir das quais meios e fins podem ser articulados e conectados, por isso a categorização dos indivíduos torna-se importante para a construção das regras a partir das quais o discurso é elaborado. Este campo de forças é articulado no discurso político brasileiro a partir das categorias morador / estrangeiro. As diferenças são construídas a partir de práticas cotidianas com atribuição negativa a qualquer forma de alteridade, dando sentido negativo às práticas dos *Outros* e positivo às da categoria habitante. A construção de sentido no discurso político parte da racionalização da diferença operada como um dado negativo, que se contrapõe aos objetivos econômicos e políticos de outra categoria que detém o controle sobre as instituições, poder.

Na sociedade uruguaia transferência de poder e dominação são marcadas na esfera da decisão política, gradualmente incorporada à gestão estatal, segundo o princípio da liberdade operacional não interferem no projeto de governo e de estado nacional que é dar condições mínimas de cidadania ao total da população. A configuração da vida pública é dissociada da vida privada, considera secundárias as origens da população desde que estas prerrogativas não influenciem nas decisões do coletivo e mantenha o jogo político, a submissão às determinações estatais de bem público (educação, saúde, seguridade social).

Isso se desdobra, hoje, na gestão urbana que tem na participação direta (das comunidades envolvidas), na representação política *pro bono* (onde os representantes políticos não são remunerados) e no planejamento urbano focado nos problemas locais e respondendo às demandas populares sem designar ou atribuir poder decisório sobre as soluções técnicas. A produção do espaço urbano é uma atribuição do poder público para resolver problemas da esfera pública e a população deve confiar nas soluções apresentadas pelos representantes eleitos diretamente sobre temáticas decididas em plebiscitos e consultas populares.

Na sociedade brasileira, apesar dos avanços democráticos significativos dos últimos anos é possível identificar as diferenças nos processos de produção do espaço e da governança urbana nos quais se evidenciam as peculiaridades de processos sociais nacionais. A decisão final sobre a produção do espaço está nas mãos de representantes políticos de “classes” genéricas da comunidade urbana e detém poder transformador sobre Planos Diretores a despeito da visão do corpo técnico da Prefeitura e das reivindicações dos vários segmentos sociais.

A diferença entre as dinâmicas presentes nos processos de participação popular e no Planejamento Urbano é a forma como se estrutura o poder entre classes sociais, no Uruguai esta é horizontal, no Brasil vertical; a tomada de decisões é centralizada pelas instituições do estado, a segunda o próprio estado centraliza o processo decisório (a partir da representação política). Segundo HOLANDA (*idem*, p.298) o poder é delegado das classes sociais aos funcionários de estado na representação de seus interesses. No Planejamento Urbano as diferenças se situam em polos opostos da vida social e do controle sobre a produção do espaço. No Uruguai o estado é o grande mediador da vida pública e assume para si a prerrogativa de produção do espaço de uso público interferindo muito pouco sobre a esfera privada. No Brasil, o controle sobre a produção do espaço se situa na esfera do privado, da regulação do cumprimento da função social do solo urbano de acordo com o Estatuto da Cidade, porque o espaço de uso público é resultante do controle e da restrição da ação do ente privado. E é também o campo no qual o discurso de poder (econômico) se faz ouvir mais claramente, como bem interpreta Marcelo Lopes de Souza.

Torna-se clara a preocupação com a segregação residencial e as leis federais que determinam rigorosamente o tamanho dos assentamentos dos uruguaios. É sua função não só garantir o acesso à habitação como promover a integração social. Para todas as classes. Esta preocupação com a integração à escala micro permeia a maioria dos discursos na dimensão econômica, política e social. E isto está relacionado à autonomia preconizada por CASTORIADES que. O

Estado Uruguaio é centralizado sim, o país teve durante muito tempo uma periferia indistinta concebida no imaginário como *interior*, mas a reestruturação das relações sociais e as transformações que provocam na estrutura do poder político, reforçam a noção de que o Estado é uma instituição cuja estrutura se reproduz horizontalmente. Ainda que as relações entre classes ocorram cada vez mais de forma verticalizada.

Pode-se dizer que as políticas de planejamento urbano se embasam no que é público, verbalizado como tal e referenciado pela participação efetiva neste campo através da representação direta nos processos decisórios. Daí advém as distorções mais gritantes entre a qualidade (subjetiva) percebida no espaço público de conurbações como estas em que o atravessar de ruas leva definitivamente a lugares com qualidades urbanas muito diferentes.

O Centro de Rivera não foi abandonado pelas classes mais ricas em prol de subúrbios onde só se interage com os que pertencem à mesma classe social, ao contrário, ele é o grande capital social da comunidade urbana e os esforços para melhorar a integração social das periferias marginalizadas são feitos no sentido de integrá-las espacialmente ao centro.

Contrariando Milton Santos, deixo de lado a esfera econômica, para entrever apenas como os efeitos da economia capitalista –no que ela funciona como variável na delimitação de poder de classes ou grupos dentro da comunidade urbana – afeta a configuração espacial, dando vez de um lado da linha de fronteira à onipresença das instituições públicas e do outro à onipotência da privada. De ambas emergem fronteiras sociais e de governança, umas mais porosas que outras. A vida social nas fronteiras é, marcada pela categorização dos indivíduos, nacionais e estrangeiros e pelo processo de oposição entre duas identificações sociais que são tanto espaciais como territoriais. O processo de diferenciação e alteridade como contraponto à cultura vizinha permite delimitar territórios que se configuram a partir de ações embasadas pelas diferenças na apropriação de praticas culturais e marcos simbólicos. A questão da fronteira seria, portanto uma questão inerente ao campo da Arquitetura visto que sua prática se baseia na proposição de limites e descontinuidades que interferem na configuração e apropriação do espaço urbano.

No tratamento dispensado ao assunto deste trabalho, com foco no Planejamento Urbano, o termo conurbação foi adotado em função de possibilitar uma melhor leitura dos mecanismos de integração e descontinuidade operados não só pela linha de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, como também pelas fronteiras que se engendram no processo de fusão de duas malhas urbanas produzidas segundo códigos culturais bastante diferentes. Por estas razões não se po-

de tratar de identidade estável e sim de relações sociais estáveis que emergem da interação permanente com a diferença e que guardam um enorme potencial de desenvolvimento. A identidade local é sustentada a partir do fortalecimento de redes de solidariedade transfronteiriças e, neste caso, a conurbação Chuí-Chuy é exemplar de uma identidade transfronteiriça.

A questão subjacente às cidades-gêmeas ou conurbações fronteiriças é o grau de integração entre as aglomerações urbanas. Continuidade e interpenetração entre as malhas urbanas são fundamentais para explicar integração econômica e social e governança positiva. E na emergência a centralidades funcionais compartilhadas ou complementares que definem o espaço transfronteiriço caracterizado pela apropriação indistinta entre ambos os grupos nacionais.

Entende-se o peso que FUAs (Functional Urban Areas), centros comerciais (funcionais) desempenham na determinação de espaços transfronteiriços e na classificação das conurbações transfronteiriças. E, sobretudo (RETIS, 2003, s/no) “o potencial de geração de fluxos associados aos deslocamentos de curta distância nas unidades geográficas contíguas às linhas de fronteira” dentre eles os cotidianos não captados pelas estatísticas oficiais mas cujos potenciais podem ser apreendidos a partir da configuração espacial, da dimensão social do espaço.

Ferramentas preditivas são fundamentais para a antecipação de problemas do Planejamento Urbano e as aplicadas aos casos provaram-se eficientes na previsão de impactos causados por transformações na dinâmica urbana que decorrem da forma como os sistemas espaciais de fundem. Com métodos da Sintaxe Espacial correlacionou-se a emergência de FUAs à estrutura de integração axial e à rede de integração correlacionado-as a movimento natural e econômico (HILLIER, 1996) e geometria da malha urbana. A verificação das propriedades morfológicas do sistema conurbado e da rede axial conurbada permitiram a análise da emergência de centralidades funcionais transfronteiriças. Há que se continuar investigando suas características para se obter uma tipificação mais acurada do processo para poder interferir sobre o desenvolvimento urbano cooperativo ou integrado. A pesquisa seguirá a linha de investigação, ainda na fronteira para obter conclusões definitivas. São conurbações internacionais, uma com um espaço transfronteiriço forte. Outra é o espaço transfronteiriço em si. Em ambas a linha de fronteira é apreendida no núcleo, no coração da estrutura de integração espacial. Não podem ser correlacionadas diretamente a nenhuma amostra cultural baseada nos mesmos parâmetros de análise. São, em si, uma amostra. Conurbações transfronteiriças.

Referências bibliográficas

ABU LUGHOD, Ibrahim. **A questão Jerusalém**. Brasília: Delegação Especial Palestina no Brasil, 1999, 270p.

ADIALA, Cristiane de Souza Mota. **Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ – monografia, janeiro 2003. 45p. <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2003-Characteriza%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica-da-Faixa-de-Fronteira-CSMA1.pdf> Fonte: Grupo Retis/UFRJ. <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/producao/monografias/caracterizacao-geografica-da-faixa-de-fronteira-continental-sul-do-brasil/#ixzz2XsgPmX43>

AGAMBEN, Giorgio. **Means without end, notes on Politics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, Theory out of bounds, vol. 20, 2000. 152p.

ALESSANDRIA, Francesco. **Città, Multietnie, Integrazione, Interazione, Pianificazione**. In: BEGUINOT, Corrado (curador). *Città di genti e culture: da Megaride '94 alla città interetnica Europea*, tomo secondo, vol. XXVI. Napoli / Roma: Giannini editore & Studii Ente Morale per gli Studi di Urbanistica, Fondazione Aldo della Rocca, série Col. studi urbanistique, 2004. 410p. pp 173-179

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. *Fronteira gaucha: Santana do Livramento*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, Caderno de História, n36, s/d. 39p.

ALJANATI, Daniel; BENEDETTO, Mario; PERDOMO, Walter (Ed.). **Los Departamentos 3 – RIVERA**. Montevideu: Editorial Nuestra Terra, 1970. 64p. Acesso via: http://www.periodicas.edu.uy/Nuestra_tierra/pdfs/Los_Departamentos_03.pdf

ALLIEVI, Stefano. **How the immigrant has become Muslim? Public debates on Islam in Europe**. In: *Revue Européenne des migrations internationales. Categorization et classification, enjeux de pouvoir*, vol21, no2 (2005) p135-163 mis en ligne le 01 octobre 2008. URL : <http://remi.revues.org/index2497.html>

AMARAL, Ernesto Friedrich; FUSCO, Wilson. **Shaping Brazil: The Role of International Migration**. In: Washington: US Government, Migration Policy Institute(MPI), Migration Information Source (online), Junho 2005. Acesso via: <http://www.migrationinformation.org>; <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=311>

ANDERSON J. and O'DOWD L. **Borders, border regions and territoriality: contradictory meanings, changing significance**. In: *Reg. Studies* vol.33, no 7, 1999. pp 593-604. Taylor and Francis, Regional Studies. Acesso via: <http://ideas.repec.org/a/taf/regstd/v33y1999i7p593-604.html#biblio>

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira; CAIN, Harriet. **Racialized boundaries: race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle**. London: Routledge, 1992 (reprinted, 1995-96), 226p. Cap2. – Whose Nation? Whose State? Racial/ethnic divisions and the “nation (p21- 60).

ANTONIADOU, Nadia Charalambous; PERISTIANIS, Nicos. **Ethnic groups, space and identity**. Brasília: Space Syntax Symposium 2 Proceedings, 1992, vol. I, 01.1-01.18. acesso via: www.spacesyntax.net/symposia-archice/SSS2/SpSx2ndSymposium99-2003pdf/SecondSymposiumVol1pdf/01Peristiania300.pdf

ARQUIVO NACIONAL. **Brasil, o império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 52p.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Medieval Modernity: on citizenship and urbanism in a global era**. In: London: Routledge, Space and Polity, vol. 10, no. 1, April, 2006. pp.1-20. Acesso via: www.jft-newspaper.edu.lb/reserve/data/arch035-hb_2/Roy_Al-Sayyad_Medieval-modernity.pdf or http://indiancities.berkeley.edu/2011/speaker_content/docs/Roy-medievalmodernity.pdf

ALSAYYAD, Nezar. **Cities and Caliphs: on the Genesis of arab muslim urbanism**. Westport: Greenwood Press, 1991. 196p.

AMIN, Ash; TRIFT, Nigel. **Cultural- economy and cities**. In: Progress in Human Geography 31(2) (2007), pp. 143–161 2007. Acesso via: SAGE Publications: phg.sagepub.com/content/31/2/143.full.pdf DOI: 10.1177/0309132507075361

APPADURAI, Arjun. **Grassroots globalization and the research imagination**. In: APPADURAI, Arjun (ed.). Globalization. Durham, London: DukeUniversity Press, 2001. 344p, pp. 1-21.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: cultural dimensions of Globalization*. University of Minesota Press, 1996.

APPADURAI, Arjun. *Fear of small numbers: an essay on the geografia of anger*. Durham : Duke University Press, 2006. xiii, 153 p

ARISTIMUÑO, Eladio. **Chuy: donde nasce el sol de la pátria**. In: ALJANATI, Daniel; BENEDETTO, Mario; PERDOMO, Walter (org.). ROCHA, Los Departamentos 10. Montevideu: Editorial Nuestra Tierra, 1970. 64p. pp54-77.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. **A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)**. Dissertação de Mestrado, Brasília: Centro de Estudos Comparados da América / UnB, março de 2007. 100p. Orientador: prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro. Acesso via: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3193/1/2007_AlineMariaThomeArruda.PDF

ASHBY, W. Ross. **Principles of the self-organizing system**. In: DUPUY, J. The Mechanization of mind. Princeton: Princeton University Press, 2000. Classical Papers, Principles of the self-organizing system Issue Vol. 6 Nos. 1-2 2004 pp. 102-126 Acesso via: <http://csis.pace.edu/~marchese/CS396x/Computing/Ashby.pdf>

ARBARET-SCHULZ, Christiane. **La question du continu et du discontinu à l'épreuve de la dimension technique des societies**. In: Continu et discontinu dans l'espace géographique [online]. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008 (accessed on 20 juillet 2013). Available on the Internet: <<http://books.openedition.org/pufr/2405>>.

ARBARET-SCHULZ, Christiane. **Les villes européennes, attracteurs étranges de formes frontalières nouvelles**, in Bernard Reitel, Patricia Zander, Jean-Luc Piermay, Jean-Pierre Renard, *Villes et frontières*, Anthropos-Economica, Collection Villes, 2002, p.213-230.

ARBARET-SCHULZ, Christiane; BEYER, Antoine; PIERMAY, Jean-Luc; REITEL, Bernard, SELIMANOVSKI, Catherine; SOHN, Christophe; ZANDER, Patricia (Groupe Frontière). **La frontière, un objet spatial en mutation**. Acesso via: **EspacesTemps.net**, Textuel,29.10.2004. <http://espacestemp.net/document842.html>

ARTZ, Donna E. **Refugees or citizens: the cornerstone of Middle East peace. Speaking notes, Canadian International Development Agency (Hull), 18 June 1997**. In: Refugees or citizens. Do livro: Refugees into Citizens: Palestinians and the End of the Arab-Israeli Conflict (Council on Foreign Relations Press, 1997. Acesso via: PRRN – Palestinian Refugees Research Net. Acesso via: <http://prrn.mcgill.ca/research/papers/artz3.htm>

ASHBY, W. Ross. **Principles of the self-organizing system**. In: DUPUY, J. The Mechanization of mind. Princeton: Princeton University Press, 2000. Classical Papers, Principles of the self-organizing system Issue Vol. 6 Nos. 1-2 2004 pp. 102-126 Acesso via: <http://csis.pace.edu/~marchese/CS396x/Computing/Ashby.pdf>

AUBIN, David. **Forms of explanation in the catastrophe theory of René Thom: topology, morphogenesis and structuralism**. IN: WISE, Norton M. Growing Explanations: Historical Perspectives on Recent Science. United States of America: Duke University Press, 2004. 360p, pp 95-132. Acesso via: <http://www.math.jussieu.fr/~daubin/publis/2004a.pdf>

AUGÉ, Marc. **Pra onde foi o futuro?**. Campinas: Papirus, 2012. 121p.

AZAMBUJA, Péricles. **História das terras e mares do Chuí**. Caxias do Sul: UCS, 1978.259p.

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, Nation, Class: ambiguous identities**. Londres: Verso / New Left Books, 1991, 252p.

BALIBAR, Etienne. **The 'impossible' community of the citizens: past and present problems**. In: Environment and Planning D: Society and Space 30(3) 437 – 449, 2012, Londres; Pion, doi:10.1068/d19310. Acesso via: <http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=d19310>

BARRÁN, Josep P.; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. **Construcción y fronteras de lo privado. Teoria e Historia**. In BARRÁN, Josep P.; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. Historias de La vida privada em uruguay. Tomo1. Entre La Honra y el desorden (1780-1870). Montevideo: Taurus, 1996.

BARRÁN, Josep P.; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. **Historias de La vida privada en Uruguay, Tomo1**. Entre La Honra y el desorden (1780-1870). Montevidéo: Taurus, 1996. pp55-56

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of cultural difference**. Long Grove:Waveland, 1998, 153p.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 395p.

BECKFORD, J.A., GALE, R., OWEN, D., PEACH, C. and WELLER, P. Review of the Evidence Base on Faith Communities. ODPM Office of the Deputy Prime Minister, London, apr2006. Acesso via: <http://www.communities.gov.uk/publications/communities/review>.

BEGUINOT, Corrado (curador). **Città di genti e culture: da Megaride `94 alla città interetnica Europea, tomo secondo, vol. XXVI**. Napoli / Roma: Giannini editore & Studii Ente Morale per gli Studi di Urbanística, Fondazione Aldo della Rocca, série Col. studi urbanistique, 2004. 410p.

BEGUINOT, Corrado (curator). **Città europea interetnica Cablata – le formazione dei Manager Governo delle trasformazioni urbane**. Napoli / Roma: Giannini editore / studii Ente Morale per gli studi di urbanística, Fondazione Aldo della Rocca. Col. studi urbanistique vol.28, tomo 4, 2006. 511p

BELFIORE, Emanuela. **La costruzione dello spazio collettivo nella città europea degli anni duemilla**. In: BEGUINOT, Corrado (curador). Città di genti e culture: da Megaride `94 alla città interetnica Europea, tomo secondo, vol. XXVI. Napoli / Roma: Giannini editore & Studii Ente Morale per gli Studi di Urbanística, Fondazione Aldo della Rocca, série Col. studi urbanistique, 2004. 410p. pp 109-115

BENDER, Stephen. **Trade corridors: the emerging regional planning unit in Latin America**. In EDIGNTON, FERDANDES & HOSHINO (ed.). New Regional Development Paradigms, Vol.II, New

Regions: concepts, issues and practices. WestPort: Greenwood / United Nations Centre for Regional Development, 2001.p 37-56

BENENSON, I.& OMER, I. **High-resolution census data: a simple way to make them useful.** Data Science Journal, 2003. v.2, p.117-127. 2003.

BERNA, Lorenzo. **Modelli urbani di governo locale.** In: BEGUINOT, Corrado (curador). Città di genti e culture: da Megaride `94 alla città interetnica Europea, tomo secondo, vol. XXVI. Napoli / Roma: Giannini editore & Studii Ente Morale per gli Studi di Urbanística, Fondazione Aldo della Rocca, série Col. studi urbanistique, 2004. 410p. p 33-9

BERRY, J. W.; POORTINGA Y.H & PANDEY, J.(Eds.). **Handbook of Cross-Cultural Psychology: Theory and Method.** Boston: Allyn & Bacon, 1997.

BICA de MELO, José L. **Reflexões conceituais sobre fronteira.** In CASTELLO, Iára R. ET al. Fronteiras na America Latina; espaços em transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS / FEE, 1997.292p; 68-74pp.

BLAY, Eva A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** Rev. Antropol. [online]. 2000, vol.43, n.1, pp. 253-256. Doi: 10.1590/S0034-77012000000100009.

BLEIL de SOUZA, Suzana. **Brasil – Uruguai: uma articulação regional.** In: Cadernos do CHDD, ano 6, 1º semestre de 2007 – número especial, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 232p, pp57 a 67.

BOTAZZI, Gianfranco. **On est toujours le local de quelque global: pour une (re)définition de l'espace local.** In: REMY, Jean (dir.). Espaces et sociétés. Paris: L' Harmattan, 1995, pp. 69-92. Acesso eletrônico: Gallica Bilioteque Numerique: Biblioteque Nationale de France (BNF), Association pour le développement d'Espaces et sociétés. available at: <http://ftp/ftp.bnf.fr/579-N5794590/PDF.70.94.DM>

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papius, 1996. 224 p

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001. 311 p

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo : Ed. UNESP, 2004. 86 p.

BRAGA, Andrea da Costa. **Morfologia, Transformação e co-presença em centros urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro / RJ.** Porto Alegre: PROPUR / UFRGS, dissertação de mestrado, orientador Prof. Dr. Décio Rigatti, 2003. 288p.

BRAGA, Andrea da Costa; RIGATTI, Décio. **International conurbations along Brazil / Uruguay border: How ambiguity drives spatial patterns and social exchange.** In: Space Syntax Symposium Proceedings. Stockholm: KTH, 2009, p.22:1-22:13. Acesso via: http://www.sss7.org/Proceedings/05%20Spatial%20Morphology%20and%20Urban%20Growth/022_daCostaBraga_Rigatti.pdf

BRAGA, Andrea da Costa; RIGATTI, Décio; UGALDE, Claudio M; ZAMPieri, Fábio. **Frontier conurbations: rather than twin cities, a symbiotic outcome of two national cultures and identities** (recurso eletrônico). In: International Space Syntax Symposium (8. : 2012 jan. 03-06: Santiago, Chile) Proceedings (recurso eletrônico). Santiago: Pontificia Universidad Católica, 2012. p. 1-17.

BRAGA, Andrea da Costa; RIGATTI, Décio. **Crossing the borderline takes you to heaven: working classes consumption tourism and frontier conurbations in South America** (recurso eletrônico).

In: Conference of the International Forum on Urbanism (6. : 2012 jan. 25-27: Barcelona, Espanha) Proceedings (recurso eletrônico). Barcelona: UPC, 2012. p. 1-13.

BRAH, Avtar. **Cartographies of Diaspora: contesting identities**. London: Routledge, 1996. 276 p.

BRASIL; Ministério da Integração Nacional; Sec. de Programas Regionais (ed.); Grupo RETIS/UFRJ (pesq.). **Proposta de Reestruturação do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira**. Brasília: MI / Dep. Programas Regionais, 2005, 418p. Acesso via: http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/faixa/publicacoes.asp?area=spr_frenteira

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. 426p. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf> Autor(es): Lia Osorio Machado; Leticia Parente Ribeiro; Paulo Peiter; Rebeca Steiman; André Reyes Novaes; Rogerio Hoesbaert (RETIS / UFRJ).

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Ata Reunião VI CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**. Brasília: 18/09/2010. 20p. Acesso via: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C9B6972012CA7A322D57CF5/ata_VI_cnig_20100818.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estrangeiros**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BA1BC41DE-C501-4FD4-8651-4891730652C3%7D&Team=¶ms=itemID=%7B7E11F037-1651-4349-930F-BAC2F3BEBA50%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

BRENNER, Neil; ELLEN, Stuart (editors). **State, Space, World: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009, 330p.

BROER, Henk; TAKENS, Floris. **Dynamical systems and chaos**. Springer Applied Mathematical Sciences Series no 172, 2011. ISBN on line 978-1-4419-6870-8 (Online)313p. Acesso via: <http://link.springer.com/book/10.1007/978-1-4419-6870-8/page/1Livro> eletrônico. Fornecedor: Springer.Bib.BC UFRGS.

BRUBAKER, Rogers. **Ethnicity without groups**. Cambridge MA: Harvard University Press, 2004. 281p.

BRIMICOMBE, Allan J. **Ethnicity, religion and residential segregation in London: evidence from a computational typology of minority communities**. In: Environment and Planning B – planning and design, v. 34, no 05, Sept 2007. pp 761– 946 issn 02658135

BRUNEL, Simon; PANNETIER, Nicolas (Atelier Limo). **Les villes jumellés de la frontière Schengen**. Berlim: Atelier Limo/ Knet, 2006. Acesso via: <http://www.atelier-limo.eu/keywords.php?id=1&poste>

BRUNEL, Simon; PANNETIER, Nicolas. **Atelier Limo - Enquête Frontalière: Frontier Survey in 238 sheets**. In: <http://www.atelier-limo.eu/> , 2006.

BRYNEN, Rex. UNRWA: **Historical performance in a changing context**. In: Symposium on UNRWA and Palestine Refugees: Drawing Lessons From 60 Years Of Service, Columbia University, 26 September 2009. Acesso via: www.unrwa.org

BUCHELI, Marisa; CABELA, Wanda. **Perfil demográfico y socioeconómico de la población uruguayana según su ascendencia racial Montevideo**: INE / UNFPA, 2006. 61p.

BUSBEA, Larry. **Topologies: the urban utopia in France 1960-70**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2007, 229p.

BUXEDA, Cécile (coord); REITEL B., ZANDER P., PIERMAY J.L., RENARD JP (coord.). **Villes et frontières**. Paris: Economica- Anthropos, collection Villes, 268 p. Acesso via: **Cybergeo : European Journal of Geography** [En ligne], Reue de livres, mis en ligne le 19 septembre 2003, consulté le 29 août 2012. URL: <http://cybergeo.revues.org/809>

BYRNE, David. **Complexity theory and the social sciences**. London: Routledge, 1999. 167p.

CACCIATORE de GARCIA, Fernando. **Fronteira Iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2010, 331.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **História contemporânea del Uruguay – de La Colonia al siglo XXI**. Montevideu: Claeh & editorial Fin de Siglo, 2006. 631p.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CALLE, Sophie. **L 'Erouv de Jérusalem**. Paris: Actes Sud, 2002, 70p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **O ofício do Antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas**. Brasília: DAN / UnB – série Antropologia, vol. 413, 2007.21p, acesso digital: www.dan.unb.br/images/doc/serie413empdf.pdf

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **Identidade, etnicidade e nacionalidade no MERCOSUL**. Brasília: Revista Políticas comparadas, vol.1, no2, 1997.p9-20

CARDOZO, S.; FERNÁNDEZ, V. **Cambios en la forma de producción y sus consecuencias socioeconómicas para el área fronteriza del Nordeste de Uruguay**. In: CASTELLO, Iára R. et al. **Fronteiras na America Latina; espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora UFRGS / FEE, 1997.292p; 89-95pp.

CASSAB, Clarice. **Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama**. In: **Geografias**, Belo Horizonte: ICG/UFMG, janeiro-junho vol. 5 nº 1 2009 ISSN 1808-8058, pp.99-108

CASTLES, Stephen & DAVIDSON, Alastair. **Citizenship and Migration – Globalization and the politics of belonging**. New York: Routledge, 2000. 258p

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. United Kingdom:Blackwell, 2000 (2a ed.). Acesso via Edinburgh College of Art Library:459p. <http://fields.eca.ac.uk/disruptivetechologies/wp-content/uploads/2011/10/Castells-Manuel-The-Space-of-Flows.pdf>

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. New York, London: The Guilford Press, 2009 (4ª ed.), 370p.

CASTORIADES, Cornelius. **Figuras do pensável. As encruzilhadas do labirinto, vol. 6**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 430p

CEE; IGEAT-ULB; IGSO; LATTIS; TSAC. Report ESPON 1.4.3., **Study on Urban Functions**, 2007. 253p. Acesso via: www.espon.eu

CHASTEEN, John. **Fronteira Rebelde**. Porto Alegre: Movimento, 2003. 225p

CHIES, José Bruno; SILVA, Roselani Sodré da. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS**. Pelotas: COREDE-SUL, abril2010. 116p.

CLAVAL, Paul. **Des aires culturelles aux réseaux culturels**. In: conférence sur "l'Approche Culturelle en géographie", Paris: Universit de Paris-Sorbonne pour l'a.p.h.g, régionale de Caen, 2 juillet 1999. 02/07/1999 - aphg régionale de Caen (daniel letouzey) <http://aphgcaen.free.fr/claval.htm>

CLAVAL, Paul. **As abordagens da geografia cultural**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da COSTA; CORRÊA, Roberto L. Exploraes geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. 367pp 89- 117.

CLEMENTE, Isabel. **La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas**. Rev. Urug. Cienc. Polt., Montevideo, v. 19, n. 1, enero 2010 . pp165-184 Disponible en http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-97892010000100007&lng=es&nrm=iso. accedido en 21 mayo 2012.

COAFFEE, Jon. **Terrorism, risk and the city -The making of a contemporary urban landscape**. Hants: Ashgate, 2003, 277p.

COMMUNIT EUROPÉENNE: IGEAT-ULB, IGSO; LATTIS; TSAC. **Relatoire ESPON 1.4.3., Study on Urban Functions**, 2007. Acesso via: www.espon.eu.

COOK S., POOLE M. A., MOORE A. J., PRINGLE D G. **Methodological issues in cross-border analyses of European small-area data: a case study**. Environment and Planning 2000. A 32(2).pp361–376 <http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=a3278>

CÓRDOBA, Edmundo Heredio. **Festa entre bandeiras? Cono Sur: El fin de ls regiones de frontera**. In Cadernos do CHDD, ano 6, 1 semestre de 2007 – número especial, Brasília: Fundao Alexandre Gusmão. 232p, pp173 a 192

CORRÊA, Roberto Lobato Costa. **A espacialidade da cultura**. In OLIVEIRA, Márcia Pion de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). O Brasil a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, Ampege, 2008. 446p. 301-313 pp.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Pedro Paulo Thiago de. **Libaneses e chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio no Rio de Janeiro**. In: Anuário Antropológico/2005 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. pp 155-169. Acesso via: http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/pesquisadores/Neiva%20Vieira%20da%20Cunha/neiva_cunha_pedro_mello.pdf

DE PAULA, Fernanda Cristina. **Repensando o território: discutindo a categoria de território vivo**. São Paulo: Depto de Geografia /USP, II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico , 9-11/11/2009 at: <http://enhpjii.files.wordpress.com/2009/10/fernanda-cristina-de-paula.pdf>

DE SARTRE, Xavier Arnauld; BERDOULAY, Vincent. **Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local**. In: NCN - Novos Cadernos NAEA, Vol. 8, No 2 (2005), Belém do Pará: UFP pp 109-124. Acesso via: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/54> eISSN: 2179-7536

DIDELON, Clarisse. **Atlas de l'Europe dans le monde**. Paris: CNRS/GDRE-S4, La Documentation Française, 2008. 260 p

DI MÉO, Guy. **Extrait de Géographie sociale et territoire**. Paris: Nathan, 1998. In: In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo* encyclopédie électronique: Regions et territoires, Concepts, Autres conceptions Du territoire, le territoire selon Guy di Méo. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article485>

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/conteudo/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais-na-america-do-sul/>

DORFMAN, Adriana. **A condição fronteiriça: a experiência local de um objeto geográfico nacional**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo. Anais do XV ENG. SP : AGB, 2008. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/producao/eventos/a-condicao-fronteirica-a-experiencia-local-de-um-objeto-geografico-nacional/>

DORFMAN, Adriana. **A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória**. In: **Estudios Históricos**, Montevideo, n.1, maio 2009. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/producao/artigos/a-cultura-do-contrabando-e-a-fronteira-como-um-lugar-de-memoria/>

DORNEL, Julio. **Central Palestino: Fútbol con Historia**. Chuy: Uruguay Informe, 2004. Acesso via: <http://www.uruguayinforme.com/news/27022004/27022004palestino.htm>

DUPUY, Gabriel. **Frontières et réseaux au prisme de l'aménagement**. Mosella: actes du colloque Frontières et aménagement: tome XXXII, no 1-4 Metz: CEGUM- Centre d'Études Géographiques de l'Université de Metz, Juillet, 2007. Available at: <http://www.scd.univ-metz.fr/9301-gabriel-dupuy-frontieres-et-r-seaux-prisme-de-lam-nagement>

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983. 245 p.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 609 p.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2005. 445p.

ELANDER, Ingemar. **Partenariats et gouvernance urbaine**. In: **Revue internationale des sciences sociales, France: ERES**, n° 172, Février 2002, p.215-230. URL : www.cairn.info/revue-internationale-des-sciences-sociales-2002-2-page-215.htm, DOI: 10.3917/riss.172.0215

ERVATTI, Leila Regina; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. **Perspectivas para mensuração do fenômeno migratório no Brasil**. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio T. Ribeiro de (org.). Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica número1: Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 103p., pp84-100.

ESPON. **Recommendations of EUROMOT**. France: Mission Opérationnelle Transfrontalière, 2007. Acesso via: site web : www.espon.eu

ELISSALDE, Bernard. **Territoire**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo* encyclopédie électronique: Géographie; Concepts. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004. Acesso via: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article285>

FAROQHI, Suraya. **Subjects of the Sultan: Culture and Daily Life in the Ottoman Empire**. Londres: I B Tauris, 2005. 368p.

FALL, Juliet. **Drawing the line: nature, hibridity and politics in transboundary spaces**. Aldershot: Ashgate Publishing, 2005. 295p.

FARRET, Ricardo. **Especificidades das áreas urbanas fronteiriças**. In CASTELLO, Iára R. et al. *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora UFRGS / FEE, 1997. 292p; 107-113pp.

FIGUEIREDO, Lucas; AMORIM, Luiz L. **Decoding the urban grid: or why cities are neither trees nor perfect grids**. In: 6th International Space Syntax Symposium Proceedings. Istanbul: ITU, Faculty of Architecture, 2007: 2v. vol I, 006-1 a 006-13.

FIGUEIREDO, Lucas. **MindWalk**. software, 2002. Disponível em <http://www.mindwalk.com>

FOUCAULT, Michel. **Des Espace Autres**. In: *Architecture /Mouvement/ Continuité*, France, October, 1984. Acesso via: <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.en.html>

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009. 213p

FRANCE. **Cahiers de la MOT, n° 1 à 6**. Mission Opérationnelle Transfrontalière, Paris: Ministère de L'Équipement, 2002-2006. Acesso via: www.espaces-transfrontaliers.org

FRANÇOIS, Jean-Christophe. **Discontinuity in territories and regions**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) *Hypergeo encyclopédie électronique: Régions et territoires, Concepts, Discontinuité* Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article15>

FRIGERIO, Alejandro; LINS RIBEIRO, Gustavo. **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002. 271 p.

FRIGERIO, Alejandro. **La construcción de problemas sociales: cultura, política y medios de comunicación**. In: *Comunicação & política Nova Série*. Rio de Janeiro Vol. 4, n. 2 (maio/ago. 1997), p. 137-149

GALEMBA, Rebecca B. **Remapping the border: taxation, territory, and (trans)national identity at the Mexico–Guatemala border**. In: London: Pion, *Environment and Planning D: Society and Space* 30(5) 822 – 841, 2012. doi:10.1068/d7710

GALLERO, Alvaro López. **Uruguay: nuevos tiempos y nuevas territorialidades**. In: OLIVEIRA, Marcia Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: territorialidades contemporâneas (I)*. Rio De Janeiro: Lamparina / FAPERJ / CLACSO, 2008, 444p. pp 168-177.

GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira Iluminada, História do Povoamento, Limites e Conquistas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2010. 331p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 213p.

GODELIER, Maurice. **L'ideel et le materiel: pensee, economies, societes**. Paris: Fayard, 1984. 348 p.

GONZALEZ, Felix Fluger. **Historial Del Chuy**. Acesso via: [www. Chuynet. Com](http://www.Chuynet.Com)

GORCZEWSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, 259p. formato e-book
http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/e_book.pdf

GORSKI, Sonia Romero. **Otras miradas sobre un tema de actualidad: la Antropología Social se interesa por el país productor de emigrantes**. In: DICONCA, Beatriz; CAMPODÓNICO, Gabriela (orgs.). Migración uruguaya: un enfoque antropológico. Montevideo: UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, Fac. De Humanidades y Ciencias de La Educación & IOM, 2007. 189p. pp 9-14

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 341p.

GRANT, Jill; MITTELSTEADT, Lindsay. **Types of gated communities**. In: Environment and Planning B: Planning and Design, 2004, volume 31, pages 913-30. DOI:10.1068/b3165
<http://www.envplan.com/b3165/gatedcommunities.pdf>

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**. In: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 127-142. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Grimson.rtf>

GROUPE FRONTIÈRE, Arbaret-Schulz, Christiane; Beyer, Antoine, Piermay, Jean-Luc; Reitel, Bernard; Selimanovski, Catherine; Sohn, Christophe; Zander, Patricia. **La frontière, un objet spatial en mutation**. In: EspacesTemps.net, Textuel, 29.10.2004. acesso via: <http://espacestemp.net/document842.html>

GRUPO RETIS/UFRJ.PRDDF. **Projeto para a revisão da zona de faixa de fronteira brasileira**, 2004. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br>

GUCKENHEIMER, JOHN. **Review: René Thom, Stabilité Structurale et Morphogénèse, Essai d'une Théorie Générale des Modèles**. In: Bull. Amer. Math. Soc. Volume 79, Number 5 (1973), pp 878-90. Acesso via: http://projecteuclid.org/DPubS/Repository/1.0/Disseminate?view=body&id=pdf_1&handle=euclid.bams/1183534961

GUERMOND, Yves. **Identité territoriale**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Regions et Territoires, Index Complémentaire, Identité Territoriale. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article425>

GUIGOU, Nicolas. **Religião e Política no Uruguai**. In ORO, Ari Pedro (org.). Religião e Política no Cone Sul- Argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar / CNPq – PRONEX, Coleção de Antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo, 2006. 255p, pp 157-222.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. V. II. Madrid: Taurus, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395p.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Marcelo. **Des-ordenamento territorial e migração brasileira nos vizinhos do Mercosul**. In: Coletânea de textos do Simpósio Internacional: migração, nação, lugar e dinâmicas territoriais In: São Paulo: Humanitas, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Ed. UFF / Contexto, 2002, 186p

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 20-26 março de 2005, PP. 6774-92, Acesso via: WWW.planificacion.geoameria.org/textos/haesbaert_multi.pdf

HÄGERSTRAND, Torsten. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967. 334 p.

HALL, Stuart; SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença : a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 2003. 133 p.

HALL, Stuart. **Encoding, decoding**. In DURING, Simon (ed.). In: The cultural studies reader. 2nd ed. London: Routledge, 2003. xiii, 610 p, p. 90-103

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, (7ed.), 2003a. 102 p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b. 436 p.

HAKEN, Hermann. **Information and Self-Organization: a macroscopic approach to complex systems**. Berlin: Springer, Springer Series in Synergetics, v.1, 2006, 258p, pp1-52 (recurso eletrônico). Acesso via: www.springer.com/book10.1007/3-540-33023-2

HAKEN, Hermann. **Synergetics: an Introduction [to] Nonequilibrium Phase Transitions and Self-Organization in Physics, Chemistry and Biology**. 3rd ed. Berlin : Springer, 1983. 371 p. Acesso via: www.springer.com/book10.1007/3-540-33023-2

HAMEZ, Gregory. **Les acteurs de l'aménagement aux frontières**. in Mosella : actes du colloque "Frontières et aménagement" : tome XXXII-n° 1-4, Metz: CEGUM – Université Paul Verlaine, 2007. Acesso via: <http://www.scd.univ-metz.fr/9488-gr-gory-hamez-2007>. Publicado on line em e 24/08/11

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional**. In: Mana: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS / Museu Nacional / UFRJ, número v.3 n.1, 1997, pp 7-39. Available at: www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/

HANSON, Julienne; KAYVAN, Karimi. **Doing Research with Space Syntax: a morning workshop for Doctoral Students**. Delft: University of Delft, In: 5th International space Syntax seminar, 13th May, 2005 <http://www.docstoc.com/docs/54222727/Doing-Research-with-Space-Syntax-a-Morning-Workshop-for>

HARVEY, David. **The Condition of Post Modernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**, New York: Wiley-Blackwell, 1991. 391p

HARVEY, David. **From space to place and back again: reflections on the condition of post-modernity**. In: BIRD, Curtis et al. Mapping the futures: local cultures and global change. London: Routledge, 1993. Pp2-29

HARVEY, David. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010. 235p

HAUG, Marie R. **Social and Cultural Pluralism as a concept in Social System Analysis**. In: The American journal of Sociology, vol.73, no 3, Chicago: The University of Chicago Press, 1967, pp 294-304. Acesso via: <http://www.jstor.org/pss/2776029>

HESS, Martin. **Spatial relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness.** In: Progress in Human Geography April 2004 28: 165-186, doi:10.1191/0309132504ph479oa 33p <http://www.sed.manchester.ac.uk/geography/research/publications/wp/gpn/documents/gpnwp5.pdf>

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space.** Londres: Cambridge University Press, 1984. 280p.

HILLIER, Bill; PENN, Allan; HANSON, Julienne; et al.. **Natural Movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement.** London: Pion, Environment and planning B, v. 20, 1993.

HILLIER, Bill. **The hidden geometry of deformed grids: or, why space syntax works, when it looks as though it shouldn't.** In: Londres: Pion, Environment and Planning B: Planning and Design 26(2), 1999. pp 169 – 191

HILLIER, Bill. **Space is the Machine.** Londres: Cambridge University Press, 1996, 463p.

HILLIER, Bill. **Centrality as a process: accounting for attraction inequalities in deformed grids.** Brasília: Space Syntax Symposium 2 Proceedings, 1992,(2v.) vol. 2, 56.1-56.16. acesso via: www.spacesyntax.net/symposia-archice/SSS2/SpSx2ndSymposium99-2003pdf/SecondSymposiumVol2pdf/56Hillierprdigm300.pdf

HILLIER, Bill. **Space as Paradigm.** Brasília: Space Syntax Symposium 2 Proceedings, 1992vol. I, 06.1-06.20. acesso via: www.spacesyntax.net/symposia-archice/SSS2/SpSx2ndSymposium99-2003pdf/SecondSymposiumVol1pdf/06Hilliercentr300.pdf

HILLIER, Bill; IIDA, Shinichi. **Network effects and psychological effects: a theory of urban movement.** In: TUDelft: SSS4 Proceedings, 2005. Acesso via: <http://www.spacesyntax.tudelft.nl//media/Long%20papers%20I/hillieriida.pdf>

HILLIER, Bill; IIDA, Shinichi. **Network and psychological effects in urban movement.** In: Cohn, A.G. and Mark, D.M., (eds.) Proceedings of Spatial Information Theory: International Conference, COSIT 2005,Ellicottsville, N.Y., U.S.A.,September 14-18, 2005. (pp. pp. 475-490). Springer-Verlag: Berlin, Germany.

HILLIER, Bill. **The genetic codes of cities: is it simpler than we think?** In: Portugali, J.; Meyer, H.; Stolk, E.; Tan, E. (Eds.).Complexity Theories of Cities Have Come of Age: An Overview with Implications to Urban Planning and Design. Springer: architecture 2012, XIV, 433p.pp129-152 e-book, http://www.springer.com/architecture+%26+design/architecture/book/978-3-642-24543-5?cm_mmc=Google-_-Book+Search-_-Springer-_-0&otherVersion=978-3-642-24544-2

HINFRAY, Noémie. **Les processus de construction des territoires transfrontaliers en Europe: éléments d'analyse.** Mosella: actes du colloque Frontières et aménagement: tome XXXII, no 1-4 Metz: CEGUM- Centre d'Études Géographiques de l'Université de Metz, Juillet, 2007. Available at: <http://www.scd.univ-metz.fr/9471-no-mie-hinfray-processus-de-construction-territoires-transfrontaliers-en-europe-l-ments-d-analyse>

HOBSBAWM, Erick. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p.

HOBSBAWM, Erick. **Cities and Insurrections.** In: Global Urban Development Volume 1 Issue 1 May 2005 (online).

HOLANDA, Frederico R. B. de. **O Espaço de Exceção.** Brasília: Editora UnB, 2002.466p.

HOLANDA, Frederico de. **A determinação negativa do movimento moderno**. In II DOCOMOMO no Brasil, Salvador, 10/ 1997.

HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony D. (ed.). **Ethnicity**. Oxford: Oxford university Press, 1996. 401p.

IGEAT; ESPON. **Project 1.4.3: Study on Urban Functions Final Report**. Bruxelles: Institut de Gestion de l'Environnement et d'Aménagement du Territoire, Université Libre de Bruxelles (Belgium), March 2007. 260p. documento digital, acesso via: http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/StudiesScientificSupportProjects/UrbanFunctions/fr-1.4.3_April2007-final.pdf

INTENDENCIA MUNICIPAL DE RIVERA. PDIMR- **Plan de Desarrollo i desenvolvimiento territorial de La micro region de Rivera**. Rivera: Direccion general de obras, noviembre 2004. 104p. DVD

JACOB, Raul. **Cruzando la frontera**. Montevideo: Editorial Arpoador, 2004. 184p

JANMOHAMED, Abdul; LLOOYD, David (ed.). **The nature and context of minority discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 489p.

JARDIM, Denise Fagundes. **Quer comprar roupa feita?: a negociação de identidades sociais de migrantes palestinos**. In: História em revista. Pelotas, RS Vol. 5 (dez. 1999)

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil : identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade, Chuí/RS**. Tese Doutorado Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, BR-RJ, 2001 [recurso eletrônico]. 2000. 1 CD-ROM

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania**. In: Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 9, n. 19, July 2003. Acesso via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100010&lng=en&nrm=iso. Doi: 10.1590/S0104-71832003000100010.

JARDIM, Denise Fagundes. **Os imigrantes palestinos na América Latina**. In: Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 57, Aug. 2006. Acesso via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200013&lng=en&nrm=iso DOI: 10.1590/S0103-40142006000200013.

JARDIM, Denise Fagundes. **Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras**. In: Cad. Pagu, Campinas, n. 29, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200009>

JARDIM, Denise Fagundes; MAGALHÃES, Nara M. Emmanuelli. **Televisão e imigração palestina: perigos e invisibilidades no trabalho antropológico**. In: Iberoamerica Global, vol.2 no 1, FEB 2009. Jerusalém: The Hebrew Univerisity of Jerusalem, pp71-94.

JARDIM, Denise; PETERS, Roberta. **Os casamentos árabes: a recriação de tradições entre imigrantes palestinos no Sul do Brasil**. Anos 90, América do Norte, 12, oct. 2008. Acesso via: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6384/3832>.

JARDIM, Denise Fagundes; MORAES, Alex Martins. **O regime de identificação do imigrante na prática: lógicas institucionais de ordenamento e negociação da presença imigrante no Brasil e Uruguai**. In: Encontro Anual da Anpocs (35. : 2011, out. 24-28 : Caxambu, MG). Anais GT22 Migra-

ções internacionais: interações entre estados, poderes e agentes, Caxambu: Anpocs, 2011. 30 f Acesso via: http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT22/DeniseJardim.pdf

JAZEEL, Tariq. **Futures, Spatializing Difference beyond Cosmopolitanism: Rethinking Planetary.** In: *Theory Culture Society*, Vol. 28(5): pp 75-97 Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore: SAGE2011 28: 75 DOI: 10.1177/0263276411410447 <http://tcs.sagepub.com/content/28/5/75> Downloaded from tcs.sagepub.com at CAPES on March 29, 2012

JENSEN, Ole B. **Discourse analysis & socio-spatial transformation processes: a theoretical framework for analyzing spatial planning.** University of Newcastle upon Tyne (England): School of Architecture, Planning & Landscape / GURU, Electronic Working Paper No 28, 1996. 52p. ISBN: 0 905770 59 5. Acesso via: <http://www.ncl.ac.uk/guru/assets/documents/ewp28.pdf>

JOHN, C, GRIFITHS, S, MORDECHAI, H., VAUGHAN, L. **Space Syntax and Cartography: the communication challenge.** In *Space Syntax Symposium 7*. Stockholm: KTC. Proceedings http://www.sss7.org/Proceedings/09%20New%20Modes%20of%20Modelling%20and%20Methodological%20Development/048_Jones_Griffiths_Mordechai_Vaughan.pdf

JOHNSON, Steven. **Emergência: dinâmica de redes em formigas, cérebros, cidades e softwares.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.231p.

KADOURI, Rabah. **La revolte des banlieues populaires françaises: Illégitime ou légitime ... Défense?** In: *Rebellyon Info*, 27 Novembre, 2005. At: <http://www.rebellyon.info/la-revolte-des-banlieues.html>

KAPLAN, David H.; LI, Wei. **The Places of Ethnic Economy.** In: KAPLAN, David H.; LI, Wei (Ed.) *Landscapes of the ethnic economy*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006. 224p, pp1-17.

KASTORYANO, Riva. **Immigration, communautés transnationales et citoyenneté.** In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 165, 2000. pp. 353-359. DOI: 10.3917/rfsp.564.0533

KASTORYANO, Riva. **Vers un nationalisme transnational.** In: *Revue française de science politique* n.4 (Vol. 56), 2006 p.533-553. URL : www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2006-4-page-533.htm.

KATZMAN, Rubén. **Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos.** In: *Revista de La CEPAL*, no 75, Diciembre, 2001. pp171-188. Acesso via: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/19326/Katzman.pdf>

KWAN, Mei-Po. **Beyond Difference: From Canonical Geography to Hybrid Geographies.** In: *Annals of the Association of American Geographers*, 94(4), 2004, pp. 756–763. Massachusetts: Association of American Geographers / Blackweel Publ.http://meipokwan.org/Paper/Annals_2004.pdf

LACLAU, Ernesto. **New social movements and the plurality of the social.** In: SLATER, David (org). *New Social movements and the State in Latin America*. Amsterdam: CEDLA , Latin American Studies, CLAS - n° 29, 1985, pp27-42. Available at: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm

LASH, Scott. **Deforming the Figure: Topology and the Social Imaginary.** In: *Theory, Culture & Society* July–September 2012 vol. 29 no. 4-5, pp. 261-287 doi: 10.1177/0263276412448829 available at: <http://tcs.sagepub.com/content/29/4-5/261.abstract>

LATOUR, Bruno. **On Actor Network Theory: A few clarifications 1/2.** Keele (UK): Centre for Social Theory and Technology (CSTT),1998, 15p. <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9801/msg00019.html>

LATOURE, Bruno. **A Cautious Prometheus? A Few Steps Toward a Philosophy of Design (with Special Attention to Peter Sloterdijk)**. Keynote lecture for the Networks of Design meeting of the Design History Society Falmouth, Cornwall, 3rd September 2008 13p. In: Isis, 2007, 98:138–142 0021-1753/2007/9801-0009 available at: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/112-DESIGN-CORNWALL-GB.pdf>

LATOURE, Bruno. **Can We Get Our Materialism Back, Please?**. In: Thick Things, a special symposium edited by Ken Alder, Isis 98 pp.138-142 (2007). The History of Science Society. 0021-1753/2007/9801-0009, available at: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-126-ISISpdf.pdf>

LATOURE, Bruno. **Technology is Society Made Durable**. In J. Law (editor) A Sociology of Monsters Essays on Power, Technology and Domination, Sociological Review Monograph N°38 pp. 103-132, 1991. [derived from <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-44-ISISpdf.pdf>

LATOURE, BRUNO. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press - Clarendon Lectures in Management Studies, 2007, 328 paginas

LE BERRE, Maryvonne. **Le territoire (1992)**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Régions et territoires, concepts, autres conceptions de territoire, le territoire selon Maryvonne Le Berre. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article335>

LEMOS, Bruno de Olivera; RUCKERT, Aldomar A. **A região transfronteiriça Sant'Ana do Livramento-Rivera: cenários contemporâneos de integração/cooperação**. In: Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 2, nº 2, p. 49 – 64, jul./dez. 2011. Acesso via: <http://labes.weebly.com>

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.145p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.178p.

LEVY, Jacques; RETAILLE, Denis. **Le Monde: espaces et systems**. Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & DALLOZ, 1992, chapitre 9: Le Territoire de L'Islam Arabe, pp333-371.

LIGHT, Ivan; BHACHU, Parminder; KARAGEORGIS, Stravos. **Networks and immigrant entrepreneurship**. In: LIGHT, Ivan; BHACHU, Parminder (ed.). Immigration and Entrepreneurship: culture, capital, ethnic networks. New Brunswick: Transaction Publishers, 2009 (2a ed.).381p, pp25-50.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Otras Globalizaciones: procesos y agentes alternativos transnacionales**. In: ZANOTTA MACHADO et. Al (Cons. Edit.) Série Antropologia no 423, Brasília: DAN UnB, 2009, p 43. Acesso via: www.dan.unb.br/images/doc/series423empdf/pdf

LINS RIBEIRO, Gustavo. **A globalização popular e o sistema mundial não-hegemônico**. In: CARDOSO DE OLIVEIRA et al. (Cons. Edit.) Série Antropologia no 432, Brasília: DAN UnB, 2010, p 36. Acesso via: www.dan.unb.br/images/doc/series432empdf/pdf

LINS RIBEIRO, Gustavo. **A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 25, n. 74, Oct. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300002&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000300002>.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Fronteiras: separação, fluxos e integração na América Latina**. In Simpósios Especiais VII RAM. Porto Alegre, 24 de julho de 2007. Auditório Reitoria UFRGS, Palestra.

LOPEZ, Álvaro. **Zonas francas uruguaias e processos de integração**. In CASTELLO, Iára Regina et al. *Práticas de integração nas fronteiras. Temas para o MERCOSUL*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

LURY, Celia; PARISI, Luciana; TERRANOVA, Tiziana. **Introduction: The Becoming Topological of Culture**. In: LURY, Celia.; PARISI, Luciana; TERRANOVA, Tiziana(ed.). *Theory, Culture & Society* 1 July 2012; Vol. 29, No. 4-5. pp 3-35. London: SAGE. DOI: 10.1177/0263276412454552 Available at: <http://tcs.sagepub.com/content/29/4-5/3>

LUSSAULT, Michel. **L'harmonie des contraires: pour relativiser le dualisme continu/discontinu**. In: *Continu et discontinu dans l'espace géographique* [online]. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008 (accessed on 20 juillet 2013). Available on the Internet: <http://books.openedition.org/pufr/2398>

MACADAR, Gabriel; PELLEGRINO, Adela. **Encuesta Nacional de Hogares Ampliada 2006: Informe sobre Migración Internacional em base a los datos recogidos em El modulo migración**. Montevideo: INE (Instituto Nacional de Estadísticas de Uruguay) / UNFPA (Fondo de Población de las Naciones Unidas), 2006. 86p.

MACHADO, Lia Osório. **A Geopolítica do Governo Local: Proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia**. In *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. São Paulo: USP, 1993. Acesso via: <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/1993-geopolitica-do-governo-local-LOM.pdf>

MACHADO, Lia Osório; RIBEIRO, Letícia P; PEITER, P.; STEIMAN, Rebecca; NOVAES, REYES, André (grupo RETIS/UFRJ). **Fronteiras: A geografia das cidades de fronteira**. Rio de Janeiro: UFRJ, Enviado por retis em 14/11/2005 <http://acd.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/news/index.php?storytopic=0&start=10>

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China – Paraguai - Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Tese de Doutorado. Orientador: OLIVEN, Ruben George, 2009. 332p. Acesso via: <http://hdl.handle.net/10183/16895>
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16895/000707088.pdf?sequence=1>

MACHADO, Lia Osório.; REYES, André N.; MONTEIRO, Letícia C.R. **Building Walls, Breaking Barriers: territory, integration and the rule of law in frontier zones**. In: *Journal of Borderland Studies*, 2009, 243: 97-114. Fonte: Grupo Retis/UFRJ. <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/author/liamosorio-machado-en/building-walls-breaking-barriers-territory-integration-and-the-rule-of-law-in-frontier-zones-3/?lang=en#ixzz2XsNjc7QQ>

McMILLAN, John. **A reinvenção do Bazar: uma história dos mercados**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2002, 263p.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006. 297 p.

MAFFESOLI, Michel; ICLE, Gilberto. **Pesquisa como conhecimento compartilhado: uma entrevista com Michel Maffesoli**. In: *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Acesso via: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

MAJOR, Mark David. **Are American cities different?**. Londres: Space Syntax Symposium 1 Proceedings, 1997,(3v.) vol. 3, 09.1-09.14. acesso via: www.spacesyntax.net/symposia-archice/SSS1/SpSx1stSymposium97-2003pdf/FirstSymposiumVollIpdf/09Major300.pdf

MARSHALL, Gordon; BARTHEL, Diane L. **The Concise Oxford Dictionary of Sociology**. Oxford: Oxford University Press, 1994, 571p. Acesso via: <http://www.encyclopedia.com> 30 Nov. 2009.

MARTINOTTI, Guido. **The new social morphology of cities**. Viena: UNESCO / MOST Meeting, Discussion Paper Series no16, February 1994. Acesso via: www.unesco.org/most/martinot.htm#four

MASSEY, Doreen. **A global sense of place**. In: Barry Amiel & Norman Melburn Trust. London: Marxism Today, number 38, June, 1991, pp-24-9. available at: www.amielandmelburn.org.uk/collections/mt/index_frame.htm

MASSEY, Doreen. **Power geometry and a progressive sense of place**. In: BIRD, CURTIS et al. mapping the futures: local cultures and global change. London: Routledge, 1993.60-70. 280p.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço, uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.312p.

MASSEY, Doreen. **A Global Sense of Place: From Space, Place and Gender**. Minneapolis : University of Minnesota Press, 1994.280p.<http://www.unc.edu/courses/2006spring/geog/021/001/massey.pdf>

MATHEWS, Gordon. **Ghetto at the center of the World, Chungking Mansions Hong Kong**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011. 241p.

MAVROUDI, Elizabeth. **Contesting identities, differences and a unified Palestinian community**. In: Environment and Planning D – Space and society 28 (2), London, Pyon, June: 2009 .p239-253.

MBEMBE, Achille. **At the edge of the world: Boundaries, Territoriality and Sovereignty in Africa**. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). Globalization. Durham: Duke University Press, 2001. 344p, pp. 22-51.

MEDEIROS, Valério Soares de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em estudos configuracionais comparativos**. Tese de Doutorado, Brasília: UnB, 2006, orientador: Frederico rosa Borges de Holanda.

MEDEIROS, Valério Soares de; HOLANDA, Frederico Rosa B. **Structure and size: Brazilian cities in an urban configurational world scenario**. In: KUBAT, Ayse S. et al. 6th International Space Syntax Symposium Proceedings. Istanbul: ITU, Faculty of Architecture, 2007, 2v, v1, pp 029-01-12.

MEDEIROS, Valério Soares de; HOLANDA, Frederico Rosa B. **A step further: segment analysis for comparative urban studies**. In: KUBAT, Ayse S. et al. 6th International Space Syntax Symposium Proceedings. Istanbul: ITU, Faculty of Architecture, 2007a, 2v, v1, pp 030-01-14.

MELLO CORRÊA, Aureanice de. **Território, cultura e transnacionalização de práticas culturais: a cultura afro-brasileira na Argentina**. In OLIVEIRA, Márcia Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (tomo II). Rio de Janeiro: Lamparina / FAPERJ / Ampege, 2008, 2v, 446p. PP 339-349.

MENDES, Candido. **Development, modernization globalization: the contemporary construction of subjectivity**. In MENDES, Candido (coord.) & SOARES, Luiz E.. Cultural Pluralism, identity and Globalization. Rio de Janeiro: UNESCO, ISSC & EDUCAM, 1996 – 1997. 496p. pp29-72.

MEZZADRA, Sandro & NEILSON, Brett. **Between Inclusion and Exclusion: On the Topology of Global Space and Borders**. In: LURY, Celia.; PARISI, Luciana; TERRANOVA, Tiziana(ed.).Theory, Culture & Society 1 July 2012; Vol. 29, No. 4-5. pp 29-58. London: SAGE. DOI: 10.1177/0263276412443569 Available at: <http://tcs.sagepub.com/content/29/4-5/58>

MENDES, Candido. **Development, modernization globalization: the contemporary construction of subjectivity.** In MENDES, Candido (coord.) & SOARES, Luiz E.. Cultural Pluralism, identity and Globalization. Rio de Janeiro: UNESCO, ISSC & EDUCAM, 1996 – 1997. 496p. pp29-72.

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira.** Brasília: Ministério da Integração Nacional / IICA, 2005.416P. Acesso via: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>

MIRANDA, Adrián R. **La Frontera Uruguay-Brasil y El Desarrollo Local.** In: RUEDA, Lourdes A.; HERNANDEZ, Myrna L. NOESIS, Revista de ciências sociais y humanidades, vol. 19 no 37, enero-julio2010, pp 14-51. Chihuahua: Universidad Autonoma de Ciudad Juarez

MISSLEWITZ, Phillip; RIENIETS, Tim (ed.). **City of Collision: Jerusalem and the principles of conflict urbanism.** Berlin: Birkhauser, 2006, 400p.

MORIN, Edgar. **O método: as idéias.** Porto Alegre: Sulina, 2002-11, 6 volumes, vol.4 (2005). 2148p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa : Instituto Piaget, 2008. 177 p.

MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. **Terra-Patria.** Porto Alegre: Sulina, 1995,181p.

MOT. **La gouvernance des agglomérations transfrontalières, 2006 / Les territoires transfrontaliers : l'Europe au quotidien,** actes des rencontres européennes des 8 et 9 novembre 2007 www.espaces-transfrontaliers.eu

MOULLÉ, François. **De la frontière aux discontinuités - Regards de Géographes.** In: LUUYT, Catherine (ed.). Esprit d'Avant, no10, s/ d: Limites: contraintes, condition, Dépassement / Plate-forme . Available at: <http://www.espritudavant.com/DetailElement.aspx?numStructure=79255&numElement=111839>

MUDU, Pierpaolo. **The new Romans: ethnic economic activities in Rome.** In: KAPLAN, David; LI, Wei (ed.). Landscapes of ethnic economy. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 224p. pp 165-176.

MULLER, Karla Maria. **Mídia e fronteira : jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2003. 362 f.

MULLER, Karla Maria. **Espaços conurbados de fronteiras nacionais : "leituras" de jornais locais.** In: Intexto : revista do mestrado da comunicação UFRGS N. 12 (2005), [10 f.]

MULLER, Karla Maria. **Inserções de árabes-palestinos na fronteira e na mídia impressa local** [recurso eletrônico]. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (27. : 2004 set. : Porto Alegre, RS). Anais : comunicação, acontecimento e memória [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS : Intercom, 2004. 1 arquivo .pdf

MULLER, Karla Maria. **A presença árabe-palestina na mídia impressa fronteiriça.** In: Guerras e imigrações. Campo Grande : Ed. UFMS, 2004a. p. 145-168

MÜLLER, Karla M. **Jornais locais como espaço de representação das manifestações dos povos fronteiriços.** São Paulo, ECA-USP.2003. In www.eca.usp.br/alaic/.../congBolivia2002/.../karla%20muller.doc

NEVES, Gervasio R. **A rede urbana e as fronteiras: notas prévias.** In: O Rio Grande do Sul Urbano, ed. FEE Porto Alegre, 1990.118-140, 262p.

NEWMAN, David; PAASI, Anssi. **Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography.** In: Progress in Human Geography, doi: 10.1191/030913298666039113Prog Hum Geogr April 1998 vol. 22no. 2 186-207 no 22,vol. 2, 1998) pp. 186-207 DOI: 10.1191/030913298666039113 <http://phg.sagepub.com/content/22/2/186> Acesso via: http://www.db-thueringen.de/servlets/DerivateServlet/Derivate-16997/zki41jwf/Newman_Paasi_-_Fences_and_neighbours_in_the_postmodern_world.pdf

NOUR, Soraya; FATH, Thorsten. **Entre multitude e mundo da vida: a crítica de Hardt e Negri a Habermas.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, Oct. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 08 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000300009>.

OLIVEIRA, Bruno Lemos. **A Região transfronteiriça Sant'ana do Livramento-Rivera: cenários contemporâneos de integração/cooperação.** Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Geociencias, curso de Geografia, bacharelado, RUCKRT, Aldomar (orient.), 2010. Acesso via: Lumen Repositório digital, BC UFRGS. URI <http://hdl.handle.net/10183/28461>

OMER, Itzhak & BENENSON, Itzhak. **Investigating Fine-Scale Residential Segregation, by Means of Local Spatial Statistics.** In Geographical Research Forum, 2002. Acesso via: www.tau.ac.il/~benny/publications/GRF2002OmerBenenson.pdf

ORO, Ari Pedro. **Religião e Política no Brasil.** In ORO, Ari Pedro (org.). *Religião e Política no Cone Sul- Argentina, Brasil e Uruguai.* São Paulo: Attar / CNPq – PRONEX, Coleção de Antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo, 2006. 255p, pp 75-156.

ORTIZ, Fernando. **Cuban Counterpoint.** USA: Knopf / Duke University Press, 1947:1995. 312p. Acesso via: www.centerforthehumanities.org/sites/default/files/media/ORTIZ_TOBACCO_COUNTERPOINT/copy.pdf

PAASI, Anssi. **Territory, boundaries and consciousness: the changing geographies of the Finnish-Russian Border.** New York: Wiley, John & sons. 1996, 370p. in: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article99>

PAASI, Anssi. **The Changing Discourses on Political Boundaries: Mapping the Backgrounds, Contexts and Contents.** In: VAN HOUTUM, Henk; KRAMSCH, Olivier; ZIERHOFER, Wolfgang. *B/ordering Space.* Ashgate, 2005, 262p., pp17-32

PASTORINI, Laura. **No estamos todos los que somos ni somos todos los que estamos.** In: DI-CONCA, Beatriz; CAMPODÓNICO, Gabriela (orgs.). *Migración uruguaya: um enfoque antropológico.* Montevideo: UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, Fac. De Humanidades y Ciencias de La Educación & IOM, 2007. 189p. pp 37-62.

PEACH, Ceri. **Good segregation, bad segregation.** In *Planning Perspectives*, Volume 11, Number 4, 1 October 1996, pp. 379-398(20). Londres: Routledge <http://www.ingentaconnect.com/content/routledg/cppr/1996/00000011/00000002/art00002>

PEACH, Ceri. **Does Britain Have Ghettos?** In *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, Vol. 21, No. 1 (1996a), pp. 216-235. The Royal Geographical Society <http://www.jstor.org/stable/622934> <http://www.jstor.org/pss/622934> <http://www.humanities.manchester.ac.uk/socialchange/research/social-change/summer-workshops/documents/doesbritainhaveghettos.pdf> consultado em 18/12/2009

PEACH, Ceri. **South Asian and Caribbean Ethnic Minority Housing Choice in Britain**. Urban Studies, Vol. 35, No. 10, 1657-1680 (1998) DOI: 10.1080/0042098984097 <http://usj.sagepub.com/cgi/content/abstract/35/10/1657>

PEACH, C. **Islam, ethnicity and South Asian religions in the London 2001 census**. Royal Geographical Society, London: 2006 (DOI)10.1111/j.1475-5661.2006.00214.x. Wiley InterScience: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/118580352/abstract>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 140p.

PETERS, Roberta. **Imigrantes palestinos, famílias árabes: um estudo antropológico sobre a recriação das tradições através das festas e rituais de casamento**. Dissertação de mestrado, UFRGS, IFCH, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), 2006, 126fl.

PEYRONY J. (dir.), MOT, IGEAT-ULB. **Bonnes pratiques de gouvernance dans les agglomérations transfrontalières. Pas de Calais**: Secrétariat général pour les affaires régionales de la Préfecture Nord-Pas-de-Calais, 2006. Acesso via: www.espaces-transfrontaliers.org/indexsite.php.

PEYRONY J. : **Le schéma de développement de l'espace communautaire, Territoires en mouvement**, La Documentation française, 2002 . acesso via: <http://www.scd.univ-metz.fr/9490-jean-peyrony-l-aménagement-du-territoire-transfrontalier-retour-d-exp-rience>

PIERMAY, Jean-Luc. **La frontière et ses ressources: regards croisés**. In: ANTHEAUME, Benoit; GIRAUT, Frédéric (ed.). Le Territoire est mort. Vive les territoires! Une refabrication au nom du développement. Paris: Institut de la Recherche pour le développement, 2005, 386p, pp 204-223. Available at: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers10-07/010035253.pdf

PINTAUDI, Silvana Maria. **O consumo do espaço de consumo**. In OLIVEIRA, Márcia Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ/ Ampege, 2008. 446p, pp121-127.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil**. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero de (director). OCEANOS, a construção do Brasil urbano, no 41 – janeiro-março 2000, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses. pp 162-172

PORTUGALI, Juval. **Complexity theory as a link between space and place**. In: Environment and Planning A 38(4), London: Pion, 2006, pp 647-64. Acesso via: <http://www.envplan.com/cgi?id=a37260>

PORTUGALI, Juval. **Self-organization and the city**. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2000. xvii, 352 p

PORTUGALI, Juval. **The scope of complex artificial environments**. In: PORTUGALI, Juval.(ed.). Complex artificial environments: simulation, cognition and VR in the study and planning of cities. Berlin: Springer Verlag, SPRINGER COMPLEXITY, v.1,2006a.322p, pp 9-29.

PORTUGALI, Juval. **Implicate relations, society and space in the Israeli-Palestinian Conflict**. Kluwer Academic Publishers, 1993.202p.

PORTUGALI, J. **Complexity theory as a link between space and place** Environment and Planning A 38(4) 647 – 664. 2006 (a) <http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=a37260>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO. **Plano diretor do Município de Santana do Livramento**. Santana do Livramento: Departamento de Planejamento Urbano, 2007. Documento preliminar digital.

PRÉVÉLAKIS, Georges. **La notion du territoire dans la pensée de Jean Gottmann**. In: Le territoire, lien ou frontière ? Paris, 2-4 octobre 1995, 8p. http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers08-09/010014865-40.pdf

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. 199 p.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. 109 p.

PRIGOGINE, Ilya. **A nova aliança: a metamorfose da ciência**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1984. 247 p.

PUCCI, Adriano da Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil – Uruguai**. Brasília: MRE, Fundação Alexandre Gusmão, 2010. 332p. Acesso via: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/O_estatuto_da_frenteira_Grafica.pdf

PUMAIN, Denise. **Processus**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique Géographie, Fondements épistémologique. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 in: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article99>

PUMAIN, Denise. **Configuration**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: spatialité des sociétés; Concepts. Université de Besançon: Laboratoire THEMA / 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article1>

PUMAIN, Denise. **Spatialité des sociétés**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Concepts, Fondements épistémologiques; La dynamique des systèmes, index complémentaire, outils, théories. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 in: <http://www.hypergeo.eu/spip.php?rubrique1>

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. **Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, s/d. 30p. Acesso via: http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf

QUIJADA, Anibal. **La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina**. In: CASTELLS, Manuel (Ed.). Imperialismo y Urbanización em América latina. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. 463p, pp144-166.

RATTI, R. and REICHMAN, S. **Spatial effects of borders**: An overview of traditional and new approaches to border region development. In P. Nijkamp (Ed.), *Europe on the Move*, (115-137), 1193. Avebury: Aldershot.

RATZEL, Friedrich. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1998. 199p.

RAFFESTIN, Claude. **Autour de la fonction sociale de la frontière** In: RÈMY, Jean (directeur). Espaces et sociétés, no 70-71 "Identités, espaces, frontières". Paris:L' Harmattan, 1992, pp157-164. Acesso eletrônico: Gallica Bilioteque Numerique: Bibliothèque Nationale de France (BNF), Association pour le développement d'Espaces et sociétés. Available at : <http://gallica.bnf.fr/ftp.bnf.fr/561/N5619708.PDF.1/1DM.pdf>

RAFFESTIN, Claude. **Écogénèse territoriale et territorialité**. In : AURIAC; BRUNET(dir.): Espaces, jeux et enjeux, Paris: Fayard, 1986. Acesso via: Archives ouvertes de L'Université de Genève, <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4464>

RAFFESTIN, Claude; GUICHONET, P. **Géographie des Frontières**. Paris: PUF, 1974. available at: Archives ouvertes de L'Université de Genève http://www.unige.ch/ses/geo/collaborateurs/enseignants/raffestinclaude/Raffestin_biblio_sept09.pdf; <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4376>

RAFFESTIN, Claude. **Éléments pour une théorie de la frontière**, in Diogène, 134, avril-juin 1986, Paris, pp. 3-21. Acesso via: Archives ouvertes de L'Université de Genève <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4348>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993. 269 p.

RAFFESTIN, Claude. **Espace, temps, frontier**. Cahiers de géographie du Québec, vol. 18, n° 43, 1974, p. 23-34. URI: <http://id.erudit.org/iderudit/021174ar> DOI: 10.7202/021174ar

RAFFESTIN, Claude; BRESSO, Mercedes. **Tradition, modernité, territorialité**. Cahiers de géographie du Québec, vol. 26, n° 68, 1982, p. 185-198. URI: <http://id.erudit.org/iderudit/021557ar> DOI: 10.7202/021557ar

RAFFESTIN, Claude. **A propòsit d'algunes paradoxes limitològiques**. Barcelona: Documets. Anàlisi Geografica (en línea) no 50, jun 2007 pp121-133. At: <http://www.raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/86625/111639>

REITEL, Bernard .**Frontière**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Géographie, Concepts. Laboratoire THEMA / Université de Besançon, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article326>

REITEL, Bernard; ZANDER, Patricia. **Espace transfrontalier**. In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: regions et territoires, index complémentaire. Laboratoire THEMA / Université de Besançon, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article207>

REITEL, Bernard & ZANDER, Patricia.**Ville Frontalière**. In: In: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: regions et territoires, index complémentaire. Laboratoire THEMA / Université de Besançon, 2004. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article207>

REITEL, Bernard. **Governance in cross-border agglomerations in Europe – the examples of Basle and Strasbourg**. In: Europa Regional 14(1),p. 9 – 21, 2006. Université Artois Acesso via: <http://www.cresat.uha.fr/page-des-chercheurs-associes/reit>

REITEL, Bernard. **Les agglomérations transfrontalières: des systèmes urbains en voie d'intégration?** Les espaces urbains de la frontière du territoire français”, 2007. Geographica Helvetica. Swiss Journal of Geography 1(07), 2007. p.5 – 15. Acesso via: Université Artois Acesso via: <http://www.cresat.uha.fr/page-des-chercheurs-associes/reit>

REITEL, Bernard. **Villes Et Frontières**. Paris: Anthropos , 2002.286p. Acesso via : Université d'Haute Alsace, JE2741, Systemes Geographiques complexes Acesso via: http://equinoxe.u-strasbg.fr/sgc/lien_hyp/image4.shtml

REITEL, Bernard. **L'agglomération transfrontalière : un objet géographique, produit de relations singulières entre continu et discontinu**: L'exemple de l'agglomération trinationale de Bâle In: Continu et discontinu dans l'espace géographique [online]. Tours: Presses universitaires

François-Rabelais, 2008 (accessed on 20 juillet 2013). Available on the Internet: <http://books.openedition.org/pufr/2392>

RETAILLÉ, Denis. **Le continuum nomade sédentaire et l'espace mobile**. In: Continu et discontinu dans l'espace géographique [online]. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008 (accessed on 20 juillet 2013). Available on the Internet: <<http://books.openedition.org/pufr/2407>>.

RETIS. **Zonas de Fronteira na atualidade, uma discussão: elementos para uma diferenciação conceitual**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/DEGEO, 2002. Atualizado e disponível para acesso em 2003. Acesso via: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos03.htm>

REKACEWICZ, Philippe. **Mapping Concepts**. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). Globalization. Durham: Duke University Press, 2001. 344p, pp. 52-56

RENARD, Jean-Pierre. **La frontière: limite géopolitique majeure mais aussi aire de transition**. In: Limites et discontinuités en géographie, DIEM/SEDES, 2002, pp. 40-66

RENARD, Jean-Pierre. **Frontières et aménagement. Le point de vue du géographe**. Mosella: actes du colloque Frontières et aménagement: tome XXXII, no 1-4 Metz: CEGUM- Centre d'Études Géographiques de l'Université de Metz, Juillet, 2007. Available at: <http://www.scd.univ-metz.fr/9301-gabriel-dupuy-fronti-res-et-r-seaux-prisme-de-lam-nagement>

RIGATTI, Décio. **Padrões de movimento de pedestres em áreas urbanas descontínuas**. Porto Alegre: PROPUR, 2000. Relatório de pesquisa.

RIGATTI, Décio. **Transformação Espacial em Porto Alegre e dinâmica de centralidade**. Porto Alegre: PROPUR, 2002. Relatório de pesquisa de Pós-Doutorado – Univesitá degli Studi di Firenze - Itália.

RIGATTI, Décio. **Centralidades dinâmicas urbanas – crescimento e transformação na estrutura urbana de Porto Alegre**. Porto Alegre: PROPUR, 2004. Relatório de pesquisa 46p.

RIGATTI, Décio; BRAGA, Andrea da Costa; RECKZIEGEL, Daniela. **Categorias de comércio na fronteira Sul do Brasil: Santana do Livramento / BR e Rivera / UY** (recurso eletrônico). In: Colóquio Internacional sobre comércio e cidade (2.: 2008 mar. 17-19: São Paulo, SP). Comércio e Cidade: uma relação de origem (anis) (recurso eletrônico). São Paulo: FAUUSP, 2008. p(1-6).

RIGATTI, Décio. **Measuring Conurbation**. Stockholm: Space Syntax Symposium Proceedings.93-2 a 93-13. Acesso via: http://www.sss7.org/Proceedings/05%20Spatial%20Morphology%20and%20Urban%20Growth/093_Rigatti.pdf

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34. 363p.

ROCHA, Leandro P.; PESSOA, Marcelo; MACHADO, Danielle Carusi. **Discriminação Espacial no mercado de trabalho: o caso das favelas do Rio de Janeiro**. Riode Janeiro: CEDE – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento/ UFF, texto para discussão no61, março 2011, 32p. <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD61.pdf>

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, col. História no 28, 1999.190p.

RHODEN, Luiz Fernando. **A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX e seus traçados urbanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, col. História no 28, 1999.190p. In: Cadernos PPG-

AU/UFBA, Vol. 6, No 1 (2007) Salvador: UFBA, pp63-74. Acesso via: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/1440/938>

ROMERO GORSKI, Sonia. **Ciudades y localidades uruguayas en el continuum urbano de la sub-región Plata-Mercosur**. In: Sregntina: CLACSO, Colecion Tesis, 2003. 44p. Acesso via: <http://sala.clacso.edu.ar> / <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/>

RUCKERT, Aldomar A.; GRASLAND, Claude. **Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia**. In: Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 90 – 112, jul./dez. 2012. <http://labes.weebly.com>

RUELLE, David. **Acaso e caos**. São Paulo : Editora UNESP, 1993 (2aed.) . 224 p

RUELLE, David. **Chaotic evolution and strange attractors**. Cambridge : Cambridge University, 1990. 96 p

RUELLE, David. **Elements of differentiable dynamics and bifurcation theory**. Boston : Academic Press, 1989 (vol.8).187 p.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fronteiras no Brasil Colonial**. In: MAGALHÃES, Joaquim R. (dir.). A formação Territorial do Brasil, OCEANOS, no 40.. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, outubro/dezembro 1999. PP 8-20.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.370p.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.256p

SANCHEZ, F., Pereira, G., KLEINKE, M.L. **Comportamento de fronteira no interior do país: questões extraídas dos planos diretores**. In CASTELLO, Iára R. ET al. Fronteiras na America Latina; espaços em transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS / FEE, 1997.292p; 131-139pp.

SAINT-JULIEN, Thérèse. **Diffusion Spatiale**. in: ELISSALDE, Bernard (coord.) Hypergeo encyclopédie électronique: Spatialité des sociétés, Théories. Université de Besançon: Laboratoire THEMA, 2004 <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article11>

SALAMBO, Ludivine (project manager). **MOT - Mission Opérationnelle Transfrontalière**. EGTC: Expertising Governance for Transfrontier Conurbations (2007/2013), June, 2008. In http://www.espaces-transfrontaliers.org/en/themes/theme_territories.html

SAMAMBÉ B, María Olga. **Transculturación, identidad y alteridad en novelas de la inmigración árabe hacia Chile**. Rev.signos, Valparaíso, v. 36, n. 53, 2003 .pp51-73 Disponible <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071809342003005300004&lng=es&nrm=is>. accedido en 04 jun. 2012. doi: 10.4067/S0718-09342003005300004.

SCHAFFER, Neiva Otero. **A urbanização na fronteira**. Expansão de Santana do Livramento. Porto Alegre: UFRGS, 1993. 142p.

SCHAFFER, Neiva Otero. **Urbanização: as áreas de fronteira e a integração latino-americana**. In: Porto Alegre: FEE. O Rio Grande do Sul Urbano, pp 141-160.

SANCHEZ, Arturo. **Transnationalism not Assimilation**. In: Archived Progressive Planning Magazine Issues: Immigration and Community . July/August 1999. http://plannersnetwork.org/publications/1999_136/sanchez.htm

SANCHEZ, F., Pereira; G., KLEINKE, M.L. **Comportamento de fronteira no interior do país: questões extraídas dos planos diretores.** In CASTELLO, Iára R. ET al. Fronteiras na América Latina; espaços em transformação. Porto Alegre: Editora UFRGS / FEE, 1997.292p; 131-139pp.

SANTA BÁRBARA, Marcelo; HAESBAERT, Rogério. **Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças.** In: GEOgraphia, América do Norte, 3, set. 2009. Acesso via: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53>

SANTOS, Milton. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 2002 (5ª ed.). 88 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1992 (3ª ed.). 332 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Nobel, 1994. 332 p.

SASSEN, Saskia. **Spatialities and Temporalities of the Global: elements for a theorization.** In: APPADURAI, Arjun (Ed.). **Globalization.** Durham: Duke University Press, 2001. 344p, pp. 260-278

SASSEN, Saskia. **Novel Spatial Formats For Urban Inclusion. Megaregions and Global Cities,** 03-05-2012 <http://www.booksandideas.net/Novel-Spatial-Formats-For-Urban.html?lang=fr>

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração : ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo : Edusp, 1988. 299 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process.** New York: Mcgraw-Hill, c1939. -v.

SEGAL, Rafi; WEIZMAN, Eyal. **A civilian occupation: the politics of israeli architecture.** Tel Aviv, N York: Babel / Verso, 2002, 191p.

SILVA, Regina Coeli Machado. **Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu.** Trab. Linguist. Apl., Campinas,v. 47, n. 2/12/ 2008.Acesso via: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132008000200006&lng=en&nrm=iso Doi: 10.1590/S0103-18132008000200006.

SILVERMAN. Robert Mark. **Doing Business in Minority Markets: Black and Korean Entrepreneurs in Chicago's Ethnic Beauty Aids Industry.** New York: Garland,2000. Pp1-36 <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&docId=103870658>

SIMMEL, Georg. **Conflict: The web of group-affiliation:** New York: Free Press, 1964. 195 p.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudos sobre las formas de socializacion,** 2ª Ed. Madrid: revista de Occidente Castilla, 1977, 2v.

SIMMEL, Georg. **O fenômeno urbano.** 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1973. 133 p.

SLYOMOVICS, Suzan. **The object of Memory: Arab and Jew Narrate the Palestinian Village.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998. 294p.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **As novas espacialidades das cidades médias para o século XXI.** In OLIVEIRA, Márcia Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Orgs.). O Brasil a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, Ampege, 2008. 446p, p153

SOHN, Christophe; REITEL, Bernard; WALTHER, Olivier. **Cross-border metropolitan integration in Europe (Luxembourg, Basel and Geneva)**. Luxembourg: Difeerdange, CEPS / INSTEAD - IRISS CI, Working papers series, 2009-02, February 2009. 24p. Acesso via: <http://ideas.repec.org/p/irs/iriswp/2009-02.html>

SOJA, Edward. **O espaço como questão pessoal**. In: OLIVEIRA, Márcio Pignon de; COELHO, M. Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina / FAPERJ / CLACSO, tomo I (2 v.), 2008, 444p, pp17-51.

SOJA, Edward. **History:Geography: Modernity**. In DURING, Simon (ed.). In The cultural studies reader. 2nd ed. London: Routledge, 2003. xiii, 610 p, p. 135-150.

SOJA, Edward. **Borders Unbound. Globalization, Regionalism, and the Postmetropolitan Transition**. In: VAN HOUTUM, Henk; KRAMSCH, Olivier; ZIERHOFER, Wolfgang. B/ordering Space. Ashgate, 2005, 262p., pp33-46

SORKIN, Michael (ed.). **The Next Jerusalem: sharing the divided city**. N York: The Monacelli Press, 2002, 431p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. 367pp 43- 87

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 560p.

STANISLAWSKI, Dan. **Early Spanish town planning in the end of the world**. In: USA: American Geographical Society, *Geographical Review*, vol. 37, num. 01, January, 1947. p94-105

STANISLAWSKI, Dan. **The origin and spread of the gris pattern town**. In: USA: American Geographical Society, *Geographical Review*, vol. 36, num. 01, January, 1946. p105-120. Acesso via: Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/211076>

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 2002. Acesso via: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/publicacoes.htm>

STEIMAN, Rebecca. **Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas: uma tipologia das interações fronteiriças. Taller Internacional Espacios Urbanos y Sociedades Fronterizas em la Amazonia**. Letícia, Colombia: Organização: Universidad Nacional de Colombia, 2010. Fonte: Grupo Retis/UFRJ. Leia mais em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/publications/events/zona-de-fronteira-e-cidades-gemeas-uma-tipologia-das-interacoes-fronteiricas-2/?lang=en#ixzz2XsO0y6NF>

SULLIVAN, Daniel M; BACHMEIER, James D. **Racial Differences in Perceived Disorder in Three Gentrifying Neighborhoods**. *Advances in Applied Sociology* 2012. Vol.2, No.3, 229-236 Published Online September 2012 in SciRes (<http://www.SciRP.org/journal/aasoci>) DOI:10.4236/aasoci.2012.23030

SWINGEDOUW, Erik. **Globalization or Glocalization? Networks, territories and rescaling.** In: Cambridge Review of International Affairs, London: Routledge, volume 17, number 1, April 2004. pp 25-48. At: www.socgeo.ruhosting.nl/colloquim/cria.pdf

THOM, René. **Stabilité Structurale et Morphogénèse, Essai d'une Théorie Générale des Modèles.** Benjamin, New York, 1971. 384 p. Acesso via: www.math.jussieu.fr/~daubin/publis/2004a.pdf

TURNER, Frederick J. **The frontier in American History.** New York: Henry Holt, 1935. Versão digital criada por KIDD, Michael, Charlottesville: University of Virginia, 1996. Acesso via: <http://xroads.virginia.edu/~HYPER/TURNER/>

TORRENS, Xavier. **Multiculturalismo.** In: MELLÓN, Joan Antón. Ideologías y Movimientos Políticos Contemporáneos. 2ª edição, 2ªreimpressão. Madrid: Tecnos, 2008.

URUGUAY. **Uruguay en Cifras 2011, Población.** Montevideo: INE Instituto Nacional de Estadísticas, 2011. 26p. Acesso via: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2011/Uruguay%20en%20cifras%202011%20-%2002%20-%20Poblacion.pdf>

URUGUAY. **Resultados Del Censo de Población 2011: población, crecimiento y estructura.** Montevideo: INE Instituto Nacional de Estadísticas, 2011. 22p. Acesso via: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2011/Uruguay%20en%20cifras%202011%20-%2002%20-%20Poblacion.pdf>

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. 204 páginas.

VAROUDIS, Tassos. **dephtmapX.** Software de modelagem espacial. Acesso via: <http://www.bartlett.ucl.ac.uk/graduate/research/space/research/ucl-depthmap>

VAUGHAN, Laura. **The spatial foundations of community construction: the future of pluralism in Britain's multicultural society.** Global multi environment review, V.6 n. 2, 2007 pp.3-17. Acesso via: <http://eprints.ucl.ac.uk/4839/>

VAUGHAN, Laura. **The spatial syntax of urban segregation.** In: Progress in Planning, no.67 (3), 2007. Acesso via: UCL- University College London - prints: <http://eprints.ucl.ac.uk/3445/>

VAN HOUTUM, Henk; KRAMSCH, Olivier; ZIERHOFER, Wolfgang. **B/ordering Space.** Ashgate, 2005, 262p., pp17-32

VEIGA, Danilo. **Desarrollo regional em el Uruguay: características e evolucion reciente.** Montevideo: CIESU, 1991.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. 114 p.

VELHO, Gilberto. **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1980. 180 p.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 137 p.

VOGLER, Elida Garcia et AL. **Historial de Chuy**. Chuy, Rocha: editorial Nuestra Terra, 1993. Acesso via: <http://www.chuynet.com/portal/historial>

VRADIS, Antoni. **Breaching the spatial contract**. In: Giovanopoulos, C. and Mitropoulos, D. (eds) Democracy Under Construction: From the Streets to the Squares, Athens: Asynechia Publications, 2011.

YUVAL-DAVIS, Nira. *Gender & Nation*. Londres: Sage Publications, 1997 (reprinted 1998). 157p

WATTS, Martin J. Commentaries. In: *Environment and Planning A*. 2008, vol 40, pp. 2031-2036 doi 10.1068/a41100

WEBER, Regina. **Grupos étnicos, estratégias étnicas**. In SIDEKUM, Antonio; GRÜTZMAN, Imgart; ARENDT, Cristina. *Campos múltiplos – Identidade, Cultura e História*. São Leopoldo: Nova Harmonia / OIKOS, 2008. 336p, pp235-255

WHATMORE, Sara. **Hybrid geographies – natures, cultures, spaces**. London: Sage Publications, 2002.

WOLFF, Kurt (Trans). **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1950. pp. 402 – 408. Acesso via: www.infoamerica.org/pdf

WONG-GONZALES, Pablo. **New strategies of transborder regional development**. In: EDINGTON, FERNANDES & HOSHINO (ed.) *New Regional Development Paradigms, Vol.II, New Regions: concepts, issues and practices*. WestPort: Greenwood, United Nations Centre for Regional Development, , 2001.p57-69.

ZALUAR, Alba. **Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos** Jeunesse violente: processus, régression et nouveaux parcours. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012, p. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Oct. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200003>.